

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM **BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO (Ot4)**

Relatório Final - Anexos

24 novembro 2020

Cofinanciado por:

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE REFORÇO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA COM BAIXAS EMISSÕES DE CARBONO (OT4)

RELATÓRIO FINAL - ANEXOS -

24.NOVEMBRO.20

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	17
1. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 2. OBJETIVOS E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO	21
1.1. ALOCAÇÃO DE FUNDO COMUNITÁRIO ASSOCIADO AO OBJETIVO TEMÁTICO 4	21
1.2. OPERAÇÕES APROVADAS E RESPECTIVA EXECUÇÃO E APROVAÇÃO POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO ASSOCIADA AO OBJETIVO TEMÁTICO 4	21
2. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO	29
2.1. MÉTODOS DE RECOLHA E DE ANÁLISE DE INFORMAÇÃO A MOBILIZAR	29
2.2. ENVOLVIMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS NA RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	29
2.3. MÉTODOS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES ESTRATÉGICOS	31
3. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 4. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	35
3.1. EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE CONTEXTO (SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL), RELEVANTES PARA O EXERCÍCIO DE AVALIAÇÃO	35
3.2. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE <i>BENCHMARKING</i> À APLICAÇÃO DO OT4 NOUTROS ESTADOS-MEMBROS.....	44
3.3. ALINHAMENTO TEMÁTICO OT4/OUTROS INSTRUMENTOS DE APOIO (POTENCIAL DE SOBREPOSIÇÃO).....	46
3.4. ELEMENTOS DE SUPORTE À ANÁLISE DA EFICÁCIA E DA EFICIÊNCIA DOS APOIOS	54
3.5. RÁCIOS DE CUSTO-REALIZAÇÃO E CUSTO-RESULTADO	62
4. LISTA DE ENTIDADES MOBILIZADAS PARA A AVALIAÇÃO.....	93
4.1. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	93
4.2. ESTUDOS DE CASO	94
4.3. <i>WORKSHOPS</i> REGIONAIS	96
5. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO	101
5.1. GUIÕES DE ENTREVISTAS.....	101
5.1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA A ATORES ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO PT2020	101
5.1.2. GUIÃO DE ENTREVISTA A ATORES ENVOLVIDOS NA DEFINIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS RELEVANTES.....	115
5.1.3. GUIÃO DE ENTREVISTA A OUTROS ATORES	145

5.2. GUIÃO DE INQUÉRITO.....	172
5.2.1. PANO DE FUNDO PARA A DEFINIÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA	172
5.2.2. DEFINIÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	173
5.2.3. INQUÉRITO A APLICAR À TIPOLOGIA A. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS.....	175
5.2.4. INQUÉRITO A APLICAR À TIPOLOGIA B. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	181
5.2.5. INQUÉRITO A APLICAR À TIPOLOGIA C. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS HABITAÇÕES (SOCIAIS).....	189
5.2.6. INQUÉRITO A APLICAR À TIPOLOGIA D. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS.....	196
5.2.7. INQUÉRITO A APLICAR À TIPOLOGIA E. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL.....	202
5.3. GUIÃO DE ESTUDOS DE CASO	208
5.3.1. DEFINIÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO	208
5.3.2. FERRAMENTAS METODOLÓGICAS	209
5.3.3. GUIÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	210
5.3.4. GUIÃO DAS SESSÕES <i>FOCUS GROUP</i>	211
5.4. GUIÃO DE <i>WORKSHOPS</i> REGIONAIS	211
5.4.1. NATUREZA	211
5.4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	212
5.4.3. DIMENSÕES AVALIATIVAS ESTRUTURADORAS.....	212
5.4.4. TIPOLOGIAS DE PARTICIPANTES E ORGANIZAÇÃO DOS <i>WORKSHOPS</i> REGIONAIS	212
5.5. SISTEMA DE INDICADORES DE RESULTADO DE FONTES PRIMÁRIAS.....	215
5.6. SISTEMA DE INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DO OT4	225
6. APURAMENTO DOS INQUÉRITOS	239
6.1. TIPOLOGIA A. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	239
6.2. TIPOLOGIA B. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	244
6.3. TIPOLOGIA C. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS HABITAÇÕES (SOCIAIS)	259
6.4. TIPOLOGIA D. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS.....	274
6.5. TIPOLOGIA E. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL.....	287
7. FICHAS DE ESTUDOS DE CASO	303
8. EVIDÊNCIAS DA TEORIA DE MUDANÇA.....	353

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Alocação de Fundo Comunitário associado ao OT 4 por PO	21
Quadro 2. Operações aprovadas por Prioridade de Investimento associada ao OT 4.....	22
Quadro 3. Execução das operações aprovadas por Programa Operacional e Prioridade de Investimento	23
Quadro 4. Métodos de Recolha, Tratamento e Análise a Mobilizar na Resposta às Questões de Avaliação	29
Quadro 5. Atores Estratégicos a Envolver na Resposta às Questões de Avaliação.....	30
Quadro 6. Atores Estratégicos a Envolver segundo o Método de Recolha de Informação	31
Quadro 7. Exercício de benchmarking à aplicação do OT4 noutros Estados-Membros: lições de experiência e recomendações (2021-2027)	44
Quadro 8. Matriz de alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio (potencial de sobreposição temática).....	46
Quadro 9. Planos de AAC do OT4 versus AAC lançados (amostra)	54
Quadro 10. Exemplos de iniciativas de divulgação dos apoios disponibilizados no âmbito do OT4	55
Quadro 11. Dotação financeira alocada ao OT4 no Portugal 2020.....	55
Quadro 12. Número de candidaturas de acordo com o seu estado	56
Quadro 13. Fundo solicitado de acordo com o estado das candidaturas	56
Quadro 14. Número de candidaturas por tipologia de beneficiários	56
Quadro 15. Fundo solicitado por tipologia de beneficiários (mil €).....	56
Quadro 16. Ponto de situação por AAC - PI 4.1 Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	59
Quadro 17. Ponto de situação por AAC - PI 4.3 Eficiência energética nas habitações	59
Quadro 18. Ponto de situação por AAC - PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas.....	59
Quadro 19. Ponto de situação por AAC - PI 4.5 Eficiência energética nos transportes públicos.....	60
Quadro 20. Ponto de situação por AAC - PI 4.5 Mobilidade urbana sustentável	61
Quadro 21. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Diminuição anual estimada das emissões de GEE - ton CO ₂ eq.” para a PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável).....	62
Quadro 22. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Capacidade suplementar de produção de energia renovável - Mw” para a PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável)	62
Quadro 23. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública central)	62
Quadro 24. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública local)	67
Quadro 25. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão	

inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Política de Eficiência Energética na habitação social)	67
Quadro 26. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (iluminação pública)	68
Quadro 27. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono - Km” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Operações na área da mobilidade sustentável)	68
Quadro 28. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas - veículo” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Diversificação energética, incluindo a promoção das fontes de energia renováveis, no setor dos transportes públicos coletivos de passageiros) ..	75
Quadro 29. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação - tep” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública central)	75
Quadro 30. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação - tep” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública local)	80
Quadro 31. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Emissão estimada dos GEE - Ton CO ₂ reduzida” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (mobilidade urbana sustentável)	80
Quadro 32. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Emissão estimada dos GEE - Ton CO ₂ reduzida” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Eficiência energética nos transportes públicos)	89
Quadro 33. Definição e estratificação da amostra.....	173
Quadro 34. Resultados do Processo de inquirição	174
Quadro 35. Matriz-síntese de definição dos Estudos de Caso	208
Quadro 36. Ferramentas a utilizar nos Estudos de Caso.....	209
Quadro 37. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA1.....	215
Quadro 38. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA2.....	216
Quadro 39. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA3.....	221
Quadro 40. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA4.....	223
Quadro 41. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA5.....	225
Quadro 42. Indicadores de realização.....	226

Quadro 43. Indicadores de resultado	231
Quadro 44. Evidências da TdM (Realização)	353
Quadro 45. Evidências da TdM (Resultados)	358
Quadro 46. Evidências da TdM (Impactos)	361
Quadro 47. Evidências da TdM: das Atividades para as Realizações – pressupostos.....	362
Quadro 48. Evidências da TdM: das Atividades para as Realizações – riscos	375
Quadro 49. Evidências da TdM: das Realizações para os Resultados – pressupostos.....	382
Quadro 50. Evidências da TdM: dos Resultados para os Impactos – pressupostos.....	389
Quadro 51. Evidências da TdM: Das Atividades para as Realizações - pressupostos específicos.....	401
Quadro 52. Evidências da TdM: Das Atividades para as Realizações – riscos específicos	410
Quadro 53. Evidências da TdM: Das Realizações para os Resultados – pressupostos específicos	419
Quadro 54. Evidências da TdM: Das Realizações para os Resultados – riscos específicos	426

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica (%), evolução 2014-2018.....	35
Figura 2. Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional (MW), evolução 2014-2018	35
Figura 3. Consumo de energia primária nas empresas ((tep/ € (milhões)), evolução 2014-2017	36
Figura 4. Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep), evolução 2014-2018.....	36
Figura 5. Veículos rodoviários motorizados elétricos puros (N.º) , evolução 2014-2018	37
Figura 6. Evolução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa	37
Figura 7. Evolução percentual sectorial face ao total anual de emissões de gases com efeito de estufa	38
Figura 8. Emissões sectoriais de dióxido de carbono equivalente, em Portugal, em 2017	38
Figura 9. Emissões de GEE por unidade de PIB, em Portugal (1990-2017)	39
Figura 10. Evolução do balanço energético: importações, produção doméstica e consumos de energia primária e de energia final	39
Figura 11. Consumo de energia primária por fonte energética	40
Figura 12. Dependência energética nacional	40
Figura 13. Evolução da trajetória mínima de FER no consumo final bruto de energia	41
Figura 14. Produção anual de energia elétrica com base em FER, em Portugal	41
Figura 15. Produção anual de energia elétrica com base em FER, em Portugal, em 2017 e 2018	42
Figura 16. Percentagem de incorporação de renováveis no consumo de energia, por sector	42
Figura 17. Intensidade energética do PIB, em Portugal e na UE-28.....	43
Figura 18. Consumo interno bruto de energia, em Portugal e na UE-28.....	43
Figura 19. Intensidade carbónica da economia, em Portugal e na UE-28	44
Figura 20. Distribuição do Fundo solicitado (todas as candidaturas) por tipologia de beneficiários	57
Figura 21. Distribuição do Fundo aprovado (projetos aprovados) por tipologia de beneficiários	57
Figura 22. Dotação financeira, apoio solicitado e apoio aprovado por TO - Todos os AAC lançados	58
Figura 23. Dotação financeira, apoio solicitado e apoio aprovado por TO – AAC encerrados	58
Figura 24. Avaliação da documentação e materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere à “Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura”	259
Figura 25. Avaliação da forma como os prazos de abertura de concursos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s)	260
Figura 26. Avaliação do contributo esperado da(s) candidatura(s) para o Aumento da eficiência energética na Administração pública	261
Figura 27. Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere às Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários	274
Figura 28. Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere à Periodicidade de abertura de concursos	287
Figura 29. Avaliação da evolução do QREN para o PT2020 no que se refere à Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações	300

ACRÓNIMOS

%	Percentagem
€	Euro
><=	Maior, menor, igual
AAC	Avisos de abertura de concurso
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
ADENE	Agência para a Energia
AG	Autoridade de Gestão
ALE	Alentejo
ALG	Algarve
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANTRAM	Associação Nacional de Transportes Públicos, Rodoviários de Mercadorias
AQS	Águas Quentes Sanitárias
AREAM	AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
BEI	Banco Europeu de Investimento
BIRA	Projeto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo no âmbito do projeto U-Bike Portugal
CA	Corrente Alternada
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
CEN	Centro
CHBV-EPE	Centro Hospitalar Baixo Vouga EPE
CIC	Comissão Interministerial de Coordenação
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMLT	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
CM	Câmara Municipal
CO ₂	Dióxido de Carbono
CRESC Algarve	Programa Operacional Regional do Algarve para 2020
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia

DRE RAA	Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores
DRET RAM	Direção Regional da Economia e Transportes da Região Autónoma da Madeira
DRMT Norte	Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte
E.M.	Empresa Municipal
ECO.AP	Programa de Eficiência Energética na Administração Pública
EE	Eficiência Energética
EEA Grants	European Economic Area Financial Mechanism
EEM	Empresa de Eletricidade da Madeira
EG	Estrutura de Gestão
Eng.º	Engenheiro
ESCO	Modelo Energy Service Company - Modelo financeiro realizado por uma Empresa de Serviços Energético
ESE	Empresas de Serviços Energéticos
EU	European Union
EY-AMA	Ernst & Young-Augusto Mateus & Associados
FC	Fundo de Coesão
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDR RAM	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
IF	Instrumentos Financeiros
IFE 2020	Instrumento Financeiro para a Energia 2020
IFRRU 2020	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
INALENTEJO	Programa Operacional Regional do Alentejo 2007/2013
IPC- ESAC	Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária de Coimbra
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
JASPERS	<i>Joint Assistance to Support Projects in European Regions</i>
JESSICA	<i>Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas</i>

km	Quilómetro
kW	Quilowatt
kWe/ano	Quilowatt-equivalente/ano
LED	Diodo Emissor de Luz (luz elétrica)
LIS	Lisboa
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
M€	Milhões de Euros
m ²	Metros quadrados
MOBIE.E, SA	Mobilidade Elétrica Sociedade Anónima
MW	Megawatt
n.d.	Não disponível
n.º	Número
NIF	Número de Identificação Fiscal
NOR	Norte
NS/NR	Não sabe/Não responde
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OE	Objetivos Específicos
OI	Organismos Intermédios
OT4	Objetivo Temático 4
PAMUS	Planos Ação Mobilidade Urbana Sustentável
PART	Programa de Apoio à Redução Tarifária
PDCT	Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PI	Prioridade de Investimento
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PO	Programa Operacional
POR	Programas Operacionais Regionais
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PT2020	Portugal 2020
QA	Questão de avaliação

QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RA	Região Autónoma
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REN	Rede Elétrica Nacional
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SEUR	Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
SI	Sistema de informação
SIFIDE	Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial
Soc.	Sociedade
tCO ₂ /tCO ₂ e	Toneladas de CO ₂ / toneladas de CO ₂ equivalente
TdM	Teoria de Mudança
tep	tonelada equivalente de petróleo
TO	Tipologia de Operação
UE	União Europeia
VAE	Valor Acrescentado Europeu
VAL	Valor Acrescentado Líquido
VM	Vapor de Mercúrio
VSAP	Valor de Sódio de Alta Pressão

INTRODUÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

0. INTRODUÇÃO

1. O presente documento constitui o volume de Anexos do Relatório Final do estudo de **“Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono (OT4)”**, desenvolvido pela equipa de avaliação do consórcio Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda (CEDRU, Lda) e Ernst & Young (EY), para a Secretaria Geral do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
2. Nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, o presente volume contém elementos relevantes para a realização do exercício de avaliação. O documento está organizado, para além do presente capítulo, da seguinte forma:
 - » Anexo 1. Elementos de suporte ao Capítulo 2. Objetivos e Âmbito da Avaliação
 - » Anexo 2. Elementos de suporte ao Capítulo 3. Metodologia da Avaliação
 - » Anexo 3. Elementos de suporte ao Capítulo 4. Resposta às Questões de Avaliação
 - » Anexo 4. Lista de entidades mobilizadas para a avaliação
 - » Anexo 5. Instrumentos de recolha de informação para a avaliação
 - » Anexo 6. Apuramento dos Inquéritos
 - » Anexo 7. Fichas de Estudo de Caso
 - » Anexo 8. Evidências da Teoria de Mudança

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Anexo 1.

ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 2. OBJETIVOS E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

1. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 2. OBJETIVOS E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

1.1. Alocação de Fundo Comunitário associado ao Objetivo Temático 4

3. A distribuição da programação financeira por PO, incluindo a parcela de Fundo Comunitário de cada PO alocada ao OT4 e o peso de cada PO no total do Fundo Comunitário alocado ao OT4 no PT2020, encontra-se sistematizada no quadro infra.

Quadro 1. Alocação de Fundo Comunitário associado ao OT 4 por PO

PO/Eixo	2014 (versão inicial do PO)			2018 (reprogramação)			2020 (reprogramação)		
	Dotação PO (€)	Dotação OT4 (€)	OT4 / Total (%)	Dotação PO (€)	Dotação OT4 (€)	OT4 / Total (%)	Dotação PO (€)	Dotação OT4 (€)	OT4 / Total (%)
PO SEUR (Eixo I)	2.252.742.164	757.000.000	34	2.252.742.164	757.000.000	34	2.252.742.164	757.000.000	34
POR Norte (Eixo 3 e parte Eixo 5)	3.378.770.731	367.798.814	11	3.295.035.731	357.767.032	11	3.295.035.731	353.646.910	11
POR Centro (Eixo 6 e parte Eixo 9)	2.100.791.031	165.377.467	8	2.100.791.031	160.591.908	8	2.100.791.031	175.228.179	8
POR Lisboa (Eixo 3 e parte Eixo 8)	809.064.547	85.000.000	11	792.810.783	82.265.395	10	792.810.783	82.265.395	10
POR Alentejo (Eixo 7 e parte Eixo 4)	1.052.279.371	128.163.717	12	1.052.279.371	124.745.461	12	1.052.279.371	117.083.460	11
POR Algarve (Eixo 3)	308.676.488	20.000.000	6	306.676.488	18.910.000	6	306.676.488	18.910.000	6
PO Açores (Eixo 4)	1.132.252.011	48.735.000	4	1.129.980.882	47.367.698	4	1.129.980.882	44.459.248	4
PO Madeira (Eixo 4)	393.927.728	18.040.000	5	391.806.070	17.356.349	4	401.226.070	16.254.966	4
Total	11.428.504.071	1.590.114.998	14	11.322.122.520	1.566.003.843	14	11.331.542.520	1.564.848.158	14

Fonte: CEDRU/EY, com base nos textos dos Programas Operacionais do PT2020 (2020)

4. A dotação relativa de fundo atribuída ao OT4 nos POR, quando do processo de programação, variou entre 4% no Açores 2020 e os 11% do Norte 2020, refletindo as condições de partida em que as diferentes regiões se encontravam à data da definição das suas estratégias para este período de programação comunitária: a Região Norte apresenta-se como a NUTS II do país com maior proporção de empresas industriais abrangidas pelo Sistema de Gestão de Consumos Intensivos nas Empresas (35,3%), que são as que apresentam processos produtivos mais intensivos em energia e com melhores condições para a implementação dos investimentos em eficiência energética; o Alentejo referia que, embora o seu perfil produtivo apresentasse consumos energéticos pouco significativos no contexto nacional, revelava dificuldades em conseguir reduções continuadas e significativas no consumo de eletricidade nos vários setores de atividade, apresentando capitações superiores à média nacional; a Região de Lisboa relevava sobretudo a grande concentração de equipamentos e serviços públicos, em termos nacionais, em resultado do efeito de capitalidade. Da verba total disponibilizada para a mobilização deste objetivo, o PO Temático é responsável por cerca de metade, cabendo à Madeira e ao Algarve os menores contributos para os 1.590,1 M€ de fundo comunitário afeto ao OT4.

1.2. Operações aprovadas e respetiva execução e aprovação por Prioridade de Investimento associada ao Objetivo Temático 4

5. Considerando os dados à data de corte do exercício avaliativo (31.05.2019), o OT4 conta com 801 operações aprovadas, envolvendo uma despesa elegível total de 781,1 M€ e 614,3 M€ de fundo comunitário aprovado.
6. Na PI 4.1 encontram-se aprovadas nove operações que envolvem uma despesa elegível de 81,1 M€ e um compromisso de fundos de 62,6 M€. Já a PI 4.3 conta com 293 operações aprovadas que envolvem uma despesa elegível de 361,7 M€ e um compromisso de fundos de 290,4 M€. Por último, na PI 4.5 encontram-se aprovadas 499 operações, que envolvem uma despesa elegível de 338,3 M€ e um compromisso de fundo comunitário de 261,3 M€. As PI 4.2 e 4.4 não têm operações apoiadas.

Quadro 2. Operações aprovadas por Prioridade de Investimento associada ao OT 4

PI	Operações* (n.º)	Despesa elegível aprovada (€)	Fundo comunitário aprovado (€)
4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	9	81 094 608	62 598 577
4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	0	0	0
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	293	361 704 301	290 428 807
4.4. Desenvolvimento e a implantação de sistemas inteligentes de energia	0	0	0
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	499	338 261 412	261 288 560
Total	801	781 060 321	614 315 944

* Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019 e cujo "estado da candidatura/operação" é um dos seguintes: Aceite pelas Entidades/Contratada, Aprovada, Em execução ou Encerrada/concluída
 Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

7. A análise por PO e PI, constante do quadro seguinte, permite concluir que o PO Temático (POSEUR) apresenta maior relevância em despesa elegível (444,1 M€) e fundo aprovado (345,9 M€), contando com 208 operações aprovadas. Segue-se o POR Norte 2020, com 316 operações aprovadas, que envolvem uma despesa elegível de 200,2 M€ e um apoio de 171,6 M€. Os restantes POR são menos relevantes em termos de operações apoiadas e fundo comprometido, com o POR Algarve 2020 e o POR Madeira 2020 a apresentarem valores residuais.
8. A execução financeira dos vários PO revela-se ainda limitada, equivalente a cerca de 18% do fundo comunitário aprovado. A análise por PO permite destacar o POR Alentejo 2020 como o que apresenta uma taxa de execução mais elevada (39%), seguido do CRESC Algarve 2020 e POR Centro 2020 (com 25% e 24%, respetivamente).
9. A fraca prestação dos PO em termos de implementação desencadeou um processo de reprogramação dos PO envolvidos relativamente à lógica de intervenção subordinada à sua mobilização, nas formas de financiamento (nomeadamente ao nível da utilização de IF no Financiamento da Eficiência Energética na Habitação Particular, Empresas e Administração Pública), na alteração das elegibilidades, na inclusão de novos grupos-alvo de beneficiários e em alterações ao nível dos valores objetivos dos indicadores de realização e de resultado.
10. Neste contexto, merecem relevo alguns dos aspetos que têm condicionado a implementação da OT4 e que foram ponderados e sustentaram muitas das opções associadas ao processo de reprogramação, agrupando-os em quatro tipos:
 - » As áreas de intervenção relativas à eficiência energética que tipicamente não eram financiadas pelos Fundos da Coesão;
 - » As formas de apoio selecionadas na programação, que assentam em subvenções reembolsáveis e instrumentos financeiros;
 - » Algumas áreas de intervenção deste OT, nomeadamente relativas à produção de energia com origem em fontes renováveis e eficiência energética nos transportes públicos, com promotores/operadores que atuam num mercado concorrencial, obrigam a processos complexos de notificação de auxílios de estado, com elevados tempos de instrução;
 - » A condicionalidade *ex ante* a aprovação dos PO que não permitia aprovação de projetos enquanto a mesma não fosse cumprida (*e.g.* eficiência energética nos edifícios).

Quadro 3. Execução das operações aprovadas por Programa Operacional e Prioridade de Investimento

Programa Operacional / Prioridade de Investimento	Operações (n.º)	Despesa elegível			Apoio comunitário		
		Aprovada	Executada	Exec./Aprov.	Aprovado	Executado	Exec./Aprov.
POSEUR – Total	208	444 104 548	73 402 148	17%	345 938 515	60 620 772	18%
4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	9	67 235 355	41 891 793	62%	50 818 212	32 529 397	64%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	151	274 494 128	16 796 111	6%	216 415 830	16 278 604	8%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	49	102 375 065	14 714 244	14%	78 704 473	11 812 771	15%
Norte 2020 - Total	316	200 167 562	31 053 273	16%	171 592 284	26 461 176	15%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	91	64 012 696	2 885 081	5%	55 860 647	2 518 213	5%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	225	136 154 867	28 168 192	21%	115 731 637	23 942 963	21%
Centro 2020 - Total	46	20 993 124	5 002 436	24%	17 886 238	4 252 069	24%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	10	5 833 484	0	0%	5 000 544	0	0%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	36	15 159 640	5 002 436	33%	12 885 694	4 252 069	33%
Lisboa 2020 - Total	74	53 338 348	10 592 734	20%	26 655 338	5 296 367	20%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	6	2 597 519	0	0%	1 284 923	0	0%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	68	50 740 829	10 592 734	21%	25 370 415	5 296 367	21%
Alentejo 2020 - Total	129	37 159 186	14 332 200	39%	31 956 207	12 526 512	39%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	22	9 088 747	3 516 448	39%	8 096 335	3 333 123	41%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	107	28 070 439	10 815 752	39%	23 859 873	9 193 390	39%
CRESC Algarve 2020 - Total	6	1 410 384	487 020	35%	991 149	252 458	25%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	5	953 191	29 828	3%	762 553	23 862	3%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	1	457 193	457 193	100%	228 596	228 596	100%
Açores 2020 - Total	13	18 811 427	542 411	3%	15 648 264	365 102	2%
4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	1	13 859 253	0	0%	11 780 365	0	0%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	4	1 740 355	237 879	14%	1 137 853	106 250	9%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	8	3 211 819	304 532	9%	2 730 046	258 852	9%
Madeira 2020 - Total	9	5 075 743	159 820	3%	3 647 948	135 847	4%
4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia (...)	4	2 984 182	0	0%	1 870 122	0	0%
4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	5	2 091 560	159 820	8%	1 777 826	135 847	8%
Total	801	781 060 321	135 572 044	17%	614 315 944	109 910 305	18%

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

11. Desta forma, os processos de reprogramação dos PO assumiram contornos distintos, consoante as tipologias de intervenção abrangidas, os objetivos dos PO e o nível de implementação alcançado até à data.
12. O POSEUR foi o Programa em que o processo de reprogramação de 2018 foi mais abrangente, mas manteve a estrutura nuclear, com exceção da supressão da PI 4iv - Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão, e de um reajustamento (redução do financiamento previsto) do objetivo específico associado à PI 4iii (2 - Aumento da eficiência energética no setor habitacional), dado que o Instrumento Financeiro específico para a Eficiência Energética não vai ser implementado (IFE 2020). Não obstante, observam-se ao nível das tipologias de operação algumas mudanças importantes, nomeadamente com o reforço do apoio à Mobilidade Urbana Sustentável e Eficiência Energética nos Transportes. Assim, no processo de reprogramação do POSEUR de 2018, merece relevo:
 - » Na PI 4.1 - A introdução de novas tipologias de operação: projetos de transporte de energia que sejam indispensáveis para assegurar a ligação da fonte produtora de energia renovável à rede; projetos de produção de energia com a tecnologia “Solar Concentrado”. A clarificação da elegibilidade da tipologia de ação relativa a projetos-piloto de armazenamento de energia (RA Madeira), nomeadamente de origem renovável;
 - » Na PI 4.3 – A limitação do OE associado ao aumento da eficiência energética no setor habitacional, que será implementado apenas pelo IFRRU 2020 (o Programa Casa Eficiente, apoiará este OE e terá financiamento do Banco Europeu de Investimento; não existirá financiamento no âmbito do IFE 2020). A alteração dos requisitos exigíveis aos projetos de Eficiência Energética na Habitação, permitindo a elegibilidade de projetos em que se verifique o aumento de pelo menos dois níveis no Certificado de Desempenho Energético, em alternativa ao aumento mínimo de 20% do desempenho energético do edifício. A supressão da Tipologia de Operação, no âmbito da Administração Central, que enquadrava o apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos (modelo ESCO);
 - » Na PI 4.5 – Reforço do apoio à mobilidade urbana sustentável e eficiência energética nos transportes: através de uma nova tipologia de operação para incluir o financiamento de ações relativas à instalação, alargamento, expansão e modernização de sistemas de mobilidade urbana, nomeadamente sistemas de metro pesado e ligeiro de passageiros. Inclusão de uma tipologia de beneficiário específica para os projetos relativos à aquisição de bicicletas para uso público;
13. Ou seja, em termos de arquitetura programática, as alterações são pontuais e muito específicas, focando-se, sobretudo, no reforço da promoção de estratégias de baixo teor de carbono (mobilidade urbana sustentável; eficiência energética nos transportes). O aumento do consumo final bruto de energia proveniente de fontes renováveis, bem como a redução do consumo de combustíveis fósseis e, por inerência, a diminuição do nível de dependência energética do país, justificam o reforço desta aposta pelo PO. Assim, o POSEUR reforçou a sua dimensão energética na tripla vertente de eficiência energética, energias renováveis/diversificação energética e segurança de abastecimento, em resultado da acrescida relevância que a temática vem assumindo no contexto da trajetória de crescimento sustentável, que se pretende menos exigente em recursos naturais e energéticos.
14. No caso dos PO Regionais, o exercício de reprogramação de 2018 visou, no essencial, criar as condições para:
 - » Melhorar a qualidade do ambiente urbano das cidades, contribuindo para a promoção de modos suaves e do transporte coletivo, para a articulação intermodal para a redução da circulação automóvel no dia-a-dia e para a redução das emissões de CO₂;
 - » Ao nível da concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, promover a equiparação das IPSS (Entidades Privadas sem fins lucrativos com finalidade social) às infraestruturas públicas, ao invés de equiparadas a empresas, tendo em vista o seu objetivo público, sendo aplicáveis as respetivas formas de apoio e taxas de cofinanciamento;
 - » A adoção de formas de apoio mais atrativas para as empresas, que as encorajem a realizar intervenções mais profundas em matéria de eficiência energética.
15. A reprogramação de 2020 resulta da regulamentação comunitária, sendo atribuída uma reserva de desempenho, aos programas e às prioridades que alcançaram os seus objetivos intermédios (artigo 22.º, n.º 3, do Regulamento de Disposições Comuns). Nas situações em que um ou mais Eixos de um Programa não atinjam os objetivos intermédios, os Estados-Membros podem reatribuir a reserva de desempenho correspondente a outros Eixos que tenham alcançado os seus objetivos.

16. Em Portugal, as situações de não cumprimento mais transversais aos diversos PO observaram-se no OT 4 (FEDER) e no OT 11 (FSE), situação similar à observada no quadro global do conjunto dos Estados-Membros, de acordo com a informação partilhada pela COM.
17. Neste contexto, conforme pode ser observado no quadro 1, a dotação OT4 não sofreu qualquer alteração face aos montantes de 2018 no POSEUR e nos POR de Lisboa e Algarve, tendo o POSEUR e o POR Algarve cumprindo o quadro de desempenho.
18. Nos POR Norte, Alentejo, Açores e Madeira, não foi observado o cumprimento de metas de indicadores físicos e financeiro em 2018, justificando as reduções de alocação de fundo comunitário associado ao OT 4.
19. O POR Centro foi o único em que a dotação OT4 registou um aumento com a reprogramação financeira de 2020, associada ao cumprimento dos objetivos intermédios e do quadro de desempenho, com um reforço de 14.636.271 €, o montante mais elevado dos três eixos prioritários que foram reforçados. Este montante foi alocado à PI 4.3 na tipologia habitação social, com origem nas PI 8.3 (Eixo 4), na PI 9.6 (Eixo 5) e na PI 11.2 (Eixo 8), tendo em conta a procura elevada, registada em AAC encerrado e a existência ainda de necessidades não satisfeitas de intervenção na melhoria da eficiência energética na habitação social.

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Anexo 2.

ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

2. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

2.1. Métodos de Recolha e de Análise de Informação a Mobilizar

20. A metodologia de desenvolvimento da avaliação está ancorada num leque diversificado de instrumentos de recolha, tratamento e análise de informação. A seleção destes métodos e ferramentas resultaram de uma definição criteriosa da abordagem adequada de resposta às QA. No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese da forma de aplicação de cada método sendo de destacar, pela sua centralidade processo de recolha, tratamento e análise, as entrevistas semiestruturadas, o inquérito aos beneficiários, os *workshops* regionais e os Estudos de Caso.

Quadro 4. Métodos de Recolha, Tratamento e Análise a Mobilizar na Resposta às Questões de Avaliação

Tipologia	Métodos	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 Valor Acrescentado
Recolha de Informação	MR1 Recolha documental	X	X	X		X
	MR2 Recolha de dados e estatísticas		X	X	X	X
	MR3 Entrevistas semiestruturadas	X	X	X	X	X
	MR4 Inquérito a beneficiários	X	X	X	X	X
	MR5 <i>Benchmarking</i>	X	X	X		
	MR6 Painel de Peritos	X	X	X	X	
	MR7 <i>Workshops</i> Regionais	X	X	X	X	X
Tratamento e Análise	MT1 Análise integrada de informação qualitativa	X	X	X	X	X
	MT2 Análise estatística e de dados		X	X	X	X
Estudos de Caso (Recolha, Tratamento e Análise)	EC_MR1 Recolha documental	X	X	X	X	X
	EC_MR2 Entrevistas semiestruturadas	X	X	X	X	X
	EC_MR3 <i>Sessões Focus group</i>	X	X	X	X	X
	EC_MT1 Análise integrada de informação qualitativa	X	X	X	X	X

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2020)

2.2. Envolvimento dos Atores Estratégicos na Resposta às Questões de Avaliação

21. No quadro seguinte, apresenta-se, de forma cruzada, os atores estratégicos que foram envolvidos no processo de recolha de evidências de resposta às QA.

Quadro 5. Atores Estratégicos a Envolver na Resposta às Questões de Avaliação

Tipologia	Métodos	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 Valor Acrescentado
Gestão do PT2020	AD&C	X	X	X	X	X
	AG POSEUR	X	X	X	X	X
	AG POR	X	X	X	X	X
	IFRRU 2020	X	X	X	X	X
Definição e/ou acompanhamento de políticas setoriais	DGEG	X	X	X	X	X
	DRERAA	X	X	X	X	X
	DRETRAM	X	X	X	X	X
	AREAM	X	X	X	X	X
	ADENE	X	X	X	X	X
	ANMP	X	X	X	X	X
	IMT	X	X	X	X	X
	IHRU	X	X	X	X	X
	IAPMEI	X	X	X	X	X
Outros atores	AEP	X	X	X	X	X
	APESENERGIA	X	X	X	X	X
	RNAE	X	X	X	X	X
	Metropolitano de Lisboa	X	X	X	X	
	Metro do Porto	X	X	X	X	
	Infraestruturas de Portugal	X	X	X	X	
	ANTRAM	X	X	X	X	
	REN	X	X	X	X	
	Associação Portuguesa de Bancos	X	X	X	X	
	FAI	X	X	X	X	
	FEE	X	X	X	X	
	Fundo Ambiental	X	X	X	X	
	EEA Grants Portugal	X	X	X	X	
	Agências Regionais de Energia	X	X	X	X	
	Câmaras Municipais e Setor Empresarial Local	X	X	X	X	X
Beneficiários	Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas	X	X	X	X	X
	Organismos da Administração Central e Setor Empresarial do Estado	X	X	X	X	X
	Outros beneficiários no domínio da eficiência energética na habitação	X	X	X	X	X
	Empresas, entidades e concessionárias de transportes públicos coletivos de passageiros	X	X	X	X	X
	Entidade gestora e operadores da rede da mobilidade elétrica	X	X	X	X	X
	Empresa de Eletricidade da Madeira/Produtores em regime especial	X	X	X	X	X

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2020)

2.3. Métodos de Envolvimento dos Atores Estratégicos

22. No quadro seguinte, apresenta-se o método mobilizado para recolher informação junto de cada ator estratégico.

Quadro 6. Atores Estratégicos a Envolver segundo o Método de Recolha de Informação

Tipologia	Métodos	MR3 Entrevistas Semiestruturadas	MR4 Inquérito a Beneficiários	MR5 Benchmarking	MR7 Workshops Regionais	EC_MR2 Entrevista a Entidades Promotoras	EC_MR3 Sessões Focus Group
Gestão do PT2020	AD&C	X			X		
	AG POSEUR	X			X		
	AG POR	X			X		
	IFRRU 2020	X		X	X	X	X
Definição e acompanhamento de políticas setoriais	DGEG	X		X	X		
	DRERAA	X			X		
	DRETRAM	X			X		
	AREAM	X			X		
	ADENE	X			X		
	ANMP	X			X		
	IMT	X			X		
	IHRU	X			X		
	IAPMEI	X			X		
Outros atores	AEP	X					
	APESENERGIA	X			X		
	RNAE	X					
	Metropolitano de Lisboa	X			X		
	Metro do Porto	X			X		
	Infraestruturas de Portugal	X			X		
	ANTRAM	X			X		
	REN	X			X		
	Associação Portuguesa de Bancos	X			X		
	FAI	X					
	FEE	X					
	Fundo Ambiental	X					
	EEA Grants Portugal	X					
	Agências Regionais de Energia				X		
	Câmaras Municipais e Setor Empresarial Local		X		X	X	X
Beneficiários	Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas		X		X	X	X
	Organismos da Administração Central e Setor Empresarial do Estado		X		X	X	X
	Outros beneficiários no domínio da eficiência energética na habitação		X		X	X	X
	Empresas, entidades e concessionárias de transportes públicos coletivos de passageiros		X		X	X	X
	Entidade gestora e operadores da rede da mobilidade elétrica		X		X	X	X
	Empresa de Eletricidade da Madeira/Produtores em regime especial		X		X	X	X

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2020)

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Anexo 3.

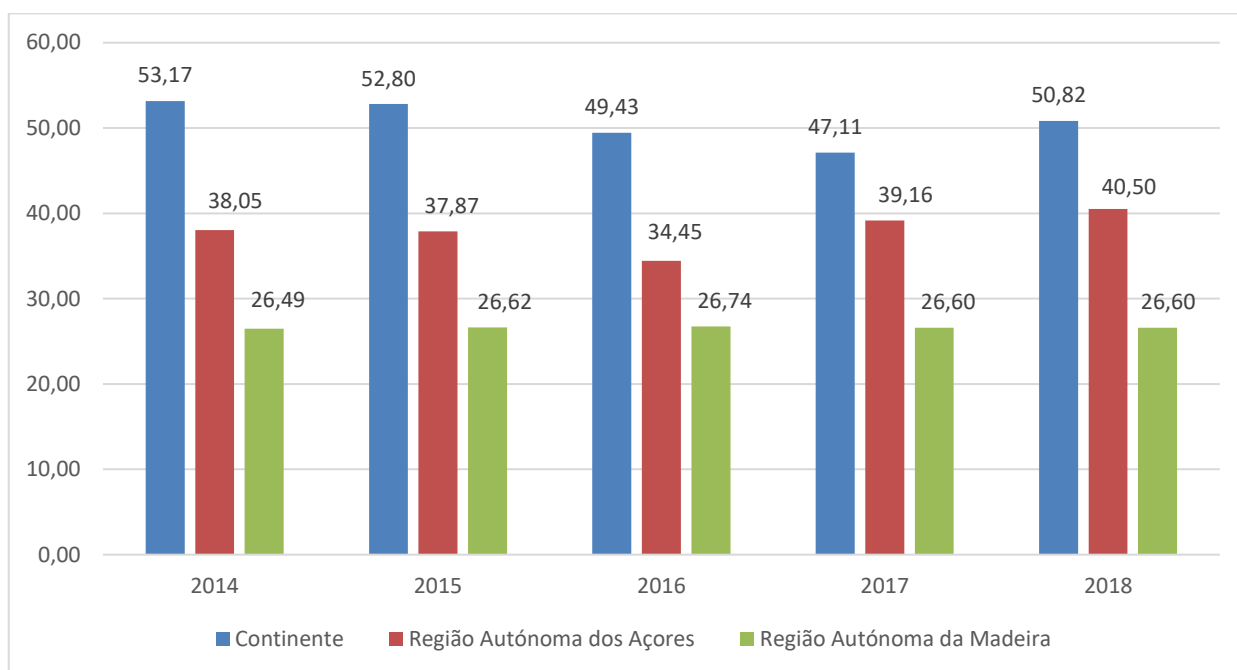
ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 4. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

3. ELEMENTOS DE SUPORTE AO CAPÍTULO 4. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

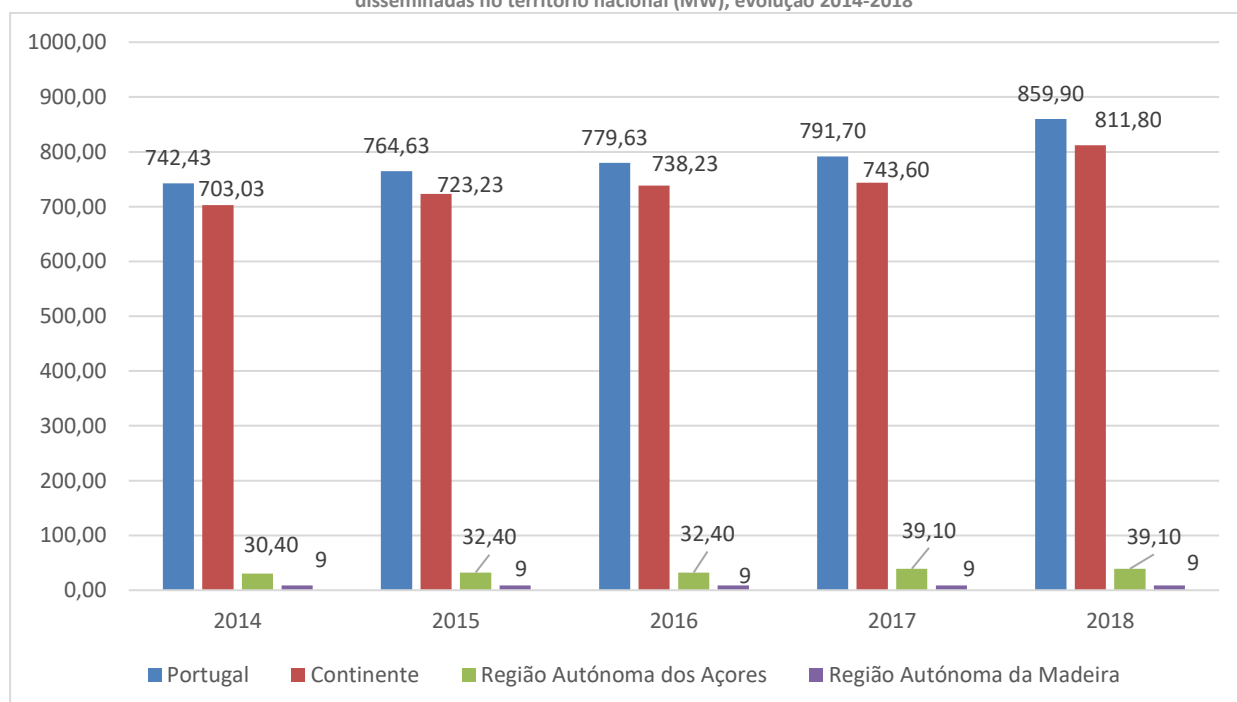
3.1. Evolução de Indicadores de Contexto (Sistema Estatístico Nacional) Relevantes para o Exercício de Avaliação

Figura 1. Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica (%), evolução 2014-2018



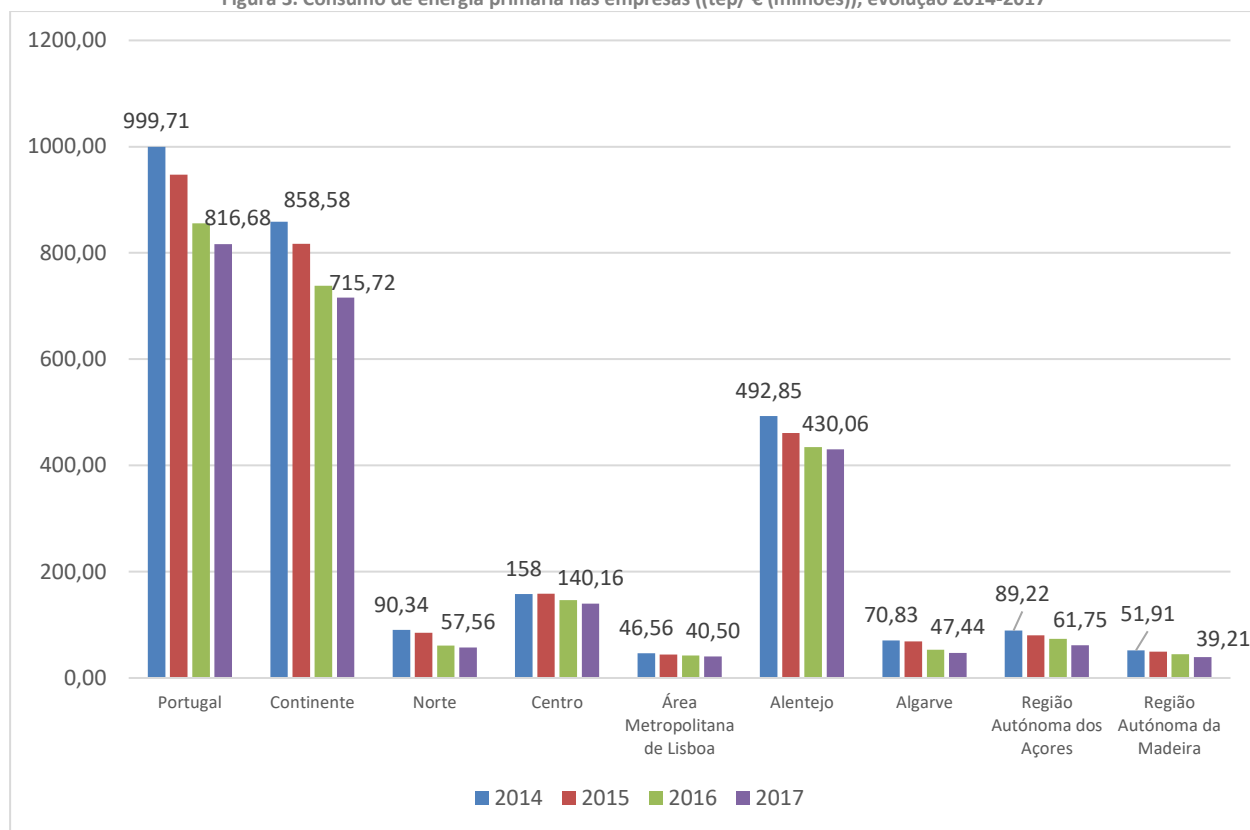
Fonte: CEDRU-EY, com base em DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural (2020)

Figura 2. Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional (MW), evolução 2014-2018



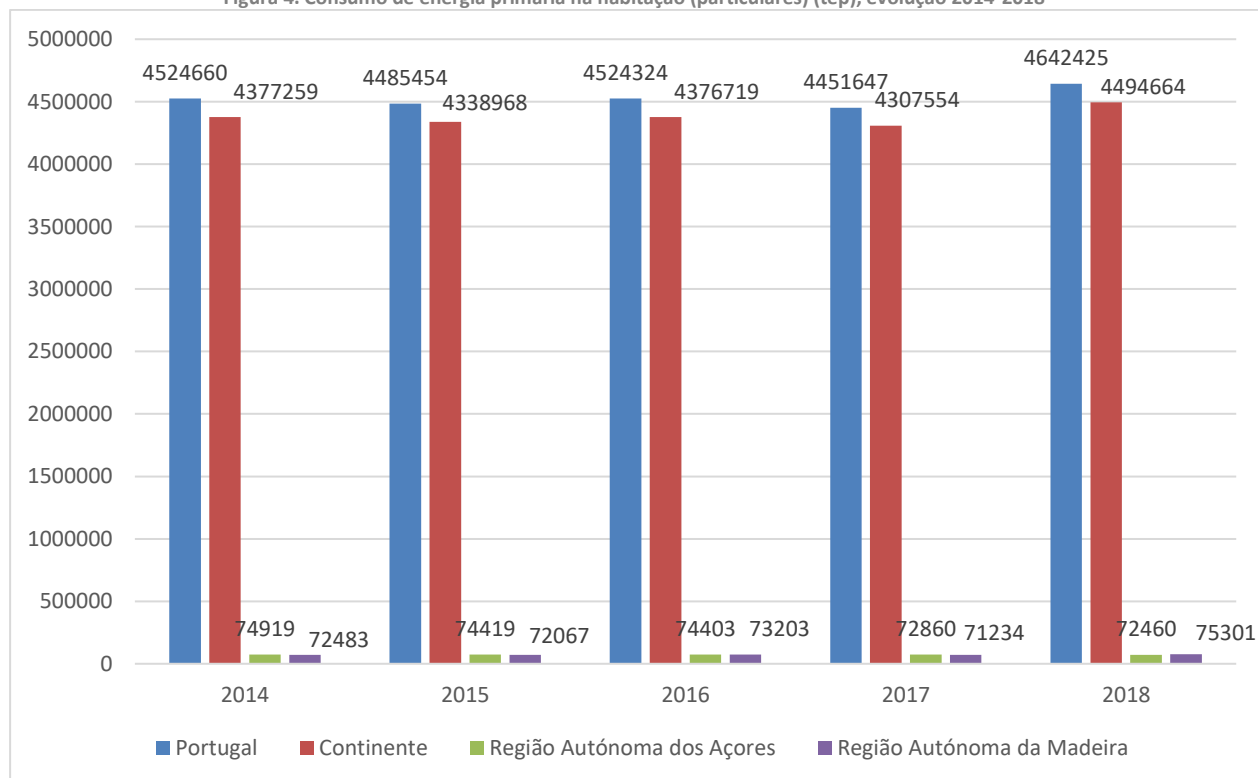
Fonte: CEDRU-EY, com base em DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural (2020)

Figura 3. Consumo de energia primária nas empresas ((tep/ € (milhões)), evolução 2014-2017



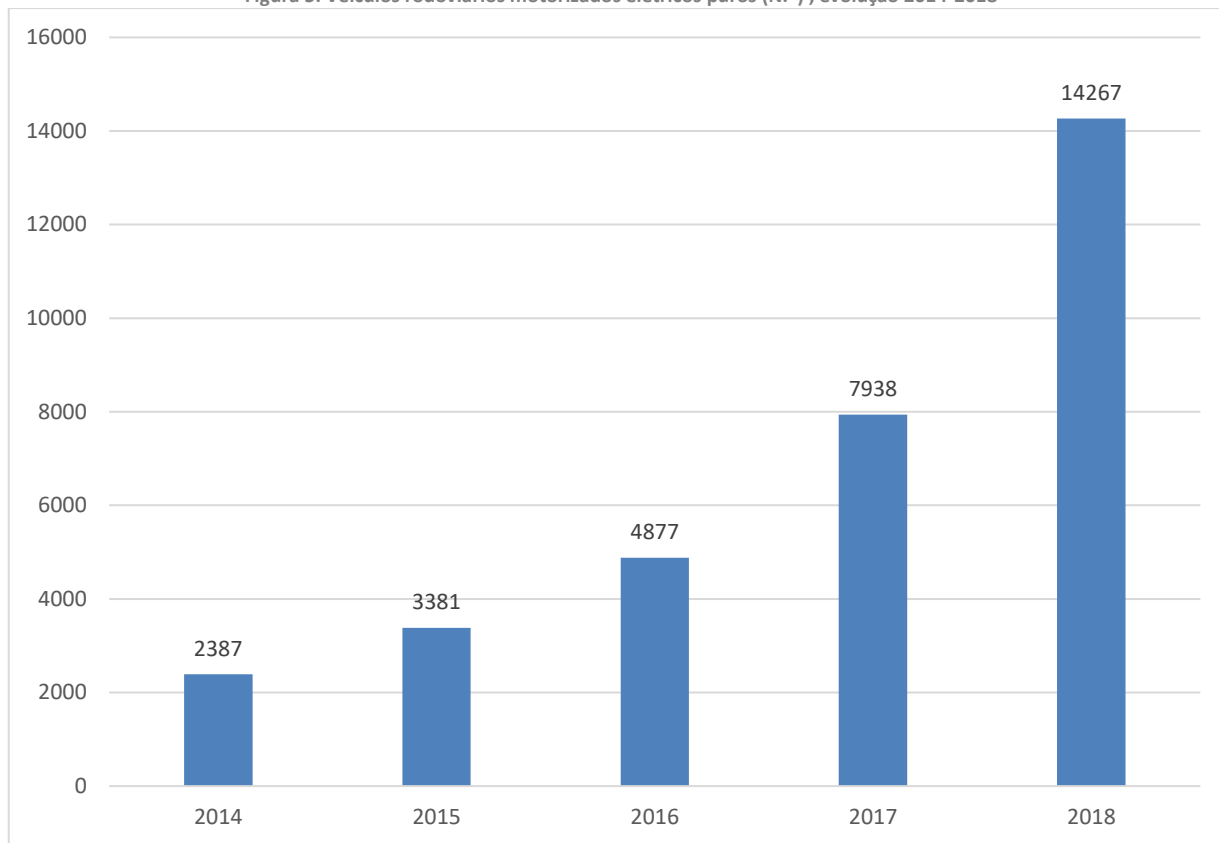
Fonte: CEDRU-EY, com base em DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural (2020)

Figura 4. Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep), evolução 2014-2018



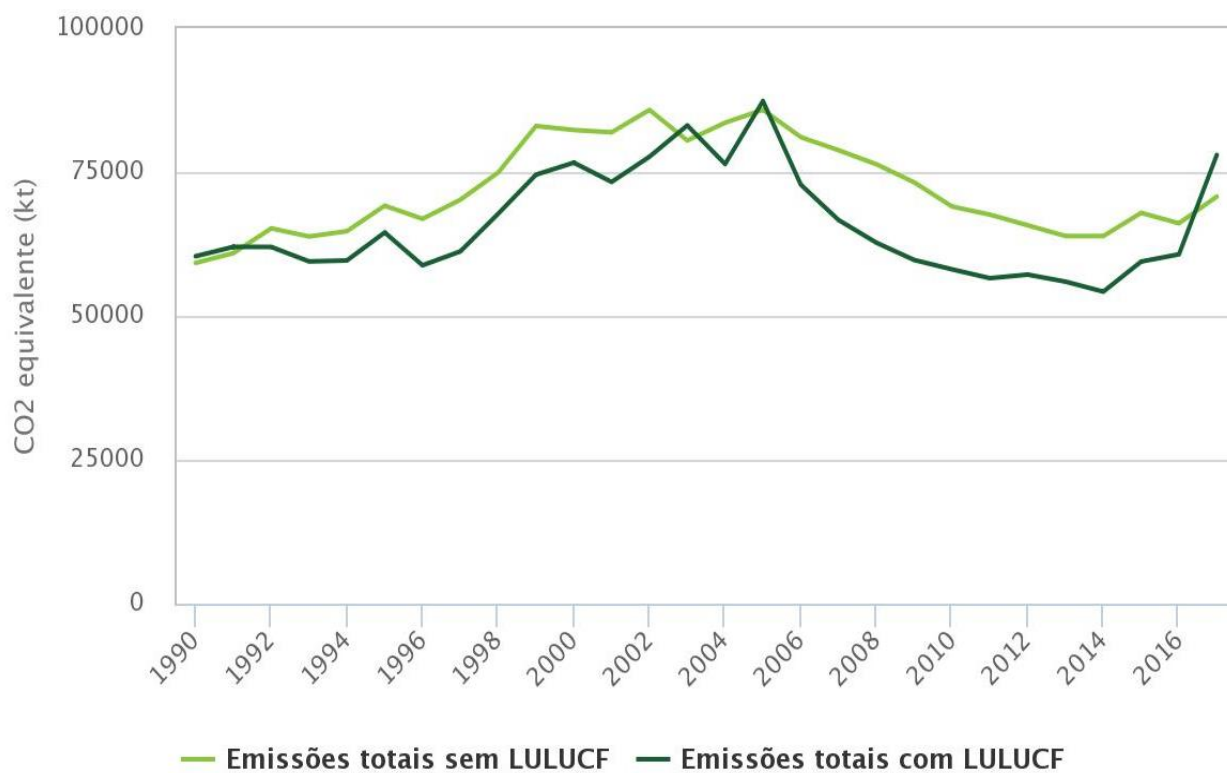
Fonte: CEDRU-EY, com base em DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural (2020)

Figura 5. Veículos rodoviários motorizados elétricos puros (N.º) , evolução 2014-2018



Fonte: CEDRU-EY, com base em INE, Estatísticas do parque de veículos rodoviários (2020)

Figura 6. Evolução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa



Fonte: APA, REA (2019)

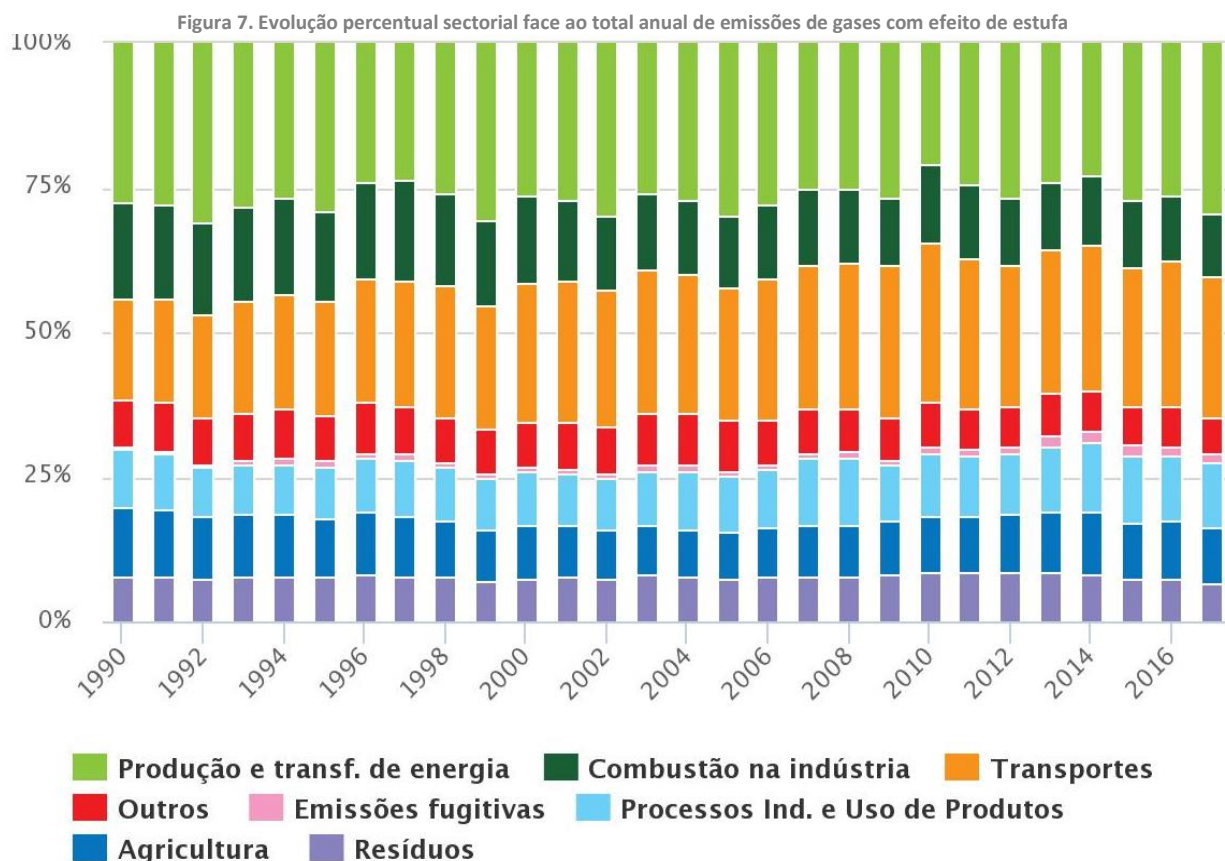


Figura 8. Emissões sectoriais de dióxido de carbono equivalente, em Portugal, em 2017

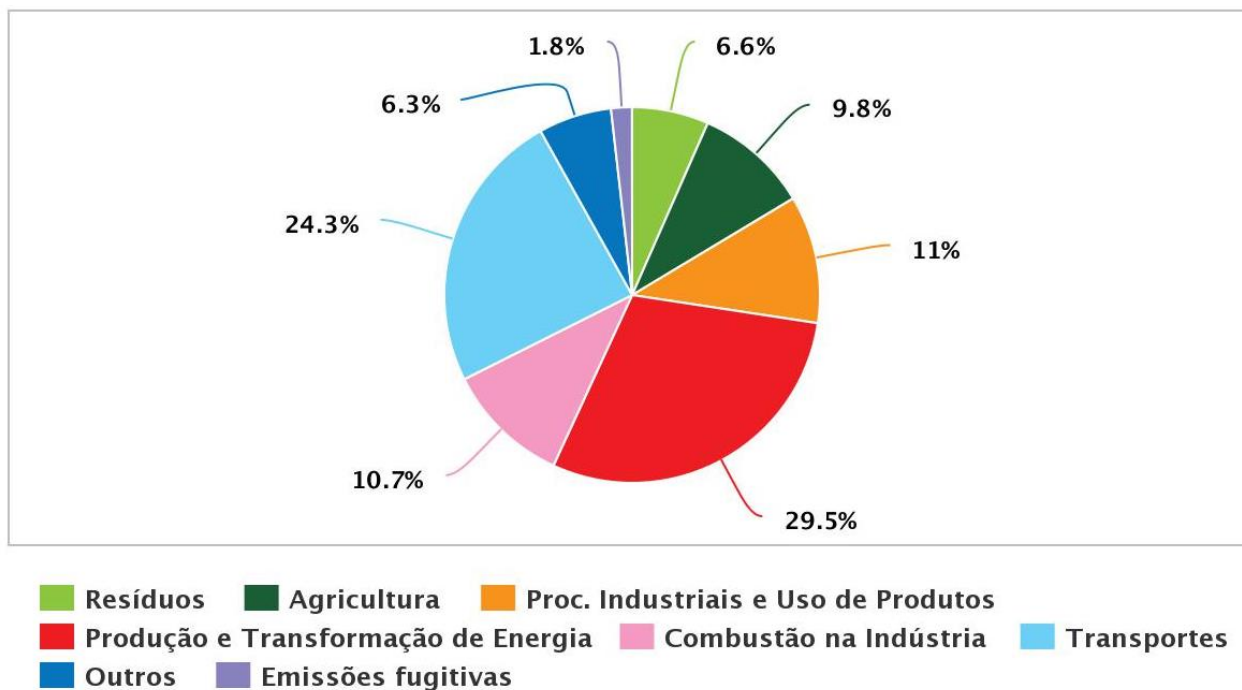
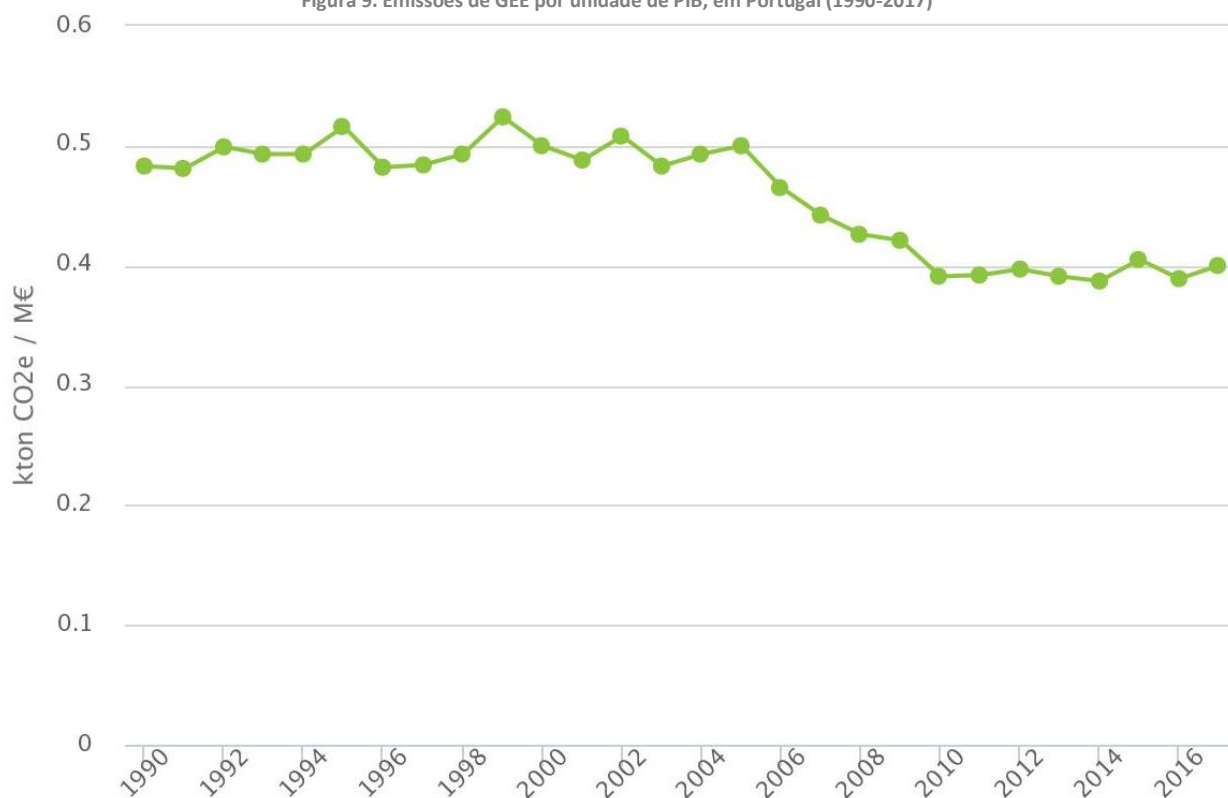
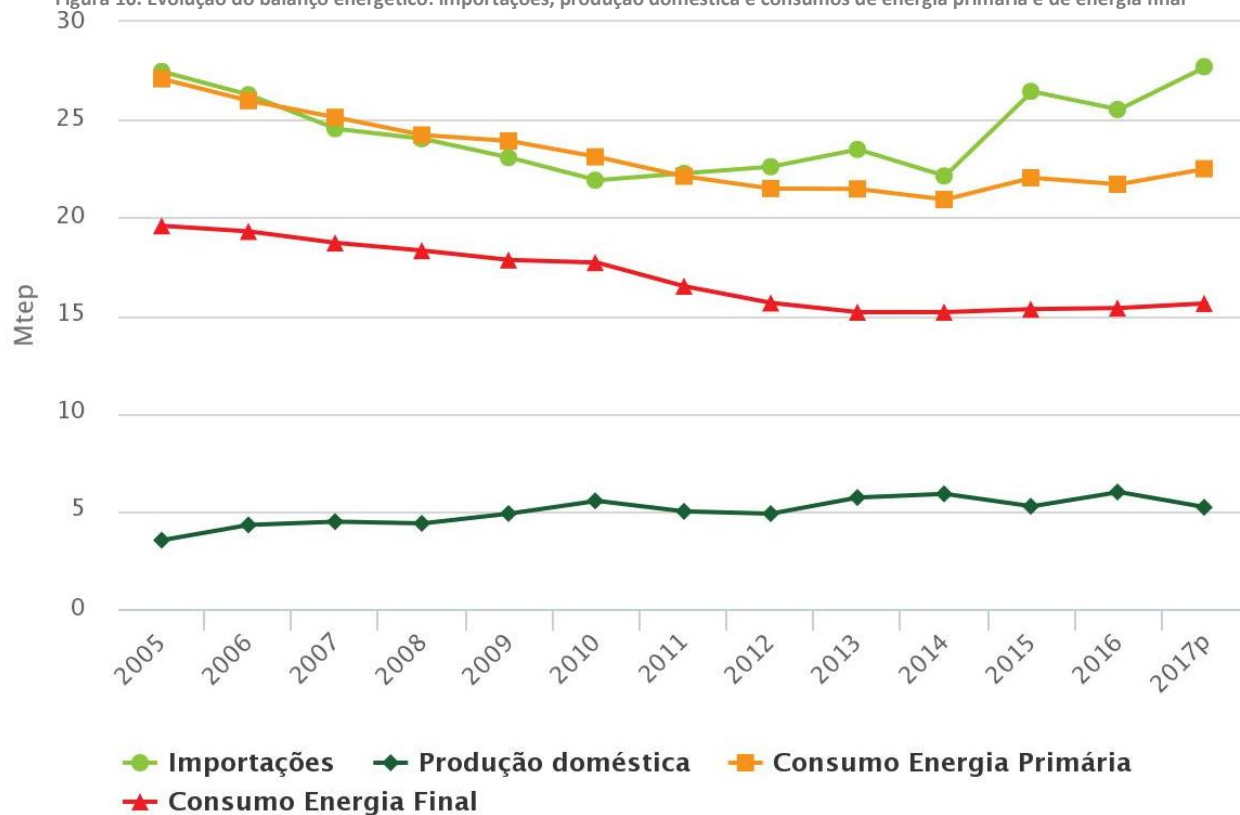


Figura 9. Emissões de GEE por unidade de PIB, em Portugal (1990-2017)



Fonte: APA, REA (2019)

Figura 10. Evolução do balanço energético: importações, produção doméstica e consumos de energia primária e de energia final



Fonte: DGEG (2019)

Figura 11. Consumo de energia primária por fonte energética

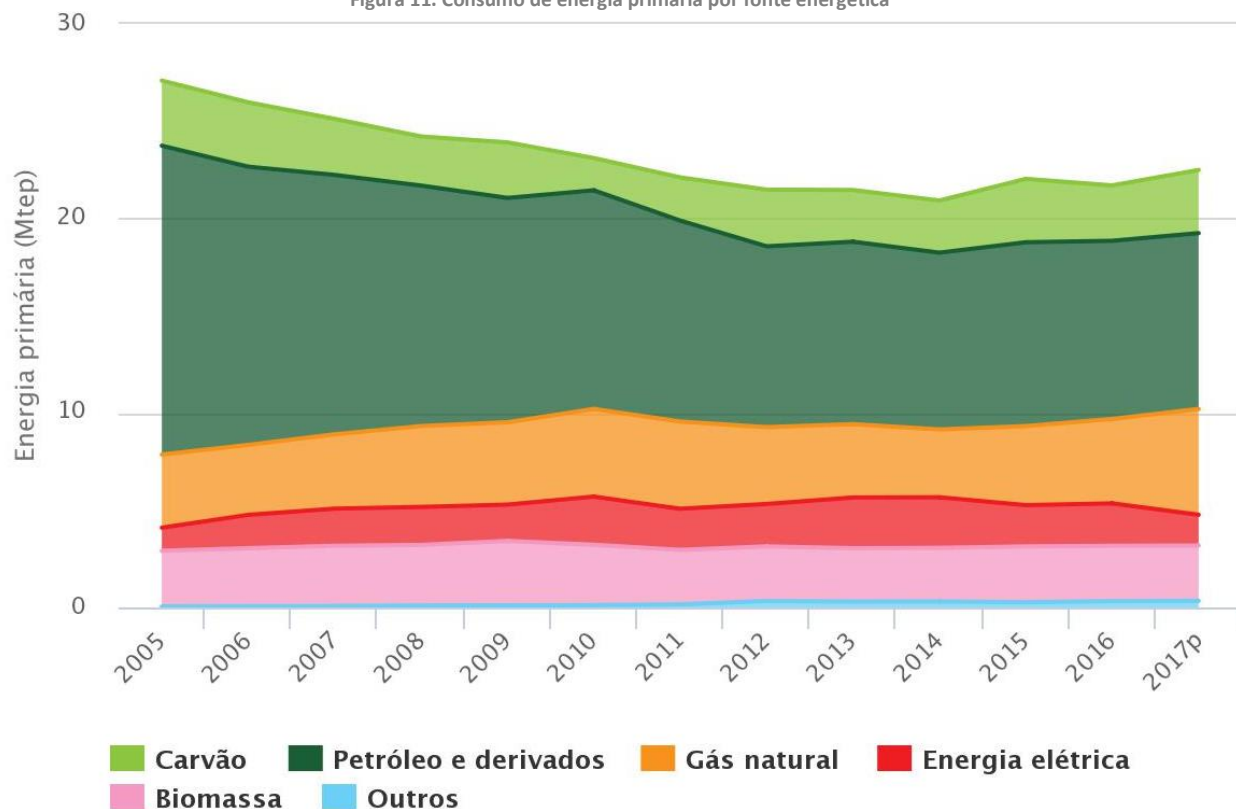
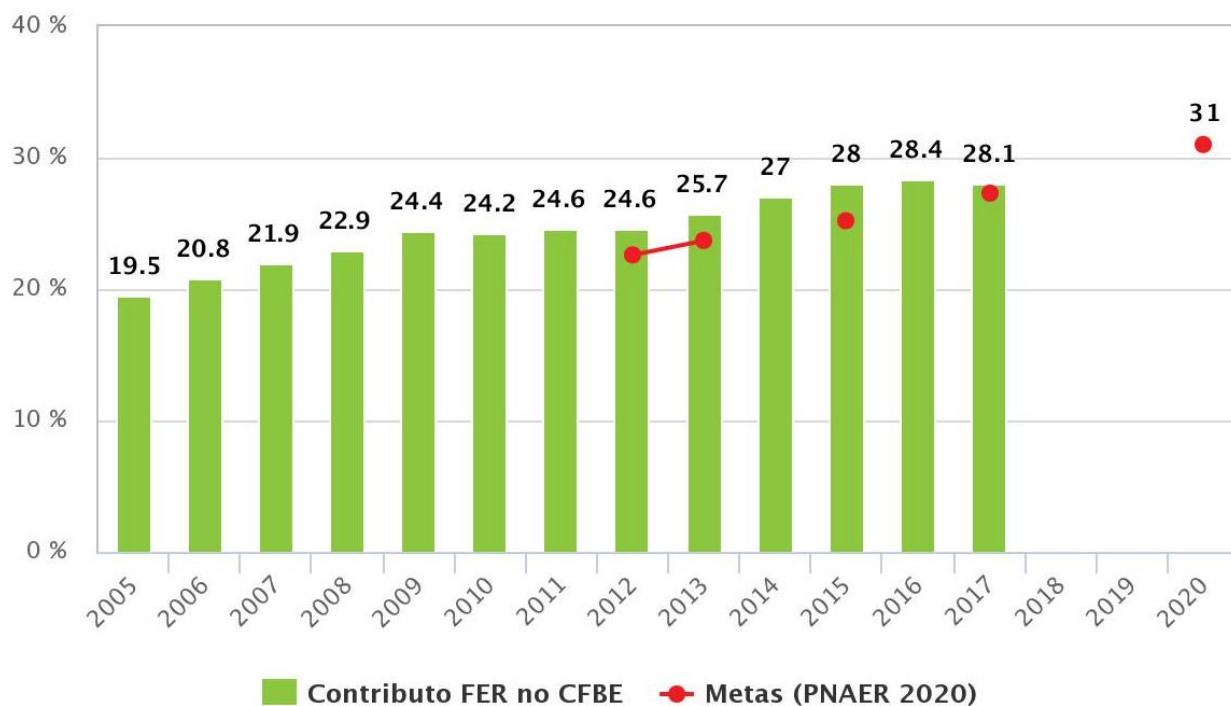


Figura 12. Dependência energética nacional

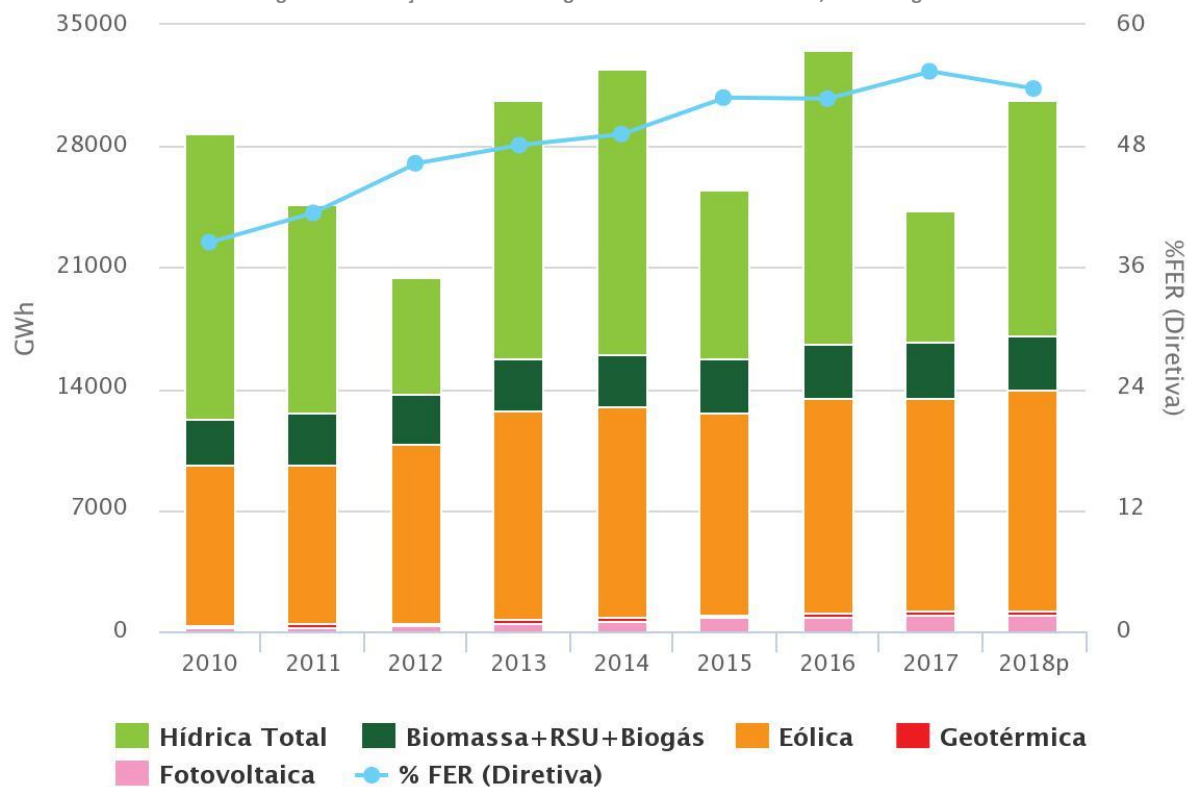


Figura 13. Evolução da trajetória mínima de FER no consumo final bruto de energia



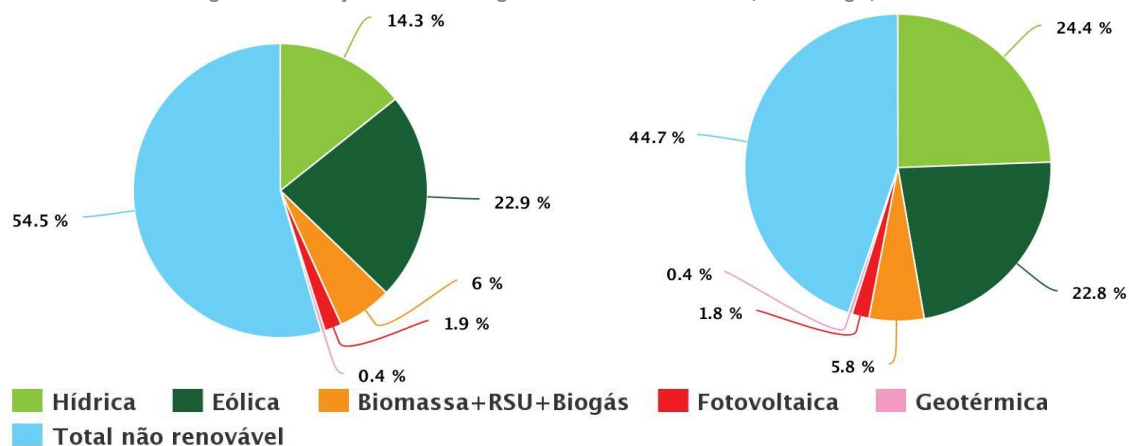
Fonte: DGEG (2019)

Figura 14. Produção anual de energia elétrica com base em FER, em Portugal



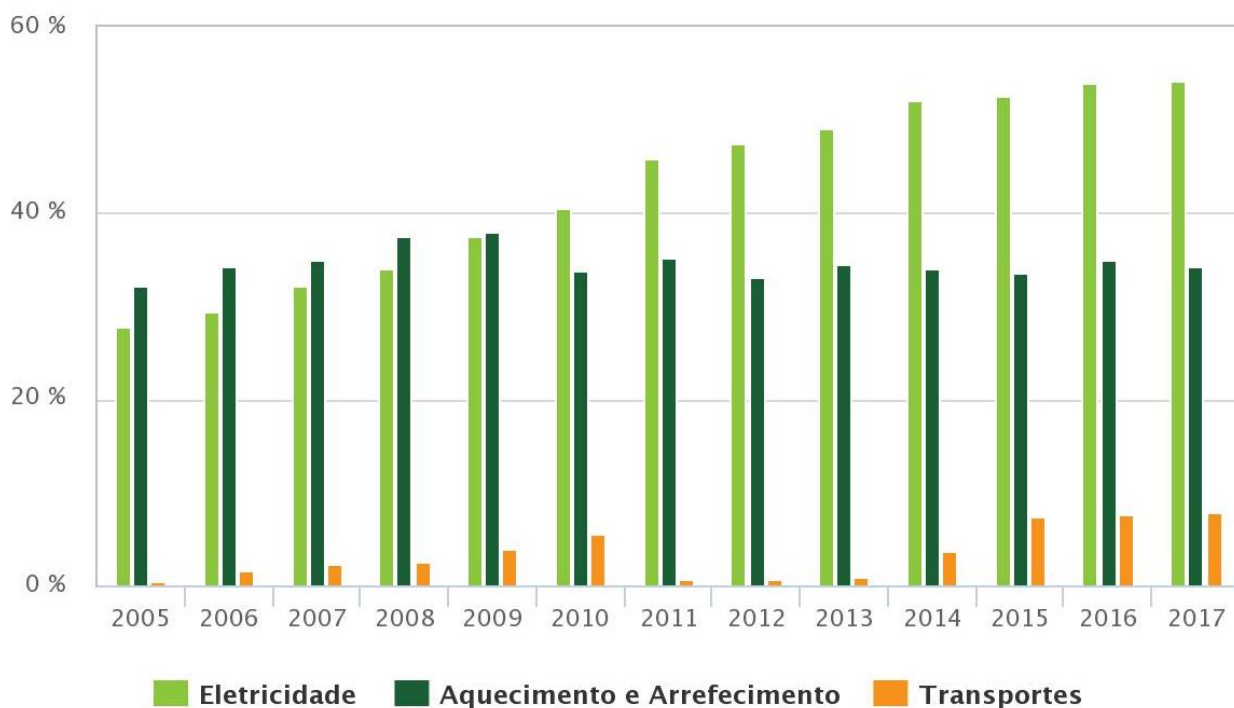
Fonte: DGEG (2019)

Figura 15. Produção anual de energia elétrica com base em FER, em Portugal, em 2017 e 2018

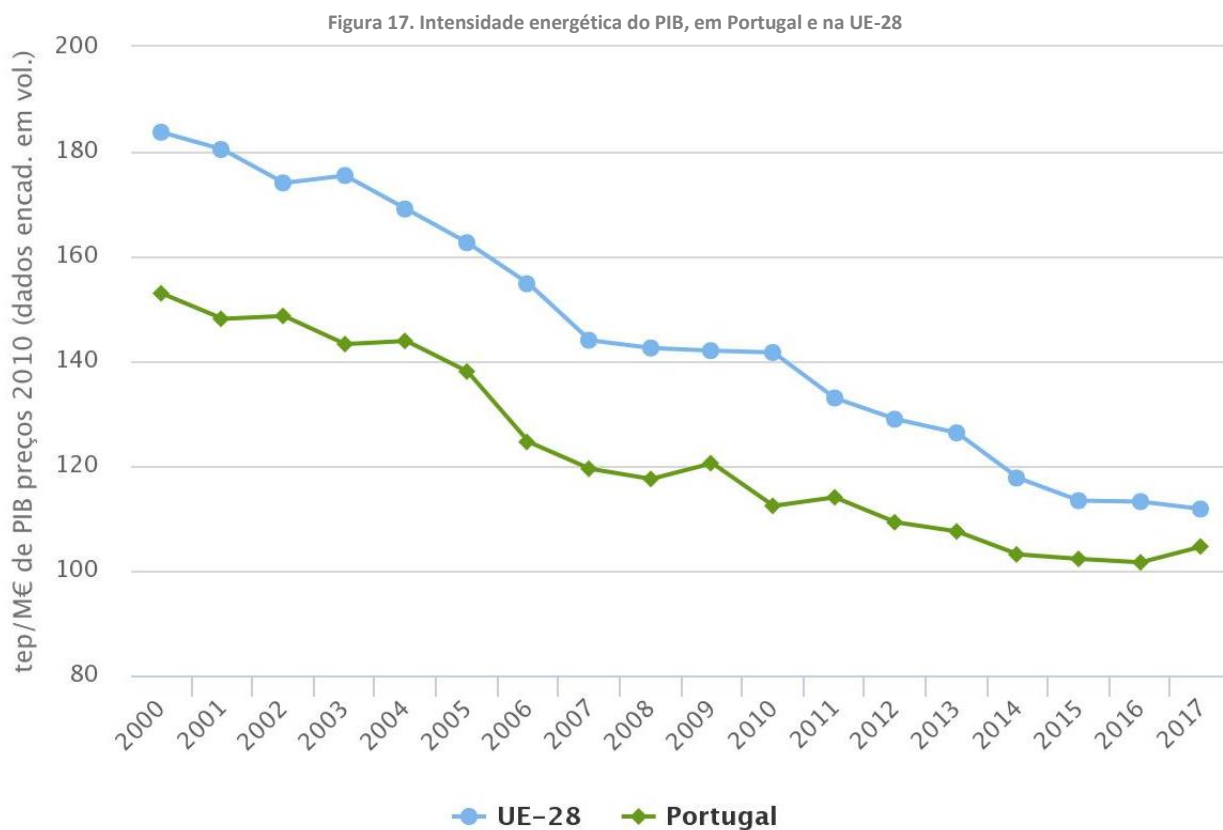


Fonte: DGEG (2019)

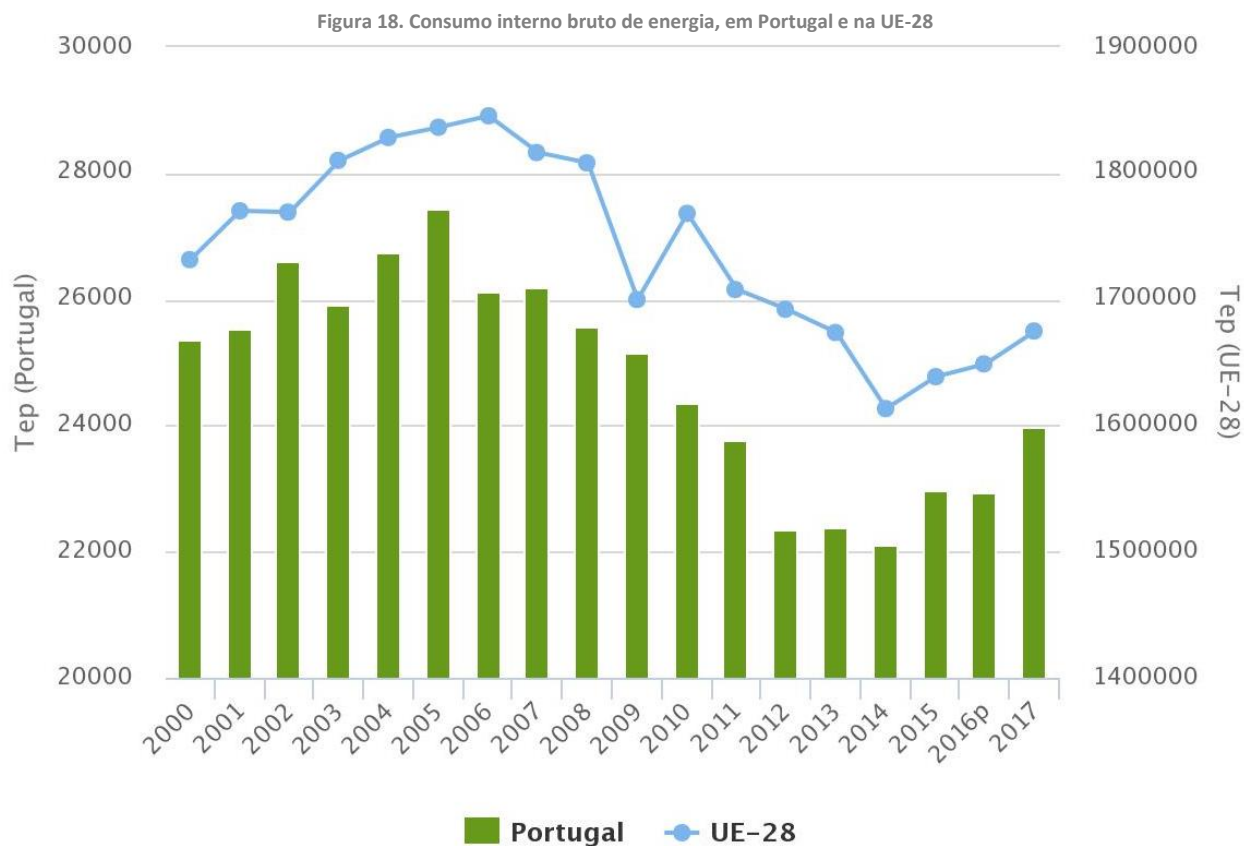
Figura 16. Percentagem de incorporação de renováveis no consumo de energia, por sector



Fonte: Eurostat (2019)

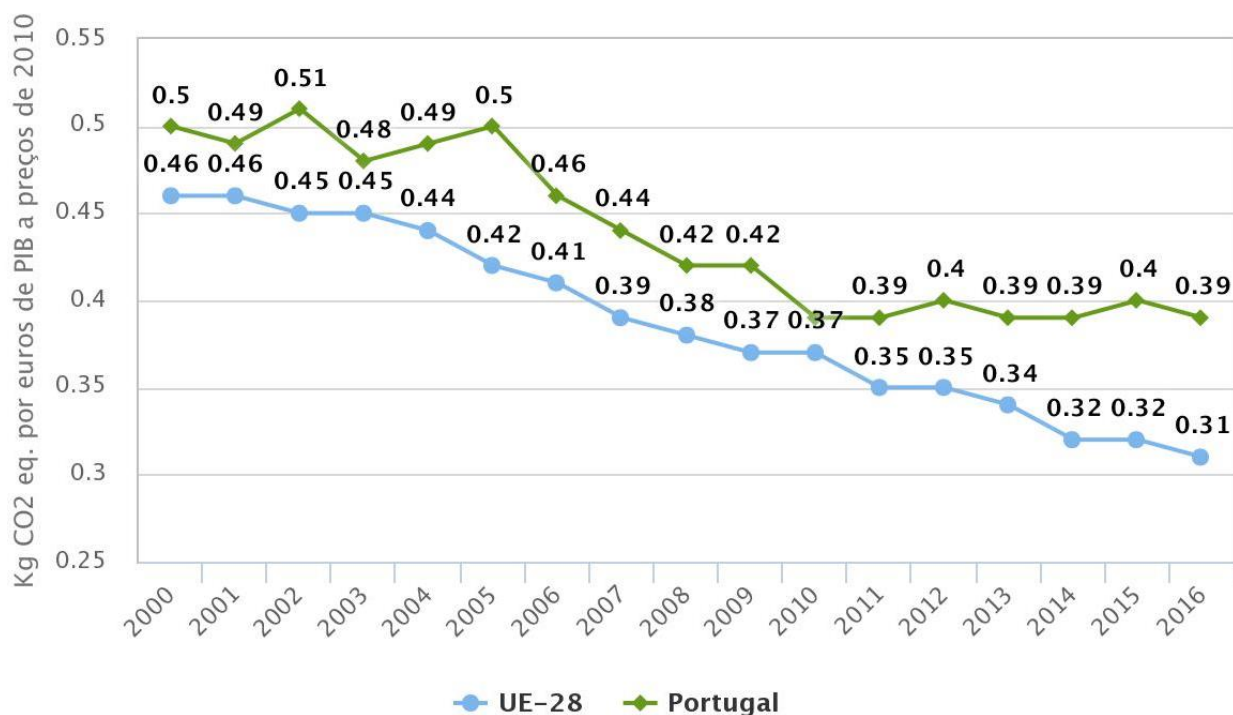


Fonte: Eurostat (2019)



Fonte: Eurostat (2019)

Figura 19. Intensidade carbónica da economia, em Portugal e na UE-28



Fonte: Eurostat (2019)

3.2. Síntese do Exercício de *Benchmarking* à Aplicação do OT4 Noutros Estados-membros

Quadro 7. Exercício de *benchmarking* à aplicação do OT4 noutros Estados-Membros: lições de experiência e recomendações (2021-2027)

Estados-Membros	Lições de experiência e recomendações (2021-2027)	
	Produção de energias renováveis	Eficiência energética
Estónia	<ul style="list-style-type: none"> » Aumentar a alocação de recursos para infraestruturas de energia renovável e eletricidade (solar e eólica); » Criar condições para atrair investimentos privados e permitir a implantação rápida e eficaz de projetos de produção de energias renováveis (reduzir os obstáculos e exigências técnicas). » Ampliar os apoios para intervenções associadas à capacidade de ligação internacional, ao estabelecimento de conexões a novos parques eólicos offshore, a redes inteligentes e à adoção de soluções de armazenamento 	<ul style="list-style-type: none"> » Priorizar a eficiência energética, juntamente com as energias renováveis; » Avaliar as medidas prosseguidas até à data e encontrar novas maneiras de alcançar os resultados desejados, com mais eficiência e alavancando investimentos privados. » Implementar soluções que garantam uma segurança energética sustentável
Eslovénia	<ul style="list-style-type: none"> » Promover investimentos e tecnologias para produzir eletricidade a partir de fontes de energias renováveis e conectar redes para fins de armazenamento de energia; » Eliminar barreiras administrativas ao estabelecimento de soluções para promover o desenvolvimento das comunidades locais de energia; » Aumentar a capacidade e expandir a rede de distribuição de eletricidade para a integração de FER 	<ul style="list-style-type: none"> » Apostar na mobilidade multimodal, ferrovias, ciclovias e vias pedonais; » Apoiar soluções de modernização e expansão de infraestrutura ferroviária e material circulante; » Criar interfaces de ligação ferroviária com transporte coletivo rodoviário; » Promover a multimodalidade através da construção de P&R, condições para ciclismo seguro e público » Aumentar a alocação de fundos destinados à eficiência energética para edifícios particulares

Estados-Membros	Lições de experiência e recomendações (2021-2027)	
	Produção de energias renováveis	Eficiência energética
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> » Aumentar os apoios para soluções de autoconsumo eliminando a existência de uma série de barreiras regulatórias que dificultaram sua viabilidade económica » Impedir a industrialização das áreas naturais e rurais, para produção de energia renovável (solar e eólica) » Promover o planeamento integrado para as infraestruturas renováveis, incluindo as necessidades dos cidadãos (autogeração de energia limpa pelos cidadãos); » Melhorar a implantação de redes inteligentes, apostando em soluções de armazenamento e permitindo uma melhor gestão da procura e da oferta; » Evitar apoiar soluções de aquecimento e refrigeração com base em biomassa 	<ul style="list-style-type: none"> » Priorizar a dimensão da resolução da pobreza energética (habitações particulares) » Avaliar o impacto ambiental dos apoios à biomassa; » Apoiar soluções que permitam que a indústria passe da cogeração de alta eficiência para instalações 100% FER » Apostar na eficiência energética em contexto rural, principalmente em propriedades agrícolas e no setor das pescas » Promover apoios que permitam a facilitação multimodal de viagens, sistemas de transporte inteligentes, infraestruturas limpas de transporte urbano, espaços pedestres e ciclovias
França	<ul style="list-style-type: none"> » Apoiar o desenvolvimento de energias renováveis, especialmente através de projetos desenvolvidos pelos cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> » Promover os apoios para a ampliação dos processos de reabilitação do edificado (habitação social e habitação privada), contribuindo para eliminar a pobreza energética » Investir em transportes sustentáveis e infraestruturas intermodais, apoiando o desenvolvimento de infraestruturas ferroviárias, especialmente pequenas linhas locais e regionais
República Checa	<ul style="list-style-type: none"> » Reduzir os apoios para a biomassa e a energia hidrelétrica, que já estão próximas do pico de produção sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> » Reduzir a burocracia e a complexidade administrativa dos processos
Polónia	<ul style="list-style-type: none"> » Prioridade ao financiamento de infraestrutura de energia limpa » Reduzir o apoio financeiro do governo ao setor de carvão » Assumir as autoridades locais e os cidadãos como os principais beneficiários e impulsionadores da política de transição para as energias limpas » Aumentar as alocações concedidas a fontes de energia renováveis » Eliminar as barreiras legais para investimentos em energia eólica 	<ul style="list-style-type: none"> » Reforçar os apoios para medidas de eficiência energética » Melhorar os exercícios de planeamento e os programas de apoio à eficiência energética em edifícios particulares » Promover projetos/abordagens mais integradas, para incorporar energias renováveis, eficiência energética e outros aspetos, como o armazenamento de eletricidade » Aumentar os apoios para as redes inteligentes, dada a necessidade de mais e melhor conexão e gestão da procura de eletricidade
Croácia		<ul style="list-style-type: none"> » Aumentar a capacidade administrativa de gestão » Aumentar a transparência e reduzir a complexidade dos processos de candidatura, avaliação e verificação de despesas » Maior envolvimento e participação da sociedade civil nos processos de programação e formulação de políticas públicas » Investir em outras áreas para além dos edifícios públicos e residenciais » Investir mais em eficiência energética e sistemas de energia inteligentes para diminuir a alta intensidade energética do país
Reino Unido		<ul style="list-style-type: none"> » Reforçar os apoios à eficiência energética nas residências familiares enquanto dimensão determinantes para atender às mudanças climáticas e aos objetivos de política social; » Atualizar os instrumentos de planeamento setorial, assentes em bons diagnósticos e adequados aos desafios, constrangimentos e oportunidades em presença.

Fonte: CEDRU-EY, com base no Relatório da Climate Action Network Europe "Funding climate and energy transition in the EU: the untapped potential of regional funds : Assessment of the European Regional Development and Cohesion Funds' investments in energy infrastructure 2014 -2020". Abril 2020.

3.3. Alinhamento Temático OT4/outros Instrumentos de Apoio (Potencial de Sobreposição)

Quadro 8. Matriz de alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio (potencial de sobreposição temática)

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
4.1.	Produção de origem renovável		<ul style="list-style-type: none"> » Aviso 06/2019 - Economia circular- Valorização de resíduos no contexto da Transição Energética - projetos piloto ou demonstração, de carácter inovador, centrados na produção, armazenamento e disponibilização de biocombustíveis avançados (aproveitamento sustentável de biomassas residual), incluído biogás, para o setor dos transportes » Aviso 05/2018 - Promoção da utilização da Energia Geotérmica - investimentos que potenciem, e valorizem a utilização dos recursos Geotérmicos, tais como o desenvolvimento e expansão da rede de distribuição de calor, a ligação à rede de distribuição de calor de novos utilizadores desta fonte renovável e a instalação de equipamentos de aproveitamento do calor para fins de climatização e/ou produção de AQS » Aviso 04.2/2018 -Geotermia de Baixa Entalpia - elaboração de cartografia geotérmica para integração e atualização do Atlas Geotérmico Nacional » Aviso 04.1/2018 - Geotermia de Baixa Entalpia - Estudo de avaliação do Potencial de exploração dos Recursos Hidrominerais e Geotérmicos e da sua utilização para temperaturas superiores a 25°C 			<ul style="list-style-type: none"> » Atividades de investigação e inovação (incluindo estudos de viabilidade, demonstração, desenvolvimento de protótipos, testes, desenvolvimento da aplicação) relacionados com a temática “Energia sustentável” 	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Operacional INTERREG Espaço Atlântico 2014-2020 - Prioridade 2: Promover a eficiência dos recursos: 2.1. Promover as energias renováveis » Programa Operacional INTERREG Europe 2014-2020 - Eixo Prioritário 3: Economia de baixo carbono: Estratégias de baixo carbono para todos os tipos de territórios, em particular para as áreas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade multimodal urbana sustentável e adaptação de medidas relevantes para a mitigação - promover e facilitar sistemas de geração e distribuição de energia em áreas rurais
4.2.	Eficiência energética nas empresas	<ul style="list-style-type: none"> » AVISO 22 – Eficiência Energética na Indústria, Agricultura, Floresta e Pesca - investimentos destinados a melhorar o desempenho energético das instalações, através da substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes, da implementação de dispositivos de controlo e atuação que permitam 		<ul style="list-style-type: none"> » Descarbonização da Indústria: Emissões de Processo na Indústria - A aplicação de MTD constantes do BREF transversais e setoriais aplicáveis aos vários setores industriais, que não se constituam de carácter obrigatório para a instalação em causa; A aplicação de tecnologias emergentes cujos 	<ul style="list-style-type: none"> » Eficiência no Consumo (PPEC – 2017-2018) - promoção e seleção de medidas de eficiência energética, que contribuam de forma mensurável para a redução do consumo de energia elétrica ou para a gestão de cargas, e ações de divulgação e informação que promovam a adoção de comportamentos e decisões racionais e eficientes no 	<ul style="list-style-type: none"> » Atividades de investigação e inovação (incluindo estudos de viabilidade, demonstração, desenvolvimento de protótipos, testes, desenvolvimento da aplicação) relacionados com a temática “Energia sustentável”, para PME 	<ul style="list-style-type: none"> » Programa Operacional INTERREG Europe 2014-2020 - Eixo Prioritário 3: Economia de baixo carbono: Estratégias de baixo carbono para todos os tipos de territórios, em particular para as áreas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade multimodal urbana sustentável e adaptação de medidas relevantes para a mitigação - incentivar e apoiar as empresas a investir em medidas de eficiência energética

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
		<p>otimizar as condições de uso e consumo de energia, e/ou da reformulação e integração de processos</p> <p>» Aviso 19 - Eficiência Energética na Indústria - projetos que conduzam ao aumento da eficiência energética por via da otimização energética dos processos de fabrico e da introdução de novas tecnologias</p> <p>» Aviso 13 – SGCIE – Incentivo à promoção da Eficiência Energética II 2015 - investimentos realizados em medidas transversais de atuação tecnológica em motores elétricos, produção de calor e frio e eficiência do processo industrial; investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia; custos das auditorias energéticas obrigatórias para operadores com consumos anuais inferiores a 1000 tep/ano</p> <p>» Aviso 08 – SGCIE – Incentivo à promoção da Eficiência Energética 2014 - investimentos realizados em isolamentos térmicos</p>		<p>resultados possam assegurar um nível de proteção do ambiente mais elevado ou equivalente ao obtido com a aplicação das MTD ou o desenvolvimento de projetos piloto inovadores de demonstração, preferencialmente, em fase pré -comercial</p>	<p>consumo. Segmento Indústria (Aplicação em motores; Ar comprimido; Divulgação; Gestão de consumos; iluminação; Refrigeração)</p>		»
4.3.	Eficiência Energética na habitação particular	<p>» AVISO 25 – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS - medidas de eficiência energética que conduzam à melhoria do desempenho energético de edifícios existentes, do setor residencial (Janelas eficientes; isolamento</p>			<p>» Plano de Promoção de Eficiência no Consumo (PPEC – 2017-2018) - promoção e seleção de medidas de eficiência energética, que contribuam de forma mensurável para a redução do consumo de energia elétrica ou para a gestão de</p>		

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
		coberturas/pavimentos; iluminação eficiente) » AVISO 20 – EDIFÍCIOS EFICIENTES 2016 - medidas de eficiência energética que conduzam à melhoria do desempenho energético de edifícios existentes, do setor residencial e de serviços; aquecimento solar térmico (AQS), instalação de janelas eficientes, requalificação de isolamentos térmicos e iluminação eficiente » Aviso 10 – Edifício Eficiente 2015 - Colocação/reforço de isolamento térmico em coberturas e Colocação/reforço de isolamento térmico em paredes exteriores			cargas, e ações de divulgação e informação que promovam a adoção de comportamentos e decisões racionais e eficientes no consumo. Segmento doméstico (Bombas de Calor para AQS e Redutores de Caudal II; Termoacumulador Eficiente e Redutores de Caudal; Multitomada inteligente; Controlo de iluminação em elevadores residenciais; LED no setor residencial; Melhoria da envolvente em edifícios residenciais)		
	Eficiência Energética na administração pública	» AVISO 21 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE 2016 - Investimentos que visem a implementação em edifícios existentes, ocupados por entidades públicas, de soluções que promovam a melhoria do desempenho energético, através da substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes, ou através da implementação de dispositivos de controlo que permitam otimizar as condições de uso e consumo de energia » Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado 2015 - apoio a instalações de	» Aviso 02/2014 - Projetos de Demonstração de Eficiência Energética em Hospitais - fomentar o investimento em projetos de eficiência energética, através de projetos de demonstração		» Eficiência no Consumo (PPEC – 2017-2018) - promoção e seleção de medidas de eficiência energética, que contribuam de forma mensurável para a redução do consumo de energia elétrica ou para a gestão de cargas, e ações de divulgação e informação que promovam a adoção de comportamentos e decisões racionais e eficientes no consumo. Segmento Municípios (Água quente ; Aplicação em motores; Divulgação; Gestão de consumos; iluminação) e Segmento destinado a escolas, hospitais e outros edifícios de interesse público (Divulgação, iluminação e gestão de consumos)		» Programa Operacional INTERREG Espaço Atlântico 2014-2020 - Prioridade 2: Promover a eficiência dos recursos: 2.1. Promover a eficiência energética » Programa Operacional para o Mediterrâneo (MED) 2014-2020 - Apoiar a eficiência energética, e a utilização de energias renováveis.

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
		sistemas de compensação de energia reativa por parte da Administração					
	Eficiência Energética nas IPSS	» Aviso 12 – Requalificação de Sistemas Solares Térmicos 2015 - reabilitação dos sistemas solares, mediante o fornecimento, instalação, substituição de equipamentos e comissionamento da instalação			» Eficiência no Consumo (PPEC – 2017-2018) - promoção e seleção de medidas de eficiência energética, que contribuam de forma mensurável para a redução do consumo de energia elétrica ou para a gestão de cargas, e ações de divulgação e informação que promovam a adoção de comportamentos e decisões racionais e eficientes no consumo. Segmento IPSS (Auditorias Energéticas e Formação para a Eficiência Energética em IPSS ; Divulgação; Gestão de consumos e Iluminação)		
4.5.	Mobilidade elétrica			» Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículos de Baixas Emissões (2020) - Apoios para veículos ligeiros de passageiros, veículos ligeiros de mercadorias, bicicletas elétricas, motociclos/ciclomotores e bicicletas de carga e bicicletas convencionais » 3ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 2 - financiamento de veículos elétricos (VE) na AP, o apoio à aquisição de pontos de carregamento e os respetivos sistemas de georreferenciação e monitorização. » 3ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - financiamento de veículos			

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
				<p>elétricos (VE) na AP, o apoio à aquisição de pontos de carregamento e os respetivos sistemas de georreferenciação e monitorização</p> <p>» Aquisição e Instalação de Postos de Carregamento Rápido de Veículos Elétricos - aquisição, instalação e disponibilização ao público de postos de carregamento rápido (cuja potência seja igual ou superior a 43 kVA) de veículos elétricos, em espaços de acesso público públicos ou privados, com integração na rede MOBI.E</p> <p>» Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículos de Baixas Emissões (2019) - incentivo para a introdução no consumo de veículos ligeiros elétricos e de veículos de duas rodas (motociclos de duas rodas e ciclomotores) elétricos, e incentivo para a aquisição de bicicletas elétricas</p> <p>» 3ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Parte 2 - financiamento da contratação de 600 VE para substituição de veículos com mais de 10 anos dos Municípios, sendo dada prioridade aos veículos destinados ao serviço de apoio logístico de Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), integrados no Serviço Nacional de Saúde</p> <p>» Aquisição e instalação de postos de carregamento de</p>			

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
				<p>VE em campi universitários: "Aquisição e instalação de postos de carregamento de veículos elétricos (VE) em campi universitários" (CRUP) e "Instalação de postos de carregamento de veículos elétricos em Campi Universitários II"</p> <p>» Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículos de Baixas Emissões (2018) - incentivo para a aquisição de veículos ligeiros elétricos e para a aquisição de veículos de duas rodas (motociclos de duas rodas e ciclomotores) elétricos</p> <p>» 2ª Fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - o financiamento da contratação de 200VE para substituição de veículos com mais de 10 anos e aquando da renovação da frota. aquisição e instalação de postos de carregamento, até um número máximo de postos igual ao número de veículos atribuídos a cada entidade</p> <p>» Veículos de Serviços Urbanos Ambientais Elétricos - substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização, no âmbito da atividade desenvolvida por autarquias locais ou outras entidades gestoras dos serviços públicos de</p>			

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
				limpeza urbana, de jardins e outros serviços ambientais » Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - financiamento de veículos elétricos (VE) na AP, o apoio à aquisição de pontos de carregamento e os respetivos sistemas de georreferenciação e monitorização . Aquisição de 170 VE, em regime de aluguer operacional de veículos (AOV) durante um período de 48 meses » Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículos de Baixas Emissões - Aquisição de veículo 100% elétrico novo sem matrícula			
	Eficiência energética no setor dos transportes	» AVISO 23 – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES 2017- medidas tangíveis que visem promover a melhoria do desempenho energético das infraestruturas de transportes, através da substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes, da implementação de dispositivos de controlo e atuação que permitam otimizar as condições de uso e consumo de energia » Aviso 15 – RGCE Transportes 2015 - iniciativas que visem a gestão energética das frotas de transportes consumidoras intensivas de energia	» Aviso 03/2014 - Energias Renováveis nos Transportes – Projetos de desenvolvimento ou demonstração de tecnologias de carregamento ou abastecimento, armazenagem ou gestão de energia (utilização de vetores energéticos de base renovável - eletricidade, biocombustíveis)			» Atividades de investigação e inovação (incluindo estudos de viabilidade, demonstração, desenvolvimento de protótipos, testes, desenvolvimento da aplicação) relacionados com a temática “Transportes ecológicos e integrados”	» Programa Operacional para o Mediterrâneo (MED) 2014-2020 - Promover estratégias de diminuição de emissão de carbono, em especial nas zonas urbanas » Programa Operacional INTERREG Europe 2014-2020 - Eixo Prioritário 3: Economia de baixo carbono: Estratégias de baixo carbono para todos os tipos de territórios, em particular para as áreas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade multimodal urbana sustentável e adaptação de medidas relevantes para a mitigação

PI	TO	Alinhamento temático entre o OT4 e outros instrumentos de apoio / Potencial de sobreposição temática (TO)					
		Fundo de Eficiência Energética (FEE)	Fundo de Apoio à Inovação (FAI)	Fundo Ambiental	Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC)	Horizon 2020	INTERREG
	Mobilidade sustentável			» Construção de Ciclovias no âmbito do Portugal Ciclável - construção de ciclovias entre aglomerações relevantes contíguas, de diferentes municípios, nomeadamente entre os pares de Municípios identificados no Subprograma 2 do PC2030		» Atividades de investigação e inovação - As cidades como nós multimodais conectados para uma mobilidade inteligente e limpa: novas abordagens para demonstrar e testar soluções inovadoras	

Fonte: CEDRU-EY, com base em diversos instrumentos de apoio (2020)

3.4. Elementos de Suporte à Análise da Eficácia e da Eficiência dos Apoios

Quadro 9. Planos de AAC do OT4 *versus* AAC lançados (amostra)

Código AAC	PO	PI	TO	Estado Aviso	Data prevista (Plano Avisos)	Data de lançamento	Gap (Nº meses)
POSEUR-01-2015-30	POSEUR	4.1	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Encerrado	set/15	out/15	1
POSEUR-01-2016-36	POSEUR	4.1	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Encerrado	fev/16	mar/16	1
POSEUR-01-2016-60	POSEUR	4.1	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Encerrado	jul/16	jul/16	0
AVISO POSEUR-01-2019-19	POSEUR	4.1	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Aberto	1.º T 2019	mar/19	0
AVISO POSEUR-01-2019-13	POSEUR	4.1	Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Aberto	1.º T 2019	mar/19	0
POSEUR-03-2016-40	POSEUR	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	jan/16	mai/16	4
POSEUR-03-2016-65	POSEUR	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	set/16	0
POSEUR-04-2016-41	POSEUR	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	jul/15	mai/16	10
POSEUR-06-2015-05	POSEUR	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	abr/15	0
POSEUR-07-2015-31	POSEUR	4.5	Eficiência energética nos transportes públicos	Encerrado	jul/15	nov/15	4
POSEUR-R1-2016-37	POSEUR	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	jul/15	mar/16	8
POSEUR-07-2016-71	POSEUR	4.5	Eficiência energética nos transportes públicos	Encerrado	set/16	out/16	1
NORTE-06-2015-09	POR Norte	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	jun/15	2
NORTE-03-2016-26	POR Norte	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	out/16	1
NORTE-04-2017-04	POR Norte	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	set/16	fev/17	5
AVISO NORTE-03-2017-42	POR Norte	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Aberto	set/16	nov/16	2
AVISO NORTE-06-2019-06	POR Norte	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Aberto	1.º T 2019	abr/19	1
CENTRO-06-2015-02	POR Centro	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	jun/15	2
CENTRO-03-2016-10	POR Centro	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	out/16	1
Centro-04-2017-06	POR Centro	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	set/16	fev/17	5
LISBOA-06-2015-04	POR Lisboa	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	jun/15	2
LISBOA-03-2016-17	POR Lisboa	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	out/16	1
Lisboa-04-2017-06	POR Lisboa	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	set/16	fev/17	5
ALT20-06-2015-07	POR Alentejo	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	jun/15	2
ALT20-03-2016-25	POR Alentejo	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	out/16	1
ALT20-04-2017-05	POR Alentejo	4.3	Eficiência energética nas habitações	Encerrado	set/16	fev/17	5
AVISO ALT20-06-2019-15	POR Alentejo	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Aberto	1.º T 2019	fev/19	1
ALG-06-2015-04	POR Algarve	4.5	Mobilidade urbana sustentável	Encerrado	abr/15	jun/15	2
ALG-03-2016-12	POR Algarve	4.3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	Encerrado	set/16	out/16	1

Fonte: CEDRU/EY, com base nos planos anuais de AAC e nos AAC lançados no âmbito do OT4 (31.05.2019)

Quadro 10. Exemplos de iniciativas de divulgação dos apoios disponibilizados no âmbito do OT4

PO	Iniciativas de divulgação (lista não exaustiva)	Data	Fonte
PO SEUR	Sessão de Esclarecimentos sobre o Aviso-Concurso para Sistemas de Gestão de Frotas	05.04.2018	Site POSEUR
	Sessão de Esclarecimentos Relativa ao 3º Aviso-Concurso "A Eficiência Energética nos Edifícios da Administração Pública Central"	20.09.2019	Site POSEUR
POR Norte	Duas sessões de esclarecimento sobre os concursos de apoio a investimentos em eficiência energética	11.10.2019	Site Norte 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Braga	20.02.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Bragança	09.01.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Vila Real	06.02.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Vila Nova de Gaia	15.02.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Viseu	06.03.2018	Site IFRRU 2020
POR Centro	Sessão pública sobre o IFRRU, Coimbra	13.03.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Covilhã	27.02.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Leiria	16.01.2018	Site IFRRU 2020
POR Lisboa	Sessão de esclarecimentos sobre o Aviso-Concurso "Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local"	13.02.2017	Site Lisboa 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Lisboa	25.01.2018	Site IFRRU 2020
	Duas sessões técnicas de esclarecimento sobre Eficiência Energética nas empresas e nas IPSS	21.10.2019	Site Lisboa 2020
POR Alentejo	Sessão pública sobre o IFRRU, Santarém	16.01.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Évora	23.01.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Beja	31.01.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão Técnica "Eficiência Energética nas IPSS", Évora	14.10.2019	Site Alentejo 2020
	Sessão Técnica "Eficiência Energética nas empresas", Évora	14.10.2019	Site Alentejo 2020
	Sessão pública sobre o IFRRU, Monforte	05.02.2019	Site Linhas de Elvas
POR Algarve	Sessão pública sobre o IFRRU, Faro	30.01.2018	Site IFRRU 2020
	Duas sessões de esclarecimento sobre a Eficiência Energética nas IPSS e nas Autarquias	22.10.2019	Site CRESC Algarve 2020
	Sessão de esclarecimento sobre a Eficiência Energética nas Empresas	31.10.2019	Site CRESC Algarve 2020
PO Açores	Sessão sobre o IFRRU	29.05.2017	Site Açores 2020
	Duas sessões de divulgação e esclarecimento sobre o IFRRU 2020	20.03.2018 21.03.2018	Site Açores 2020
	Sessão de apresentação do IFRRU 2020	05.04.2019	Site Jornal Açores 9
PO Madeira	Sessão pública sobre o IFRRU	08.02.2018	Site IFRRU 2020
	Sessão de esclarecimentos sobre os fundos FEDER para a energia no Porto Santo	10.07.2019	Site IDR

Fonte: CEDRU/EY, com base nos websites indicados

Quadro 11. Dotação financeira alocada ao OT4 no Portugal 2020

PO	2014 (texto original do PO)			2017 (reprogramação)			2018 (reprogramação)			2020 (reprogramação)			Dotação OT4 do PO / Dotação total OT4
	Dotação total do PO (mil €)	Dotação do OT4 (mil €)	OT4 / Total (%)	Dotação total do PO (mil €)	Dotação do OT4 (mil €)	OT4 / Total (%)	Dotação total do PO (mil €)	Dotação do OT4 (mil €)	OT4 / Total (%)	Dotação total do PO (mil €)	Dotação do OT4 (mil €)	OT4 / Total (%)	
PO SEUR	2 252 742	757 000	34%	2 252 742	757 000	34%	2 252 742	757 000	34%	2 252 742	757 000	34%	48%
POR Norte	3 378 771	367 799	11%	3 378 771	367 799	11%	3 295 036	357 767	11%	3 295 036	353 647	11%	23%
POR Centro	2 100 791	165 377	8%	2 100 791	165 377	8%	2 100 791	160 592	8%	2 100 791	175 228	8%	11%
POR Lisboa	809 065	85 000	11%	792 811	85 000	11%	792 811	82 265	10%	792 811	82 265	10%	5%
POR Alentejo	1 052 279	128 164	12%	1 052 279	128 164	12%	1 052 279	124 745	12%	1 052 279	117 083	11%	8%
POR Algarve	308 676	20 000	6%	308 676	20 000	6%	306 676	18 910	6%	306 676	18 910	6%	1%
PO Açores	1 132 252	48 735	4%	1 129 981	48 735	4%	1 129 981	47 368	4%	1 129 981	44 459	4%	3%
PO Madeira	393 928	18 040	5%	391 806	18 040	5%	391 806	17 356	4%	401 226	16 255	4%	1%
Total	11 428 504	1 590 115	14%	11 407 858	1 590 115	14%	11 322 123	1 566 004	14%	11 331 543	1 564 848	14%	100%

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 12. Número de candidaturas de acordo com o seu estado

PI / TO	Aprovadas				Admitidas/submetidas		Rescindida/anulada		Outros estados				Total
	Encerrada / concluída	Em execução	Contratada	Aprovada	Admitida	Submetida	Rescindida	Anulada	Desistida	Não aprovada	Não admitida	Em preenchimento	
PI 4.1	8			1		2			2		5		18
Produção e distribuição de FER	8			1		2			2		5		18
PI 4.3	132	129		32	57	461	8	4	143	51	13	4	1034
EE nas habitações	18	51	4	8	33	7			9	14	11		155
EE nas infraestruturas públicas	114	78	28	49	428	1	4	134	37	2		4	879
PI 4.5	2	316	149	32	12	177	11	3	46	5	44		797
EE nos transportes públicos		23	24			1	3		1	2			54
Mobilidade urbana sustentável	2	293	125	32	12	176	8	3	45	3	44		743
Total	2	456	278	65	69	640	19	7	191	61	57	4	1849

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 13. Fundo solicitado de acordo com o estado das candidaturas

PI / TO	Aprovadas				Admitidas/submetidas		Rescindida/anulada		Outros estados				Total (mil €)
	Encerrada / concluída	Em execução	Contratada	Aprovada	Admitida	Submetida	Rescindida	Anulada	Desistida	Não aprovada	Não admitida	Em preenchimento	
PI 4.1	0	50 907	0	11 780	0	8 800	0	0	9 620	15 658	0	0	96 765
Produção e distribuição de FER	0	50 907	0	11 780	0	8 800	0	0	9 620	15 658	0	0	96 765
PI 4.3	0	209 509	76 522	20 123	7 416	98 864	365	2 601	27 397	21 757	3 895	809	469 257
EE nas habitações	0	62 528	31 681	2 845	2 264	14 008	316	0	4 862	3 973	3 577	0	126 054
EE nas infraestruturas públicas	0	146 981	44 841	17 278	5 152	84 856	48	2 601	22 534	17 785	318	809	343 202
PI 4.5	149	170 971	93 414	20 324	9 516	72 788	3 994	2 485	25 877	2 800	17 901	0	420 220
EE nos transportes públicos	0	56 560	23 530	0	0	3 938	1 086	0	523	1 381	0	0	87 017
Mobilidade urbana sustentável	149	114 411	69 884	20 324	9 516	68 851	2 908	2 485	25 354	1 420	17 901	0	333 204
Total	149	431 387	169 935	52 227	16 932	180 452	4 359	5 086	62 894	40 216	21 796	809	986 242

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 14. Número de candidaturas por tipologia de beneficiários

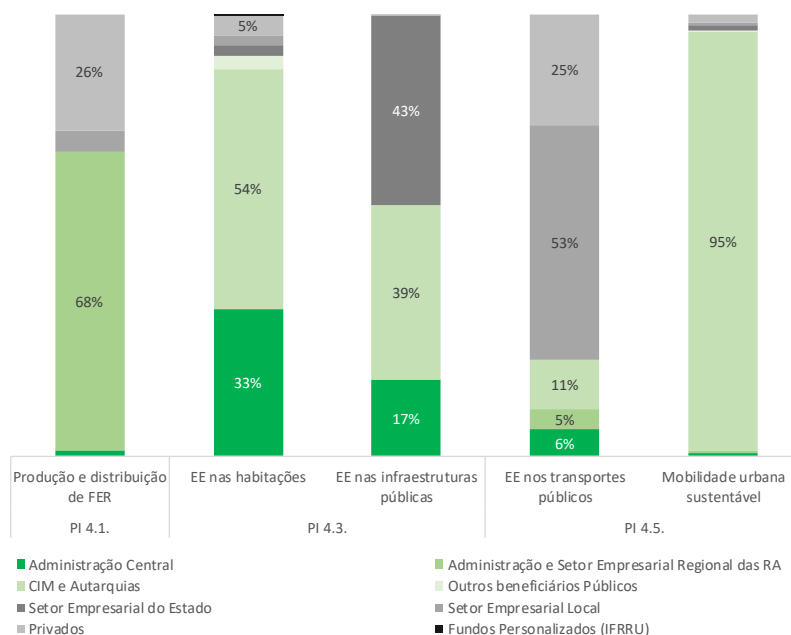
PI / TO	Administração Central	Administração e Setor Empresarial Regional das RA	CIM e Autarquias	Outros beneficiários Públicos	Setor Empresarial do Estado	Setor Empresarial Local	Privados	Fundos Personalizados (IFRRU)	Total
PI 4.1	7		4				1	6	18
Produção e distribuição de FER	7		4				1	6	18
PI 4.3	148		2	800	5	67	6	5	1 034
EE nas habitações	11			121	4	10	4	4	155
EE nas infraestruturas públicas	137		2	679	1	57	2	1	879
PI 4.5	17		5	727	2	2	10	34	797
EE nos transportes públicos	16		1	6			7	24	54
Mobilidade urbana sustentável	1		4	721	2	2	3	10	743
Total	172		11	1527	7	69	17	45	1 849

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 15. Fundo solicitado por tipologia de beneficiários (mil €)

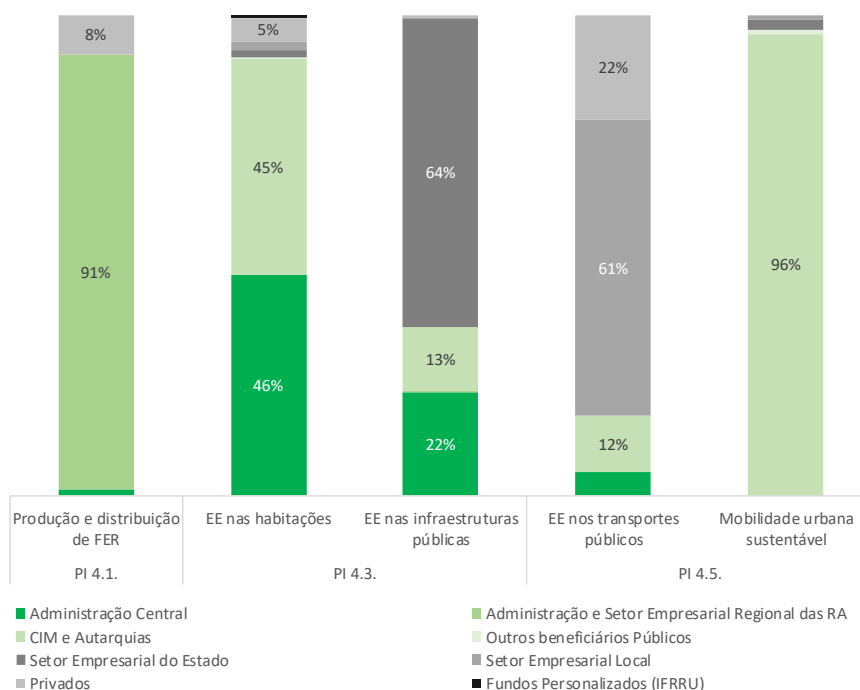
PI / TO	Aprovadas				Admitidas/submetidas		Rescindida/anulada		Outros estados				Total (mil €)
	Encerrada / concluída	Em execução	Contratada	Aprovada	Admitida	Submetida	Rescindida	Anulada	Desistida	Não aprovada	Não admitida	Em preenchimento	
PI 4.1	0	50 907	0	11 780	0	8 800	0	0	9 620	15 658	0	0	96 765
Produção e distribuição de FER	0	50 907	0	11 780	0	8 800	0	0	9 620	15 658	0	0	96 765
PI 4.3	0	209 509	76 522	20 123	7 416	98 864	365	2 601	27 397	21 757	3 895	809	469 257
EE nas habitações	0	62 528	31 681	2 845	2 264	14 008	316	0	4 862	3 973	3 577	0	126 054
EE nas infraestruturas públicas	0	146 981	44 841	17 278	5 152	84 856	48	2 601	22 534	17 785	318	809	343 202
PI 4.5	149	170 971	93 414	20 324	9 516	72 788	3 994	2 485	25 877	2 800	17 901	0	420 220
EE nos transportes públicos	0	56 560	23 530	0	0	3 938	1 086	0	523	1 381	0	0	87 017
Mobilidade urbana sustentável	149	114 411	69 884	20 324	9 516	68 851	2 908	2 485	25 354	1 420	17 901	0	333 204
Total	149	431 387	169 935	52 227	16 932	180 452	4 359	5 086	62 894	40 216	21 796	809	986 242

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Figura 20. Distribuição do Fundo solicitado (todas as candidaturas) por tipologia de beneficiários¹

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

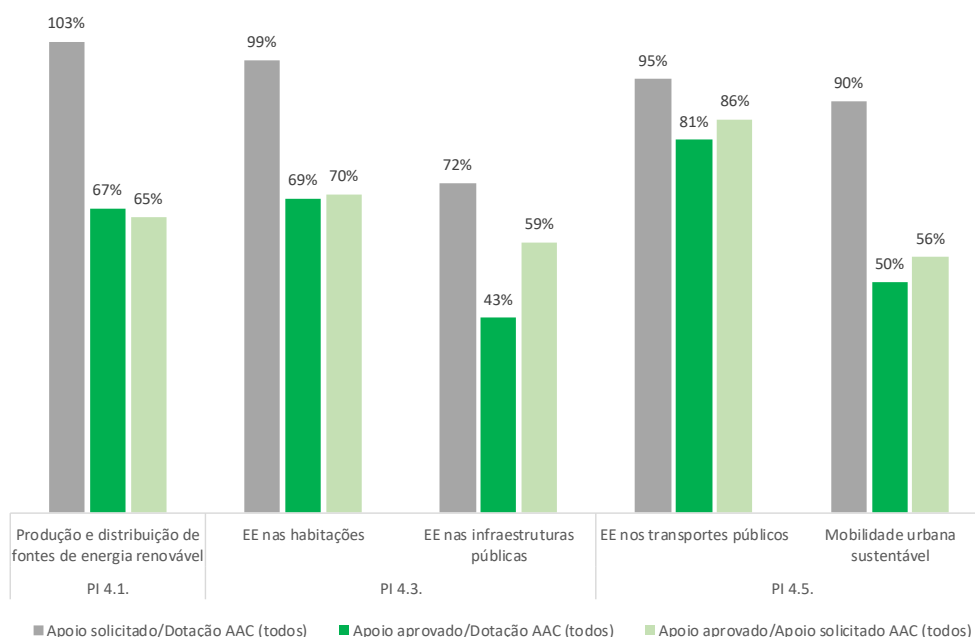
Figura 21. Distribuição do Fundo aprovado (projetos aprovados) por tipologia de beneficiários



Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

¹ Para efeitos de harmonização e simplificação das diferentes tipologias de beneficiários registadas, procedeu-se à agregação de algumas classificações originais, nomeadamente: i) "CIM e Autarquias" abrange as classificações originais "Autarquias e suas Associações", "Autarquias Locais", "Associações de autarquias locais – Comunidade Intermunicipal", "Associação de autarquias locais - Área Metropolitana", "Autarquia Local" e "Autarquias e suas Associações da RAA"; ii) "Administração e Setor Empresarial Regional das RA" inclui as classificações prévias "Administração e Setor Empresarial Regional da RAM", "Secretaria Regional (RA)", "Administração e Setor Empresarial Regional da RAA" e o único caso registado como "Não a tribuído" que diz respeito a uma entidade pública da Região Autónoma da Madeira; iii) "Setor Empresarial Local" inclui a classificação prévia com a mesma denominação, "Setor Empresarial Local - Empresa Municipal/Entidade Empresarial Municipal" e "Setor Empresarial Local - Empresa Municipal"; iv) "Setor Empresarial do Estado" inclui as classificações "Setor Empresarial do Estado" e "Setor Empresarial - Empresas Públicas (RA)"; v) "Privados" abrange a classificação prévia com a mesma denominação e ainda a classificação "Pessoas singulares"; vi) "Outros Beneficiários Públicos" inclui as classificações "Outras Entidades Públicas", "Institutos Públicos" e "Organismo Público Local"; e vii) as restantes classificações mantiveram-se como categorias autónomas, a saber "Administração Central" e "Fundos Personalizados (IFRRU)".

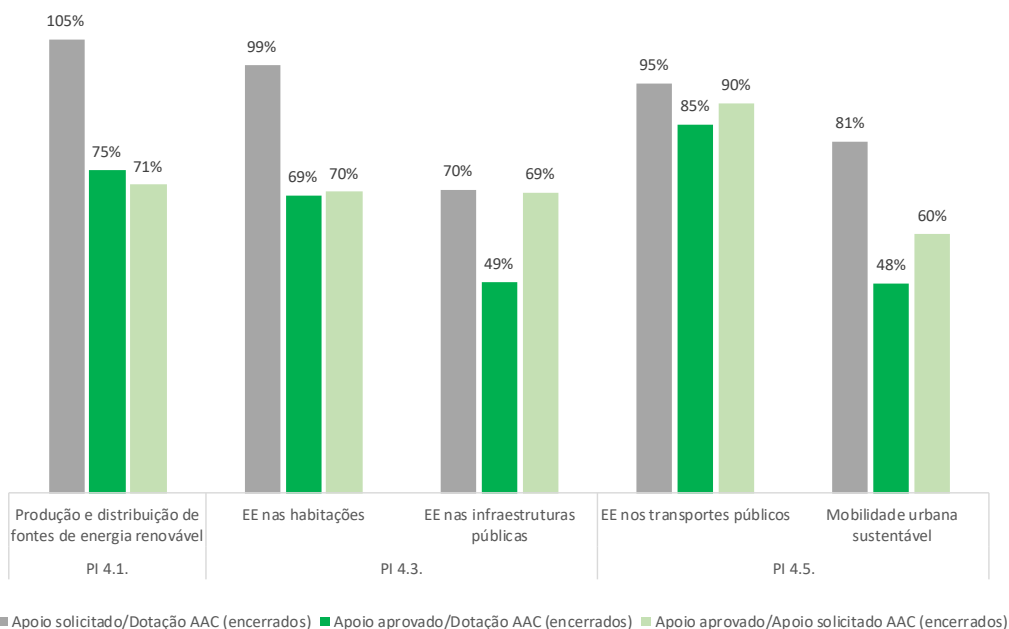
Figura 22. Dotação financeira, apoio solicitado e apoio aprovado por TO - Todos os AAC lançados



Nota: Considerando a dotação financeira indicativa de todos os AAC lançados (incluindo AAC abertos) e o volume total de apoio solicitado (candidaturas em todos os estados). Na TO Mobilidade urbana sustentável, no caso dos POR Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, a dotação considerada corresponde à dotação financeira alocada ao OT4 nos Eixos Prioritários relativos ao Sistema Urbano

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Figura 23. Dotação financeira, apoio solicitado e apoio aprovado por TO – AAC encerrados



Nota: Considerando a dotação financeira indicativa dos AAC encerrados e o volume total de apoio solicitado (candidaturas em todos os estados). Na TO Mobilidade urbana sustentável, no caso dos POR Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, a dotação considerada corresponde à dotação financeira alocada ao OT4 nos Eixos Prioritários relativos ao Sistema Urbano

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 16. Ponto de situação por AAC - PI 4.1 Produção e distribuição de fontes de energia renováveis

PO / Código do AAC	Designação do AAC	Dotação total AAC (mil €)	Dotação AAC encerrados (mil €)	Apoio Fundo (mil €)			Rátios (%)			
				Solicitado (*)	Aprovado (**)	Executado (**)	Solicitado / Dotação total	Aprovado / Dotação AAC encerrados	Aprovado / Solicitado	Executado / Aprovado
PO SEUR - Total		82 000	72 000	84 984	50 818	32 529	104%	71%	60%	64%
POSEUR-01-2015-30	Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta – Região Autónoma da Madeira	45 000	45 000	45 000	45 000	31 772	100%	100%	100%	71%
POSEUR-01-2016-36	Prospecção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de armazenagem de energia	2 000	2 000	1 184	818	499	59%	41%	69%	61%
POSEUR-01-2016-60	Projetos de Produção de Energia Elétrica a partir de Fontes Renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional, e respetiva integração na rede	25 000	25 000	30 001	5 000	259	120%	20%	17%	5%
POSEUR-01-2019-13	<i>Projeto-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável</i>	10 000	-	8 800	-	-	88%	-	-	-
PO Açores - Total		12 000	12 000	11 780	11 780	0	98%	98%	100%	0%
ACORES-01-2019-07	Aumentar a penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica	12 000	12 000	11 780	11 780	0	98%	98%	100%	0%
Total		94 000	84 000	96 765	62 599	32 529	103%	75%	65%	52%

Nota: Os AAC abertos são apresentados em itálico.

(*) Considerando todas as candidaturas submetidas até 31.05.2019, independentemente do seu estado.

(**) Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019, no âmbito de concursos encerrados, cujo “estado da candidatura/operação” é um dos seguintes: Encerrada/concluída, Em execução, Aceite pelas entidades/Contratada ou Aprovada.

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 17. Ponto de situação por AAC - PI 4.3 Eficiência energética nas habitações

PO / Código do AAC	Designação do AAC	Dotação total AAC (mil €)	Dotação AAC encerrados (mil €)	Apoio Fundo (mil €)			Rátios (%)			
				Solicitado (*)	Aprovado (**)	Executado (**)	Solicitado / Dotação total	Aprovado / Dotação AAC encerrados	Aprovado / Solicitado	Executado / Aprovado
PO SEUR - Total		41 000	41 000	40 806	40 991	10 919	100%	100%	100%	27%
POSEUR-04-2016-41	Campanhas de sensibilização e de promoção da eficiência energética na habitação particular	1 000	1 000	806	991	919	81%	99%	123%	93%
POSEUR-R1-2016-37	Instrumentos financeiros para a reabilitação e revitalização urbanas	40 000	40 000	40 000	40 000	10 000	100%	100%	100%	25%
POR Norte - Total		30 179	30 179	57 217	38 328	1 892	190%	127%	67%	5%
NORTE-04-2017-04	Reabilitação nos bairros sociais (Eficiência energética)	30 179	30 179	57 217	38 328	1 892	190%	127%	67%	5%
POR Centro - Total		8 000	8 000	16 847	4 601	0	211%	58%	27%	0%
CENTRO-04-2017-06	Reabilitação nos bairros sociais (Eficiência energética)	8 000	8 000	16 847	4 601	0	211%	58%	27%	0%
POR Lisboa - Total		23 500	23 500	5 637	1 159	0	24%	5%	21%	0%
LISBOA-04-2017-06	Reabilitação nos bairros sociais (Eficiência energética)	23 500	23 500	5 637	1 159	0	24%	5%	21%	0%
POR Alentejo - Total		20 000	20 000	653	287	0	3%	1%	44%	0%
ALT20-04-2017-05	Reabilitação nos bairros sociais (Eficiência energética)	20 000	20 000	653	287	0	3%	1%	44%	0%
PO Açores - Total		1 000	1 000	425	425	106	42%	42%	100%	25%
ACORES-R1-2016-01	Instrumentos financeiros para a reabilitação e revitalização urbanas	1 000	1 000	425	425	106	42%	42%	100%	25%
PO Madeira - Total		3 880	3 880	4 470	1 870	0	115%	48%	42%	0%
M1420-04-2018-20	Eficiência energética nas habitações - habitação social	3 380	3 380	3 970	1 370	0	117%	41%	35%	0%
M1420-R1-2016-01	Instrumentos Financeiros - RU - Eficiência energética nas habitações	500	500	500	500	0	100%	100%	100%	0%
Total		127 559	127 559	126 054	87 661	12 917	99%	69%	70%	15%

Nota: Os AAC abertos são apresentados em itálico.

(*) Considerando todas as candidaturas submetidas até 31.05.2019, independentemente do seu estado.

(**) Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019, no âmbito de concursos encerrados, cujo “estado da candidatura/operação” é um dos seguintes: Encerrada/concluída, Em execução, Aceite pelas entidades/Contratada ou Aprovada.

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 18. Ponto de situação por AAC - PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas

PO / Código do AAC	Designação do AAC	Dotação total AAC (mil €)	Dotação AAC encerrados (mil €)	Apoio Fundo (mil €)			Rátios (%)			
				Solicitado (*)	Aprovado (**)	Executado (***)	Solicitado / Dotação total	Aprovado / Dotação AAC encerrados	Aprovado / Solicitado	Executado / Aprovado
PO SEUR - Total		151 000	151 000	207 617	175 425	5 360	137%	116%	84%	3%
POSEUR-03-2016-40	Campanhas de sensibilização e de promoção da eficiência energética dirigidas à Administração Pública Central	1 000	1 000	761	936	592	76%	94%	123%	63%
POSEUR-03-2016-65	Eficiência Energética nos Edifícios da Administração Pública Central	100 000	100 000	150 026	136 061	4 768	150%	136%	91%	4%
POSEUR-03-2018-07	Eficiência Energética nos Edifícios da Administração Pública Central – 2.º AVISO	50 000	50 000	56 830	38 428	0	114%	77%	68%	0%
POR Norte - Total		145 333	70 419	69 429	1 369	0	48%	2%	2%	0%
NORTE-03-2016-26	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	70 419	70 419	3 543	1 369	0	5%	2%	39%	0%
NORTE-03-2017-42	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local - Aviso 2017	74 914	-	65 885	-	-	88%	-	-	-
POR Centro - Total		69 590	41 732	27 508	400	0	40%	1%	1%	0%
CENTRO-03-2016-10	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	41 732	41 732	12 677	400	0	30%	1%	3%	0%
CENTRO-03-2017-52	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	27 858	-	14 831	-	-	53%	-	-	-
POR Lisboa - Total		22 560	22 560	8 087	126	0	36%	1%	2%	0%
LISBOA-03-2016-17	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	11 280	11 280	127	0	0	1%	0%	0%	-
USBOA-03-2017-27	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	11 280	11 280	7 960	126	0	71%	1%	2%	0%
POR Alentejo - Total		68 503	0	20 334	0	0	30%	-	0%	-
ALT20-03-2016-25	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	34 252	-	382	-	-	1%	-	-	-
ALT20-03-2017-27	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local - Integradas nos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial	34 252	-	19 952	-	-	58%	-	-	-
POR Algarve - Total		9 000	5 000	5 440	763	24	60%	15%	14%	3%
ALG-03-2016-12	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	4 000	-	-	-	-	-	-	-	-
ALG-03-2017-23	Eficiência Energética nas infraestruturas públicas da Administração Local	5 000	5 000	5 440	763	24	109%	15%	14%	3%
PO Açores - Total		10 500	5 500	4 789	713	0	46%	13%	15%	0%
Açores-03-2016-34	Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética	5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
ACORES-03-2017-11	Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética	500	500	74	74	0	15%	15%	100%	0%
ACORES-03-2017-21	Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética	5 000	5 000	4 715	639	0	94%	13%	14%	0%
Total		476 487	296 211	343 202	178 795	5 384	72%	60%	52%	3%

Nota: Os AAC abertos são apresentados em itálico.

(*) Considerando todas as candidaturas submetidas até 31.05.2019, independentemente do seu estado.

(**) Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019, no âmbito de concursos encerrados, cujo “estado da candidatura/operação” é um dos seguintes: Encerrada/concluída, Em execução, Aceite pelas entidades/Contratada ou Aprovada.

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 19. Ponto de situação por AAC - PI 4.5 Eficiência energética nos transportes públicos

PO / Código do AAC	Designação do AAC	Dotação total AAC (mil €)	Dotação AAC encerrados (mil €)	Apoio Fundo (mil €)			Rátios (%)			
				Solicitado (*)	Aprovado (**)	Executado (**)	Solicitado / Dotação total	Aprovado / Dotação AAC encerrados	Aprovado / Solicitado	Executado / Aprovado
PO SEUR - Total		87 800	87 800	83 079	74 775	11 549	95%	85%	90%	15%
POSEUR-07-2015-31	Projeto U-Bike Portugal – Promoção de bicicletas elétricas e convencionais nas comunidades académicas	5 300	5 300	5 297	3 635	1 708	100%	69%	69%	47%
POSEUR-07-2016-71	Promoção da Eficiência Energética nos Transportes Urbanos Públicos Coletivos de Passageiros incumbidos de missões de serviço público	60 000	60 000	54 112	47 933	9 810	90%	80%	89%	20%
POSEUR-07-2018-02	Sistemas de Gestão de Frotas com funcionalidades de promoção da ecocondução para redução de consumos energéticos – aumento do nível de proteção do ambiente	3 500	3 500	743	701	31	21%	20%	94%	4%
POSEUR-07-2018-10	Promoção da Eficiência Energética nos Transportes Urbanos Públicos Coletivos de Passageiros incumbidos de missões de serviço público - 2º Aviso	19 000	19 000	22 927	22 506	0	121%	118%	98%	0%
PO Madeira - Total		4 000	0	3 938	0	0	98%	-	0%	-
M1420-07-2019-06	Eficiência energética nos transportes públicos	4 000	-	3 938	-	-	98%	-	-	-
Total		91 800	87 800	87 017	74 775	11 549	95%	85%	86%	15%

Nota: Os AAC abertos são apresentados em itálico.

(*) Considerando todas as candidaturas submetidas até 31.05.2019, independentemente do seu estado.

(**) Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019, no âmbito de concursos encerrados, cujo “estado da candidatura/operação” é um dos seguintes: Encerrada/concluída, Em execução, Aceite pelas entidades/Contratada ou Aprovada.

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 20. Ponto de situação por AAC - PI 4.5 Mobilidade urbana sustentável

PO / Código do AAC	Designação do AAC	Dotação (mil €)	Apoio Fundo (mil €)			Rátios (%)			
			Solicitado (^(*))	Aprovado (^(**))	Executado (^(**))	Solicitado / Dotação	Aprovado / Dotação	Aprovado / Solicitado	Executado / Aprovado
PO SEUR - Total		5 000	4 222	3 929	264	84%	79%	93%	7%
POSEUR-06-2015-05	Promoção da mobilidade urbana sustentável através da mobilidade elétrica	800	34	-	-	4%	-	-	-
POSEUR-06-2016-52	Atualização tecnológica de postos de carregamento elétricos públicos e desenvolvimento de soluções que visem melhorar a rede de mobilidade elétrica	4 200	4 188	3 929	264	100%	94%	94%	7%
POR Norte - Total (^(*))		170 999	186 213	115 732	23 943	109%	68%	62%	21%
NORTE-06-2016-15	Mobilidade urbana sustentável	170 999	19 801	12 307	5 690	109%	68%	62%	46%
NORTE-06-2016-19	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano		94 163	65 844	14 658			70%	22%
NORTE-06-2016-22	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano		5 560	3 044	1 207			55%	40%
NORTE-06-2018-07	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano		47 197	28 555	1 628			61%	6%
NORTE-06-2018-27	Mobilidade Urbana Sustentável - Aviso 2018		14 792	5 982	761			40%	13%
NORTE-06-2018-43	+ ACESSO - Promoção da acessibilidade inclusiva - Centros Urbanos Complementares		2 503	-	-			-	-
NORTE-06-2018-44	+ ACESSO - Promoção da acessibilidade inclusiva - Centros Urbanos de Nível Superior - incorporado nos PEDUS		2 122	-	-			-	-
NORTE-06-2019-06	Mobilidade urbana sustentável - Aviso 2019		76	-	-			-	-
POR Centro - Total (^(*))		49 901	49 359	12 886	4 252	99%	26%	26%	33%
CENTRO-06-2015-02	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definido ao nível de NUTS III	49 901	875	624	624	99%	26%	71%	100%
CENTRO-06-2016-03	Operações enquadradas nos PEDU selecionados no âmbito da PI 4.5		9 493	8 644	2 948			91%	34%
CENTRO-06-2018-04	Operações enquadradas nos PEDU selecionados no âmbito da PI 4.5		27 753	3 618	681			13%	19%
CENTRO-06-2018-20	Operações enquadradas nos PAMUS validados no âmbito da PI 4.5 para os Centros Urbanos Complementares		7 508	-	-			-	-
CENTRO-06-2018-24	Operações de promoção da acessibilidade inclusiva enquadradas nos PAMUS validados no âmbito da PI 4.5 para os Centros Urbanos Estruturantes		1 525	-	-			-	-
CENTRO-06-2018-25	Operações de promoção da acessibilidade inclusiva enquadradas nos PAMUS validados no âmbito da PI 4.5 para os Centros Urbanos Complementares		2 205	-	-			-	-
POR Lisboa - Total (^(*))		36 265	29 632	18 688	5 296	82%	52%	63%	28%
LISBOA-06-2015-04	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definido ao nível de NUTS III	36 265	46	46	46	82%	52%	100%	100%
LISBOA-06-2016-08	Mobilidade Urbana Sustentável		21 640	18 642	5 250			86%	28%
LISBOA-06-2018-06	Mobilidade Urbana Sustentável 2018		6 785	-	-			-	-
LISBOA-06-2018-41	+ ACES		1 161	-	-			-	-
POR Alentejo - Total (^(*))		99 454	46 651	23 860	9 193	47%	24%	51%	39%
ALT20-06-2015-07	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definido ao nível de NUTS III	99 454	554	450	369	47%	24%	81%	82%
ALT20-06-2016-15	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável Centros Urbanos Complementares		12 792	7 441	3 466			58%	47%
ALT20-06-2016-18	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano		10 427	7 356	5 181			71%	70%
ALT20-06-2018-06	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano - apresentação operações		7 313	4 053	177			55%	4%
ALT20-06-2018-35	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável		7 439	4 559	0			61%	0%
ALT20-06-2018-51	+ ACESSO - Promoção da acessibilidade inclusiva		632	-	-			-	-
ALT20-06-2018-52	+ ACESSO - Promoção da acessibilidade inclusiva - Centros Urbanos Regionais e Estruturantes		775	-	-			-	-
ALT20-06-2019-15	Mobilidade Urbana Sustentável - Centros Urbanos Complementares		6 610	-	-			-	-
ALT20-06-2019-18	Mobilidade Urbana Sustentável - PEDU		108	-	-			-	-
POR Algarve - Total (^(*))		29 000	1 097	229	229	4%	-	21%	100%
ALG-06-2018-16	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) - Operações	29 000	1 097	229	229	4%	-	21%	100%
PO Açores - Total		9 985	8 888	2 730	259	89%	27%	31%	9%
ACORES-06-2016-02	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável	85	71	70	70	83%	82%	99%	100%
ACORES-06-2017-09	Promover a mobilidade urbana sustentável	3 900	7 281	2 351	106	187%	60%	32%	4%
ACORES-06-2017-13	Promover a mobilidade urbana sustentável	2 000	1 233	309	83	62%	15%	25%	27%
ACORES-06-2019-13	Promover a mobilidade urbana sustentável	4 000	303	-	-	-	-	-	-
PO Madeira - Total		6 410	7 141	1 778	136	111%	28%	25%	8%
M1420-06-2017-16	Mobilidade urbana sustentável	800	78	78	78	10%	10%	100%	99%
M1420-06-2018-10	Mobilidade urbana sustentável	70	58	58	58	83%	83%	100%	100%
M1420-06-2018-21	Mobilidade Urbana - Investimentos (Infraestruturas e equipamentos)	2 770	3 110	-	-	-	-	-	-
M1420-06-2018-25	Mobilidade Urbana - Investimentos (Infraestruturas e equipamentos)	2 770	3 894	1 641	0	141%	59%	42%	0%
Total		407 015	333 204	179 831	43 572	82%	44%	54%	24%

Nota: Os AAC abertos são apresentados em itálico. A dotação considerada corresponde à dotação financeira alocada ao OT4 no Eixo Prioritário relativo ao Sistema Urbano de cada PO (POR Norte - Eixo 5; POR Centro - Eixo 9; POR Lisboa - Eixo 8; POR Alentejo - Eixo 4; POR Algarve - Eixo 4).

(^(*)) Considerando todas as candidaturas submetidas até 31.05.2019, independentemente do seu estado.

(^(**)) Considerando as candidaturas submetidas até 31.05.2019, no âmbito de concursos encerrados, cujo “estado da candidatura/operação” é um dos seguintes: Encerrada/concluída, Em execução, Aceite pelas entidades/Contratada ou Aprovada.

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

3.5. Rácios de Custo-realização e Custo-resultado

Quadro 21. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Diminuição anual estimada das emissões de GEE - ton CO₂ eq.” para a PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1001-FC-000008	10 754	57 887 661,50	5 382,90
» POSEUR-01-1001-FC-000011	7 755	8 385 090,50	1 081,25

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 22. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Capacidade suplementar de produção de energia renovável - Mw” para a PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1001-FC-000008	30	57 887 661,50	1 929 588,72
» POSEUR-01-1001-FC-000011	3	8 385 090,50	2 795 030,17

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 23. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública central)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000002	3913740,00	4 770 588,97	1,22
» POSEUR-01-1203-FC-000003	614253,60	765 167,82	1,25
» POSEUR-01-1203-FC-000004	8082368,00	6 911 012,69	0,86
» POSEUR-01-1203-FC-000005	15990403,50	5 464 960,88	0,34
» POSEUR-01-1203-FC-000006	2813542,37	1 757 005,56	0,62
» POSEUR-01-1203-FC-000007	580027,50	394 078,01	0,68
» POSEUR-01-1203-FC-000008	105517,50	84 258,69	0,80
» POSEUR-01-1203-FC-000009	325500,50	363 938,59	1,12
» POSEUR-01-1203-FC-000010	1233245,00	411 318,90	0,33
» POSEUR-01-1203-FC-000011	9168757,00	4 841 934,34	0,53
» POSEUR-01-1203-FC-000012	9618095,00	4 077 858,78	0,42

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000013	2945508,81	2 301 712,40	0,78
» POSEUR-01-1203-FC-000015	253548,00	118 124,03	0,47
» POSEUR-01-1203-FC-000016	9336684,50	3 753 128,87	0,40
» POSEUR-01-1203-FC-000017	28115643,00	15 693 253,16	0,56
» POSEUR-01-1203-FC-000020	120722,88	116 142,75	0,96
» POSEUR-01-1203-FC-000022	52087,00	86 802,33	1,67
» POSEUR-01-1203-FC-000024	276392,00	614 411,63	2,22
» POSEUR-01-1203-FC-000025	800266,00	644 205,00	0,80
» POSEUR-01-1203-FC-000026	293402,50	305 156,40	1,04
» POSEUR-01-1203-FC-000027	550107,00	510 393,85	0,93
» POSEUR-01-1203-FC-000028	152205,52	240 866,64	1,58
» POSEUR-01-1203-FC-000029	640040,00	488 088,86	0,76
» POSEUR-01-1203-FC-000030	299080,00	101 683,68	0,34
» POSEUR-01-1203-FC-000031	45206,00	34 498,26	0,76
» POSEUR-01-1203-FC-000032	3212273,00	2 395 894,11	0,75
» POSEUR-01-1203-FC-000033	291363,00	315 728,48	1,08
» POSEUR-01-1203-FC-000034	162240,50	150 610,01	0,93
» POSEUR-01-1203-FC-000035	154942,50	110 479,37	0,71
» POSEUR-01-1203-FC-000036	74577,50	54 968,73	0,74
» POSEUR-01-1203-FC-000037	2340812,00	1 404 940,26	0,60
» POSEUR-01-1203-FC-000038	2501472,32	1 887 488,26	0,75
» POSEUR-01-1203-FC-000039	2999993,00	1 890 510,00	0,63
» POSEUR-01-1203-FC-000040	6192848,04	4 942 296,06	0,80

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000041	397790,00	258 326,42	0,65
» POSEUR-01-1203-FC-000042	158720,00	76 114,86	0,48
» POSEUR-01-1203-FC-000044	236245,00	186 211,94	0,79
» POSEUR-01-1203-FC-000046	420047,24	102 740,35	0,24
» POSEUR-01-1203-FC-000047	230396,86	69 214,40	0,30
» POSEUR-01-1203-FC-000048	333349,79	190 176,74	0,57
» POSEUR-01-1203-FC-000049	64481,65	41 846,96	0,65
» POSEUR-01-1203-FC-000050	99210,00	72 912,28	0,73
» POSEUR-01-1203-FC-000051	909170,00	666 618,18	0,73
» POSEUR-01-1203-FC-000052	343558,00	144 911,25	0,42
» POSEUR-01-1203-FC-000054	348230,00	165 582,34	0,48
» POSEUR-01-1203-FC-000055	185423,00	126 923,76	0,68
» POSEUR-01-1203-FC-000059	972484,50	460 244,90	0,47
» POSEUR-01-1203-FC-000060	295524,38	196 342,84	0,66
» POSEUR-01-1203-FC-000061	3212047,00	1 491 435,64	0,46
» POSEUR-01-1203-FC-000062	2950394,50	2 099 253,39	0,71
» POSEUR-01-1203-FC-000063	343772,50	213 046,09	0,62
» POSEUR-01-1203-FC-000064	13844002,50	7 201 914,08	0,52
» POSEUR-01-1203-FC-000065	4796565,00	1 137 737,84	0,24
» POSEUR-01-1203-FC-000066	872109,00	454 456,52	0,52
» POSEUR-01-1203-FC-000067	4938791,50	1 424 405,06	0,29
» POSEUR-01-1203-FC-000068	5437277,50	1 720 680,39	0,32
» POSEUR-01-1203-FC-000069	7540760,00	2 531 216,40	0,34

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000070	129230,00	77 756,91	0,60
» POSEUR-01-1203-FC-000071	215470,00	131 493,15	0,61
» POSEUR-01-1203-FC-000072	346487,00	88 879,80	0,26
» POSEUR-01-1203-FC-000073	156930,00	105 826,74	0,67
» POSEUR-01-1203-FC-000074	17705246,00	10 510 733,07	0,59
» POSEUR-01-1203-FC-000075	503502,00	343 018,78	0,68
» POSEUR-01-1203-FC-000077	8368676,00	5 267 894,63	0,63
» POSEUR-01-1203-FC-000078	6837177,13	5 147 544,99	0,75
» POSEUR-01-1203-FC-000079	5858818,28	3 776 337,23	0,64
» POSEUR-01-1203-FC-000080	8915386,99	5 371 501,06	0,60
» POSEUR-01-1203-FC-000081	4555365,00	2 869 290,44	0,63
» POSEUR-01-1203-FC-000082	1160433,00	416 393,82	0,36
» POSEUR-01-1203-FC-000083	4840406,50	3 444 162,21	0,71
» POSEUR-01-1203-FC-000084	4426460,80	3 598 279,92	0,81
» POSEUR-01-1203-FC-000085	248207,50	153 823,80	0,62
» POSEUR-01-1203-FC-000087	2408750,50	1 618 992,87	0,67
» POSEUR-01-1203-FC-000088	644646,03	171 459,53	0,27
» POSEUR-01-1203-FC-000090	209860,03	99 029,29	0,47
» POSEUR-01-1203-FC-000092	1183695,03	535 215,24	0,45
» POSEUR-01-1203-FC-000094	292097,50	245 744,74	0,84
» POSEUR-01-1203-FC-000096	211985,00	197 551,44	0,93
» POSEUR-01-1203-FC-000097	243592,50	241 873,72	0,99
» POSEUR-01-1203-FC-000098	280000,00	290 855,83	1,04

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000099	169786,50	198 918,42	1,17
» POSEUR-01-1203-FC-000100	393056,33	197 614,97	0,50
» POSEUR-01-1203-FC-000102	351200,00	288 348,90	0,82
» POSEUR-01-1203-FC-000105	130297,30	74 001,11	0,57
» POSEUR-01-1203-FC-000106	787900,00	372 883,29	0,47
» POSEUR-01-1203-FC-000108	2647034,50	726 399,18	0,27
» POSEUR-01-1203-FC-000109	1083837,32	368 033,19	0,34
» POSEUR-01-1203-FC-000110	332508,83	279 029,40	0,84
» POSEUR-01-1203-FC-000111	212783,10	166 598,04	0,78
» POSEUR-01-1203-FC-000112	292649,48	103 535,56	0,35
» POSEUR-01-1203-FC-000113	4807178,50	911 683,82	0,19
» POSEUR-01-1203-FC-000114	153542,50	78 446,68	0,51
» POSEUR-01-1203-FC-000115	549579,50	217 631,90	0,40
» POSEUR-01-1203-FC-000116	4361432,50	818 540,83	0,19
» POSEUR-01-1203-FC-000118	558898,50	110 676,38	0,20
» POSEUR-01-1203-FC-000120	181765,20	108 706,61	0,60
» POSEUR-01-1203-FC-000123	2149820,00	1 227 288,52	0,57
» POSEUR-01-1203-FC-000124	269332,65	249 145,00	0,93
» POSEUR-01-1203-FC-000125	2919893,80	2 332 201,60	0,80
» POSEUR-01-1203-FC-000129	1361134,58	624 345,75	0,46

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 24. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública local)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» ALT20-07-1203-FEDER-000051	4694	123 185,91	26,24
» ALT20-07-1203-FEDER-000017	938547	974 209,70	1,04

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 25. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Política de Eficiência Energética na habitação social)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-03-1204-FEDER-000002	716279	568 646,82	0,79
» NORTE-03-1204-FEDER-000003	518605	459 126,19	0,89
» NORTE-03-1204-FEDER-000005	17066279	6 820 618,58	0,40
» NORTE-03-1204-FEDER-000006	1531395	943 493,95	0,62
» NORTE-03-1204-FEDER-000007	1211628	1 101 162,55	0,91
» NORTE-03-1204-FEDER-000008	4046512	2 309 425,67	0,57
» NORTE-03-1204-FEDER-000011	4003488	1 119 759,99	0,28
» NORTE-03-1204-FEDER-000016	302326	1 363 914,18	4,51
» NORTE-03-1204-FEDER-000017	2140698	722 299,94	0,34
» NORTE-03-1204-FEDER-000018	2066279	1 690 559,97	0,82
» NORTE-03-1204-FEDER-000019	337209	200 014,92	0,59
» NORTE-03-1204-FEDER-000022	157907	113 057,91	0,72
» NORTE-03-1204-FEDER-000029	1502326	878 324,00	0,58
» NORTE-03-1204-FEDER-000036	535000	312 985,00	0,59

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 26. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública - KWh/ano” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (iluminação pública)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-03-1203-FEDER-000010	777935,00	931 305,09	1,20
» NORTE-03-1203-FEDER-000012	915093,00	167 340,42	0,18
» NORTE-03-1203-FEDER-000015	2738052,00	1 098 286,14	0,40
» ALT20-07-1203-FEDER-000010	1375923,00	456 780,65	0,33
» ALT20-07-1203-FEDER-000004	3496633,00	942 209,34	0,27
» ALT20-07-1203-FEDER-000005	4571623,00	1 674 785,28	0,37
» ALT20-07-1203-FEDER-000003	1929791,00	410 587,36	0,21
» ALT20-07-1203-FEDER-000042	774197,00	708 424,88	0,92
» ALT20-07-1203-FEDER-000017	938547,00	974 209,70	1,04
» ALG-03-1203-FEDER-000005	461154,14	336 970,80	0,73

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 27. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono - Km” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Operações na área da mobilidade sustentável)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» LISBOA-08-1406-FEDER-000002	2,70	215 820,85	79 933,65
» LISBOA-08-1406-FEDER-000003	1,50	128 255,36	85 503,57
» LISBOA-08-1406-FEDER-000004	2,00	95 000,00	47 500,00
» LISBOA-08-1406-FEDER-000005	0,18	170 750,71	948 615,06
» LISBOA-08-1406-FEDER-000008	4,50	899 910,34	199 980,08
» LISBOA-08-1406-FEDER-000009	2,15	317 184,79	147 527,81
» LISBOA-08-1406-FEDER-000010	1,36	158 980,66	116 897,54
» LISBOA-08-1406-FEDER-000012	2,60	223 182,98	85 839,61

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» LISBOA-08-1406-FEDER-000013	9,00	141 536,00	15 726,22
» LISBOA-08-1406-FEDER-000014	1,73	542 278,59	313 455,83
» LISBOA-08-1406-FEDER-000015	4,60	295 000,00	64 130,43
» LISBOA-08-1406-FEDER-000016	8,14	844 002,59	103 685,82
» LISBOA-08-1406-FEDER-000017	21,33	2 899 786,00	135 948,71
» LISBOA-08-1406-FEDER-000018	2,50	635 000,00	254 000,00
» LISBOA-08-1406-FEDER-000019	2,00	350 000,00	175 000,00
» LISBOA-08-1406-FEDER-000020	1,20	533 313,57	444 427,98
» LISBOA-08-1406-FEDER-000022	1,00	368 861,15	368 861,15
» LISBOA-08-1406-FEDER-000024	0,61	568 584,36	932 105,51
» LISBOA-08-1406-FEDER-000034	0,58	173 000,00	298 275,86
» LISBOA-08-1406-FEDER-000033	1,21	78 210,62	64 636,88
» LISBOA-08-1406-FEDER-000032	1,40	212 184,61	151 560,44
» LISBOA-08-1406-FEDER-000028	1,82	253 762,44	139 429,91
» LISBOA-08-1406-FEDER-000026	1,85	364 214,94	196 872,94
» LISBOA-08-1406-FEDER-000039	0,95	164 713,24	173 382,36
» LISBOA-08-1406-FEDER-000040	4,85	149 576,16	30 840,45
» LISBOA-08-1406-FEDER-000041	2,30	145 207,58	63 133,73
» LISBOA-08-1406-FEDER-000065	13,60	1 803 030,10	132 575,74
» LISBOA-08-1406-FEDER-000059	6,16	963 455,62	156 405,13
» LISBOA-08-1406-FEDER-000058	2,54	2 590 890,62	1 020 035,68
» LISBOA-08-1406-FEDER-000057	2,15	176 138,10	81 924,70
» LISBOA-08-1406-FEDER-000054	0,78	282 816,38	362 585,10

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» LISBOA-08-1406-FEDER-000053	1,65	479 555,03	290 639,41
» LISBOA-08-1406-FEDER-000052	6,60	807 236,96	122 308,63
» LISBOA-08-1406-FEDER-000051	2,00	374 887,22	187 443,61
» LISBOA-08-1406-FEDER-000046	1,00	198 579,73	198 579,73
» LISBOA-08-1406-FEDER-000045	6,18	7 861 922,94	1 272 155,82
» CENTRO-09-1406-FEDER-000005	1,35	531 590,54	393 770,77
» CENTRO-09-1406-FEDER-000007	0,20	88 235,29	441 176,45
» CENTRO-09-1406-FEDER-000010	4,20	369 462,58	87 967,28
» CENTRO-09-1406-FEDER-000011	3,06	505 601,09	165 229,11
» CENTRO-09-1406-FEDER-000012	3,63	712 548,93	196 294,47
» CENTRO-09-1406-FEDER-000014	2,80	728 253,99	260 090,71
» CENTRO-09-1406-FEDER-000016	13,00	172 273,80	13 251,83
» CENTRO-09-1406-FEDER-000019	17,59	872 441,00	49 598,69
» CENTRO-09-1406-FEDER-000023	12,30	562 255,76	45 711,85
» CENTRO-09-1406-FEDER-000027	14,50	2 571 684,18	177 357,53
» CENTRO-09-1406-FEDER-000032	3,30	152 111,58	46 094,42
» NORTE-03-1406-FEDER-000009	3,80	581 232,68	152 955,97
» NORTE-03-1406-FEDER-000015	3,85	243 256,39	63 183,48
» NORTE-03-1406-FEDER-000016	4,00	137 747,53	34 436,88
» NORTE-03-1406-FEDER-000017	5,70	306 051,58	53 693,26
» NORTE-03-1406-FEDER-000018	1,15	72 308,12	62 876,63
» NORTE-03-1406-FEDER-000019	0,37	130 044,73	351 472,24
» NORTE-03-1406-FEDER-000021	2,95	201 488,17	68 301,07

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-03-1406-FEDER-000022	1,10	152 487,55	138 625,05
» NORTE-03-1406-FEDER-000023	0,27	57 106,20	211 504,44
» NORTE-03-1406-FEDER-000027	1,50	75 319,30	50 212,87
» NORTE-03-1406-FEDER-000030	6,20	958 888,00	154 659,35
» NORTE-03-1406-FEDER-000034	4,10	514 859,66	125 575,53
» NORTE-03-1406-FEDER-000049	0,41	90 377,04	220 431,80
» NORTE-03-1406-FEDER-000053	2,00	161 282,89	80 641,45
» NORTE-03-1406-FEDER-000055	1,94	212 567,24	109 570,74
» NORTE-03-1406-FEDER-000059	0,22	284 565,08	1 293 477,64
» NORTE-03-1406-FEDER-000062	7,00	1 067 466,00	152 495,14
» NORTE-03-1406-FEDER-000063	6,93	800 916,96	115 572,43
» NORTE-03-1406-FEDER-000068	0,42	283 846,28	675 824,48
» NORTE-03-1406-FEDER-000070	0,87	45 715,52	52 546,57
» NORTE-03-1406-FEDER-000073	1,90	149 685,25	78 781,71
» NORTE-03-1406-FEDER-000074	4,60	228 245,56	49 618,60
» NORTE-03-1406-FEDER-000075	3,58	307 177,23	85 803,70
» NORTE-03-1406-FEDER-000076	1,45	155 650,71	107 345,32
» NORTE-05-1406-FEDER-000001	0,77	2 401 396,02	3 118 696,13
» NORTE-05-1406-FEDER-000002	2,60	987 109,99	379 657,69
» NORTE-05-1406-FEDER-000003	0,20	201 509,89	1 007 549,45
» NORTE-05-1406-FEDER-000007	0,20	349 357,76	1 746 788,80
» NORTE-05-1406-FEDER-000008	0,28	174 556,71	623 416,82
» NORTE-05-1406-FEDER-000009	0,67	382 059,19	570 237,60

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000010	1,80	143 729,14	79 849,52
» NORTE-05-1406-FEDER-000011	0,65	104 410,00	160 630,77
» NORTE-05-1406-FEDER-000012	0,26	86 375,94	332 215,15
» NORTE-05-1406-FEDER-000013	0,50	144 327,67	288 655,34
» NORTE-05-1406-FEDER-000017	10,00	146 031,66	14 603,17
» NORTE-05-1406-FEDER-000023	0,43	212 698,84	494 648,47
» NORTE-05-1406-FEDER-000026	2,34	1 143 795,85	488 801,65
» NORTE-05-1406-FEDER-000027	2,20	321 951,37	146 341,53
» NORTE-05-1406-FEDER-000029	0,09	50 553,93	561 710,33
» NORTE-05-1406-FEDER-000030	0,20	142 981,77	714 908,85
» NORTE-05-1406-FEDER-000031	1,00	966 819,92	966 819,92
» NORTE-05-1406-FEDER-000032	1,00	426 590,11	426 590,11
» NORTE-05-1406-FEDER-000038	0,17	84 403,94	496 493,76
» NORTE-05-1406-FEDER-000039	0,02	17 122,34	856 117,00
» NORTE-05-1406-FEDER-000042	0,35	212 784,30	607 955,14
» NORTE-05-1406-FEDER-000044	3,70	217 165,60	58 693,41
» NORTE-05-1406-FEDER-000048	0,80	150 066,36	187 582,95
» NORTE-05-1406-FEDER-000049	1,06	406 663,07	383 644,41
» NORTE-05-1406-FEDER-000050	0,20	101 663,92	508 319,60
» NORTE-05-1406-FEDER-000052	0,90	106 448,70	118 276,33
» NORTE-05-1406-FEDER-000056	0,61	180 044,76	295 155,34
» NORTE-05-1406-FEDER-000058	3,50	563 538,43	161 010,98
» NORTE-05-1406-FEDER-000059	12,40	2 722 025,68	219 518,20

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000062	0,90	146 481,06	162 756,73
» NORTE-05-1406-FEDER-000064	0,37	51 326,78	138 721,03
» NORTE-05-1406-FEDER-000065	0,50	69 052,74	138 105,48
» NORTE-05-1406-FEDER-000066	1,50	887 950,34	591 966,89
» NORTE-05-1406-FEDER-000068	0,96	268 960,68	280 167,38
» NORTE-05-1406-FEDER-000069	1,30	407 233,99	313 256,92
» NORTE-05-1406-FEDER-000070	0,30	286 890,59	956 301,97
» NORTE-05-1406-FEDER-000071	7,00	404 123,29	57 731,90
» NORTE-05-1406-FEDER-000072	7,70	1 028 377,93	133 555,58
» NORTE-05-1406-FEDER-000076	0,26	108 431,72	417 045,08
» NORTE-05-1406-FEDER-000077	2,79	1 112 122,07	398 610,06
» NORTE-05-1406-FEDER-000079	0,05	34 105,82	682 116,40
» NORTE-05-1406-FEDER-000081	1,00	251 109,55	251 109,55
» NORTE-05-1406-FEDER-000082	1,75	991 591,14	566 623,51
» NORTE-05-1406-FEDER-000083	1,00	134 490,47	134 490,47
» NORTE-05-1406-FEDER-000084	0,27	122 125,18	452 315,48
» NORTE-05-1406-FEDER-000085	2,72	427 547,21	157 186,47
» NORTE-05-1406-FEDER-000086	0,40	296 564,51	741 411,28
» NORTE-05-1406-FEDER-000088	1,00	76 981,48	76 981,48
» NORTE-05-1406-FEDER-000090	1,00	226 125,78	226 125,78
» NORTE-05-1406-FEDER-000092	2,70	1 073 999,22	397 777,49
» NORTE-05-1406-FEDER-000093	1,41	372 271,65	264 022,45
» NORTE-05-1406-FEDER-000095	0,65	430 500,63	662 308,66

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000097	0,57	143 571,91	251 880,54
» NORTE-05-1406-FEDER-000099	8,00	4 168 417,70	521 052,21
» NORTE-05-1406-FEDER-000100	0,30	367 073,63	1 223 578,77
» NORTE-05-1406-FEDER-000103	0,60	211 744,31	352 907,18
» NORTE-05-1406-FEDER-000104	5,17	1 183 893,31	228 992,90
» NORTE-05-1406-FEDER-000113	0,19	91 606,47	482 139,32
» NORTE-05-1406-FEDER-000115	11,00	2 097 097,02	190 645,18
» NORTE-05-1406-FEDER-000116	0,75	87 218,39	116 291,19
» NORTE-05-1406-FEDER-000117	0,90	367 369,02	408 187,80
» NORTE-05-1406-FEDER-000118	11,40	2 967 629,05	260 318,34
» NORTE-05-1406-FEDER-000119	8,30	717 661,76	86 465,27
» NORTE-05-1406-FEDER-000123	1,00	466 934,28	466 934,28
» NORTE-05-1406-FEDER-000124	1,39	636 553,25	457 951,98
» NORTE-05-1406-FEDER-000125	0,11	55 542,31	504 930,09
» NORTE-05-1406-FEDER-000127	18,00	2 375 900,00	131 994,44
» NORTE-05-1406-FEDER-000131	9,00	491 397,31	54 599,70
» NORTE-05-1406-FEDER-000132	1,51	646 717,89	428 289,99
» NORTE-05-1406-FEDER-000133	1,00	228 464,87	228 464,87
» NORTE-05-1406-FEDER-000134	1,00	127 061,31	127 061,31
» NORTE-05-1406-FEDER-000135	1,80	79 717,83	44 287,68
» NORTE-05-1406-FEDER-000145	1,02	97 197,70	95 291,86
» NORTE-05-1406-FEDER-000150	1,07	175 433,92	163 956,93
» NORTE-05-1406-FEDER-000151	3,55	142 232,12	40 065,39

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000152	1,55	85 498,54	55 160,35
» NORTE-05-1406-FEDER-000153	1,68	792 396,85	471 664,79
» ALT20-04-1406-FEDER-000057	0,39	25 989,75	66 640,38

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 28. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-realização (relação entre as realizações previstas e os custos unitários associados) para o indicador “Veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas - veículo” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Diversificação energética, incluindo a promoção das fontes de energia renováveis, no setor dos transportes públicos coletivos de passageiros)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1407-FC-000017	6	1 703 992,18	283 998,70
» POSEUR-01-1407-FC-000018	60	4 160 180,50	69 336,34
» POSEUR-01-1407-FC-000019	180	23 285 048,69	129 361,38
» POSEUR-01-1407-FC-000020	1	234 500,00	234 500,00
» POSEUR-01-1407-FC-000021	10	2 969 625,00	296 962,50
» POSEUR-01-1407-FC-000022	3	968 158,95	322 719,65
» POSEUR-01-1407-FC-000023	60	7 756 581,97	129 276,37
» POSEUR-01-1407-FC-000026	2	723 000,00	361 500,00
» POSEUR-01-1407-FC-000027	188	17 674 748,70	94 014,62

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 29. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação - tep” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública central)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000002	1606,86	4 770 588,97	2 968,89
» POSEUR-01-1203-FC-000003	145,49	765 167,82	5 259,25
» POSEUR-01-1203-FC-000004	1894,00	6 911 012,69	3 648,90
» POSEUR-01-1203-FC-000005	1806,00	5 464 960,88	3 026,00

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000006	260,04	1 757 005,56	6 756,67
» POSEUR-01-1203-FC-000007	11,30	394 078,01	34 874,16
» POSEUR-01-1203-FC-000008	12,86	84 258,69	6 552,00
» POSEUR-01-1203-FC-000009	136,92	363 938,59	2 658,04
» POSEUR-01-1203-FC-000010	273,00	411 318,90	1 506,66
» POSEUR-01-1203-FC-000011	1030,00	4 841 934,34	4 700,91
» POSEUR-01-1203-FC-000012	2142,00	4 077 858,78	1 903,76
» POSEUR-01-1203-FC-000013	316,84	2 301 712,40	7 264,59
» POSEUR-01-1203-FC-000015	1,00	118 124,03	118 124,03
» POSEUR-01-1203-FC-000016	251,43	3 753 128,87	14 927,13
» POSEUR-01-1203-FC-000017	2736,00	15 693 253,16	5 735,84
» POSEUR-01-1203-FC-000020	159,47	116 142,75	728,30
» POSEUR-01-1203-FC-000022	34,40	86 802,33	2 523,32
» POSEUR-01-1203-FC-000024	164,00	614 411,63	3 746,41
» POSEUR-01-1203-FC-000025	176,00	644 205,00	3 660,26
» POSEUR-01-1203-FC-000026	64,94	305 156,40	4 699,05
» POSEUR-01-1203-FC-000027	131,39	510 393,85	3 884,57
» POSEUR-01-1203-FC-000028	45,94	240 866,64	5 243,07
» POSEUR-01-1203-FC-000029	263,00	488 088,86	1 855,85
» POSEUR-01-1203-FC-000030	8,98	101 683,68	11 323,35
» POSEUR-01-1203-FC-000031	8,91	34 498,26	3 871,86
» POSEUR-01-1203-FC-000032	613,00	2 395 894,11	3 908,47
» POSEUR-01-1203-FC-000033	89,88	315 728,48	3 512,78

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000034	21,97	150 610,01	6 855,26
» POSEUR-01-1203-FC-000035	6,66	110 479,37	16 588,49
» POSEUR-01-1203-FC-000036	2,50	54 968,73	21 987,49
» POSEUR-01-1203-FC-000037	35,87	1 404 940,26	39 167,56
» POSEUR-01-1203-FC-000038	549,64	1 887 488,26	3 434,04
» POSEUR-01-1203-FC-000039	335,48	1 890 510,00	5 635,24
» POSEUR-01-1203-FC-000040	1996,11	4 942 296,06	2 475,96
» POSEUR-01-1203-FC-000041	19,29	258 326,42	13 391,73
» POSEUR-01-1203-FC-000042	24,49	76 114,86	3 108,00
» POSEUR-01-1203-FC-000044	29,13	186 211,94	6 392,45
» POSEUR-01-1203-FC-000046	42,65	102 740,35	2 408,92
» POSEUR-01-1203-FC-000047	97,11	69 214,40	712,74
» POSEUR-01-1203-FC-000048	52,28	190 176,74	3 637,66
» POSEUR-01-1203-FC-000049	8,24	41 846,96	5 078,51
» POSEUR-01-1203-FC-000050	11,93	72 912,28	6 111,67
» POSEUR-01-1203-FC-000051	33,10	666 618,18	20 139,52
» POSEUR-01-1203-FC-000052	36,45	144 911,25	3 975,62
» POSEUR-01-1203-FC-000054	31,63	165 582,34	5 234,98
» POSEUR-01-1203-FC-000055	39,48	126 923,76	3 214,89
» POSEUR-01-1203-FC-000059	140,48	460 244,90	3 276,23
» POSEUR-01-1203-FC-000060	66,11	196 342,84	2 969,94
» POSEUR-01-1203-FC-000061	340,98	1 491 435,64	4 373,97
» POSEUR-01-1203-FC-000062	755,83	2 099 253,39	2 777,41

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000063	8,81	213 046,09	24 182,30
» POSEUR-01-1203-FC-000064	1073,62	7 201 914,08	6 708,07
» POSEUR-01-1203-FC-000065	658,32	1 137 737,84	1 728,24
» POSEUR-01-1203-FC-000066	176,89	454 456,52	2 569,15
» POSEUR-01-1203-FC-000067	654,20	1 424 405,06	2 177,32
» POSEUR-01-1203-FC-000068	620,22	1 720 680,39	2 774,31
» POSEUR-01-1203-FC-000069	518,05	2 531 216,40	4 886,05
» POSEUR-01-1203-FC-000070	22,32	77 756,91	3 483,73
» POSEUR-01-1203-FC-000071	10,16	131 493,15	12 942,24
» POSEUR-01-1203-FC-000072	52,80	88 879,80	1 683,33
» POSEUR-01-1203-FC-000073	21,07	105 826,74	5 022,63
» POSEUR-01-1203-FC-000074	1904,87	10 510 733,07	5 517,82
» POSEUR-01-1203-FC-000075	76,71	343 018,78	4 471,63
» POSEUR-01-1203-FC-000077	1372,22	5 267 894,63	3 838,96
» POSEUR-01-1203-FC-000078	701,37	5 147 544,99	7 339,27
» POSEUR-01-1203-FC-000079	808,45	3 776 337,23	4 671,08
» POSEUR-01-1203-FC-000080	1085,65	5 371 501,06	4 947,73
» POSEUR-01-1203-FC-000081	273,93	2 869 290,44	10 474,54
» POSEUR-01-1203-FC-000082	131,61	416 393,82	3 163,85
» POSEUR-01-1203-FC-000083	910,51	3 444 162,21	3 782,67
» POSEUR-01-1203-FC-000084	1016,04	3 598 279,92	3 541,47
» POSEUR-01-1203-FC-000085	30,42	153 823,80	5 056,67
» POSEUR-01-1203-FC-000087	721,86	1 618 992,87	2 242,81

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000088	109,56	171 459,53	1 564,98
» POSEUR-01-1203-FC-000090	17,78	99 029,29	5 569,70
» POSEUR-01-1203-FC-000092	233,91	535 215,24	2 288,12
» POSEUR-01-1203-FC-000094	8,02	245 744,74	30 641,49
» POSEUR-01-1203-FC-000096	27,36	197 551,44	7 220,45
» POSEUR-01-1203-FC-000097	5,06	241 873,72	47 801,13
» POSEUR-01-1203-FC-000098	20,65	290 855,83	14 085,03
» POSEUR-01-1203-FC-000099	5,52	198 918,42	36 035,95
» POSEUR-01-1203-FC-000100	4,32	197 614,97	45 744,21
» POSEUR-01-1203-FC-000102	126,76	288 348,90	2 274,76
» POSEUR-01-1203-FC-000105	26,60	74 001,11	2 782,00
» POSEUR-01-1203-FC-000106	128,93	372 883,29	2 892,14
» POSEUR-01-1203-FC-000108	319,10	726 399,18	2 276,40
» POSEUR-01-1203-FC-000109	183,58	368 033,19	2 004,76
» POSEUR-01-1203-FC-000110	124,54	279 029,40	2 240,48
» POSEUR-01-1203-FC-000111	21,60	166 598,04	7 712,87
» POSEUR-01-1203-FC-000112	84,36	103 535,56	1 227,31
» POSEUR-01-1203-FC-000113	538,43	911 683,82	1 693,23
» POSEUR-01-1203-FC-000114	16,72	78 446,68	4 691,79
» POSEUR-01-1203-FC-000115	129,70	217 631,90	1 677,96
» POSEUR-01-1203-FC-000116	827,65	818 540,83	988,99
» POSEUR-01-1203-FC-000118	35,36	110 676,38	3 129,99
» POSEUR-01-1203-FC-000120	17,37	108 706,61	6 258,30

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1203-FC-000123	1023,88	1 227 288,52	1 198,66
» POSEUR-01-1203-FC-000124	34,17	249 145,00	7 291,34
» POSEUR-01-1203-FC-000125	279,64	2 332 201,60	8 340,01
» POSEUR-01-1203-FC-000129	262,63	624 345,75	2 377,28

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 30. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação - tep” para a PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (Investimentos na administração pública local)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» ALT20-07-1203-FEDER-000051	4694	123 185,91	26,24

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 31. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Emissão estimada dos GEE - Ton CO₂ reduzida” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (mobilidade urbana sustentável)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» CENTRO-09-1406-FEDER-000001	161,84	124 419,75	768,78
» CENTRO-09-1406-FEDER-000002	11260,00	105 470,24	9,37
» CENTRO-09-1406-FEDER-000003	158,40	35 055,00	221,31
» CENTRO-09-1406-FEDER-000004	47609,13	72 580,70	1,52
» CENTRO-09-1406-FEDER-000005	19826,65	531 590,54	26,81
» CENTRO-09-1406-FEDER-000006	98606,95	191 867,29	1,95
» CENTRO-09-1406-FEDER-000007	12168,03	88 235,29	7,25
» CENTRO-09-1406-FEDER-000008	39037,85	91 020,00	2,33
» CENTRO-09-1406-FEDER-000009	237888,24	388 480,00	1,63
» CENTRO-09-1406-FEDER-000010	13193,73	369 462,58	28,00
» CENTRO-09-1406-FEDER-000011	66754,70	505 601,09	7,57
» CENTRO-09-1406-FEDER-000012	101725,34	712 548,93	7,00

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» CENTRO-09-1406-FEDER-000013	140172,22	368 320,39	2,63
» CENTRO-09-1406-FEDER-000014	66713,80	728 253,99	10,92
» CENTRO-09-1406-FEDER-000016	140257,41	172 273,80	1,23
» CENTRO-09-1406-FEDER-000017	28160,40	91 696,50	3,26
» CENTRO-09-1406-FEDER-000018	33828,50	92 250,00	2,73
» CENTRO-09-1406-FEDER-000019	886,42	872 441,00	984,23
» CENTRO-09-1406-FEDER-000021	26864,13	940 403,33	35,01
» CENTRO-09-1406-FEDER-000022	237888,24	1 490 865,59	6,27
» CENTRO-09-1406-FEDER-000023	140193,96	562 255,76	4,01
» CENTRO-09-1406-FEDER-000026	2078,64	243 794,24	117,29
» CENTRO-09-1406-FEDER-000027	1951,30	2 571 684,18	1 317,93
» CENTRO-09-1406-FEDER-000032	33002,62	152 111,58	4,61
» NORTE-03-1406-FEDER-000009	29271,00	581 232,68	19,86
» NORTE-03-1406-FEDER-000010	1372,00	276 268,24	201,36
» NORTE-03-1406-FEDER-000011	11000,00	424 934,99	38,63
» NORTE-03-1406-FEDER-000013	92,21	293 847,90	3 186,72
» NORTE-03-1406-FEDER-000015	5,80	243 256,39	41 940,76
» NORTE-03-1406-FEDER-000016	162,49	137 747,53	847,73
» NORTE-03-1406-FEDER-000017	12,11	306 051,58	25 272,63
» NORTE-03-1406-FEDER-000018	2,30	72 308,12	31 438,31
» NORTE-03-1406-FEDER-000019	0,66	130 044,73	197 037,47
» NORTE-03-1406-FEDER-000021	162,49	201 488,17	1 240,00
» NORTE-03-1406-FEDER-000022	162,49	152 487,55	938,44

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-03-1406-FEDER-000023	1,10	57 106,20	51 914,73
» NORTE-03-1406-FEDER-000024	8,26	277 969,00	33 652,42
» NORTE-03-1406-FEDER-000025	113,43	283 526,11	2 499,57
» NORTE-03-1406-FEDER-000026	20,00	135 021,67	6 751,08
» NORTE-03-1406-FEDER-000030	124,00	958 888,00	7 732,97
» NORTE-03-1406-FEDER-000031	21,36	319 925,88	14 977,80
» NORTE-03-1406-FEDER-000033	508,00	387 340,48	762,48
» NORTE-03-1406-FEDER-000034	7922,00	514 859,66	64,99
» NORTE-03-1406-FEDER-000044	321000,00	280 783,99	0,87
» NORTE-03-1406-FEDER-000046	1125,00	179 610,49	159,65
» NORTE-03-1406-FEDER-000049	403,78	90 377,04	223,83
» NORTE-03-1406-FEDER-000055	15253,57	212 567,24	13,94
» NORTE-03-1406-FEDER-000059	8,74	284 565,08	32 558,93
» NORTE-03-1406-FEDER-000060	13445,00	212 091,29	15,77
» NORTE-03-1406-FEDER-000062	19962,57	1 067 466,00	53,47
» NORTE-03-1406-FEDER-000063	11367,00	800 916,96	70,46
» NORTE-03-1406-FEDER-000067	34,62	321 167,40	9 276,93
» NORTE-03-1406-FEDER-000070	8000,00	45 715,52	5,71
» NORTE-03-1406-FEDER-000071	2,07	331 531,76	160 160,27
» NORTE-03-1406-FEDER-000073	162,49	149 685,25	921,20
» NORTE-03-1406-FEDER-000074	162,49	228 245,56	1 404,67
» NORTE-03-1406-FEDER-000075	162,49	307 177,23	1 890,44
» NORTE-03-1406-FEDER-000076	162,49	155 650,71	957,91

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-03-1406-FEDER-000084	35,00	307 911,00	8 797,46
» NORTE-03-1406-FEDER-000085	1,50	106 888,49	71 258,99
» NORTE-03-1406-FEDER-000086	11584,00	364 850,00	31,50
» NORTE-03-1406-FEDER-000087	740,00	433 045,61	585,20
» NORTE-03-1406-FEDER-000091	231632,20	270 927,00	1,17
» NORTE-03-1406-FEDER-000095	3098,00	85 398,90	27,57
» NORTE-05-1406-FEDER-000012	238,00	86 375,94	362,92
» NORTE-05-1406-FEDER-000017	2720,00	146 031,66	53,69
» NORTE-05-1406-FEDER-000023	1700,00	212 698,84	125,12
» NORTE-05-1406-FEDER-000027	189133,77	321 951,37	1,70
» NORTE-05-1406-FEDER-000029	113,30	50 553,93	446,20
» NORTE-05-1406-FEDER-000030	1,80	142 981,77	79 434,32
» NORTE-05-1406-FEDER-000032	8,40	426 590,11	50 784,54
» NORTE-05-1406-FEDER-000038	170,00	84 403,94	496,49
» NORTE-05-1406-FEDER-000039	23,00	17 122,34	744,45
» NORTE-05-1406-FEDER-000042	161,43	212 784,30	1 318,12
» NORTE-05-1406-FEDER-000044	23761,00	217 165,60	9,14
» NORTE-05-1406-FEDER-000045	335088,00	170 002,91	0,51
» NORTE-05-1406-FEDER-000048	1133,00	150 066,36	132,45
» NORTE-05-1406-FEDER-000049	453,00	406 663,07	897,71
» NORTE-05-1406-FEDER-000050	113,00	101 663,92	899,68
» NORTE-05-1406-FEDER-000052	69815,10	106 448,70	1,52
» NORTE-05-1406-FEDER-000056	88787,00	180 044,76	2,03

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000058	70,00	563 538,43	8 050,55
» NORTE-05-1406-FEDER-000062	69815,00	146 481,06	2,10
» NORTE-05-1406-FEDER-000064	142,00	51 326,78	361,46
» NORTE-05-1406-FEDER-000065	227,00	69 052,74	304,20
» NORTE-05-1406-FEDER-000066	5584,40	887 950,34	159,01
» NORTE-05-1406-FEDER-000068	88787,00	268 960,68	3,03
» NORTE-05-1406-FEDER-000069	10,50	407 233,99	38 784,19
» NORTE-05-1406-FEDER-000070	42962,37	286 890,59	6,68
» NORTE-05-1406-FEDER-000072	70950,30	1 028 377,93	14,49
» NORTE-05-1406-FEDER-000075	1081,06	2 075 649,60	1 920,01
» NORTE-05-1406-FEDER-000076	227,00	108 431,72	477,67
» NORTE-05-1406-FEDER-000077	88787,00	1 112 122,07	12,53
» NORTE-05-1406-FEDER-000079	435,51	34 105,82	78,31
» NORTE-05-1406-FEDER-000081	7,53	251 109,55	33 347,88
» NORTE-05-1406-FEDER-000083	453,40	134 490,47	296,63
» NORTE-05-1406-FEDER-000088	1,00	76 981,48	76 981,48
» NORTE-05-1406-FEDER-000090	425,00	226 125,78	532,06
» NORTE-05-1406-FEDER-000093	88787,00	372 271,65	4,19
» NORTE-05-1406-FEDER-000094	453,40	85 374,30	188,30
» NORTE-05-1406-FEDER-000095	99232,00	430 500,63	4,34
» NORTE-05-1406-FEDER-000097	32,00	143 571,91	4 486,62
» NORTE-05-1406-FEDER-000102	142,56	590 608,13	4 142,87
» NORTE-05-1406-FEDER-000103	5558,00	211 744,31	38,10

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000104	5558,00	1 183 893,31	213,01
» NORTE-05-1406-FEDER-000111	5317,16	9 974 409,06	1 875,89
» NORTE-05-1406-FEDER-000115	44,25	2 097 097,02	47 392,02
» NORTE-05-1406-FEDER-000116	0,50	87 218,39	174 436,78
» NORTE-05-1406-FEDER-000118	319,32	2 967 629,05	9 293,59
» NORTE-05-1406-FEDER-000119	89,82	717 661,76	7 990,00
» NORTE-05-1406-FEDER-000120	5558,00	116 237,61	20,91
» NORTE-05-1406-FEDER-000123	20,61	466 934,28	22 655,71
» NORTE-05-1406-FEDER-000124	88787,00	636 553,25	7,17
» NORTE-05-1406-FEDER-000125	88787,00	55 542,31	0,63
» NORTE-05-1406-FEDER-000127	47,00	2 375 900,00	50 551,06
» NORTE-05-1406-FEDER-000131	72,30	491 397,31	6 796,64
» NORTE-05-1406-FEDER-000132	88787,00	646 717,89	7,28
» NORTE-05-1406-FEDER-000133	22,20	228 464,87	10 291,21
» NORTE-05-1406-FEDER-000134	26,50	127 061,31	4 794,77
» NORTE-05-1406-FEDER-000135	38,60	79 717,83	2 065,23
» NORTE-05-1406-FEDER-000136	300,00	1 048 177,22	3 493,92
» NORTE-05-1406-FEDER-000145	99,67	97 197,70	975,20
» NORTE-05-1406-FEDER-000147	62460,00	603 914,61	9,67
» NORTE-05-1406-FEDER-000150	1950,18	175 433,92	89,96
» NORTE-05-1406-FEDER-000151	2,00	142 232,12	71 116,06
» NORTE-05-1406-FEDER-000152	1,50	85 498,54	56 999,03
» NORTE-05-1406-FEDER-000153	681935,00	792 396,85	1,16

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» NORTE-05-1406-FEDER-000154	7,00	121 317,13	17 331,02
» NORTE-05-1406-FEDER-000157	0,75	273 529,00	364 705,33
» NORTE-05-1406-FEDER-000159	194,30	57 884,13	297,91
» NORTE-05-1406-FEDER-000161	360,00	125 076,25	347,43
» NORTE-05-1406-FEDER-000162	95,40	29 416,04	308,34
» NORTE-05-1406-FEDER-000163	190,80	65 476,39	343,17
» NORTE-05-1406-FEDER-000165	275,60	96 198,93	349,05
» NORTE-05-1406-FEDER-000166	5458,31	560 917,68	102,76
» NORTE-05-1406-FEDER-000167	476,90	150 982,69	316,59
» NORTE-05-1406-FEDER-000169	245144,70	270 373,27	1,10
» NORTE-05-1406-FEDER-000172	265,00	96 037,52	362,41
» NORTE-05-1406-FEDER-000173	430,00	155 620,92	361,91
» NORTE-05-1406-FEDER-000177	127701,00	81 143,00	0,64
» NORTE-05-1406-FEDER-000180	60,00	3 058 857,25	50 980,95
» NORTE-05-1406-FEDER-000181	1457,28	352 551,77	241,92
» NORTE-05-1406-FEDER-000186	14,41	53 581,60	3 718,36
» NORTE-05-1406-FEDER-000201	1,38	96 916,46	70 229,32
» ALT20-07-1406-FEDER-000010	2487,20	30 000,00	12,06
» ALT20-04-1406-FEDER-000048	32693,71	158 885,46	4,86
» ALT20-07-1406-FEDER-000002	2435,91	318 476,28	130,74
» ALT20-07-1406-FEDER-000015	2487,20	431 079,61	173,32
» ALT20-04-1406-FEDER-000042	2777,00	130 594,60	47,03
» ALT20-04-1406-FEDER-000035	1119,00	51 439,19	45,97

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» ALT20-07-1406-FEDER-000006	1826,43	249 720,36	136,73
» ALT20-04-1406-FEDER-000055	1620,96	87 149,28	53,76
» ALT20-04-1406-FEDER-000054	1620,96	113 086,98	69,77
» ALT20-04-1406-FEDER-000018	8772,26	62 719,20	7,15
» ALT20-04-1406-FEDER-000016	877226,00	130 734,48	0,15
» ALT20-04-1406-FEDER-000056	10471,00	575 137,70	54,93
» ALT20-04-1406-FEDER-000027	3195,85	31 799,89	9,95
» ALT20-04-1406-FEDER-000008	39432,41	98 432,87	2,50
» ALT20-04-1406-FEDER-000033	37196,00	9 669,00	0,26
» ALT20-07-1406-FEDER-000018	537,46	175 503,62	326,54
» ALT20-07-1406-FEDER-000005	412,99	465 056,20	1 126,07
» ALT20-07-1406-FEDER-000004	1943,00	327 513,63	168,56
» ALT20-07-1406-FEDER-000013	25657,47	385 420,82	15,02
» ALT20-07-1406-FEDER-000001	526,38	370 411,63	703,70
» ALT20-04-1406-FEDER-000039	8772,26	200 315,94	22,84
» ALT20-07-1406-FEDER-000011	317,80	184 698,59	581,18
» ALT20-07-1406-FEDER-000031	1445,80	159 725,94	110,48
» ALT20-07-1406-FEDER-000014	2487,20	79 557,39	31,99
» ALT20-07-1406-FEDER-000007	3682,59	475 690,90	129,17
» ALT20-07-1406-FEDER-000023	7728,56	236 711,65	30,63
» ALT20-07-1406-FEDER-000012	582,00	170 859,75	293,57
» ALT20-07-1406-FEDER-000003	1906,33	407 836,47	213,94
» ALT20-07-1406-FEDER-000028	6667,89	268 326,38	40,24

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» ALT20-07-1406-FEDER-000008	5535,34	648 372,71	117,13
» ALT20-04-1406-FEDER-000052	27299,00	251 475,13	9,21
» ALT20-04-1406-FEDER-000049	27299,00	147 918,31	5,42
» ALT20-04-1406-FEDER-000024	1153,00	179 580,00	155,75
» ALT20-04-1406-FEDER-000022	19846,03	479 441,78	24,16
» ALT20-04-1406-FEDER-000057	14206,00	25 989,75	1,83
» ALT20-04-1406-FEDER-000057	14206,00	25 989,75	1,83
» ALT20-04-1406-FEDER-000037	5440,06	25 291,36	4,65
» ALT20-04-1406-FEDER-000007	5537,76	806 445,00	145,63
» ALT20-04-1406-FEDER-000011	9934,00	100 000,00	10,07
» ALT20-04-1406-FEDER-000012	10229,52	34 665,15	3,39
» ALT20-04-1406-FEDER-000013	10215,49	200 000,00	19,58
» ALT20-04-1406-FEDER-000028	14358,00	77 252,97	5,38
» ALT20-04-1406-FEDER-000026	379,00	91 635,00	241,78
» ALT20-04-1406-FEDER-000029	24612,63	380 567,12	15,46
» ALT20-04-1406-FEDER-000019	27812,28	220 536,15	7,93
» ALT20-04-1406-FEDER-000021	24612,63	298 329,45	12,12
» ALT20-04-1406-FEDER-000047	37195,00	297 253,18	7,99
» ALT20-04-1406-FEDER-000023	77068,82	728 319,64	9,45
» ALT20-04-1406-FEDER-000040	18422,00	311 250,78	16,90
» ALT20-04-1406-FEDER-000046	44753,00	61 438,50	1,37
» ALT20-04-1406-FEDER-000045	2783,00	103 074,19	37,04
» ALT20-04-1406-FEDER-000010	33009,55	183 693,64	5,56

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» ALT20-04-1406-FEDER-000041	32843,71	216 863,82	6,60
» ALT20-04-1406-FEDER-000050	32573,71	158 221,38	4,86
» ALT20-04-1406-FEDER-000014	86,00	58 754,22	683,19
» ALT20-04-1406-FEDER-000006	20291,91	376 901,27	18,57
» ALT20-04-1406-FEDER-000032	489,00	230 722,66	471,83
» ALT20-04-1406-FEDER-000043	43159,94	159 433,60	3,69
» ALT20-04-1406-FEDER-000009	84784,00	239 620,40	2,83
» ALT20-04-1406-FEDER-000051	4,50	232 003,11	51 556,25
» ALT20-04-1406-FEDER-000015	19362,00	344 590,73	17,80
» ALT20-04-1406-FEDER-000020	19362,00	135 344,59	6,99
» ALT20-04-1406-FEDER-000030	19362,00	266 192,55	13,75

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Quadro 32. Operações consideradas para o cálculo do rácio custo-resultado (relação entre os resultados previstos e os custos unitários associados) para o indicador “Emissão estimada dos GEE - Ton CO₂ reduzida” para a PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (Eficiência energética nos transportes públicos)

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1407-FC-000017	253,24	1 703 992,18	6 728,76
» POSEUR-01-1407-FC-000018	793,80	4 160 180,50	5 240,84
» POSEUR-01-1407-FC-000019	334,80	23 285 048,69	69 549,13
» POSEUR-01-1407-FC-000020	40,59	234 500,00	5 777,29
» POSEUR-01-1407-FC-000021	467,67	2 969 625,00	6 349,83
» POSEUR-01-1407-FC-000022	77,24	968 158,95	12 534,42
» POSEUR-01-1407-FC-000023	750,20	7 756 581,97	10 339,35
» POSEUR-01-1407-FC-000026	66,88	723 000,00	10 810,41
» POSEUR-01-1407-FC-000027	340,08	17 674 748,70	51 972,33

Código da Operação	Meta	Despesa Elegível Aprovada (€)	Custo Unidade (€)
» POSEUR-01-1407-FC-000030	313,54	248 988,00	794,12
» POSEUR-01-1407-FC-000036	86,39	73 800,00	854,27

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019) (cálculos próprios, a partir do SI PT2020)

Anexo 4.

LISTA DE ENTIDADES MOBILIZADAS PARA A AVALIAÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

4. LISTA DE ENTIDADES MOBILIZADAS PARA A AVALIAÇÃO

4.1. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Entidades Mobilizadas (Entrevistadas)	
Atores envolvidos na gestão do PT2020	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
	Autoridade de Gestão do POSEUR
	Autoridade de Gestão do POR Norte
	Autoridade de Gestão do POR Centro
	Autoridade de Gestão do POR Lisboa
	Autoridade de Gestão do POR Alentejo
	Autoridade de Gestão do POR Algarve
	Autoridade de Gestão do POR Açores
	Autoridade de Gestão do POR Madeira
	Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 - IFRRU2020
Atores envolvidos na definição e acompanhamento das políticas relevantes	Direção Geral de Energia e Geologia
	Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores
	Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres da Região Autónoma da Madeira
	Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
	Agência para a Energia - ADENE
	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
	Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI)
Outros atores	Associação Empresarial de Portugal
	Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia
	Associação das Agências de Energia e Ambiente
	Metropolitano de Lisboa

Entidades Mobilizadas (Entrevistadas)	
Outros atores	Metro do Porto
	Infraestruturas de Portugal
	Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias
	Redes Energéticas Nacionais / Rede Elétrica Nacional
	Associação Portuguesa de Bancos
	Fundo Ambiental
	EEA Grants Portugal - European Economic Area Financial Mechanism
	Fundo de Eficiência Energética
	Fundo de Apoio à Inovação

4.2. ESTUDOS DE CASO

Estudo de Caso	Método	Entidades Mobilizadas (convidadas)
Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta	Entrevista	Empresa de Eletricidade da Madeira
	Sessão Focus Group	Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira Câmara Municipal da Calheta Câmara Municipal de Ponta do Sol Empresa de Eletricidade da Madeira Instituto das Florestas e Conservação da Natureza Instituto de Desenvolvimento Regional
Projeto de Eficiência energética do Edifício Central do IPC-ESAC	Entrevista	Instituto Politécnico de Coimbra
Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga	Entrevista	Centro Hospitalar do Baixo Vouga
Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Eng.º Machado Vaz	Entrevista	Domus Social, E.M.
	Sessão Focus Group	Centro Social Machado Vaz Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte Domus Social Empresa Municipal /Câmara Municipal do Porto Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana Junta de Freguesia da Campanhã Moradores do Bairro Eng.º Machado Vaz Projetista contratado pela Domus Social Empresa Municipal
Sistema de iluminação pública para melhoria da EE no Município de Almeirim	Entrevista	Câmara Municipal de Almeirim
	Sessão Focus Group	Agência para a Energia - ADENE Agrupamento de Escolas de Almeirim Câmara Municipal de Almeirim Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo Direção Geral de Energia e Geologia Gigaled - Empresa Responsável pelo Estudo de Iluminação Pública do Município de Almeirim Junta de Freguesia Almeirim Junta de Freguesia Benfica do Ribatejo Junta de Freguesia Fazendas de Almeirim Junta de Freguesia Raposa

Estudo de Caso	Método	Entidades Mobilizadas (convidadas)
Instalação de equipamentos para a eficiência energética do Mercado Municipal de Loulé	Entrevista	Loulé Concelho Global, E.M.
	Sessão Focus Group	Agência para a Energia - ADENE Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve Câmara Municipal de Loulé Comerciantes do Mercado Direção Geral de Energia e Geologia Junta de Freguesia de São Clemente Loulé Concelho Global, Empresa Municipal
Empresa (Soc. Comercial): “Construção, Alteração, Ampliação de Armazém industrial Covilhã” Particular: “Reabilitação Edifício de habitação sito na Rua Conde de Avillez n.º 2 e 4 Santiago do Cacém”	Entrevista	Joaquim Pinheiro (Sociedade Comercial) António Lobo Vasconcellos (Edifício de habitação)
Duas operações de mobilidade elétrica: Atualização dos postos de carregamento e criação de novos postos de carregamento	Entrevista	MOBIE, S.A.
	Sessão Focus Group	AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A CARRIS Câmara Municipal de Lisboa Câmara Municipal de Torres Vedras Direção Geral de Energia e Geologia MOBIE, S.A. EDP Distribuição
Duas operações da CARRIS: renovação da frota de veículos de transporte público urbanos coletivos de passageiros da Carris Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS	Entrevista	CARRIS
	Sessão Focus Group	Associação Sindical do Pessoal de Tráfego da CARRIS Autoridade da Mobilidade e dos Transportes Câmara Municipal de Lisboa CARRIS Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa Comissão Executiva da AML Direção Geral de Energia e Geologia Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações Instituto da Mobilidade e dos Transportes Associação Portuguesa Promoção de Sistemas e Serviços Inteligentes de Transportes Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa Secretaria de Estado das Infraestruturas
U-BIKE PORTUGAL IP (Viana Castelo)	Entrevista	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo	Entrevista	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
	Sessão Focus Group	Associação Empresarial de Viana do Castelo Associação Portuguesa do Ambiente (Mobilidade) Câmara Municipal de Viana do Castelo Comunidade Intermunicipal do Alto Minho Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte - DRMT Norte - Delegação Distrital de Viação de Viana do Castelo Estudantes do Instituto Politécnico de Viana do Castelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo - IPVC Instituto Português do Desporto e Juventude - Repartição pública regional de Viana do Castelo Polícia de Segurança Pública de Viana do Castelo - Esquadra de Trânsito
Criação de uma rede de ciclovias na cidade da Ribeira Grande	Entrevista	Câmara Municipal da Ribeira Grande
	Sessão Focus Group	Câmara Municipal de Ribeira Grande Escola Secundária de Ribeira Grande Açores Governo Regional dos Açores - Representante para os Transportes e Mobilidade Junta de Freguesia de Conceição Junta de Freguesia de Matriz Junta de Freguesia de Ribeira Seca Junta de Freguesia de Ribeirinha Junta de Freguesia de Santa Bárbara

4.3. WORKSHOPS REGIONAIS

Entidades Mobilizadas (convidadas – a negrito , entidades que participaram)	
Atores envolvidos na gestão do PT2020	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
	Autoridade de Gestão do POSEUR
	Autoridade de Gestão do POR Norte
	Autoridade de Gestão do POR Centro
	Autoridade de Gestão do POR Lisboa
	Autoridade de Gestão do POR Alentejo
	Autoridade de Gestão do POR Algarve
	Autoridade de Gestão do POR Açores
	Autoridade de Gestão do POR Madeira
	Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 - IFRRU2020
Atores envolvidos na definição e acompanhamento das políticas relevantes	Direção Geral de Energia e Geologia
	Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores
	Direção Regional dos Transportes da Região Autónoma dos Açores
	Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres da Região Autónoma da Madeira
	Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
	Agência para a Energia - ADENE
	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
	Associação Nacional de Municípios Portugueses
Outros atores	Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI)
	Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia
	Infraestruturas de Portugal
	Metropolitano de Lisboa
	Metro do Porto
	Associação Portuguesa de Bancos
	Redes Energéticas Nacionais/Rede Elétrica Nacional
	Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias
	Área Metropolitana de Lisboa

Entidades Mobilizadas (convidadas)	
Outros atores	Área Metropolitana do Porto
	Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro
	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
	Instituto Politécnico de Coimbra
	Centro Hospitalar Baixo Vouga
	CARRIS – Transportes Públicos de Lisboa
	Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo
	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
	MOBI.E, S.A. Mobilidade Elétrica
	Comunidade Intermunicipal do Algarve
	Laboratório Regional de Engenharia Civil (Região Autónoma dos Açores)
	Câmara Municipal de Ribeira Grande (Região Autónoma dos Açores)
	EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira (Região Autónoma da Madeira)
	Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM (Região Autónoma da Madeira)

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Anexo 5.

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

5. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO

5.1. GUIÕES DE ENTREVISTAS

5.1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA A ATORES ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO PT2020

5.1.1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA À AD&C

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 7	X				
8 a 15		X			
16 a 20			X		
21				X	
22 a 24					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com os atores relevantes, setoriais e territoriais? Como se processou esse envolvimento?
2. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades dos atores? Como se processou essa auscultação?
3. Quais foram as principais limitações e imposições da CE na fase de negociação que condicionaram o processo de programação?
4. Quais as principais dificuldades e constrangimentos que identificou na fase de programação? A reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação de alguns OE e TO? Ou poderia ter ido mais longe?
5. Observaram-se alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
6. Observam-se alterações de contexto institucional, económico, regulamentar ou social que sejam condicionadoras da mobilização da procura ou da implementação das operações aprovadas?
7. Manifestam-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEL e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária)? De que tipo e em que instrumentos?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

8. Como avalia a eficácia da divulgação dos apoios? Está a permitir mobilizar a procura desejada?
9. Como se processou a capacitação dos atores chave responsáveis pela programação? Foi suficiente para garantir um arranque célere dos PO?
10. Foram criadas condições programáticas e de governação no PT2020 que permitem lançar AAC de forma articulada entre PO, por esta via promovendo a eficácia das operações?
11. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
12. Têm sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento-base dos beneficiários e para promover parcerias entre atores?
13. Quais os principais fatores que inviabilizaram a operacionalização do IF para a eficiência energética? Houve recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF?
14. A implementação de instrumentos de política/de planeamento enquadramentos facilitou ou, ao invés, tem obstado uma expedita execução das operações?
15. Em que medida o processo de reprogramação veio colmatar as debilidades e condicionantes à execução observadas até à data?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

16. De que forma o cumprimento das condicionalidades *ex ante* e da regulamentação comunitária afetou o arranque e a operacionalização dos instrumentos de apoio?
17. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
18. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
19. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
20. A alocação de recursos financeiros que resultou do processo de reprogramação foi adequada, considerando a execução observada e as expectativas para o restante período de financiamento? Em que medida o processo de reprogramação veio contribuir para a prossecução dos objetivos prosseguidos e colmatar as debilidades e condicionantes à procura observadas até à data?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

21. Ocorreram alterações nas prioridades e políticas públicas, que enquadram os financiamentos, que tivessem inviabilizado maiores resultados?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

22. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
23. Em que medida os FEEI foram determinantes para o alcance dos resultados? Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional neste domínio? De que forma?
24. Que boas práticas são sinalizadas ao nível do sistema de governação que permitam otimizar os efeitos externos gerados pelas operações? Qual a relevância das orientações comunitárias para os resultados alcançados com essas boas práticas?

Muito obrigado!

5.1.1.2. GUIÃO DE ENTREVISTA À AG POSEUR

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 5	X				
6 a 21		X			
22 a 33			X		
34 a 42				X	
43 a 46					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades das entidades promotoras? Como se processou essa auscultação?
2. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação e se condicionam ou não a mobilização da procura ou a implementação das operações aprovadas?
3. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto no PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
4. Quais as principais dificuldades e constrangimentos que identificou na fase de programação? A reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação de alguns OE e TO? Ou poderia ter ido mais longe?
5. Manifestam-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária)? De que tipo e em que instrumentos?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

6. Como avalia a eficácia da divulgação dos apoios? A calendarização e periodicidade de lançamento dos AAC permitem captar procura qualificada? Foram asseguradas as condições para permitir lançar os AAC de forma articulada entre PO?
7. No caso das novas tipologias de investimento a apoiar, foram dadas orientações e/ou foi ministrada formação às estruturas técnicas do PO no sentido de agilizar a sua implementação?
8. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
9. Os promotores e as operações cumprem, em regra, os critérios de admissibilidade definidos nos AAC?
10. Os processos de seleção permitem hierarquizar a procura de forma coerente com os objetivos das PI?
11. Existe(m) critério(s) de seleção aplicado(s) que se tem(têm) revelado claramente mais difícil(eis) de cumprir (por parte dos promotores) ou de analisar (por parte da gestão)?
12. A iniciativa privada tem aderido de forma significativa aos apoios disponíveis? Têm sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento-base dos beneficiários e para promover parcerias entre atores?
13. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura (PI 4.3)?
14. Quais os principais fatores que inviabilizaram a operacionalização do IF para a eficiência energética? Houve recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF?
15. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução? Em que se traduz, na prática, tal acompanhamento?
16. Os resultados contratualizados com os promotores afiguram-se alcançáveis na sua generalidade?

17. Quais os fatores que poderão comprometer, na atual fase de execução dos apoios, os ritmos de execução das operações de forma mais significativa? (e.g., lançamento dos AAC, prazos de análise de candidaturas, prazos de análise de pedidos de pagamento, existência de instrumentos enquadreadores à escala regional, sub-regional e local, ...)
18. Em que medida o processo de reprogramação do PO veio colmatar as debilidades e condicionantes à execução observadas até à data?
19. Avalia como satisfatória a capacitação dos promotores para instruírem as candidaturas e para implementarem as operações em áreas onde são requeridos conhecimentos técnicos especializados?
20. Quais os principais fatores inibidores para a mobilização da procura na PI 4.1?
21. Os beneficiários estão a valorizar adequadamente os ganhos futuros a gerar pelas operações apoiadas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

22. De que forma o cumprimento das condicionalidades *ex ante* e da regulamentação comunitária afetou o arranque e a operacionalização dos instrumentos de apoio?
23. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
24. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais do POSEUR? Em que situações isso não acontece?
25. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas do POSEUR? Em que situações isso não acontece?
26. Manifesta-se efetivamente uma falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis", condicionadora de uma reação mais célere dos beneficiários e inibidora de uma execução mais célere das realizações?
27. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
28. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
29. A alocação de recursos financeiros que resultou do processo de reprogramação foi adequada, considerando a execução observada e as expectativas para o restante período de financiamento? Em que medida o processo de reprogramação veio contribuir para a prossecução dos objetivos prosseguidos e colmatar as debilidades e condicionantes à procura observadas até à data?
30. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? E as questões relacionadas com os Auxílios de Estado, Grandes Projetos, IF ou subvenções reembolsáveis? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
31. Como avalia a importância da não implementação do IFE2020 (tendo em conta as falhas de mercado que se verificavam e que justificavam a mobilização dos IF para o apoio à EE nas empresas e na Administração Pública, através das ESE)?
32. Os IF proporcionam a alavancagem financeira dos incentivos comunitários?
33. Considera que exista alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas, inibidores de procura?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

34. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
35. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
36. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
37. É possível identificar, desde já, efeitos ou impactos não esperados resultantes das intervenções do PO?

38. Que obstáculos poderiam ser minimizados e que medidas poderiam ser tomadas para potenciar os resultados do PO nestes domínios da política pública energética (e que não foram totalmente satisfeitos com a reprogramação)?
39. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
40. De que forma as alterações sucessivas registadas nas prioridades inviabilizam a obtenção de resultados em maior escala do que o esperado?
41. Existem evidências da implementação articulada de operações no mesmo território que estejam a gerar maiores resultados que os esperados?
42. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

43. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
44. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?
45. Em que medida os FEEI foram determinantes para o alcance dos resultados alcançados ou a alcançar com o POSEUR?
46. Que boas práticas são sinalizadas ao nível do sistema de governação que permitam otimizar os efeitos externos gerados pelas operações? Qual a relevância das orientações comunitárias para os resultados alcançados com essas boas práticas?

Muito obrigado!

5.1.1.3. GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS AG POR

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 5	X				
6 a 22		X			
23 a 34			X		
35 a 43				X	
44 a 47					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades das entidades promotoras? Como se processou essa auscultação?
2. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação, e se condicionam ou não a mobilização da procura ou a implementação das operações aprovadas?
3. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto no PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
4. Quais as principais dificuldades e constrangimentos que identificou na fase de programação? A reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação de alguns OE e TO? Ou poderia ter ido mais longe?
5. Manifestam-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEL e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária)? De que tipo e em que instrumentos?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

6. Como avalia a eficácia da divulgação dos apoios? A calendarização e periodicidade de lançamento dos AAC permitem captar procura qualificada? Foram asseguradas as condições para permitir lançar os AAC de forma articulada entre PO?
7. No caso das novas tipologias de investimento a apoiar, foram dadas orientações e/ou foi ministrada formação às estruturas técnicas do PO no sentido de agilizar a sua implementação?
8. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
9. Os promotores e as operações cumprem, em regra, os critérios de admissibilidade definidos nos AAC?
10. Os processos de seleção permitem hierarquizar a procura de forma coerente com os objetivos das PI?
11. Existe(m) critério(s) de seleção aplicado(s) que se tem(têm) revelado claramente mais difícil(eis) de cumprir (por parte dos promotores) ou de analisar (por parte da gestão)?
12. A iniciativa privada tem aderido de forma significativa aos apoios disponíveis? Têm sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento-base dos beneficiários e para promover parcerias entre atores?
13. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura (PI 4.3)?
14. A implementação de instrumentos de política/de planeamento enquadramentos facilitou ou, ao invés, tem obstado a uma expedita execução das operações? Os atores locais e sub-regionais assumiram o planeamento e a implementação das TO previstas e das operações contratualizadas no âmbito dos PDCT e dos PEDU? Quais os principais problemas a este nível e de que forma têm sido superados?
15. Quais os principais fatores que inviabilizaram a operacionalização do IF para a eficiência energética? Houve recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF?
16. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução? Em que se traduz, na prática, tal acompanhamento?

17. Os resultados contratualizados com os promotores afiguram-se alcançáveis na sua generalidade?
18. Quais os fatores que poderão comprometer, na atual fase de execução dos apoios, os ritmos de execução das operações de forma mais significativa? (e.g., lançamento dos AAC, prazos de análise de candidaturas, prazos de análise de pedidos de pagamento, existência de instrumentos enquadreadores à escala regional, sub-regional e local, ...)
19. Em que medida o processo de reprogramação do PO veio colmatar as debilidades e condicionantes à execução observadas até à data?
20. Avalia como satisfatória a capacitação dos promotores para instruírem as candidaturas e para implementarem as operações em áreas onde são requeridos conhecimentos técnicos especializados?
21. Quais os principais fatores inibidores para a mobilização da procura na PI 4.1 (PO Açores)?
22. Os beneficiários estão a valorizar adequadamente os ganhos futuros a gerar pelas operações apoiadas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

23. De que forma o cumprimento das condicionalidades *ex ante* e da regulamentação comunitária afetou o arranque e a operacionalização dos instrumentos de apoio?
24. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
25. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais do PO? Em que situações isso não acontece?
26. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas do PO? Em que situações isso não acontece?
27. Manifesta-se efetivamente uma falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis", condicionadora de uma reação mais célere dos beneficiários e inibidora de uma execução mais célere das realizações?
28. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
29. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
30. A alocação de recursos financeiros que resultou do processo de reprogramação foi adequada, considerando a execução observada e as expectativas para o restante período de financiamento? Em que medida o processo de reprogramação veio contribuir para a prossecução dos objetivos prosseguidos e colmatar as debilidades e condicionantes à procura observadas até à data?
31. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? E as questões relacionadas com os IF ou subvenções reembolsáveis? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
32. Como avalia a importância da não implementação do IFE2020 (tendo em conta as falhas de mercado que se verificavam e que justificavam a mobilização dos IF para o apoio à EE nas empresas e na Administração Pública, através das ESE)?
33. Os IF proporcionam a alavancagem financeira dos incentivos comunitários?
34. Considera que exista alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas, inibidores de procura?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

35. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
36. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
37. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
38. É possível identificar, desde já, efeitos ou impactos não esperados resultantes das intervenções do PO?

39. Que obstáculos poderiam ser minimizados e que medidas poderiam ser tomadas para potenciar os resultados do PO nestes domínios da política pública energética (e que não foram totalmente satisfeitos com a reprogramação)?
40. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
41. De que forma as alterações sucessivas registadas nas prioridades inviabilizam a obtenção de resultados em maior escala do que o esperado?
42. Existem evidências da implementação articulada de operações no mesmo território que estejam a gerar maiores resultados que os esperados?
43. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

44. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
45. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?
46. Em que medida os FEEI foram determinantes para o alcance dos resultados alcançados ou a alcançar com o PO?
47. Que boas práticas são sinalizadas ao nível do sistema de governação que permitam otimizar os efeitos externos gerados pelas operações? Qual a relevância das orientações comunitárias para os resultados alcançados com essas boas práticas?

Muito obrigado!

5.1.1.4. GUIÃO DE ENTREVISTA À GESTÃO DO IFRRU2020

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 3	X				
4 a 17		X			
18 a 22			X		
23 a 29				X	
30 a 34					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Na sua opinião, quais as principais vantagens da utilização de instrumentos financeiros FEEI para o objetivo de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono?
2. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados gerados pelo IF?
3. Existem algumas sobreposições ou efeitos concorrenciais entre o IF e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

4. Como avalia a receptividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão ao IF?
5. Os apoios disponibilizados pelo IFRRU2020 têm, em regra, correspondido às expectativas e às necessidades dos (potenciais) promotores? A preparação/instrução dos pedidos de financiamento tem-se revelado acessível para a maioria dos candidatos?
6. A iniciativa privada tem aderido de forma significativa aos apoios disponíveis? Têm sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento-base dos beneficiários e para promover parcerias entre atores?
7. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?
8. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
9. Os resultados contratualizados com os promotores afiguram-se alcançáveis na sua generalidade?
10. Quais os fatores que poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
11. Quais os principais fatores que dificultam ou impedem uma maior adesão aos financiamentos por parte das entidades privadas?
12. Manifesta-se uma capacitação suficiente dos promotores para instruírem as candidaturas e implementarem as operações, nestas áreas onde são requeridos conhecimentos técnicos especializados?
13. Os beneficiários valorizam adequadamente os ganhos futuros a gerar pelas operações? Os comportamentos estão, de facto, a mudar?
14. Os recursos humanos da entidade gestora do IFRRU 2020 estão capacitados – em volume e competências – para o desempenho das suas funções?
15. Qual a perceção da entidade gestora sobre a mobilização de atores do território onde se localizam os beneficiários e qual a disponibilidade para os apoiar na definição dos investimentos e acompanhamento da sua implementação?
16. A não implementação da generalidade das medidas identificadas nas auditorias energéticas tem condicionado os resultados?
17. Tem sido detetada alguma falta de capacidade de resposta (recursos qualificados insuficientes) das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas? Há algum território em que tal se observe de forma mais evidente?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

18. De que forma o cumprimento das condicionalidades *ex ante* e da regulamentação comunitária afetou o arranque e a operacionalização dos instrumentos de apoio?
19. As condições de financiamento são efetivamente mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar constrangimentos da procura (dificuldade no acesso ao crédito)?
20. Quais os níveis de alavancagem alcançados ao nível da habitação particular?
21. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
22. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura do IF, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

23. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados? Quais os mais relevantes? Que obstáculos poderiam ser minimizados e que medidas poderiam ser tomadas para potenciar os resultados do IF neste domínio da política pública energética?
24. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
25. Existem efeitos ou impactos não esperados alcançados com a concretização das intervenções?
26. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
27. Existem exemplos de operações que estejam a ser implementadas de forma articulada com outras operações, no mesmo território? Como se processa essa articulação? Que preocupações estão na sua génese?
28. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
29. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia) na habitação particular? Com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

30. Qual a relevância dos FEEI ao nível das políticas de reabilitação e revitalização urbana no domínio da energia e da eficiência energética?
31. Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções no domínio da energia e da eficiência energética?
32. Os IF foram a tipologia de FEEI mais adequada para apoiar intervenções no domínio da energia e da eficiência energética para a reabilitação e revitalização urbana?
33. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional ao nível da reabilitação e revitalização urbana no domínio da energia e da eficiência energética? De que forma?
34. Que boas práticas são sinalizadas ao nível do sistema de governação que permitam otimizar os efeitos externos gerados pelas operações? Qual a relevância das orientações comunitárias para os resultados alcançados com essas boas práticas?

Muito obrigado!

5.1.2. GUIÃO DE ENTREVISTA A ATORES ENVOLVIDOS NA DEFINIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS RELEVANTES

5.1.2.1. GUIÃO DE ENTREVISTA À DGEG

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 10	X				
11 a 20		X			
21 a 28			X		
29 a 36				X	
37 a 38					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou esse envolvimento?
2. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades dos atores-chave? Como se processou essa auscultação?
3. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação?
4. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto nos PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
5. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?
6. Existe alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas e das despesas, inibidores de procura e geradores de atraso na implementação (PI 4.1)?
7. Como avaliam a capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (PI 4.1)?
8. Manifestam-se alguns riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (PI 4.1)?
9. Mantém-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)?
10. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo (PI 4.1)? Como por exemplo?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

11. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria energética têm prosseguido as orientações e os objetivos da política energética, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
12. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
13. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
14. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura (PI 4.3)?
15. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
16. Os resultados contratualizados com as AG afiguram-se alcançáveis no caso das operações em curso?
17. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
18. São detetáveis riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas?

19. Observa-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento?
20. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

21. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
22. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
23. Qual a importância dos FEEI apoiarem tecnologias emergentes e pouco disseminadas? Existe potencial no que respeita a atores que estejam devidamente capacitados para implementar estas tecnologias? Qual a viabilidade da energia produzida ser injetada na rede e que constrangimentos que existem a este nível?
24. Os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura na habitação particular?
25. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
26. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?
27. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
28. Manifestam-se alguns fatores inibidores de uma maior mobilização e procura pela PI 4.1 (requisitos exigidos inviabilizam projetos com elevado potencial)?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

29. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
30. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?
31. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
32. Até que ponto a variação do consumo energético é resultado da evolução económica registada no país? Existem evidências e estimativas desse impacto?
33. No período de crise económica financeira do país (2009-2013) existiu uma redução significativa do consumo energético (impacto estimado)? A recuperação económica atual tem um impacto significativo no aumento do consumo energético (valor estimado)?
34. Como tem evoluído nos últimos anos, a intensidade energética nos diferentes setores?
35. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?
36. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

37. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
38. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.2. GUIÃO DE ENTREVISTA À DRERAA

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 10	X				
11 a 20		X			
21 a 30			X		
31 a 39				X	
40 a 41					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou esse envolvimento?
2. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades dos atores-chave? Como se processou essa auscultação?
3. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação?
4. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto nos PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
5. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?
6. Existe alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas e das despesas, inibidores de procura e geradores de atraso na implementação (PI 4.1)?
7. Como avaliam a capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (PI 4.1)?
8. Manifestam-se alguns riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (PI 4.1)?
9. Mantém-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)?
10. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo (PI 4.1)? Como por exemplo?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

11. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria de energia têm prosseguido as orientações e os objetivos da política energética, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
12. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura da Região?
13. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
14. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?
15. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
16. Os resultados contratualizados com as AG afiguram-se alcançáveis no caso das operações em execução?
17. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
18. São detetáveis riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas?
19. Observa-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento?

20. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

21. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
22. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
23. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
24. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
25. Os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura?
26. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
27. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
28. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?
29. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
30. Manifestam-se alguns fatores inibidores de uma maior mobilização e procura pela PI 4.1 (requisitos exigidos inviabilizam projetos com elevado potencial)?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

31. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
32. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
33. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
34. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?
35. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados? Quais os mais relevantes?
36. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
37. Existem efeitos ou impactos não esperados alcançados com a concretização das intervenções?
38. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
39. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

40. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
41. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.3. GUIÃO DE ENTREVISTA À DRETRAM

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 10	X				
11 a 20		X			
21 a 30			X		
31 a 39				X	
40 a 41					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou esse envolvimento?
2. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades dos atores-chave? Como se processou essa auscultação?
3. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação?
4. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto nos PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
5. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?
6. Existe alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas e das despesas, inibidores de procura e geradores de atraso na implementação (PI 4.1)?
7. Como avaliam a capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (PI 4.1)?
8. Manifestam-se alguns riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (PI 4.1)?
9. Mantém-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)?
10. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo (PI 4.1)? Como por exemplo?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

11. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria energética têm prosseguido as orientações e os objetivos da política energética, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
12. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura da Região?
13. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
14. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?
15. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
16. Os resultados contratualizados com as AG afiguram-se alcançáveis no caso das operações em execução?
17. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
18. São detetáveis riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas?
19. Observa-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento?

20. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

21. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
22. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
23. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
24. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
25. Os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura?
26. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
27. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
28. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?
29. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
30. Manifestam-se alguns fatores inibidores de uma maior mobilização e procura pela PI 4.1 (requisitos exigidos inviabilizam projetos com elevado potencial)?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

31. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
32. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
33. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
34. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?
35. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados? Quais os mais relevantes?
36. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
37. Existem efeitos ou impactos não esperados alcançados com a concretização das intervenções?
38. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
39. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

40. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
41. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.4. GUIÃO DE ENTREVISTA À AREAM

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 10	X				
11 a 20		X			
21 a 30			X		
31 a 39				X	
40 a 41					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou esse envolvimento?
2. Como se procurou promover o alinhamento das TO com os OE e com as necessidades dos atores-chave? Como se processou essa auscultação?
3. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação?
4. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto nos PO? De que modo condicionaram os resultados e foram salvaguardadas pela reprogramação?
5. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?
6. Existe alguma desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas e das despesas, inibidores de procura e geradores de atraso na implementação (PI 4.1)?
7. Como avaliam a capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (PI 4.1)?
8. Manifestam-se alguns riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (PI 4.1)?
9. Mantém-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)?
10. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo (PI 4.1)? Como por exemplo?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

11. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria energética têm prosseguido as orientações e os objetivos da política energética, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
12. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura da Região?
13. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
14. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?
15. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
16. Os resultados contratualizados com as AG afiguram-se alcançáveis no caso das operações em execução?
17. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
18. São detetáveis riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas?
19. Observa-se um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento?

20. Existem constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

21. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
22. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
23. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
24. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
25. Os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura?
26. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
27. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
28. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?
29. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?
30. Manifestam-se alguns fatores inibidores de uma maior mobilização e procura pela PI 4.1 (requisitos exigidos inviabilizam projetos com elevado potencial)?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

31. Os instrumentos de programação criam condições para se promover uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? De que forma?
32. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
33. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
34. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?
35. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados? Quais os mais relevantes?
36. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
37. Existem efeitos ou impactos não esperados alcançados com a concretização das intervenções?
38. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE?
39. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

40. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
41. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.5. GUIÃO DE ENTREVISTA À ADENE

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 4	X				
5 a 15		X			
16 a 20			X		
21 a 23				X	
24 a 25					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Como se processou o envolvimento da Vossa entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?
2. Quais as principais alterações contextuais que retiram pertinência a determinados objetivos ou tipologias de operação?
3. Que alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas se verificaram ao longo do período de programação com impacto nos PO? De que modo condicionaram os resultados?
4. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

5. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria energética têm prosseguido as orientações e os objetivos da política energética, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
6. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
7. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
8. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura (PI 4.3)?
9. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
10. Os resultados contratualizados com as AG afiguram-se alcançáveis no caso das operações em execução?
11. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
12. É manifesta a dificuldade de mobilizar ou a ausência/reduzido número de atores relevantes nalguns territórios (ESE, agências locais e regionais de energia, técnicos certificados)?
13. Até que ponto a não disponibilização do IFE2020 limitou a mobilização das ESE para as intervenções nas infraestruturas públicas da Administração Pública?
14. É manifesta a falta de capacidade de resposta (recursos qualificados insuficientes) das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas?
15. Há indícios de que a não implementação das medidas previstas nas auditorias energéticas pode reduzir significativamente os resultados gerados pelas operações?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

16. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
17. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
18. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
19. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?
20. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

21. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
22. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
23. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

24. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
25. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.6. GUIÃO DE ENTREVISTA AO IMT

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 3	X				
4 a 6		X			
7			X		
8 a 12				X	
13 a 15					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?
2. Como se tem processado a evolução de custos de aquisição de veículos elétricos, tendo como referência e termo de comparação os custos associados à aquisição de veículos convencionais?
3. Que perspetivas existem relativamente à manutenção da subsídio estatal de aquisição familiar de passes intermodais? Esta opção de política está a ter o impacto previsto na procura? Como estão a reagir e adaptar-se os operadores?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

4. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 no que à mobilidade sustentável diz respeito têm prosseguido as orientações e os objetivos de política, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
5. Qual o papel dos FEEI na promoção da mobilidade sustentável e no apoio a medidas dirigidas à redução das emissões de carbono?
6. A existência de estratégias de baixo teor de carbono para as zonas urbanas tem contribuído para promover ou, ao invés, tem condicionado a operacionalização dos apoios destinados à promoção dos transportes públicos/ecológicos e da mobilidade sustentável?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

7. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

8. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
9. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
10. Existem alguns beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, o que terá impacto nos resultados a alcançar?
11. Que operações apoiadas é que destacava como mais relevantes para o cumprimento do objetivo de redução da emissão de GEE? Grandes projetos de mobilidade nas principais áreas urbanas (Metro de Lisboa e Porto)?
12. Em que medida a cobertura geográfica e os tempos de carregamento de veículos elétricos condicionavam a procura pelo transporte elétrico (inibidores para a aquisição e utilização)?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

13. Qual a relevância dos FEEI ao nível das políticas de mobilidade sustentável e de transportes no domínio da energia e da eficiência energética?
14. Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções de mobilidade sustentável e de transportes no domínio da energia e da eficiência energética?
15. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional ao nível da mobilidade sustentável e de transportes no domínio da energia e da eficiência energética? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.7. GUIÃO DE ENTREVISTA AO IHRU

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2 a 5		X			
6 a 9			X		
10 a 12				X	
13 a 15					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria de eficiência energética no edificado têm prosseguido as orientações e os objetivos da correspondente política setorial, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos agentes económicos, por outro lado?
3. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos atores chave e dos potenciais beneficiários? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
4. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
5. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

6. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas aos beneficiários potenciais?
7. Fomentou-se a redução de assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares (habitação) para dinamizar a procura dos IF para a eficiência energética, através da concretização de estratégias de comunicação e divulgação fortes e coerentes? De que forma?
8. As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas? Com que tipo de apoio? Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica da operação ou podem mesmo pôr em causa a sua concretização?
9. As discrepâncias entre as soluções técnicas definidas nos certificados energéticos obrigatórios e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos promotores constituem um risco ou condicionam a sua concretização? Pode potenciar o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

10. Considera que os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
11. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados para a habitação social pública? Quais os mais relevantes?
12. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

13. Qual a relevância dos FEEI ao nível das políticas de habitação e de reabilitação urbana no domínio da energia e da eficiência energética?
14. Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções no domínio da energia e da eficiência energética?
15. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional ao nível das políticas de habitação e de reabilitação urbana no domínio da energia e da eficiência energética? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.8. GUIÃO DE ENTREVISTA À ANMP

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 4	X				
5 a 13		X			
14 a 19			X		
20 a 27				X	
28 a 29					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?
2. As TO definidas respondem às necessidades dos Municípios? A reprogramação responde adequadamente às dificuldades de implementação de algumas TO?
3. Existem outros instrumentos e FEEI ou de política pública nacional, mais interessantes para os Municípios, nestes domínios?
4. Os Municípios estão efetivamente motivados para investir em EE? O problema é apenas financeiro/orçamental?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

5. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 em matéria energética têm prosseguido as orientações e os objetivos da correspondente política setorial, por um lado, e correspondido às expectativas e às necessidades dos Municípios, por outro lado?
6. As condições de elegibilidade e as formas de apoio constantes dos AAC garantem a mobilização dos Municípios? Ou seja, as dificuldades de mobilização dos Municípios, decorrem das formas de apoio disponibilizadas? Das condições de elegibilidade? Os AAC são suficientemente flexíveis para responder às dinâmicas de procura dos diversos territórios?
7. Os processos de preparação/instrução das candidaturas e da correspondente análise têm-se revelado eficientes ou poderão ser simplificados/agilizados?
8. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura?
9. As entidades envolvidas na gestão dos apoios têm revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
10. Os resultados contratualizados entre os municípios e as AG afiguram-se alcançáveis na sua generalidade no caso das operações em execução?
11. Quais os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa?
12. A implementação de instrumentos de política/de planeamento enquadramentos facilitou ou, ao invés, tem obstado a uma expedita execução das operações? Os atores locais e sub-regionais assumiram o planeamento e a implementação das TO previstas e das operações contratualizadas no âmbito dos PDCT e dos PEDU? Quais os principais problemas a este nível e de que forma têm sido superados?
13. É manifesta a dificuldade de mobilizar ou a ausência/reduzido número de atores relevantes nalguns territórios (ESE, agências locais e regionais de energia, técnicos certificados), condicionadora de uma reação mais célere dos Municípios e inibidora de uma execução mais célere das realizações? Como tem sido ultrapassada nos diversos territórios-críticos?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

14. A alocação dos recursos financeiros pelos diferentes PO e OE e segundo as diferentes formas de apoio foi a adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?
15. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às vossas necessidades? Em que situações isso não acontece?
16. Considera que as diferentes formas de financiamento garantem eficiência na concretização dos OE e das metas? Em que situações isso não acontece?
17. Considera que existe alguma falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis", condicionadora de uma reação mais célere dos Municípios e inibidora de uma execução mais célere das realizações?
18. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento, gerando operações com benefícios líquidos positivos? Existe margem para melhoria nesta dimensão?
19. A alocação de recursos financeiros que resultou do processo de reprogramação foi adequada, considerando a execução observada e as expectativas para o restante período de financiamento? Em que medida o processo de reprogramação veio contribuir para a prossecução dos objetivos prosseguidos e colmatar as debilidades e condicionantes à procura observadas até à data?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

20. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes para complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
21. Considera que os Municípios estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
22. Existem problemas de execução que irão impedir a concretização dos resultados programados? Quais os mais relevantes?
23. A aparente falta de interesse/mobilização por parte alguns Municípios, em algumas PI contratualizadas, poderá ter impacto expressivo nos resultados a alcançar?
24. Os impactos das operações têm correspondido ao esperado?
25. Existem efeitos ou impactos não esperados alcançados com a concretização das intervenções?
26. Considera que os Municípios têm a preocupação que as operações apoiadas num mesmo território sejam implementadas de forma articulada, gerando maiores resultados? Que exemplos podem ser apontados como paradigmáticos desta articulação?
27. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública local e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

28. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os municípios avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética em que são apoiados? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
29. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.2.9. GUIÃO DE ENTREVISTA AO IAPMEI

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2 a 4		X			
5			X		
6 a 9				X	
10 a 13					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a Vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. Quais os principais fatores que estão na base da reduzida adesão das empresas aos apoios disponibilizados pelo PT2020 no domínio da promoção da eficiência energética? Em que medida não têm correspondido às expectativas e às necessidades das empresas?
3. Que alterações nas condições de elegibilidade e nas formas de apoio poderiam suscitar um maior interesse e adesão das empresas a este tipo de apoio?
4. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura? Que outros requisitos se têm prefigurado como mais restritivos/limitativos para as empresas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

5. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às empresas? Em que situações isso não acontece?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

6. A não operacionalização do IF e a ausência de AAC tem um impacto significativo na mitigação de falhas de mercado (dificuldade de acesso a financiamento bancário)?
7. Essa ausência não tem permitido a redução do peso do custo energético no total de custos operacionais? Ou existe uma maior sensibilização das empresas para este problema e têm avançado com investimentos próprios no sentido de reduzir o peso da fatura energética?
8. Até que ponto a variação do consumo energético é resultado da evolução económica registada no país? Existem evidências e estimativas desse impacto?
9. No período de crise económica financeira do país (2009-2013) existiu uma redução significativa do consumo energético (impacto estimado)? A recuperação económica atual tem um impacto significativo no aumento do consumo energético (valor estimado)?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

10. Qual a relevância dos FEEI para as empresas no domínio da concretização de operações ao nível da energia e da eficiência energética?
11. Na ausência de apoios FEEI, considera que as empresas avançariam com intervenções no domínio da energia e da eficiência energética?
12. Os IF foram a tipologia de FEEI mais adequada para apoiar intervenções no domínio da energia e da eficiência energética para a reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas?
13. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional dirigidas para as empresas no domínio da energia e da eficiência energética? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.3. GUIÃO DE ENTREVISTA A OUTROS ATORES

5.1.3.1. GUIÃO DE ENTREVISTA À AEP

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2 a 4		X			
5			X		
6 a 9				X	
10 a 12					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a Vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. Quais os principais fatores que estão na base da reduzida adesão das empresas aos apoios disponibilizados pelo PT2020 no domínio da promoção da eficiência energética? Em que medida não têm correspondido às expectativas e às necessidades das empresas?
3. Que alterações nas condições de elegibilidade e nas formas de apoio poderiam suscitar um maior interesse e adesão das empresas a este tipo de apoio?
4. O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas tem condicionado/limitado a procura? Que outros requisitos se têm prefigurado como mais restritivos/limitativos para as empresas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

5. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às empresas? Em que situações isso não acontece?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

6. A não operacionalização do IF e a ausência de AAC tem um impacto significativo na mitigação de falhas de mercado (dificuldade de acesso a financiamento bancário)?
7. Essa ausência não tem permitido a redução do peso do custo energético no total de custos operacionais? Ou existe uma maior sensibilização das empresas para este problema e têm avançado com investimentos próprios no sentido de reduzir o peso da fatura energética?
8. Até que ponto a variação do consumo energético é resultado da evolução económica registada no país? Existem evidências e estimativas desse impacto?
9. No período de crise económica financeira do país (2009-2013) existiu uma redução significativa do consumo energético (impacto estimado)? A recuperação económica atual tem um impacto significativo no aumento do consumo energético (valor estimado)?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

10. Qual a relevância dos FEEI para as empresas no domínio da concretização de operações ao nível da energia e da eficiência energética?
11. Na ausência de apoios FEEI, considera que as empresas avançariam com intervenções no domínio da energia e da eficiência energética?
12. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional dirigidas para as empresas no domínio da energia e da eficiência energética? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.3.2. GUIÃO DE ENTREVISTA À APESENERGIA

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 5	X				
6			X		
7 a 12				X	
13 a 14					X

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a Vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?
2. Os instrumentos de programação estão alinhados com as necessidades das vossas associadas e tiveram em atenção a sua capacidade de resposta aos desafios em presença?
3. Na fase de programação foi definido o apoio às Empresas de Serviços Energéticos (ESE) enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Pública. Contudo, esta dimensão foi abandonada, na fase de reprogramação (2018), tendo sido suprimida a Tipologia de Operação, no âmbito do POSEUR/Administração Central, que enquadrava o apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos (modelo ESCO). Porque razão? Reduzido interesse pela forma de apoio prevista (IF, nunca criado)?
4. Quais os constrangimentos existentes na implementação do modelo ESCO no programa ECO.AP? Quais as razões para o insucesso do modelo ESCO? O mercado tem capacidade de resposta?
5. Consideram que o relevante papel das ESE para a dinamização da eficiência energética no país, está a ser corretamente aproveitado e potenciado? Quais os principais constrangimentos existentes? Que oportunidades não estão a ser aproveitadas? Que dimensões deveriam ser criadas/ melhoradas?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

6. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às Vossas necessidades e das entidades que vos procuram (que recorrem aos vossos serviços)? Em que situações isso não acontece?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

7. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes de pública energética?
8. Está a promover-se uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais? Que exemplos paradigmáticos podem ser sinalizados?
9. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
10. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?
11. Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do mix de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
12. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

13. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?
14. Os IF foram a tipologia de FEEI mais adequada para apoiar intervenções no domínio da energia e da eficiência energética para a habitação e a reabilitação urbana, para a reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas e para intervenções em edifícios de habitação social e espaço público?

Muito obrigado!

5.1.3.3. GUIÃO DE ENTREVISTA À RNAE

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 2	X				
3		X			
4 a 5			X		
6 a 8				X	
9 a 10					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a Vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?
2. Os instrumentos de programação estão alinhados com as necessidades dos potenciais beneficiários e tiveram em atenção a sua capacidade de resposta aos desafios em presença?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

3. Como se processa a Vossa interação e articulação com as entidades beneficiárias? São mobilizados face às dificuldades de instrução das candidaturas e ao seu acompanhamento? O Vosso conhecimento técnico especializado permite responder às necessidades dos beneficiários? Como avaliam a capacidade das entidades que fazem auditorias energéticas para acompanharem a implementação das medidas de EE?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?
5. Quais as principais dificuldades encontradas na definição das fórmulas de cálculo dos indicadores e dos custos-padrão? Como foram superadas? A utilização de custos-padrão limita ou condiciona os processos de verificação das operações? Que alternativas devem ser ponderadas no futuro?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

6. Foi concebido e está a ser operacionalizado o *mix* de instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares) relevantes de política energética? Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do *mix* de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
7. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
8. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios (infraestruturas da administração pública central e local, habitação particular e habitação social) e com que escala?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

9. Qual a relevância dos FEEI para o reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono em Portugal? Na ausência de apoios FEEI, considera que os atores-chave avançariam com intervenções nos vários domínios prioritários de intervenção da política pública energética? Em que domínios, manifestamente, isso não se iria verificar?
10. Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública nacional no domínio do OT4? De que forma?

Muito obrigado!

5.1.3.4. GUIÃO DE ENTREVISTA AO METROPOLITANO DE LISBOA

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2-5		X			
6			X		
7-9				X	
10					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Como se processou o envolvimento da Vossa entidade na fase de reprogramação do POSEUR?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. A Entidade está devidamente capacitada para responder às exigências da instrução dos Grandes Projetos? Que dimensões deveriam ser reequacionadas ou melhoradas?
3. A Entidade está devidamente capacitada para a implementação da operação, no que respeita a recursos humanos especializados (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
4. A Entidade está devidamente capacitada para proceder ao acompanhamento da operação? (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)
5. Face ao estado execução da operação, é possível antever atrasos na sua implementação? Quais as causas que o justificam?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

6. Os recursos financeiros são adequados, tendo em consideração os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

7. Quais aos principais resultado e realizações a atingir com a operação, nomeadamente em termo de economias de energia, linhas reconstruídas ou melhoradas, novas linhas, número de passageiros transportados, Interfaces modais e estações construídas ou remodeladas,...
8. Que perspetivas existem relativamente à manutenção da subsidiação estatal de aquisição familiar de passes intermodais? Esta opção de política está a ter um impacto muito significativo na procura? Como estão a reagir e adaptar-se a este aumento de procura?
9. Qual o impacto estimado da operação, nomeadamente ao nível da redução da emissão de GEE?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

11. Qual a relevância dos apoios FEEI para a entidade? Na ausência de apoios FEEI, seria possível avançar com a intervenção?

Muito obrigado!

5.1.3.5. GUIÃO DE ENTREVISTA AO METRO DO PORTO

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2-6		X			
7			X		
8-10				X	
11					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

10. Como se processou o envolvimento da Vossa entidade na fase de reprogramação do POSEUR?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

11. A Entidade está devidamente capacitada para a instrução da candidatura, no que respeita a recursos humanos especializados de modo a responder de forma adequada e atempada às exigências associadas a um Grande Projeto (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
12. A Entidade está devidamente capacitada para responder às exigências da instrução dos Grandes Projetos? Que dimensões deveriam ser reequacionadas ou melhoradas?
13. A Entidade está devidamente capacitada para a implementação da operação, no que respeita a recursos humanos especializados (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
14. A Entidade está devidamente capacitada para proceder ao acompanhamento da operação? (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)
15. Face ao estado execução da operação, é possível antever atrasos na sua implementação? Quais as causas que o justificam?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

16. Os recursos financeiros são adequados, tendo em consideração os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

17. Quais aos principais resultado e realizações a atingir com a operação, nomeadamente em termo de economias de energia, linhas reconstruídas ou melhoradas, novas linhas, número de passageiros transportados, Interfaces modais e estações construídas ou remodeladas, ...
18. Que perspectivas existem relativamente à manutenção da subsídio estatal de aquisição familiar de passes intermodais? Esta opção de política está a ter um impacto muito significativo na procura? Como estão a reagir e adaptar-se a este aumento de procura?
19. Qual o impacto estimado da operação, nomeadamente ao nível da redução da emissão de GEE?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

12. Qual a relevância dos apoios FEEI para a entidade? Na ausência de apoios FEEI, seria possível avançar com a intervenção?

Muito obrigado!

5.1.3.6. GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2-6		X			
7			X		
8-9				X	
10					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Como se processou o envolvimento da Vossa entidade na fase de reprogramação do POSEUR?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. A Entidade está devidamente capacitada para a instrução da candidatura, no que respeita a recursos humanos especializados de modo a responder de forma adequada e atempada às exigências associadas a um Grande Projeto (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
3. A Entidade está devidamente capacitada para responder às exigências da instrução dos Grandes Projetos? Que dimensões deveriam ser reequacionadas ou melhoradas?
4. A Entidade está devidamente capacitada para a implementação da operação, no que respeita a recursos humanos especializados (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
5. A Entidade está devidamente capacitada para proceder ao acompanhamento da operação? (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)
6. Face ao estado execução da operação, é possível antever atrasos na sua implementação? Quais as causas que o justificam?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

7. Os recursos financeiros são adequados, tendo em consideração os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

8. Quais aos principais resultado e realizações a atingir com a operação, nomeadamente em termo de economias de energia, número de passageiros transportados, interfaces modais e estações construídas ou remodeladas, ...
9. Qual o impacto estimado da operação, nomeadamente ao nível da redução da emissão de GEE?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

10. Qual a relevância dos apoios FEEI para a entidade? Na ausência de apoios FEEI, seria possível avançar com a intervenção?

Muito obrigado!

5.1.3.7. GUIÃO DE ENTREVISTA À ANTRAM

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2 a 3		X			
4			X		
5 a 6				X	
7					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da programação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de programação? E na fase de reprogramação?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 no que à utilização de energias menos poluentes nas empresas de transportes de mercadorias diz respeito têm correspondido às vossas expectativas e às necessidades?
3. Que outras medidas dirigidas à redução das emissões de carbono deviam ser apoiadas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Os recursos financeiros são adequados, tendo em consideração as necessidades dos associados e os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

5. Considera que os vossos associados estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
6. Existem alguns associados relevantes manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados para a reconversão das suas frotas para a utilização de energias menos poluentes?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

7. Na ausência de apoios FEEI, considera que os vossos associados avançariam com intervenções ao nível da reconversão das suas frotas para a utilização de energias menos poluentes?

Muito obrigado!

5.1.3.8. GUIÃO DE ENTREVISTA À REN

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1	X				
2 a 7		X			
8			X		
9				X	
10 a 11					X

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. A conceção e o desenho da reprogramação foram definidos em articulação com a vossa entidade? Como se processou o envolvimento da entidade na fase de reprogramação?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

2. Os apoios disponibilizados pelo PT2020 correspondem às vossas expectativas e às necessidades?
3. Que outras medidas/elegibilidades deviam ser apoiadas?
4. A Entidade está devidamente capacitada para a instrução da candidatura, no que respeita a recursos humanos especializados (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
5. A Entidade está devidamente capacitada para a implementação da operação, no que respeita a recursos humanos especializados (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)?
6. A Entidade está devidamente capacitada para proceder ao acompanhamento da operação? (ou recorrem a *outsourcing*, por exemplo)
7. Face ao estado de execução da operação, é possível antever a execução integral durante o atual período de programação? Que constrangimentos estão/podem gerar atrasos?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

8. Os recursos financeiros são adequados, tendo em consideração os objetivos a prosseguir?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

9. Quais as realizações e resultados a atingir, nomeadamente no que respeita ao aumento da extensão da infraestrutura elétrica de transporte, bem como à potência máxima e à tensão de serviço associada à infraestrutura elétrica de transporte criada?

PARTE 5. QUESTÃO SOBRE VALOR ACRESCENTADO EUROPEU

10. Qual a relevância dos FEEI ao nível das políticas de produção, transporte e armazenagem de energia renovável?
11. Na ausência de apoios FEEI, avançariam com intervenções neste domínio (transporte de energia renovável)?

Muito obrigado!

5.1.3.9. GUIÃO DE ENTREVISTA À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS²

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Impacto	QA5 VAE
1 a 3	X				
4 a 11		X			
12 a 13			X		
14				X	

² Não obstante a entrevista semiestruturada tenha como interlocutor principal a Associação Portuguesa de Bancos, foram convidados a estar presentes as três entidades bancárias que se assumem como as entidades gestoras do IFRRU2020. Após análise do guião de entrevista, estas entidades reuniram previamente com a Associação Portuguesa de Bancos, a qual transmitiu o posicionamento das três entidades bancárias relativamente às questões colocadas.

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Quais as principais vantagens da utilização de instrumentos financeiros FEEI para o objetivo de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono?
2. Quais as razões que considera relevantes para os beneficiários recorrerem ao IFRRU2020?
3. Até que ponto a existência deste tipo de apoios pode ter sido indutora de investimento?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICÁCIA

4. Como avalia a receptividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF?
5. O facto de não avançado o IF para a Eficiência Energética nas empresas e na administração pública (através do modelo ESCO), condicionou essa receptividade/adesão pela banca (menor atratividade)? Porque não se avançou com este IF?
6. Os apoios disponibilizados pelo IFRRU2020 têm, em regra, correspondido às expectativas e às necessidades dos (potenciais) promotores? A preparação/instrução dos pedidos de financiamento tem-se revelado acessível para a maioria dos candidatos?
7. A iniciativa privada tem aderido de forma significativa aos apoios disponíveis? Têm sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento-base dos beneficiários?
8. O conhecimento do instrumento de apoio induziu a intenção de financiamento ou, simplesmente, ofereceu novas e mais atrativas formas de financiamento de investimentos já previstos?
9. Os beneficiários têm conhecimento que as operações elegíveis são de reabilitação urbana, mas têm que ser complementadas com a componente de eficiência energética?
10. A banca tem revelado capacidade (em termos de recursos e de competência técnica) para analisar as candidaturas? Têm acompanhado preventiva e devidamente as operações, de forma a promover a sua execução?
11. Como avalia o circuito de acompanhamento das operações pela entidade gestora do IFRRU2020?
12. Quais os principais fatores que dificultam ou impedem uma maior adesão aos financiamentos por parte das entidades privadas?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

13. As condições de financiamento são efetivamente mais atrativas do que as disponibilizadas pelo mercado tradicional, permitindo mitigar constrangimentos da procura (dificuldade no acesso ao crédito)?
14. As condições de acesso e de elegibilidade desenhadas garantem racionalidade do investimento? Existe margem para melhoria nesta dimensão?

PARTE 4. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

15. Que obstáculos poderiam ser minimizados e que medidas poderiam ser tomadas para potenciar os resultados do IF neste domínio da política pública energética?

Muito obrigado!

5.1.3.10. GUIÃO DE ENTREVISTA AO FUNDO AMBIENTAL

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Resultados	QA5 VAE
1 a 3	X				
4			X		
5 a 7				X	

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Que TO estão a ser mobilizadas pelo Fundo Ambiental que podem complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
2. Existe a preocupação em dirigir os apoios para os mesmos grupos-alvo e visando os mesmos fatores comportamentais preconizados nos FEEI? Ou o principal objetivo é complementar, apoiar dimensões a descoberto pelos FEEI?
3. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais do Fundo Ambiental com os FEEI, com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

5. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
6. Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do *mix* de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
7. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios e com que escala?

Muito obrigado!

5.1.3.11. GUIÃO DE ENTREVISTA AO EEA GRANTS PORTUGAL

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Resultados	QA5 VAE
1 a 3	X				
4			X		
5 a 7				X	

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Que TO estão a ser mobilizadas pelo EEA Grants que podem complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
2. Existe a preocupação em dirigir os apoios para os mesmos grupos-alvo e visando os mesmos fatores comportamentais preconizados nos FEEI? Ou o principal objetivo é complementar, apoiar dimensões a descoberto pelos FEEI?
3. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais do EEA Grants com os FEEI, com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

5. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
6. Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do *mix* de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
7. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios e com que escala?

Muito obrigado!

5.1.3.12. GUIÃO DE ENTREVISTA AO FUNDO EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Resultados	QA5 VAE
1 a 3	X				
4			X		
5 a 7				X	

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Que TO estão a ser mobilizadas pelo FEE que podem complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
2. Existe a preocupação em dirigir os apoios para os mesmos grupos-alvo e visando os mesmos fatores comportamentais preconizados nos FEEI? Ou o principal objetivo é complementar, apoiar dimensões a descoberto pelos FEEI?
3. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais do FEE com os FEEI, com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

5. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
6. Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do *mix* de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
7. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios e com que escala?

Muito obrigado!

5.1.3.13. GUIÃO DE ENTREVISTA AO FUNDO DE APOIO À INOVAÇÃO

Articulação entre as perguntas do questionário e as QA

Questão do Questionário	QA1 Relevância	QA2 Eficácia	QA3 Eficiência	QA4 Resultados	QA5 VAE
1 a 3	X				
4			X		
5 a 7				X	

CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Entidade: _____

Data: _____

Local: _____

NOTA INTRODUTÓRIA

- » Apresentação do objeto da avaliação (OT4 e respetivas PI)
- » Apresentação dos objetivos da avaliação

PARTE 1. QUESTÃO SOBRE RELEVÂNCIA

1. Que TO estão a ser mobilizadas pelo FAI que podem complementar os resultados da política pública energética financiada pelo OT4?
2. Existe a preocupação em dirigir os apoios para os mesmos grupos-alvo e visando os mesmos fatores comportamentais preconizados nos FEEI? Ou o principal objetivo é complementar, apoiar dimensões a descoberto pelos FEEI?
3. Existem sobreposições ou efeitos concorrenciais do FAI com os FEEI, com reflexos na mobilização da procura?

PARTE 2. QUESTÃO SOBRE EFICIÊNCIA

4. Considera que as formas de financiamento previstas são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais? Em que situações isso não acontece?

PARTE 3. QUESTÃO SOBRE IMPACTO

5. Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo? Identifique alguns exemplos de mudanças comportamentais que estão/podem ocorrer.
6. Estão reunidas as condições para uma implementação efetiva do *mix* de instrumentos/políticas (disponibilidade de opções de poupança, conhecimento suficiente, restrições, motivação e utilização adequada)?
7. São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia)? Em que domínios e com que escala?

Muito obrigado!

5.2. GUIÃO DE INQUÉRITO

5.2.1. Pano de Fundo para a Definição e Estratificação da Amostra

23. A estruturação e a estratificação associada ao processo de inquirição afiguraram-se fundamentais para assegurar elevadas taxas de resposta aquando da sua aplicação e, simultaneamente, recolher evidências de qualidade para garantir a sua utilidade no estudo de avaliação.
24. Como referido no Relatório Inicial do estudo, estamos na presença de uma avaliação essencialmente de processo, sobretudo orientada para melhorar a qualidade da execução das operações apoiadas pelo POSEUR e pelos POR, no âmbito do OT4.
25. Neste quadro, o foco da avaliação centra-se na conceção e na implementação das operações, bem como na eficácia e na eficiência da sua operacionalização. Complementarmente, o exercício avaliativo está igualmente orientado para aferir os resultados e o impacto das operações apoiadas, nomeadamente do seu contributo (potencial ou efetivo), para o alcance dos compromissos nacionais no que respeita à diminuição das emissões de GEE, a partir da redução da intensidade carbónica da economia.
26. A análise preliminar da base de dados das operações candidatas aos apoios disponibilizados pelos PO financiadores, a utilizar no presente exercício de avaliação, permitiu concluir que as 1.631 operações³ foram submetidas por 427 entidades. Destas, 118 são responsáveis por quatro ou mais operações candidatas ou aprovadas (o Município de Matosinhos é o promotor com mais submetidas, em número de 40) nas TO em questão.
27. Esta análise evidenciou igualmente que existe uma distribuição bastante assimétrica das operações pelas cinco principais TO⁴:
 - » A - 16 na produção e distribuição de fontes de energia renovável;
 - » B - 740 na eficiência energética nas infraestruturas públicas;
 - » C - 139 na eficiência energética na habitação (social);
 - » D - 50 na eficiência energética nos transportes públicos;
 - » E - 686 na mobilidade urbana sustentável.
28. Por outro lado, 43% destas operações estão ainda em análise, o que reforça a ideia, avançada em sede de proposta, de que a opinião das entidades promotoras com operações nesta situação é relevante.
29. Acresce que, num contexto de limitadas taxas de execução das operações aprovadas na maioria das TO e de um número muito reduzido de operações finalizadas (duas encerradas/concluídas), os resultados passíveis de mensuração até à data (resultados observáveis, por operação) são manifestamente limitados, mesmo irrelevantes.
30. Neste quadro, a equipa de avaliação optou por estruturar o inquérito por promotor/TO, uma vez que a sua estruturação por operação não seria praticável, podendo mesmo comprometer o sucesso da sua aplicação. Efetivamente, seria considerável a sobrecarga e especificidade da informação a solicitar a entidades promotoras responsáveis por um número muito significativo de operações (retomando o exemplo acima, o município de Matosinhos teria de responder a 40 inquéritos).
31. Por outro lado, face às reduzidas taxas de execução e do reduzido número de operações concluídas, os resultados e impactos possíveis de mensurar por operação seriam pouco expressivos. Ao promover-se a sua agregação por TO, poderá ser possível apresentar algumas evidências relevantes, potencialmente enriquecedoras, para

³ Das 1.849 operações da base de dados, foram retiradas as classificadas como “Anuladas”, “Desistidas” e “Rescindidas” e uma operação com data de junho de 2019, fora do período de avaliação definido (até 31 de maio de 2019) do Estado da Candidatura/Operação.

⁴ A tipologia A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis, engloba como potenciais beneficiários/inquiridos, empresas, organismos da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, ou produtores em regime especial, a Tipologia B. Eficiência energética nas infraestruturas públicas, contempla Câmaras Municipais e o Setor Empresarial Local ou organismos da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, a Tipologia C. Eficiência energética nas habitações sociais, engloba sobretudo as autarquias locais e as IPSS, a Tipologia D. Eficiência energética nos transportes públicos, contempla Câmaras Municipais e o Setor Empresarial Local, os organismos da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado, bem como Empresas e entidade concessionária de transportes públicos coletivos de passageiros. Finalmente, na Tipologia E. Mobilidade urbana sustentável, engloba como potenciais beneficiários/inquiridos os Municípios, as Comunidades Intermunicipais, as instituições de ensino superior, as empresas e entidades concessionária de transportes públicos coletivos de passageiros, bem como a entidade gestora e operador da rede da mobilidade elétrica.

desenvolver exercícios previsionais do contributo potencial das operações apoiadas para o cumprimento dos objetivos e metas de política pública e para o alcance de compromissos nacionais.

32. Em síntese, o que se poderia ganhar em termos da análise da eficácia e impacto das operações utilizando como unidade de inquirição a operação colocaria certamente em causa o nível de reposta ao inquérito, onde a grande maioria das questões (mais relacionadas com a operacionalização dos instrumentos), deve ser respondida tendo em consideração a globalidade das operações promovidas pelo promotor em cada uma das cinco TO.
33. Deve assinalar que a opção de realizar o inquérito por promotor/TO dificulta algumas leituras específicas dos resultados, nomeadamente as que pudessem refletir mudanças ocorridas na programação (por exemplo, alterações às formas de financiamento). Em particular no que respeita à EE na Administração Pública, face às alterações introduzidas ao nível da programação e às formas de financiamento ao longo do período, seria difícil efetuar uma análise a partir da agregação de resultados quando, para as mesmas tipologias de intervenção, coexistem diferentes formas de apoio. Assim, no inquérito, este tipo de beneficiários apenas será confrontado sobre a eficácia das formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitem para promover operações de EE (independentemente das tipologias de intervenção que estejam em causa), sendo aplicadas outras ferramentas metodológicas para avaliar a evolução das formas de apoio e a sua melhor adequação às características e expectativas deste tipo de beneficiários (entrevistas, estudos de caso, ...).

5.2.2. Definição e Estratificação da Amostra

34. O processo de inquirição lançado utilizou, assim, como unidade base a entidade promotora/TO, a que correspondeu uma amostragem estratificada por TO. Dentro de cada estrato, para as tipologias em que há um menor número de entidades promotoras [A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis, C. Eficiência energética nas habitações (apenas social) e D. Eficiência energética nos transportes públicos]], será inquirido o universo das entidades, sendo a amostragem aleatória nas restantes tipologias [B. Eficiência energética nas infraestruturas públicas e E. Mobilidade urbana sustentável (quadro seguinte)]. O processo de amostragem garante um nível de confiança de 95% e uma margem de erro inferior a 5%.

Quadro 33. Definição e estratificação da amostra

Tipologia	Universo		Amostra	
	Entidades promotoras (n.º)	Operações (n.º)	Entidades promotoras (n.º)	Operações (n.º)
A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	9	16	9	16
B. Eficiência energética nas infraestruturas públicas	286	740	164	a)
C. Eficiência energética nas habitações sociais*	71	139	71	139
D. Eficiência energética nos transportes públicos	37	50	37	50
E. Mobilidade urbana sustentável	240	687	148	a)
Total	643	1.632	429	a)

* No caso da EE nas habitações, optou-se por circunscrever o processo de inquirição e, consequentemente, o universo de análise à tipologia de intervenção habitação social, sendo a análise a efetuar à EE habitação particular circunscrita aos Estudos de Caso.

Notas: a) depende das entidades promotoras selecionados em concreto para integrar a amostra

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019)

35. O quadro seguinte sistematiza os resultados do inquérito lançado por TO, apurando-se uma taxa de resposta global – face ao universo total de entidades promotoras inquiridas – de 80,4% (universo revisto após a entrega do Relatório Inicial, com a validação das entidades promotoras). Os objetivos do processo de inquirição em termos de respondentes foram, assim, atingidos para todas as TO e, muito em particular, nas tipologias A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis (100%) e D. Eficiência energética nos transportes públicos (91,9%). O sucesso alcançado com os vários inquéritos lançados permite, assim, retirar conclusões consolidadas e suficientemente sólidas no contexto do presente exercício de avaliação.

Quadro 34. Resultados do Processo de inquirição

Tipologia	Universo		Amostra - nível de confiança 95% e margem de erro 5% (n.º)	Respostas (n.º)	Taxa de resposta (%)
	Entidades promotoras (n.º)	Operações (n.º)			
A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis	9	16	9	9	100,0%
B. Eficiência energética nas infraestruturas públicas	272	664	160	231	84,9%
C. Eficiência energética nas habitações sociais	65	131	56	56	86,2%
D. Eficiência energética nos transportes públicos	37	50	34	34	91,9%
E. Mobilidade urbana sustentável	239	680	148	170	71,1%
Total	622	1.541	407	500	80,4%

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019)

36. Recorde-se que os conteúdos que estruturam o inquérito estão sobretudo orientados para robustecer o conhecimento e gerar uma melhoria da qualidade de elaboração e execução das operações apoiadas no OT4. A análise de maior especificidade associada aos resultados e impactos estará sobretudo sustentada na análise do sistema de informação (indicadores de realização e resultado) e desenvolvimento dos estudos de caso.

5.2.3. Inquérito a Aplicar à Tipologia A. Produção e distribuição de fontes de energia renováveis

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da entidade: _____
2. NIF: _____ 3. Concelho (Sede): _____
4. Tipo de entidade:
 - ☐ Empresa
 - ☐ Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado
 - ☐ Empresa de eletricidade/Produtores em regime especial
 - ☐ Outra. Qual? _____

B. PROCESSO DE CANDIDATURA

5. De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?
 - ☐ Website do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Websites dos Organismos Intermédios
 - ☐ Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Publicações e material de divulgação do PT2020
 - ☐ Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Redes sociais do PT2020
 - ☐ Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação
 - ☐ Associações empresariais
 - ☐ Empresas de consultoria
 - ☐ Amigos/familiares/contactos pessoais
 - ☐ Outra. Qual? _____
6. Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso?
 - ☐ Sim. Se possível, exemplifique _____
 - ☐ Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)
 - ☐ Não tive conhecimento prévio do plano de avisos
7. Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere?
 - ☐ Sim. _____
 - ☐ Sim, parcialmente
 - ☐ Não. _____
8. Quais as principais vantagens do financiamento comunitário a operações no domínio da política energética?
 - ☐ Promove o surgimento de novos beneficiários
 - ☐ Reduz significativamente os custos de investimento
 - ☐ Permite viabilizar a realização de investimentos planeados
 - ☐ Permite mitigar as falhas de mercado existentes (dificuldade de acesso a financiamento bancário)
 - ☐ Promove uma maior racionalidade no investimento dos promotores
 - ☐ Outra. Especifique _____

9. Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitem para promover operações no domínio da produção e distribuição de fontes de energia renovável:

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Instrumento financeiro					
Outra. Qual? _____					

10. Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Tipologias de operação mobilizadas					
Prazo máximo de realização da operação					
Despesas consideradas elegíveis para apoio					
Taxas de comparticipação pelos fundos comunitários					
Condições de elegibilidade das entidades promotoras					
Condições de elegibilidade das operações					
Previsibilidade de abertura de concursos					
Periodicidade de abertura de concursos					
Prazo para apresentação de candidaturas					

10.1. Caso considere “desadequado” ou “pouco adequado”, justifique. _____

11. Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Clareza dos regulamentos específicos					
Clareza dos avisos de abertura de concurso					
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas					
Clareza das normas e orientações técnicas					
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador					
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura					
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura					
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura					
Volume da documentação solicitada na candidatura					

12. A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio?

- ☐ Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações
☐ Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações (avance para a questão 13)

12.1. Se sim, essas alterações traduziram-se: (possibilidade de escolha múltipla)

- ☐ No aumento dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na redução dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados
☐ No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)
☐ No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)
☐ No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)
☐ Na alteração da localização do investimento, devido às diferenças de intensidade dos apoios previstos nos Avisos

- ☐ Na reformulação/redefinição dos resultados esperados
☐ Outras alterações. Quais? _____

13. Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia?

- ☐ Sim.
☐ Não (*avance para a questão 14*)

13.1. Quais? _____.

13.2. Porque optou por apresentar candidatura aos FEEI (PT2020)? _____

13.3. Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4?

- ☐ Não (*avance para a questão 14*)
☐ Sim. Quais? _____.

Porque optou por apresentar candidatura a esse(s) instrumento(s) e não aos FEEI (Portugal 2020)? _____

14. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada?

- ☐ Sim (*avance para a questão 15*)
☐ Não
☐ A(s) candidatura(s) está(ão) em análise (*avance para a subquestão 14.2*)

14.1. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?

- ☐ Não (*o inquérito segue para a subquestão 14.1.1*)
☐ Sim, apenas com recurso a autofinanciamento (*o inquérito segue para a subquestão 14.2.1*)
☐ Sim, com recurso a outras fontes de financiamento (*o inquérito segue para a subquestão 14.2.1*)

14.1.1. Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

- ☐ Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)
☐ Não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)
☐ Outra. Qual? _____

14.2. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR

14.2.1. Se sim, quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)?
(possibilidade de escolha múltipla)

- ☐ Meios próprios
☐ Empréstimos bancários
☐ Outros financiamentos públicos
☐ Outras fontes. Quais? _____

C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

15. De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

- ☐ Possuíam recursos técnicos com competências necessárias
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)
☐ Contratarem recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)
☐ Frequentaram ações de formação específicas
☐ Outra. Qual? _____

15.1. Quais as competências/perfis em relação aos quais sentiram mais dificuldades? _____

15.2. Sente-se devidamente capacitado para implementar projetos de produção de energia renovável através de tecnologias emergentes, pouco testadas e/ou pouco disseminadas?

- ☐ Sim
☐ Não. Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de: 1. conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido ____ 2. conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas
☐ NS/NR

16. Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

- ☐ Não teria desenvolvido
☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em %: ____
☐ Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio

17. Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	Condicionou fortemente	Condicionou	Potenciou	Potenciou fortemente	NS/NR
Situação económica do país					
Capacidade económica e financeira interna/própria					
Acesso a financiamento (alheio)					
Qualidade dos equipamentos disponíveis					
Disponibilidade de recursos humanos qualificados					
Capacidade de mobilização de parceiros					
Legislação/regulamentação aplicável					
Prazos de abertura de concursos					
Prazos de decisão das candidaturas					
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento					
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)					
Outra. Qual? _____					

18. As soluções tecnológicas definidas no âmbito da operação, considerando que se trata de soluções pouco testadas ou pouco disseminadas, tiveram constrangimentos na sua implementação dada a sua maturidade?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR
☐ Não aplicável

18.1.1. Se sim, identifique os constrangimentos.

19. A ligação à rede para a distribuição da energia produzida foi concretizada de acordo com o previsto?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR

19.1.1. Se não, porque razão(ões)? _____

20. Quais os principais riscos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis? (*possibilidade de escolha múltipla*)

- ☐ Riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas
☐ Desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento
☐ Constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo
☐ Outros. Quais? _____

21. Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos (*se nenhum dos aspetos não se verificou interação, selecione NS/NR*):

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Processo de instrução de candidatura					
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento					
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento					
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto					
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização					
Verificação e controlo no local do investimento					
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)					

22. No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expectativa	Abaixo do contratado	Em linha com o contratado	Acima do contratado
Execução dos valores de investimento			
Cumprimento da calendarização da operação			
Alcance das metas previstas para os indicadores			

23. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 24*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 24*)

23.1. Com que operações e com que financiamentos? _____

23.2. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

24. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 25*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 26*)

24.1. Com que operação(ões)? _____

24.2. Quais as suas entidades promotoras? _____

24.3. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

25. Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)? (*Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações*)

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer					
Falta de interesse em explorar essa possibilidade					
Desconhecimento de outras entidades promotoras					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários					
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos					

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram					
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram					
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura					
Outra? Qual? _____					

26. Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 27*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 27*)

26.1. Que tipo de mecanismo implementou e como avalia o seu desempenho?

27. Caso pretenda, utilize este espaço para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente à disponibilização de apoios que visem a redução das emissões de carbono.

A sua participação no inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

5.2.4. Inquérito a Aplicar à Tipologia B. Eficiência energética nas infraestruturas públicas

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da entidade: _____
2. NIF: _____ 3. Concelho (Sede): _____
6. Tipo de entidade:
- ☐ Câmara Municipal e Setor Empresarial Local
 - ☐ Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado
 - ☐ Outra. Qual? _____

B. PROCESSO DE CANDIDATURA

7. De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética nas infraestruturas públicas a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?
- ☐ Website do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Websites dos Organismos Intermédios
 - ☐ Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Publicações e material de divulgação do PT2020
 - ☐ Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Redes sociais do PT2020
 - ☐ Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação
 - ☐ Associações empresariais
 - ☐ Empresas de consultoria
 - ☐ Amigos/familiares/contactos pessoais
 - ☐ Outra. Qual? _____
8. Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso?
- ☐ Sim. Se possível, exemplifique _____
 - ☐ Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)
 - ☐ Não tive conhecimento prévio do plano de avisos
9. Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere?
- ☐ Sim. _____
 - ☐ Sim, parcialmente
 - ☐ Não. _____
10. Quais as principais vantagens do financiamento comunitário a operações no domínio da política energética?
- ☐ Promove o surgimento de novos beneficiários
 - ☐ Reduz significativamente os custos de investimento
 - ☐ Permite viabilizar a realização de investimentos planeados
 - ☐ Outra. Especifique _____

11. Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas infraestruturas públicas:

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Instrumento financeiro					
Outra. Qual? _____					

12. Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Prazo máximo de realização da operação					
Despesas consideradas elegíveis para apoio					
Taxas de financiamento de participação pelos fundos comunitários					
Condições de elegibilidade das entidades promotoras					
Condições de elegibilidade das operações					
Previsibilidade de abertura de concursos					
Periodicidade de abertura de concursos					
Prazo para apresentação de candidaturas					

- 10.1 Caso considere “desadequado” ou “pouco adequado” algum dos aspetos, justifique. _____

13. Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Clareza dos regulamentos específicos					
Clareza dos avisos de abertura de concurso					
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas					
Clareza das normas e orientações técnicas					
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador					
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura					
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura					
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura					
Volume da documentação solicitada na candidatura					

14. A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio?

- ☐ Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações
☐ Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações (avance para a questão 15)

- 14.1. Se sim, essas alterações traduziram-se: (possibilidade de escolha múltipla)

- ☐ No aumento dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na redução dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados
☐ No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)
☐ No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)
☐ No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)
☐ Na reformulação/redefinição dos resultados esperados
☐ Outras alterações. Quais? _____

15. Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia?

- ☐ Sim.
☐ Não (*avance para a questão 16*)

15.1. Quais? _____.

15.2. Porque optou por apresentar Candidatura aos FEEI (Portugal 2020)? _____

15.3. Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4?

- ☐ Não (*avance para a questão 16*)
☐ Sim. Quais? _____.

Porque optou por apresentar Candidatura a esse(s) instrumento(s) e não aos FEEI (Portugal 2020)? _____

16. No período de crise económica financeira do país (2009-2013) existiu uma redução significativa do consumo energético, na sua entidade?

- ☐ Sim existiu uma redução. Qual o impacto estimado? _____ %
☐ Não o consumo manteve-se

17. A conjuntura económica atual (positiva) tem um impacte significativo no aumento do consumo energético, na sua entidade?

- ☐ Sim, gerou um aumento do consumo energético. Qual o impacto estimado? _____ %
☐ Não o consumo manteve-se.

18. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada?

- ☐ Sim (*avance para a questão 18.3*)
☐ Não
☐ A(s) candidatura(s) está(ão) em análise (*avance para a subquestão 18.2*)

18.1. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?

- ☐ Não (*o inquérito segue para a subquestão 18.3*)
☐ Sim, apenas com recurso a autofinanciamento (*o inquérito segue para a questão 19*)
☐ Sim, com recurso a outras fontes de financiamento (*o inquérito segue para a questão 18.3*)

18.1.1. Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

- ☐ Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)
☐ Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)
☐ Outra. Qual? _____

18.2. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR

18.3. Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)? (*possibilidade de escolha múltipla*)

- ☐ Meios próprios
☐ Empréstimos bancários
☐ Outras fontes. Quais? _____

19. Apresentou mais do que uma candidatura a esta tipologia de operação?

- ☐ Sim
☐ Não

19.1. Se sim, quais as formas de apoio a que se candidatou?

Forma de apoio	
Subsídio a fundo perdido	
Subsídio reembolsável	

19.2. Se sim, a subsídio reembolsável, considera que existe uma falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis":

- ☐ Sim, condicionando uma reação mais célere da sua parte aos AAC
☐ Sim, condicionando uma execução mais célere das operações
☐ Não

19.3. Se sim, a subsídio reembolsável, como avalia?

Resultados e impactes	Muito reduzida	Limitada	Média	Elevada	Muito elevada	NS/NR
Capacidade de resposta da entidade às especificidades associadas aos subsídios reembolsáveis						
Interesse que suscitam os subsídios reembolsáveis para promover as suas operações						

C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

20. De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

- ☐ Possuíam recursos técnicos com competências necessárias
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)
☐ Contratarem recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)
☐ Frequentaram ações de formação específicas
☐ Outra. Qual? _____

20.1. Quais as competências/perfis em relação aos quais sentiram maiores dificuldades? _____

20.2. Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos?

- ☐ Sim
☐ Não. Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de: 1. conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido___ 2. conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas
☐ NS/NR

21. O custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão? (Sim/Não) _____

22. Foram mobilizados atores relevantes no território, para realizar as auditorias energéticas e para emitir os certificados energéticos?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 22.2)
☐ NS/NR (avance para a questão 22.3)

22.1. Quais os atores envolvidos?

Atores envolvidos	Sim/Não
Empresas de Serviços Energéticos (ESE)	
Agências Locais de Energia	
Agências Regionais de Energia	
Técnicos certificados	
Outros. Quais? _____	

22.2. Porque razão não foram mobilizados? _____

22.3. Se sim, quais as principais mais-valias para o processo? _____

22.4. Se sim, tendo recorrido a empresa(s) prestadora(s) de serviços de energia no âmbito do desenvolvimento do projeto, como classificaria a experiência no acesso à mesma?

- ☐ Foi relativamente fácil de encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi adequado
☐ Foi relativamente fácil de encontrar, mas o apoio técnico especializado foi insatisfatório
☐ Foi difícil de encontrar, mas o apoio técnico disponibilizado foi adequado
☐ Foi difícil de encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi insatisfatório
☐ Outro. Especifique _____
☐ NS/NR

23. Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

- ☐ Não teria desenvolvido
- ☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em %: ____
- ☐ Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento
- ☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio

24. Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	Condicionou fortemente	Condicionou	Potenciou	Potenciou fortemente	NS/NR
Situação económica do país					
Capacidade económica e financeira interna/própria					
Acesso a financiamento (alheio)					
Qualidade dos equipamentos disponíveis					
Disponibilidade de recursos humanos qualificados					
Capacidade de mobilização de parceiros					
Legislação/regulamentação aplicável					
Prazos de abertura de concursos					
Prazos de decisão das candidaturas					
Prazos de pagamento das participações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento					
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)					
Capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas					
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT)					
Outra. Qual? _____					

25. Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos (*se nalgum dos aspetos não se verificou interação, selecione NS/NR*):

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Processo de instrução de candidatura					
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento					
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento					
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto					
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização					
Verificação e controlo no local do investimento					
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)					

26. Avalie o contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

Resultados e impactos	Muito reduzido	Limitado	Médio	Elevado	Muito elevado	NS/NR
Aumento da representatividade da energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia						
Redução do consumo de energia primária						
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia						
Benefícios líquidos positivos (VAL positivo)						

Resultados e impactes	Muito reduzido	Limitado	Médio	Elevado	Muito elevado	NS/NR
Aumento da eficiência energética na Administração pública						
Outros. Quais? _____						

27. No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expectativa	Abaixo do contratado	Em linha com o contratado	Acima do contratado
Execução dos valores de investimento			
Cumprimento da calendarização da operação			
Alcance das metas previstas para os indicadores			

28. Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético da entidade que representa?

- ☐ Entre 0% e 5%
☐ Entre 5% e 10%
☐ Entre 10% e 25%
☐ Entre 25% e 50%
☐ Superior a 50%

29. Existem discrepância entre soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pela Entidade?

- ☐ Não
☐ Sim. Exemplifique _____

30. A racionalidade económica da intervenção é posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas?

- ☐ Não
☐ Sim. Exemplifique _____

31. Em função das características da(s) operação(ões), qual o valor estimado, para os seguintes indicadores (apenas se entidade da Administração Local):

Indicador	Valor estimado
Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (m2)	
Diminuição da potência instalada em iluminação, interior e exterior (Kw)	
Potência instalada dos sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes renováveis nos edifícios apoiados (Kw)	
Luminárias de iluminação pública substituídas (tecnologia LED) (n.º)	

32. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 33)
☐ NS/NR (avance para a questão 33)

32.1. Com que operações e com que financiamentos? _____

32.2. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

33. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 34)
☐ NS/NR (avance para a questão 35)

33.1. Com que operação(ões)? _____

33.2. Quais as suas entidades promotoras? _____

33.3. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

34. Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)? *(Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações)*

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer					
Falta de interesse em explorar essa possibilidade					
Desconhecimento de outras entidades promotoras					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários					
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos					
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram					
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram					
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura					
Outra? Qual? _____					

35. Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)?

☐ Sim

☐ Não *(avance para a questão 36)*

35.1. Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

Aspetos	Piorou muito	Piorou	Idêntica	Melhorou	Melhorou muito	NS/NR
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações						
Previsibilidade de abertura de concursos						
Periodicidade de abertura de concursos						
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso						
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas						
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações						
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas						
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento						
Prazo de análise de candidaturas						
Aplicação de Custos Padrão						

36. Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?

☐ Sim

☐ Não *(avance para a questão 37)*

☐ NS/NR *(avance para a questão 37)*

36.1. Que tipo de mecanismo implementou e como avalia o seu desempenho?

37. Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos?

- ☐ Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores
- ☐ Medidas que premeiem estes comportamentos
- ☐ Outra. Qual? _____

38. Caso pretenda, utilize este espaço para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente à disponibilização de apoios que visem a redução das emissões de carbono.

A sua participação no inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

5.2.5. Inquérito a Aplicar à Tipologia C. Eficiência energética nas habitações (sociais)

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da entidade: _____
2. NIF: _____ 3. Concelho (Sede): _____
4. Tipo de entidade:
- ☐ Administração pública local
 - ☐ Instituições Particulares de Solidariedade Social
 - ☐ Entidades públicas gestoras de habitação social
 - ☐ Outra. Qual? _____

B. PROCESSO DE CANDIDATURA

5. De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética na habitação social a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?
- ☐ Website do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Websites dos Organismos Intermédios
 - ☐ Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Publicações e material de divulgação do PT2020
 - ☐ Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Redes sociais do PT2020
 - ☐ Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação
 - ☐ Associações empresariais
 - ☐ Empresas de consultoria
 - ☐ Amigos/familiares/contactos pessoais
 - ☐ Outra. Qual? _____
6. Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso?
- ☐ Sim. Se possível, exemplifique _____
 - ☐ Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)
 - ☐ Não tive conhecimento prévio do plano de avisos
7. Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e do território em que se insere?
- ☐ Sim. Justifique _____
 - ☐ Não. Justifique _____
8. Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética?
- ☐ Promove o surgimento de novos beneficiários
 - ☐ Reduz significativamente os custos de investimento
 - ☐ Permite viabilizar a realização de investimentos planeados
 - ☐ Outra. Especifique _____
9. Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas habitações sociais:

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Instrumento financeiro					
Outra. Qual? _____					

10. Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Prazo máximo de realização da operação					
Despesas consideradas elegíveis para apoio					
Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários					
Condições de elegibilidade das entidades promotoras					
Condições de elegibilidade das operações					
Previsibilidade de abertura de concursos					
Periodicidade de abertura de concursos					
Prazo para apresentação de candidaturas					

10.1. Caso considere “desadequado” ou “pouco adequado” algum dos aspetos, justifique. _____

11. Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Clareza dos regulamentos específicos					
Clareza dos avisos de abertura de concurso					
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas					
Clareza das normas e orientações técnicas					
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador					
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura					
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura					
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura					
Volume da documentação solicitada na candidatura					

12. A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio?

- [] Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações
 [] Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações (*avance para a questão 13*)

12.1. Se sim, essas alterações traduziram-se: (*possibilidade de escolha múltipla*)

- [] No aumento dos investimentos previstos inicialmente
 [] Na redução dos investimentos previstos inicialmente
 [] Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados
 [] No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)
 [] No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)
 [] No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)
 [] Na reformulação/redefinição dos resultados esperados
 [] Outras alterações. Quais? _____

13. Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia?

- ☐ Sim.
☐ Não (*avance para a questão 14*)

13.1. Quais? _____.

13.2. Porque optou por apresentar Candidatura aos FEEI (Portugal 2020)? _____

13.3. Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4?

- ☐ Não (*avance para a questão 14*)
☐ Sim. Quais? _____.

Porque optou por apresentar Candidatura a esse(s) instrumento(s) e não aos FEEI (Portugal 2020)? _____

14. No período de crise económica financeira do país (2009-2013), existiu uma redução significativa do consumo energético nas habitações sociais em causa?

- ☐ Sim existiu uma redução. Qual o impacto estimado? _____ %
☐ Não o consumo manteve-se

15. A conjuntura económica atual (positiva) tem um impacte significativo no aumento do consumo energético nas habitações sociais em causa?

- ☐ Sim, gerou um aumento do consumo energético. Qual o impacto estimado? _____ %
☐ Não o consumo manteve-se.

16. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada?

- ☐ Sim (*avance para a questão 16.3*)
☐ Não
☐ A(s) candidatura(s) está(ão) em análise (*avance para a subquestão 16.2*)

16.1. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?

- ☐ Não (*o inquérito segue para a subquestão 16.1.1*)
☐ Sim, apenas com recurso a autofinanciamento (*o inquérito segue para a questão 17*)
☐ Sim, com recurso a outras fontes de financiamento (*o inquérito segue para a questão 16.3*)

16.1.1. Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

- ☐ Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)
☐ Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)
☐ Outra. Qual? _____

16.2. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR

16.3. Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)? (*possibilidade de escolha múltipla*)

- ☐ Orçamento próprio (municipal, ...)
☐ Empréstimos bancários
☐ Outras fontes. Quais? _____

C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

17. De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

- ☐ Possuíam recursos técnicos com competências necessárias
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)
☐ Contratarem recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)
☐ Frequentaram ações de formação específicas
☐ Outra. Qual? _____

17.1. Quais as competências/perfis em relação aos quais sentiram maiores dificuldades? _____

17.2. Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos?

☐ Sim

☐ Não. Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de: 1. conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido___ 2. conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas

☐ NS/NR

18. O custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão? (Sim/Não)_____

19. Foram mobilizados atores relevantes no território, para realizar as auditorias energéticas e para emitir os certificados energéticos?

☐ Sim

☐ Não (avance para a questão 19.2)

☐ NS/NR (avance para a questão 20)

19.1. Quais os atores envolvidos?

Atores envolvidos	Sim/Não
Empresas de Serviços Energéticos (ESE)	
Agências Locais de Energia	
Agências Regionais de Energia	
Técnicos certificados	
Outros. Quais? _____	

19.2. Porque razão não foram mobilizados? _____

19.3. Se sim, quais as principais mais valias para o processo? _____

20. Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

☐ Não teria desenvolvido

☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em %: ____

☐ Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados

☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento

☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio

21. Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	Condicionou fortemente	Condicionou	Potenciou	Potenciou fortemente	NS/NR
Situação económica do país					
Capacidade económica e financeira interna/própria					
Acesso a financiamento (alheio)					
Qualidade dos equipamentos disponíveis					
Disponibilidade de recursos humanos qualificados					
Capacidade de mobilização de parceiros					
Legislação/regulamentação aplicável					
Prazos de abertura de concursos					
Prazos de decisão das candidaturas					
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento					
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)					
Capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas					
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT)					
Outra. Qual? _____					

22. Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos (*se nalgum dos aspetos não se verificou interação, selecione NS/NR*):

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Processo de instrução de candidatura					
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento					
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento					
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto					
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização					
Verificação e controlo no local do investimento					
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)					

23. Avalie o contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

Resultados e impactes	Muito reduzido	Limitado	Médio	Elevado	Muito elevado	NS/NR
Aumento da representatividade da energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia						
Redução do consumo de energia primária						
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia						
Aumento da eficiência energética nas habitações						
Melhoria do conforto térmico nas habitações						
Outros. Quais? _____						

24. No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expetativa	Abaixo do contratado	Em linha com o contratado	Acima do contratado
Execução dos valores de investimento			
Cumprimento da calendarização da operação			
Alcance das metas previstas para os indicadores			

25. Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético das habitações intervencionadas?

- ☐ Entre 0% e 5%
☐ Entre 5% e 10%
☐ Entre 10% e 25%
☐ Entre 25% e 50%
☐ Superior a 50%

26. Existem discrepância entre soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pela Entidade?

- ☐ Não
☐ Sim. Exemplifique _____

27. A racionalidade económica da intervenção é posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas?

- ☐ Não
☐ Sim. Exemplifique _____

28. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 29)
☐ NS/NR (avance para a questão 29)

28.1. Com que operações e com que financiamentos? _____

28.2. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

29. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 30)
☐ NS/NR (avance para a questão 30)

29.1. Com que operação(ões)? _____

29.2. Quais as suas entidades promotoras? _____

29.3. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

30. Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)? (Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações)

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer					
Falta de interesse em explorar essa possibilidade					
Desconhecimento de outras entidades promotoras					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários					
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos					
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram					
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram					
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura					
Outra? Qual? _____					

31. Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 32)

31.1. Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

Aspetos	Piorou muito	Piorou	Idêntica	Melhorou	Melhorou muito	NS/NR
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações						
Previsibilidade de abertura de concursos						
Periodicidade de abertura de concursos						
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso						
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas						
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações						

Aspetos	Piorou muito	Piorou	Idêntica	Melhorou	Melhorou muito	NS/NR
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas						
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento						
Prazo de análise de candidaturas						
Complexidade dos Grandes Projetos						
Processo de Auxílios de Estado						
Aplicação de Custos Padrão						

32. Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 33*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 33*)

32.1. Que tipo de mecanismo implementou e como avalia o seu desempenho?

33. Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos?

- ☐ Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores
☐ Medidas que premeiem estes comportamentos
☐ Outra. Qual? _____

34. Caso pretenda, utilize este espaço para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente à disponibilização de apoios que visem a redução das emissões de carbono.

A sua participação no inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

5.2.6. Inquérito a Aplicar à Tipologia D. Eficiência energética nos transportes públicos

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da entidade: _____
2. NIF: _____ 3. Concelho (Sede): _____
4. Tipo de entidade:
- ☐ Câmara Municipal e Setor Empresarial Local
 - ☐ Empresa
 - ☐ Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado
 - ☐ Empresa, entidade concessionária de transportes públicos coletivos de passageiros
 - ☐ Outra. Qual? _____

B. PROCESSO DE CANDIDATURA

5. De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética nos transportes públicos a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?
- ☐ Website do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Websites dos Organismos Intermédios
 - ☐ Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Publicações e material de divulgação do PT2020
 - ☐ Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Redes sociais do PT2020
 - ☐ Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação
 - ☐ Associações empresariais
 - ☐ Empresas de consultoria
 - ☐ Amigos/familiares/contactos pessoais
 - ☐ Outra. Qual? _____
6. Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso?
- ☐ Sim. Se possível, exemplifique _____
 - ☐ Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)
 - ☐ Não tive conhecimento prévio do plano de avisos
7. Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere?
- ☐ Sim. Justifique _____
 - ☐ Não. Justifique _____
8. Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética?
- ☐ Promove o surgimento de novos beneficiários
 - ☐ Reduz significativamente os custos de investimento
 - ☐ Permite viabilizar a realização de investimentos planeados
 - ☐ Outra. Especifique _____
9. Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações de eficiência energética no domínio dos transportes públicos:

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Instrumento financeiro					
Outra. Qual? _____					

10. Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Prazo máximo de realização da operação					
Despesas consideradas elegíveis para apoio					
Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários					
Condições de elegibilidade das entidades promotoras					
Condições de elegibilidade das operações					
Previsibilidade de abertura de concursos					
Periodicidade de abertura de concursos					
Prazo para apresentação de candidaturas					

10.1. Caso considere “desadequado” ou “pouco adequado” algum dos aspetos, justifique. _____

11. Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Clareza dos regulamentos específicos					
Clareza dos avisos de abertura de concurso					
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas					
Clareza das normas e orientações técnicas					
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador					
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura					
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura					
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura					
Volume da documentação solicitada na candidatura					

12. A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio?

- ☐ Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações
☐ Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações (*avance para a questão 13*)

12.1. Se sim, essas alterações traduziram-se: (*possibilidade de escolha múltipla*)

- ☐ No aumento dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na redução dos investimentos previstos inicialmente
☐ Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados
☐ No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)
☐ No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)
☐ No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)
☐ Na reformulação/redefinição dos resultados esperados
☐ Outras alterações. Quais? _____

13. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada?

- ☐ Sim (*avance para a questão 14*)
☐ Não
☐ A(s) candidatura(s) está(ão) em análise (*avance para a subquestão 13.2*)

13.1. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?

- ☐ Não (o inquérito segue para a subquestão 13.1.1)
☐ Sim, apenas com recurso a autofinanciamento (o inquérito segue para a questão 14)
☐ Sim, com recurso a outras fontes de financiamento (o inquérito segue para a questão 13.3)

13.1.1. Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

- ☐ Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)
☐ Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)
☐ Outra. Qual? _____

13.2. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ NS/NR

13.3. Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)? (possibilidade de escolha múltipla)

- ☐ Meios próprios
☐ Empréstimos bancários
☐ Investidores privados (exemplo: capital de risco)
☐ Outros financiamentos públicos
☐ Outras fontes. Quais? _____

14. Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia?

- ☐ Sim.
☐ Não (avance para a questão 15)

14.1. Quais? _____.

14.2. Porque optou por apresentar Candidatura aos FEEI (Portugal 2020)? _____

14.3. Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4?

- ☐ Não (avance para a questão 15)
☐ Sim. Quais? _____.

Porque optou por apresentar Candidatura a esse(s) instrumento(s) e não aos FEEI (Portugal 2020)? _____

C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

15. De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

- ☐ Possuíam recursos técnicos com competências necessárias
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)
☐ Contratarem equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)
☐ Contratarem recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)
☐ Frequentaram ações de formação específicas
☐ Outra. Qual? _____

15.1. Quais as competências/perfis em relação aos quais sentiram mais dificuldades? _____

15.2. Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos?

- ☐ Sim
☐ Não. Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de: 1. conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido ___ 2. conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas
☐ NS/NR

16. Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

- ☐ Não teria desenvolvido
☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em %: ____
☐ Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio

17. Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	Condicionou fortemente	Condicionou	Potenciou	Potenciou fortemente	NS/NR
Situação económica do país					
Capacidade económica e financeira interna/própria					
Acesso a financiamento (alheio)					
Qualidade dos equipamentos disponíveis					
Disponibilidade de recursos humanos qualificados					
Capacidade de mobilização de parceiros					
Legislação/regulamentação aplicável					
Prazos de abertura de concursos					
Prazos de decisão das candidaturas					
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento					
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)					
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS)					
Outra. Qual? _____					

18. Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos (*se nalgum dos aspetos não se verificou interação, selecione NS/NR*):

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Processo de instrução de candidatura					
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento					
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento					
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto					
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização					
Verificação e controlo no local do investimento					
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)					

19. Avalie o contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

Resultados e impactos	Muito reduzido	Limitado	Médio	Elevado	Muito elevado	NS/NR
Aumento da representatividade da energia menos poluente no consumo final bruto de energia						
Redução do consumo de energia primária						
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia						
Outros. Quais? _____						

20. No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expectativa	Abaixo do contratado	Em linha com o contratado	Acima do contratado
Execução dos valores de investimento			
Cumprimento da calendarização da operação			
Alcance das metas previstas para os indicadores			

21. Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético da entidade que representa?

- ☐ Entre 0% e 5%
☐ Entre 5% e 10%
☐ Entre 10% e 25%
☐ Entre 25% e 50%
☐ Superior a 50%

22. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 23*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 23*)

22.1. Com que operações e com que financiamentos? _____

22.2. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

23. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 24*)
☐ NS/NR (*avance para a questão 25*)

23.1. Com que operação(ões)? _____

23.2. Quais as suas entidades promotoras? _____

23.3. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

24. Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)? (*Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações*)

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer					
Falta de interesse em explorar essa possibilidade					
Desconhecimento de outras entidades promotoras					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários					
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos					
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram					
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram					
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura					
Outra? Qual? _____					

25. Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)?

- ☐ Sim
☐ Não (*avance para a questão 28*)

25.1. Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

Aspetos	Piorou muito	Piorou	Idêntica	Melhorou	Melhorou muito	NS/NR
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações						
Previsibilidade de abertura de concursos						
Periodicidade de abertura de concursos						
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso						
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas						
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações						
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas						
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento						
Prazo de análise de candidaturas						
Complexidade dos Grandes Projetos						
Processo de Auxílios de Estado						
Aplicação de Custos Padrão						

26. Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 27)
☐ NS/NR (avance para a questão 27)

26.1. Que tipo de mecanismo implementou e como avalia o seu desempenho?

27. Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos?

- ☐ Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores
☐ Medidas que premeiem estes comportamentos
☐ Outra. Qual? _____

28. Face à recente redução dos custos dos passes intermodais dos transportes coletivos (e consequente aumento da procura), de que forma essa opção de política está a ser/será impactante nos resultados a atingir pela operação? _____

29. Caso pretenda, utilize este espaço para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente à disponibilização de apoios que visem a redução das emissões de carbono.

A sua participação no inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

5.2.7. Inquérito a Aplicar à Tipologia E. Mobilidade urbana sustentável

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Denominação da entidade: _____
2. NIF: _____ 3. Concelho (Sede): _____
4. Tipo de entidade:
 - ☐ Município
 - ☐ Comunidade Intermunicipal
 - ☐ Instituições de ensino superior
 - ☐ Empresas e entidades concessionária de transportes públicos coletivos de passageiros
 - ☐ Entidade gestora e operador da rede da mobilidade elétrica
 - ☐ Outra. Qual? _____

B. PROCESSO DE CANDIDATURA

5. De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à mobilidade urbana sustentável a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos?
 - ☐ Website do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Websites dos Organismos Intermédios
 - ☐ Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Publicações e material de divulgação do PT2020
 - ☐ Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)
 - ☐ Redes sociais do PT2020
 - ☐ Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação
 - ☐ Associações empresariais
 - ☐ Empresas de consultoria
 - ☐ Amigos/familiares/contactos pessoais
 - ☐ Outra. Qual? _____
6. Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia?
 - ☐ Sim.
 - ☐ Não (*avance para a questão 6*)
 - 6.1. Quais? _____.
 - 6.2. Porque optou por apresentar Candidatura aos FEEI (Portugal 2020)? _____
 - 6.3. Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4?
 - ☐ Não (*avance para a questão 7*)
 - ☐ Sim. Quais? _____.
 - 6.3.1. Porque optou por apresentar Candidatura a esse(s) instrumento(s) e não aos FEEI (Portugal 2020)? _____
7. Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso?
 - ☐ Sim. Se possível, exemplifique _____
 - ☐ Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)
 - ☐ Não tive conhecimento prévio do plano de avisos
8. Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere?
 - ☐ Sim. Justifique _____
 - ☐ Não. Justifique _____

9. Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética?

- ☐ Promove o surgimento de novos beneficiários
☐ Reduz significativamente os custos de investimento
☐ Permite viabilizar a realização de investimentos planeados
☐ Outra. Especifique _____

10. Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da mobilidade urbana sustentável:

Forma de apoio	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	NS/NR
Subsídio a fundo perdido					
Subsídio reembolsável					
Instrumento financeiro					
Outra. Qual? _____					

11. Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Prazo máximo de realização da operação					
Despesas consideradas elegíveis para apoio					
Taxas de financiamento de participação pelos fundos comunitários					
Condições de elegibilidade das entidades promotoras					
Condições de elegibilidade das operações					
Previsibilidade de abertura de concursos					
Periodicidade de abertura de concursos					
Prazo para apresentação de candidaturas					

11.1. Caso considere “desadequado” ou “pouco adequado” algum dos aspetos, justifique. _____

12. Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Clareza dos regulamentos específicos					
Clareza dos avisos de abertura de concurso					
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas					
Clareza das normas e orientações técnicas					
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador					
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura					
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura					
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura					
Volume da documentação solicitada na candidatura					

13. A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio?

- ☐ Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações
☐ Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações (avance para a questão 14)

13.1. Se sim, essas alterações traduziram-se: *(possibilidade de escolha múltipla)*

- ☐] No aumento dos investimentos previstos inicialmente
- ☐] Na redução dos investimentos previstos inicialmente
- ☐] Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados
- ☐] No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)
- ☐] No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)
- ☐] No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)
- ☐] Na reformulação/redefinição dos resultados esperados
- ☐] Outras alterações. Quais? _____

14. Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada?

- ☐] Sim *(avance para a questão 15)*
- ☐] Não
- ☐] A(s) candidatura(s) está(ão) em análise *(avance para a subquestão 14.2)*

14.1. Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)?

- ☐] Não *(o inquérito segue para a subquestão 14.1.1)*
- ☐] Sim, apenas com recurso a autofinanciamento *(o inquérito segue para a questão 15)*
- ☐] Sim, com recurso a outras fontes de financiamento *(o inquérito segue para a questão 14.3)*

14.1.1. Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

- ☐] Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)
- ☐] Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)
- ☐] Outra. Qual? _____

14.2. Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado?

- ☐] Sim
- ☐] Não
- ☐] NS/NR

14.3. Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)? *(possibilidade de escolha múltipla)*

- ☐] Meios próprios
- ☐] Empréstimos bancários
- ☐] Investidores privados (exemplo: capital de risco)
- ☐] Outros financiamentos públicos
- ☐] Outras fontes. Quais? _____

C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

15. De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

- ☐] Possuíam recursos técnicos com competências necessárias
- ☐] Contratarem equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)
- ☐] Contratarem equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)
- ☐] Contratarem recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)
- ☐] Frequentaram ações de formação específicas
- ☐] Outra. Qual? _____

15.1. Quais as competências/perfis em relação aos quais sentiram mais dificuldades? _____

15.2. Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos?

- ☐] Sim
- ☐] Não. Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de: 1. conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido ____ 2. conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas
- ☐] NS/NR

16. Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário?

- ☐ Não teria desenvolvido
☐ Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em %: ____
☐ Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento
☐ Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio

17. Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	Condicionou fortemente	Condicionou	Potenciou	Potenciou fortemente	NS/NR
Situação económica do país					
Capacidade económica e financeira interna/própria					
Acesso a financiamento (alheio)					
Qualidade dos equipamentos disponíveis					
Disponibilidade de recursos humanos qualificados					
Capacidade de mobilização de parceiros					
Legislação/regulamentação aplicável					
Prazos de abertura de concursos					
Prazos de decisão das candidaturas					
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento					
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)					
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS)					
Outra. Qual? _____					

18. Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos (se nenhum dos aspetos não se verificou interação, selecione NS/NR):

Aspetos	Muito negativo	Negativo	Positivo	Muito positivo	NS/NR
Processo de instrução de candidatura					
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento					
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento					
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto					
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização					
Verificação e controlo no local do investimento					
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)					

19. No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expectativa	Abaixo do contratado	Em linha com o contratado	Acima do contratado
Execução dos valores de investimento			
Cumprimento da calendarização da operação			
Alcance das metas previstas para os indicadores			

20. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 21)
☐ NS/NR (avance para a questão 21)

20.1. Com que operações e com que financiamentos? _____

20.2. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

21. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 22)
☐ NS/NR (avance para a questão 23)

21.1. Com que operação(ões)? _____

21.2. Quais as suas entidades promotoras? _____

21.3. Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar. _____

22. Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)? (Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações)

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer					
Falta de interesse em explorar essa possibilidade					
Desconhecimento de outras entidades promotoras					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais					
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários					
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos					
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram					
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram					
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura					
Outra? Qual? _____					

23. Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)?

- ☐ Sim
☐ Não (avance para a questão 24)

23.1. Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

Aspetos	Piorou muito	Piorou	Idêntica	Melhorou	Melhorou muito	NS/NR
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações						
Previsibilidade de abertura de concursos						
Periodicidade de abertura de concursos						
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso						
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas						
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações						
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas						
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento						
Prazo de análise de candidaturas						
Complexidade dos Grandes Projetos						
Processo de Auxílios de Estado						
Aplicação de Custos Padrão						

24. Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos?

- ☐ ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores
☐ medidas que premeiem estes comportamentos
☐ Outra. Qual? _____

25. Caso pretenda, utilize este espaço para eventuais sugestões e/ou comentários relativamente à disponibilização de apoios que visem a redução das emissões de carbono.

A sua participação no inquérito terminou. Muito obrigado pela sua colaboração.

5.3. GUIÃO DE ESTUDOS DE CASO

5.3.1. Definição dos Estudos de Caso

37. Considerando a abrangência setorial, política e instrumental do OT4 (e respetivas PI) e a necessidade de uma abordagem de análise à escala adequada (operação) para proceder às leituras específicas que permitam responder de forma mais informada às dimensões da complementaridade, dos resultados e dos impactos, foi necessário selecionar um conjunto de 15 Estudos de Caso (operações).
38. Os Estudos de Caso a realizar têm uma natureza exemplificativa da realidade para as diversas tipologias-chave de operações que estruturam o OT4 e resultam do reconhecimento de que os objetivos da avaliação apenas podem ser alcançados através da realização de análises a uma escala onde seja possível recolher evidências sólidas sobre as complementaridades, os resultados e os impactos da implementação do OT4.
39. As 15 operações selecionadas integram-se nas 11 tipologias de operação consideradas com maior representatividade no OT4, e com execução a 31 de maio de 2019 (quadro seguinte), tendo esta seleção refletido os seguintes critérios:
- » Diversidade geográfica: assegurar uma ampla abrangência territorial (sete NUTS II);
 - » Cobertura das tipologias-chave de operação: assegurar a cobertura de todas as PI e OE (com execução), nomeadamente das principais tipologias que estruturam o OT4, no âmbito do POSEUR e dos POR;
 - » Elevado grau de maturidade: assegurar que as operações já apresentam um estado de maturidade que permita avaliar resultados e impactos ou, em alternativa, que sejam emblemáticas ou que potencialmente possam ter um elevado contributo para os resultados programados;
 - » Potencial grau de complementaridade: assegurar a seleção de operações que estabeleçam fortes articulações/complementaridades entre si, que concorram para robustecer resultados e impactos em determinados setores, territórios-alvo ou dimensões de política pública.

Quadro 35. Matriz-síntese de definição dos Estudos de Caso

PI	Escala/Programa	Tipologia de Operação	NUTS II	Estudo de Caso
4.1	Nacional (POSEUR)	Fontes de Energia Renovável	Madeira	Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta
4.3	Nacional/Administração Central (POSEUR)	EE em Edifícios públicos (Educação)	Centro	Projeto de Eficiência energética do Edifício Central do IPC-ESAC
	Nacional/Administração Central (POSEUR)	EE em Edifícios públicos (Saúde)	Centro	Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga
	Regional/Administração Local (POR)	EE em Habitação Social	Norte	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Eng.º Machado Vaz
	Regional/Administração Local (POR)	EE em Edifícios Públicos (iluminação pública)	Alentejo	Sistema de iluminação pública para melhoria da EE no Município de Almeirim
	Regional/Administração Local (POR)	EE em Edifícios Públicos (edifícios públicos)	Algarve	Instalação de equipamentos para a eficiência energética do Mercado Municipal de Loulé
	Nacional/Particulares (IFRRU2020)	EE em Habitação (particulares)	Centro Alentejo	Empresa (Soc. Comercial): “Construção, Alteração, Ampliação de Armazém industrial Covilhã” Particular: “Reabilitação Edifício de habitação sito na Rua Conde de Avillez n.º 2 e 4 Santiago do Cacém”
4.5	Nacional (POSEUR)	Rede de Mobilidade Elétrica	Nacional	Duas operações de mobilidade elétrica: Atualização dos postos de carregamento e criação de novos postos de carregamento
		Transportes Públicos Coletivos	Lisboa	Duas operações da CARRIS: renovação da frota de veículos de transporte público urbanos coletivos de passageiros da Carris Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS
		Bicicletas de uso público (universidades)	Norte	U-BIKE PORTUGAL IP (Viana Castelo)
	Local (POR)	Mobilidade suave (ciclovias/pedonal)	Norte	Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo
			Açores	Criação de uma rede de ciclovias na cidade da Ribeira Grande

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019)

5.3.2. Ferramentas Metodológicas

40. Considerando a natureza, características e grau de execução de cada um dos 15 Estudos de Caso, as ferramentas metodológicas (recolha documental, entrevistas semiestruturadas e sessões *Focus Group*) foram adaptadas às suas especificidades. Neste contexto, quando estiveram em causa intervenções que, pela sua particularidade dificilmente outros atores/utilizadores têm conhecimento ou sensibilidade para abordar os resultados/impactos gerados (inclusive num contexto marcado por baixas taxas de execução de algumas operações, em que ainda não é possível estabelecer qualquer resultado/impacto associado) e/ou refletir sobre a sua relevância, optou-se por não mobilizar a ferramenta sessão *Focus Group* (cingindo-se a abordagem, neste caso, apenas à recolha documental e à entrevista ao promotor). O quadro seguinte sintetiza as ferramentas utilizadas em cada um dos Estudos de Caso.

Quadro 36. Ferramentas a utilizar nos Estudos de Caso

PI	Estudo de Caso	Ferramentas a utilizar
4.1	Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Projeto de Eficiência energética do Edifício Central do IPC-ESAC	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor
4.3	Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor
	Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Eng.º Machado Vaz	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Sistema de iluminação pública para melhoria da EE no Município de Almeirim	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Instalação de equipamentos para a eficiência energética do Mercado Municipal de Loulé	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Empresa (Soc. Comercial): “Construção, Alteração, Ampliação de Armazém industrial Covilhã” Particular: “Reabilitação Edifício de habitação sito na Rua Conde de Avilez n.º 2 e 4 Santiago do Cacém”	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor
	Duas operações de mobilidade elétrica (Atualização dos postos de carregamento e criação de novos postos de carregamento)	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
4.5	Duas operações da CARRIS: renovação da frota de veículos de transporte público urbanos coletivos de passageiros da Carris	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	U-BIKE PORTUGAL IP Viana Castelo)	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)
	Criação de uma rede de ciclovias na cidade da Ribeira Grande	1. Recolha e tratamento da informação obtida no processo de recolha documental 2. Entrevista semiestruturada ao promotor 3. Sessão <i>Focus Group</i> com o promotor, atores territoriais e setoriais relevantes e utilizadores / beneficiários finais (formalmente organizados)

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019)

5.3.3. Guião das Entrevistas Semiestruturadas

41. Uma das ferramentas utilizadas no âmbito dos Estudos de Caso foi a realização de entrevistas semiestruturadas às entidades promotoras das 15 operações.
42. No início de cada uma das entrevistas, foi realizada uma breve apresentação, por parte da equipa sobre o processo avaliativo (objeto, objetivos, seleção dos Estudos de Caso e a sua importância para este exercício). Posteriormente, foi solicitado ao promotor que realizasse uma breve apresentação da operação (caraterísticas principais, objetivos, resultados esperados, ...).
43. Neste quadro, sistematizam-se as questões a colocar às entidades promotoras:
 - » Como teve conhecimento dos apoios FEEI? Porque recorreu a apoio comunitário? Na ausência do financiamento comunitário, teria avançado com a operação? A forma de financiamento foi a mais adequada para concretizar a operação (caso a forma de apoio seja reembolsável incluir: 1. até que ponto esta foi condicionadora de uma reação mais célere da sua parte ou inibidora de uma execução mais célere da operação” ou 2. “o apoio reembolsável foi, de facto, um obstáculo? Porquê?”)? Justifique.
 - » Independentemente do financiamento, que outros aspetos teriam impedido a concretização da operação? E que aspetos facilitaram essa concretização?
 - » A disponibilidade de financiamento alterou a prioridade dos investimentos realizados (face a outros investimentos/operações que tinha em carteira)?
 - » Procurou estabelecer algum tipo de parceria com outros atores ou solicitou apoio a alguma entidade, quer na fase de preparação de candidatura, quer na fase de operacionalização da operação? Quais as razões que o justificaram?
 - » A operação beneficia de efeitos decorrentes de outros mecanismos financeiros, regulamentares, fiscais, entre outros, que potenciem os seus resultados? Justifique.
 - » Quais os principais problemas ou constrangimentos com que se tem confrontado no decurso da implementação da operação? Que fatores têm, pelo contrário, contribuído de forma positiva para a sua execução?
 - » Tendo em conta a atual fase de realização da operação, será viável o alcance das metas contratualizadas, no prazo previsto? Quais as suas expectativas para o encerramento da operação? O que poderá condicionar o alcance dos resultados previstos?
 - » Qual o grau de satisfação com as estruturas do PO financiador, nomeadamente no apoio prestado na fase de execução do projeto?
 - » Quais os mecanismos de acompanhamento que implementou para a boa execução das suas operações?
 - » Qual o impacto que a operação irá ter no consumo de energia? Justifique.
 - » Para além dos resultados que contratualizou com o PO financiador, a que outros efeitos ou resultados entende que a operação deu origem (ex. alterações organizacionais, de comportamentos, efeitos de imitação, sinergias com outros projetos e/ou atores, etc.) Que efeitos não esperados/desejados foram gerados pela operação?
 - » Está a recorrer a outro tipo de incentivos (nomeadamente fiscais, regulamentares) para complementar os resultados das suas operações?
 - » Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas com vista a potenciar a redução dos consumos, por exemplo, através de ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores? Quais as medidas que premeiam estes comportamentos?
 - » Apenas no Estudo de Caso “Rede de Mobilidade Elétrica” - Em que medida a cobertura geográfica e os tempos de carregamento condicionavam a procura pelo transporte elétrico (eram inibidores para a aquisição e utilização)?

- » Apenas no Estudo de Caso “Transportes Públicos Coletivos – CARRIS” – Que perspectivas existem relativamente à manutenção da subsídio estatal de aquisição familiar de passes intermodais? Qual o impacto na procura desta subsídio e como estão a adaptar-se a este novo enquadramento?
- » Apenas nos Estudos de Caso “Habitação: empresa e particular” – Quais as razões porque recorreu a este instrumento (IFRRU2020)? Até que ponto a existência destes apoios foi indutora do seu investimento? Como teve conhecimento e até que ponto essa divulgação foi indutora do investimento? (o conhecimento do instrumento de apoio induziu a intenção de financiamento ou, simplesmente, ofereceu novas e mais atrativas formas de financiamento de investimentos já previstos). Quando se candidatou ao IFRRU2020, tinha noção que as operações elegíveis eram de reabilitação urbana, mas que tinham de ser complementadas com a componente de eficiência energética? Que impacto teve na preparação da Candidatura e nas componentes da operação? Como avalia o circuito de análise, contratação e acompanhamento das operações, quer pela instituição financeira, quer pela EG do IFRRU2020?
- » O custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas condicionou/limitou a vontade ou possibilidade de avançar com a candidatura/operação? (quando aplicável – PI 4.3).

5.3.4. Guião das Sessões *Focus Group*

44. As sete sessões *Focus Group* realizadas no âmbito dos Estudos de Caso anteriormente identificados, visaram recolher, em contexto de interatividade, um conjunto pertinente e alargado de opiniões/reflexões que incidissem em aspetos relevantes para os objetivos da avaliação. Serviram não só para recolher informação qualitativa, mas também para validar e comentar resultados e conclusões preliminares das diversas QA, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de articulações e complementaridade com outras operações e aos resultados e impactos já atingidos, ou que se esperam atingir, com a sua implementação.
45. A sessão *Focus Group* envolveu a constituição de grupos homogéneos. O número de participantes foi variável em função do tipo de operação (tentando cobrir a mais ampla e diversidade tipológica de atores locais e setoriais possível), para uma sessão com duração entre 90 e 120 minutos. A interação foi facilitada por um dinamizador, que colocou as questões para discussão e geriu, com facilitador(es) da equipa de avaliação, o processo de discussão.
46. As sessões *Focus Group* por operação permitiram contribuir para robustecer o conhecimento (recolher informação adicional que completou a informação obtida pelos restantes instrumentos metodológicos), gerando evidências que contribuiriam enriquecer a qualidade do exercício avaliativo.
47. A sessão foi introduzida com uma breve apresentação por parte da equipa sobre a avaliação (objeto e objetivos) e, num segundo momento, com uma apresentação da operação (objetivos, resultados alcançados/a alcançar), organizando-se a discussão em função de tópicos específicos ajustados às particularidades de cada estudo de caso.

5.4. GUIÃO DE *WORKSHOPS* REGIONAIS

5.4.1. Natureza

48. Os sete *workshops* regionais visaram recolher, em contexto de interatividade, um conjunto pertinente e alargado de opiniões/reflexões sobre aspetos relevantes para os objetivos da avaliação. Para além de possibilitarem a recolha de informação qualitativa, tiveram por principal objetivo a análise e a validação dos resultados, conclusões e recomendações preliminares apresentados no contexto das diversas QA.
49. O formato inicial proposto previa a constituição de grupos com um máximo de 20 participantes, designadamente de atores envolvidos na conceção e implementação do OT4, para uma sessão com duração entre 120 e 150 minutos. Contudo, perante a situação de pandemia de COVID-19 e as medidas de contenção definidas em maio de 2020, momento previsto para a sua realização, não se encontram reunidas as condições para a concretização de *workshops* presenciais. Assim, a Equipa de Avaliação, em articulação com a Autoridade de Gestão do POSEUR, optou pela realização dos mesmos *workshops* através de um formato alternativo, não presencial e baseado na

plataforma *online* “Zoom”, bem como na redução de entidades participantes para um máximo de 10 e do tempo de duração dos *workshops* para 90 a 120 minutos.

5.4.2. Objetivos Específicos

50. Os *workshops* regionais apresentaram três objetivos específicos:
- » Validar e discutir os resultados do exercício avaliativo com um amplo leque de atores estratégicos;
 - » Discutir as conclusões e recomendações preliminares da avaliação;
 - » Recolher eventual informação adicional para completar os resultados alcançados com os restantes instrumentos metodológicos.

5.4.3. Dimensões Avaliativas Estruturadoras

51. Os sete *workshops* regionais foram estruturados em torno das grandes tipologias de investimento decorrentes das PI enquadradas no OT4 com execução, nomeadamente:
- » Energia Renovável;
 - » Eficiência Energética;
 - » Mobilidade.
52. Tratando-se de uma etapa de validação dos resultados da avaliação – com um amplo leque de atores envolvidos na conceção e implementação das medidas de reforço para a transição para uma economia de baixo carbono, no âmbito do PT2020 e de entidades com responsabilidades diretas das políticas públicas relevantes para o objeto de avaliação – com a finalidade de discutir as conclusões e recomendações preliminares da avaliação, estas sessões centraram-se em quatro dimensões estruturadoras do exercício avaliativo:
- » Relevância da abordagem do PT2020 no reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono;
 - » Relevância do financiamento comunitário;
 - » Eficiência programática e operacional;
 - » Resultados e impactos da abordagem prosseguida no reforço da transição para uma economia de baixas emissões de carbono.

5.4.4. Tipologias de Participantes e Organização dos *Workshops* Regionais

53. Cada *workshop* regional foi estruturado em quatro momentos principais:
- » i. Introdução (apresentação dos objetivos e desenho metodológico da avaliação);
 - » ii. Apresentação das conclusões e das recomendações preliminares da avaliação;
 - » iii. Debate sobre as conclusões e sobre as propostas de recomendações;
 - » v. Conclusões e encerramento.
54. Foram convidadas a participar as seguintes entidades ou tipologias de entidades:
- » AD&C;
 - » AG POSEUR;
 - » AG POR;
 - » IFRRU 2020;

- » DGEG;
- » DRERAA;
- » DRETRAM;
- » ADENE;
- » ANMP;
- » IMT;
- » IHRU;
- » Agências Regionais de Energia;
- » ANTRAM;
- » REN;
- » Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto;
- » IP;
- » Câmaras Municipais e Setor Empresarial Local;
- » Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas;
- » Organismos da Administração Central e Setor Empresarial do Estado;
- » Empresas, entidades e concessionárias de transportes públicos coletivos de passageiros;
- » Entidade gestora e operadores da rede da mobilidade elétrica;
- » Empresa de Eletricidade da Madeira/Produtores em regime especial.

55. No capítulo 4.3 do presente Volume de Anexos, são identificadas as entidades que participaram em cada *workshop* regional. Os sete *workshops* regionais foram constituídos de acordo com as seguintes entidades:

» **Workshop Regional Norte**

Autoridade de Gestão do POR Norte
 Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
 Associação Nacional de Municípios Portugueses
 Redes Energéticas Nacionais/Rede Elétrica Nacional
 Área Metropolitana do Porto
 Metro do Porto

» **Workshop Regional Centro**

Autoridade de Gestão do POR Centro
 Agência para o Desenvolvimento e Coesão
 Instituto Politécnico de Coimbra
 Centro Hospitalar Baixo Vouga
 Infraestruturas de Portugal
 Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro
 Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

» **Workshop Regional Lisboa**

Autoridade de Gestão do POR Lisboa
 Autoridade de Gestão do POSEUR

Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 - IFRRU2020
Área Metropolitana de Lisboa
Metropolitano de Lisboa
CARRIS – Transportes Públicos de Lisboa
Associação Portuguesa de Bancos

» **Workshop Regional Alentejo**

Autoridade de Gestão do POR Alentejo
MOBI.E, S.A. Mobilidade Elétrica
Instituto da Mobilidade e dos Transportes
Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI)
Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias
Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

» **Workshop Regional Algarve**

Autoridade de Gestão do POR Algarve
Agência para a Energia - ADENE
Direção Geral de Energia e Geologia
Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia
Comunidade Intermunicipal do Algarve

» **Workshop Regional Açores**

Autoridade de Gestão do POR Açores
Direção Regional da Energia da Região Autónoma dos Açores
Direção Regional dos Transportes da Região Autónoma dos Açores
Laboratório Regional de Engenharia Civil (Região Autónoma dos Açores)
Câmara Municipal de Ribeira Grande (Região Autónoma dos Açores)

» **Workshop Regional Madeira**

Autoridade de Gestão do POR Madeira
Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres da Região Autónoma da Madeira
Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira
EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira (Região Autónoma da Madeira)
Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM (Região Autónoma da Madeira)

5.5. Sistema de Indicadores de Resultado de Fontes Primárias

56. Apresenta-se, neste capítulo, uma síntese do sistema de indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do processo de inquirição.

Quadro 37. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA1

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que desconhece outros instrumentos que financiem esta dimensão, pelo que não identifica a existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos – At_Rea_RG_1	84
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que desconhece outros instrumentos que financiem esta dimensão, pelo que não identifica a existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos – At_Rea_RG_1	79
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que desconhece outros instrumentos que financiem esta dimensão, pelo que não identifica a existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos – At_Rea_RG_1	97
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que desconhece outros instrumentos que financiem esta dimensão, pelo que não identifica a existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos – At_Rea_RG_1	81
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país - At_Rea_RG_2	55
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país - At_Rea_RG_2	42
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social que consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país - At_Rea_RG_2	45
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país - At_Rea_RG_2	50
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável que consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país - At_Rea_RG_2	48
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que considera que os AAC são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere - At_Rea_PG_5	56
Atores (beneficiários) com operações candidatas nas infraestruturas públicas considera que os AAC são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere - At_Rea_PG_5	26
Atores (beneficiários) com operações candidatas na habitação social considera que os AAC são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere - At_Rea_PG_5	45
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos considera que os AAC são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere - At_Rea_PG_5	21
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável considera que os AAC são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere - At_Rea_PG_5	54

Quadro 38. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA2

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que considera que as condições de elegibilidade se adequam e concorrem para a sua mobilização - At_Rea_PG_1	67
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que considera que as condições de elegibilidade se adequam e concorrem para a sua mobilização - At_Rea_PG_1	92
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que considera que as condições de elegibilidade se adequam e concorrem para a sua mobilização - At_Rea_PG_1	91
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que considera que as condições de elegibilidade se adequam e concorrem para a sua mobilização - At_Rea_PG_1	88
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que considera que as condições de elegibilidade se adequam e concorrem para a sua mobilização - At_Rea_PG_1	94
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que considera que as condições de elegibilidade condicionam o seu acesso aos instrumentos de programação - At_Rea_PG_1	33
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que considera que as condições de elegibilidade condicionam o seu acesso aos instrumentos de programação - At_Rea_PG_1	7
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que considera que as condições de elegibilidade condicionam o seu acesso aos instrumentos de programação - At_Rea_PG_1	5
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que considera que as condições de elegibilidade condicionam o seu acesso aos instrumentos de programação - At_Rea_PG_1	12
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que considera que as condições de elegibilidade condicionam o seu acesso aos instrumentos de programação - At_Rea_PG_1	6
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram como adequadas a previsibilidade e a periodicidade de lançamentos de AAC - At_Rea_PG_2	78
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram como adequadas a previsibilidade e a periodicidade de lançamentos de AAC - At_Rea_PG_2	71
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram como adequadas a previsibilidade e a periodicidade de lançamentos de AAC - At_Rea_PG_2	68
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram como adequadas a previsibilidade e a periodicidade de lançamentos de AAC - At_Rea_PG_2	53
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram como adequadas a previsibilidade e a periodicidade de lançamentos de AAC - At_Rea_PG_2	72
Atores (beneficiários) que reconhece as ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do Portugal 2020 e/ou por outros meios - At_Rea_PG_3	100
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram como positiva clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura - At_Rea_PG_4	56
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram como positiva clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura - At_Rea_PG_4	87
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram como positiva clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura - At_Rea_PG_4	88

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram como positiva clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura - At_Rea_PG_4	76
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram como positiva clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura - At_Rea_PG_4	92
<p>Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram como positiva a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere aos seguintes aspetos: - At_Rea_PG_4</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento – 33 ii) Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento – 22 iii) Reformulação das operações – 44 iv) Verificação e controlo no local do investimento – 33 v) Cálculo dos indicadores de resultado das operações – 22 	
<p>Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram como positiva a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere aos seguintes aspetos: - At_Rea_PG_4</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento – 59 ii) Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento – 55 iii) Reformulação das operações – 53 iv) Verificação e controlo no local do investimento – 35 v) Cálculo dos indicadores de resultado das operações – 44 	
<p>Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram como positiva a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere aos seguintes aspetos: - At_Rea_PG_4</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento – 64 ii) Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento – 57 iii) Reformulação das operações – 70 iv) Verificação e controlo no local do investimento – 39 v) Cálculo dos indicadores de resultado das operações – 38 	
<p>Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram como positiva a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere aos seguintes aspetos: - At_Rea_PG_4</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento – 79 ii) Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento – 56 iii) Reformulação das operações – 74 iv) Verificação e controlo no local do investimento – 38 v) Cálculo dos indicadores de resultado das operações – 53 	
<p>Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram como positiva a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere aos seguintes aspetos: - At_Rea_PG_4</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento – 79 ii) Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento – 74 iii) Reformulação das operações – 78 iv) Verificação e controlo no local do investimento – 62 v) Cálculo dos indicadores de resultado das operações – 56 	
Indicador	(%)
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram que a execução dos valores de investimento irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	56
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que a execução dos valores de investimento irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	88
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que a execução dos valores de investimento irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	80

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram que a execução dos valores de investimento irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	91
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram que a execução dos valores de investimento irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	88
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram que o cumprimento da calendarização da operação irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	67
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que o cumprimento da calendarização da operação irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	71
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que o cumprimento da calendarização da operação irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	63
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram que o cumprimento da calendarização da operação irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	56
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram que o cumprimento da calendarização da operação irá corresponder ao contratado - Real_Res_PG_1	67
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram que o alcance das metas previstas para os indicadores irá corresponder ou situar-se acima do contratado - Real_Res_PG_1	89
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que o alcance das metas previstas para os indicadores irá corresponder ou situar-se acima do contratado - Real_Res_PG_1	96
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que o alcance das metas previstas para os indicadores irá corresponder ou situar-se acima do contratado - Real_Res_PG_1	100
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram que o alcance das metas previstas para os indicadores irá corresponder ou situar-se acima do contratado - Real_Res_PG_1	88
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram que o alcance das metas previstas para os indicadores irá corresponder ou situar-se acima do contratado - Real_Res_PG_1	97
Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram que os seguintes fatores potenciaram o desenvolvimento das operações: Real_Res_PG_1 4	
i) Disponibilidade de recursos humanos qualificados – 56	
ii) Prazos de pagamento das participações comunitárias – 67	
iii) Acesso a financiamento alheio – 56	
iv) Capacidade financeira própria – 33	
v) Capacidade de mobilização de parceiros – 44	
vi) Legislação/regulamentação aplicável – 33	
vii) Prazos de análise de candidaturas – 33	
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que os seguintes fatores potenciaram o desenvolvimento das operações: Real_Res_PG_1 4	
i) Disponibilidade de recursos humanos qualificados – 39	
ii) Prazos de pagamento das participações comunitárias – 42	
iii) Acesso a financiamento alheio – 29	
iv) Capacidade financeira própria – 41	
v) Capacidade de mobilização de parceiros – 36	
vi) Legislação/regulamentação aplicável – 36	
vii) Prazos de análise de candidaturas – 37	
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que os seguintes fatores potenciaram o desenvolvimento das operações: Real_Res_PG_1 4	
i) Disponibilidade de recursos humanos qualificados – 38	
ii) Prazos de pagamento das participações comunitárias – 41	

Indicador		(%)
iii)	Acesso a financiamento alheio – 36	
iv)	Capacidade financeira própria – 38	
v)	Capacidade de mobilização de parceiros – 29	
vi)	Legislação/regulamentação aplicável – 32	
vii)	Prazos de análise de candidaturas – 34	
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram que os seguintes fatores potenciaram o desenvolvimento das operações: Real_Res_PG_1 4		
i)	Disponibilidade de recursos humanos qualificados – 47	
ii)	Prazos de pagamento das participações comunitárias – 41	
iii)	Acesso a financiamento alheio – 29	
iv)	Capacidade financeira própria – 38	
v)	Capacidade de mobilização de parceiros – 47	
vi)	Legislação/regulamentação aplicável – 24	
vii)	Prazos de análise de candidaturas – 38	
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram que os seguintes fatores potenciaram o desenvolvimento das operações: Real_Res_PG_1 4		
i)	Disponibilidade de recursos humanos qualificados – 56	
ii)	Prazos de pagamento das participações comunitárias – 54	
iii)	Acesso a financiamento alheio – 36	
iv)	Capacidade financeira própria – 42	
v)	Capacidade de mobilização de parceiros – 32	
vi)	Legislação/regulamentação aplicável – 39	
vii)	Prazos de análise de candidaturas – 41	
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram como positivo o acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto - Real_Res_PG_3		33
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram como positivo o acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto - Real_Res_PG_3		55
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram como positivo o acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto - Real_Res_PG_3		59
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram como positivo o acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto - Real_Res_PG_3		50
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram como positivo o acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto - Real_Res_PG_3		69
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que o custo de auditorias, estudos e/ou análises energéticas prévias à realização da operação condicionou a decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão - At_Rea_RE_7		29
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que o custo de auditorias, estudos e/ou análises energéticas prévias à realização da operação condicionou a decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão - At_Rea_RE_7		25
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram que a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura constitui uma condicionante - At_Rea_PE_5		16
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram que a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura constitui uma condicionante - At_Rea_PE_5		14

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos, que consideram que a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadram de suporte à(s) candidatura constitui uma condicionante - At_Rea_PE_5	24
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável, que consideram que a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadram de suporte à(s) candidatura constitui uma condicionante - At_Rea_PE_5	20
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram os riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas como riscos específicos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Real_Res_RE_1	56
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram a manutenção de um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento como um risco específico associado à produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Real_Res_RE_2	56
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que consideram a existência de constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo como um risco específico associado à produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Real_Res_RE_3	33
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas, que consideram como elevado o contributo esperado das candidaturas para a redução do consumo de energia primária - Real_Res_RE_6	65
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética na habitação social, que consideram como elevado o contributo esperado das candidaturas para a redução do consumo de energia primária - Real_Res_RE_6	32

Quadro 39. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA3

Indicador	(%)
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideram que os instrumentos de apoio são predominantemente adequados ou muito adequados às necessidades das entidades na tipologia de produção e distribuição de fontes de energia renováveis - At_Rea_RE_1	67
Atores (beneficiários) com operações aprovadas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que consideram que arranque das operações foi condicionado ou fortemente condicionado pelos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas - At_Rea_RE_2	80
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis com um grau de satisfação positivo ou muito positivo relativamente à interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere ao processo de instrução de candidatura (preenchimento, submissão e documentação apresentar) - At_Rea_RE_2	78
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideram os “apoios reembolsáveis” (subsídio reembolsável) nada eficazes ou pouco eficazes no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações com financiamento comunitário para a eficiência energética nas infraestruturas públicas - At_Rea_RE_3	46
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideram os “apoios reembolsáveis” (subsídio reembolsável) nada eficazes ou pouco eficazes no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações com financiamento comunitário para a eficiência energética nas habitações sociais - At_Rea_RE_3	45
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que consideram existir uma falta de cultura sobre “apoios reembolsáveis”, condicionando uma reação mais célere da sua parte aos AAC - At_Rea_RE_3	43
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas habitações sociais que consideram existir uma falta de cultura sobre “apoios reembolsáveis”, condicionando uma execução mais célere das operações - At_Rea_RE_3	33
Atores (beneficiários) com operações candidatas que afirmaram não terem experienciado discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção nas infraestruturas públicas - At_Rea_RE_4	90
Atores (beneficiários) com operações candidatas que afirmaram não terem experienciado discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção nas habitações sociais - At_Rea_RE_4	86
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que consideram que a racionalidade económica da intervenção não foi posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas - At_Rea_RE_5	89
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas habitações sociais que consideram que a racionalidade económica da intervenção não foi posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas - At_Rea_RE_5	82
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideraram a subvenção não reembolsável eficaz ou muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da produção e distribuição de fontes de energia renovável - Real_Res_PG_2	100
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideraram a subvenção não reembolsável eficaz ou muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas infraestruturas públicas - Real_Res_PG_2	96
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideraram a subvenção não reembolsável eficaz ou muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas habitações sociais - Real_Res_PG_2	95
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideraram a subvenção não reembolsável eficaz ou muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nos transportes públicos - Real_Res_PG_2	92

Indicador	(%)
Atores (beneficiários) com operações candidatas que consideraram a subvenção não reembolsável eficaz ou muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética na mobilidade urbana sustentável - Real_Res_PG_2	98
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que consideram que o contributo estimado das operações em termos de benefícios líquidos positivos (VAL positivo) é elevado ou muito elevado - Real_Res_PE_3	45
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário - Res_Imp_RG_2	78
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas com um prazo mais alargado - Res_Imp_RG_2	22
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas recorrendo a outras fontes de financiamento - Res_Imp_RG_2	11
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário - Res_Imp_RG_2	77
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas com um prazo mais alargado - Res_Imp_RG_2	51
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas infraestruturas públicas que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas recorrendo a outras fontes de financiamento - Res_Imp_RG_2	25
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas habitações sociais que afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário - Res_Imp_RG_2	75
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas habitações sociais que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas com um prazo mais alargado - Res_Imp_RG_2	64
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nas habitações sociais que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas recorrendo a outras fontes de financiamento - Res_Imp_RG_2	14
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário - Res_Imp_RG_2	77
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas com um prazo mais alargado - Res_Imp_RG_2	75
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas recorrendo a outras fontes de financiamento - Res_Imp_RG_2	13
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário - Res_Imp_RG_2	76
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas com um prazo mais alargado - Res_Imp_RG_2	66
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que afirmou que teria desenvolvido a operação, caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário, mas recorrendo a outras fontes de financiamento - Res_Imp_RG_2	15

Quadro 40. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA4

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas nas infraestruturas públicas que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Real_Res_PE_2	46
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Real_Res_PE_2	24
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Real_Res_PE_2	59
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Real_Res_PE_2	29
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário - Res_Imp_PG_1	78
Atores (beneficiários), com operações candidatas nas infraestruturas públicas que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário - Res_Imp_PG_1	77
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário - Res_Imp_PG_1	75
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário - Res_Imp_PG_1	77
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário - Res_Imp_PG_1	76
Atores (beneficiários) com operações candidatas nas infraestruturas públicas que esperam alcançar resultados elevados no final da implementação, nomeadamente em termos de redução de consumo de energia primária - Res_Imp_PG_2	65
Atores (beneficiários) com operações candidatas na habitação social que esperam alcançar resultados elevados no final da implementação, nomeadamente em termos de redução de consumo de energia primária - Res_Imp_PG_2	25
Atores (beneficiários) com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que esperam alcançar resultados elevados no final da implementação, nomeadamente em termos de redução de consumo de energia primária - Res_Imp_PG_2	44
Atores (beneficiários), com operações candidatas nas infraestruturas públicas que desenvolve ações de sensibilização dos colaboradores e/ou para os utentes/utilizadores - Res_Imp_PG_3	90
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que desenvolve ações de sensibilização dos colaboradores e/ou para os utentes/utilizadores - Res_Imp_PG_3	89
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que desenvolve ações de sensibilização dos colaboradores e/ou para os utentes/utilizadores - Res_Imp_PG_3	100
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que desenvolve ações de sensibilização dos colaboradores e/ou para os utentes/utilizadores - Res_Imp_PG_3	91

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários– Res_Imp_PG_4	89
Atores (beneficiários), com operações nas infraestruturas públicas que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários– Res_Imp_PG_4	69
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários– Res_Imp_PG_4	52
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários– Res_Imp_PG_4	68
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários– Res_Imp_PG_4	52
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Res_Imp_PG_5	78
Atores (beneficiários), com operações nas infraestruturas públicas que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Res_Imp_PG_5	46
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Res_Imp_PG_5	24
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Res_Imp_PG_5	59
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a mobilidade urbana sustentável que não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo - Res_Imp_PG_5	29
Atores (beneficiários) com operações candidatas nas infraestruturas públicas que consideram elevado o risco que a poupança financeira alcançada com a operação possa ser canalizada para um consumo adicional de energia (<i>rebound effect</i>) - Res_Imp_RG_3	40
Atores (beneficiários) com operações candidatas na habitação social que consideram elevado o risco que a poupança financeira alcançada com a operação possa ser canalizada para um consumo adicional de energia (<i>rebound effect</i>) - Res_Imp_RG_3	20
Atores (beneficiários) com operações candidatas nas infraestruturas públicas que considerou não ter existido uma redução do consumo energético na sua entidade, no período de crise económico-financeira do país (2009-2013) - Res_Imp_RG_4	75
Atores (beneficiários) com operações candidatas na habitação social que considerou não ter existido uma redução do consumo energético na sua entidade, no período de crise económico-financeira do país (2009-2013) - Res_Imp_RG_4	82

Quadro 41. Indicadores de resultado de fontes primárias, que resultam da aplicação do inquérito – QA5

Indicador	(%)
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário	78
Atores (beneficiários), com operações candidatas nas infraestruturas públicas que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário	77
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário	75
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário	77
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável que consideram não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário	76
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a produção e distribuição de fontes de energia renováveis que concordam totalmente com a afirmação “ <i>não procurei estabelecer sinergias e complementaridades</i> ” dada a “ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura”	89
Atores (beneficiários), com operações candidatas nas infraestruturas públicas que concordam totalmente com a afirmação “ <i>não procurei estabelecer sinergias e complementaridades</i> ” dada a “ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura”	69
Atores (beneficiários), com operações candidatas na habitação social que concordam totalmente com a afirmação “ <i>não procurei estabelecer sinergias e complementaridades</i> ” dada a “ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura”	52
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética nos transportes públicos que concordam totalmente com a afirmação “ <i>não procurei estabelecer sinergias e complementaridades</i> ” dada a “ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura”	68
Atores (beneficiários), com operações candidatas para a eficiência energética para a mobilidade urbana sustentável que concordam totalmente com a afirmação “ <i>não procurei estabelecer sinergias e complementaridades</i> ” dada a “ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura”	52

Fonte: CEDRU/EY-AMA (2019)

5.6. Sistema de Indicadores de Realização e Resultado do OT4

57. Apresenta-se, neste capítulo, o sistema de indicadores de realização e resultado do OT4, incluindo o ponto de situação à data de reporte da avaliação, a 31.05.2019.

Quadro 42. Indicadores de realização

ID do Eixo Prioritário	ID da PI	PO	Antes da Reprogramação		Após Reprogramação				Previsão / Execução (*)	Reporte a 31.05.2019	
			Indicador	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de media	Fundo	Valor alvo (2023)			
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.1. Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	POSEUR	Capacidade suplementar de produção de energia renovável	56	Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	Coesão	46	F	0	
									S	33	
			Diminuição anual estimada das emissões de GEE	28 200	Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	Coesão	32 430	F	0	
									S	18 509	
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020	Capacidade suplementar de produção de energia renovável	25	Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	FEDER	8	F	0	
									S	0	
			Diminuição anual estimada das emissões de GEE	45 872	Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	30 030	F	0	
									S	0	
3. Economia de baixo teor de carbono		4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Norte 2020	Empresas com consumo de energia melhorado	140	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	70	F	0
										S	0
	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio			140	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	70	F	0	
									S	0	
6. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)	Centro 2020		Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	170							
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenções	170							
			Empresas com consumo de energia melhorado	170	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	21	F	0	
									S	0	
3. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores	Lisboa 2020		Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	172	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	53	F	n.d	
									S	n.d	
			Empresas com consumo de energia melhorado	172	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	53	F	n.d	
									S	n.d	
7. Eficiência Energética e Mobilidade	Alentejo 2020	Empresas com consumo de energia melhorado	25	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	12	F	0		
								S	0		
		Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	25	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	12	F	0		
								S	0		
			77	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	48	F	0		

ID do Eixo Prioritário	ID da PI	PO	Antes da Reprogramação		Após Reprogramação				Previsão / Execução (*)	Reporte a 31.05.2019	
			Indicador	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de media	Fundo	Valor alvo (2023)			
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos		CRESC Algarve 2020	Empresas com consumo de energia melhorado						S	0	
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	77	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	48	F	0	
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenções	77					S	0	
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Madeira 2020	Empresas com consumo de energia melhorado	30	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	26	F	0	
									S	0	
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenções	30	n.º	FEDER		F			
							S				
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	30	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	26	F	0	
							S	0			
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	62	Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio	n.º	FEDER	12	F	0	
									S	0	
			Investimento Produtivo: empresas que recebem apoio financeiro que não sob a forma de subvenções	62							
			Empresas com consumo de energia melhorado	62	Empresas com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	12	F	0	
									S	0	
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.3 A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	POSEUR	Agregados familiares com consumo de energia melhorado	16 000	Agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º	Coesão	3 200	F	0	
									S	124	
			Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	500 000 000	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	Coesão	400 000 000	F	526 663	
									S	352 458 141	
			Diminuição anual estimada das emissões de GEE	80 640	Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	Coesão	66 864	F	124	
									S	72 297	
3. Economia de baixo teor de carbono		Norte 2020	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	140 000 000	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	165 000 000	F	0	
									S	3 809 076	
			Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	2 400	Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	5 800	F	272	
									S	6 004	
			Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	22 500	Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	28 500	F		
									S	26 563,27	
6. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)		Centro 2020	Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	940	Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	2 107	F	0	
									S	673	
			Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	43 460 000	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	FEDER	57 776 842	F	0	
									S	0	

ID do Eixo Prioritário	ID da PI	PO	Antes da Reprogramação		Após Reprogramação				Previsão / Execução (*)	Reporte a 31.05.2019
			Indicador	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de media	Fundo	Valor alvo (2023)		
3. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores			Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	7 522	Redução das emissões de GEE Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	10 463	F	0
									S	363
			Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	79 500 000	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	kWh/ano	FEDER	25 780 013	F	0
									S	2 000 481
		Lisboa 2020	Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	4 000	Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	3 760	F	n.d
									S	n.d
			Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	24 600 000	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	24 600 000	F	n.d
									S	n.d
7. Eficiência Energética e Mobilidade			Redução das emissões de GEE Diminuição anual estimada das emissões de GEE	5 911,20	Redução das emissões de GEE Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	5 911,20	F	n.d
									S	n.d
			Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	24 600 000	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	kWh/ano	FEDER	24 600 000	F	n.d
									S	n.d
		Alentejo 2020	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	93 540 485	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	93 540 485	F	0
									S	0
			Redução das emissões de GEE Diminuição anual estimada das emissões de GEE	17 323	Redução das emissões de GEE Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	17 323	F	0
									S	0
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos			Eficiência energética: agregados familiares com consumo de energia melhorado	4 121						
					IPSS com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	239	F	0
									S	0
		CRESC Algarve 2020	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	16 143 750	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	9 378 750	F	0
									S	1 520 083
			Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	2 606	Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	1 514	F	0
									S	389
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de			Redução anual do consumo de energia primária na Iluminação Pública	8 437 500	Redução anual do consumo de energia primária na Iluminação Pública	kWh/ano	FEDER	5 718 750	F	0
									S	461 154,14
		Madeira 2020	Redução anual do consumo de energia primária na Iluminação Pública	1 866 000	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	kWh/ano	FEDER	1 170 000	F	0
									S	0
			Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	1 866 000	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	1 389 000	F	0
									S	0

ID do Eixo Prioritário	ID da PI	PO	Antes da Reprogramação		Após Reprogramação				Previsão / Execução (*)	Reporte a 31.05.2019	
			Indicador	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de media	Fundo	Valor alvo (2023)			
carbono em todos os setores			Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	300	Agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º	FEDER	300	F	0	
									S	28	
			Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	3 345	Redução das emissões de GEE: Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	3 345	F	0	
									S	20	
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	10 852 942	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano	FEDER	10 852 942	F	0	
									S	0	
			Diminuição anual estimada das emissões de GEE	1 563	Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	FEDER	1 563	F	0	
									S	11	
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.4 Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão	POSEUR	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	1 200 000							
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	POSEUR	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	800	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	n.º	Coesão	1 480	F	506	
									S	1 480	
			Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	8 000	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep	Coesão	8 000	F	107	
									S	2 275	
3. Economia de baixo teor de carbono					Diminuição anual estimada das emissões de GEE	ton CO ₂ equivalente	Coesão	25 000	F	463,11	
									S	9 373	
5. Sistema Urbano		Norte 2020	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	7	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	n.º	FEDER	7	F	0	
									S	7	
			Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	1	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	n.º	FEDER	1	F	0	
									S	1	
					Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	km	FEDER	250	F	31,28	
									S	302,97	
		Centro 2020	Corredores de elevada procura de transporte implementados	9	Corredores de elevada procura de transporte implementados	n.º	FEDER	2	F	0	
									S	0	
			Interfaces multimodais apoiados	12	Interfaces multimodais apoiados	n.º	FEDER	12	F	1	
									S	8	
6'. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)			Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	8	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados	n.º	FEDER	8	F	0	
									S	8	
				8		n.º	FEDER	8	F		

ID do Eixo Prioritário	ID da PI	PO	Antes da Reprogramação		Após Reprogramação				Previsão / Execução (*)	Reporte a 31.05.2019
			Indicador	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de media	Fundo	Valor alvo (2023)		
8. Desenvolvimento urbano sustentável		Lisboa 2020	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados		Planos de mobilidade urbana sustentável implementados				S	8
			Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	160	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	km	FEDER	140	F	n.d
									S	n.d
4. Desenvolvimento Urbano Sustentável		Alentejo 2020	Planos de mobilidade Urbana Sustentável Implementados	5	Planos de mobilidade Urbana Sustentável Implementados	n.º	FEDER	5	F	5
			Projetos de mobilidade aprovados	25	Projetos de mobilidade aprovados	n.º	FEDER	78	S	5
									F	32
7. Eficiência Energética e Mobilidade			Planos de mobilidade Urbana Sustentável Implementados	5					S	52
					Projetos de Mobilidade Aprovados	n.º	FEDER	46	F	8
									S	52
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos		CRESC Algarve 2020	Planos de Mobilidade Urbana Sustentável Implementados	3	Planos de Mobilidade Urbana Sustentável Implementados	n.º	FEDER	3	F	3
									S	3
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Madeira 2020	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	412	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep/ano	FEDER	412	F	0
									S	0
3. Economia de baixo carbono		Açores 2020	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	13	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	n.º	FEDER	26	F	0
			Veículos de transporte coletivo de passageiros (novos ou reconvertidos)	15					S	0
					Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	km	FEDER	66,04	F	0
									S	30,7

Legenda: (*) F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva); S - Valor cumulativo - Operações selecionadas

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Quadro 43. Indicadores de resultado

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.1. Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	POSEUR	4.1.1. Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional	MW	754,30	863,00	Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional	MW	756,00	2013	940,00	791,70 (2017)
				Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	%	27,00	35,00	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	%	23,00	2011	35,00	26,60 (2017)
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Açores 2020	4.1.1. Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	%	34,70	61,00	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	%	34,70	2013	50,00	39,2 (2018)
3. Economia de baixo teor de carbono	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Norte 2020	4.2.1. Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos	Consumo de energia primária nas empresas	tep	422 543	411 362	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	92,04	2012	86,52	57,56 (2017)
6. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)		Centro 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	572 099	537 773	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	140,16	2012	142,05	140,16 (2017)
3. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Lisboa 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	557 305	497 305	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	49,60	2012	46,62	40,5 (2017)
7. Eficiência Energética e Mobilidade		Alentejo 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	71 471	67 183	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	358	2012	336	430,06 (2017)
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos		Algarve 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	5 388	2 888	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	73,16	2012	68,80	47,40 (2017)
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Madeira 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	94 252	88 597	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	53,39	2012	50,19	39,21 (2017)
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020		Consumo de energia primária nas empresas	tep	39 302	36 944	Consumo de energia primária nas empresas	tep/M€	86,50	2012	81,31	61,75 (2017)

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.3. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	POSEUR	4.3.1. Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do estado	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	tep	283 138	198 196	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	tep	283 138	2010	198 196	200 734,00 (2017)
			4.3.2. Aumento da eficiência energética no setor habitacional	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	tep	2 657 035	1 992 776	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	tep	4 827 194	2010	3 620 396	4 185 824 (2017)
3. Economia de baixo teor de carbono		Norte 2020	4.3.1. Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos	Consumos de energia primária na administração regional e local	tep	235 635	164 756	Consumos de energia primária na administração regional e local	tep	171 761	2012	120 233	172 885 (2017)
			4.3.2. Aumentar a eficiência energética no setor da habitação social, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	5,39	15,00	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	1,08	2012	4,00	7,20 (2017)
6. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)		Centro 2020	4.3.1. Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	138 721	97 104	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	156 880	2012	109 746	153 559 (2017)
			4.3.2. Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	5,00	17,00	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	1,64	2012	5,00	21,16 (2017)
3. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores			Lisboa 2020	4.3.1. Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, da administração regional e local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	144 764,00	101 335,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	118 693,29	2012	101 335,00

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
			4.3.2. Aumentar a eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	5,39	15,00	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	1,19	2012	3,3	3,52 (2017)
7. Eficiência Energética e Mobilidade		Alentejo 2020	4.3.1. Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração sub-regional e local, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	44 953,00	31 467,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	54 233	2010	37 963	51 887 (2017)
			4.3.2. Aumentar a eficiência energética no setor da habitação social, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção eficiência energética e racionalizando os consumos	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	6,00	94,00	Indicador desmobilizado					
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos		Algarve 2020	4.3.1. Aumento da eficiência energética nas infraestruturas e espaços públicos, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Consumos de energia primária na administração regional e local	tep	38 581,00	27 007,00	Consumo de energia final nos edifícios da administração regional e local após intervenção	tep	31 797	2012	22 258	0,00
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores		Madeira 2020	4.3.1. Apoiar a implementação de medidas de eficiência energética e utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas e no setor da habitação	Consumo de energia primária na Administração Regional e Local	tep	32 057	22 440	Consumo de energia primária na Administração Regional e Local	tep	29 018	2012	20 312	26 990 (2017)
				Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	0,00	11	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%	0	2012	11,00	0,16% (2017)
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020	4.3.1. Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	23 711	16 598	Consumo de energia primária na administração regional e local	tep	23 100	2012	16 170	0 (2017)
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões	4.4. Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que	POSEUR	4.4.1. Potenciar o aumento da eficiência energética através do desenvolvimento de redes inteligentes que	Taxa de penetração de sistemas de contagem	%	0	20	Indicador desmobilizado					

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
de carbono em todos os setores	operem a níveis de baixa e média tensão		permitam dotar os consumidores da informação e ferramentas necessárias e criar sinergias tendo em vista a redução de custos										
1. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	POSEUR	4.5.1. Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	%	0,90	1,40	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	%	0,90	2012	1,40	0,97 (2017)
			4.5.2. Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável	Veículos elétricos	n.º	456	33 663	Veículos elétricos	n.º	2 833	2013	33 663	12 590 (2017)
3. Economia de baixo teor de carbono		Norte 2020	4.5.1. Promover uma mobilidade urbana ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	5 830 000	4 960 000	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	5 830 000	2011	4 960 000	n.d. (2019)
5. Sistema Urbano			4.5.1. Promover uma mobilidade urbana ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	5 830 000	4 960 000	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	5 830 000	2011	4 960 000	n.d.
6. Afirmar sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)		Centro 2020	4.5.1. Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂ (2012)	4 368 578	3 494 862	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂ (2012)	4 368 578	2012	3 494 862	n.d. (2019)
9. Reforçar a rede urbana (CIDADES)			4.5.1. Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂ (2012)	4 368 578	3 494 862	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂ (2012)	4 368 578	2012	3 494 862	n.d. (2019)

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
			descarbonização em centros urbanos de nível superior										
8. Desenvolvimento Urbano Sustentável		Lisboa 2020	4.5.1. Promover a mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono	Emissão estimada de GEE na área urbana	ton/CO ₂	4 275 667	3 848 100	Emissão estimada de GEE na área urbana	ton/CO ₂	4 275 667	2012	3 848 100	n.d. (2019)
4. Desenvolvimento Urbano Sustentável		Alentejo 2020	4.5.1. Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização da economia e da sociedade, de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral	Emissão estimada dos GEE	ton./CO ₂	1 452 155	1 210 129	Emissão estimada de GEE	ton./CO ₂	1 452 155	2012	1 210 129	n.d. (2019)
7. Eficiência Energética e Mobilidade		Alentejo 2020	4.5.1. Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral	Emissão estimada de GEE	ton./CO ₂	1 452 155	1 210 129	Emissão estimada de GEE	ton./CO ₂	1 452 155	2012	1 210 129	n.d. (2019)
3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos		Algarve 2020	4.5.1. Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO ₂ e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	679 637	2 012	Emissão estimada de GEE	ton CO ₂	679 637	2012	577 691	n.d. (2019)
4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões		Madeira 2020	4.5.1. Promover estratégias de baixas emissões de carbono em zonas urbanas e periurbanas para reduzir as	Poupança de energia primária nas frotas de	tep	14	412	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	%	0	2009	3	n.d. (2019)

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	PO	Objetivo Específico	Antes Reprogramação				Pós Reprogramação					Reporte (ano)
				Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Valor alvo (2023)	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	
de carbono em todos os setores			emissões de dióxido de carbono (CO ₂)	transportes públicos									
4. Economia de baixo carbono		Açores 2020	4.5.1. Promover a mobilidade urbana sustentável	Passageiros movimentados no sistema de transporte coletivo	n.º	9 100	9 556	Veículos elétricos	n.º	74	2016	1 094	0 (2018)

Fonte: CEDRU/EY, com base na Lista de Operações Aprovadas no PT2020 (31.05.2019)

Anexo 6. **APURAMENTO DOS INQUÉRITOS**

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

6. APURAMENTO DOS INQUÉRITOS

6.1. TIPOLOGIA A. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS

APURAMENTO GLOBAL

3|Sede

NUTS	(n.º)	(%)
Norte	2	22,2
Centro	1	11,1
Lisboa	3	33,3
Alentejo	1	11,1
Algarve	0	-
RAA	1	11,1
RAM	1	11,1
Total	9	100,0

4|Tipo de entidade

Tipo de Entidade	(n.º)	(%)
Empresa	3	33,3
Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado	2	22,2
Empresa de eletricidade/Produtores em regime especial	3	33,3
Empresa intermunicipal	1	11,1
Total	9	100,0

PROCESSO DE CANDIDATURA

5|Forma como tomou conhecimento dos apoios destinados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos

	(n.º)	(%)
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	7	77,8
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	4	44,4
Publicações e material de divulgação do PT2020	2	22,2
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)	1	11,1
Redes sociais do PT2020	1	11,1
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação	1	11,1

6|A divulgação do plano de avisos de abertura de concurso permitiu antecipar o processo de candidatura, conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso

	(n.º)	(%)
Sim	2	22,2
Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)	6	66,7
Não tive conhecimento prévio do plano de avisos	1	11,1
Total	9	100,0

7|Os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere

	(n.º)	(%)
Sim	5	55,6
Sim, parcialmente	2	22,2
Não	2	22,2
Total	9	100,0

8|Principais vantagens do financiamento comunitário a operações no domínio da política energética

	(n.º)	(%)
Promove o surgimento de novos beneficiários	3	33,3
Reduz significativamente os custos de investimento	4	44,4
Permite viabilizar a realização de investimentos planeados	4	44,4
Permite mitigar as falhas de mercado existentes (dificuldade de acesso a financiamento bancário)	3	33,3
Promove uma maior racionalidade no investimento dos promotores	5	55,6
Outra	0	-

9| Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avaliação da eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da produção e distribuição de fontes de energia renovável

	Nada eficaz		Pouco eficaz		Eficaz		Muito eficaz		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Subsídio a fundo perdido	0	-	0	-	0	-	9	100,0	0	-	9	100,0
Subsídio reembolsável	1	11,1	4	44,4	4	44,4	0	-	0	-	9	100,0
Instrumento financeiro	1	11,1	2	22,2	4	44,4	2	22,2	0	-	9	100,0

10| Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

	Desadequado		Pouco adequado		Adequado		Muito adequado		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Tipologias de operação mobilizadas	0	-	2	22,2	5	55,6	2	22,2	0	-	9	100,0
Prazo máximo de realização da operação	1	11,1	3	33,3	5	55,6	0	-	0	-	9	100,0
Despesas consideradas elegíveis para apoio	1	11,1	2	22,2	6	66,7	0	-	0	-	9	100,0
Taxas de participação pelos fundos comunitários	0	-	2	22,2	6	66,7	1	11,1	0	-	9	100,0
Condições de elegibilidade das entidades promotoras	1	11,1	2	22,2	5	55,6	1	11,1	0	-	9	100,0
Condições de elegibilidade das operações	1	11,1	2	22,2	5	55,6	1	11,1	0	-	9	100,0
Previsibilidade de abertura de concursos	0	-	2	22,2	7	77,8	0	-	0	-	9	100,0
Periodicidade de abertura de concursos	0	-	3	33,3	6	66,7	0	-	0	-	9	100,0
Prazo para apresentação de candidaturas	0	-	2	22,2	7	77,8	0	-	0	-	9	100,0

11| Avaliação da documentação e dos materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

	Muito negativo		Negativo		Positivo		Muito positivo		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Clareza dos regulamentos específicos	0	-	1	11,1	6	66,7	2	22,2	0	-	9	100,0
Clareza dos avisos de abertura de concurso	0	-	1	11,1	5	55,6	3	33,3	0	-	9	100,0
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas	1	11,1	1	11,1	5	55,6	2	22,2	0	-	9	100,0
Clareza das normas e orientações técnicas	1	11,1	1	11,1	6	66,7	1	11,1	0	-	9	100,0
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador	1	11,1	0	-	6	66,7	2	22,2	0	-	9	100,0
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura	2	22,2	2	22,2	3	33,3	2	22,2	0	-	9	100,0
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura	2	22,2	0	-	6	66,7	1	11,1	0	-	9	100,0
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura	2	22,2	1	11,1	4	44,4	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Volume da documentação solicitada na candidatura	2	22,2	2	22,2	4	44,4	1	11,1	0	-	9	100,0

12| A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio

	(n.º)	(%)
Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações	4	44,4
Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações	5	55,6
Total	9	100,0

12.1| Se sim, essas alterações traduziram-se:

	(n.º)	(%)
No aumento dos investimentos previstos inicialmente	0	-
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	0	-
Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados	1	25,0
No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)	1	25,0
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	1	25,0
No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)	2	50,0
Na alteração da localização do investimento, devido às diferenças de intensidade dos apoios previstos nos Avisos	0	-
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	1	25,0
Outras alterações	0	-

13| Conhecimento de outros instrumentos que financiem esta tipologia

	(n.º)	(%)
Sim	0	-
Não	9	100,0

14 | A(s) operação(ões) candidatada(s) aos fundos comunitários foi(ram) aprovada(s)

	(n.º)	(%)
Sim	4	44,4
Não	4	44,4
A(s) candidatura(s) está(ão) em análise	1	11,1
Total	9	100,0

14.1 | Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)

	(n.º)	(%)
Não	4	100,0
Sim, apenas com recurso a autofinanciamento	0	-
Sim, com recurso a outras fontes de financiamento	0	-
Total	4	100,0

14.1.1 | Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis

	(%)	(n.º)
Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)	50,0	2
Não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)	-	0
Outra	50,0	2

14.2 | Intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado

	(n.º)	(%)
Sim	0	-
Não	1	100,0
NS/NR	0	-
Total	1	100,0

DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

15 | Forma de se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões)

	(n.º)	(%)
Possuíam recursos técnicos com competências necessárias	8	88,9
Contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)	4	44,4
Contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)	1	11,1
Contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)	1	11,1
Frequentaram ações de formação específicas	1	11,1
Outras	0	-

15.2 | Sente-se devidamente capacitado para implementar projetos de produção de energia renovável através de tecnologias emergentes, pouco testadas e/ou pouco disseminadas

	(n.º)	(%)
Sim	8	88,9
Não	1	11,1
NS/NR	0	-
Total	9	100,0

| Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de:

	(n.º)	(%)
Conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido	0	-
Conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas	1	100,0

16 | Desenvolvimento da(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário

	(n.º)	(%)
Não teria desenvolvido	7	77,8
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%):	0	-
Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados	2	22,2
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	1	11,1
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	0	-

17|Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

	Condicionou fortemente		Condicionou		Potenciou		Potenciou fortemente		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Situação económica do país	1	11,1	4	44,4	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Capacidade económica e financeira interna/própria	1	11,1	2	22,2	3	33,3	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Acesso a financiamento (alheio)	0	-	2	22,2	4	44,4	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Qualidade dos equipamentos disponíveis	0	-	2	22,2	3	33,3	2	22,2	2	22,2	9	100,0
Disponibilidade de recursos humanos qualificados	0	-	3	33,3	3	33,3	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Capacidade de mobilização de parceiros	2	22,2	3	33,3	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Legislação/regulamentação aplicável	1	11,1	3	33,3	2	22,2	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Prazos de abertura de concursos	1	11,1	2	22,2	4	44,4	0	-	2	22,2	9	100,0
Prazos de decisão das candidaturas	1	11,1	4	44,4	2	22,2	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento	1	11,1	4	44,4	2	22,2	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)	1	11,1	4	44,4	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0

18|As soluções tecnológicas definidas no âmbito da operação, considerando que se trata de soluções pouco testadas ou pouco disseminadas, tiveram constrangimentos na sua implementação dada a sua maturidade

	(n.º)	(%)
Sim	0	-
Não	7	77,8
NS/NR	0	-
Não aplicável	2	22,2
Total	9	100,0

19|A ligação à rede para a distribuição da energia produzida foi concretizada de acordo com o previsto

	(n.º)	(%)
Sim	2	22,2
Não	4	44,4
NS/NR	3	33,3
Não aplicável	0	-
Total	9	100,0

20|Principais riscos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis

	(n.º)	(%)
Riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas	5	55,6
Desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento	5	55,6
Constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo	3	33,3
Outros	2	22,2

21|Grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos:

	Muito negativo		Negativo		Positivo		Muito positivo		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Processo de instrução de candidatura	2	22,2	0	-	2	22,2	5	55,6	0	-	9	100,0
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento	1	11,1	0	-	3	33,3	1	11,1	4	44,4	9	100,0
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento	1	11,1	2	22,2	2	22,2	0	-	4	44,4	9	100,0
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto	0	-	1	11,1	3	33,3	0	-	5	55,6	9	100,0
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização	0	-	0	-	4	44,4	0	-	5	55,6	9	100,0
Verificação e controlo no local do investimento	0	-	1	11,1	3	33,3	0	-	5	55,6	9	100,0
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)	0	-	1	11,1	1	11,1	1	11,1	6	66,7	9	100,0

22|No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

	Abaixo do contratado		Em linha com o contratado		Acima do contratado		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Execução dos valores de investimento	3	33,3	5	55,6	1	11,1	9	100,0
Cumprimento da calendarização da operação	1	11,1	6	66,7	2	22,2	9	100,0
Alcance das metas previstas para os indicadores	1	11,1	8	88,9	0	-	9	100,0

23| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários

	(n.º)	(%)
Sim	0	-
Não	8	88,7
NS/NR	1	11,1
Total	9	100,0

24| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo

	(n.º)	(%)
Sim	1	11,1
Não	7	77,8
NS/NR	1	11,1
Total	9	100,0

25| Razão por que não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)

	Discordo totalmente		Discordo		Concordo		Concordo totalmente		NS/NR		Total	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer	0	-	1	14,3	4	57,1	0	-	2	28,6	7	100,0
Falta de interesse em explorar essa possibilidade	0	-	1	14,3	4	57,1	0	-	2	28,6	7	100,0
Desconhecimento de outras entidades promotoras	0	-	1	14,3	4	57,1	0	-	2	28,6	7	100,0
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais	0	-	1	14,3	4	57,1	0	-	2	28,6	7	100,0
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários	0	-	1	14,3	4	57,1	0	-	2	28,6	7	100,0
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos	0	-	0	-	4	57,1	1	14,3	2	28,6	7	100,0
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	0	-	1	14,3	2	28,6	2	28,6	2	28,6	7	100,0
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram	0	-	1	14,3	2	28,6	1	14,3	3	42,9	7	100,0
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura	0	-	2	28,6	2	28,6	0	-	3	42,9	7	100,0

26| Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)

	(n.º)	(%)
Sim	3	33,3
Não	5	55,6
NS/NR	1	11,1
Total	9	100,0

6.2. TIPOLOGIA B. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS

APURAMENTO GLOBAL

3|Sede

NUTS	(n.º)	(%)
Norte	66	28,6
Centro	71	30,7
Lisboa	34	14,7
Alentejo	43	18,6
Algarve	7	3,0
RAA	9	3,9
RAM	1	0,4
Total	231	100,0

4|Tipo de entidade

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Câmara Municipal e Setor Empresarial Local	53	54	10	36	5	7	1	80,3	76,1	29,4	83,7	71,4	77,8	100,0	166	71,9
Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado	10	16	15	3	-	-	-	15,2	22,5	44,1	7,0	-	-	-	44	19,0
Outra	3	1	9	4	2	2	-	4,5	1,4	26,5	9,3	28,6	22,2	-	21	9,1

PROCESSO DE CANDIDATURA

5|Forma como tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética nas infraestruturas públicas a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	52	49	20	31	5	9	1	78,8	69,0	58,8	72,1	71,4	100,0	100,0	167	72,3
Websites dos Organismos Intermédios	16	19	5	8	-	1	1	24,2	26,8	14,7	18,6	-	11,1	100,0	50	21,6
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	21	18	19	16	2	2	-	31,8	25,4	55,9	37,2	28,6	22,2	-	78	33,8
Publicações e material de divulgação do PT2020	22	26	7	11	2	1	-	33,3	36,6	20,6	25,6	28,6	11,1	-	69	29,9
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)	9	13	6	8	1	-	-	13,6	18,3	17,6	18,6	14,3	-	-	37	16,0
Redes sociais do PT2020	6	5	3	2	-	-	-	9,1	7,0	8,8	4,7	-	-	-	16	6,9
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação	5	2	6	2	-	1	-	7,6	2,8	17,6	4,7	-	11,1	-	16	6,9
Associações empresariais	-	-	1	3	-	-	-	-	-	2,9	7,0	-	-	-	4	1,7
Empresas de consultoria	5	17	9	7	2	2	-	7,6	23,9	26,5	16,3	28,6	22,2	-	42	18,2
Amigos/familiares/contactos pessoais	2	-	1	1	-	-	-	3,0	-	2,9	2,3	-	-	-	4	1,7
Outra	7	14	3	6	-	-	-	10,6	19,7	8,8	14,0	-	-	-	30	13,0

6|A divulgação do plano de avisos de abertura de concurso permitiu antecipar o processo de candidatura, conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	19	15	5	5	2	2	-	28,8	21,1	14,7	11,6	28,6	22,2	0,0	48	20,8
Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)	34	42	16	32	5	3	1	51,5	59,2	47,1	74,4	71,4	33,3	100,0	133	57,6
Não tive conhecimento prévio do plano de avisos	13	14	13	6	-	4	-	19,7	19,7	38,2	14,0	0,0	44,4	0,0	50	21,6

7| Os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	13	22	8	11	3	1	1	19,7	31,0	23,5	25,6	42,9	11,1	100,0	59	25,5
Sim, parcialmente	25	35	13	18	4	5	-	37,9	49,3	38,2	41,9	57,1	55,6	-	100	43,3
Não	28	14	13	14	-	3	-	42,4	19,7	38,2	32,6	-	33,3	-	72	31,2

8| Principais vantagens do financiamento comunitário a operações no domínio da política energética

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Promove o surgimento de novos beneficiários	8	11	4	5	1	2	-	12,1	15,5	11,8	11,6	14,3	22,2	-	31	13,4
Reduz significativamente os custos de investimento	30	44	16	36	4	3	-	45,5	62,0	47,1	83,7	57,1	33,3	-	133	57,6
Permite viabilizar a realização de investimentos planeados	48	56	27	26	4	6	1	72,7	78,9	79,4	60,5	57,1	66,7	100,0	168	72,7
Outra	5	1	4	-	-	1	1	7,6	1,4	11,8	-	-	11,1	100,0	12	5,2

9| Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avaliação da eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas infraestruturas públicas:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Subsídio a fundo perdido																
Muito eficaz	50	58	28	31	6	6	1	75,8	81,7	82,4	72,1	85,7	66,7	100,0	180	77,9
Eficaz	12	12	6	9	1	1	-	18,2	16,9	17,6	20,9	14,3	11,1	-	41	17,7
Pouco eficaz	3	1	-	2	-	1	-	4,5	1,4	-	4,7	-	11,1	-	7	3,0
Nada eficaz	1	-	-	1	-	-	-	1,5	-	-	2,3	-	-	-	2	0,9
NS/NR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	11,1	-	1	0,4
Subsídio reembolsável																
Muito eficaz	7	3	3	3	-	1	-	10,6	4,2	8,8	7,0	-	11,1	-	17	7,4
Eficaz	38	29	19	21	3	4	-	57,6	40,8	55,9	48,8	42,9	44,4	-	114	49,4
Pouco eficaz	17	34	5	15	3	3	1	25,8	47,9	14,7	34,9	42,9	33,3	100,0	78	33,8
Nada eficaz	3	4	7	3	1	-	-	4,5	5,6	20,6	7,0	14,3	-	-	18	7,8
NS/NR	1	1	-	1	-	1	-	1,5	1,4	-	2,3	-	11,1	-	4	1,7
Instrumento financeiro																
Muito eficaz	5	3	1	2	1	1	-	7,6	4,2	2,9	4,7	14,3	11,1	-	13	5,6
Eficaz	17	22	14	15	2	3	-	25,8	31,0	41,2	34,9	28,6	33,3	-	73	31,6
Pouco eficaz	26	28	5	22	3	3	1	39,4	39,4	14,7	51,2	42,9	33,3	100,0	88	38,1
Nada eficaz	9	8	6	2	1	1	-	13,6	11,3	17,6	4,7	14,3	11,1	-	27	11,7
NS/NR	9	10	8	2	-	1	-	13,6	14,1	23,5	4,7	-	11,1	-	30	13,0

10| Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Prazo máximo de realização da operação																
Muito adequado	5	10	1	4	1	-	-	7,6	14,1	2,9	9,3	14,3	-	-	21	9,1
Adequado	53	54	20	36	5	7	1	80,3	76,1	58,8	83,7	71,4	77,8	100,0	176	76,2
Pouco adequado	7	6	11	3	1	1	-	10,6	8,5	32,4	7,0	14,3	11,1	-	29	12,6
Desadequado	1	1	2	-	-	-	-	1,5	1,4	5,9	-	-	-	-	4	1,7
NS/NR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	11,1	-	1	0,4
Despesas consideradas elegíveis para apoio																
Muito adequado	5	5	3	1	-	1	-	7,6	7,0	8,8	2,3	-	11,1	-	15	6,5
Adequado	40	50	21	29	7	6	1	60,6	70,4	61,8	67,4	100,0	66,7	100,0	154	66,7
Pouco adequado	15	13	6	13	-	1	-	22,7	18,3	17,6	30,2	-	11,1	-	48	20,8
Desadequado	6	3	4	-	-	-	-	9,1	4,2	11,8	-	-	-	-	13	5,6
NS/NR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	11,1	-	1	0,4
Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários																
Muito adequado	8	11	4	2	1	1	-	12,1	15,5	11,8	4,7	14,3	11,1	-	27	11,7
Adequado	36	38	21	25	4	5	1	54,5	53,5	61,8	58,1	57,1	55,6	100,0	130	56,3
Pouco adequado	16	19	7	11	2	2	-	24,2	26,8	20,6	25,6	28,6	22,2	-	57	24,7
Desadequado	5	3	2	4	-	-	-	7,6	4,2	5,9	9,3	-	-	-	14	6,1
NS/NR	1	-	-	1	-	1	-	1,5	-	-	2,3	-	11,1	-	3	1,3

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Condições de elegibilidade das entidades promotoras																
Muito adequado	8	14	4	7	2	1	-	12,1	19,7	11,8	16,3	28,6	11,1	-	36	15,6
Adequado	50	56	27	31	5	7	1	75,8	78,9	79,4	72,1	71,4	77,8	100,0	177	76,6
Pouco adequado	6	1	3	4	-	-	-	9,1	1,4	8,8	9,3	-	-	-	14	6,1
Desadequado	1	-	-	1	-	-	-	1,5	-	-	2,3	-	-	-	2	0,9
NS/NR	1	-	-	-	-	1	-	1,5	-	-	-	-	11,1	-	2	0,9
Condições de elegibilidade das operações																
Muito adequado	5	5	3	5	-	-	-	7,6	7,0	8,8	11,6	-	-	-	18	7,8
Adequado	43	63	19	29	7	7	1	65,2	88,7	55,9	67,4	100,0	77,8	100,0	169	73,2
Pouco adequado	13	3	11	7	-	1	-	19,7	4,2	32,4	16,3	-	11,1	-	35	15,2
Desadequado	5	-	1	1	-	-	-	7,6	-	2,9	2,3	-	-	-	7	3,0
NS/NR	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2,3	-	11,1	-	2	0,9
Previsibilidade de abertura de concursos																
Muito adequado	7	3	1	3	-	1	-	10,6	4,2	2,9	7,0	-	11,1	-	15	6,5
Adequado	39	52	17	33	5	3	1	59,1	73,2	50,0	76,7	71,4	33,3	100,0	150	64,9
Pouco adequado	11	13	11	4	2	3	-	16,7	18,3	32,4	9,3	28,6	33,3	-	44	19,0
Desadequado	5	2	1	1	-	-	-	7,6	2,8	2,9	2,3	-	-	-	9	3,9
NS/NR	4	1	4	2	-	2	-	6,1	1,4	11,8	4,7	-	22,2	-	13	5,6
Periodicidade de abertura de concursos																
Muito adequado	4	2	-	2	-	1	-	6,1	2,8	-	4,7	-	11,1	-	9	3,9
Adequado	43	55	24	34	5	2	1	65,2	77,5	70,6	79,1	71,4	22,2	100,0	164	71,0
Pouco adequado	13	12	7	6	2	3	-	19,7	16,9	20,6	14,0	28,6	33,3	-	43	18,6
Desadequado	2	1	1	-	-	1	-	3,0	1,4	2,9	-	-	11,1	-	5	2,2
NS/NR	4	1	2	1	-	2	-	6,1	1,4	5,9	2,3	-	22,2	-	10	4,3
Prazo para apresentação de candidaturas																
Muito adequado	6	2	1	2	-	2	-	9,1	2,8	2,9	4,7	-	22,2	-	13	5,6
Adequado	47	53	19	33	5	3	1	71,2	74,6	55,9	76,7	71,4	33,3	100,0	161	69,7
Pouco adequado	12	14	10	7	2	3	-	18,2	19,7	29,4	16,3	28,6	33,3	-	48	20,8
Desadequado	-	1	4	-	-	-	-	-	1,4	11,8	-	-	-	-	5	2,2
NS/NR	1	1	-	1	-	1	-	1,5	1,4	-	2,3	-	11,1	-	4	1,7

11| Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Clareza dos regulamentos específicos																
Muito Positivo	6	6	3	5	2	2	-	9,1	8,5	8,8	11,6	28,6	22,2	-	24	10,4
Positivo	52	59	27	31	5	5	1	78,8	83,1	79,4	72,1	71,4	55,6	100,0	180	77,9
Negativo	6	4	4	5	-	-	-	9,1	5,6	11,8	11,6	-	-	-	19	8,2
Muito negativo	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4,7	-	-	-	2	0,9
NS/NR	2	2	-	-	-	2	-	3,0	2,8	-	-	-	22,2	-	6	2,6
Clareza dos avisos de abertura de concurso																
Muito Positivo	10	7	1	6	4	3	-	15,2	9,9	2,9	14,0	57,1	33,3	-	31	13,4
Positivo	48	58	31	29	3	3	1	72,7	81,7	91,2	67,4	42,9	33,3	100,0	173	74,9
Negativo	6	4	2	7	-	1	-	9,1	5,6	5,9	16,3	-	11,1	-	20	8,7
Muito negativo	1	-	-	1	-	-	-	1,5	-	-	2,3	-	-	-	2	0,9
NS/NR	1	2	-	-	-	2	-	1,5	2,8	-	-	-	22,2	-	5	2,2
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas																
Muito Positivo	5	4	2	7	2	2	-	7,6	5,6	5,9	16,3	28,6	22,2	-	22	9,5
Positivo	45	63	28	32	5	4	1	68,2	88,7	82,4	74,4	71,4	44,4	100,0	178	77,1
Negativo	13	2	3	3	-	-	-	19,7	2,8	8,8	7,0	-	-	-	21	9,1
Muito negativo	2	-	-	1	-	1	-	3,0	-	-	2,3	0,0	11,1	-	4	1,7
NS/NR	1	2	1	-	-	2	-	1,5	2,8	2,9	-	-	22,2	-	6	2,6
Clareza das normas e orientações técnicas																
Muito Positivo	8	3	4	5	1	2	-	12,1	4,2	11,8	11,6	14,3	22,2	-	23	10,0
Positivo	45	62	21	32	6	3	1	68,2	87,3	61,8	74,4	85,7	33,3	100,0	170	73,6
Negativo	11	4	9	6	-	1	-	16,7	5,6	26,5	14,0	-	11,1	-	31	13,4
Muito negativo	1	-	-	-	-	1	-	1,5	-	-	-	-	11,1	-	2	0,9
NS/NR	1	2	-	-	-	2	-	1,5	2,8	-	-	-	22,2	-	5	2,2

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador																
Muito Positivo	8	10	4	7	1	3	-	12,1	14,1	11,8	16,3	14,3	33,3	-	33	14,3
Positivo	48	54	24	30	6	3	1	72,7	76,1	70,6	69,8	85,7	33,3	100,0	166	71,9
Negativo	8	4	5	4	-	1	-	12,1	5,6	14,7	9,3	-	11,1	-	22	9,5
Muito negativo	1	-	-	-	-	-	-	1,5	-	-	-	-	-	-	1	0,4
NS/NR	1	3	1	2	-	2	-	1,5	4,2	2,9	4,7	-	22,2	-	9	3,9
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura																
Muito Positivo	9	5	2	5	-	2	-	13,6	7,0	5,9	11,6	-	22,2	-	23	10,0
Positivo	45	50	17	28	7	3	1	68,2	70,4	50,0	65,1	100,0	33,3	100,0	151	65,4
Negativo	9	13	12	9	-	2	-	13,6	18,3	35,3	20,9	-	22,2	-	45	19,5
Muito negativo	2	-	2	-	-	-	-	3,0	-	5,9	-	-	-	-	4	1,7
NS/NR	1	3	1	1	-	2	-	1,5	4,2	2,9	2,3	-	22,2	-	8	3,5
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura																
Muito Positivo	4	2	1	5	-	-	-	6,1	2,8	2,9	11,6	-	-	-	12	5,2
Positivo	38	51	20	24	6	5	1	57,6	71,8	58,8	55,8	85,7	55,6	100,0	145	62,8
Negativo	20	16	9	10	1	1	-	30,3	22,5	26,5	23,3	14,3	11,1	-	57	24,7
Muito negativo	2	-	3	3	-	1	-	3,0	-	8,8	7,0	-	11,1	-	9	3,9
NS/NR	2	2	1	1	-	2	-	3,0	2,8	2,9	2,3	-	22,2	-	8	3,5
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura																
Muito Positivo	12	5	4	9	2	3	-	18,2	7,0	11,8	20,9	28,6	33,3	-	35	15,2
Positivo	42	61	26	28	5	2	1	63,6	85,9	76,5	65,1	71,4	22,2	100,0	165	71,4
Negativo	7	-	3	5	-	1	-	10,6	-	8,8	11,6	-	11,1	-	16	6,9
Muito negativo	2	-	-	-	-	-	-	3,0	-	-	-	-	-	-	2	0,9
NS/NR	3	5	1	1	-	3	-	4,5	7,0	2,9	2,3	-	33,3	-	13	5,6
Volume da documentação solicitada na candidatura																
Muito Positivo	2	2	1	2	-	-	-	3,0	2,8	2,9	4,7	-	-	-	7	3,0
Positivo	41	43	15	31	7	5	1	62,1	60,6	44,1	72,1	100,0	55,6	100,0	143	61,9
Negativo	19	23	14	7	-	1	-	28,8	32,4	41,2	16,3	-	11,1	-	64	27,7
Muito negativo	2	1	3	1	-	1	-	3,0	1,4	8,8	2,3	-	11,1	-	8	3,5
NS/NR	2	2	1	2	-	2	-	3,0	2,8	2,9	4,7	-	22,2	-	9	3,9

12| A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações	24	23	17	16	2	4	-	36,4	32,4	50,0	37,2	28,6	44,4	-	86	37,2
Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações	42	48	17	27	5	5	1	63,6	67,6	50,0	62,8	71,4	55,6	100,0	145	62,8

12.1| Se sim, essas alterações traduziram-se:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
No aumento dos investimentos previstos inicialmente	7	14	10	1	1	1	-	29,2	60,9	58,8	6,3	50,0	25,0	-	34	39,5
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	9	6	3	5	1	3	-	37,5	26,1	17,6	31,3	50,0	75,0	-	27	31,4
Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados	3	2	5	2	-	1	-	12,5	8,7	29,4	12,5	-	25,0	-	13	15,1
No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)	2	6	3	2	-	1	-	8,3	26,1	17,6	12,5	-	25,0	-	14	16,3
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	4	8	8	4	1	1	-	16,7	34,8	47,1	25,0	50,0	25,0	-	26	30,2
No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)	6	6	2	6	2	2	-	25,0	26,1	11,8	37,5	100,0	50,0	-	24	27,9
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	7	9	6	8	-	-	-	29,2	39,1	35,3	50,0	-	-	-	30	34,9
Outras alterações	3	-	-	1	-	-	-	12,5	-	-	6,3	-	-	-	4	4,7

13| Outros instrumentos que financiem esta tipologia

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	11	11	8	5	2	1	-	16,7	15,5	23,5	11,6	28,6	11,1	0,0	38	16,5
Não	55	60	26	38	5	8	1	83,3	84,5	76,5	88,4	71,4	88,9	100,0	193	83,5

13.2| Casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	2	2	2	-	-	-	2	18,2	18,2	25,0	0,0	-	-	18,2	6	15,8
Não	9	9	6	5	2	1	9	81,8	81,8	75,0	100,0	100,0	100,0	81,8	32	84,2

14| No período de crise económico-financeira do país (2009-2013), existiu uma redução do consumo energético na sua entidade

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, existiu uma redução	24	14	9	8	2	1	-	36,4	19,7	26,5	18,6	28,6	11,1	0,0	58	25,1
Não, o consumo manteve-se	42	57	25	35	5	8	1	63,6	80,3	73,5	81,4	71,4	88,9	100,0	173	74,9

14.1| Qual o impacto estimado

(%)	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
<5	1	2	-	1	-	-	-	4,2	14,3	-	12,5	-	-	-	4	6,9
5-10	11	6	3	4	-	1	-	45,8	42,9	33,3	50,0	-	100,0	-	25	43,1
11-20	6	4	4	3	1	-	-	25,0	28,6	44,4	37,5	50,0	-	-	18	31,0
21-30	3	-	2	-	1	-	-	12,5	-	22,2	-	50,0	-	-	6	10,3
>=31	3	2	-	-	-	-	-	12,5	14,3	-	-	-	-	-	5	8,6

14.1| Qual o impacto estimado (média)

(%)	(n.º)							Total
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	
Média	20,3	13,8	16,7	12,1	22,5	10,0	-	16,9

15| A conjuntura económica atual (positiva) tem um impacto no aumento do consumo energético na sua entidade

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, gerou um aumento do consumo energético	7	7	9	3	2	-	-	10,6	9,9	26,5	7,0	28,6	-	-	28	12,1
Não, o consumo manteve-se	59	64	25	40	5	9	1	89,4	90,1	73,5	93,0	71,4	100,0	100,0	203	87,9

15.1| Qual o impacto estimado

(%)	(n.º)							(%)							Total	
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	(n.º)	(%)
<5	1	2	2	1	1	-	-	14,3	28,6	22,2	33,3	50,0	-	-	7	25,0
5-10	4	1	2	2	-	-	-	57,1	14,3	22,2	66,7	-	-	-	9	32,1
11-20	2	2	4	-	1	-	-	28,6	28,6	44,4	-	50,0	-	-	9	32,1
21-30	-	2	1	-	-	-	-	-	28,6	11,1	-	-	-	-	3	10,7

15.1| Qual o impacto estimado (média)

(%)	(n.º)							Total
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	
Média	10,3	13,6	12,1	7,7	8,0	-	-	11,3

Alguns da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	56	30	26	31	5	7	1	84,8	42,3	76,5	72,1	71,4	77,8	100,0	156	67,5
Não	-	7	2	2	-	-	-	-	9,9	5,9	4,7	-	-	-	11	4,8
A(s) candidatura(s) está(ão) em análise	10	34	6	10	2	2	-	15,2	47,9	17,6	23,3	28,6	22,2	-	64	27,7

16.1| Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Não	-	7	1	1	-	-	-	-	100,0	50,0	50,0	-	-	-	9	81,8
Sim, apenas com recurso a autofinanciamento	-	-	1	1	-	-	-	-	-	50,0	50,0	-	-	-	2	18,2
Sim, com recurso a outras fontes de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

16.2| Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)	-	3	1	1	-	-	-	-	42,9	100,0	100,0	-	-	-	5	55,6
Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	4	-	-	-	-	-	-	57,1	-	-	-	-	-	4	44,4

16.3| Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	1	11	5	2	-	-	1	10,0	32,4	83,3	20,0	-	-	10,0	19	29,7
Não	5	8	1	3	-	-	5	50,0	23,5	16,7	30,0	-	-	50,0	17	26,6
NS/NR	4	15	-	5	2	2	4	40,0	44,1	-	50,0	100,0	100,0	40,0	28	43,8

16.3.3| Se sim, quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Meios próprios	59	58	30	38	7	7	1	89,4	81,7	88,2	88,4	100,0	77,8	100,0	200	86,6
Empréstimos bancários	7	9	-	11	-	2	-	10,6	12,7	-	25,6	-	22,2	-	29	12,6
Outras fontes	7	6	3	2	-	-	-	10,6	8,5	8,8	4,7	-	-	-	18	7,8

17| Apresentou mais do que uma candidatura a esta tipologia de operação

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	44	32	13	24	4	2	-	66,7	45,1	38,2	55,8	57,1	22,2	-	119	51,5
Não	22	39	21	19	3	7	1	33,3	54,9	61,8	44,2	42,9	77,8	100,0	112	48,5

17.1| Se sim, quais as formas de apoio a que se candidatou

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Subsídio a fundo perdido	21	20	6	17	2	1	21	47,7	62,5	46,2	70,8	50,0	50,0	-	67	56,3
Subsídio reembolsável	34	16	11	14	2	1	34	77,3	50,0	84,6	58,3	50,0	50,0	-	78	65,5

17.1.1| Se sim, a subsídio reembolsável, considera que existe uma falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis":

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, condicionando uma reação mais célere da sua parte aos Avisos de Abertura de Concurso	16	6	6	5	-	-	16	47,1	37,5	54,5	35,7	-	-	47,1	33	42,3
Sim, condicionando uma execução mais célere das operações	12	4	4	6	-	-	12	35,3	25,0	36,4	42,9	-	-	35,3	26	33,3
Não	6	6	1	3	2	1	6	17,6	37,5	9,1	21,4	100,0	100,0	17,6	19	24,4

17.1.2| Se sim, a subsídio reembolsável, como avalia:

	(n.º)							(%)							Total	
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	(n.º)	(%)
Capacidade de resposta da entidade às especificidades associadas aos subsídios reembolsáveis																
Muito elevada	1	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	-	-	-	1	1,3
Elevada	1	-	1	1	1	-	-	2,9	-	9,1	7,1	50,0	-	-	4	5,1
Média	14	11	3	7	1	-	-	41,2	68,8	27,3	50,0	50,0	-	-	36	46,2
Limitada	13	3	3	5	-	-	-	38,2	18,8	27,3	35,7	-	-	-	24	30,8
Muito reduzida	4	1	3	-	-	-	-	11,8	6,3	27,3	-	-	-	-	8	10,3
NS/NR	1	1	1	1	-	1	-	2,9	6,3	9,1	7,1	-	100,0	-	5	6,4
Interesse que suscitam os subsídios reembolsáveis para promover as suas operações																
Muito elevada	1	-	1	-	-	-	-	2,9	-	9,1	-	-	-	-	2	2,6
Elevada	1	1	-	1	1	-	-	2,9	6,3	-	7,1	50,0	-	-	4	5,1
Média	12	10	3	5	-	-	-	35,3	62,5	27,3	35,7	-	-	-	30	38,5
Limitada	12	3	1	5	1	1	-	35,3	18,8	9,1	35,7	50,0	100,0	-	23	29,5
Muito reduzida	8	1	5	3	-	-	-	23,5	6,3	45,5	21,4	-	-	-	17	21,8
NS/NR	-	1	1	-	-	-	-	-	6,3	9,1	-	-	-	-	2	2,6

DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

18| De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Possuíam recursos técnicos com competências necessárias	35	25	11	18	4	3	1	53,0	35,2	32,4	41,9	57,1	33,3	100,0	97	42,0
Contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)	39	50	24	27	5	7	1	59,1	70,4	70,6	62,8	71,4	77,8	100,0	153	66,2
Contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)	14	22	11	10	1	1	-	21,2	31,0	32,4	23,3	14,3	11,1	-	59	25,5
Contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)	1	2	1	2	-	1	-	1,5	2,8	2,9	4,7	-	11,1	-	7	3,0
Frequentaram ações de formação específicas	6	4	8	5	-	-	-	9,1	5,6	23,5	11,6	-	-	-	23	10,0
Outra	3	7	4	3	-	-	-	4,5	9,9	11,8	7,0	-	-	-	17	7,4

18.3| Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	43	41	15	21	5	4	1	65,2	57,7	44,1	48,8	71,4	44,4	100,0	130	56,3
Não	17	20	13	14	1	4	-	25,8	28,2	38,2	32,6	14,3	44,4	-	69	29,9
NS/NR	6	10	6	8	1	1	-	9,1	14,1	17,6	18,6	14,3	11,1	-	32	13,9

18.3.3| Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido	15	18	12	13	1	4	-	88,2	90,0	92,3	92,9	100,0	100,0	88,2	63	91,3
Conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas	3	3	4	1	1	-	-	17,6	15,0	30,8	7,1	100,0	100,0	17,6	12	17,4
Outra razão	1	-	2	-	-	-	-	5,9	-	15,4	-	100,0	100,0	5,9	3	4,3

19| O custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	22	12	12	10	3	7	-	33,3	16,9	35,3	23,3	42,9	77,8	-	66	28,6
Não	44	59	22	33	4	2	1	66,7	83,1	64,7	76,7	57,1	22,2	100,0	165	71,4

20| Foram mobilizados atores relevantes no território, para realizar as auditorias energéticas e para emitir os certificados energéticos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	39	45	29	27	6	4	-	59,1	63,4	85,3	62,8	85,7	44,4	-	150	64,9
Não	10	8	1	6	1	1	1	15,2	11,3	2,9	14,0	14,3	11,1	100,0	28	12,1
NS/NR	17	18	4	10	-	4	-	25,8	25,4	11,8	23,3	-	44,4	-	53	22,9

21| Quais os atores envolvidos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Empresas de Serviços Energéticos (ESE)	8	13	11	7	2	1	-	20,5	28,9	37,9	25,9	33,3	25,0	-	42	28,0
Agências Locais de Energia	9	4	5	3	1	-	-	23,1	8,9	17,2	11,1	16,7	-	-	22	14,7
Agências Regionais de Energia	12	20	2	10	5	-	-	30,8	44,4	6,9	37,0	83,3	-	-	49	32,7
Técnicos certificados	31	38	24	21	4	4	-	79,5	84,4	82,8	77,8	66,7	100,0	-	122	81,3

20.4| Se sim, tendo recorrido a empresa(s) prestadora(s) de serviços de energia no âmbito do desenvolvimento do projeto, como classificaria a experiência no acesso à mesma

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Foi relativamente fácil de encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi adequado	26	34	19	20	5	2	-	66,7	75,6	65,5	74,1	83,3	50,0	-	106	70,7
Foi relativamente fácil de encontrar, mas o apoio técnico especializado foi insatisfatório	1	2	4	3	1	-	-	2,6	75,6	13,8	11,1	-	-	-	11	7,3
Foi difícil de encontrar, mas o apoio técnico disponibilizado foi adequado	5	5	2	2	-	1	-	12,8	75,6	6,9	7,4	-	25,0	-	15	10,0
Foi difícil de encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi insatisfatório	-	-	-	1	-	1	-	-	75,6	-	3,7	-	25,0	-	2	1,3
Outro	1	-	-	1	-	-	-	2,6	75,6	-	3,7	-	-	-	2	1,3
NS/NR	7	4	4	2	-	-	-	17,9	75,6	13,8	7,4	-	-	-	17	11,3

21| Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	9	22	11	9	1	1	-	13,6	31,4	32,4	20,9	14,3	12,5	-	53	23,1
Não	57	48	23	34	6	7	1	86,4	68,6	67,6	79,1	85,7	87,5	100,0	176	76,9

21 | Se sim,

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira	1	8	4	-	-	-	-	11,1	36,4	36,4	-	-	-	-	13	24,5
Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados	4	12	4	5	1	1	-	44,4	54,5	36,4	55,6	100,0	-	-	27	50,9
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	3	2	1	1	-	-	-	33,3	9,1	9,1	11,1	-	-	-	7	13,2
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	2	4	5	3	-	-	-	22,2	18,2	45,5	33,3	-	-	-	14	26,4

21.1| Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%):

(%)	(n.º)	(%)
<50	5	38,5
>= 50	8	61,5

21.1| Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%) (média)

	Total
Media	44,0

22| Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Situação económica do país																
Potenciou fortemente	3	2	-	1	-	-	-	4,5	2,8	-	2,3	-	-	-	6	2,6
Potenciou	18	16	8	11	4	3	-	27,3	22,5	23,5	25,6	57,1	33,3	-	60	26,0
Condicionou	26	24	16	19	-	1	-	39,4	33,8	47,1	44,2	-	11,1	-	86	37,2
Condicionou fortemente	1	2	4	3	1	-	-	1,5	2,8	11,8	7,0	14,3	-	-	11	4,8
NS/NR	18	27	6	9	2	5	1	27,3	38,0	17,6	20,9	28,6	55,6	100,0	68	29,4
Capacidade económica e financeira interna/própria																
Potenciou fortemente	6	6	1	5	1	-	-	9,1	8,5	2,9	11,6	14,3	-	-	19	8,2
Potenciou	19	24	11	15	3	3	1	28,8	33,8	32,4	34,9	42,9	33,3	100,0	76	32,9
Condicionou	33	27	11	14	2	3	-	50,0	38,0	32,4	32,6	28,6	33,3	-	90	39,0
Condicionou fortemente	5	3	9	6	1	-	-	7,6	4,2	26,5	14,0	14,3	-	-	24	10,4
NS/NR	3	11	2	3	-	3	-	4,5	15,5	5,9	7,0	-	33,3	-	22	9,5
Acesso a financiamento (alheio)																
Potenciou fortemente	5	5	3	2	2	-	-	7,6	7,0	8,8	4,7	28,6	-	-	17	7,4
Potenciou	16	17	6	9	1	1	-	24,2	23,9	17,6	20,9	14,3	11,1	-	50	21,6
Condicionou	18	13	8	15	1	2	-	27,3	18,3	23,5	34,9	14,3	22,2	-	57	24,7
Condicionou fortemente	3	1	2	3	-	-	-	4,5	1,4	5,9	7,0	-	-	-	9	3,9
NS/NR	24	35	15	14	3	6	1	36,4	49,3	44,1	32,6	42,9	66,7	100,0	98	42,4
Qualidade dos equipamentos disponíveis																
Potenciou fortemente	3	10	4	1	-	1	-	4,5	14,1	11,8	2,3	-	11,1	-	19	8,2
Potenciou	33	26	12	22	5	2	1	50,0	36,6	35,3	51,2	71,4	22,2	100,0	101	43,7
Condicionou	10	12	9	8	-	2	-	15,2	16,9	26,5	18,6	-	22,2	-	41	17,7
Condicionou fortemente	1	-	-	1	-	-	-	1,5	-	-	2,3	-	-	-	2	0,9

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
NS/NR	19	23	9	11	2	4	-	28,8	32,4	26,5	25,6	28,6	44,4	-	68	29,4
Disponibilidade de recursos humanos qualificados																
Potenciou fortemente	6	2	1	3	1	1	-	9,1	2,8	2,9	7,0	14,3	11,1	-	14	6,1
Potenciou	25	22	12	11	3	1	1	37,9	31,0	35,3	25,6	42,9	11,1	100,0	75	32,5
Condicionou	17	28	16	23	1	5	-	25,8	39,4	47,1	53,5	14,3	55,6	-	90	39,0
Condicionou fortemente	5	2	3	1	-	-	-	7,6	2,8	8,8	2,3	-	-	-	11	4,8
NS/NR	13	17	2	5	2	2	-	19,7	23,9	5,9	11,6	28,6	22,2	-	41	17,7
Capacidade de mobilização de parceiros																
Potenciou fortemente	2	4	2	2	-	-	-	3,0	5,6	5,9	4,7	-	-	-	10	4,3
Potenciou	24	20	9	14	3	3	-	36,4	28,2	26,5	32,6	42,9	33,3	-	73	31,6
Condicionou	7	10	9	12	-	-	-	10,6	14,1	26,5	27,9	-	-	-	38	16,5
Condicionou fortemente	1	-	1	-	-	-	-	1,5	-	2,9	-	-	-	-	2	0,9
NS/NR	32	37	13	15	4	6	1	48,5	52,1	38,2	34,9	57,1	66,7	100,0	108	46,8
Legislação/regulamentação aplicável																
Potenciou fortemente	1	1	-	1	-	-	-	1,5	1,4	-	2,3	-	-	-	3	1,3
Potenciou	23	25	11	16	2	2	1	34,8	35,2	32,4	37,2	28,6	22,2	100,0	80	34,6
Condicionou	21	19	15	12	3	3	-	31,8	26,8	44,1	27,9	42,9	33,3	-	73	31,6
Condicionou fortemente	5	1	3	-	-	-	-	7,6	1,4	8,8	-	-	-	-	9	3,9
NS/NR	16	25	5	14	2	4	-	24,2	35,2	14,7	32,6	28,6	44,4	-	66	28,6
Prazos de abertura de concursos																
Potenciou fortemente	1	2	-	1	-	-	-	1,5	2,8	-	2,3	-	-	-	4	1,7
Potenciou	36	31	7	22	4	2	1	54,5	43,7	20,6	51,2	57,1	22,2	100,0	103	44,6
Condicionou	15	22	18	12	1	3	-	22,7	31,0	52,9	27,9	14,3	33,3	-	71	30,7
Condicionou fortemente	4	1	5	-	-	1	-	6,1	1,4	14,7	-	-	11,1	-	11	4,8
NS/NR	10	15	4	8	2	3	-	15,2	21,1	11,8	18,6	28,6	33,3	-	42	18,2
Prazos de decisão das candidaturas																
Potenciou fortemente	2	1	-	1	1	-	-	3,0	1,4	-	2,3	14,3	-	-	5	2,2
Potenciou	32	18	9	16	2	2	1	48,5	25,4	26,5	37,2	28,6	22,2	100,0	80	34,6
Condicionou	16	25	13	15	2	1	-	24,2	35,2	38,2	34,9	28,6	11,1	-	72	31,2
Condicionou fortemente	8	7	7	2	-	-	-	12,1	9,9	20,6	4,7	-	-	-	24	10,4
NS/NR	8	20	5	9	2	6	-	12,1	28,2	14,7	20,9	28,6	66,7	-	50	21,6
Prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento																
Potenciou fortemente	3	4	3	2	1	-	-	4,5	5,6	8,8	4,7	14,3	-	-	13	5,6
Potenciou	27	21	14	19	1	2	1	40,9	29,6	41,2	44,2	14,3	22,2	100,0	85	36,8
Condicionou	9	8	9	8	-	2	-	13,6	11,3	26,5	18,6	-	22,2	-	36	15,6
Condicionou fortemente	1	2	-	-	-	-	-	1,5	2,8	-	-	-	-	-	3	1,3
NS/NR	26	36	8	14	5	5	-	39,4	50,7	23,5	32,6	71,4	55,6	-	94	40,7
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)																
Potenciou fortemente	1	2	1	1	2	-	-	1,5	2,8	2,9	2,3	28,6	-	-	7	3,0
Potenciou	29	19	14	18	2	1	1	43,9	26,8	41,2	41,9	28,6	11,1	100,0	84	36,4
Condicionou	14	13	10	12	-	1	-	21,2	18,3	29,4	27,9	-	11,1	-	50	21,6
Condicionou fortemente	3	3	2	-	-	-	-	4,5	4,2	5,9	-	-	-	-	8	3,5
NS/NR	19	34	7	12	3	7	-	28,8	47,9	20,6	27,9	42,9	77,8	-	82	35,5
Capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas																
Potenciou fortemente	2	7	-	-	2	-	-	3,0	9,9	-	-	28,6	-	-	11	4,8
Potenciou	26	22	14	18	3	3	1	39,4	31,0	41,2	41,9	42,9	33,3	100,0	87	37,7
Condicionou	14	15	11	13	-	3	-	21,2	21,1	32,4	30,2	-	33,3	-	56	24,2
Condicionou fortemente	4	2	2	-	-	-	-	6,1	2,8	5,9	-	-	-	-	8	3,5
NS/NR	20	25	7	12	2	3	-	30,3	35,2	20,6	27,9	28,6	33,3	-	69	29,9
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadreadores de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT)																
Potenciou fortemente	7	4	2	1	-	-	-	10,6	5,6	5,9	2,3	-	-	-	14	6,1
Potenciou	30	23	7	17	-	1	-	45,5	32,4	20,6	39,5	-	11,1	-	78	33,8
Condicionou	8	9	8	8	-	1	-	12,1	12,7	23,5	18,6	-	11,1	-	34	14,7
Condicionou fortemente	-	2	1	1	-	-	-	-	2,8	2,9	2,3	-	-	-	4	1,7
NS/NR	21	33	16	16	7	7	1	31,8	46,5	47,1	37,2	100,0	77,8	100,0	101	43,7

23| Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Processo de instrução de candidatura																
Muito positivo	10	5	4	5	2	4	-	15,2	7,0	11,8	11,6	28,6	44,4	-	30	13,0
Positivo	47	57	23	31	4	3	1	71,2	80,3	67,6	72,1	57,1	33,3	100,0	166	71,9
Negativo	3	-	3	1	-	-	-	4,5	-	8,8	2,3	-	-	-	7	3,0
Muito negativo	2	-	1	-	-	-	-	3,0	-	2,9	-	-	-	-	3	1,3
NS/NR	4	9	3	6	1	2	-	6,1	12,7	8,8	14,0	14,3	22,2	-	25	10,8
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento																
Muito positivo	10	8	6	6	1	2	-	15,2	11,3	17,6	14,0	14,3	22,2	-	33	14,3
Positivo	32	33	16	17	1	3	1	48,5	46,5	47,1	39,5	14,3	33,3	100,0	103	44,6
Negativo	2	1	3	1	-	-	-	3,0	1,4	8,8	2,3	-	-	-	7	3,0
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	-	1	0,4
NS/NR	22	29	8	19	5	4	-	33,3	40,8	23,5	44,2	71,4	44,4	-	87	37,7
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento																
Muito positivo	11	6	5	5	1	2	-	16,7	8,5	14,7	11,6	14,3	22,2	-	30	13,0
Positivo	27	33	14	19	1	3	1	40,9	46,5	41,2	44,2	14,3	33,3	100,0	98	42,4
Negativo	3	2	4	1	-	-	-	4,5	2,8	11,8	2,3	-	-	-	10	4,3
Muito negativo	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	2	0,9
NS/NR	25	30	9	18	5	4	-	37,9	42,3	26,5	41,9	71,4	44,4	-	91	39,4
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto																
Muito positivo	9	3	6	5	4	2	-	13,6	4,2	17,6	11,6	57,1	22,2	-	29	12,6
Positivo	29	37	13	17	-	2	1	43,9	52,1	38,2	39,5	-	22,2	100,0	99	42,9
Negativo	2	-	6	3	-	-	-	3,0	-	17,6	7,0	-	-	-	11	4,8
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	-	1	0,4
NS/NR	26	31	8	18	3	5	-	39,4	43,7	23,5	41,9	42,9	55,6	-	91	39,4
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização																
Muito positivo	11	6	5	4	2	4	-	16,7	8,5	14,7	9,3	28,6	44,4	-	32	13,9
Positivo	23	34	13	19	-	1	-	34,8	47,9	38,2	44,2	-	11,1	-	90	39,0
Negativo	2	-	1	1	-	-	-	3,0	-	2,9	2,3	-	-	-	4	1,7
Muito negativo	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2,9	2,3	-	-	-	2	0,9
NS/NR	30	31	14	18	5	4	1	45,5	43,7	41,2	41,9	71,4	44,4	100,0	103	44,6
Verificação e controlo no local do investimento																
Muito positivo	3	1	1	3	1	3	-	4,5	1,4	2,9	7,0	14,3	33,3	-	12	5,2
Positivo	19	25	7	17	-	-	-	28,8	35,2	20,6	39,5	-	-	-	68	29,4
Negativo	2	-	-	-	-	-	-	3,0	-	-	-	-	-	-	2	0,9
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	42	45	26	23	6	6	1	63,6	63,4	76,5	53,5	85,7	66,7	100,0	149	64,5
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)																
Muito positivo	5	3	2	1	-	2	-	7,6	4,2	5,9	2,3	-	22,2	-	13	5,6
Positivo	24	30	8	21	4	1	1	36,4	42,3	23,5	48,8	57,1	11,1	100,0	89	38,5
Negativo	5	3	1	5	-	1	-	7,6	4,2	2,9	11,6	-	11,1	-	15	6,5
Muito negativo	1	-	1	1	-	1	-	1,5	-	2,9	2,3	-	11,1	-	4	1,7
NS/NR	31	35	22	15	3	4	-	47,0	49,3	64,7	34,9	42,9	44,4	-	110	47,6

24| Avalie o contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Aumento da representatividade da energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia																
Muito elevado	8	12	7	5	1	-	-	12,1	16,9	20,6	11,6	14,3	-	-	33	14,3
Elevado	17	27	10	17	3	2	-	25,8	38,0	29,4	39,5	42,9	22,2	-	76	32,9
Médio	13	18	8	10	2	3	-	19,7	25,4	23,5	23,3	28,6	33,3	-	54	23,4
Limitado	11	4	4	2	-	-	-	16,7	5,6	11,8	4,7	-	-	-	21	9,1
Muito reduzido	2	2	2	3	-	1	1	3,0	2,8	5,9	7,0	-	11,1	100,0	11	4,8
NS/NR	15	8	3	6	1	3	-	22,7	11,3	8,8	14,0	14,3	33,3	-	36	15,6
Redução do consumo de energia primária																
Muito elevado	10	11	8	10	2	-	-	15,2	15,5	23,5	23,3	28,6	-	-	41	17,7
Elevado	34	35	12	22	5	1	1	51,5	49,3	35,3	51,2	71,4	11,1	100,0	110	47,6
Médio	15	20	10	8	-	5	-	22,7	28,2	29,4	18,6	-	55,6	-	58	25,1
Limitado	-	1	2	1	-	-	-	-	1,4	5,9	2,3	-	-	-	4	1,7

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Muito reduzido	1	-	-	-	-	-	-	1,5	-	-	-	-	-	-	1	0,4
NS/NR	6	4	2	2	-	3	-	9,1	5,6	5,9	4,7	-	33,3	-	17	7,4
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia																
Muito elevado	6	4	6	8	-	-	-	9,1	5,6	17,6	18,6	-	-	-	24	10,4
Elevado	20	21	7	14	5	1	1	30,3	29,6	20,6	32,6	71,4	11,1	100,0	69	29,9
Médio	17	25	10	12	-	2	-	25,8	35,2	29,4	27,9	-	22,2	-	66	28,6
Limitado	5	3	7	1	-	-	-	7,6	4,2	20,6	2,3	-	-	-	16	6,9
Muito reduzido	5	7	1	1	1	-	-	7,6	9,9	2,9	2,3	14,3	-	-	15	6,5
NS/NR	13	11	3	7	1	6	-	19,7	15,5	8,8	16,3	14,3	66,7	-	41	17,7
Benefícios líquidos positivos (VAL positivo)																
Muito elevado	3	6	4	5	-	-	-	4,5	8,5	11,8	11,6	-	-	-	18	7,8
Elevado	26	27	7	18	5	1	1	39,4	38,0	20,6	41,9	71,4	11,1	100,0	85	36,8
Médio	20	21	11	13	-	4	-	30,3	29,6	32,4	30,2	-	44,4	-	69	29,9
Limitado	-	2	5	1	-	1	-	-	2,8	14,7	2,3	-	11,1	-	9	3,9
Muito reduzido	1	1	1	-	-	-	-	1,5	1,4	2,9	-	-	-	-	3	1,3
NS/NR	16	14	6	6	2	3	-	24,2	19,7	17,6	14,0	28,6	33,3	-	47	20,3
Aumento da eficiência energética na Administração pública																
Muito elevado	15	18	8	8	2	-	-	22,7	25,4	23,5	18,6	28,6	-	-	51	22,1
Elevado	32	26	12	21	5	3	-	48,5	36,6	35,3	48,8	71,4	33,3	-	99	42,9
Médio	10	18	10	12	-	2	-	15,2	25,4	29,4	27,9	-	22,2	-	52	22,5
Limitado	3	1	2	-	-	1	-	4,5	1,4	5,9	-	-	11,1	-	7	3,0
Muito reduzido	-	1	-	-	-	-	-	-	1,4	-	-	-	-	-	1	0,4
NS/NR	6	7	2	2		3	1	9,1	9,9	5,9	4,7	-	33,3	100,0	21	9,1

25 | No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Execução dos valores de investimento																
Acima do contratado	3	3	4	2	-	-	-	4,5	4,2	11,8	4,7	-	-	-	12	5,2
Em linha com o contratado	58	64	27	38	6	9	1	87,9	90,1	79,4	88,4	85,7	100,0	100,0	203	87,9
Abaixo do contratado	5	4	3	3	1	-	-	7,6	5,6	8,8	7,0	14,3	-	-	16	6,9
Cumprimento da calendarização da operação																
Acima do contratado	8	10	12	1	1	1	-	12,1	14,1	35,3	2,3	14,3	11,1	-	33	14,3
Em linha com o contratado	49	49	16	36	6	7	1	74,2	69,0	47,1	83,7	85,7	77,8	100,0	164	71,0
Abaixo do contratado	9	12	6	6	-	1	-	13,6	16,9	17,6	14,0	-	11,1	-	34	14,7
Alcance das metas previstas para os indicadores																
Acima do contratado	1	-	4	2	1	1	-	1,5	0,0	11,8	4,7	14,3	11,1	-	9	3,9
Em linha com o contratado	63	66	29	39	6	8	1	95,5	93,0	85,3	90,7	85,7	88,9	100,0	212	91,8
Abaixo do contratado	2	5	1	2	-	-	-	3,0	7,0	2,9	4,7	-	-	-	10	4,3

26 | Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético da entidade que representa

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Entre 0% e 4,9%	4	9	5	6	1	2	-	6,1	12,7	14,7	14,0	14,3	22,2	-	27	11,7
Entre 5% e 9,9%	6	8	2	5	2	1	-	9,1	11,3	5,9	11,6	28,6	11,1	-	24	10,4
Entre 10% e 24,9%	23	22	8	11	2	4	1	34,8	31,0	23,5	25,6	28,6	44,4	100,0	71	30,7
Entre 25% e 49,9%	18	26	17	12	2	2	-	27,3	36,6	50,0	27,9	28,6	22,2	-	77	33,3
Superior a 50%	15	6	2	9	-	-	-	22,7	8,5	5,9	20,9	-	-	-	32	13,9

27 Existem discrepância entre soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pela Entidade

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	4	5	7	5	1	2	-	6,1	7,0	20,6	11,6	14,3	22,2	-	24	10,4
Não	62	66	27	38	6	7	1	93,9	93,0	79,4	88,4	85,7	77,8	100,0	207	89,6

28| A racionalidade económica da intervenção é posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	6	5	9	5	-	1	-	9,1	7,0	26,5	11,6	-	11,1	-	26	11,3
Não	60	66	25	38	7	8	1	90,9	93,0	73,5	88,4	100,0	88,9	100,0	205	88,7

30| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	6	4	-	5	-	-	-	9,1	5,6	-	11,6	-	-	-	15	6,5
Não	47	42	29	28	6	7	1	71,2	59,2	85,3	65,1	85,7	77,8	100,0	160	69,3
NS/NR	13	25	5	10	1	2	-	19,7	35,2	14,7	23,3	14,3	22,2	-	56	24,2

31| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	5	3	1	2	-	-	-	7,6	4,2	2,9	4,7	-	-	-	11	4,8
Não	31	27	20	20	5	2	1	47,0	38,0	58,8	46,5	71,4	22,2	100,0	106	45,9
NS/NR	30	41	13	21	2	7	-	45,5	57,7	38,2	48,8	28,6	77,8	-	114	49,4

32| Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer																
Concordo totalmente	3	4	3	1	1	-	-	9,7	14,8	15,0	5,0	20,0	-	-	12	11,3
Concordo	12	10	9	8	-	2	-	38,7	37,0	45,0	40,0	-	100,0	-	41	38,7
Discordo	5	6	4	7	1	-	-	16,1	22,2	20,0	35,0	20,0	-	-	23	21,7
Discordo totalmente	1	1	2	1	1	-	-	3,2	3,7	10,0	5,0	20,0	-	-	6	5,7
NS/NR	10	6	2	3	2	-	1	32,3	22,2	10,0	15,0	40,0	-	100,0	24	22,6
Falta de interesse em explorar essa possibilidade																
Concordo totalmente	1	-	-	-	-	-	-	3,2	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Concordo	5	5	-	6	-	1	-	16,1	18,5	-	30,0	-	50,0	-	17	16,0
Discordo	11	11	14	9	1	-	-	35,5	40,7	70,0	45,0	20,0	-	-	46	43,4
Discordo totalmente	2	5	3	3	1	1	-	6,5	18,5	15,0	15,0	20,0	50,0	-	15	14,2
NS/NR	12	6	3	2	3	-	1	38,7	22,2	15,0	10,0	60,0	-	100,0	27	25,5
Desconhecimento de outras entidades promotoras																
Concordo totalmente	-	2	2	1	-	-	-	-	7,4	10,0	5,0	-	-	-	5	4,7
Concordo	13	10	12	8	1	2	1	41,9	37,0	60,0	40,0	20,0	100,0	100,0	47	44,3
Discordo	7	6	3	7	1	-	-	22,6	22,2	15,0	35,0	20,0	-	-	24	22,6
Discordo totalmente	-	3	2	1	1	-	-	-	11,1	10,0	5,0	20,0	-	-	7	6,6
NS/NR	11	6	1	3	2	-	-	35,5	22,2	5,0	15,0	40,0	-	-	23	21,7
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais																
Concordo totalmente	2	2	2	1	-	-	-	6,5	7,4	10,0	5,0	-	-	-	7	6,6
Concordo	7	8	7	9	1	2	-	22,6	29,6	35,0	45,0	20,0	100,0	-	34	32,1
Discordo	10	6	6	6	1	-	-	32,3	22,2	30,0	30,0	20,0	-	-	29	27,4
Discordo totalmente	-	3	3	1	1	-	-	-	11,1	15,0	5,0	20,0	-	-	8	7,5
NS/NR	12	8	2	3	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	28	26,4
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários																
Concordo totalmente	2	-	2	1	-	-	-	6,5	-	10,0	5,0	-	-	-	5	4,7
Concordo	9	11	7	8	1	2	-	29,0	40,7	35,0	40,0	20,0	100,0	-	38	35,8
Discordo	10	6	6	7	1	-	-	32,3	22,2	30,0	35,0	20,0	-	-	30	28,3
Discordo totalmente	-	2	3	1	1	-	-	-	7,4	15,0	5,0	20,0	-	-	7	6,6
NS/NR	10	8	2	3	2	-	1	32,3	29,6	10,0	15,0	40,0	-	100,0	26	24,5
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos																
Concordo totalmente	2	-	4	2	-	-	-	6,5	-	20,0	10,0	-	-	-	8	7,5
Concordo	5	7	7	5	1	1	-	16,1	25,9	35,0	25,0	20,0	50,0	-	26	24,5
Discordo	9	7	5	6	-	-	-	29,0	25,9	25,0	30,0	-	-	-	27	25,5
Discordo totalmente	1	2	1	1	-	-	-	3,2	7,4	5,0	5,0	-	-	-	5	4,7
NS/NR	14	11	3	6	4	1	1	45,2	40,7	15,0	30,0	80,0	50,0	100,0	40	37,7

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram																
Concordo totalmente	1	3	3	2	1	-	-	3,2	11,1	15,0	10,0	20,0	-	-	10	9,4
Concordo	11	6	5	9	2	1	-	35,5	22,2	25,0	45,0	40,0	50,0	-	34	32,1
Discordo	6	6	5	2	-	1	-	19,4	22,2	25,0	10,0	-	50,0	-	20	18,9
Discordo totalmente	1	1	1	1	-	-	-	3,2	3,7	5,0	5,0	-	-	-	4	3,8
NS/NR	12	11	6	6	2	-	1	38,7	40,7	30,0	30,0	40,0	-	100,0	38	35,8
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram																
Concordo totalmente	-	-	1	1	1	-	-	-	-	5,0	5,0	20,0	-	-	3	2,8
Concordo	7	7	4	7	1	1	-	22,6	25,9	20,0	35,0	20,0	50,0	-	27	25,5
Discordo	8	6	6	4	-	1	-	25,8	22,2	30,0	20,0	-	50,0	-	25	23,6
Discordo totalmente	1	3	1	1	-	-	-	3,2	11,1	5,0	5,0	-	-	-	6	5,7
NS/NR	15	11	8	7	3	-	1	48,4	40,7	40,0	35,0	60,0	-	100,0	45	42,5
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura																
Concordo totalmente	1	-	1	1	-	-	-	3,2	-	5,0	5,0	-	-	-	3	2,8
Concordo	6	3	3	6	1	1	-	19,4	11,1	15,0	30,0	20,0	50,0	-	20	18,9
Discordo	9	10	6	6	-	1	-	29,0	37,0	30,0	30,0	-	50,0	-	32	30,2
Discordo totalmente	1	4	3	1	1	-	-	3,2	14,8	15,0	5,0	20,0	-	-	10	9,4
NS/NR	14	10	7	6	3	-	1	45,2	37,0	35,0	30,0	60,0	-	100,0	41	38,7

33| Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	20	7	2	5	1	-	-	30,3	9,9	5,9	11,6	14,3	-	-	35	15,2
Não	46	64	32	38	6	9	1	69,7	90,1	94,1	88,4	85,7	100,0	100,0	196	84,8

33.1| Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	2	2	2	-	-	-	20,0	28,6	100,0	40,0	-	-	-	10	28,6
Idêntica	10	4	-	2	-	-	-	50,0	57,1	-	40,0	-	-	-	16	45,7
Piorou	4	1	-	1	-	-	-	20,0	14,3	-	20,0	-	-	-	6	17,1
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	-	-	-	1	-	-	10,0	-	-	-	100,0	-	-	3	8,6
Previsibilidade de abertura de concursos																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	5	2	2	-	-	-	-	25,0	28,6	100,0	-	-	-	-	9	25,7
Idêntica	9	3	-	5	-	-	-	45,0	42,9	-	100,0	-	-	-	17	48,6
Piorou	1	1	-	-	-	-	-	5,0	14,3	-	-	-	-	-	2	5,7
Piorou muito	2	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-	-	-	-	-	2	5,7
NS/NR	3	1	-	-	1	-	-	15,0	14,3	-	-	100,0	-	-	5	14,3
Periodicidade de abertura de concursos																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	5	2	2	2	-	-	-	25,0	28,6	100,0	40,0	-	-	-	11	31,4
Idêntica	11	4	-	3	-	-	-	55,0	57,1	-	60,0	-	-	-	18	51,4
Piorou	-	1	-	-	-	-	-	-	14,3	-	-	-	-	-	1	2,9
Piorou muito	1	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	3	-	-	-	1	-	-	15,0	-	-	-	100,0	-	-	4	11,4
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	6	2	2	2	-	-	-	30,0	28,6	100,0	40,0	-	-	-	12	34,3
Idêntica	11	4	-	3	-	-	-	55,0	57,1	-	60,0	-	-	-	18	51,4
Piorou	-	1	-	-	-	-	-	-	14,3	-	-	-	-	-	1	2,9
Piorou muito	1	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	2	-	-	-	1	-	-	10,0	-	-	-	100,0	-	-	3	8,6
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	1	2	2	-	-	-	20,0	14,3	100,0	40,0	-	-	-	9	25,7

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Idêntica	9	4	-	3	-	-	-	45,0	57,1	-	60,0	-	-	-	16	45,7
Piorou	4	1	-	-	-	-	-	20,0	14,3	-	-	-	-	-	5	14,3
Piorou muito	1	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	2	1	-	-	1	-	-	10,0	14,3	-	-	100,0	-	-	4	11,4
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	3	1	1	-	-	-	20,0	42,9	50,0	20,0	-	-	-	9	25,7
Idêntica	8	3	1	4	-	-	-	40,0	42,9	50,0	80,0	-	-	-	16	45,7
Piorou	5	-	-	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	-	-	5	14,3
Piorou muito	1	1	-	-	-	-	-	5,0	14,3	-	-	-	-	-	2	5,7
NS/NR	2	-	-	-	1	-	-	10,0	-	-	-	100,0	-	-	3	8,6
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	3	2	1	-	-	-	10,0	42,9	100,0	20,0	-	-	-	8	22,9
Idêntica	13	1	-	3	-	-	-	65,0	14,3	-	60,0	-	-	-	17	48,6
Piorou	2	2	-	1	-	-	-	10,0	28,6	-	20,0	-	-	-	5	14,3
Piorou muito	1	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	2	1	-	-	1	-	-	10,0	14,3	-	-	100,0	-	-	4	11,4
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	2	1	1	-	-	-	20,0	28,6	50,0	20,0	-	-	-	8	22,9
Idêntica	8	2	1	3	-	-	-	40,0	28,6	50,0	60,0	-	-	-	14	40,0
Piorou	2	1	-	-	-	-	-	10,0	14,3	-	-	-	-	-	3	8,6
Piorou muito	1	-	-	-	-	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	5	2	-	1	1	-	-	25,0	28,6	-	20,0	100,0	-	-	9	25,7
Prazo de análise de candidaturas																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	-	1	-	-	-	-	20,0	-	50,0	-	-	-	-	5	14,3
Idêntica	9	3	1	4	-	-	-	45,0	42,9	50,0	80,0	-	-	-	17	48,6
Piorou	2	2	-	1	-	-	-	10,0	28,6	-	20,0	-	-	-	5	14,3
Piorou muito	2	1	-	-	-	-	-	10,0	14,3	-	-	-	-	-	3	8,6
NS/NR	3	1	-	-	1	-	-	15,0	14,3	-	-	100,0	-	-	5	14,3
Aplicação de Custos Padrão																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	4	-	1	-	-	-	-	20,0	-	50,0	-	-	-	-	5	14,3
Idêntica	6	4	-	4	-	-	-	30,0	57,1	-	80,0	-	-	-	14	40,0
Piorou	5	1	-	1	-	-	-	25,0	14,3	-	20,0	-	-	-	7	20,0
Piorou muito	2	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-	-	-	-	-	2	5,7
NS/NR	3	2	1	-	1	-	-	15,0	28,6	50,0	-	100,0	-	-	7	20,0

34| Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)

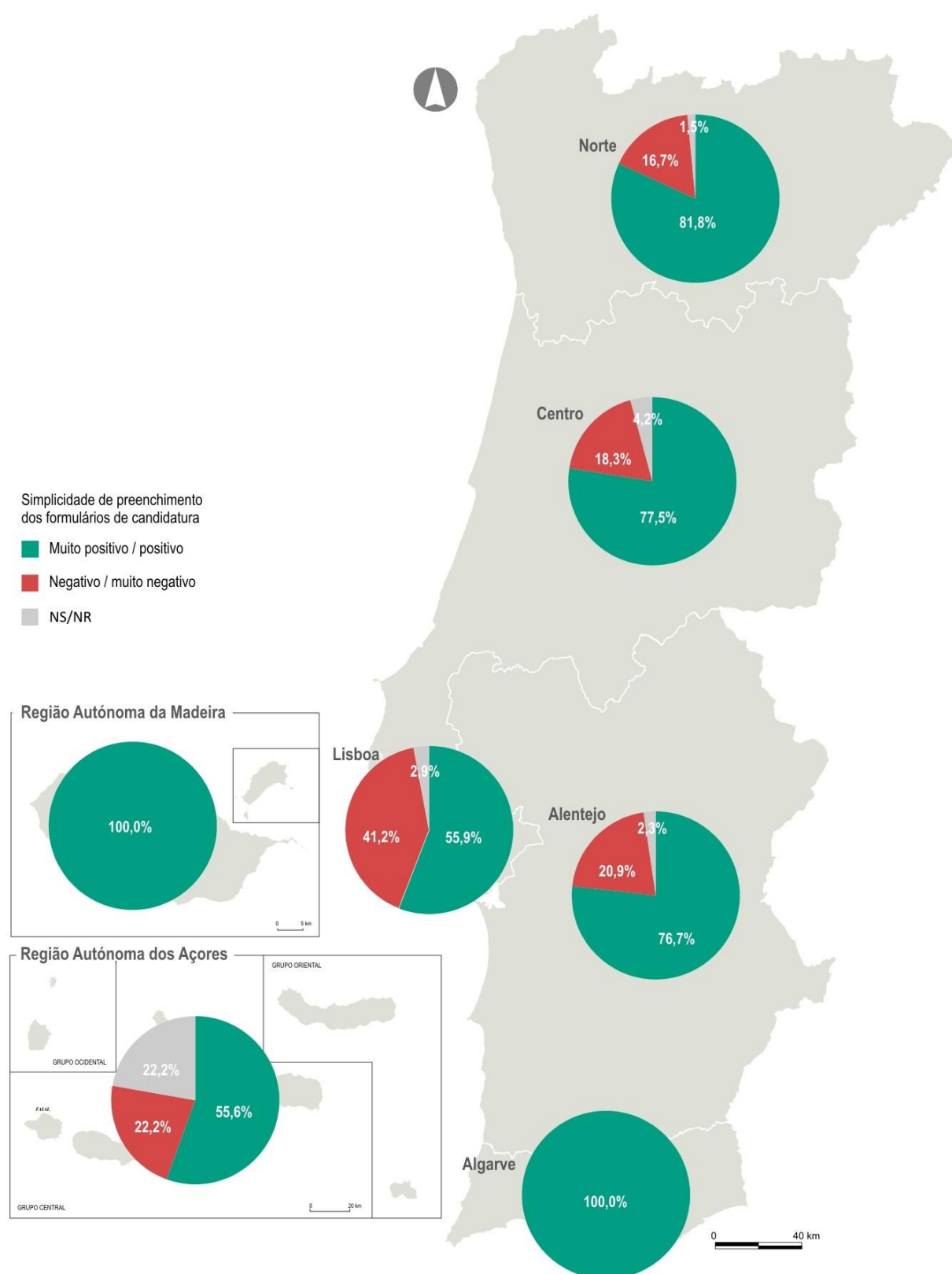
	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	20	13	15	11	3	1	1	30,3	18,3	44,1	25,6	42,9	11,1	100,0	64	27,7
Não	24	24	11	13	2	4	-	36,4	33,8	32,4	30,2	28,6	44,4	-	78	33,8
NS/NR	22	34	8	19	2	4	-	33,3	47,9	23,5	44,2	28,6	44,4	-	89	38,5

35| Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores	59	61	33	39	7	8	1	89,4	85,9	97,1	90,7	100,0	88,9	100,0	208	90,0
Medidas que premeiem estes comportamentos	7	8	5	6	1	1	-	10,6	11,3	14,7	14,0	14,3	11,1	-	28	12,1
Outra	7	8	1	2	-	1	-	10,6	11,3	2,9	4,7	-	11,1	-	19	8,2

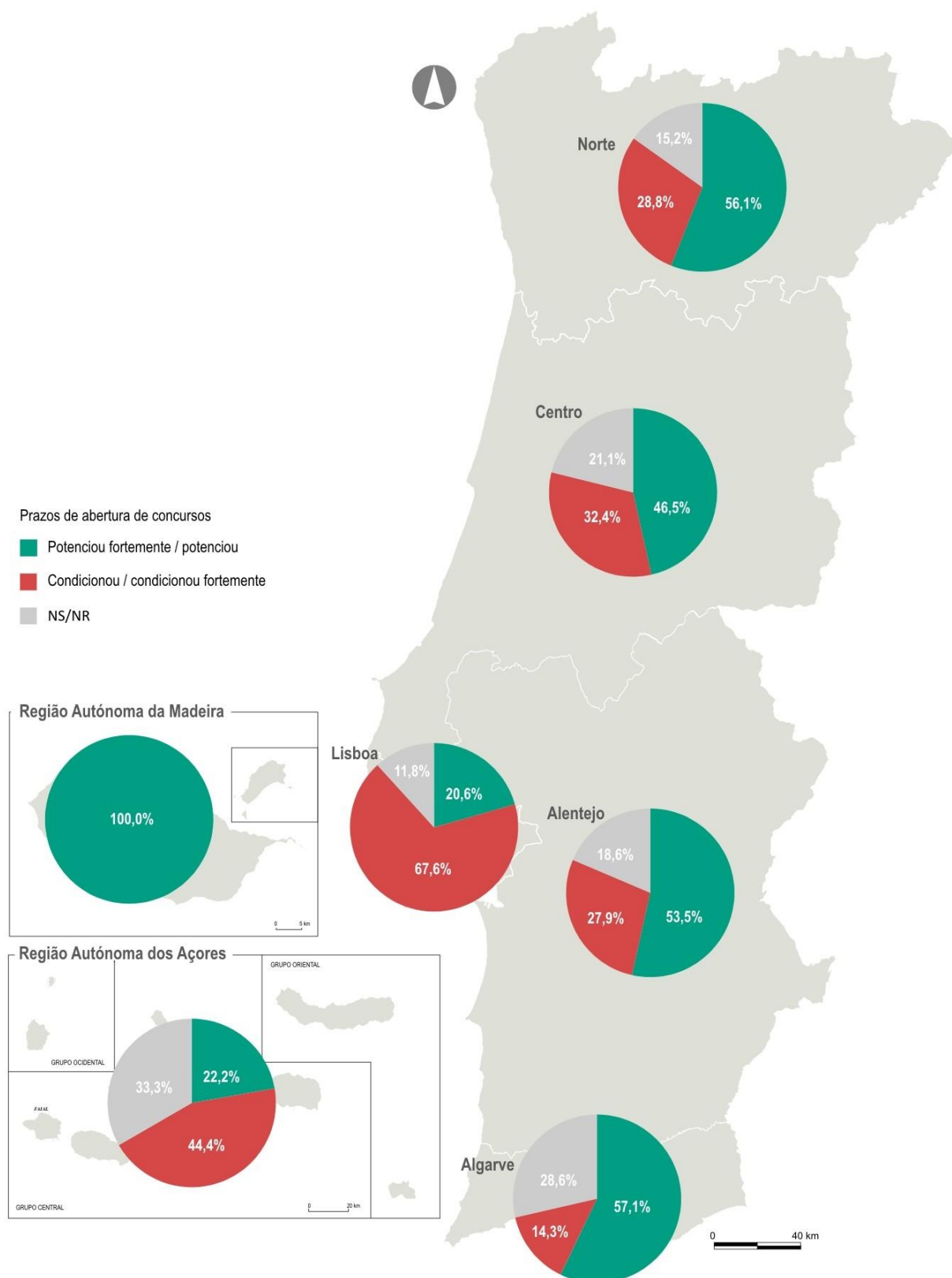
TIPOLOGIA B/Q11

Figura 24. Avaliação da documentação e materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere à “Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura”



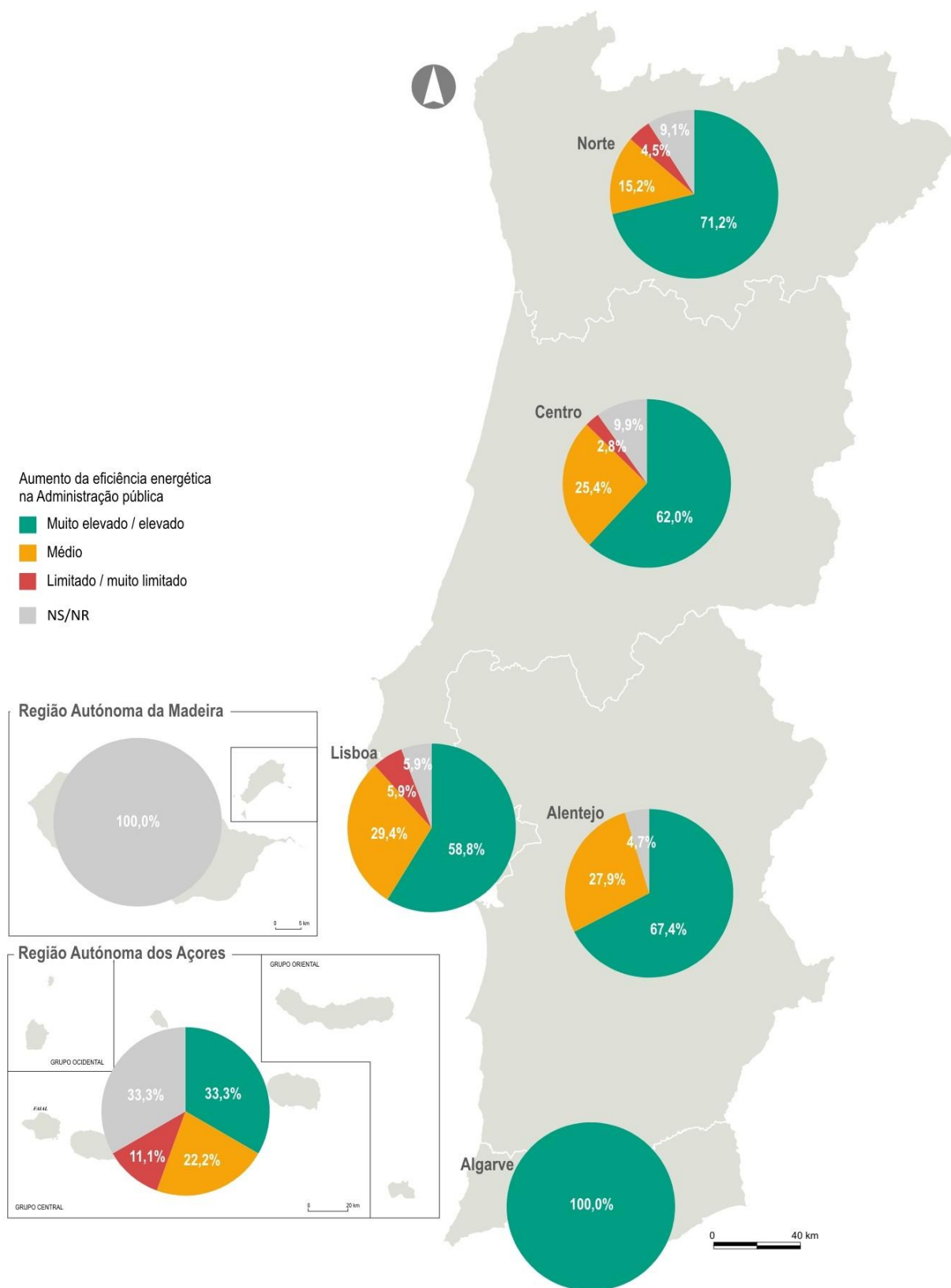
TIPOLOGIA B/Q22

Figura 25. Avaliação da forma como os prazos de abertura de concursos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s)



TIPOLOGIA B/Q24

Figura 26. Avaliação do contributo esperado da(s) candidatura(s) para o Aumento da eficiência energética na Administração pública



6.3. TIPOLOGIA C. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS HABITAÇÕES (SOCIAIS)

| IDENTIFICAÇÃO

3 | Região (sede)

NUTS II	(n.º)	(%)
Norte	26	46,4
Centro	23	41,1
Lisboa	4	7,1
Alentejo	1	1,8
RAM	2	3,6
Total	56	100,0

4 | Tipo de entidade:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Administração pública local	23	23	4	1	2	88,5	100,0	100,0	100,0	100,0	53	94,6
Instituições Particulares de Solidariedade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades públicas gestoras de habitação social	2	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-	2	3,6
Outra	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8

| PROCESSO DE CANDIDATURA

5 | De que forma tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética na habitação social a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	23	19	3	1	2	88,5	82,6	75,0	100,0	100,0	48	85,7
Websites dos Organismos Intermédios	12	6	3	-	2	46,2	26,1	75,0	-	100,0	23	41,1
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	5	8	3	-	1	19,2	34,8	75,0	-	50,0	17	30,4
Publicações e material de divulgação do PT2020	7	7	2	-	1	26,9	30,4	50,0	-	50,0	17	30,4
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)	6	2	2	-	1	23,1	8,7	50,0	-	50,0	11	19,6
Redes sociais do PT2020	3	3	1	-	1	11,5	13,0	25,0	-	50,0	8	14,3
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação	3	1	1	-	1	11,5	4,3	25,0	-	50,0	6	10,7
Associações empresariais	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Empresas de consultoria	2	5	1	-	-	7,7	21,7	25,0	-	-	8	14,3
Amigos/familiares/contactos pessoais	2	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-	2	3,6
Outra.	-	2	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2	3,6

6 | Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	5	5	1	-	-	19,2	21,7	25,0	-	-	11	19,6
Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)	16	13	3	1	1	61,5	56,5	75,0	100,0	50,0	34	60,7
Não tive conhecimento prévio do plano de avisos	5	5	-	-	1	19,2	21,7	-	-	50,0	11	19,6

7 | Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e do território em que se insere

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	8	14	1	-	2	30,8	60,9	25,0	-	100,0	25	44,6
Não	18	9	3	1	-	69,2	39,1	75,0	100,0	-	31	55,4

8 | Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Promove o surgimento de novos beneficiários	2	4	-	-	-	7,7	17,4	-	-	-	6	10,7
Reduz significativamente os custos de investimento	15	16	1	-	1	57,7	69,6	25,0	-	50,0	32	57,1
Permite viabilizar a realização de investimentos planeados	22	16	4	1	2	84,6	69,6	100,0	100,0	100,0	45	80,4
Outra	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4

9) Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da eficiência energética nas habitações sociais:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Subsídio a fundo perdido												
Muito eficaz	15	17	3	1	1	57,7	73,9	75,0	100,0	50,0	37	66,1
Eficaz	9	5	1	-	1	34,6	21,7	25,0	-	50,0	16	28,6
Pouco eficaz	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Nada eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Subsídio reembolsável												
Muito eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eficaz	9	9	1	-	-	34,6	39,1	25,0	-	-	19	33,9
Pouco eficaz	11	11	1	-	1	42,3	47,8	25,0	-	50,0	24	42,9
Nada eficaz	3	2	2	1	1	11,5	8,7	50,0	100,0	50,0	9	16,1
NS/NR	3	1	-	-	-	11,5	4,3	-	-	-	4	7,1
Instrumento financeiro												
Muito eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eficaz	4	6	2	1	-	15,4	26,1	50,0	100,0	-	13	23,2
Pouco eficaz	11	11	1	-	1	42,3	47,8	25,0	-	50,0	24	42,9
Nada eficaz	2	1	1	-	1	7,7	4,3	25,0	-	50,0	5	8,9
NS/NR	9	5	-	-	-	34,6	21,7	-	-	-	14	25,0

10) Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Prazo máximo de realização da operação												
Muito adequado	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Adequado	23	17	3	1	2	88,5	73,9	75,0	100,0	100,0	46	82,1
Pouco adequado	2	4	1	-	-	7,7	17,4	25,0	-	-	7	12,5
Desadequado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Despesas consideradas elegíveis para apoio												
Muito adequado	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Adequado	16	15	1	-	2	61,5	65,2	25,0	-	100,0	34	60,7
Pouco adequado	8	4	1	1	-	30,8	17,4	25,0	100,0	0,0	14	25,0
Desadequado	-	2	2	-	-	-	8,7	50,0	-	-	4	7,1
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Taxas de financiamento de participação pelos fundos comunitários												
Muito adequado	5	3	-	1	-	19,2	13,0	-	100,0	-	9	16,1
Adequado	15	17	2	-	2	57,7	73,9	50,0	-	100,0	36	64,3
Pouco adequado	4	1	1	-	-	15,4	4,3	25,0	-	-	6	10,7
Desadequado	1	1	1	-	-	3,8	4,3	25,0	-	-	3	5,4
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Condições de elegibilidade das entidades promotoras												
Muito adequado	5	3	1	-	-	19,2	13,0	25,0	-	-	9	16,1
Adequado	18	18	3	1	2	69,2	78,3	75,0	100,0	100,0	42	75,0
Pouco adequado	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Desadequado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Condições de elegibilidade das operações												
Muito adequado	3	2	-	-	-	11,5	8,7	-	-	-	5	8,9
Adequado	16	18	1	-	2	61,5	78,3	25,0	-	100,0	37	66,1
Pouco adequado	5	2	2	1	-	19,2	8,7	50,0	100,0	0,0	10	17,9
Desadequado	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Previsibilidade de abertura de concursos												
Muito adequado	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Adequado	14	17	4	-	2	53,8	73,9	100,0	-	100,0	37	66,1
Pouco adequado	8	3	-	1	-	30,8	13,0	-	100,0	-	12	21,4
Desadequado	1	2	-	-	-	3,8	8,7	-	-	-	3	5,4
NS/NR	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Periodicidade de abertura de concursos												
Muito adequado	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Adequado	17	18	3	-	2	65,4	78,3	75,0	-	100,0	40	71,4
Pouco adequado	5	2	1	1	-	19,2	8,7	25,0	100,0	-	9	16,1
Desadequado	1	2	-	-	-	3,8	8,7	-	-	-	3	5,4
NS/NR	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Prazo para apresentação de candidaturas												
Muito adequado	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Adequado	17	16	2	1	2	65,4	69,6	50,0	100,0	100,0	38	67,9
Pouco adequado	7	5	2	-	-	26,9	21,7	50,0	-	-	14	25,0
Desadequado	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6

11| Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Clareza dos regulamentos específicos												
Muito Positivo	1	2	-	-	-	3,8	8,7	-	-	-	3	5,4
Positivo	21	19	4	1	2	80,8	82,6	100,0	100,0	100,0	47	83,9
Negativo	3	1	-	-	-	11,5	4,3	-	-	-	4	7,1
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza dos avisos de abertura de concurso												
Muito Positivo	1	1	1	-	-	3,8	4,3	25,0	-	-	3	5,4
Positivo	22	21	3	1	2	84,6	91,3	75,0	100,0	100,0	49	87,5
Negativo	2	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-	2	3,6
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas												
Muito Positivo	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Positivo	20	19	3	-	2	76,9	82,6	75,0	-	100,0	44	78,6
Negativo	5	2	-	1	-	19,2	8,7	-	100,0	-	8	14,3
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza das normas e orientações técnicas												
Muito Positivo	1	2	1	-	-	3,8	8,7	25,0	-	-	4	7,1
Positivo	18	19	2	-	2	69,2	82,6	50,0	-	100,0	41	73,2
Negativo	6	1	-	1	-	23,1	4,3	-	100,0	-	8	14,3
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador												
Muito Positivo	2	3	1	-	-	7,7	13,0	25,0	-	-	6	10,7
Positivo	20	19	2	1	2	76,9	82,6	50,0	100,0	100,0	44	78,6
Negativo	3	-	1	-	-	11,5	-	25,0	-	-	4	7,1
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura												
Muito Positivo	2	5	1	-	-	7,7	21,7	25,0	-	-	8	14,3
Positivo	17	15	2	-	2	65,4	65,2	50,0	-	100,0	36	64,3
Negativo	6	2	-	1	-	23,1	8,7	-	100,0	-	9	16,1
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura												
Muito Positivo	-	1	-	-	-	-	4,35	-	-	-	1	1,79
Positivo	17	17	2	-	2	65,4	73,9	50,0	-	100,0	38	67,9
Negativo	8	3	1	1	-	30,8	13,0	25,0	100,0	-	13	23,2
Muito negativo	-	1	1	-	-	-	4,3	25,0	-	-	2	3,6
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura												
Muito Positivo	1	5	2	-	-	3,8	21,7	50,0	-	-	8	14,3
Positivo	22	16	-	1	2	84,6	69,6	-	100,0	100,0	41	73,2
Negativo	2	1	2	-	-	7,7	4,3	50,0	-	-	5	8,9
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Volume da documentação solicitada na candidatura												
Muito Positivo	-	2	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2	3,6
Positivo	14	10	2	-	2	53,8	43,5	50,0	-	100,0	28	50,0
Negativo	10	9	2	1	-	38,5	39,1	50,0	100,0	-	22	39,3
Muito negativo	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
NS/NR	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6

12| A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações	8	5	3	1	-	30,8	21,7	75,0	100,0	-	17	30,4
Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações	18	18	1	-	2	69,2	78,3	25,0	-	100,0	39	69,6

12.1| Se sim, essas alterações traduziram-se

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
No aumento dos investimentos previstos Inicialmente	2	1	2	1	-	25,0	20,0	66,7	100,0	-	6	35,3
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	2	3	1	-	-	25,0	60,0	33,3	-	-	6	35,3
Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados	-	-	1	-	-	-	-	33,3	-	-	1	5,9
No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)	1	-	1	-	-	12,5	-	33,3	-	-	2	11,8
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	2	2	1	1	-	25,0	40,0	33,3	100,0	-	6	35,3
No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)	3	4	-	1	-	37,5	80,0	-	100,0	-	8	47,1
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	2	2	2	1	-	25,0	40,0	66,7	100,0	-	7	41,2
Outras alterações	2	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	2	11,8

13| Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	6	4	1	1	-	23,1	17,4	25,0	100,0	-	12	21,4
Não	20	19	3	-	2	76,9	82,6	75,0	-	100,0	44	78,6

13.3| Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	2	-	-	-	-	33,3	-	-	-	-	2	16,7
Não	4	4	1	1	-	66,7	100,0	100,0	100,0	-	10	83,3

14| No período de crise económico financeira do país (2009-2013), existiu uma redução significativa do consumo energético nas habitações sociais em causa

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim existiu uma redução	7	3	-	-	-	26,9	13,0	-	-	-	10	17,9
Não o consumo manteve-se	19	20	4	1	2	73,1	87,0	100,0	100,0	100,0	46	82,1

14.1| Qual o impacto estimado

(%) de Redução	(n.º)	(%)
1	1	10,0
2	1	10,0
5	1	10,0
10	3	30,0
15	1	10,0
19	1	10,0
20	2	20,0
Total	10	100

14.1| Qual o impacto estimado (média)

(%)	(n.º)					Total
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	
Média	12,9	7,3	-	-	-	11,2

15| A conjuntura económica atual (positiva) tem um impacto significativo no aumento do consumo energético nas habitações sociais em causa

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim, gerou um aumento do consumo energético	1	3	-	-	-	3,8	13,0	-	-	-	4	7,1
Não o consumo manteve-se	25	20	4	1	2	96,2	87,0	100,0	100,0	100,0	52	92,9

15.1| Qual o impacto estimado

(%) de Aumento	(n.º)	(%)
1	1	25,0
5	1	25,0
10	2	50,0
Total	4	100

15.1| Qual o impacto estimado (média)

(%)	(n.º)					Total
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	
Média	10,0	5,3	-	-	-	6,5

16| Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	20	14	3	1	2	76,9	60,9	75,0	100,0	100,0	40	71,4
Não	4	5	1	-	-	15,4	21,7	25,0	-	-	10	17,9
A(s) candidatura(s) está(ão) em análise	2	4	-	-	-	7,7	17,4	-	-	-	6	10,7

16.1| Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Não	4	5	1	-	-	100,0	100,0	100,0	-	-	10	100,0
Sim, apenas com recurso a autofinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, com recurso a outras fontes de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

16.1.1| Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)	2	2	1	-	-	50,0	40,0	100,0	-	-	5	50,0
Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)	1	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	1	10,0
Outra	1	3	-	-	-	25,0	60,0	-	-	-	4	40,0

16.2| Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	-	2	-	-	-	-	50,0	-	-	-	2	33,3
Não	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	-	1	16,7
NS/NR	2	1	-	-	-	100,0	25,0	-	-	-	3	50,0

16.3| Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Orçamento próprio (municipal, ...)	18	15	3	1	2	90,0	93,8	100,0	100,0	100,0	39	92,9
Empréstimos bancários	6	2	-	-	-	30,0	12,5	-	-	-	8	19,0
Outras fontes	-	2	-	-	1	-	12,5	-	-	50,0	3	7,1

| C. DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES APROVADAS

17| De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Possuíam recursos técnicos com competências necessárias	13	8	3	1	2	50,0	34,8	75,0	100,0	100,0	27	48,2
Contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)	16	14	2	-	1	61,5	60,9	50,0	-	50,0	33	58,9
Contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)	9	7	1	-	1	34,6	30,4	25,0	-	50,0	18	32,1
Contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Frequentaram ações de formação específicas	1	1	1	1	-	3,8	4,3	25,0	100,0	-	4	7,1
Outra	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8

17.2| Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	18	12	1	1	2	69,2	52,2	25,0	100,0	100,0	34	60,7
Não	3	4	1	-	-	11,5	17,4	25,0	-	-	8	14,3
NS/NR	5	7	2	-	-	19,2	30,4	50,0	-	-	14	25,0

17.2| Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido	3	4	1	-	-	100,0	100,0	100,0	-	-	8	100,0
Conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas	1	-	-	-	-	33,3	-	-	-	-	1	12,5

18| O custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	8	5	1	-	-	30,8	21,7	25,0	-	-	14	25,0
Não	18	18	3	1	2	69,2	78,3	75,0	100,0	100,0	42	75,0

19| Foram mobilizados atores relevantes no território, para realizar as auditorias energéticas e para emitir os certificados energéticos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	16	13	4	1	1	61,5	56,5	100,0	100,0	50,0	35	62,5
Não	2	-	-	-	1	7,7	-	-	-	50,0	3	5,4
NS/NR	8	10	-	-	-	30,8	43,5	-	-	-	-	32,1

19.1| Quais os atores envolvidos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Empresas de Serviços Energéticos (ESE)	3	6	1	-	1	18,8	46,2	25,0	-	100,0	11	31,4
Agências Locais de Energia	3	1	1	-	-	18,8	7,7	25,0	-	-	5	14,3
Agências Regionais de Energia	5	2	1	1	1	31,3	15,4	25,0	100,0	100,0	10	28,6
Técnicos certificados	14	11	1	1	1	87,5	84,6	25,0	100,0	100,0	28	80,0
Outros	2	1	-	-	-	12,5	7,7	-	-	-	3	8,6

20| Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	6	5	2	-	1	23,1	21,7	50,0	-	50,0	14	25,0
Não	20	18	2	1	1	76,9	78,3	50,0	100,0	50,0	42	75,0

20.1| Se sim,

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira.	2	1	-	-	1	33,3	20,0	-	-	100,0	4	28,6
Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados	4	3	2	-	-	66,7	60,0	100,0	-	-	9	64,3
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	1	1	-	-	-	16,7	20,0	-	-	-	2	14,3
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	-	2	-	-	-	-	40,0	-	-	-	2	14,3

20.1.1| Menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%):

(%) de Redução	(n.º)	(%)
1	1	25,0
20	2	50,0
25	1	25,0
Total	4	100

20.1.1| Menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%) (média)

(%)	Total
Média	16,5

21| Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Situação económica do país												
Potenciou fortemente	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Potenciou	3	5	2	-	-	11,5	21,7	50,0	-	-	10	17,9
Condicionou	16	7	1	1	-	61,5	30,4	25,0	100,0	-	25	44,6
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	6	10	1	-	2	23,1	43,5	25,0	-	100,0	19	33,9
Capacidade económica e financeira interna/própria												
Potenciou fortemente	-	2	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2	3,6
Potenciou	7	8	3	-	1	26,9	34,8	75,0	-	50,0	19	33,9
Condicionou	17	7	-	1	-	65,4	30,4	-	100,0	-	25	44,6
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
NS/NR	2	5	1	-	1	7,7	21,7	25,0	-	50,0	9	16,1
Acesso a financiamento (alheio)												
Potenciou fortemente	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Potenciou	8	9	1	-	-	30,8	39,1	25,0	-	-	18	32,1
Condicionou	5	4	-	-	-	19,2	17,4	-	-	-	9	16,1
Condicionou fortemente	2	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-	2	3,6
NS/NR	10	9	3	1	2	38,5	39,1	75,0	100,0	100,0	25	44,6
Qualidade dos equipamentos disponíveis												
Potenciou fortemente	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Potenciou	11	9	3	-	-	42,3	39,1	75,0	-	-	23	41,1
Condicionou	4	6	1	-	-	15,4	26,1	25,0	-	-	11	19,6
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	10	8	-	1	2	38,5	34,8	-	100,0	100,0	21	37,5
Disponibilidade de recursos humanos qualificados												
Potenciou fortemente	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Potenciou	9	7	3	-	1	34,6	30,4	75,0	-	50,0	20	35,7
Condicionou	8	6	1	1	-	30,8	26,1	25,0	100,0	-	16	28,6
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
NS/NR	8	9	-	-	1	30,8	39,1	-	-	50,0	18	32,1
Capacidade de mobilização de parceiros												
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	5	8	2	-	1	19,2	34,8	50,0	-	50,0	16	28,6
Condicionou	7	3	-	-	-	26,9	13,0	-	-	-	10	17,9
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
NS/NR	14	11	2	1	1	53,8	47,8	50,0	100,0	50,0	29	51,8

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Legislação/regulamentação aplicável												
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	8	8	2	-	-	30,8	34,8	50,0	-	-	18	32,1
Condicionou	7	5	2	1	-	26,9	21,7	50,0	100,0	-	15	26,8
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
NS/NR	11	9	-	-	2	42,3	39,1	-	-	100,0	22	39,3
Prazos de abertura de concursos												
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	11	9	2	-	1	42,3	39,1	50,0	-	50,0	23	41,1
Condicionou	9	2	2	1	-	34,6	8,7	50,0	100,0	-	14	25,0
Condicionou fortemente	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
NS/NR	5	11	-	-	1	19,2	47,8	-	-	50,0	17	30,4
Prazos de decisão das candidaturas												
Potenciou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Potenciou	11	6	-	-	1	42,3	26,1	-	-	50,0	18	32,1
Condicionou	8	5	2	-	-	30,8	21,7	50,0	-	-	15	26,8
Condicionou fortemente	4	2	1	1	-	15,4	8,7	25,0	100,0	-	8	14,3
NS/NR	3	9	1	-	1	11,5	39,1	25,0	-	50,0	14	25,0
Prazos de pagamento das participações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento												
Potenciou fortemente	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Potenciou	12	7	2	-	1	46,2	30,4	50,0	-	50,0	22	39,3
Condicionou	4	3	-	-	-	15,4	13,0	-	-	-	7	12,5
Condicionou fortemente	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
NS/NR	8	13	2	1	1	30,8	56,5	50,0	100,0	50,0	25	44,6
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)												
Potenciou fortemente	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
Potenciou	9	8	1	1	1	34,6	34,8	25,0	100,0	50,0	20	35,7
Condicionou	9	6	-	-	-	34,6	26,1	-	-	-	15	26,8
Condicionou fortemente	1	1	1	-	-	3,8	4,3	25,0	-	-	3	5,4
NS/NR	6	8	2	-	1	23,1	34,8	50,0	-	50,0	17	30,4
Capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas												
Potenciou fortemente	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Potenciou	11	6	1	-	1	42,3	26,1	25,0	-	50,0	19	33,9
Condicionou	5	8	2	1	-	19,2	34,8	50,0	100,0	-	16	28,6
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	9	8	1	-	1	34,6	34,8	25,0	-	50,0	19	33,9
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadreadores de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT)												
Potenciou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Potenciou	14	7	1	-	-	53,8	30,4	25,0	-	-	22	39,3
Condicionou	3	1	2	1	-	11,5	4,3	50,0	100,0	-	7	12,5
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
NS/NR	9	13	1	-	2	34,6	56,5	25,0	-	100,0	25	44,6

22| Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Processo de instrução de candidatura												
Muito positivo	3	4	1	-	-	11,5	17,4	25,0	-	-	8	14,3
Positivo	19	14	-	1	2	73,1	60,9	-	100,0	100,0	36	64,3
Negativo	1	2	1	-	-	3,8	8,7	25,0	-	-	4	7,1
Muito negativo	1	-	1	-	-	3,8	-	25,0	-	-	2	3,6
NS/NR	2	3	1	-	-	7,7	13,0	25,0	-	-	6	10,7
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento												
Muito positivo	4	4	1	-	-	15,4	17,4	25,0	-	-	9	16,1
Positivo	15	8	1	1	2	57,7	34,8	25,0	100,0	100,0	27	48,2
Negativo	2	-	-	-	-	7,7	-	-	-	-	2	3,6
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	5	11	2	-	-	19,2	47,8	50,0	-	-	18	32,1
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento												
Muito positivo	3	2	1	-	-	11,5	8,7	25,0	-	-	6	10,7
Positivo	13	9	1	1	2	50,0	39,1	25,0	100,0	100,0	26	46,4
Negativo	4	1	-	-	-	15,4	4,3	-	-	-	5	8,9
Muito negativo	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
NS/NR	5	11	2	-	-	19,2	47,8	50,0	-	-	18	32,1
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto												
Muito positivo	1	3	1	-	-	3,8	13,0	25,0	-	-	5	8,9
Positivo	14	11	-	1	2	53,8	47,8	-	100,0	100,0	28	50,0
Negativo	5	1	1	-	-	19,2	4,3	25,0	-	-	7	12,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	6	8	2	-	-	23,1	34,8	50,0	-	-	16	28,6
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização												
Muito positivo	4	3	1	1	-	15,4	13,0	25,0	100,0	-	9	16,1
Positivo	17	10	1	-	2	65,4	43,5	25,0	-	100,0	30	53,6
Negativo	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	4	9	2	-	-	15,4	39,1	50,0	-	-	15	26,8

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Verificação e controlo no local do investimento												
Muito positivo	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
Positivo	9	7	1	1	2	34,6	30,4	25,0	100,0	100,0	20	35,7
Negativo	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	14	14	3	-	-	53,8	60,9	75,0	-	-	31	55,4
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)												
Muito positivo	-	2	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2	3,6
Positivo	10	6	1	-	2	38,5	26,1	25,0	-	100,0	19	33,9
Negativo	5	3	-	-	-	19,2	13,0	-	-	-	8	14,3
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	11	12	2	1	-	42,3	52,2	50,0	100,0	-	26	46,4

23| Avalie o contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Aumento da representatividade da energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia												
Muito elevado	-	1	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Elevado	4	7	-	-	-	15,4	30,4	-	-	-	11	19,6
Médio	12	7	-	1	1	46,2	30,4	-	100,0	50,0	21	37,5
Limitado	4	1	1	-	1	15,4	4,3	25,0	-	50,0	7	12,5
Muito reduzido	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
NS/NR	6	7	2	-	-	23,1	30,4	50,0	-	-	15	26,8
Redução do consumo de energia primária												
Muito elevado	-	-	-	-	-	-	4,3	-	-	-	1	1,8
Elevado	9	7	1	-	-	34,6	30,4	25,0	-	-	17	30,4
Médio	12	7	-	1	2	46,2	30,4	0,0	100,0	100,0	22	39,3
Limitado	1	-	1	-	-	3,8	-	25,0	-	-	2	3,6
Muito reduzido	1	-	-	-	-	3,8	-	-	-	-	1	1,8
NS/NR	3	8	2	-	-	11,5	34,8	50,0	-	-	13	23,2
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia												
Muito elevado	-	2	-	-	-	-	8,7	-	-	-	2	3,6
Elevado	7	2	-	-	-	26,9	8,7	-	-	-	9	16,1
Médio	8	10	2	1	2	30,8	43,5	50,0	100,0	100,0	23	41,1
Limitado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muito reduzido	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6
NS/NR	10	8	2	-	-	38,5	34,8	50,0	-	-	20	35,7
Aumento da eficiência energética nas habitações												
Muito elevado	1	5	-	-	-	3,8	21,7	-	-	-	6	10,7
Elevado	16	10	1	1	-	61,5	43,5	25,0	100,0	-	28	50,0
Médio	7	3	-	-	2	26,9	13,0	-	-	100,0	12	21,4
Limitado	-	-	1	-	-	-	-	25,0	-	-	1	1,8
Muito reduzido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	5	2	-	-	7,7	21,7	50,0	-	-	9	16,1
Melhoria do conforto térmico nas habitações												
Muito elevado	2	5	-	-	-	7,7	21,7	-	-	-	7	12,5
Elevado	20	9	1	1	-	76,9	39,1	25,0	100,0	-	31	55,4
Médio	2	4	1	-	2	7,7	17,4	25,0	-	100,0	9	16,1
Limitado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muito reduzido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	5	2	-	-	7,7	21,7	50,0	-	-	9	16,1

24| No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Execução dos valores de investimento												
Acima do contratado	-	3	1	-	-	-	13,0	25,0	-	-	4	7,1
Em linha com o contratado	21	18	3	1	2	80,8	78,3	75,0	100,0	100,0	45	80,4
Abaixo do contratado	5	2	-	-	-	19,2	8,7	-	-	-	7	12,5
Cumprimento da calendarização da operação												
Acima do contratado	4	8	1	1	-	15,4	34,8	25,0	100,0	-	14	25,0

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Em linha com o contratado	16	14	3	-	2	61,5	60,9	75,0	-	100,0	35	62,5
Abaixo do contratado	6	1	-	-	-	23,1	4,3	-	-	-	7	12,5
Alcance das metas previstas para os indicadores												
Acima do contratado	24	22	4	1	2	92,3	95,7	100,0	100,0	100,0	53	94,6
Em linha com o contratado	2	1	-	-	-	7,7	4,3	-	-	-	3	5,4
Abaixo do contratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

25| Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético das habitações intervencionadas

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Entre 0% e 5%	10	7	1	-	-	38,5	30,4	25,0	-	-	18	32,1
Entre 5% e 10%	4	1	-	1	2	15,4	4,3	-	100,0	100,0	8	14,3
Entre 10% e 25%	5	5	2	-	-	19,2	21,7	50,0	-	-	12	21,4
Entre 25% e 50%	6	6	1	-	-	23,1	26,1	25,0	-	-	13	23,2
Superior a 50%	1	4	-	-	-	3,8	17,4	-	-	-	5	8,9

26| Existem discrepância entre soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pela Entidade

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	2	4	1	1	-	7,7	17,4	25,0	100,0	0,0	8	14,3
Não	24	19	3	-	2	92,3	82,6	75,0	0,0	100,0	48	85,7

27| A racionalidade económica da intervenção é posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	6	1	2	1	-	23,1	4,3	50,0	100,0	-	10	17,9
Não	20	22	2	-	2	76,9	95,7	50,0	-	100,0	46	82,1

28| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	5	1	-	-	1	19,2	4,3	-	-	50,0	7	12,5
Não	12	13	2	1	1	46,2	56,5	50,0	100,0	50,0	29	51,8
NS/NR	9	9	2	-	-	34,6	39,1	50,0	-	-	20	35,7

29| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	5	3	1	1	-	20,0	13,0	25,0	100,0	-	10	18,2
Não	6	6	-	-	1	24,0	26,1	-	-	50,0	13	23,6
NS/NR	14	14	3	-	1	56,0	60,9	75,0	-	50,0	32	58,2

30| Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer												
Concordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Concordo	4	2	-	-	-	66,7	33,3	-	-	-	6	46,2
Discordo	2	2	-	-	1	33,3	33,3	-	-	100,0	5	38.5
Discordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Falta de interesse em explorar essa possibilidade												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	1	1	-	-	-	16,7	16,7	-	-	-	2	15,4
Discordo	4	3	-	-	1	66,7	50,0	-	-	100,0	8	61,5
Discordo totalmente	1	1	-	-	-	16,7	16,7	-	-	-	2	15,4
NS/NR	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Desconhecimento de outras entidades promotoras												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	4	4	-	-	-	66,7	66,7	-	-	-	8	61,5
Discordo	-	1	-	-	1	-	16,7	-	-	100,0	2	15,4
Discordo totalmente	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	-	1	7,7
NS/NR	1	1	-	-	-	16,7	16,7	-	-	-	2	15,4

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais												
Concordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Concordo	3	2	-	-	-	50,0	33,3	-	-	-	5	38,5
Discordo	2	2	-	-	1	33,3	33,3	-	-	100,0	5	38,5
Discordo totalmente	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários												
Concordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Concordo	4	2	-	-	-	66,7	33,3	-	-	-	6	46,2
Discordo	1	2	-	-	1	16,7	33,3	-	-	100,0	4	30,8
Discordo totalmente	1		-	-	-	16,7		-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	4	1	-	-	-	66,7	16,7	-	-	-	5	38,5
Discordo	2	2	-	-	1	33,3	33,3	-	-	100,0	5	38,5
Discordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	2	-	-	-	-	33,3	-	-	-	2	15,4
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	4	2	-	-	-	66,7	33,3	-	-	-	6	46,2
Discordo	2	1	-	-	1	33,3	16,7	-	-	100,0	4	30,8
Discordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	2	-	-	-	-	33,3	-	-	-	2	15,4
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	4	2	-	-	-	66,7	33,3	-	-	-	6	46,2
Discordo	2	1	-	-	1	33,3	16,7	-	-	100,0	4	30,8
Discordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	2	-	-	-	-	33,3	-	-	-	2	15,4
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	2	2	-	-	1	33,3	33,3	-	-	100,0	5	38,5
Discordo	4	1	-	-	-	66,7	16,7	-	-	-	5	38,5
Discordo totalmente	-	1	-	-	-	-	16,7	-	-	-	1	7,7
NS/NR	-	2	-	-	-	-	33,3	-	-	-	2	15,4
Outra												
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discordo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

31| Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	5	1	-	-	1	19,2	4,3	-	-	50,0	7	12,5
Não	21	22	4	1	1	80,8	95,7	100,0	100,0	50,0	49	87,5

31.1 Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	-	-	-	1	40,0	-	-	-	100,0	3	42,9
Idêntica	3	1	-	-	-	60,0	100,0	-	-	-	4	57,1
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previsibilidade de abertura de concursos												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	-	-	1	20,0	-	-	-	100,0	2	28,6
Idêntica	3	1	-	-	-	60,0	100,0	-	-	-	4	57,1
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodicidade de abertura de concursos												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	-	-	-	1	40,0	-	-	-	100,0	3	42,9
Idêntica	2	1	-	-	-	40,0	100,0	-	-	-	3	42,9
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	1	-	-	1	40,0	100,0	-	-	100,0	4	57,1
Idêntica	2	-	-	-	-	40,0	-	-	-	-	2	28,6
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	1	-	-	1	40,0	100,0	-	-	100,0	4	57,1
Idêntica	2	-	-	-	-	40,0	-	-	-	-	2	28,6
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	-	-	1	20,0	-	-	-	100,0	2	28,6
Idêntica	3	1	-	-	-	60,0	100,0	-	-	-	4	57,1
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	-	-	1	20,0	-	-	-	100,0	2	28,6
Idêntica	2	1	-	-	-	40,0	-	-	-	-	3	42,9
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	-	-	-	-	40,0	0,0	-	-	-	2	28,6
Idêntica	2	-	-	-	1	40,0	0,0	-	-	100,0	3	42,9
Piorou	-	1	-	-	-	0,0	100,0	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo de análise de candidaturas												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Idêntica	2	1	-	-	1	40,0	100,0	-	-	100,0	4	57,1
Piorou	2	-	-	-	-	40,0	-	-	-	-	2	28,6
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexidade dos Grandes Projetos												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idêntica	1	-	-	-	1	20,0	-	-	-	100,0	2	28,6
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	1	-	-	-	60,0	100,0	-	-	-	4	57,1
Processo de Auxílios de Estado												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idêntica	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou	1	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	14,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	1	-	-	1	60,0	100,0	-	-	100,0	5	71,4
Aplicação de Custos Padrão												
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idêntica	2	1	-	-	-	40,0	100,0	-	-	-	3	42,9
Piorou	2	-	-	-	-	40,0	-	-	-	-	2	28,6
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	-	-	-	1	20,0	-	-	-	100,0	2	28,6

32| Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)

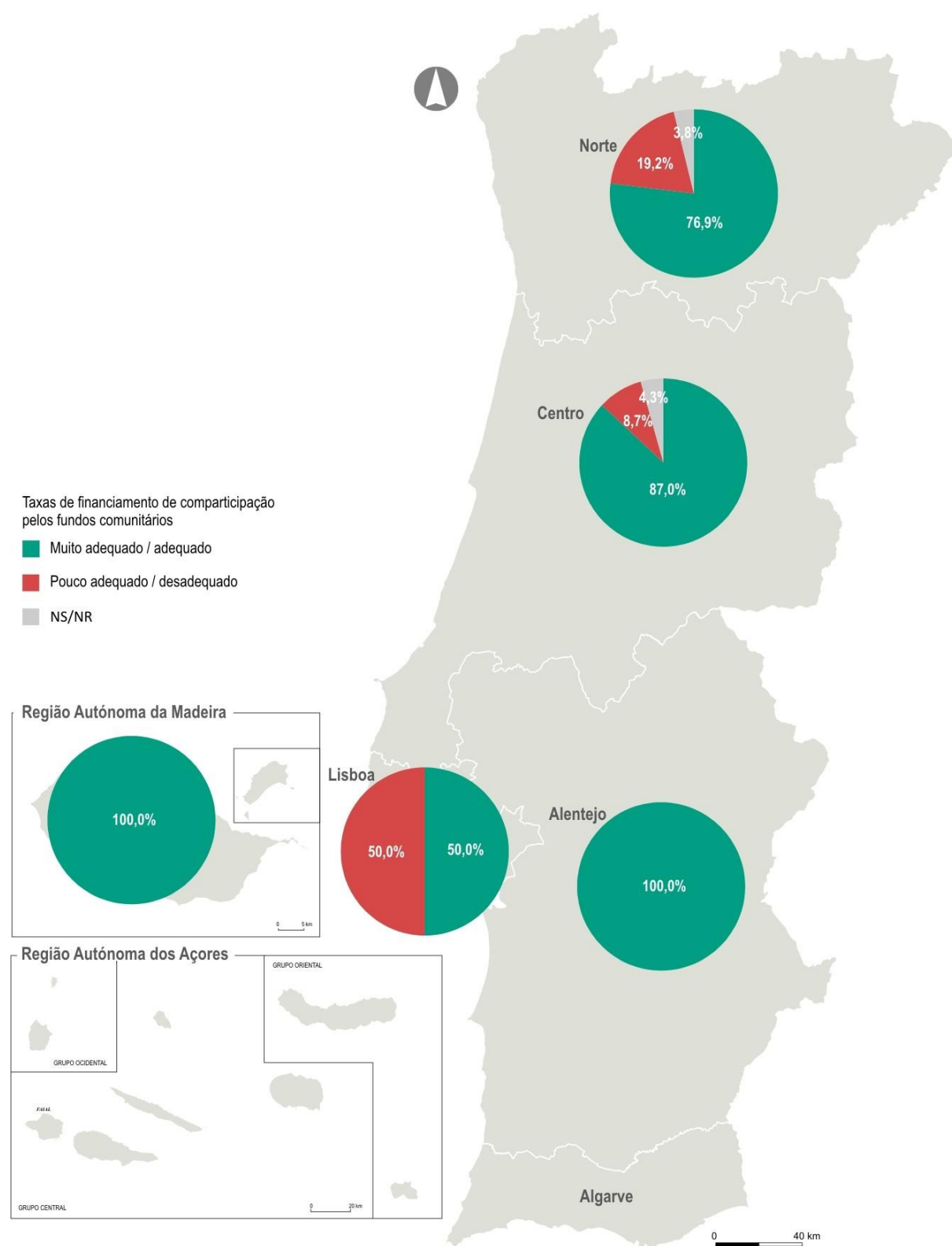
	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Sim	7	3	1	-	1	26,9	13,0	25,0	-	50,0	12	21,4
Não	8	10	2	-	1	30,8	43,5	50,0	-	50,0	21	37,5
NS/NR	11	10	1	1	-	42,3	43,5	25,0	100,0	-	23	41,1

33| Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos

	(n.º)					(%)					(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	RAM	Total	
Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores	25	18	4	1	2	96,2	78,3	100,0	100,0	100,0	50	89,3
Medidas que premeiem estes comportamentos	2	6	-	-	-	7,7	26,1	-	-	-	8	14,3
Outra	1	1	-	-	-	3,8	4,3	-	-	-	2	3,6

TIPOLOGIA C/ Q10

Figura 27. Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere às Taxas de financiamento de participação pelos fundos comunitários



6.4. TIPOLOGIA D. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

IDENTIFICAÇÃO

3| Região (sede)

NUTS II	(n.º)	(%)
Norte	15	44,1
Centro	8	23,5
Lisboa	5	14,7
Alentejo	3	8,8
Algarve	2	5,9
RAM	1	2,9
Total	34	100,0

4| Tipo de entidade:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Câmara Municipal e Setor Empresarial Local	2	1	2	-	-	-	13,3	12,5	40,0	-	-	-	5	14,7
Empresa	5	4	1	1	2	-	33,3	50,0	20,0	33,3	100,0	-	13	38,2
Organismo da Administração Central e Setor Empresarial do Estado	4	1	-	1	-	-	26,7	12,5	-	33,3	-	-	6	17,6
Empresa, entidade concessionária de transportes públicos coletivos de passageiros	2	-	2	-	-	1	13,3	-	40,0	-	-	100,0	5	14,7
Outra	2	2	-	1	-	-	13,3	25,0	-	33,3	-	-	5	14,7

PROCESSO DE CANDIDATURA

5| Forma como tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética nos transportes públicos a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	7	4	3	1	-	-	46,7	50,0	60,0	33,3	-	-	15	44,1
Websites dos Organismos Intermediários	2	-	-	1	-	-	13,3	-	-	33,3	-	-	3	8,8
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	4	4	2	1	-	1	26,7	50,0	40,0	33,3	-	100,0	12	35,3
Publicações e material de divulgação do PT2020	4	-	1	-	-	1	26,7	-	20,0	-	-	100,0	6	17,6
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)	4	1	-	-	-	-	26,7	12,5	-	-	-	-	5	14,7
Redes sociais do PT2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
Associações empresariais	2	3	1	1	-	-	13,3	37,5	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Empresas de consultoria	3	3	3	1	2	-	20,0	37,5	60,0	33,3	100,0	-	12	35,3
Amigos/familiares/contactos pessoais	-	1	-	-	-	-	-	12,5	-	-	-	-	1	2,9
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

6| Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	3	1	2	-	-	-	20,0	12,5	40,0	-	-	-	6	17,6
Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)	8	6	3	1	-	-	53,3	75,0	60,0	33,3	-	-	18	52,9
Não tive conhecimento prévio do plano de avisos	4	1	-	2	2	1	26,7	12,5	-	66,7	100,0	100,0	10	29,4

7| Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolherem as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	3	1	2	1	-	-	20,0	12,5	40,0	33,3	-	-	7	20,6
Não	12	7	3	2	2	1	80,0	87,5	60,0	66,7	100,0	100,0	27	79,4

8| Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Promove o surgimento de novos beneficiários	3	2	1	1	-	-	20,0	25,0	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Reduz significativamente os custos de investimento	8	7	3	1	2	1	53,3	87,5	60,0	33,3	100,0	100,0	22	64,7
Permite viabilizar a realização de investimentos planeados	7	5	4	1	2	-	46,7	62,5	80,0	33,3	100,0	-	19	55,9
Outra	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9

9| Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações de eficiência energética no domínio dos transportes públicos:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Subsídio a fundo perdido														
Muito eficaz	13	8	3	2	2	1	86,7	100,0	60,0	66,7	100,0	100,0	29	85,3
Eficaz	-	-	1	1	-	-	-	-	20,0	33,3	-	-	2	5,9
Pouco eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nada eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	-	1	-	-	-	13,3	-	20,0	-	-	-	3	8,8
Subsídio reembolsável														
Muito eficaz	1	-	2	-	-	-	6,7	-	40,0	-	-	-	3	8,8
Eficaz	5	1	1	1	2	1	33,3	12,5	20,0	33,3	100,0	100,0	11	32,4
Pouco eficaz	7	5	1	-	-	-	46,7	62,5	20,0	-	-	-	13	38,2
Nada eficaz	-	1	-	1	-	-	-	12,5	-	33,3	-	-	2	5,9
NS/NR	2	1	1	1	-	-	13,3	12,5	20,0	33,3	-	-	5	14,7
Instrumento financeiro														
Muito eficaz	-	-	1	1	-	-	0,0	0,0	20,0	33,3	-	-	2	5,9
Eficaz	2	1	1	1	-	-	13,3	12,5	20,0	33,3	-	-	5	14,7
Pouco eficaz	6	3	2	-	-	1	40,0	37,5	40,0	-	-	100,0	12	35,3
Nada eficaz	1	2	-	1	2	-	6,7	25,0	-	33,3	100,0	-	6	17,6
NS/NR	6	2	1	-	-	-	40,0	25,0	20,0	-	-	-	9	26,5
Outra														
Muito eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pouco eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nada eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10| Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Prazo máximo de realização da operação														
Muito adequado	1	2	-	-	-	-	6,7	25,0	-	-	-	-	3	8,8
Adequado	8	2	3	2	-	1	53,3	25,0	60,0	66,7	-	100,0	16	47,1
Pouco adequado	4	4	1	1	2	-	26,7	50,0	20,0	33,3	100,0	-	12	35,3
Desadequado	2	-	1	-	-	-	13,3	-	20,0	-	-	-	3	8,8
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas consideradas elegíveis para apoio														
Muito adequado	-	-	1	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	1	2,9
Adequado	6	3	3	1	2	-	40,0	37,5	60,0	33,3	100,0	-	15	44,1
Pouco adequado	8	3	1	2	-	-	53,3	37,5	20,0	66,7	-	-	14	41,2
Desadequado	1	2	-	-	-	1	6,7	25,0	-	-	-	100,0	4	11,8
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários														
Muito adequado	3	3	-	-	-	-	20,0	37,5	-	-	-	-	6	17,6
Adequado	6	2	5	3	2	-	40,0	25,0	100,0	100,0	100,0	-	18	52,9
Pouco adequado	6	2	-	-	-	1	40,0	25,0	-	-	-	100,0	9	26,5
Desadequado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	1	-	-	-	-	-	12,5	-	-	-	-	1	2,9
Condições de elegibilidade das entidades promotoras														
Muito adequado	5	3	-	2	-	-	33,3	37,5	-	66,7	-	-	10	29,4

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Adequado	9	5	5	1	-	-	60,0	62,5	100,0	33,3	-	-	20	58,8
Pouco adequado	1	-	-	-	2	1	6,7	-	-	-	100,0	100,0	4	11,8
Desadequado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condições de elegibilidade das operações														
Muito adequado	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8
Adequado	9	5	3	2	-	1	60,0	62,5	60,0	66,7	-	100,0	20	58,8
Pouco adequado	3	-	2	1	2	-	20,0	-	40,0	33,3	100,0	-	8	23,5
Desadequado	-	2	-	-	-	-	-	25,0	-	-	-	-	2	5,9
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previsibilidade de abertura de concursos														
Muito adequado	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
Adequado	7	3	3	2	2	-	46,7	37,5	60,0	66,7	100,0	-	17	50,0
Pouco adequado	3	1	1	-	-	-	20,0	12,5	20,0	-	-	-	5	14,7
Desadequado	2	1	-	-	-	1	13,3	12,5	-	-	-	100,0	4	11,8
NS/NR	2	3	1	1	-	-	13,3	37,5	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Periodicidade de abertura de concursos														
Muito adequado	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
Adequado	6	3	1	2	-	-	40,0	37,5	20,0	66,7	-	-	12	35,3
Pouco adequado	3	1	2	1	2	1	20,0	12,5	40,0	33,3	100,0	100,0	10	29,4
Desadequado	2	1	1	-	-	-	13,3	12,5	20,0	-	-	-	4	11,8
NS/NR	2	3	1	-	-	-	13,3	37,5	20,0	-	-	-	6	17,6
Prazo para apresentação de candidaturas														
Muito adequado	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8
Adequado	7	7	4	3	-	1	46,7	87,5	80,0	100,0	-	100,0	22	64,7
Pouco adequado	5	-	1	-	2	-	33,3	-	20,0	-	100,0	-	8	23,5
Desadequado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

11| Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Clareza dos regulamentos específicos														
Muito positivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Positivo	11	8	5	3	2	1	73,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	30	88,2
Negativo	4	-	-	-	-	-	26,7	-	-	-	-	-	4	11,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza dos avisos de abertura de concurso														
Muito positivo	4	-	-	1	-	-	26,7	-	-	33,3	-	-	5	14,7
Positivo	10	7	5	2	-	1	66,7	87,5	100,0	66,7	-	100,0	25	73,5
Negativo	1	1	-	-	2	-	6,7	12,5	-	-	100,0	-	4	11,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas														
Muito positivo	1	-	-	1	-	-	6,7	-	-	33,3	-	-	3	8,8
Positivo	11	8	4	2	-	-	73,3	100,0	80,0	66,7	-	-	25	73,5
Negativo	2	-	-	-	2	1	13,3	-	-	-	100,0	100,0	5	14,7
Muito negativo	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	1	-	-	1	-	-	6,7	-	20,0	33,3	-	-	3	8,8
Clareza das normas e orientações técnicas														
Muito positivo	2	1	-	1	-	-	13,3	12,5	-	33,3	-	-	4	11,8
Positivo	9	7	5	2	-	-	60,0	87,5	100,0	66,7	-	-	23	67,6
Negativo	4	-	-	-	2	1	26,7	-	-	-	100,0	100,0	7	20,6
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador														
Muito positivo	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Positivo	10	8	5	3	2	1	66,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	29	85,3
Negativo	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura														
Muito positivo	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
Positivo	9	7	5	3	-	-	60,0	87,5	100,0	100,0	-	-	24	70,6
Negativo	5	1	-	-	2	1	33,3	12,5	-	-	100,0	100,0	9	26,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura														
Muito positivo	2	1	-	-	-	-	13,3	12,5	-	-	-	-	3	8,8
Positivo	7	7	5	3	2	1	46,7	87,5	100,0	100,0	100,0	100,0	25	73,5
Negativo	5	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	-	-	5	14,7
Muito negativo	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura														
Muito positivo	3	1	-	1	-	1	20,0	12,5	-	33,3	-	100,0	6	17,6
Positivo	6	7	5	2	-	-	40,0	87,5	100,0	66,7	-	-	20	58,8
Negativo	6	-	-	-	2	-	40,0	-	-	-	100,0	-	8	23,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Volume da documentação solicitada na candidatura														
Muito positivo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	33,3	-	-	1	2,9
Positivo	3	5	2	1	-	-	20,0	62,5	40,0	33,3	-	-	11	32,4
Negativo	10	3	3	1	-	-	66,7	37,5	60,0	33,3	-	-	17	50,0
Muito negativo	2	-	-	-	2	1	13,3	-	-	-	100,0	100,0	5	14,7
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

12 | A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações	6	5	2	2	-	1	40,0	62,5	40,0	66,7	-	100,0	16	47,1
Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações	9	3	3	1	2	-	60,0	37,5	60,0	33,3	100,0	-	18	52,9

12.1 Se sim, essas alterações traduziram-se:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
No aumento dos investimentos previstos inicialmente	2	5	-	1	-	-	33,3	100,0	-	-	-	-	8	50,0
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	2	-	1	-	-	-	33,3	-	50,0	-	-	-	3	18,8
Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados	2	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	-	-	2	12,5
No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)	2	1	-	-	-	-	33,3	20,0	-	-	-	-	3	18,8
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	3	2	-	1	-	-	50,0	40,0	-	-	-	-	6	37,5
No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)	1	1	-	-	-	1	16,7	20,0	-	-	-	-	3	18,8
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	100,0	3	18,8
Outras alterações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13 | Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	13	7	5	3	2	1	86,7	87,5	100,0	100,0	100,0	100,0	31	91,2
Não	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
A(s) candidatura(s) está(ão) em análise	-	1	-	-	-	-	-	12,5	-	-	-	-	1	2,9

13.1 .1 Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Não	2	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	2	100
Sim, apenas com recurso a autofinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, com recurso a outras fontes de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13.1.2 Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinale as aplicáveis:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Por limitações financeiras, pelo que não conseguia assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)	2	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	2	100
Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13.1.3 Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	100,0
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

13.2 Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Meios próprios	12	7	4	2	2	1	80,0	87,5	80,0	66,7	100,0	100,0	28	82,4
Empréstimos bancários	2	3	2	1	2	1	13,3	37,5	40,0	33,3	100,0	100,0	11	32,4
Investidores privados (exemplo: capital de risco)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
Outros financiamentos públicos	1	1	-	-	-	-	6,7	12,5	-	-	-	-	2	5,9
Outras fontes	-	-	-	1	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	2,9

14 Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
Não	14	8	5	3	2	1	93,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	33	97,1

14.3 Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0

DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

15 | De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões):

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Possuíam recursos técnicos com competências necessárias	8	6	3	2	-	1	53,3	75,0	60,0	66,7	-	100,0	20	58,8
Contrataram equipa(s) com competências específicas para planejar a candidatura (consultoria externa)	9	5	2	2	2	0	60,0	62,5	40,0	66,7	100,0	0,0	20	58,8
Contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)	1	1	2	1	-	-	6,7	12,5	40,0	33,3	-	-	5	14,7

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planejar a candidatura e implementar a operação(ões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Frequentaram ações de formação específicas	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8
Outra	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9

|Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	7	7	4	3	-	1	46,7	87,5	80,0	100,0	-	100,0	22	64,7
Não	8	1	-	-	2	-	53,3	12,5	-	-	100,0	-	11	32,4
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	1	2,9

|Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de:

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido	4	-	-	-	-	-	50,0	-	-	-	-	50,0	4	44,4
Conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas	6	1	-	-	2	-	75,0	100,0	-	-	100,0	75,0	9	88,9

16|Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	2	1	2	-	2	1	13,3	12,5	40,0	-	100,0	100,0	8	23,5
Não	13	7	3	3	-	-	86,7	87,5	60,0	100,0	-	-	26	76,5

|Se sim,

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados	2	-	1	-	2	1	100,0	-	50,0	-	100,0	100,0	6	75,0
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	-	1	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	1	12,5
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	-	-	1	-	-	-	-	-	50,0	-	-	-	1	12,5

17| Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s):

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Situação económica do país														
Potenciou fortemente	1	2	-	-	-	-	6,7	25,0	-	-	-	-	3	8,8
Potenciou	1	-	1	-	-	1	6,7	-	20,0	-	-	100,0	3	8,8
Condicionou	10	2	1	1	2	-	66,7	25,0	20,0	33,3	100,0	-	16	47,1
Condicionou fortemente	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	2	4	3	2	-	-	13,3	50,0	60,0	66,7	-	-	11	32,4
Capacidade económica e financeira interna/própria														
Potenciou fortemente	2	3	1	1	-	-	13,3	37,5	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Potenciou	4	-	-	1	-	1	26,7	-	-	33,3	-	100,0	6	17,6
Condicionou	8	3	2	1	2	-	53,3	37,5	40,0	33,3	100,0	-	16	47,1
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	2	2	-	-	-	6,7	25,0	40,0	-	-	-	5	14,7
Acesso a financiamento (alheio)														
Potenciou fortemente	-	2	-	2	-	-	0,0	25,0	-	66,7	-	-	4	11,8
Potenciou	2	-	3	-	-	1	13,3	-	60,0	-	-	100,0	6	17,6
Condicionou	4	2	-	-	2	-	26,7	25,0	-	-	100,0	-	8	23,5

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Condicionou fortemente	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
NS/NR	7	4	2	1	-	-	46,7	50,0	40,0	33,3	-	-	14	41,2
Qualidade dos equipamentos disponíveis														
Potenciou fortemente	2	1	1	-	-	1	13,3	12,5	20,0	-	-	100,0	5	14,7
Potenciou	6	2	1	2	-	-	40,0	25,0	20,0	66,7	-	-	11	32,4
Condicionou	2	1	-	-	2	-	13,3	12,5	-	-	100,0	-	5	14,7
Condicionou fortemente	-	2	-	1	-	-	-	25,0	-	33,3	-	-	3	8,8
NS/NR	5	2	3	-	-	-	33,3	25,0	60,0	-	-	-	10	29,4
Disponibilidade de recursos humanos qualificados														
Potenciou fortemente	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8
Potenciou	4	5	1	1	-	1	26,7	62,5	20,0	33,3	-	100,0	12	35,3
Condicionou	6	1	1	1	2	-	40,0	12,5	20,0	33,3	100,0	-	11	32,4
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	1	3	1	-	-	13,3	12,5	60,0	33,3	-	-	7	20,6
Capacidade de mobilização de parceiros														
Potenciou fortemente	1	1	-	-	-	1	6,7	12,5	-	-	-	100,0	3	8,8
Potenciou	6	2	2	1	2	-	40,0	25,0	40,0	33,3	100,0	-	13	38,2
Condicionou	5	2	-	-	-	-	33,3	25,0	-	-	-	-	7	20,6
Condicionou fortemente	-	1	-	1	-	-	-	12,5	-	33,3	-	-	2	5,9
NS/NR	3	2	3	1	-	-	20,0	25,0	60,0	33,3	-	-	9	26,5
Legislação/regulamentação aplicável														
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100,0	1	2,9
Potenciou	4	1	1	1	-	-	26,7	12,5	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Condicionou	7	5	3	1	2	-	46,7	62,5	60,0	33,3	100,0	-	18	52,9
Condicionou fortemente	2	1	-	-	-	-	13,3	12,5	-	-	-	-	3	8,8
NS/NR	2	1	1	1	-	-	13,3	12,5	20,0	33,3	-	-	5	14,7
Prazos de abertura de concursos														
Potenciou fortemente	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
Potenciou	5	3	1	1	-	-	33,3	37,5	20,0	33,3	-	-	10	29,4
Condicionou	6	3	3	1	2	1	40,0	37,5	60,0	33,3	100,0	100,0	16	47,1
Condicionou fortemente	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	1	2	1	1	-	-	6,7	25,0	20,0	33,3	-	-	5	14,7
Prazos de decisão das candidaturas														
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	6	2	3	1	-	1	40,0	25,0	60,0	33,3	-	100,0	13	38,2
Condicionou	7	2	1	1	2	-	46,7	25,0	20,0	33,3	100,0	-	13	38,2
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	4	1	1	-	-	13,3	50,0	20,0	33,3	-	-	8	23,5
Prazos de pagamento das participações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento														
Potenciou fortemente	2	1	1	-	-	-	13,3	12,5	20,0	-	-	-	4	11,8
Potenciou	4	1	2	1	2	-	26,7	12,5	40,0	33,3	100,0	-	10	29,4
Condicionou	4	1	-	-	-	-	26,7	12,5	-	-	-	-	5	14,7
Condicionou fortemente	1	1	-	-	-	-	6,7	12,5	-	-	-	-	2	5,9
NS/NR	4	4	2	2	-	1	26,7	50,0	40,0	66,7	-	100,0	13	38,2
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/ termo de aceitação)														
Potenciou fortemente	-	1	1	-	-	-	-	12,5	20,0	-	-	-	2	5,9
Potenciou	5	3	2	2	-	-	33,3	37,5	40,0	66,7	-	-	12	35,3
Condicionou	5	-	-	-	2	-	33,3	-	-	-	100,0	-	7	20,6
Condicionou fortemente	-	1	-	-	-	-	-	12,5	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	5	3	2	1	-	1	33,3	37,5	40,0	33,3	-	100,0	12	35,3
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS)														
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	5	-	3	-	-	1	33,3	-	60,0	-	-	100,0	9	26,5
Condicionou	1	2	-	1	2	-	6,7	25,0	-	33,3	100,0	-	6	17,6
Condicionou fortemente	2	-	-	-	-	-	13,3	-	-	-	-	-	2	5,9
NS/NR	7	6	2	2	-	-	46,7	75,0	40,0	66,7	-	-	17	50,0
Outra														
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Potenciou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condicionou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condicionou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

18| Qual o grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Processo de instrução de candidatura														
Muito positivo	4	1	1	-	-	-	26,7	12,5	20,0	-	-	-	6	17,6
Positivo	8	7	3	3	-	1	53,3	87,5	60,0	100,0	-	100,0	22	64,7
Negativo	2	-	-	-	2	-	13,3	-	-	-	100,0	-	4	11,8
Muito negativo	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	1	2,9
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento														
Muito positivo	7	1	1	1	-	-	46,7	12,5	20,0	33,3	-	-	10	29,4
Positivo	5	6	2	2	2	-	33,3	75,0	40,0	66,7	100,0	-	17	50,0
Negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	1	2	-	-	1	20,0	12,5	40,0	-	-	100,0	7	20,6
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento														
Muito positivo	1	1	-	-	-	-	6,7	12,5	-	-	-	-	2	5,9
Positivo	8	5	1	3	-	-	53,3	62,5	20,0	100,0	-	-	17	50,0
Negativo	4	1	2	-	2	-	26,7	12,5	40,0	-	100,0	-	9	26,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	1	2	-	-	1	13,3	12,5	40,0	-	-	100,0	6	17,6
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto														
Muito positivo	4	1	1	1	-	-	26,7	12,5	20,0	33,3	-	-	7	20,6
Positivo	4	5	-	-	1	-	26,7	62,5	-	-	50,0	-	10	29,4
Negativo	1	1	1	-	1	-	6,7	12,5	20,0	-	50,0	-	4	11,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	6	1	3	2	-	1	40,0	12,5	60,0	66,7	-	100,0	13	38,2
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização														
Muito positivo	7	5	-	1	-	-	46,7	62,5	-	33,3	-	-	13	38,2
Positivo	3	2	4	1	2	-	20,0	25,0	80,0	33,3	100,0	-	12	35,3
Negativo	1	1	-	-	-	-	6,7	12,5	-	-	-	-	2	5,9
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	4	-	1	1	-	1	26,7	-	20,0	33,3	-	100,0	7	20,6
Verificação e controlo no local do investimento														
Muito positivo	1	-	1	-	-	-	6,7	-	20,0	-	-	-	2	5,9
Positivo	4	2	1	2	2	-	26,7	25,0	20,0	66,7	100,0	-	11	32,4
Negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	10	6	3	1	-	1	66,7	75,0	60,0	33,3	-	100,0	21	61,8
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)														
Muito positivo	1	-	1	1	-	-	6,7	-	20,0	33,3	-	-	3	8,8
Positivo	6	4	1	2	1	1	40,0	50,0	20,0	66,7	50,0	100,0	15	44,1
Negativo	1	-	-	-	1	-	6,7	-	-	-	50,0	-	2	5,9
Muito negativo	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
NS/NR	6	4	3	-	-	-	40,0	50,0	60,0	-	-	-	13	38,2

19| Avaliação do contributo esperado da(s) candidatura(s) para os seguintes resultados e impactos:

Resultados e impactes	(n.º)						(%)						Total	
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	(n.º)	(%)
Aumento da representatividade da energia menos poluente no consumo final bruto de energia														
Muito elevado	3	1	2	1	-	-	20,0	12,5	40,0	33,3	-	-	7	20,6
Elevado	2	1	1	-	2	-	13,3	12,5	20,0	-	100,0	-	6	17,6
Médio	3	3	-	1	-	1	20,0	37,5	-	33,3	-	100,0	8	23,5
Limitado	2	1	-	1	-	-	13,3	12,5	0,0	33,3	-	-	4	11,8
Muito reduzido	1	2	1	-	-	-	6,7	25,0	20,0	-	-	-	4	11,8
NS/NR	4	-	1	-	-	-	26,7	0,0	20,0	-	-	-	5	14,7
Redução do consumo de energia primária														
Muito elevado	2	1	1	-	-	-	13,3	12,5	20,0	-	-	-	4	11,8
Elevado	4	2	2	1	2	-	26,7	25,0	40,0	33,3	100,0	-	11	32,4
Médio	3	2	-	1	-	1	20,0	25,0	-	33,3	-	100,0	7	20,6
Limitado	3	1	1	1	-	-	20,0	12,5	20,0	33,3	-	-	6	17,6
Muito reduzido	2	2	-	-	-	-	13,3	25,0	-	-	-	-	4	11,8
NS/NR	1	-	1	-	-	-	6,7	-	20,0	-	-	-	2	5,9
Poupança financeira alcançada canalizada para consumo adicional de energia														
Muito elevado	1	-	-	1	-	1	6,7	-	-	33,3	-	100,0	3	8,8
Elevado	3	-	2	-	-	-	20,0	-	40,0	-	-	-	5	14,7
Médio	2	2	1	1	2	-	13,3	25,0	20,0	33,3	100,0	-	8	23,5
Limitado	3	1	1	1	-	-	20,0	12,5	20,0	33,3	-	-	6	17,6
Muito reduzido	2	3	-	-	-	-	13,3	37,5	-	-	-	-	5	14,7
NS/NR	4	2	1	-	-	-	26,7	25,0	20,0	-	-	-	7	20,6

20| No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

Expectativa	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Execução dos valores de investimento														
Acima do contratado	1	1	-	-	-	-	6,7	12,5	-	-	-	-	2	5,9
Em linha com o contratado	13	7	5	3	2	1	86,7	87,5	100,0	100,0	100,0	100,0	31	91,2
Abaixo do contratado	1	-	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-	-	1	2,9
Cumprimento da calendarização da operação														
Acima do contratado	3	4	1	-	-	-	20,0	50,0	20,0	-	-	-	8	23,5
Em linha com o contratado	10	2	3	3	-	1	66,7	25,0	60,0	100,0	-	100,0	19	55,9
Abaixo do contratado	2	2	1	-	2	-	13,3	25,0	20,0	-	100,0	-	7	20,6
Alcance das metas previstas para os indicadores														
Acima do contratado	2	2	-	-	-	-	13,3	25,0	-	-	-	-	4	11,8
Em linha com o contratado	10	5	5	3	2	1	66,7	62,5	100,0	100,0	100,0	100,0	26	76,5
Abaixo do contratado	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8

21| Face aos resultados que espera alcançar no final da implementação, qual o impacto estimado (percentagem de redução de consumo) que a(s) operação(ões) terão no consumo energético da entidade que representa

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Entre 0% e 4,9%	10	8	3	1	-	-	66,7	100,0	60,0	33,3	-	-	22	64,7
Entre 5% e 9,9%	2	-	2	1	2	-	13,3	-	40,0	33,3	100,0	-	7	20,6
Entre 10% e 24,9%	3	-	-	1	-	1	20,0	-	-	33,3	-	100,0	5	14,7
Entre 25% e 49,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Superior a 50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

22| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	1	2	1	-	-	1	6,7	25,0	20,0	-	-	100,0	5	14,7
Não	10	5	3	3	2	-	66,7	62,5	60,0	100,0	100,0	-	23	67,6
NS/NR	4	1	1	-	-	-	26,7	12,5	20,0	-	-	-	6	17,6

23| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	3	1	-	-	-	-	20,0	12,5	-	-	-	-	4	11,8
Não	8	3	4	2	2	1	53,3	37,5	80,0	66,7	100,0	100,0	20	58,8
NS/NR	4	4	1	1	-	-	26,7	50,0	20,0	33,3	-	-	10	29,4

24| Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s)

Afirmações	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer														
Concordo totalmente	1	1	1	-	-	-	12,5	33,3	25,0	-	-	-	3	15,0
Concordo	5	-	2	-	2	-	62,5	-	50,0	-	100,0	-	9	45,0
Discordo	-	1	-	-	-	-	-	33,3	-	-	-	-	1	5,0
Discordo totalmente	1	1	-	1	-	1	12,5	33,3	-	50,0	-	100,0	4	20,0
NS/NR	1	-	1	1	-	-	12,5	-	25,0	50,0	-	-	3	15,0
Falta de interesse em explorar essa possibilidade														
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	2	1	-	-	-	-	25,0	33,3	-	-	-	-	3	15,0
Discordo	3	-	2	-	2	-	37,5	-	50,0	-	100,0	-	7	35,0
Discordo totalmente	2	2	1	1	-	1	25,0	66,7	25,0	50,0	-	100,0	7	35,0
NS/NR	1	-	1	1	-	-	12,5	-	25,0	50,0	-	-	3	15,0
Desconhecimento de outras entidades promotoras														
Concordo totalmente	1	-	-	-	-	-	12,5	-	-	-	-	-	1	5,0
Concordo	6	1	1	1	2	-	75,0	33,3	25,0	50,0	100,0	-	11	55,0
Discordo	-	1	2	-	-	-	-	33,3	50,0	-	-	-	3	15,0
Discordo totalmente	-	1	-	1	-	1	-	33,3	-	50,0	-	100,0	3	15,0
NS/NR	1	-	1	-	-	-	12,5	-	25,0	-	-	-	2	10,0
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais														
Concordo totalmente	-	1	1	-	-	-	-	33,3	25,0	-	-	-	2	10,0
Concordo	5	1	2	1	-	-	62,5	33,3	50,0	50,0	-	-	9	45,0
Discordo	1	1	-	-	2	-	12,5	33,3	-	-	100,0	-	4	20,0
Discordo totalmente	1	-	-	1	-	1	12,5	-	-	50,0	-	100,0	3	15,0
NS/NR	1	-	1	-	-	-	12,5	-	25,0	-	-	-	2	10,0
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários														
Concordo totalmente	-	-	1	-	-	-	-	-	25,0	-	-	-	1	5,0
Concordo	6	1	2	1	-	-	75,0	33,3	50,0	50,0	-	-	10	50,0
Discordo	1	1	-	-	2	-	12,5	33,3	-	-	100,0	-	4	20,0
Discordo totalmente	-	1	-	1	-	1	-	33,3	-	50,0	-	100,0	3	15,0
NS/NR	1	-	1	-	-	-	12,5	-	25,0	-	-	-	2	10,0
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos														
Concordo totalmente	2	-	1	-	1	-	25,0	-	25,0	-	50,0	-	4	20,0
Concordo	3	-	1	1	-	-	37,5	-	25,0	50,0	-	-	5	25,0
Discordo	1	2	1	-	-	-	12,5	66,7	25,0	-	-	-	4	20,0
Discordo totalmente	-	-	-	1	-	1	-	-	-	50,0	-	100,0	2	10,0
NS/NR	2	1	1	-	1	-	25,0	33,3	25,0	-	50,0	-	5	25,0
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram														
Concordo totalmente	-	3	2	1	1	-	-	100,0	50,0	50,0	50,0	-	7	35,0
Concordo	5	-	-	-	-	-	62,5	-	-	-	-	-	5	25,0
Discordo	1	-	1	-	-	-	12,5	-	25,0	-	-	-	2	10,0
Discordo totalmente	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100,0	1	5,0
NS/NR	2	-	1	1	1	-	25,0	-	25,0	50,0	50,0	-	5	25,0
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram														
Concordo totalmente	-	-	1	-	1	-	-	-	25,0	-	50,0	-	2	10,0
Concordo	4	1	1	-	-	-	50,0	33,3	25,0	-	-	-	6	30,0
Discordo	1	-	1	-	-	-	12,5	-	25,0	-	-	-	2	10,0
Discordo totalmente	-	1	-	1	-	1	-	33,3	-	50,0	-	100,0	3	15,0
NS/NR	3	1	1	1	1	-	37,5	33,3	25,0	50,0	50,0	-	7	35,0
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura														
Concordo totalmente	-	-	1	-	-	-	-	-	25,0	-	-	-	1	5,0

Afirmações	(n.º)						(%)						(n.º)	%
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Concordo	2	1	1	1	-	-	25,0	33,3	25,0	50,0	-	-	5	25,0
Discordo	3	-	1	-	2	-	37,5	-	25,0	-	100,0	-	6	30,0
Discordo totalmente	1	1	-	-	-	1	12,5	33,3	-	-	-	100,0	3	15,0
NS/NR	2	1	1	1	-	-	25,0	33,3	25,0	50,0	-	-	5	25,0
Outra														
Concordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concordo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discordo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discordo totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

25 | Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	1	1	2	1	-	1	6,7	12,5	40,0	33,3	-	100,0	6	17,6
Não	14	7	3	2	2	-	93,3	87,5	60,0	66,7	100,0	-	28	82,4

25.1 | Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	1	1	-	-	100,0	-	50	100,0	-	-	3	50
Idêntica	-	1	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	1	16,7
Piorou	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100,0	1	16,7
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Previsibilidade de abertura de concursos														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Idêntica	1	1	-	1	-	-	100,0	100,0	-	100,0	-	-	3	50
Piorou	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100,0	1	16,7
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Periodicidade de abertura de concursos														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	1	1	-	-	1	-	1	1	-	-	3	50
Idêntica	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	16,7
Piorou	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	16,7
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	16,7
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	1	1	-	-	100,0	-	50	100,0	-	-	3	50
Idêntica	-	1	-	-	-	1	-	100,0	-	-	-	100,0	2	33,3
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	17,6
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	-	-	1	-	-	50,0	-	-	100,0	2	33,3
Idêntica	1	1	-	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	-	2	33,3
Piorou	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100,0	-	-	1	16,7
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50,0	-	-	-	1	16,7
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Idêntica	1	1	-	1	-	1	100	100	-	100	-	100	4	66,7

Aspetos	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	1	-	-	-	100	-	50	-	-	-	2	33,3
Idêntica	-	-	-	1	-	-	-	-	-	100	-	-	1	16,7
Piorou	-	1	-	-	-	1	-	100	-	-	-	100	2	33,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	1	-	1	1	-	-	100	-	50	100	-	-	3	50
Idêntica	-	1	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	1	16,7
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	1	-	-	50	-	-	100	2	33,3
Prazo de análise de candidaturas														
Melhorou muito	1	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	1	16,7
Melhorou	-	-	1	1	-	-	-	-	50	100	-	-	2	33,3
Idêntica	-	1	-	-	-	1	-	100	-	-	-	100	2	33,3
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Complexidade dos Grandes Projetos														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Idêntica	-	1	-	1	-	-	-	100	-	100	-	-	2	33,3
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	-	1	-	-	1	100	-	50	-	-	100	3	50
Processo de Auxílios de Estado														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	-	-	-	-	-	50	-	-	-	1	16,7
Idêntica	1	-	-	1	-	-	100	-	-	100	-	-	2	33,3
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	1	1	-	-	1	-	100	50	-	-	100	3	50
Aplicação de Custos Padrão														
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	-	-	1	1	-	-	-	-	50	100	-	-	2	33,3
Idêntica	1	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	1	16,7
Piorou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	1	1	-	-	1	-	100	50	-	-	100	3	50

26| Implementou algum mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões)

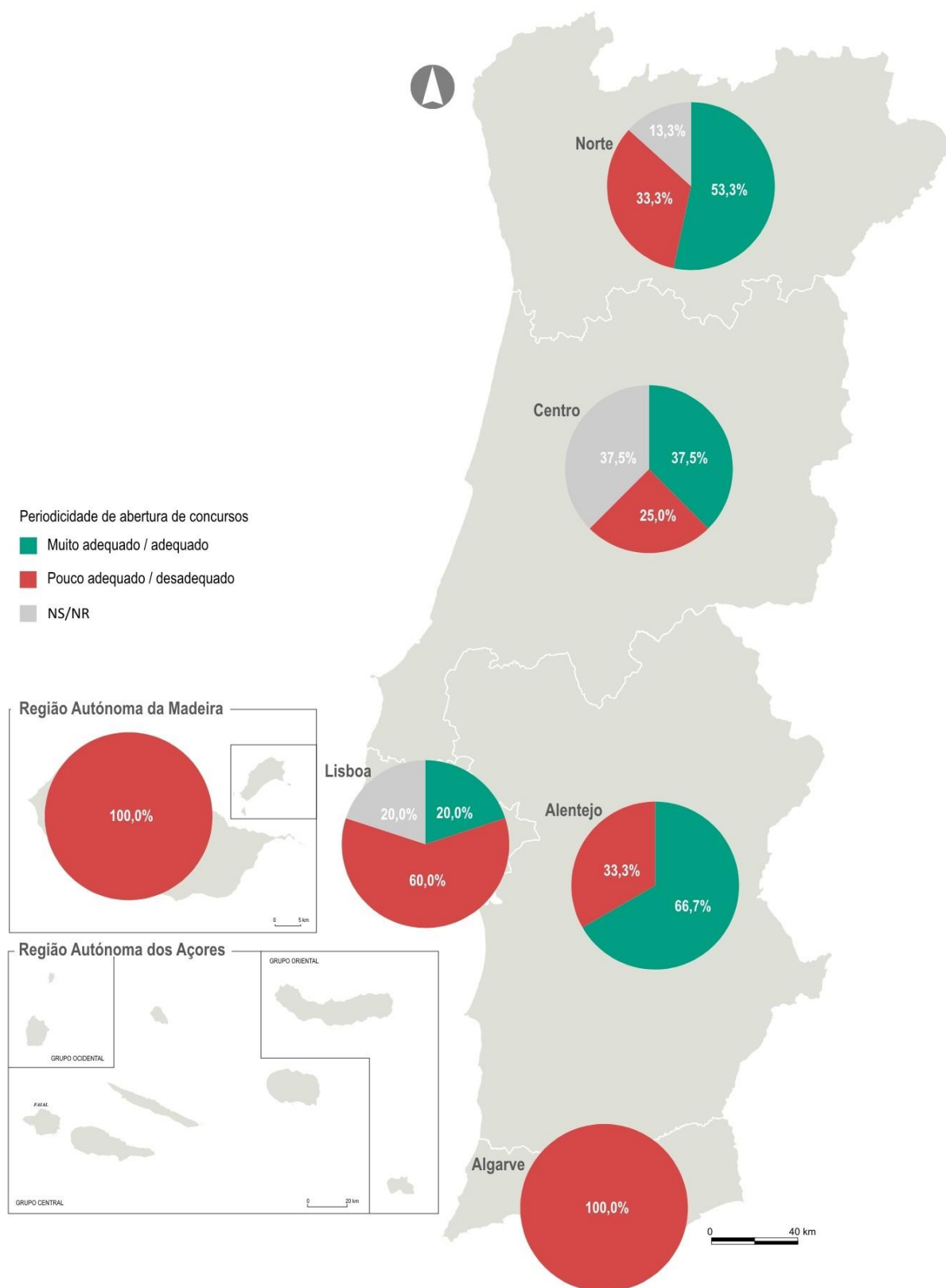
	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Sim	-	1	1	1	-	-	-	100,0	50,0	100,0	-	-	3	50
Não	1	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	1	16,7
NS/NR	-	-	1	-	-	1	-	-	50,0	-	-	100,0	2	33,3

27| Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos?

	(n.º)						(%)						(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAM	Total	
Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores	1	1	2	1	-	1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	6	100,0
Medidas que premeiem estes comportamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TIPOLOGIA D/Q10

Figura 28. Avaliação da adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere à Periodicidade de abertura de concursos



6.5. TIPOLOGIA E. MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

IDENTIFICAÇÃO

3| Região (sede)

NUTS II	(n.º)	(%)
Norte	63	37,1
Centro	44	25,9
Lisboa	17	10,0
Alentejo	34	20,0
Algarve	1	0,6
RAA	8	4,7
RAM	3	1,8
Total	170	100,0

4| Tipo de entidade:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Município	57	42	17	32	1	6	2	90,5	95,5	100,0	94,1	100,0	75,0	66,7	157	92,4
Comunidade Intermunicipal	3	2	-	1	-	-	-	4,8	4,5	-	2,9	-	-	-	6	3,5
Instituição de Ensino Superior	1	-	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	-	-	-	1	0,6
Empresas e entidades concessionárias de transportes públicos coletivos de passageiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidade gestora e operador da rede de mobilidade elétrica	1	-	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	-	-	-	1	0,6
Outra	1	-	-	1	-	2	1	1,6	-	-	2,9	-	25,0	33,3	5	2,9

5| Forma como tomou conhecimento dos apoios destinados à mobilidade urbana sustentável a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Website do(s) Programa(s) Operacional(is)	51	37	12	28	1	7	2	81,0	84,1	70,6	82,4	100,0	87,5	66,7	138	81,2
Websites dos Organismos Intermédios	17	15	6	8	1	1	2	27,0	34,1	35,3	23,5	100,0	12,5	66,7	50	29,4
Sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) Programa(s) Operacional(is)	20	20	10	14	1	1	1	31,7	45,5	58,8	41,2	100,0	12,5	33,3	67	39,4
Publicações e material de divulgação do PT2020	19	20	8	13	1	4	-	30,2	45,5	47,1	38,2	100,0	50,0	-	65	38,2
Newsletters do PT2020 e/ou do(s) Programa(s) Operacional(is)	13	11	5	7	1	-	-	20,6	25,0	29,4	20,6	100,0	-	-	37	21,8
Redes sociais do PT2020	3	1	1	2	-	-	-	4,8	2,3	5,9	5,9	-	-	-	7	4,1
Meios de comunicação social / Anúncios (imprensa ou web) / Campanhas de Informação	4	2	1	2	-	1	-	6,3	4,5	5,9	5,9	-	12,5	-	10	5,9
Associações empresariais	-	1	-	-	-	-	-	-	2,3	-	-	-	-	-	1	-
Empresas de consultoria	5	8	2	3	-	1	-	7,9	18,2	11,8	8,8	-	12,5	-	19	-
Amigos/familiares/contactos pessoais	1	-	-	-	-	-	-	1,6	-	-	-	-	-	-	1	-
Outra	3	5	2	2	-	-	-	4,8	11,4	11,8	5,9	-	-	-	12	-

6| Conhece outros instrumentos que financiem esta tipologia

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	7	10	6	6	-	1	1	11,1	22,7	35,3	17,6	-	12,5	33,3	31	18,2
Não	56	34	11	28	1	7	2	88,9	77,3	64,7	82,4	100,0	87,5	66,7	139	81,8

6.3| Existem casos em que optou por candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	1	1	1	1	-	-	-	14,3	10,0	16,7	16,7	-	-	-	4	12,9
Não	6	9	5	5	-	1	1	85,7	90,0	83,3	83,3	-	100,0	100,0	27	87,1

7| Considera que a divulgação do plano de avisos de abertura de concurso lhe permitiu antecipar o processo de candidatura conseguindo preparar-se e capacitar-se previamente para responder às exigências dos avisos de abertura de concurso

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim. Se possível, exemplifique	16	14	7	8	-	1	-	25,4	31,8	41,2	23,5	-	12,5	-	46	27,1
Tive conhecimento do plano de avisos, mas não teve impacto na(s) candidatura(s)	35	22	7	19	1	6	3	55,6	50,0	41,2	55,9	100,0	75,0	100,0	93	54,7
Não tive conhecimento prévio do plano de avisos	12	8	3	7	-	1	-	19,0	18,2	17,6	20,6	-	12,5	-	31	18,2

8| Considera que os avisos de abertura de concurso são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	29	28	8	19		5	2	46,0	63,6	47,1	55,9	0,0	62,5	66,7	91	53,5
Não	34	16	9	15	1	3	1	54,0	36,4	52,9	44,1	100,0	37,5	33,3	79	46,5

9| Quais as principais vantagens que atribui ao financiamento comunitário a operações no domínio da política energética

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Promove o surgimento de novos beneficiários	9	6	2	3	-	2	1	14,3	13,6	11,8	8,8	-	25,0	33,3	23	13,5
Reduz significativamente os custos de investimento	38	27	9	21	1	3	-	60,3	61,4	52,9	61,8	100,0	37,5	-	99	58,2
Permite viabilizar a realização de investimentos planeados	45	31	11	23	1	5	3	71,4	70,5	64,7	67,6	100,0	62,5	100,0	119	70,0
Outra	5	2	2	1	-	1	-	7,9	4,5	11,8	2,9	-	12,5	-	12	7,1

10| Num quadro de exiguidade de recursos disponíveis e de procura potencialmente elevada, avalie a eficácia das seguintes formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da mobilidade urbana sustentável:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Subsídio a fundo perdido																
Muito eficaz	46	37	15	30	1	7	2	73,0	84,1	88,2	88,2	100,0	87,5	66,7	138	81,2
Eficaz	15	6	2	4	-	-	1	23,8	13,6	11,8	11,8	-	-	33,3	28	16,5
Pouco eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nada eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	1	-	-	-	1	-	3,2	2,3	-	-	-	12,5	-	4	2,4
Subsídio reembolsável																
Muito eficaz	5	1	1	1	-	1	-	7,9	2,3	5,9	2,9	-	12,5	-	9	5,3
Eficaz	25	14	4	8	-	1	1	39,7	31,8	23,5	23,5	-	12,5	33,3	53	31,2
Pouco eficaz	5	5	4	3	-	-	-	7,9	11,4	23,5	8,8	-	-	-	17	10,0
Nada eficaz	26	21	6	20	1	5	2	41,3	47,7	35,3	58,8	100,0	62,5	66,7	81	47,6
NS/NR	2	3	2	2	-	1	-	3,2	6,8	11,8	5,9	-	12,5	-	10	5,9
Instrumento financeiro																
Muito eficaz	3	2	1	-	-	1	-	4,8	4,5	5,9	-	-	12,5	-	7	4,1
Eficaz	21	8	5	11	-	2	2	33,3	18,2	29,4	32,4	-	25,0	66,7	49	28,8
Pouco eficaz	28	23	6	15	1	3	1	44,4	52,3	35,3	44,1	100,0	37,5	33,3	77	45,3
Nada eficaz	6	5	3	1	-	1	-	9,5	11,4	17,6	2,9	-	12,5	-	16	9,4
NS/NR	5	6	2	7	-	1	-	7,9	13,6	11,8	20,6	-	12,5	-	21	12,4
Outra																
Muito eficaz	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	100	-	1	100
Eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pouco eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nada eficaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

11 | Avalie a adequação dos instrumentos de apoio às necessidades da entidade que representa no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Prazo máximo de realização da operação																
Muito adequado	6	5	-	2	-	-	-	9,5	11,4	-	5,9	-	-	-	13	7,6
Adequado	54	33	12	28	1	7	3	85,7	75,0	70,6	82,4	100,0	87,5	100,0	138	81,2
Pouco adequado	2	5	2	4	-	-	-	3,2	11,4	11,8	11,8	-	-	-	13	7,6
Desadequado	-	1	3	-	-	-	-	-	2,3	17,6	-	-	-	-	4	2,4
NS/NR	1	-	-	-	-	1	-	1,6	-	-	-	-	12,5	-	2	1,2
Despesas consideradas elegíveis para apoio																
Muito adequado	3	3	-	1	-	1	-	4,8	6,8	-	2,9	-	12,5	-	8	4,7
Adequado	45	38	13	25	1	6	2	71,4	86,4	76,5	73,5	100,0	75,0	66,7	130	76,5
Pouco adequado	10	3	2	6	-	-	1	15,9	6,8	11,8	17,6	-	-	33,3	22	12,9
Desadequado	4	-	2	1	-	-	-	6,3	-	11,8	2,9	-	-	-	7	4,1
NS/NR	1	-	-	1	-	1	-	1,6	-	-	2,9	-	12,5	-	3	1,8
Taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários																
Muito adequado	18	9	-	7	-	-	-	28,6	20,5	-	20,6	-	-	-	34	20,0
Adequado	41	32	5	21	1	7	3	65,1	72,7	29,4	61,8	100,0	87,5	100,0	110	64,7
Pouco adequado	3	3	10	4	-	-	-	4,8	6,8	58,8	11,8	-	-	-	20	11,8
Desadequado	-	-	2	-	-	-	-	-	-	11,8	-	-	-	-	2	1,2
NS/NR	1	-	-	2	-	1	-	1,6	-	-	5,9	-	12,5	-	4	2,4
Condições de elegibilidade das entidades promotoras																
Muito adequado	14	8	1	4	-	-	-	22,2	18,2	5,9	11,8	-	-	-	27	15,9
Adequado	47	33	15	26	1	7	3	74,6	75,0	88,2	76,5	100,0	87,5	100,0	132	77,6
Pouco adequado	2	3	-	4	-	-	-	3,2	6,8	-	11,8	-	-	-	9	5,3
Desadequado	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	1	0,6
NS/NR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	12,5	-	1	0,6
Condições de elegibilidade das operações																
Muito adequado	7	2	-	2	-	-	-	11,1	4,5	-	5,9	-	-	-	11	6,5
Adequado	52	37	13	25	1	6	2	82,5	84,1	76,5	73,5	100,0	75,0	66,7	136	80,0
Pouco adequado	4	4	4	6	-	-	1	6,3	9,1	23,5	17,6	-	-	33,3	19	11,2
Desadequado	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	1	0,6
NS/NR	-	1	-	-	-	2	-	-	2,3	-	-	-	25,0	-	3	1,8
Previsibilidade de abertura de concursos																
Muito adequado	6	3	-	1	-	-	-	9,5	6,8	-	2,9	-	-	-	10	5,9
Adequado	42	27	10	26	1	4	3	66,7	61,4	58,8	76,5	100,0	50,0	100,0	113	66,5
Pouco adequado	11	8	5	4	-	2	-	17,5	18,2	29,4	11,8	-	25,0	-	30	17,6
Desadequado	2	6	2	2	-	-	-	3,2	13,6	11,8	5,9	-	0,0	-	12	7,1
NS/NR	2	-	-	1	-	2	-	3,2	-	-	2,9	-	25,0	-	5	2,9
Periodicidade de abertura de concursos																
Muito adequado	7	2	-	-	-	-	-	11,1	4,5	-	-	-	-	-	9	5,3
Adequado	45	30	13	28	1	4	3	71,4	68,2	76,5	82,4	100,0	50,0	100,0	124	72,9
Pouco adequado	7	8	3	4	-	2	-	11,1	18,2	17,6	11,8	-	25,0	-	24	14,1
Desadequado	1	4	1	2	-	-	-	1,6	9,1	5,9	5,9	-	-	-	8	4,7
NS/NR	3	-	-	-	-	2	-	4,8	-	-	-	-	25,0	-	5	2,9
Prazo para apresentação de candidaturas																
Muito adequado	7	3	-	2	1	-	-	11,1	6,8	-	5,9	100,0	-	-	13	7,6
Adequado	44	28	11	23	-	6	3	69,8	63,6	64,7	67,6	-	75,0	100,0	115	67,6
Pouco adequado	11	10	5	7	-	1	-	17,5	22,7	29,4	20,6	-	12,5	-	34	20,0
Desadequado	1	3	1	2	-	-	-	1,6	6,8	5,9	5,9	-	-	-	7	4,1
NS/NR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	12,5	-	1	0,6

12| Avalie a documentação e os materiais de suporte aos instrumentos de apoio no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Clareza dos regulamentos específicos																
Muito positivo	9	3	-	3	-	2	-	14,3	6,8	-	8,8	-	25,0	-	17	10,0
Positivo	53	36	16	28	1	4	3	84,1	81,8	94,1	82,4	100,0	50,0	100,0	141	82,9
Negativo	-	4	1	3	-	1	-	-	9,1	5,9	8,8	-	12,5	-	9	5,3
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	1	-	1,6	2,3	-	-	-	12,5	-	3	1,8
Clareza dos avisos de abertura de concurso																
Muito positivo	9	5	-	4	-	2	-	14,3	11,4	-	11,8	-	25,0	-	20	11,8
Positivo	51	36	17	27	1	5	3	81,0	81,8	100,0	79,4	100,0	62,5	100,0	140	82,4
Negativo	2	2	-	3	-	-	-	3,2	4,5	-	8,8	-	-	-	7	4,1
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	1	-	-	-	1	-	1,6	2,3	-	-	-	12,5	-	3	1,8
Clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas																
Muito positivo	6	4	1	3	-	1	-	9,5	9,1	5,9	8,8	-	12,5	-	15	8,8
Positivo	48	32	15	27	1	5	3	76,2	72,7	88,2	79,4	100,0	62,5	100,0	131	77,1
Negativo	7	5	-	3	-	1	-	11,1	11,4	-	8,8	-	12,5	-	16	9,4
Muito negativo	1	1	-	-	-	-	-	1,6	2,3	-	-	-	-	-	2	1,2
NS/NR	1	2	1	1	-	1	-	1,6	4,5	5,9	2,9	-	12,5	-	6	3,5
Clareza das normas e orientações técnicas																
Muito positivo	8	4	2	5	-	1	-	12,7	9,1	11,8	14,7	-	12,5	-	20	11,8
Positivo	50	35	12	27	1	6	3	79,4	79,5	70,6	79,4	100,0	75,0	100,0	134	78,8
Negativo	4	5	1	2	-	-	-	6,3	11,4	5,9	5,9	-	-	-	12	7,1
Muito negativo	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5,9	-	-	-	-	1	0,6
NS/NR	1	-	1	-	-	1	-	1,6	-	5,9	-	-	12,5	-	3	1,8
Clareza e conteúdos dos manuais de apoio ao utilizador																
Muito positivo	9	5	2	5	-	2	-	14,3	11,4	11,8	14,7	-	25,0	-	23	13,5
Positivo	49	35	15	24	1	5	2	77,8	79,5	88,2	70,6	100,0	62,5	66,7	131	77,1
Negativo	3	2	-	5	-	-	1	4,8	4,5	-	14,7	-	-	33,3	11	6,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	2	2	-	-	-	1	-	3,2	4,5	-	-	-	12,5	-	5	2,9
Simplicidade de preenchimento dos formulários de candidatura																
Muito positivo	3	3	3	5	-	2	-	4,8	6,8	17,6	14,7	-	25,0	-	16	9,4
Positivo	56	33	12	24	1	3	2	88,9	75,0	70,6	70,6	100,0	37,5	66,7	131	77,1
Negativo	3	7	2	4	-	2	1	4,8	15,9	11,8	11,8	-	25,0	33,3	19	11,2
Muito negativo	-	1	-	1	-	-	-	-	2,3	-	2,9	-	-	-	2	1,2
NS/NR	1	-	-	-	-	1	-	1,6	-	-	-	-	12,5	-	2	1,2
Clareza nas instruções para o cálculo dos indicadores de realização e resultado a apresentar na candidatura																
Muito positivo	1	1	-	3	-	-	-	1,6	2,3	-	8,8	-	-	-	5	2,9
Positivo	43	29	10	21	1	5	3	68,3	65,9	58,8	61,8	100,0	62,5	100,0	112	65,9
Negativo	16	10	7	9	-	1	-	25,4	22,7	41,2	26,5	-	12,5	-	43	25,3
Muito negativo	2	4	-	1	-	-	-	3,2	9,1	-	2,9	-	-	-	7	4,1
NS/NR	1	-	-	-	-	2	-	1,6	-	-	-	-	25,0	-	3	1,8
Clareza das informações prestadas pela Autoridade de Gestão na fase de candidatura																
Muito positivo	11	4	3	8	-	4	-	17,5	9,1	17,6	23,5	-	50,0	-	30	17,6
Positivo	49	37	11	23	1	3	2	77,8	84,1	64,7	67,6	100,0	37,5	66,7	126	74,1
Negativo	2	-	3	3	-	1	-	3,2	-	17,6	8,8	-	-	33,3	9	5,3
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	1	3	-	-	-	1	-	1,6	6,8	-	-	-	12,5	0,0	5	2,9
Volume da documentação solicitada na candidatura																
Muito positivo	2	2	-	2	-	-	-	3,2	4,5	-	5,9	-	-	-	6	3,5
Positivo	39	23	7	22	1	5	3	61,9	52,3	41,2	64,7	100,0	62,5	100,0	100	58,8
Negativo	21	14	9	9	-	2	-	33,3	31,8	52,9	26,5	-	25,0	-	55	32,4
Muito negativo	-	4	1	1	-	-	-	-	9,1	5,9	2,9	-	-	-	6	3,5
NS/NR	1	1	-	-	-	1	-	1,6	2,3	-	-	-	12,5	-	3	1,8

13| A(s) candidatura(s) implicou(aram) alterações à(s) operação(ões) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade do sistema de apoio

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, a(s) operação(ões) sofreu(ram) alterações	18	10	5	14	-	1	1	28,6	22,7	29,4	41,2	0,0	12,5	33,3	49	28,8
Não, a(s) operação(ões) apresentada(s) não sofreu(ram) alterações	45	34	12	20	1	7	2	71,4	77,3	70,6	58,8	100,0	87,5	66,7	121	71,2

13.1| Se sim, essas alterações traduziram-se:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
No aumento dos investimentos previstos inicialmente	8	2	2	6	-	-	1	44,4	20,0	40,0	42,9	-	-	100,0	19	38,8
Na redução dos investimentos previstos inicialmente	4	3	3	3	-	-	1	22,2	30,0	60,0	21,4	-	-	100,0	14	28,6
Na cisão da(s) operação(ões) em projetos mais focados	5	4	2	3	-	-	-	27,8	40,0	40,0	21,4	-	-	-	14	28,6
No aumento do grau de inovação e de diferenciação da(s) operação(ões)	1	4	1	2	-	-	-	5,6	40,0	20,0	14,3	-	-	-	8	16,3
No alargamento do prazo previsto para a execução da(s) operação(ões)	8	1	2	5	-	-	1	44,4	10,0	40,0	35,7	-	-	100,0	17	34,7
No adiamento da data de arranque da(s) operação(ões)	7	-	1	1	-	-	1	38,9	-	20,0	7,1	-	-	100,0	10	20,4
Na reformulação/redefinição dos resultados esperados	6	3	2	6	-	-	-	33,3	30,0	40,0	42,9	-	-	-	17	34,7
Outras alterações	1	1	-	1	-	1	-	5,6	10,0	-	7,1	-	-	-	4	8,2

14| Alguma da(s) operação(ões) que candidatou aos fundos comunitários foi aprovada

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	57	22	15	29	1	7	2	90,5	50,0	88,2	85,3	100,0	87,5	66,7	133	78,2
Não	1	3	1	1	-	1	1	1,6	6,8	5,9	2,9	-	12,5	33,3	8	4,7
A(s) candidatura(s) está(ão) em análise	5	19	1	4	-	-	-	7,9	43,2	5,9	11,8	-	-	-	29	17,1

14.1| Ainda que não tenha(m) sido aprovada(s), acabou por concretizar a(s) operação(ões)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Não	1	3	1	1	-	1	1	100	100	100	100	100	100	100	8	100
Sim, apenas com recurso a autofinanciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, com recurso a outras fontes de financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

14.1.1| Em caso negativo, de entre as opções listadas, assinala as aplicáveis:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Por limitações financeiras, pelo que não conseguiria assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s)	1	3	1	1	-	1	1	100	100	100	100	100	100	100	8	100
Por limitações de conhecimento técnico e não investiria na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

14.2| Tem intenções de avançar com a(s) operação(ões) mesmo que o apoio não venha a ser aprovado

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	1	6	-	1	-	-	-	20,0	31,6	-	25,0	-	-	-	8	27,6
Não	2	4	-	2	-	-	-	40,0	21,1	-	50,0	-	-	-	8	27,6
NS/NR	2	9	1	1	-	-	-	40,0	47,4	100,0	25,0	-	-	-	13	44,8

14.3| Quais as fontes de financiamento a que recorreu ou irá recorrer para desenvolver a(s) operação(ões)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Meios próprios	54	26	15	27	1	5	1	93,1	104,0	93,8	90,0	100,0	62,5	33,3	129	91,5
Empréstimos bancários	12	5	4	5	-	2	-	20,7	20,0	25,0	16,7	-	25,0	-	28	19,9
Investidores privados (exemplo: capital de risco)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos públicos	6	3	1	2	-	1	1	10,3	12,0	6,3	6,7	-	12,5	33,3	14	9,9
Outras fontes	5	1	-	3	-	-	-	8,6	4,0	-	10,0	-	-	-	9	6,4

DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

15| De que forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da Candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Possuíam recursos técnicos com competências necessárias	54	31	16	22	1	4	3	85,7	70,5	94,1	64,7	100,0	50,0	100,0	131	77,1
Contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa)	17	18	2	10	-	5	1	27,0	40,9	11,8	29,4	-	62,5	33,3	53	31,2
Contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa)	9	12	-	9	-	-	1	14,3	27,3	-	26,5	-	-	33,3	28	16,5
Contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões)	-	2	-	2	-	-	-	-	4,5	-	5,9	-	-	-	4	2,4
Frequentaram ações de formação específicas	5	2	2	-	-	-	1	7,9	4,5	11,8	-	-	-	33,3	10	5,9
Outra	1	3	2	-	-	-	-	1,6	6,8	11,8	-	-	-	-	6	3,5

15.2| Sente-se devidamente capacitado para implementar este tipo de projetos

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	47	34	14	24	1	5	3	74,6	77,3	82,4	70,6	100,0	62,5	100,0	128	75,3
Não	3	6	1	6	-	3	-	4,8	13,6	5,9	17,6	-	37,5	-	19	11,2
NS/NR	13	4	2	4	-	-	-	20,6	9,1	11,8	11,8	-	-	-	23	13,5

15.2.2| Se não, essa falta de capacidade está associada a necessidades de:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Conhecimentos técnicos nas áreas em que o projeto vai ser desenvolvido	1	4	1	6	-	3	-	33,3	66,7	100,0	100,0	-	100,0	-	15	78,9
Conhecimentos nas questões administrativas/burocráticas	1	1	1	-	-	1	-	33,3	16,7	100,0	-	-	33,3	-	4	21,1

16| Teria desenvolvido a(s) operação(ões) caso não tivesse obtido apoio financeiro comunitário

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	8	16	9	6	1	-	1	12,7	36,4	52,9	17,6	100,0	0,0	33,3	41	24,1
Não	55	28	8	28	-	8	2	87,3	63,6	47,1	82,4	0,0	100,0	66,7	129	75,9

16| Se sim,

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira.	3	4	-	1	-	-	-	37,5	25,0	-	16,7	-	-	-	8	19,5
Sim, mas com alterações: maior faseamento / prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados	6	11	5	5	-	-	-	-	68,8	55,6	83,3	-	-	-	27	65,9
Sim, sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento	2	3	-	-	-	-	1	-	18,8	-	-	-	-	100,0	6	14,6
Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio	-	2	4	1	1	-	-	100,0	12,5%	44,4%	16,7%	100,0%	-	-	8	19,5

16.1| Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%)

(%)	(n.º)							(n.º)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	
1	1	-	-	-	-	-	-	1
50	1	3	-	1	-	-	-	5
70	1	-	-	-	-	-	-	1
90	-	1	-	-	-	-	-	1

16.1| Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira. Redução no valor de investimento em (%) (média)

(%)	(n.º)							(n.º)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	
Média	40,3	60,0		50,0				51,4

17| Avalie em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Situação económica do país																
Potenciou fortemente	1	1	-	-	-	-	-	1,6	2,3	-	-	-	-	-	2	1,2
Potenciou	10	11	2	8	-	3		15,9	25,0	11,8	23,5	-	37,5	-	34	20,0
Condicionou	33	15	9	14	-	3	2	52,4	34,1	52,9	41,2	-	37,5	66,7	76	44,7
Condicionou fortemente	1	2	1	2	-	-	-	1,6	4,5	5,9	5,9	-	-	-	6	3,5
NS/NR	18	15	5	10	1	2	1	28,6	34,1	29,4	29,4	100,0	25,0	33,3	52	30,6
Capacidade económica e financeira interna/própria																
Potenciou fortemente	5	1	-	3	-	-	-	7,9	2,3	-	8,8	-	-	-	9	5,3
Potenciou	19	18	7	15	1	2	1	30,2	40,9	41,2	44,1	100,0	25,0	33,3	63	37,1
Condicionou	26	12	5	9	-	5	2	41,3	27,3	29,4	26,5	-	62,5	66,7	59	34,7
Condicionou fortemente	9	7	4	5	-	-	-	14,3	15,9	23,5	14,7	-	-	-	25	14,7
NS/NR	4	6	1	2	-	1	-	6,3	13,6	5,9	5,9	-	12,5	-	14	8,2
Acesso a financiamento (alheio)																
Potenciou fortemente	4	4	1	3	-	-	-	6,3	9,1	5,9	8,8	-	-	-	12	7,1
Potenciou	22	13	2	11	-	2	-	34,9	29,5	11,8	32,4	-	25,0	-	50	29,4
Condicionou	10	8	4	6	-	2	2	15,9	18,2	23,5	17,6	-	25,0	66,7	32	18,8
Condicionou fortemente	1	-	2	4	-	-	-	1,6	0,0	11,8	11,8	-	-	-	7	4,1
NS/NR	26	19	8	10	1	4	1	41,3	43,2	47,1	29,4	100,0	50,0	33,3	69	40,6
Qualidade dos equipamentos disponíveis																
Potenciou fortemente	3	3	-	2	-	-	-	4,8	6,8	-	5,9	-	-	-	8	4,7
Potenciou	28	18	6	13	1	1	1	44,4	40,9	35,3	38,2	100,0	12,5	33,3	68	40,0
Condicionou	8	11	2	7	-	3	2	12,7	25,0	11,8	20,6	-	37,5	66,7	33	19,4
Condicionou fortemente	2	-	1	1	-	-	-	3,2	-	5,9	2,9	-	-	-	4	2,4
NS/NR	22	12	8	11	-	4	-	34,9	27,3	47,1	32,4	-	50,0	-	57	33,5
Disponibilidade de recursos humanos qualificados																
Potenciou fortemente	4	3	1	3	-	1	-	6,3	6,8	5,9	8,8	-	12,5	-	12	7,1
Potenciou	31	21	10	18	1	2	1	49,2	47,7	58,8	52,9	100,0	25,0	33,3	84	49,4
Condicionou	18	13	5	5	-	3	2	28,6	29,5	29,4	14,7	-	37,5	66,7	46	27,1

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Condicionou fortemente	1	2		2	-	-	-	1,6	4,5	-	5,9	-	-	-	5	2,9
NS/NR	9	5	1	6	-	2	-	14,3	11,4	5,9	17,6	-	25,0	-	23	13,5
Capacidade de mobilização de parceiros																
Potenciou fortemente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Potenciou	22	16	5	10	-	2	-	34,9	36,4	29,4	29,4	-	25,0	-	55	32,4
Condicionou	15	3	3	6	-	1	2	23,8	6,8	17,6	17,6	-	12,5	66,7	30	17,6
Condicionou fortemente	1	2	1	-	-	-	-	1,6	4,5	5,9	-	-	-	-	4	2,4
NS/NR	25	23	8	18	1	5	1	39,7	52,3	47,1	52,9	100,0	62,5	33,3	81	47,6
Legislação/regulamentação aplicável																
Potenciou fortemente	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2,9	-	-	-	1	0,6
Potenciou	26	17	5	11	1	3	2	41,3	38,6	29,4	32,4	100,0	37,5	66,7	65	38,2
Condicionou	23	14	5	5	-	2	1	36,5	31,8	29,4	14,7	-	25,0	33,3	50	29,4
Condicionou fortemente	2	2	1	3	-	-	-	3,2	4,5	5,9	8,8	-	-	-	8	4,7
NS/NR	12	11	6	14	-	3	-	19,0	25,0	35,3	41,2	-	37,5	-	46	27,1
Prazos de abertura de concursos																
Potenciou fortemente	1	-	1	1	-	-	-	1,6	-	5,9	2,9	-	-	-	3	1,8
Potenciou	27	16	3	18	1	4	2	42,9	36,4	17,6	52,9	100,0	50,0	66,7	71	41,8
Condicionou	28	14	12	6	-	2	-	44,4	31,8	70,6	17,6	-	25,0	-	62	36,5
Condicionou fortemente	2	3	-	2	-	-	-	3,2	6,8	-	5,9	-	-	-	7	4,1
NS/NR	5	11	1	7	-	2	1	7,9	25,0	5,9	20,6	-	25,0	33,3	27	15,9
Prazos de decisão das candidaturas																
Potenciou fortemente	1	-	2	1	-	-	-	1,6	-	11,8	2,9	-	-	-	4	2,4
Potenciou	30	9	6	13	1	5	1	47,6	20,5	35,3	38,2	100,0	62,5	33,3	65	38,2
Condicionou	24	19	3	8	-	-	1	38,1	43,2	17,6	23,5	-	-	33,3	55	32,4
Condicionou fortemente	1	4	1	2	-	-	-	1,6	9,1	5,9	5,9	-	-	-	8	4,7
NS/NR	7	12	5	10	-	3	1	11,1	27,3	29,4	29,4	-	37,5	33,3	38	22,4
Prazos de pagamento das participações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento																
Potenciou fortemente	4	1	2	3	-	-	-	6,3	2,3	11,8	8,8	-	-	-	10	5,9
Potenciou	34	15	6	20	1	4	1	54,0	34,1	35,3	58,8	100,0	50,0	33,3	81	47,6
Condicionou	13	9	3	1	-	-	1	20,6	20,5	17,6	2,9	-	-	33,3	27	15,9
Condicionou fortemente	2	3	-	-	-	-	-	3,2	6,8	-	-	-	-	-	5	2,9
NS/NR	10	16	6	10	-	4	1	15,9	36,4	35,3	29,4	-	50,0	33,3	47	27,6
Prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação)																
Potenciou fortemente	3	-	2	2	-	-	-	4,8	-	11,8	5,9	-	-	-	7	4,1
Potenciou	33	15	7	20	1	3	1	52,4	34,1	41,2	58,8	100,0	37,5	33,3	80	47,1
Condicionou	18	12	2	3	-	-	1	28,6	27,3	11,8	8,8	-	-	33,3	36	21,2
Condicionou fortemente	3	1	1	1	-	-	-	4,8	2,3	5,9	2,9	-	-	-	6	3,5
NS/NR	6	16	5	8	-	5	1	9,5	36,4	29,4	23,5	-	62,5	33,3	41	24,1
Elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadreadores de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS)																
Potenciou fortemente	5	5	1	3	1	1	1	7,9	11,4	5,9	8,8	100,0	12,5	33,3	17	10,0
Potenciou	30	22	7	18	-	1	-	47,6	50,0	41,2	52,9	-	12,5	-	78	45,9
Condicionou	11	8	4	2	-	-	1	17,5	18,2	23,5	5,9	-	-	33,3	26	15,3
Condicionou fortemente	4	1	-	3	-	-	-	6,3	2,3	-	8,8	-	-	-	8	4,7
NS/NR	13	8	5	8	-	6	1	20,6	18,2	29,4	23,5	-	75,0	33,3	41	24,1

18| Qual o seu grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do Programa Operacional financiador no que se refere aos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Processo de instrução de candidatura																
Muito positivo	9	8	5	8	1	4	-	14,3	18,2	29,4	23,5	100,0	50,0	-	35	20,6
Positivo	49	31	11	21	-	3	2	77,8	70,5	64,7	61,8	-	37,5	66,7	117	68,8
Negativo	1	1	-	1	-	-	-	1,6	2,3	-	2,9	-	-	-	3	1,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	4	4	1	4		1	1	6,3	9,1	5,9	11,8	-	12,5	33,3	15	8,8
Preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento																
Muito positivo	15	6	5	8	1	3	-	23,8	13,6	29,4	23,5	100,0	37,5	-	38	22,4
Positivo	39	24	10	18	-	4	2	61,9	54,5	58,8	52,9	-	50,0	66,7	97	57,1
Negativo	1	1	-	-	-	-	-	1,6	2,3	-	-	-	-	-	2	1,2

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	8	13	2	8	-	1	1	12,7	29,5	11,8	23,5	-	12,5	33,3	33	19,4
Documentação a apresentar nos pedidos de pagamento																
Muito positivo	14	6	4	6	1	3	-	22,2	13,6	23,5	17,6	100,0	37,5	-	34	20,0
Positivo	37	23	7	19	-	4	2	58,7	52,3	41,2	55,9	-	50,0	66,7	92	54,1
Negativo	5	2	3	1	-	-	-	7,9	4,5	17,6	2,9	-	-	-	11	6,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	7	13	3	8	-	1	1	11,1	29,5	17,6	23,5	-	12,5	33,3	33	19,4
Acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto																
Muito positivo	12	3	4	9	1	3	-	19,0	6,8	23,5	26,5	100,0	37,5	-	32	18,8
Positivo	34	23	7	18	-	2	2	54,0	52,3	41,2	52,9	-	25,0	66,7	86	50,6
Negativo	3	1	1	1	-	-	-	4,8	2,3	5,9	2,9	-	-	-	6	3,5
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	14	17	5	6	-	3	1	22,2	38,6	29,4	17,6	-	37,5	33,3	46	27,1
Reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização																
Muito positivo	18	6	6	10	1	3	-	28,6	13,6	35,3	29,4	100,0	37,5	-	44	25,9
Positivo	39	21	8	16	-	3	2	61,9	47,7	47,1	47,1	-	37,5	66,7	89	52,4
Negativo	1	2	-	-	-	-	-	1,6	4,5	-	-	-	-	-	3	1,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	5	15	3	8	-	2	1	7,9	34,1	17,6	23,5	-	25,0	33,3	34	20,0
Verificação e controlo no local do investimento																
Muito positivo	5	3	3	8	1	2	-	7,9	6,8	17,6	23,5	100,0	25,0	-	22	12,9
Positivo	36	17	10	17	-	3	-	57,1	38,6	58,8	50,0	-	37,5	-	83	48,8
Negativo	2	-	-	1	-	-	-	3,2	-	-	2,9	-	-	-	3	1,8
Muito negativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	20	24	4	8	-	3	3	31,7	54,5	23,5	23,5	-	37,5	100,0	62	36,5
Cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões)																
Muito positivo	3	3	1	6	-	2	-	4,8	6,8	5,9	17,6	-	25,0	-	15	8,8
Positivo	32	18	8	16	1	4	1	50,8	40,9	47,1	47,1	100,0	50,0	33,3	80	47,1
Negativo	13	3	3	2	-	-	-	20,6	6,8	17,6	5,9	-	-	-	21	12,4
Muito negativo	1	2	-	1	-	-	-	1,6	4,5	-	2,9	-	-	-	4	2,4
NS/NR	14	18	5	9	-	2	2	22,2	40,9	29,4	26,5	-	25,0	66,7	50	29,4

19| No(s) contrato(s) de financiamento da(s) operação(ões) estão previstos objetivos e indicadores a alcançar. Avalie a sua expectativa relativamente à capacidade de execução da(s) operação(ões) face ao contratado:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Execução dos valores de investimento																
Acima do contratado	4	5	1	2	-	-	-	6,3	11,4	5,9	5,9	-	-	-	12	7,1
Em linha com o contratado	55	38	16	29	1	7	3	87,3	86,4	94,1	85,3	100,0	87,5	100,0	149	87,6
Abaixo do contratado	4	1	-	3	-	1	-	6,3	2,3	-	8,8	-	12,5	-	9	5,3
Cumprimento da calendarização da operação																
Acima do contratado	12	9	1	7	-	-	-	19,0	20,5	5,9	20,6	-	-	-	29	17,1
Em linha com o contratado	38	29	15	21	1	7	3	60,3	65,9	88,2	61,8	100,0	87,5	100,0	114	67,1
Abaixo do contratado	13	6	1	6	-	1	-	20,6	13,6	5,9	17,6	-	12,5	-	27	15,9
Alcance das metas previstas para os indicadores																
Acima do contratado	2	1	-	2	-	-	-	3,2	2,3	-	5,9	-	-	-	5	2,9
Em linha com o contratado	61	42	16	30	1	7	3	96,8	95,5	94,1	88,2	100,0	87,5	100,0	160	94,1
Abaixo do contratado	-	1	1	2	-	1	-	-	2,3	5,9	5,9	-	12,5	-	5	2,9

20| Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	10	12	3	7	-	-	-	15,9	27,3	17,6	20,6	-	-	-	32	18,8
Não	31	21	9	18	1	6	2	49,2	47,7	52,9	52,9	100,0	75,0	66,7	88	51,8
NS/NR	22	11	5	9	-	2	1	34,9	25,0	29,4	26,5	-	25,0	33,3	50	29,4

21|Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Portugal 2020 que incidam no mesmo território-alvo

	(n.º)							(%)							Total	
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	(n.º)	(%)
Sim	16	11	7	9	-	1	-	25,4	25,0	41,2	26,5	-	12,5	-	44	25,9
Não	19	12	6	9	-	1	2	30,2	27,3	35,3	26,5	-	12,5	66,7	49	28,8
NS/NR	28	21	4	16	1	6	1	44,4	47,7	23,5	47,1	100,0	75,0	33,3	77	45,3

22|Porque razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer																
Concordo totalmente	1	-	-	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-	1	2,0
Concordo	6	6	2	3	-	-	-	31,6	50,0	33,3	33,3	-	-	-	17	34,7
Discordo	5	5		5	-	-	-	26,3	41,7	-	55,6	-	-	-	15	30,6
Discordo totalmente	3	-	-	-	-	1	1	15,8	-	16,7	-	-	100,0	50,0	6	12,2
NS/NR	4	1	3	1	-		1	21,1	8,3	50,0	11,1	-	-	50,0	10	20,4
Falta de interesse em explorar essa possibilidade																
Concordo totalmente	1	-	-	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-	1	2,0
Concordo	3	6	-	3	-	-	-	15,8	50,0	-	33,3	-	-	-	12	24,5
Discordo	8	5	2	5	-	-	-	42,1	41,7	33,3	55,6	-	-	-	20	40,8
Discordo totalmente	3	-	1	-	-	1	1	15,8	-	16,7	-	-	100,0	50,0	6	12,2
NS/NR	4	1	3	1	-		1	21,1	8,3	50,0	11,1	-	-	50,0	10	20,4
Desconhecimento de outras entidades promotoras																
Concordo totalmente	1	2	-	-	-	-	-	5,3	16,7	-	-	-	-	-	3	6,1
Concordo	6	6	2	3	-	1	1	31,6	50,0	33,3	33,3	-	100,0	50,0	19	38,8
Discordo	4	2	1	4	-	-	-	21,1	16,7	16,7	44,4	-	-	-	11	22,4
Discordo totalmente	3	-	1	-	-	-	1	15,8	-	16,7	-	-	-	50,0	5	10,2
NS/NR	5	2	2	2	-	-	-	26,3	16,7	33,3	22,2	-	-	-	11	22,4
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais																
Concordo totalmente	-	1	-	-	-	-	-	-	8,3	-	-	-	-	-	1	2,0
Concordo	6	6	1	3	-	1	-	31,6	50,0	16,7	33,3	-	100,0	-	17	34,7
Discordo	7	4	1	4	-	-	-	36,8	33,3	16,7	44,4	-	-	-	16	32,7
Discordo totalmente	2	-	1		-	-	1	10,5	-	16,7	-	-	-	50,0	4	8,2
NS/NR	4	1	3	2	-	-	1	21,1	8,3	50,0	22,2	-	-	50,0	11	22,4
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários																
Concordo totalmente	-	1	-	-	-	-	-	-	8,3	-	-	-	-	-	1	2,0
Concordo	5	5	1	3	-	1	-	26,3	41,7	16,7	33,3	-	100,0	-	15	30,6
Discordo	7	5	1	4	-	-	-	36,8	41,7	16,7	44,4	-	-	-	17	34,7
Discordo totalmente	3	-	1	-	-	-	1	15,8	-	16,7	-	-	-	50,0	5	10,2
NS/NR	4	1	3	2	-	-	1	21,1	8,3	50,0	22,2	-	-	50,0	11	22,4
Prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos																
Concordo totalmente	3	2	1	-	-	-	-	15,8	16,7	16,7	-	-	-	-	6	12,2
Concordo	8	3	3	3	-	-	-	42,1	25,0	50,0	33,3	-	-	-	17	34,7
Discordo	2	4	1	5	-	1	-	10,5	33,3	16,7	55,6	-	100,0	-	13	26,5
Discordo totalmente	2	-	-	-	-	-	1	10,5	-	-	-	-	-	50,0	3	6,1
NS/NR	4	3	1	1	-	-	1	21,1	25,0	16,7	11,1	-	-	50,0	10	20,4
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram																
Concordo totalmente	1	1	-	-	-	-	-	5,3	8,3	-	-	-	-	-	2	4,1
Concordo	7	6	3	4	-	-	-	36,8	50,0	50,0	44,4	-	-	-	20	40,8
Discordo	4	3	1	2	-	1	-	21,1	25,0	16,7	22,2	-	100,0	-	11	22,4
Discordo totalmente	2	-	-	-	-	-	1	10,5	-	-	-	-	-	50,0	3	6,1
NS/NR	5	2	2	3	-	-	1	26,3	16,7	33,3	33,3	-	-	50,0	13	26,5
Os momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não o permitiram																
Concordo totalmente	1	2	-	-	-	-	-	5,3	16,7	-	-	-	-	-	3	6,1
Concordo	7	3	2	5	-	-	-	36,8	25,0	33,3	55,6	-	-	-	17	34,7
Discordo	4	4	2	3	-	-	-	21,1	33,3	33,3	33,3	-	-	-	13	26,5
Discordo totalmente	2	-	-	-	-	1	1	10,5	-	-	-	-	100,0	50,0	4	8,2
NS/NR	5	3	2	1	-		1	26,3	25,0	33,3	11,1	-	-	50,0	12	24,5
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura																
Concordo totalmente	1	-	-	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-	-	-	1	2,0

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Concordo	4	4	2	4	-	1	-	21,1	33,3	33,3	44,4	-	100,0	-	15	30,6
Discordo	7	4	1	2	-	-	-	36,8	33,3	16,7	22,2	-	-	-	14	28,6
Discordo totalmente	1	2	1	-	-	-	1	5,3	16,7	16,7	-	-	-	50,0	5	10,2
NS/NR	6	2	2	3	-	-	1	31,6	16,7	33,3	33,3	-	-	50,0	14	28,6

23 | Teve operações similares apoiadas por fundos comunitários no âmbito do QREN (quadro comunitário anterior)

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Sim	19	14	5	14	-	-	1	30,2	31,8	29,4	41,2	-	-	33,3	53	31,2
Não	44	30	12	20	1	8	2	69,8	68,2	70,6	58,8	100,0	100,0	66,7	117	68,8

23.1 | Se sim, avalie a evolução do QREN para o PT2020 nos seguintes aspetos:

	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações																
Melhorou muito	-	1	1	-	-	-	-	-	7,1	20,0	-	-	-	-	2	3,8
Melhorou	5	2	-	4	-	-	1	26,3	14,3	-	28,6	-	-	100,0	12	22,6
Idêntica	10	7	4	4	-	-	-	52,6	50,0	80,0	28,6	-	-	-	25	47,2
Piorou	1	4	-	3	-	-	-	5,3	28,6	-	21,4	-	-	-	8	15,1
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	-	-	3	-	-	-	15,8	-	-	21,4	-	-	-	6	11,3
Previsibilidade de abertura de concursos																
Melhorou muito	-	1	-	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	-	-	1	1,9
Melhorou	6	2	4	5	-	-	-	31,6	14,3	80,0	35,7	-	-	-	17	32,1
Idêntica	10	7	-	6	-	-	1	52,6	50,0	-	42,9	-	-	100,0	24	45,3
Piorou	-	4	-	1	-	-	-	-	28,6	-	7,1	-	-	-	5	9,4
Piorou muito	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	1,9
NS/NR	3	-	-	2	-	-	-	15,8	-	-	14,3	-	-	-	5	9,4
Periodicidade de abertura de concursos																
Melhorou muito	-	1	1	-	-	-	-	-	7,1	20,0	-	-	-	-	2	3,8
Melhorou	6	3	2	7	-	-	-	31,6	21,4	40,0	50,0	-	-	-	18	34,0
Idêntica	8	7	-	3	-	-	1	42,1	50,0	-	21,4	-	-	100,0	19	35,8
Piorou	-	3	1	2	-	-	-	-	21,4	20,0	14,3	-	-	-	6	11,3
Piorou muito	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	1,9
NS/NR	5	-	-	2	-	-	-	26,3	-	-	14,3	-	-	-	7	13,2
Divulgação dos instrumentos de apoio e dos avisos de abertura de concurso																
Melhorou muito	-	1	-	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	-	-	1	1,9
Melhorou	8	6	3	5	-	-	-	42,1	42,9	60,0	35,7	-	-	-	22	41,5
Idêntica	8	6	2	7	-	-	1	42,1	42,9	40,0	50,0	-	-	100,0	24	45,3
Piorou	-	1	-	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	-	-	1	1,9
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	-	-	2	-	-	-	15,8	-	-	14,3	-	-	-	5	9,4
Clareza e simplicidade dos regulamentos, normas e orientações técnicas																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	5	6	2	3	-	-	-	26,3	42,9	40,0	21,4	-	-	-	16	30,2
Idêntica	9	7	3	7	-	-	-	47,4	50,0	60,0	50,0	-	-	-	26	49,1
Piorou	2	1	-	2	-	-	1	10,5	7,1	0,0	14,3	-	-	100,0	6	11,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	3	-	-	2	-	-	-	15,8	0,0	0,0	14,3	-	-	-	5	9,4
Condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações																
Melhorou muito	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	1,9
Melhorou	5	4	1	4	-	-	-	26,3	28,6	20,0	28,6	-	-	-	14	26,4
Idêntica	10	8	1	6	-	-	1	52,6	57,1	20,0	42,9	-	-	100,0	26	49,1
Piorou	-	2	1	2	-	-	-	0,0	14,3	20,0	14,3	-	-	-	5	9,4
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	4	-	1	2	-	-	-	21,1	0,0	20,0	14,3	-	-	-	7	13,2
Procedimentos associados à preparação e submissão de candidaturas																
Melhorou muito	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	1,9
Melhorou	4	3	2	5	-	-	-	21,1	21,4	40,0	35,7	-	-	-	14	26,4

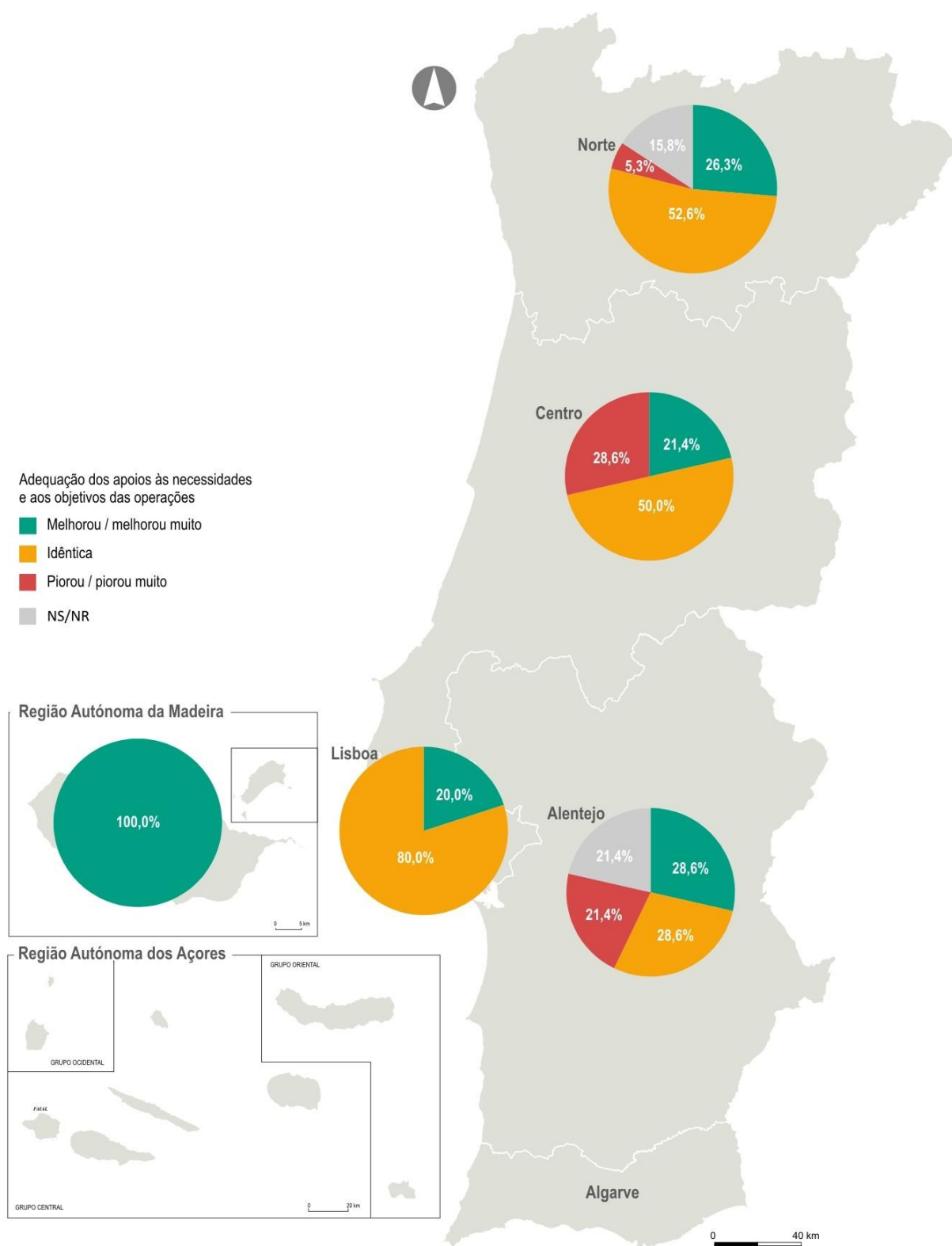
	(n.º)							(%)							(n.º)	(%)
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	Total	
Idêntica	9	8	1	5	-	-	-	47,4	57,1	20,0	35,7	-	-	-	23	43,4
Piorou	2	3	1	2	-	-	1	10,5	21,4	20,0	14,3	-	-	100,0	9	17,0
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	4	-	-	2	-	-	-	21,1	-	-	14,3	-	-	-	6	11,3
Procedimentos associados à preparação e submissão de pedidos de pagamento																
Melhorou muito	1	1	2	-	-	-	-	5,3	7,1	40,0	-	-	-	-	4	7,5
Melhorou	4	4	1	3	-	-	-	21,1	28,6	20,0	21,4	-	-	-	12	22,6
Idêntica	8	5	-	6	-	-	1	42,1	35,7	-	42,9	-	-	100,0	20	37,7
Piorou	2	3	1	2	-	-	-	10,5	21,4	20,0	14,3	-	-	-	8	15,1
Piorou muito	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	1	1,9
NS/NR	4	1	1	2	-	-	-	21,1	7,1	20,0	14,3	-	-	-	8	15,1
Prazo de análise de candidaturas																
Melhorou muito	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	1	1,9
Melhorou	3	2	1	5	-	-	-	15,8	14,3	20,0	35,7	-	-	-	11	20,8
Idêntica	9	6	1	5	-	-	1	47,4	42,9	20,0	35,7	-	-	100,0	22	41,5
Piorou	2	6	1	2	-	-	-	10,5	42,9	20,0	14,3	-	-	-	11	20,8
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	5	-	1	2	-	-	-	26,3	-	20,0	14,3	-	-	-	8	15,1
Complexidade dos Grandes Projetos																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	2	1	2	-	-	-	10,5	14,3	20,0	14,3	-	-	-	7	13,2
Idêntica	5	4	1	5	-	-	-	26,3	28,6	20,0	35,7	-	-	-	15	28,3
Piorou	1	1	-	1	-	-	-	5,3	7,1	-	7,1	-	-	-	3	5,7
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	11	7	3	6	-	-	1	57,9	50,0	60,0	42,9	-	-	100,0	28	52,8
Processo de Auxílios de Estado																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	2	2	-	1	-	-	-	10,5	14,3	-	7,1	-	-	-	5	9,4
Idêntica	5	4	1	5	-	-	-	26,3	28,6	20,0	35,7	-	-	-	15	28,3
Piorou	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7,1	-	-	-	1	1,9
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	12	8	4	7	-	-	1	63,2	57,1	80,0	50,0	-	-	100,0	32	60,4
Aplicação de Custos Padrão																
Melhorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhorou	3	3	1	1	-	-	-	15,8	21,4	20,0	7,1	-	-	-	8	15,1
Idêntica	7	5	1	4	-	-	-	36,8	35,7	20,0	28,6	-	-	-	17	32,1
Piorou	-	2	-	4	-	-	-	-	14,3	-	28,6	-	-	-	6	11,3
Piorou muito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NS/NR	9	4	3	5	-	-	1	47,4	28,6	60,0	35,7	-	-	100,0	22	41,5

24| Que mudanças nos comportamentos estão a ser promovidas pela entidade com vista a potenciar a redução dos consumos

	(n.º)							(%)							Total	
	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	NOR	CEN	LIS	ALE	ALG	RAA	RAM	(n.º)	(%)
Ações de sensibilização dos colaboradores dos utentes/utilizadores	59	40	14	30	1	8	3	93,7	90,9	82,4	88,2	100,0	100,0	100,0	155	91,2
Medidas que premeiem estes comportamentos	8	7	2	3	-	-	1	12,7	15,9	11,8	8,8	-	-	33,3	21	12,4
Outra	-	4	2	1	-	-	-	-	9,1	11,8	2,9	-	-	-	7	4,1

TIPOLOGIA E/23.1

Figura 29. Avaliação da evolução do QREN para o PT2020 no que se refere à Adequação dos apoios às necessidades e aos objetivos das operações



Anexo 7.

FICHAS DE ESTUDOS DE CASO

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

7. FICHAS DE ESTUDOS DE CASO

Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Região Autónoma da Madeira	
	NUTS III	Região Autónoma da Madeira	
	Concelho	-	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
	PI	A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	
	Domínio de Intervenção	Outras energias renováveis (incluindo a energia hidroelétrica, geotérmica e marinha) e integração das energias renováveis (incluindo infraestrutura de armazenagem, desde eletricidade a gás e hidrogénio renovável)	
Beneficiário	Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	09.04.2014	Custo Total Aprovado (€)	70.626.883,00
Data Prevista de Conclusão	31.12.2019	Custo Total Executado (€)	44.742.747,95
Data de Aprovação	26.12.2016	Apoio Aprovado (€)	45.000.000,00
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	31.771.839,81
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» A operação consiste na criação de uma infraestrutura de armazenamento de energia elétrica, através da ampliação e transformação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta num sistema reversível, que inclui a produção de energia elétrica e a captação, armazenamento e bombagem de água. Visa reforçar a capacidade de receção da energia proveniente de fontes renováveis intermitentes no sistema elétrico isolado de pequena dimensão da Ilha da Madeira.		
Objetivos (principal e específicos)	» Aumentar a capacidade de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis » Aumentar a contribuição das fontes de energia renováveis na produção de energia elétrica na RAM » Reduzir as emissões de GEE » Fomentar a diversificação e o aproveitamento das fontes de energia renováveis e endógenas alternativas aos combustíveis fósseis » Garantir a ligação à rede elétrica das instalações produtoras de energia de origem renovável intermitentes, designadamente hídrica, eólica e oceânica, entre outras » Reduzir a dependência energética do exterior e a consequente vulnerabilidade da economia regional à variação dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais » Reduzir as importações de combustíveis fósseis e criar valor acrescentado regional através da valorização de recursos endógenos » Reforçar a resiliência da Ilha da Madeira à sazonalidade dos recursos hídricos e promover a adaptação às alterações climáticas, através do armazenamento de água		
Indicadores contratualizados (2019)	Indicador		Meta
	Realização	» Capacidade Suplementar de Produção de Energia Renovável (Mw)	30
		» Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂)	10.754
	Resultado	» Penetração dos Recursos Renováveis na Produção de Energia Elétrica na RAM (% 2023)	35
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Capacidade Suplementar de Produção de Energia Renovável (Mw*)	0
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	0
	Resultado	Penetração dos Recursos Renováveis na Produção de Energia Elétrica na RAM (%)	0

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Este é um exemplo de uma operação que constitui uma resposta aos problemas decorrentes do desfasamento entre capacidade de produção e de armazenamento, bem como os constrangimentos de gestão da rede elétrica, nomeadamente na sua relação entre os ciclos de produção e consumo. Ao prever a vertente de armazenamento, o projeto cria as condições para a necessária intermediação entre a capacidade de produção e as necessidades de energia, reduzindo a probabilidade de ocorrência destes riscos específicos, que se registam nesta PI. » A complexidade do projeto, sem precedentes ao nível de operações apoiadas por fundos comunitários na RAM, resultou em alguns constrangimentos no decurso da sua implementação. Um primeiro constrangimento – o mais impactante – esteve associado à preparação de vários procedimentos concursais, muito específicos, com algumas fases morosas. A necessidade de visto do Tribunal de Contas nesses procedimentos resultou no atraso da sua concretização em perto de 12 meses. Um segundo constrangimento esteve associado ao escrupuloso cumprimento da dimensão ambiental associada à operação, resultando em dificuldades e atrasos na sua concretização.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A EEM teve conhecimento dos apoios FEEI através do IDR-RAM. » Na fase de preparação de candidatura, a EEM assegurou internamente a preparação de algumas componentes. Nesta fase, recorreram ao apoio de consultores externos privados, bem como ao apoio de diversas entidades regionais com <i>know how</i> e responsabilidades nas várias dimensões da operação. Relevesse, em particular, a AREAM. Assinala-se, também, a parceria estabelecida com o LNEC, na validação dos projetos de engenharia, bem como no processo de monitorização da operação. Os mecanismos de acompanhamento implementados para a boa execução da operação são os sinalizados em sede de candidatura, cumprindo os normativos legais. » Os procedimentos de instrução e de verificação administrativa das candidaturas tiveram alguma complexidade associada. » Considerando a atual fase de realização da operação, prevê-se o alcance das metas contratualizadas, mas não no prazo previsto, que se reportava a 2019. A operação não está finalizada e o Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta não se encontra em funcionamento no que se refere à ampliação proposta. A Barragem do Pico da Urze encontra-se construída e a central de turbinagem também, mas a central de bombagem e o reservatório de restituição ainda não estão concluídos.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, seria mais ajustada. Esse reforço ganha maior relevância no contexto das regiões autónomas, ultraperiféricas. » No caso da Madeira, observa-se uma dependência muito significativa do exterior ao nível da disponibilização de energia.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização da operação. Sem o financiamento comunitário, não teria sido possível proceder à ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta no momento e no horizonte temporal proposto. » Na ausência de financiamento comunitário, a ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta concretizar-se-ia muito provavelmente mais tarde, não sendo possível precisar o momento em que esse processo se materializaria. » A disponibilidade de financiamento comunitário não alterou a prioridade da operação face a outros investimentos pensados pela empresa, pois os restantes investimentos são de reduzida dimensão financeira e assegurados pelo orçamento da empresa. » Para além dos resultados contratualizados com o POSEUR, assinala-se um efeito não esperado gerado pela operação: uma alteração cultural e comportamental no contexto dos trabalhadores da empresa ao nível da relevância da Eficiência Energética e da importância ambiental que decorre da redução de GEE. » Para além do financiamento dos FEEI, a EEM recorreu a outro tipo de incentivos para complementar os resultados da operação, designadamente do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE), que já possibilitou um apoio de crédito fiscal em cerca de meio milhão de euros. » Como evidenciado pelos indicadores de realização e de resultado propostos, é esperado que a operação tenha um impacto relevante na diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável na Madeira, relevando-se a penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na ilha de 27% para 35%, em 2023.

Síntese da entrevista ao promotor	
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário permitiu, inequivocamente, um processo mais rápido de concretização da operação. Ou seja, sem o apoio dos FEEI, a ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta concretizar-se-ia mais tarde, observando-se, assim, um importante efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira. » Ainda que não sejam observados efeitos de potenciados pela operação, espera-se alcançá-los a médio prazo.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (1 participante) » Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (2 participantes) » Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP RAM (1 participante) » Instituto de Desenvolvimento Regional, IP RAM (1 participante)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » O financiamento comunitário disponibilizado pelo POSEUR revela-se insuficiente para as necessidades regionais ao nível da produção de energia elétrica através de recursos renováveis, devendo, por essa razão, ser reforçado no próximo ciclo de financiamento (PT 2030), possibilitando à Madeira continuar o seu percurso de menor dependência externa no fornecimento de energia e contribuir para a diminuição da emissão de GEE.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » -
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A comparticipação dos FEEI direcionada para esta tipologia de operações deve ser mais elevada, considerando os seus objetivos, no sentido de contribuir para a redução das emissões de GEE. » Deveria igualmente considerar-se o alargamento do prazo de execução das operações financiadas para 48 meses, considerando as suas especificidades e complexidade de concretização, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista técnico. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: especificidades das duas operações referidas pela equipa, sobretudo associadas à “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta”, de elevada complexidade sem precedentes ao nível de operações apoiadas por fundos comunitários na RAM e dificilmente comparável com qualquer outro investimento no contexto nacional, já realizado ou a realizar no curto prazo.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A operação vai ter um impacto importante na diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável na Madeira. » Deve assinalar-se uma dimensão não prevista em sede de candidatura, designadamente a produção de energia através do fotovoltaico. » Os aproveitamentos hidroelétricos com soluções de armazenamento deverão continuar a ser uma prioridade na diversificação das fontes de abastecimento energético na Madeira, pelo relevante impacto que podem alcançar, devendo ser apoiados no próximo ciclo de financiamento (PT 2030). A dimensão financeira destes investimentos implica a disponibilidade de financiamento nacional ou comunitário para a sua concretização, pois a RAM não tem capacidade para tal. » Devem ser financiados na RAM investimentos de outras tipologias para promover a produção e a distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, o que deve ser ponderado no próximo ciclo de financiamento, designadamente através da energia das ondas – <i>onshore</i> e <i>offshore</i>, do fotovoltaico flutuante e eólica flutuante. Deve também ser apoiado o fotovoltaico de microprodução, associado à eficiência energética.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » -

Projeto de Eficiência Energética do Edifício Central do IPC-ESAC

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Centro	
	NUTS III	Região de Coimbra	
	Concelho	Coimbra	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	
Beneficiário	Instituto Politécnico de Coimbra		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.03.2017	Custo Total Aprovado (€)	370.217,75
Data Prevista de Conclusão	16.10.2018	Custo Total Executado (€)	370.217,75
Data de Aprovação	22.05.2017	Apoio Aprovado (€)	345.741,66
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	345.741,66
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção Reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» Trata-se de um projeto integrado de gestão e racionalização energética na Escola Superior Agrária de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra, estruturado em diversas medidas de melhoria da eficiência energética identificadas na sequência de uma auditoria realizada à estrutura existente, nomeadamente: » Aplicação de isolamento térmico sobre/sob a laje de esteira da cobertura; » Substituição da caixilharia existente por uma nova caixilharia e melhoria das caraterísticas solares dos vidros; » Substituição das lâmpadas atuais e/ou instalação de LED para iluminação; » Substituição do equipamento atual por caldeira a biomassa; » Instalação de sistema solar térmico individual.		
Objetivos (principal e específicos)	» Reduzir a fatura energética das instalações; » Instalar equipamentos e redes de elevada eficiência energética; » Reduzir a dependência de combustíveis fósseis; » Transitar para uma economia com baixas emissões de carbono.		
Indicadores contratualizados (2018)	Indicador		Meta
	Realização	» Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (KWh/ano)	325.500,5
		» Diminuição anual estimada das emissões GEE (ton CO ₂ equivalente)	53,51
		» Edifícios da Administração Central apoiados com Consumo de Energia Melhorado (n.º)	1
		» Área Útil dos Edifícios Apoiados (m ²)	8.338,74
		» Área de Isolamento Térmico Aplicado na Envolvente Opaca dos Edifícios Apoiados (m ²)	1.391
		» Área de Janelas Eficientes Instaladas nos Edifícios Apoiados (m ²)	974,33
		» Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (m ²)	4
		» Diminuição da Potência Instalada em Iluminação, interior e exterior, nos edifícios apoiados (Mw)	30,94
	Resultado	Consumo de Energia Primária nos Edifícios da Administração Central no âmbito da operação (tep)	

Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano)	526.663
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	124,02
		Edifícios da Administração Central apoiados com Consumo de Energia Melhorado (n.º)	1
		Área útil dos edifícios apoiados (m ²)	8338,74
		Área de Isolamento Térmico Aplicado na Envolvente Opaca dos Edifícios Apoiados (m ²)	1.391
		Área de Janelas Eficientes Instaladas nos Edifícios Apoiados (m ²)	974,3
		Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (m ²)	3,84
		Diminuição da Potência Instalada em Iluminação, interior e exterior, nos edifícios apoiados (Mw)	30,94
	Resultado	Consumo de Energia Primária nos Edifícios da Administração Central no âmbito da operação (tep)	119,6

Síntese da entrevista ao promotor

Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » No decurso da implementação da operação, podem ser apontados alguns problemas e constrangimentos, nomeadamente o fato do procedimentos e contratualização terem de ser realizados em períodos muito curtos e terem sido o primeiro projeto a ser executado e avaliado, contribuindo para que, em larga medida, tenham servido de aprendizagem/experimentação para avaliar muitos dos procedimentos administrativos, para esta tipologia de Concurso. Também o apoio técnico, muito exigente nas fases de projeto e execução, criaram algumas dificuldades, mas foram solucionadas internamente, por estarem bem capacitados na sua estrutura. Podem, igualmente, ser apontadas algumas limitações, transversais a esta tipologia e que merecem reflexão futura: i. autoconsumo interdito por se tratar de instalação com minigeração (DL 153/2014 e DL 34/2011 e DL 363/2007) limitando soluções de projeto; ii. investimento em eficiência energética limitado pela previsão de disponibilidade financeira para assegurar a prestação anual; iii. alterações estratégicas institucionais geram constrangimentos nas medidas implementadas. » Pelo contrário, diversos fatores contribuíram de forma positiva para a execução da operação, relevando: i. o grande acompanhamento ajuste/apoio direto em obra (apoio permanente); ii. as intervenções foram feitas com aulas a decorrer (implicando um planeamento diário/em tempo real); iii. cada utente (professor) tinha de se adaptar às necessidades de execução da intervenção; iv. as equipas de obra foram sempre acompanhadas, permitindo desbloquear situações/problemas em permanência; v. dinâmica organizacional, enquanto fator de sucesso e não como fator crítico para o sucesso da intervenção (decisão descentralizada facilita a implementação). Outros aspetos bastante positivos merecem ser relevados, nomeadamente o envolvimento e compreensão da comunidade educativa (dados os constrangimentos à atividade normal da instituição: alteração de aulas, falta de aquecimento no período de Inverno, ...) e o <i>feedback</i> permanente às alterações que iam sendo realizadas.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A entidade não procurou estabelecer parcerias com outros atores nem solicitou apoio a outra entidade, tendo realizado todo o processo internamente. Foi possível, internamente, ter pessoas com competências e disponibilidade para desenvolver todo o processo (técnico e administrativo). » A entidade valoriza o apoio prestado na fase de execução do projeto pela entidade financiadora. Existiu uma relação de proximidade e transparência, sendo muito cooperantes desde o início do processo (inclusive num contexto em que foram os primeiros a avançar, gerando que alguns dos procedimentos tenham sido testados no âmbito da operação).
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Tiveram conhecimento do AAC, assim que o mesmo foi publicitado. O seu conhecimento foi proporcionado pelas campanhas de informação dos apoios comunitários destinados à eficiência energética. A entidade tinha conhecimento que iriam abrir AAC, com financiamentos para esta tipologia de operações. Como aguardavam essa abertura foram-se preparando e antecipando necessidades e desenvolvendo algumas dimensões (alertaram as entidades gestoras/administração para a necessidade de se preparem, antecipar etapas). » O fato de existirem limitações financeiras gerou que a generalidade das componentes tenha sido muito racionalizada (preços/custos todos identificados, antes da Candidatura ser preparada), garantindo elevado grau de eficiência à operação. » A forma de financiamento foi a mais adequada para concretizar a operação. Se o Concurso estipulasse um valor máximo de 50% como subsídio não reembolsável, não avançariam, dado que não possuíam capacidade financeira para garantir essa contrapartida. O facto de se poder efetuar o pagamento a 20 anos com poupanças, foi visto como uma oportunidade.

Síntese da entrevista ao promotor	
	<ul style="list-style-type: none"> » Componente de financiamento relativa à subvenção reembolsável é adequada para esta tipologia de operações. Para se potenciar os resultados desta tipologia de operações, especialmente considerando o paradigma ambiental, a forma de financiamento deveria ser totalmente subsídio não reembolsável. » Assim, as condições de elegibilidade e a forma e intensidade do apoio definidas não são totalmente adequadas ao potencial de poupança. » As necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios não apresentaram discrepâncias. » O facto de serem poupanças obtidas e não estimadas foi um desafio (é difícil garantir dinâmica interna nas instituições nestes processos). Por outro lado, os contratos de performance (variáveis imponderáveis), propostos pelas ESE, são imprevisíveis.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A redução de consumos era uma necessidade absoluta. Anteriormente tinham avançado com intervenções ao nível do solar fotovoltaico e da substituição de fibrocimento / cobertura (num edifício). » Independentemente do financiamento, existem outros aspetos que poderiam ter impedido a concretização da operação. Por um lado, são necessárias múltiplas competências para a preparação da candidatura (em fundos comunitários; financeiras/burocracia (contratação pública) e em energia/eficiência energética). Por outro lado, a titularidade e os contratos, de eletricidade podem impedir candidaturas (pe. mesmo que algumas escolas quisessem avançar, sobretudo a escola de enfermagem, não o poderia fazer). No caso da operação, este estabelecimento nunca tinha sido intervencionado, pelo que seria mais fácil avançar, conseguir poupanças significativas (realidade de partida muito diferente das restantes escolas do IP). Por outro lado, aponta-se para que em muitos casos, na Administração Pública, as estruturas não estão preparadas, não possuem rotinas agilizadas para estes processos (níveis hierárquicos muito estanques, não permitem agilizar procedimentos/decisões), o que não se observou neste caso, pela proximidade dos elementos responsáveis pela preparação da candidatura à estrutura de gestão da entidade. » A disponibilidade de financiamento não alterou a prioridade dos investimentos a realizar pela entidade num quadro em que a ideia central era que as poupanças pagassem o investimento, não indo por isso retirar capacidade de investimento para outras intervenções e prioridades. » Para além dos resultados que contratualizou com o PO financiador, a operação está a gerar outros efeitos importantes. Por um lado, observam-se comportamentos positivos de todos os utilizadores, nomeadamente maiores preocupações com a redução do consumo, com o apagar das luzes. Dando o exemplo, observando na prática e percebendo os ganhos conseguimos mudar comportamentos (não é suficiente apenas efetuar campanhas). Sentirem eles próprios o conforto térmico, a luminosidade, é fundamental para o sucesso e para garantir um impacto relevante. » Não se estão a observar situações de <i>rebound-effect</i> apesar de haver mais atividades, mais investimento, mais bolseiros nos edifícios, nos últimos anos. Ou seja, apesar do aumento de carga /pessoas a trabalhar em permanência nos edifícios, que poderia gerar aumentos de consumo, até ao momento não se verificaram situações de <i>rebound-effect</i>. » São de assinalar alguns efeitos não esperados gerados pela operação. Assim, para além dos impactes diretos da operação (poupança de energia e custos), podem ser apontados outros efeitos importantes (não esperados): i. melhoria das condições de trabalho: iluminância, conforto térmico, aspeto estético; ii. automação reforça imagem de racionalização dos recursos e promove sensibilização e práticas mais eficientes; iii. catalisador para outros projetos (entradas e saídas de emergência, monitorização desagregada de consumos); iv. exemplo institucional para o IPC e outras instituições; v. caso de estudo, nova área de interesse e investigação por estudantes e professores. Para além destes, muitos elementos da comunidade educativa (funcionários, alunos, professores, ...) passaram a comprar/installar também luminárias LED em casa, quando se aperceberam e tomaram conhecimento dos ganhos efetivos obtidos com a intervenção. » Com a operação, complementarmente, foram realizadas outras intervenções importantes, que contribuíram para melhorar o estado das infraestruturas e melhorar e qualificar as condições de funcionamento da entidade. Releva a realocação de equipamentos AVAC e adaptação de condutas de extração; a limpeza de radiadores e substituição de torneiras termostáticas; a instalação de chaminés de exaustão conforme requisitos legais; a gestão de resíduos.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Foi a disponibilidade de financiamento comunitário, nos moldes propostos (pagamento através da poupança gerada), que permitiu a concretização da operação. Sem o financiamento, e face aos montantes em causa, caso não existisse esta possibilidade, nunca se realizaria. Ou seja, sem o apoio dos FEEI, a entidade não teria capacidade financeira para a concretização deste investimento, pelo que se verificou um importante efeito de adicionalidade.

Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Centro	
	NUTS III	Região de Aveiro	
	Concelho	Aveiro	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	
Beneficiário	Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E. (CHBV, E.P.E.)		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.06.2016	Custo Total Aprovado (€)	2.449.017,92
Data Prevista de Conclusão	31.05.2019	Custo Total Executado (€)	760.235,41
Data de Aprovação	18.05.2017	Apoio Aprovado (€)	2.276.099,40
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	542.806,73
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» Enquadrado nas políticas de sustentabilidade do CHBV e contribuindo para uma economia de baixo carbono, o projeto visa a racionalização de custos energéticos, através da implementação das medidas consideradas críticas no Relatório da Certificação Energética e Auditoria Energética que, a par da redução anual do consumo de energia na ordem dos 40% e redução de emissões de CO ₂ , permitirão uma melhoria, em dois níveis, de classe energética.		
Objetivos (principal e específicos)	» Implementar medidas e programas com viabilidade técnico-económica, sob uma ótica de utilização racional de energia, que induzam reduções não só na sua fatura energética, mas também nas suas emissões de CO ₂ , de acordo com o estudo apresentado no Relatório da Certificação Energética e anterior Auditoria Energética » Reduzir os consumos na ordem de 40% face aos consumos atuais » Alcançar um aumento da classe energética do edifício de D para B- » Alcançar ganhos em termos de eficiência energética e ambiental		
Indicadores contratualizados (2018/2019)	Indicador		Meta
	Realização	» Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (KWh/ano, 2019)	3.212.273
		» Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente, 2019)	958
		» Edifícios da Administração Central apoiados com consumo de energia melhorado (Ano Alvo 2018)	1,00
		» Área útil dos edifícios apoiados (m ² , 2018)	30342,21
		» Área de isolamento térmico aplicado na envolvente opaca dos edifícios apoiados (m ² , 2019)	6612,26
		» Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (m ² , 2018)	270,00
		» Potência instalada dos sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes renováveis nos edifícios apoiados (kW, 2018)	218
		» Diminuição da potência instalada em iluminação, interior e exterior nos edifícios apoiados (kW, 2018)	205
	Resultado	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação (tep, 2019)	

	Indicador		Execução
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (KWh/ano)	0
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	0
		Edifícios da Administração Central apoiados com consumo de energia melhorado (n.º)	0
		Área útil dos edifícios apoiados (m ²)	0
		Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (m ²)	0
		Potência instalada dos sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes renováveis nos edifícios apoiados (kW)	0
		Diminuição da potência instalada em iluminação, interior e exterior nos edifícios apoiados (kW)	98,06
	Resultado	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central no âmbito da operação (tep)	0
Síntese da entrevista ao promotor			
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Observaram-se alguns constrangimentos no decurso da implementação da operação. O principal esteve associado às dificuldades de realização de uma intervenção física com estas características numa unidade hospitalar em que os espaços intervencionados funcionam 24 horas por dia, designadamente em áreas específicas, como as salas de Cuidados Intensivos. » Paralelamente, assinala-se as questões regulamentares, sobretudo no que se refere aos trâmites processuais administrativos associados ao processo, complexos e lentos, com impacto direto nos prazos. A não agilização regulamentar, designadamente por parte do Tribunal de Contas, em projetos financiados por FEEI no contexto do PT2020, com prazos muito definidos, coloca em causa a aplicação do financiamento comunitário, podendo resultar, em algumas circunstâncias, da não execução física e financeira das operações apoiadas. » Assinalam-se, ainda, as alterações de contexto institucional e regulamentar na transição do anterior período de apoio comunitário (QREN) para o atual (PT2020), que resultaram em processos disruptivos em termos de procedimentos e rotinas, gerando perdas de eficácia e de eficiência. 		
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » Na fase de preparação de candidatura, recorreram ao apoio de consultores externos, o que se deveu à necessidade de conhecimento técnico específico que não estava internalizado nas estruturas de gestão e administração do Centro Hospitalar. » Considerando a atual fase de realização da operação, prevê-se o alcance das metas contratualizadas no prazo previsto. » Em matéria de mecanismos de acompanhamento implementados para a boa execução da operação, estão a ser seguidos os procedimentos previstos no processo de candidatura, identificados no Caderno de Encargos. 		
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Tiveram conhecimento do AAC pelas campanhas de informação dos apoios comunitários destinados à eficiência energética. » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, seria mais ajustada. » Componente de financiamento relativa à subvenção reembolsável é adequada para esta tipologia de operações. Mas reforça-se que para se potenciar os resultados desta tipologia de operações, especialmente considerando o paradigma ambiental, a forma de financiamento deveria ser totalmente subsídio não reembolsável. » Assim, as condições de elegibilidade e a intensidade do apoio definidas não são totalmente adequadas ao potencial de poupança. » Necessidade de revisão dos parâmetros associados aos custos-padrão, pois são detalhados e parametrizados, dificultando um racional na escolha dos materiais mais adequados para as intervenções. Pode excluir opções mais vantajosas do ponto de vista da sua eficácia ao nível da eficiência energética e do custo financeiro, considerando a evolução tecnológica muito rápida neste domínio, que não é manifestamente acompanhada na definição desses custos-padrão. Deste modo, as necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios apresentaram algumas discrepâncias, que podem, no futuro, ser reduzidas ou eliminadas (ao nível das fachadas e janelas e tipos de materiais que puderam ser utilizados). » Foram desenvolvidas intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) às soluções técnicas para concretizar as operações. Ainda que a racionalidade económica das operações não tenha sido posta em 		

Síntese da entrevista ao promotor	
	<p>causa pela necessidade de se proceder a estas intervenções estruturais – caso contrário, não teriam concretizado as operações –, considera-se que condicionam os seus resultados e o seu contributo para o definido no OT4 e nas metas dos instrumentos de política, retirando-lhes dimensão financeira. As intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) concretizaram-se ao nível da remoção de coberturas de fibrocimento (amianto).</p> <ul style="list-style-type: none"> » Margem para melhorar o potencial de poupança, com condições de elegibilidade mais adequadas aos objetivos das operações, sobretudo pela inclusão, no apoio, das intervenções estruturais de suporte, atualmente não apoiadas, às soluções técnicas implementadas. » As limitações financeiras inerentes ao projeto levaram a que algumas componentes tenham sido racionalizadas, garantindo elevado grau de eficiência à operação. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: dificuldades associadas aos cálculos dos indicadores de redução do consumo de energia, quer de realização, quer de resultado, o que resulta principalmente da ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo (o que levou à adoção de diferentes ferramentas ou práticas de estimativa, quer pelas estruturas internas das entidades – genericamente pouco experientes em matéria de eficiência energética – que apresentaram a candidatura, quer também, em alguns casos, dos consultores contratados para apoiar na preparação das candidaturas). » O facto de serem poupanças obtidas e não estimadas foi um desafio (difícil garantir dinâmica interna nas instituições nestes processos). » Os contratos de desempenho energético com empresas de serviços energéticos (ESE) poderiam oferecer melhores garantias de racionalidade dos investimentos e de obtenção de benefícios líquidos positivos, em virtude da partilha do risco com a ESE. A obtenção de benefícios líquidos positivos revela-se, no quadro das condições de acesso e de elegibilidade, de grande complexidade. O facto de serem poupanças obtidas e não estimadas foi um desafio (é difícil garantir dinâmica interna nas instituições nestes processos).
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização da operação. Sem o financiamento comunitário, não teria sido possível qualquer investimento em matéria de eficiência energética. » Para além dos resultados contratualizados com o POSEUR, assinalam-se alterações comportamentais no contexto na administração e colaboradores do Centro Hospitalar ao nível da redução de consumos de água, mas também na gestão operacional noutros domínios no sentido de estimular poupanças, inspiradas nos objetivos e na concretização da operação.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Foi a disponibilidade de financiamento comunitário que permitiu a concretização da operação. Sem o financiamento, nunca se realizaria. Ou seja, sem o apoio dos FEEI – e considerando a ausência de financiamento nacional para a concretização desta tipologia de investimento nesta escala –, não existe capacidade financeira para a concretização de investimentos que são encarados como secundários numa unidade hospitalar, que tem outras prioridades e recursos financeiros escassos para as concretizar. Registou-se, assim, um importante efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira.

Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal – Fase 2 – Eng.º Machado Vaz

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Norte	
	NUTS III	Área Metropolitana do Porto	
	Concelho	Porto	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional Regional do Norte	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	
Beneficiário	Município do Porto		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	03.04.2014	Custo Total Aprovado (€)	3.461.828,86
Data Prevista de Conclusão	31.12.2017	Custo Total Executado (€)	1.010.818,75
Data de Aprovação	03.05.2018	Apoio Aprovado (€)	951.795,99
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	859.195,94
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» Trata-se de uma intervenção de promoção da eficiência energética e racionalização dos consumos em 13 edifícios do Bairro Social Eng. Machado Vaz, inserida num projeto global de reabilitação física, económica e social dos Bairros Sociais propriedade municipal. Visa alcançar resultados significativos em termos de emissões de carbono, de custos energéticos e do conforto nas habitações, em 272 fogos do bairro.		
Objetivos (principal e específicos)	» Promover a eficiência energética e racionalização dos consumos » Intervir na envolvente opaca e na envolvente envidraçada dos edifícios » Intervir nos sistemas de produção de AQS sanitária e em outros sistemas técnicos » Instalar sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia » Intervir nos sistemas de ventilação, iluminação e outros sistemas energéticos das partes comuns dos edifícios, que permitam gerar economias de energia » Intervir ao nível da promoção de energias renováveis na habitação social para autoconsumo (instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária e de sistemas de ventilação com recurso a energia eólica) » Realizar auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessárias à realização dos investimentos e à avaliação e acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento		
Indicadores contratualizados (2018/2019)	Indicador		Meta
	Realização	Agregados familiares com consumo de energia melhorado (n.º, 2018)	272
		Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social (kWh/ano, 2019)	4.003.488
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Agregados familiares com consumo de energia melhorado (n.º)	-
		Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social (kWh/ano)	-

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » O parque público habitacional não foi alvo de intervenção ao longo de décadas, pelo que, a partir de 2009, iniciaram um processo de ampla reabilitação ao nível municipal. O processo teria avançado, independentemente da disponibilidade de fundos comunitários, mas a existência destes permitiu antecipar e melhorar a qualidade das intervenções que visam a eficiência energética (esta não era, até então, uma dimensão prioritária nos processos de reabilitação urbana). » Nenhum outro aspeto, para além do financiamento, teria impedido a concretização da operação. O financiamento foi fundamental para relevar a importância do processo de reabilitação com a dimensão da eficiência energética, o que anteriormente não acontecia. O financiamento permitiu a “correção” da trajetória do processo de reabilitação para a dimensão da eficiência energética, que não contemplariam com esta relevância. » O financiamento do Horizonte 2020 foi apontado como um exemplo a seguir em matéria de tratamento administrativo das candidaturas e das operações.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A quase totalidade do processo, quer de candidatura, quer de gestão e de acompanhamento da operação, foi desenvolvida com recurso a consultores externos, devido à falta de quadros técnicos com conhecimento necessário para o efeito. » Os principais problemas ou constrangimentos com que o promotor se tem confrontado no decurso da implementação da operação são o tempo e o esforço despendidos em questões burocráticas, as quais, na opinião do entrevistado, não compensam a taxa de cofinanciamento aplicada, que acaba por ser bastante reduzida comparativamente, por exemplo, com o financiamento proporcionado pelas intervenções de requalificação ao nível dos PEDU, cuja taxa de cofinanciamento atinge 85%. » Efetivamente, a burocracia é excessiva e as questões processuais são muito pesadas, quer na fase de candidatura, quer na fase de operacionalização da operação - o impacto em termos de tempo e a ocupação de recursos humanos são muito elevados. » Relativamente ao cumprimento dos prazos e das metas/objetivos, muito provavelmente as seguintes metas não serão alcançadas: redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social - 4.003.488 kWh/ano; 272 fogos com classificação energética melhorada, com acréscimos de classes energéticas de 2 níveis (em 90% dos casos) e mesmo 3 níveis (em 10% dos casos); diminuição global de emissões de 58,3% (231 ton CO₂/ano). A principal razão para o eventual não alcance das metas/objetivos prende-se com o facto de, até à data, não se ter observado uma redução de consumos: os rendimentos das famílias não são suficientes para proceder ao aquecimento das habitações. O principal benefício das intervenções financiadas prende-se, assim, com a melhoria clara e inequívoca nas respetivas condições de conforto térmico. » O promotor reconheceu e valorizou o apoio da estrutura de gestão do POR Norte2020, assinalando a rapidez e o auxílio prestado na resposta aos requisitos do financiamento. » Não foram definidos mecanismos de acompanhamento da implementação em particular, sendo o acompanhamento realizado apenas através de reuniões regulares internas e com os moradores (existe também uma <i>newsletter</i>). » O custo inicial de realização prévia de auditorias/estudos não limitou a vontade ou possibilidade de avançar com a operação. Foi, contudo, salientado que os custos associados com a realização de tais auditorias são muito elevados e sugerido que o processo fosse revisto e simplificado no futuro, eliminando-se tais requisitos e, por esta via, diminuindo os respetivos custos.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » O conhecimento desta tipologia de financiamento resultou de informação veiculada pela CM Porto, mas as campanhas de informação dos apoios comunitários destinados à eficiência energética foram importantes para o esclarecimento de dúvidas. » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, seria mais ajustada. Em paralelo com o financiamento comunitário, existe um empréstimo bancário para o financiamento da contrapartida pública nacional. A subvenção reembolsável é condicionadora da mobilização da procura, bem como da execução das operações em projetos de habitação social. » As condições de elegibilidade e a intensidade do apoio definidas não são totalmente adequadas ao potencial de poupança. A adoção de condições de elegibilidade mais adequadas aos objetivos das operações passa, sobretudo, pela inclusão, no apoio, das intervenções estruturais de suporte, às soluções técnicas implementadas, que atualmente não são apoiadas.

Síntese da entrevista ao promotor	
	<ul style="list-style-type: none"> » É igualmente importante proceder à revisão dos parâmetros associados aos custos-padrão, pois são complexos e atrasam o processo de concretização das operações. Por vezes, excluem opções mais vantajosas do ponto de vista da sua eficácia ao nível da eficiência energética e do custo financeiro. Deste modo, as necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios apresentaram algumas discrepâncias, que podem, no futuro, ser reduzidas ou eliminadas. » A obtenção de benefícios líquidos positivos revela-se, no quadro das condições de acesso e de elegibilidade, de grande complexidade. O facto de serem poupanças obtidas e não estimadas foi um desafio (é difícil garantir dinâmica interna nestes processos).
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O promotor não sinalizou outros efeitos não contratualizados gerados pela operação, na medida em que desconhece ainda se houve alterações comportamentais por parte dos habitantes.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário permitiu a concretização da operação no horizonte temporal definido. Ou seja, sem o apoio dos FEEI – e considerando a ausência de financiamento nacional para a concretização desta tipologia de investimento nesta escala –, a capacidade financeira para a concretização destes investimentos dilatou, no tempo, a sua concretização. Registou-se, assim, um efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (1 participante) » Empresa Municipal Domus Social (4 participantes) » Empresa projetista (1 participante) » Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (1 participante) » Moradores do Bairro Eng.º Machado Vaz (2 participantes)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » A Portaria n.º 304/2019, de 12 de setembro, define os requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977. Este diploma não se revelou favorável em termos da legislação em matéria de isolamento térmico, constituindo um retrocesso no tema. » As famílias abrangidas vivem, efetivamente, em situação de pobreza energética.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A experiência da intervenção noutros bairros sociais indica que se registam dois “saltos” em termos de classe energética que, contudo, serão teóricos, uma vez que a população abrangida continua a não ter capacidade financeira para aquecer as habitações (não apenas nos bairros sociais, mas também ao nível das habitações da classe média). Os benefícios das intervenções prendem-se com o conforto térmico acrescido, mas sem redução da fatura, pois já antes os habitantes não apresentavam, globalmente, capacidade financeira para aquecer a habitação.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Existência de possibilidade de melhorar o potencial de poupança, principalmente com o financiamento das intervenções estruturais de suporte, atualmente não apoiadas, às soluções técnicas implementadas, retirando eficiência à operação. » Foram desenvolvidas intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) às soluções técnicas para concretizar as operações. Ainda que a racionalidade económica das operações não tenha sido posta em causa pela necessidade de se proceder a estas intervenções estruturais – caso contrário, não teriam concretizado as operações –, considera-se que condicionam os seus resultados e o seu contributo para o definido no OT4 e nas metas dos instrumentos de política, retirando-lhes dimensão financeira. As intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) concretizaram-se ao nível da reformulação da rede elétrica das habitações e alterações no revestimento e renovação da própria cobertura dos edifícios, com vista à incorporação de isolamento térmico nas coberturas. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: dificuldades associadas aos cálculos dos indicadores de redução do consumo de energia, quer de realização, quer de resultado, o que resulta principalmente da ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O impacto da operação no consumo de energia será, por conseguinte, nulo ou limitado, pois os moradores não utilizavam aquecimento devido ao custo elevado da energia e continuam a não utilizar. Ao nível do aquecimento das águas sanitárias a poupança tem sido real.

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> » De entre os outros efeitos não contratualizados gerados pela operação, destacam-se o maior conforto térmico (com um aumento de cerca de 2 graus centígrados, em média de 14 para 16 graus centígrados nos meses de outono e de 12 para 14 graus centígrados nos meses de inverno com a intervenção, sem qualquer tipo de aquecimento) e a aparente melhoria na saúde dos habitantes (devido, para além do aumento médio da temperatura interior, à diminuição de humidade, bolor, etc.). » Consequentemente, ainda que se tratem de indicadores imensuráveis, regista-se uma diminuição de idas ao hospital em situações de urgência por parte dos moradores dos fogos intervencionados, designadamente dos grupos etários mais vulneráveis a complicações respiratórias (crianças e idosos), o que está diretamente associado às intervenções realizadas e à clara melhoria da qualidade habitacional que proporcionaram, em termos de aumento médio da temperatura interior, diminuição de humidade, bolor, etc. Assinala-se, também, uma diminuição – também imensurável –, dos conflitos sociais entre vizinhos, que são associados, pelos próprios moradores, à melhoria do bem estar proporcionado pelo acréscimo das condições de conforto possibilitadas pela operação. » A CCDD-Norte, que conta com o apoio da Domus Social, é uma entidade participante no projeto Social Green, que visa a melhoria das políticas públicas para a redução do consumo energético na habitação social, contribuindo para as prioridades europeias e nacionais de uma economia de baixo carbono. » Foram assinaladas como recomendações: <ul style="list-style-type: none"> » O aquecimento das águas sanitárias por via do solar térmico; » A eletricidade nos espaços comuns por via fotovoltaica; » O apoio a uma componente imaterial, dirigida para a literacia energética, sendo reconhecido que muitos dos problemas atuais resultam do desconhecimento ou de uma gestão ineficiente.
Valor Acrescentado	» -

Sistema de Iluminação Pública para Melhoria da Eficiência Energética no Município de Almeirim

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Alentejo	
	NUTS III	Lezíria do Tejo	
	Concelho	Almeirim	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional Regional do Alentejo	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	
Beneficiário	Município de Almeirim		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.11.2017	Custo Total Aprovado (€)	1.127.496,52
Data Prevista de Conclusão	31.12.2019	Custo Total Executado (€)	942.189,34
Data de Aprovação	15.05.2018	Apoio Aprovado (€)	895.098,87
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	895.079,88
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção Reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	<ul style="list-style-type: none">» Sendo a iluminação pública um ativo de grande visibilidade e impacto social nas Autarquias e Comunidades, as medidas de melhoria da eficiência energética implementadas a nível local constituem um passo importante na concretização de programas de eficiência no consumo de energia e com forte impacto na área ambiental.» O projeto visa a aquisição e instalação de equipamentos para iluminação pública a realizar no concelho de Almeirim, possibilitando assim a substituição de luminárias de Vapor de Mercúrio (VM) e de Vapor de Sódio Alta Pressão (VSAP) por luminárias mais eficientes de tecnologia LED.		
Objetivos (principal e específicos)	<ul style="list-style-type: none">» Apoiar a transição para uma economia de baixo carbono» Aplicar uma gestão racional da utilização de energia, mantendo o nível de serviço público à população		
Indicadores contratualizados (2023)	Indicador		Meta
	Realização	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano)	3.496.633,00
	Resultado	Consumo de energia final na iluminação pública (kWh/ano)	1.059.109,00
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública (kWh/ano)	0
	Resultado	Consumo de energia final na iluminação pública (kWh/ano)	0
Síntese da entrevista ao promotor			
Relevância	<ul style="list-style-type: none">» A intervenção resultou de uma definição estratégica articulada com a CIMLT para uma candidatura ao INALENTEJO. Desta forma, parte do sucesso ficou à partida garantido. O facto de ser um tema consensualizado entre as várias entidades relevantes e municípios contribuiu ainda mais para isso.		
Eficácia	<ul style="list-style-type: none">» A dimensão da operação, bem como a complexidade técnica associada a este tipo de intervenções, constituíram importantes desafios que foram ultrapassados com o apoio e colaboração de entidades envolvidas neste processo, desde a dimensão burocrática à componente técnica, nomeadamente a certificação dos equipamentos e das soluções adotadas.» Por outro lado, a importância da redução dos custos foi outro fator que acabou por contribuir para a eficácia da intervenção.» A prioridade de investimentos não foi alterada devido à disponibilidade de financiamento, já que acabou por vir de encontro a uma ambição que o município já tinha.» O <i>know-how</i> interno contribuiu para a eficiência da intervenção, não tendo sido necessário recorrer a entidades externas.» As principais dificuldades estiveram relacionadas com a dimensão da intervenção, pela quantidade de luminárias e arruamentos abrangidos.» O racional que suportou a intervenção (redução dos gastos com energia por via da redução do consumo) faz com que o <i>break-even</i> seja atingido num horizonte temporal muito interessante. Além disso, não se		

Síntese da entrevista ao promotor	
	identificam constrangimentos relevantes que possam obstar ao alcance dos objetivos definidos para a intervenção.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Para se potenciar os resultados desta ação, especialmente considerando o paradigma ambiental, a forma de financiamento deveria ser subsídio não reembolsável, por via do FEDER. Ainda que não totalmente, pelo menos uma parte do investimento deveria ter adotado esta modalidade. » Isto permitiria ampliar a perceção de muitos municípios e entidades acerca da importância atribuída ao paradigma ambiental. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: a possibilidade do referencial de partida ser distinto, ou seja, as diferentes luminárias substituídas (ainda que maioritariamente de Vapor de Mercúrio ou Vapor de Sódio Alta Pressão) por luminárias mais eficientes de tecnologia LED geram naturalmente diferentes poupanças, maiores ou menores consoante as características das luminárias substituídas, podendo, por esse motivo, justificar – pelo menos parcialmente – as disparidades observadas nos custos unitários.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Os impactos em causa estão principalmente relacionados com a redução dos consumos, sem que se verifique uma diminuição da qualidade do serviço de iluminação pública. Isto resulta também numa redução das emissões de CO₂. » Existe uma satisfação total com as estruturas do PO financiador na fase de execução que contribuiu para ultrapassar as dificuldades associadas a uma intervenção com esta dimensão. » Por outro lado, a implementação foi acompanhada por vários técnicos que garantiam a boa execução das operações e o cumprimento dos aspetos técnicos fundamentais. » O valor acrescentado associado a esta intervenção está relacionado com a visibilização pública da necessidade de investimentos em eficiência energética, quer enquanto forma de redução de custos, quer enquanto forma de adotar comportamentos ambientalmente mais sustentáveis. » É expectável que, face à visibilização regional de que esta intervenção beneficiou, sejam reproduzidos comportamentos relacionados com a eficiência energética por parte de entidades e instituições locais, sendo que o ideal é que se venham candidatar a programas adequados às suas características, e pela população em geral, através da alteração dos seus hábitos de consumo e de poupança de energia.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Esta operação já vinha sendo preparada há algum tempo por parte do município. No entanto, o enquadramento da mesma numa intervenção alargada e apoiadas pelos FEEI permitiu cobrir a quase totalidade do território municipal e agilizar a sua realização.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Câmara Municipal de Almeirim (1 participante) » Junta de Freguesia da Raposa (1 participante) » Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (1 participante) » ADENE – Agência para a Energia (1 participante)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » O enquadramento da intervenção numa estratégia consensualizada com os vários municípios da região, permitiu que todos se envolvessem de forma ativa enquanto parte interessada tendo-se evitado uma perspetiva concorrencial. Nesse âmbito, o papel da CIMLT, em coordenação com a CCDR, no apoio técnico às candidaturas foi fundamental para o desenvolvimento de todo o processo, pelo que o IF estimulou práticas colaborativas e um envolvimento alargado em detrimento de uma concorrência pelo financiamento.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » Sem este apoio ao investimento não teria sido possível conduzir uma intervenção com a dimensão e importância daquela que se realizou. » O apoio prestado pela CIM na instrução das candidaturas contribuiu fortemente para a eficácia da operação; » Registaram-se algumas dificuldades ao nível da conceção técnica do caderno de encargos, já que o concurso realizado abrangia todos os municípios da CIM em causa. » Por outro lado, a tipologia do concurso pode constituir um entrave à concorrência, já que são poucas as empresas com capacidade para se apresentar a concursos desta dimensão. » Ainda que, atualmente, a generalidade dos municípios já disponha de tecnologia LED nos seus sistemas de iluminação pública, é importante garantir que os municípios que ainda não realizaram intervenções deste tipo tenham hipótese de as fazer no futuro. » A mudança em alguns parâmetros legislativos nesta matéria (nomeadamente, o facto de, em alguns casos, a distância entre luminárias ter diminuído), faz com que a perceção dos cidadãos, já de si positiva, ficasse ainda mais reforçada.

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> » É necessário acautelar algumas questões técnicas relacionadas com a certificação de luminárias, nomeadamente nos casos em que se recorre ao <i>retrofitting</i>.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Deveria compreender uma componente de apoio de subvenção não reembolsável, especialmente considerando a importância ambiental que estas medidas representam. » Contudo, a elevada percentagem de coparticipação possibilita reduções de consumo imediatas e planos de pagamento articulados interessantes face aos ganhos alcançados em matéria de consumo, pelo que esta forma de apoio se pode considerar totalmente condicionadora da mobilização da procura ou da execução das operações ao nível da iluminação pública.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Os impactes, ambientais e económicos, são bastante relevantes, permitindo atenuar as despesas que resultam da prestação de serviços públicos elementares, nomeadamente a iluminação pública. » Por outro lado, e face à importância e extensão da área que é necessário iluminar, a redução das emissões é outro impacto bastante valorizado. » Neste caso concreto, não se prevê que ocorra <i>rebound effect</i>, já que os fundos poupados serão canalizados para outros fins, enquadrados nas atribuições e competências do município. » Esta intervenção constitui um estímulo para que mais iniciativas deste tipo sejam desenvolvidas por outras instituições do concelho, gerando um círculo virtuoso em matéria de poupança energética e redução de emissões. Por isso, seria importante perceber qual a pertinência da disponibilização de apoios deste tipo para domínios da sociedade que não podem aceder a estes concursos. » Do lado da população, ficou a perceção de que, além da economia de energia, os LED têm também maior capacidade de iluminação, contribuindo para a melhoria da qualidade do espaço público. » A consensualização pública que este tema atualmente merece, é um fator intangível, mas igualmente relevante no desenvolvimento da operação, contribuindo para a sua eficiência. » Por outro lado, uma posterior reprogramação permitiu ainda aumentar o número de luminárias a intervencionar, contribuindo ainda mais para a relevância desta operação.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Sem o apoio dos FEEI não teria sido possível desenvolver uma operação com esta dimensão técnica e territorial.

Instalação de Equipamentos para a Eficiência Energética do Mercado Municipal de Loulé

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Algarve	
	NUTS III	Algarve	
	Concelho	Loulé	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional Regional do Algarve	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	
Beneficiário	Loulé Concelho Global, EM Unipessoal, S.A.		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.05.2018	Custo Total Aprovado (€)	141.249,4
Data Prevista de Conclusão	31.12.2018	Custo Total Executado (€)	-
Data de Aprovação	30.11.2018	Apoio Aprovado (€)	66.134,74
Estado da Candidatura	Aceite pelas Entidades/Contratada	Apoio Executado (€)	-
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» A operação consiste na requalificação de parte dos equipamentos do Mercado Municipal de Loulé, assim como a instalação de equipamentos que utilizam fontes de energias renováveis, de modo a reduzir substancialmente os consumos do edifício.		
Objetivos (principal e específicos)	» Diminuir o impacto carbónico do Mercado Municipal de Loulé, pela redução de emissões de GEE, seguindo uma política que contribuirá para os objetivos nacionais e europeus na redução de dependência externa do abastecimento primário de energia; » Requalificar de forma inovadora os equipamentos técnicos, que se encontram obsoletos e com bastante desgaste, e melhorar significativamente o seu desempenho energético.		
Indicadores contratualizados (2019)	Indicador		Meta
	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh eq/ano)	222.293
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	32
	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local - Consumo de energia final nos edifícios da administração regional e local após intervenção (tep)	25,26
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh eq/ano)	0
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	0
	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local - Consumo de energia final nos edifícios da administração regional e local após intervenção (tep)	0
Síntese da entrevista ao promotor			
Relevância	» No decurso da implementação da operação alguns fatores contribuíram de forma positiva para a execução, nomeadamente para divulgar os resultados e impactos da operação e, simultaneamente, sensibilizar a população para a importância de reduzir consumos energéticos e a emissão de GEE. No âmbito de outro projeto, financiado por apoios não comunitários, foi possível adquirir e disponibilizar equipamentos fixos de informação, apelativos e com uma importante dimensão tecnológica. Para além da humanização do espaço público, permitem informar, quer sobre aspetos associados à mobilidade urbana (sistema de informação ao público em tempo real – ter conhecimento imediato, na paragem ou interface, do tempo de espera), quer sobre os resultados associados à operação (poupanças no consumo energético, redução nas emissões, ...), de forma bastante criativa/ilustrativa e suscitando o interesse dos leitores. » Face à natureza da entidade, mais importante do que gerar receita, o que importa é devolver o ganho/a poupança à comunidade local.		

Síntese da entrevista ao promotor	
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » O Município e a entidade promotora possuem uma estratégia consistente e ambiciosa de procura de soluções e de encontrar incentivos ligados à mitigação e adaptação às alterações climáticas. Ou seja, procuram encontrar soluções de financiamento que lhe deem apoio/que permitam executar a estratégia delineada. As receitas da entidade promotora provêm da mobilidade (transportes coletivos) e do Mercado Municipal (dimensão ambiental e social, de ativação social). Dado que todos os potenciais apoios ou incentivos são decisivos para garantir futuros investimentos, estão muito atentos aos AAC e às linhas de financiamento que surgem. » A entidade solicitou apoio à agência regional de energia e ambiente do Algarve (AREAL), quer na fase de preparação de candidatura, quer na fase de operacionalização da operação. Esta entidade é um ator-chave para a região, em termos técnicos, mas também pelo papel que tem na capacitação das entidades (execução, fiscalização, monitorização, ...). Foi fundamental ao longo do processo para retirar dúvidas técnicas. » Tendo em conta os primeiros resultados da operação, deverão ser ultrapassadas as metas que estavam contratualizadas. » O apoio prestado na fase de execução do projeto pela entidade financiadora foi muito positivo. Estabeleceram uma boa relação institucional e de facilidade de contactos (formais e informais), sendo permanente e muito válida a disponibilidade de apoio da estrutura técnica.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento foi a mais adequada para concretizar a operação. Para a entidade, a forma de apoio não reembolsável é sempre preferível, mesmo que a taxa de comparticipação seja mais reduzida. » As necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios não apresentam discrepâncias. Não foram sinalizados constrangimentos adicionais, num contexto em que anteriormente tinham sido realizadas intervenções facilitadoras das soluções a implementar. » As condições de acesso e de elegibilidade, não comprometem a obtenção de benefícios líquidos positivos.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Sem financiamento, sem apoio comunitário, seria impossível avançar com a intervenção (<i>payback</i> de quase 17 anos; com este apoio será de 8,6 anos, o que o torna enquadrável na capacidade de investimento da entidade, ou seja, garante-lhe viabilidade económico-financeira). » Se ainda assim tivessem ponderado avançar, teriam sempre que rever algumas rúbricas de investimento. » Foram vários os aspetos que facilitaram a concretização da operação. Por um lado, o apoio muito significativo da CCDR (total disponibilidade, prestação adequada e atempada de informação). Por outro, o apoio por parte do Município (não possuindo recursos especializados em candidaturas, recorreram aos técnicos do Município). Ao longo do processo é muito importante este tipo de apoio. Relewa ainda a prioridade dada à temática e a dinâmica e empenho da estrutura de gestão executiva municipal na concretização da operação. Assinala-se também uma intervenção, realizada em 2007, que permitiu criar condições para que este projeto fosse possível (cobertura da estrutura, em placas <i>sandwich</i>, permitindo acoplar uma estrutura fotovoltaica destas dimensões). » Aponta-se para a vantagem da existência de uma divisão no Município que fosse o denominador comum para apoiar todas as entidades (municipais, empresas, associações), ou dando consultoria especializada em processo de candidatura a apoios comunitários. A entidade assume que caso possuíssem melhor informação, estivessem melhor capacitados ou existisse um maior apoio do Município poderiam candidatar outras operações. » A disponibilidade de financiamento alterou a prioridade dos investimentos da entidade (face a outros investimentos/operações que tinha em carteira). Das prioridades que possuíam, alteraram a ordem pré-estabelecida, pelo facto de existir esta oportunidade de financiamento (possuem parquímetros já muito obsoletos, a necessitar de ser substituídos; canalizaram a capacidade de investimento que possuíam, para assegurar a contrapartida nacional da recuperação do mercado, da colocação dos painéis fotovoltaicos). » Importância do investimento na estrutura do telhado, mas também nas ferramentas de comunicação que foram adotadas (os utentes não se preocupam, nem percebem características técnicas, a mensagem tem de ser apelativa, simples, em linguagem acessível). O painel informativo produzido e disponibilizado à entrada do mercado, contempla diversa simbologia e informação criativa e que suscita interesse (quanta energia está a ser produzida, quantas árvores não serão cortadas, quantos km de consumo de combustível automóvel são evitados, qual a poupança económica desde o início do projeto). A operação devia ter também acoplada (e devia ser financiada) esta componente da comunicação que é fundamental para mudanças comportamentais e culturais. » O impacto da operação no consumo de energia é significativo: poupança de 10 mil euros/ano (em 8 anos o investimento estará recuperado), devendo ser assegurada a total autossuficiência do equipamento. » Para além dos resultados que contratualizou com o PO financiador, a operação gerou sinergias com outros projetos e/ou atores. Por um lado, houve capacidade de antecipar respostas a novas necessidades, que

Síntese da entrevista ao promotor	
	<p>previsivelmente poderiam surgir no futuro, nomeadamente com a criação da praça de restauração (4 restaurantes, todos com equipamentos elétricos), no espaço central do mercado. O mercado não necessitava à data de candidatura do dimensionamento projetado, mas os painéis fotovoltaicos foram colocados/dimensionados já para acomodar este investimento futuro (dar resposta ao projeto que estaria a ser projetado).</p> <ul style="list-style-type: none"> » Deve assinalar-se o compromisso entre a componente técnica e a arquitetura do edifício (otimizar a inclinação dos painéis, sem comprometer a imagem/importância arquitetónica de conjunto), existindo uma preocupação de evitar o seu impacto visual (sendo um ponto emblemático e de interesse turístico da Cidade era fundamental não o descaracterizar, mas sem colocar em causa a mais valia do projeto). » São sinalizados diversos efeitos não esperados. A substituição de mais de 200 luminárias LED (com elevadas vantagens do ponto de vista do consumo energético), gerou alterações na tonalidade (branco natural), contribuindo para que, especialmente no Verão, haja uma diminuição da carga térmica e, consequentemente, a perecibilidade dos alimentos e dos produtos hortícolas seja significativamente maior (preservação de bens perecíveis). » Procuraram-se acautelar possíveis situações de <i>rebound effects</i>. Os concessionários ao sentirem que, com a operação, a eletricidade seria mais barata (tendencialmente gratuita), pensaram que podiam colocar outros equipamentos (que existiria uma maior predisposição para facilitismos ou despreocupação com o consumo energético). Isso colocou, inicialmente, uma pressão sobre a equipa de gestão do mercado, difícil de gerir (gerando alguma permissividade). Contudo, com a entrada em funcionamento de um sistema interno de controlo de consumos, com o qual estão comprometidos e que os obriga a que não possam exceder o histórico, essa situação deixa de ser possível. Acresce que por saberem que estão a ser monitorizados e que têm de cumprir critérios de tangibilidade no consumo energético (na avaliação de desempenho) gera que não haja maior consumo e uma maior preocupação com a sua redução. » Aponta-se para que face às boas práticas identificadas e aos resultados gerados (inclusive sociais), este tipo de investimentos possa ser priorizados face a outros equipamentos públicos, como piscinas ou pavilhões.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário foi muito importante face à capacidade de financiamento da entidade. Na ausência de financiamento, a operação não seria prioritária, face a outras necessidades de investimento. Ou seja, os FEEI foram determinantes para a priorização e execução da operação, pelo que se verificou um importante efeito de adicionalidade.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Loulé Concelho Global, EM (3 participantes) » Câmara Municipal de Loulé (1 participante) » Entidade Gestora do Mercado Municipal (1 participante) » Concessionários de espaços do Mercado (2 participantes)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » São apontados alguns constrangimentos, quer à operação, quer ao processo e enquadramento, que importa equacionar e ponderar no futuro. Por um lado, a ausência de apoios e a impossibilidade de adquirir baterias (tecnologia inovadora e dispendiosa), que poderiam potenciar e melhorar os resultados (durante a noite, os painéis fotovoltaicos não funcionam, mas os equipamentos estão sempre ligados). Por outro lado, a dificuldade em estabilizar e cumprir os requisitos elegíveis (ao longo do processo, existiram 6 atualizações do Anexo 5), devendo assegurar-se, no futuro, a sua estabilização atempada e um menor grau de especificidade. Acresce a impossibilidade de avançar apenas com uma dimensão (produção ou eficiência energética), o que pode condicionar a disponibilidade e vontade de avançar (a exigência/obrigatoriedade não deve existir, mas deve ser garantida essa possibilidade). Neste caso específico, apenas queriam executar a dimensão de produção para autoconsumo (painéis fotovoltaicos), mas foi obrigatório acomodar na operação a segunda dimensão (eficiência energética), correspondente à substituição de luminárias (LED). » Face à experiência do Município de Loulé afigura-se bastante difícil obter ganhos suficientes de poupança, em edifícios mais recentes (difícilmente se consegue atingir 30% de poupança), devendo ser equacionada uma redução desse valor. » O Município não possui capacidade, nem especialização interna para estas dimensões de política pública, necessitando do apoio de equipas externas e de uma estreita articulação/acompanhamento pela agência regional de energia.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » Afigura-se muito importante a disponibilização de informação, de modo a fomentar uma progressiva consciencialização/sensibilização para a importância da redução de consumos energéticos. » Considera-se muito positiva e profícua a relação com a AREAL, ao longo do processo de candidatura e implementação da operação. Foi um processo de aprendizagem para todos os intervenientes, que terá impactos positivos a prazo.

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Eficiência	» -
Impacto	<p>» Embora o conforto térmico seja difícil de avaliar num edifício com estas características (4 portas abertas, estruturas envidraçadas, ...), com a operação, a temperatura no interior do equipamento tornou-se mais aprazível (no verão era muito complicada a estadia, face ao desconforto térmico sentido pelos clientes e concessionários). Por outro lado, anteriormente, as luminárias eram muito intensas, com elevado impacto visual, situação que deixou de se verificar com a substituição por LED.</p> <p>» Considera-se muito positiva a solução adotada (cobertura por painéis fotovoltaicos), que manifestamente não apresenta impacto visual. A proposta inicial, que procurava potenciar ao máximo a inclinação, era muito impactante. Neste quadro, assumiu-se que a perda em 10/20% da capacidade de produção associada a uma menor inclinação, se justificava pelo seu menor impacto visual sobre um edifício histórico, elemento de referência em termos de atratividade turística.</p> <p>» É opinião geral, que existe uma maior sensibilidade, uma maior consciencialização para a poupança, não se manifestando comportamentos abusivos pelos ganhos/poupanças geradas pela operação (pe. mais eletrodomésticos, ...)</p> <p>» Releva-se a existência de efeitos não esperados importantes, nomeadamente o facto da redução da temperatura interna gerada pela iluminação LED garantir uma maior perecibilidade dos alimentos expostos nos postos de venda.</p>
Valor Acrescentado	» -

Construção, Alteração, Ampliação de Armazém Industrial Covilhã

ENQUADRAMENTO				
Localização	NUTS II	Região Centro		
	NUTS III	Beiras e Serra da Estrela		
	Concelho	Covilhã		
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (IFRRU 2020)		
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação		
	Domínio de Intervenção	Habitação particular (para arrendamento)		
Beneficiário	Sineiro Residence, Lda			
CANDIDATURA				
Data Prevista de Início	01.09.2018	Custo Total Aprovado (€) – PI 4.3	104.940,00	
Data Prevista de Conclusão	31.08.2020	Custo Total Executado (€) – PI 4.3	0,00	
Data de Aprovação	26.10.2018	Apoio Aprovado (€) – PI 4.3	30.826,77	
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€) – PI 4.3	3,082,68	
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	IF	
APRESENTAÇÃO SÍNTESE				
Caraterização	» A operação visa a demolição de um armazém industrial para a construção de edifício residencial com recurso a técnicas e materiais de elevado desempenho energético.			
Objetivos (principal e específicos)	» Estimular a adoção de técnicas construtivas e materiais de construção mais eficientes do ponto de vista energético.			
	» Promover a recuperação e reconversão de passivos urbanos.			
Indicadores contratualizados (2023)	Indicador		Meta	
	Realização	» Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado		4
		» Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂)		36,44
	Resultado	» Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)		0,01
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução	
	Realização	Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado		-
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂)		-
	Resultado	Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)		-
Síntese da entrevista ao promotor				
Relevância	» Uma vez que a operação implica a reconversão de um armazém industrial num edifício habitacional, sentiram-se alguns constrangimentos com a pré-certificação energética (o momento inicial foi onde se verificaram maiores dificuldades).			
	» Por outro lado, a disponibilização de apenas 10% do valor participado no momento inicial é também um fator de entropia, já que obriga as empresas a recorrer a capitais próprios e a outras formas de financiamento para o arranque dos trabalhos.			
	» Existem ainda algumas dificuldades específicas deste território, que têm um impacte relevante na execução, que se prendem com a necessidade de ter um fornecedor único para as diversas componentes da obra, sendo que a forma de contratação habitual naquela região é através do recurso a fornecedores individuais para as várias fases (pintura, telhado, eletricidade, etc.).			
Eficácia	» A empresa teve conhecimento deste IF por intermédio de uma reunião realizada na CM da Covilhã, onde estiveram presentes todos os organismos e entidades, incluindo as bancárias, que estavam relacionadas com o desenvolvimento e aplicação do IFRRU2020.			
	» O <i>know-how</i> interno permitiu instruir e gerir o processo de candidatura, pelo que não foi necessário recorrer a consultoria externa. No entanto, considerando as dificuldades iniciais relacionadas com a pré-certificação, o apoio do IFRRU202 e da ADENE foram fundamentais para desbloquear esse impasse.			
	» A complexidade financeira associada à implementação deste instrumento, motivou a contratação a tempo parcial de um contabilista que se dedica principalmente ao acompanhamento desta operação.			

Síntese da entrevista ao promotor	
	<ul style="list-style-type: none"> » Identificam-se ainda alguns constrangimentos relacionados com a excessiva burocratização do processo, o que pode condicionar o acesso a este instrumento por parte de empresas mais pequenas e com menor capacidade de investimento com capitais próprios. » Existe uma forte confiança de que as metas definidas serão atingidas, até porque a situação de partida correspondia a uma condição energética inexistente (armazém degradado).
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » O IF cumpre os requisitos mínimos para apoiar as empresas, ainda que assuma um papel de complementaridade. » A grande motivação para recorrer ao IFRRU2020 passou pelo prazo de reembolso, que pode ir até aos 20 anos. Neste caso em concreto não passou dos 10 anos. Tal atenua um pouco o problema da reabilitação, cujo retorno financeiro é algo demorado. As estimativas dos projetos de reembolso são a 20 anos e os bancos só emprestam a 10, gerando este diferencial um problema de tesouraria. » No entanto, a tranche inicial, para arranque da operação deveria ser mais elevada, situando-se nos 30% do valor total. De outra forma, sem capitais próprios ou outras fontes de financiamento, não teria sido possível arrancar com o projeto. » As necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios não apresentam discrepâncias.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade deste instrumento veio antecipar a realização de investimentos que se encontravam em carteira. Ainda que, em condições normais, estes viessem sempre a ser realizados, o IF permitiu a sua realização mais cedo que o previsto. » Ainda que o IF seja um apoio relevante, sem capitais próprios e outras fontes de financiamento não seria possível levar a cabo a operação. Se ainda assim tivessem ponderado avançar, teriam sempre que rever algumas rubricas de investimento. » É notória alguma falta de preparação técnica e de competência nos momentos iniciais por parte de todos os envolvidos, incluindo da entidade bancária que mobiliza o IF. É um processo que corre de forma algo lenta, embora incremental. Vão-se identificando os problemas e, à medida que surgem, vão sendo ultrapassados. Não há uma identificação prévia da maioria das situações que permita agilizar e dinamizar a globalidade do processo.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilização do financiamento acabou por antecipar a realização desta operação face ao inicialmente previsto. Neste contexto, o IF constituiu um importante efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira.

Reabilitação Edifício de Habitação Sito na Rua Conde de Avillez n.º 2 e 4 Santiago do Cacém

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Região Alentejo	
	NUTS III	Alentejo Litoral	
	Concelho	Santiago do Cacém	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (IFRRU 2020)	
	PI	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	
	Domínio de Intervenção	Habitação particular (própria)	
Beneficiário	(particular)		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	15.10.2018	Custo Total Aprovado (€) – PI 4.3	5.304,24
Data Prevista de Conclusão	12.08.2019	Custo Total Executado (€) – PI 4.3	0,00
Data de Aprovação	21.12.2018	Apoio Aprovado (€) – PI 4.3	2.406,53
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€) – PI 4.3	1.309,85
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	IF
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» A candidatura visa apoiar a requalificação de um edifício habitacional no núcleo histórico de Santiago do Cacém, sendo comparticipadas as componentes relacionadas com o isolamento térmico e a aquisição de equipamentos de climatização eficientes.		
Objetivos (principal e específicos)	» Fomentar a utilização de equipamentos técnicos com maior eficiência e elevado desempenho energético.		
Indicadores contratualizados (2023)	Indicador		Meta
	Realização	» Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	1
		» Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂)	4,47
	Resultado	» Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)	0,01
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	-
		Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂)	-
	Resultado	Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)	-
Síntese da entrevista ao promotor			
Relevância	» A execução da operação tem encontrado grandes constrangimentos devido à falta de informação e incapacidade de esclarecimento das questões que vão surgindo ao longo da fase de obra, por parte da entidade bancária e do IFRRU2020. Esta situação provocou atrasos na libertação das tranches. » Foram também encontrados alguns constrangimentos ao nível arquitetónico e construtivo pelo facto do edifício se situar em zona histórica (sujeito a regime de proteção), o que também provocou atrasos face ao cronograma estabelecido.		
Eficácia	» O proprietário teve conhecimento deste IF através de uma sessão de divulgação realizada na CM de Santiago do Cacém, na qual participaram as várias entidades envolvidas na sua implementação. » A instrução da candidatura foi feita com apoio de um arquiteto e com contributos da instituição bancária responsável pela mobilização do IF. Numa fase posterior foi notória a incapacidade de esclarecimento por parte da entidade bancária das dúvidas que se levantaram ao longo do processo de análise e avaliação da candidatura. » O processo encontra-se numa fase avançada, ainda assim, houve uma excessiva dependência do autofinanciamento (capital próprio do investidor). Isto ocorreu devido à demora na libertação das tranches. Sem esta disponibilidade de capital próprio não teria sido possível concluir o processo. » O alcance das metas estabelecidas para a eficiência energética é praticamente garantido uma vez que a situação energética de partida do edifício era má (o edifício não tinha sequer condições de habitabilidade).		

Síntese da entrevista ao promotor	
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » O IF é um bom estímulo para concretização deste tipo de intenções, valorizando a componente energética. Porém, os entraves ao nível do desconhecimento dos balcões, os custos das certificações energéticas e a excessiva burocratização constituem importantes entraves ao desenvolvimento da intervenção. » Sobressai a perceção de que as entidades que mobilizam este instrumento estão muito mais vocacionadas para apoiar as candidaturas de empresas em vez de particulares. » As necessidades técnicas para a concretização da operação e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios não apresentam discrepâncias.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » É um instrumento relevante, principalmente por sinalizar a importância deste tipo de investimentos e permitir a sua mobilização por parte de privados para fins residenciais. Porém, não pode ser entendido como sendo, por si só, indutor do investimento pelo facto de serem colocados bastantes entraves na sua execução. » Deve ser entendido como um apoio que não substitui a necessidade de investimento com capitais próprios, pelo facto de existirem demoras e dificuldades na libertação das tranches. » As taxas são interessantes, mas há custos associados que reduzem algumas das suas mais-valias, nomeadamente as comissões bancárias associadas (existe alguma falta de clareza relativamente aos valores sobre os quais as comissões incidem), custos com vistorias, etc. » Sendo a primeira vez que se recorre a este IF, existe algum desgaste com os processos associados. Por outro lado, acumula-se um capital de experiência sobre a forma como o IF funciona que poderá ser útil para investimentos futuros.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Ainda que a disponibilização deste IF não tenha alterado prioridades de investimento, veio dar maior importância à componente da eficiência energética, sensibilizando os proprietários, investidores e população em geral para esta dimensão. » É necessário tornar o processo mais ágil e adaptado às características do investimento para habitação própria. Só dessa forma este IF terá um papel mais ativo, acessível e atrativo para um maior número de atores e, consequentemente, dar um contributo mais relevante para a eficiência e transição energética (no setor residencial).

Atualização dos Postos de Carregamento - P1 Rede MOBI.E + atual

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Continente	
	NUTS III	-	
	Concelho	-	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	
	Domínio de Intervenção	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	
Beneficiário	MOBI.E, S.A.		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.09.2016	Custo Total Aprovado (€)	2.035.763,16
Data Prevista de Conclusão	30.06.2019	Custo Total Executado (€)	398.344,59
Data de Aprovação	18.10.2016	Apoio Aprovado (€)	1.654.295,48
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	229.419,92
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	<ul style="list-style-type: none">» O projeto MOBI.E + atual (bi), consiste na atualização tecnológica da rede pública de carregamento de veículos elétricos, MOBI.E, por forma a munir o território, em particular as zonas urbanas, de uma infraestrutura que permita gerar condições de acessibilidade aos atuais e futuros utilizadores de veículos elétricos, quanto à disponibilidade de pontos de carregamento elétricos e, assim, gerar a perceção de um maior conforto e segurança no uso deste tipo de veículos.» Passados cerca de cinco anos desde a instalação dos carregadores normais do piloto MOBI.E, existiu a necessidade de proceder à atualização tecnológica dos equipamentos. Esta necessidade decorre, por um lado, da estabilização das normas que, entretanto, se verificou e, por outro lado, da evolução tecnológica verificada nos veículos elétricos e nos sistemas da gestão da mobilidade, que hoje obriga a uma maior capacidade de interação dos equipamentos de carregamento com outros equipamentos e sistemas.» O projeto de investimento Rede MOBI.E + atual (bi) visa a intervenção apenas nos postos da rede do projeto Piloto. Este abrange 25 municípios, 404 postos de carregamento normal, com 1076 pontos de ligação à rede de energia para a mobilidade elétrica.		
Objetivos (principal e específicos)	<ul style="list-style-type: none">» Cumprir a Diretiva 2014/94/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, que prevê que todos os postos de carregamento normal, até 22kw, em corrente alternada (CA), para efeitos de interoperabilidade, devem ser equipados pelo menos com conectores de tipo 2, em conformidade com a norma EN62196-2.» Permitir a adaptação de todos os pontos de carregamento públicos para fichas normalizadas e comuns a toda a União Europeia, garantindo desta forma o acesso a todos os tipos de veículos e a redução dos tempos de carregamento, que se revelam hoje elevados nalgumas situações.		
Indicadores contratualizados (2019)	Indicador		Meta
	Realização	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica (n.º)	1.076
		Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétricos atualizados (n.º)	1.076
		Redução do tempo de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica atualizados (minutos)	184,86
Resultado	Número adicional de utilizações mensais dos pontos de carregamento (n.º)	2,7	
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica (n.º)	506
		Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétricos atualizados (n.º)	414
		Redução do tempo de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica atualizados (minutos)	0
Resultado	Número adicional de utilizações mensais dos pontos de carregamento (n.º)	0	

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Muito embora a Mobi.E, S.A. tenha, por decisão governamental, um papel essencial na criação da infraestrutura base de postos de carregamento, denominada “Rede Piloto Mobi.E”, há que ter presente que a verdadeira missão da MOBI.E é atuar enquanto Entidade Gestora da Mobilidade Elétrica (EGME). » Uma das suas principais funções consiste na definição das condições do ponto de vista regulamentar, procedimental, tecnológico, etc. para que as entidades envolvidas possam desenvolver a sua atividade. O processo de implementação do Modelo de Mobilidade Elétrica em Portugal tem já dez anos e, durante este período, teve avanços e recuos, muito em resultado da crise económica e financeira, sobretudo, no período 2011 a 2015. » O principal problema ou constrangimento com que o promotor se tem confrontado no decurso da implementação da operação prende-se com a dificuldade e morosidade na operacionalização da legislação, na sua adaptação a uma realidade nova. Não obstante o esforço desenvolvido até à data, subsiste, porém, uma parte da legislação que ainda não está a ser implementada. » De entre os aspetos que terão dificultado ou impedido a concretização da operação, contam-se ainda: i) os procedimentos burocráticos (obrigatórios e demorados); ii) a sobrecarga de trabalho e as limitações em termos de recursos humanos da parte do promotor (apenas 2 administradores e 4 técnicos); e iii) as limitações dos FEEI quanto à elegibilidade de certas despesas, em particular ao nível de subcontratações. » De entre os fatores facilitadores da operação, relevam a orientação e o apoio político (prioridade política assumida), bem como o apoio e empenho por parte da generalidade dos Municípios.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » O desenvolvimento da operação só foi possível por via do estabelecimento de parcerias com múltiplas entidades, em estreita articulação e em parceria com os Municípios, que desempenharam um papel muito relevante em ambos os projetos. » No que respeita ao processo de candidatura, consideram que é um projeto de dimensão razoável/significativa. Em face da limitação de recursos na equipa, o promotor teve de recorrer a subcontratações na fase de preparação das candidaturas (alguns colaboradores tinham experiência em FEEI, mas não na área da Valorização do Território/POVT ou da Sustentabilidade e Eficiência na Uso de Recursos/POSEUR). » O atraso no arranque da operação prendeu-se com o facto de abranger entidades novas, que não conheciam a temática da mobilidade elétrica, pelo que a fase de articulação foi mais morosa. O atraso na sua implementação tem também condicionado a perceção geral do modelo da mobilidade elétrica junto da opinião pública. » Relativamente ao cumprimento das metas e dos objetivos da operação, a perspetiva é que estes venham a ser cumpridos, sendo que algumas metas já foram inclusivamente ultrapassadas e as metas que não são contratualizadas, mas que são indicadores, vão cumprir acima dos 80%. » A atualização da rede foi sempre concebida e preparada em conjunto e com o apoio do POSEUR, que tem acompanhado regularmente a operação, revelando uma boa compreensão para a questão dos prazos (fizeram dois pedidos de reprogramação/reajuste do prazo temporal da operação). A equipa do PO financiador tem estado sempre disponível para apoiar a equipa da MOBI.E, no contexto do seu papel de entidade financiadora. » Ao nível dos mecanismos de acompanhamento implementados por parte da MOBI.E, a equipa acompanha o ponto de situação enviado pelas várias entidades que estão a implementar (15 a 20), fazendo pontos de situação regulares (semanais ou, nalguns casos, diários) e a posterior articulação com os atores institucionais para ajudar na resolução, se necessário.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Através da conjugação de instrumentos, foi possível a aposta de vários Governos na atribuição de incentivos à aquisição de veículos, quer através de apoio direto à aquisição, quer através da atribuição de benefícios fiscais. » Portugal é atualmente um dos países que oferece mais benefícios neste domínio (e.g. dedução do IVA às empresas); no OE2020 está prevista uma redução do preço da energia para empresas e o apoio via Fundo Ambiental (apoia postos de carregamento privados e a aquisição de veículos e postos de abastecimento públicos).
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A estratégia de reconversão da rede - envolvendo a atualização da rede e a expansão da rede (definida e preparada, em 2016) - seria sempre implementada, mas a existência de fundos europeus (apoios comunitários via POSEUR) permitiu prosseguir uma estratégia mais abrangente. A expansão da rede foi uma opção política (o objetivo de a rede chegar a todos os Municípios portugueses não foi propriamente uma opção da MOBI.E). » Impacto da operação no consumo de energia: desde 2010, registou-se uma poupança de 11.500 toneladas de CO₂ (das quais cerca de 8.500 só em 2018/2019). Quer o número de veículos, quer o consumo de energia da rede, têm vindo a duplicar todos os anos desde 2014.

Síntese da entrevista ao promotor	
	<ul style="list-style-type: none"> » Outros efeitos não contratualizados gerados pela operação: a expansão da rede pública é indutora de novos comportamentos, servindo de exemplo e tem um efeito indutor; adicionalmente, os pontos de carregamento estão normalmente associados a intervenções de requalificação do espaço público; por último, a criação da rede, como está a ser feita a nível nacional, deverá aproximar as condições de mobilidade do interior às condições do litoral. » Também o processo de credibilização e sensibilização, para que as outras entidades identifiquem e reconheçam a importância das iniciativas a desenvolver, tem assumido um peso crescente na atividade da MOBI.E. » Ao nível da estratégia de comunicação, deverão ser desenvolvidas ações de sensibilização e comunicação com maior escala, o que não foi possível e cujos resultados não teriam sido viáveis até à data, em face dos atrasos e perante os problemas que existiam (não teria sido eficaz fazer campanhas de sensibilização nas condições até aqui existentes). Importa passar a mensagem para um conjunto mais alargado de pessoas, procurando superar algum descontentamento geral que se tem feito sentir sobre a temática. » Assim, estão previstas várias sessões/ações de informação e sensibilização da população no 1º semestre de 2020, informando sobre a disponibilidade da infraestrutura e as vantagens da mobilidade elétrica. Estão também previstas iniciativas de informação para entidades públicas sobre o desenvolvimento de procedimentos, o processo e a facilitação de autorizações, etc.
Valor Acrescentado	» -
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » MOBI.E, SA (2 participantes) » Câmara Municipal de Torres Vedras (1 participante) » Águas de Portugal, Energias (1 participante) » EDP Distribuição (1 participante) » DGEG (1 participante)
Relevância	» -
Eficácia	» -
Eficiência	» -
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A inexistência de uma rede de carregamento com cobertura nacional levou algumas entidades a implementar uma rede de carregamento própria, sem a qual a sua frota de veículos elétricos não poderia circular. A conjugação dos postos de carregamento próprios (privados) com os da MOBI.E pode garantir abrangência nacional e ser suficientes para as necessidades da frota. » Como efeito não esperado, resultou a oportunidade para otimizar circuitos e para melhorar a comodidade. Sendo permitido que os colaboradores da empresa utilizem gratuitamente todos os pontos de carregamento, pode fazer com que, em termos individuais, acabem por optar também por este tipo de veículos. » Para credibilizar o sistema e promover a conversão para veículos elétricos, é necessário que todos os postos estejam em funcionamento: haver postos de carregamento que não funcionam tem descredibilizado o sistema e tem gerado inúmeras reclamações por parte dos munícipes. Cerca de metade das avarias resultam da má utilização ou uso indevido por parte dos colaboradores, pelo que será necessário apostar mais na formação. » Os tempos de carregamento são cruciais e muito importantes em viagens de longa distância; deve haver um <i>trade-off</i> entre tempos de carregamento, podendo optar-se pelo carregamento rápido para deslocações no interior das cidades e pelo carregamento lento no final do dia (mais indicado em zonas residenciais). » É necessária a expansão da rede rápida, mas importa decidir sobre a sua localização: a existência de postos na via pública não é o ideal, uma vez que servem de lugar de estacionamento. Uma opção será operacionalizar postos de carregamento com 20 pontos concentrados/coletivos. » A informação é uma dimensão essencial e prioritária no processo: é necessário passar a mensagem/a informação aos atores económicos sobre a instalação de postos de carregamento e potenciar o negócio, estabelecendo regras claras quanto ao carregamento, em particular dentro de condomínios. » As tarifas de acesso à rede elétrica (da competência da ERSE) são muito elevadas (quase o dobro de uma ETAR), o que é muito desincentivador.
Valor Acrescentado	» -

Criação de Novos Postos de Carregamento P2 Rede MOBI.E

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Continente	
	NUTS III	-	
	Concelho	-	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	
	Domínio de Intervenção	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)	
Beneficiário	MOBI.E, S.A.		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	01.09.2016	Custo Total Aprovado (€)	2.693.950,92
Data Prevista de Conclusão	30.09.2019	Custo Total Executado (€)	49.788,94
Data de Aprovação	18.10.2016	Apoio Aprovado (€)	2.275.074,91
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	34.406,99
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» O P2 Rede + MOBI.E (bii.) é um projeto que contribui para o objetivo específico previsto no artigo 59º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR) “Eficiência e diversificação energética nos transportes públicos coletivos e promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável”, designadamente para o “Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável”, com o objetivo de apoiar sistemas de transportes com baixas emissões de carbono, de entre os quais se inclui a promoção da mobilidade elétrica, atualização tecnológica dos postos de carregamento elétricos públicos através da adaptação de pontos de carregamento públicos para fichas normalizadas e comuns a toda a UE, alargamento da rede de pontos de carregamento públicos em espaços de acesso público, lançamento de medidas e ações de promoção nacional da mobilidade elétrica.		
Objetivos (principal e específicos)	» Adquirir cerca de 202 postos de carregamento para instalação em municípios que, atualmente, não têm qualquer posto de carregamento e ligação dos mesmos à Rede MOBI.E, cada um com dois pontos de ligação à rede » Investir em equipamentos de maior potência que comportem os aumentos da procura esperados para os próximos anos		
Indicadores contratualizados (2019)	Indicador		Meta
	Realização	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica (n.º)	404
		Tempo médio de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica criados (minutos)	195
	Resultado	Número adicional de utilizações mensais dos pontos de carregamento (n.º)	10
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica (n.º)	0
		Tempo médio de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica criados (minutos)	0
	Resultado	Número adicional de utilizações mensais dos pontos de carregamento (n.º)	0

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Para além dos fatores condicionantes elencados no estudo de caso anterior, destaca-se a litigância verificada no processo de expansão da rede. A expansão da rede foi objeto de um processo judicial que durou cerca de um ano, no final do qual o Tribunal deu razão à MOBI.E. Este facto teve naturalmente impacto no desenvolvimento do projeto. Salienta-se ainda as exigências e dificuldades decorrentes da necessidade de se criar um mercado/uma nova atividade, envolvendo muitas entidades. » De entre os fatores têm contribuído de forma positiva para a sua execução, para além da prioridade política assumida, assinala-se o empenho das Câmaras Municipais em desbloquear/solucionar problemas, como sejam a escolha do local de instalação dos postos (que implica concluir sobre potência e ramal, por exemplo).
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » O desenvolvimento da operação só foi possível por via do estabelecimento de parcerias com múltiplas entidades, em estreita articulação e parceria com os Municípios, que desempenharam um papel muito relevante em ambos os projetos. » O atraso no arranque da operação prendeu-se com o facto de abranger entidades novas, que não conheciam a temática da mobilidade elétrica, pelo que a fase de articulação foi mais morosa. O atraso na sua implementação tem também condicionado a perceção geral do modelo junto da opinião pública. Por outro lado, só agora as marcas construtoras parecem estar a apostar decisivamente nesta tecnologia, muito em resultado das determinações legais para os próximos anos impostas pela União Europeia, em termos de emissões poluentes. » Relativamente ao cumprimento das metas e dos objetivos da operação, a perspetiva é que estes serão cumpridos, sendo que algumas metas já foram inclusivamente ultrapassadas e as metas que não são contratualizadas, mas que são indicadores, vão cumprir acima dos 80%. » O acompanhamento por parte do POSEUR tem-se desenvolvido de uma forma regular, tendo a equipa técnica compreensão para a questão dos prazos. A equipa do PO financiador tem estado sempre disponível para apoiar a equipa da MOBI.E, no contexto do seu papel de entidade financiadora. » Em breve a MOBI.E deverá alargar à questão da exploração, atribuindo toda a concessão dos postos às entidades licenciadas, o que deverá ocorrer até ao final do 1º semestre de 2020. Assim, a mobilidade elétrica passa a ser uma atividade normal de mercado/concessionada às Câmaras Municipais (estas têm de definir onde querem instalar os postos de carregamento e outras entidades apresentarão propostas para expandir as suas redes). A MOBI.E vai concessionar 600 postos de carregamento em 11 lotes (cada um tem obrigatoriamente de envolver as 5 NUTS II); os 42 operadores licenciados serão potencialmente o público-alvo da concessão.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Faz sentido que, no futuro, se continue a financiar a expansão da rede com o apoio de fundos comunitários, na medida em que não existe ainda uma dimensão/um volume de veículos que permita viabilizar a montagem de uma rede de concessionários privados. Ou seja, a rentabilidade de mercado ainda não é suficiente para justificar um investimento tão avultado e rentabilizar a infraestrutura base (uma grande parte da infraestrutura será viável comercialmente, mas outra parte não). » O investimento privado poderá intervir nalgumas áreas sem apoio, mas a rede deverá sempre antecipar-se aos veículos. A criação da rede terá também um efeito de convergência e redistribuição a nível nacional (não se aplica apenas no litoral).
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A estratégia de reconversão da rede - envolvendo a atualização da rede e a expansão da rede (definida e preparada, em 2016) - seria sempre implementada, mas a existência de fundos europeus (apoios comunitários via POSEUR) permitiu prosseguir uma estratégia mais abrangente. A expansão da rede foi uma opção política (o objetivo de a rede chegar a todos os Municípios portugueses não foi propriamente uma opção da MOBI.E). » Ao nível da estratégia de comunicação, estão previstas várias sessões/ações de informação e sensibilização da população no 1º semestre de 2020, informando sobre a disponibilidade da infraestrutura e as vantagens da mobilidade elétrica. Estão também previstas iniciativas de informação para entidades públicas sobre o desenvolvimento de procedimentos, o processo e a facilitação de autorizações, etc.
Valor Acrescentado	» -

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » MOBI.E, SA (2 participantes) » Câmara Municipal de Torres Vedras (1 participante) » Águas de Portugal, Energias (1 participante) » EDP Distribuição (1 participante) » DGEG (1 participante)

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » A expansão da rede coloca vários desafios, de entre os quais se destacam: <ul style="list-style-type: none"> » A necessária adaptação dos edifícios particulares/residenciais, que implica o reforço da coluna coletiva e que pode constituir um problema para a rede de distribuição pública; » A definição de alternativas de carregamento quando os edifícios não têm garagem, devendo ponderar-se a opção de instalar os postos no interior do centro urbano, sob pena de redeslocalização para a periferia no futuro (à semelhança do ocorrido com as bombas de abastecimento de combustíveis); » O necessário reforço da potência ao nível dos municípios que, em princípio, não será problemático; » A adaptação regulamentar a fazer para recintos (não edifícios), que requerem a instalação de um quadro elétrico que funcione como quadro de entrada. » Foram ainda assinaladas: <ul style="list-style-type: none"> » A importância das áreas de serviço, que podem funcionar como pontos de carregamento concentrados/coletivos; » As questões relacionadas com a concessão do espaço público para serem instalados postos de carregamento; a questão central reside em saber se deverá ser o Município a criar a infraestrutura ou ser o concessionário a avançar com tudo? Importa definir procedimentos e divulgar esclarecimentos quanto à forma como se deve processar a concessão (qual o papel dos municípios, onde devem ter intervenção, etc.).
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » É necessária a expansão da rede rápida. Contudo, não deviam ser colocados postos na via pública (que aliás são utilizados como lugar de estacionamento). A aposta deverá ser no sentido de criar postos de carregamento coletivos, com 20 ou mais pontos (tipo estação de serviço). » A capacidade da rede elétrica está garantida, mas o custo da sua ligação é que é decisivo (custa 2 vezes o valor do posto). É importante ter tal em conta na determinação dos locais de instalação, o que é uma escolha articulada entre a EDP e o Município. » Os tempos de carregamento são cruciais e muito importantes em viagens de longa distância; deve haver um <i>trade-off</i> entre tempos de carregamento, podendo optar-se pelo carregamento rápido para deslocações no interior das cidades e pelo carregamento lento ao final do dia (mais indicado em zonas residenciais). » Os processos de requalificação e expansão da rede deverão estar concluídos no 1º trimestre, bem como os processos de concessão. » A informação é uma dimensão prioritária - é necessário passar a mensagem aos atores económicos sobre a instalação de postos de carregamento e potenciar o negócio. É necessário estabelecer regras claras para os carregamentos, em particular dentro dos condomínios.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Importa verificar até que ponto tornar gratuitas (ou quase) as taxas de acesso à rede para mobilidade elétrica e hidrogénio verde (que atualmente são muito elevadas) poderiam contribuir para uma maior procura. Tal constituiria uma espécie de subsidiação do sistema, o que poderia não obter o acordo da ERSE. Existe, porém, um conjunto de custos na taxa de acesso à rede que não deveriam estar nesta incluídos. » É essencial que continue a haver financiamento para mobilidade suave/sustentável, expandindo a rede até cerca de 2,5 km do centro das cidades.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » É expectável que entidades públicas, como Câmaras Municipais, venham a converter a sua frota, de forma progressiva, para veículos com mobilidade elétrica. Contudo, a mobilidade elétrica não dará resposta a todas as situações, como por exemplo nos transportes pesados, em que será aplicável outro combustível (como o hidrogénio, por exemplo). No futuro, haverá um <i>mix</i> de veículos: veículos elétricos (com menor autonomia) e veículos a hidrogénio (mais autónomos). Os grandes operadores, em particular a hotelaria, poderão dinamizar o processo de conversão. » Na futura expansão da rede importa considerar: <ul style="list-style-type: none"> » A importância de disciplinar o uso/utilização dos postos de carregamento (atualmente muito abusivo); será importante a instalação de câmaras de videovigilância e/ou a intervenção imediata das autoridades; » A prioridade deve ser reforçar/concentrar pontos de carregamento rápido em áreas específicas com escala (desejavelmente fora do núcleo urbano central e em áreas de serviço); » É necessário definir um <i>trade-off</i> entre carregamento rápido <i>versus</i> semirrápido <i>versus</i> lento: pode optar-se pelo carregamento rápido para deslocações no interior das cidades e pelo carregamento lento no final do dia (mais indicado em zonas residenciais).
Valor Acrescentado	-

Renovação da frota de veículos de transporte público urbano coletivo de passageiros da CARRIS

ENQUADRAMENTO				
Localização	NUTS II	Área Metropolitana de Lisboa		
	NUTS III	Área Metropolitana de Lisboa		
	Concelho	Municípios abrangidos pelo serviço de transporte (Lisboa, Odivelas, Amadora, Oeiras, Almada e Loures)		
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos		
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação		
	Domínio de Intervenção	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)		
Beneficiário	Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.			
CANDIDATURA				
Data Prevista de Início	01.07.2017	Custo Total Aprovado (€)	54.750.000,00	
Data Prevista de Conclusão	30.06.2020	Custo Total Executado (€)	16.002.213,17	
Data de Aprovação	10.07.2017	Apoio Aprovado (€)	18.585.998,31	
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	2.764.205,92	
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável	
APRESENTAÇÃO SÍNTESE				
Caraterização	» A operação visa a renovação da frota de veículos de transporte público coletivo de passageiros da CARRIS, por via da aquisição de 180 novos autocarros movidos a fontes de energia mais limpas (125 novos autocarros de tipologia “standard” movidos a GNC, 40 novos autocarros de tipologia articulada com propulsão a GNC e 15 autocarros de tipologia “standard” com propulsão 100% elétrica), bem como da construção e instalação dos respetivos meios de suporte à sua operacionalidade, de modo a contribuir para a adoção de medidas que favoreçam a sustentabilidade ambiental da sua atividade e a descarbonização na AML.			
Objetivos (principal e específicos)	» Potenciar uma política de mobilidade integrada em termos de transportes, espaço público, estacionamento e policiamento			
	» Dotar a AML de um sistema de transportes públicos mais acessível, mais fiável, mais confortável e mais sustentável			
	» Promover a existência de mais passageiros no transporte público, garantindo uma transferência modal do transporte individual para o transporte público e modos ativos			
Indicadores contratualizados (2020)	Indicador		Meta	
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		334,8
		Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (tep)		256,58
		Postos de abastecimento de fontes de energia mais limpas para frotas de transportes públicos (n.º)		9
		Veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas (n.º)		180
	Resultado	Emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		334,8
		Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos no âmbito da operação (%)		73,47
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução	
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		0
		Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (tep)		0
		Postos de abastecimento de fontes de energia mais limpas para frotas de transportes públicos (n.º)		0
		Veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas (n.º)		15
	Resultado	Emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		0
		Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos no âmbito da operação (%)		0

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Aquando da candidatura, a CARRIS encontrava-se numa fase de transição dos seus acionistas, na passagem de Empresa do Estado para Empresa Municipal. A transição de acionistas gera sempre algum período de instabilidade e adaptação. Um eventual arranque do investimento ocorreria sempre mais tarde, pois seria um investimento estratégico e teria que ser o novo acionista a decidir. O financiamento FEEI foi determinante no processo: com a aprovação da candidatura, ambas as entidades acionistas deram o seu aval para a concretização da operação. » O recurso aos FEEI foi, assim, fundamental para o <i>timing</i> e para a concretização da operação: sem financiamento comunitário, não teria sido possível proceder à renovação da frota de veículos no momento e no horizonte temporal proposto. Na ausência de financiamento comunitário, a renovação da frota de veículos ocorreria num momento posterior, não sendo possível precisar qual seria exatamente.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A empresa dispõe de uma estrutura interna que, entre outras responsabilidades, sinaliza as oportunidades de financiamento para a concretização de investimentos que correspondem ao seu <i>core business</i>. Contudo, o processo de reestruturação do universo “CARRIS, Metropolitano de Lisboa e Transtejo”, ocorrido em 2017 e publicamente conhecido, resultou na indisponibilidade temporária de recursos técnicos especializados e em número suficiente para preparar a candidatura, pelo que decidiram recorrer ao apoio de consultores externos. » Presentemente, estão a constituir uma equipa técnica especializada, integrando várias valências, para garantir que têm capacidade para responder às várias necessidades em termos de procedimentos da CARRIS, inclusive ao nível da preparação de candidaturas. Uma futura candidatura a financiamentos FEEI desenvolver-se-á certamente num prazo muito mais reduzido. Também ao nível da operacionalização, a empresa reforçou a sua equipa técnica e dispõe atualmente de recursos próprios, com capacidade e maturidade para proceder ao acompanhamento das operações. » Não foram sinalizados requisitos particularmente exigentes ou potencialmente inibidores de procura, tendo embora sido reconhecido que alguns procedimentos de instrução e de verificação administrativa das candidaturas tiveram alguma complexidade associada. » Os principais constrangimentos com que a empresa se confrontou no decurso da implementação da operação prenderam-se com a complexidade da preparação dos procedimentos concursais, em particular no que se refere à aquisição dos veículos elétricos e à construção da estação abastecedora, e com a morosidade de resposta dos fornecedores de veículos elétricos. A curva de aprendizagem foi complexa, pois a equipa não tinha experiência nesta matéria. » Não obstante a boa relação/articulação/interação com a estrutura do POSEUR, a tramitação é burocrática e complexa: o processo é muito pesado em termos procedimentais e o volume de informação solicitada é significativo em várias fases do processo. Nos pedidos de pagamento, são frequentes os casos de redução financeira de componentes da operação, por motivos muito variados. » Considerando a atual fase de realização da operação e o pedido de reprogramação entretanto submetido ao PO SEUR, é expectável que as metas contratualizadas venham a ser alcançadas, no prazo previsto. Foram ainda assinaladas algumas dificuldades na quantificação dos indicadores, cujo procedimento suscita muitas dúvidas.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, seria mais ajustada. A empresa não recorreu a outro tipo de incentivos (nomeadamente fiscais, regulamentares) para complementar os resultados das suas operações. » A complexidade técnica do AAC retira eficiência ao processo de consulta ao mercado.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário não alterou a prioridade da operação face a outros investimentos equacionados pela empresa, mas teve impacto na escala do investimento a realizar. » Para além dos resultados contratualizados com o POSEUR, assinala-se um efeito não esperado gerado pela operação: a alteração organizacional, cultural e comportamental ao nível dos trabalhadores da empresa no que à relevância da Eficiência Energética e à ambiental que decorre da redução de GEE. A mudança de mentalidades e paradigma potenciada pelo PO SEUR é irreversível e representou uma aprendizagem preciosa para o futuro. » Refira-se, igualmente, que a aquisição dos veículos foi importante para a adaptação ao Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), que resultou também na contratação de cerca de 200 novos motoristas e guarda-freios. O objetivo é aumentar a oferta em cerca de 2 milhões de km em 2019 e 2020, para além dos 33 milhões que oferecem atualmente.

Síntese da entrevista ao promotor	
	» A CARRIS dispõe de um plano para atingir a emissão zero em termos de carbono até 2040.
Valor Acrescentado	» A disponibilidade de financiamento comunitário permitiu, inequivocamente, um processo mais rápido de concretização da operação e em maior escala ao nível da renovação da frota de veículos. Ou seja, sem o apoio dos FEEI – e considerando a ausência de financiamento nacional para a concretização desta tipologia de investimento –, a renovação da frota de veículos concretizar-se-ia mais tarde, observando-se, assim, um importante efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Área Metropolitana de Lisboa (1 participante) » Associação Sindical do Pessoal de Tráfego da Carris (1 participante) » Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (1 participante) » CARRIS (4 participantes) » Direcção-Geral de Energia e Geologia (2 participantes) » Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (1 participante) » ITS Portugal (1 participante) » LISBOA-E-NOVA AGÊNCIA DE ENERGIA E AMBIENTE DE LISBOA (1 participante)
Relevância	» O financiamento comunitário disponibilizado pelo POSEUR para a renovação da frota de veículos de transporte público urbano coletivo de passageiros é manifestamente insuficiente para as necessidades dos operadores, devendo, por essa razão, ser reforçado, se possível ainda no atual período de programação comunitária e seguramente no próximo ciclo de financiamento (PT 2030).
Eficácia	» As elegibilidades do PT 2020 condicionam grandemente o alcance das metas nacionais ao nível da redução de GEE, ao não suportar o financiamento de investimentos na rede de elétrico (CARRIS) ou não dispor de um instrumento de financiamento que não exija o abate dos veículos atuais.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A comparticipação dos FEEI direcionada para a renovação das frotas de veículos nas empresas de transportes coletivos de passageiros deve ser mais elevada, considerando os seus objetivos, designadamente quando a renovação da frota é dirigida para os veículos elétricos. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: os veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas apresentam características diferentes, destacando-se os vários tipos de energia mais limpa que utilizam (novos veículos), que resultam em diferenças na aquisição dos custos unitários, entre outras particularidades em matéria de equipamento que possam apresentar.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A renovação das frotas de veículos está a contribuir efetivamente para gerar uma maior atratividade e qualidade do serviço prestado, contribuindo para mudanças comportamentais, designadamente a transferência do transporte motorizado individual para o transporte público coletivo. » A importância do financiamento e de associar a questão ambiental à aquisição de veículos vai para além das candidaturas ao PO SEUR (lançado concurso para mais 60 elétricos e 30 veículos a gás natural que não estão contemplados nas candidaturas). Será necessário renovar os restantes autocarros, donde a importância da continuidade do apoio para o futuro. » Observa-se um relevante impacto social que resulta do PART: possibilitou que a população inativa, designadamente pensionistas, pudessem aceder e/ou recorrer ao transporte público de passageiros, devido à redução de custos, utilizando-o como um meio de lazer. O PART é um passo muito importante, que importa consolidar. À maior afluência de utentes não tem correspondido, porém, uma resposta adequada, por limitação de trabalhadores. » A renovação das frotas de veículos nas empresas de transporte coletivo de passageiros deverá continuar a ser uma prioridade para garantir ganhos significativos de poupança de energia primária no setor dos transportes e para a redução das emissões de GEE. A eletrificação do sistema de transportes públicos é essencial e incontornável para o efeito. » A qualidade do ar e a redução de ruído devem ser fatores de majoração dos apoios comunitários.
Valor Acrescentado	» Considerando o aumento já observado e esperado da procura que resulta da subsidiação na aquisição de passes intermodais (PART), as empresas de transporte coletivo de passageiros necessitarão de ampliar a oferta de modo a conseguir adaptar-se e garantir a qualidade do serviço. A ampliação da oferta, no contexto

Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
	de Portugal, deverá processar-se por via da aquisição de veículos rodoviários “limpos”, com recurso aos apoios comunitários, dada a ausência de outras possibilidades de financiamento (nacionais).

Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS

ENQUADRAMENTO				
Localização	NUTS II	Área Metropolitana de Lisboa		
	NUTS III	Área Metropolitana de Lisboa		
	Concelho	Municípios abrangidos pelo serviço de transporte (Lisboa, Odivelas, Amadora, Oeiras, Almada e Loures)		
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos		
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação		
	Domínio de Intervenção	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)		
Beneficiário	Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.			
CANDIDATURA				
Data Prevista de Início		01.12.2018	Custo Total Aprovado (€)	248.988,00
Data Prevista de Conclusão		30.06.2020	Custo Total Executado (€)	2.940,00
Data de Aprovação		30.06.2018	Apoio Aprovado (€)	99.595,20
Estado da Candidatura		Em execução	Apoio Executado (€)	1.176,00
Data a que reporta a informação da Ficha		31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE				
Caracterização	» A operação visa a instalação de 195 módulos de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução na frota de autocarros da CARRIS, que irão gerar a informação necessária para promover nos condutores boas práticas de condução, de modo a contribuir, de forma positiva, para a adoção de novas medidas que favoreçam a sustentabilidade ambiental da sua atividade e a descarbonização na AML.			
Objetivos (principal e específicos)	» Consolidar um padrão de consumo de energia mais sustentável através do investimento em eficiência e baixo carbono a todos os níveis, incluindo no domínio dos transportes » Promover a disseminação de frotas eficientes, bem como a implementação dos planos de mobilidade e de medidas de racionalização de consumos nos transportes » Contribuir para as medidas de baixo carbono de âmbito local, nomeadamente o desenvolvimento de planos locais de baixo carbono, medidas de baixo carbono na reabilitação urbana e apoio a equipamentos e infraestruturas de mobilidade sustentável numa vertente de melhoria da competitividade e dos serviços associados			
Indicadores contratualizados (2020)	Indicador			Meta
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		313,54
		Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (tep)		101,99
		Veículos com Sistema de Gestão de Frotas Instalados (n.º)		195
	Resultado	Emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)		313,54
Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos no âmbito da operação (%)		2		
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador			Execução
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton. CO ₂ e)		0
		Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (tep)		0
		Veículos com Sistema de Gestão de Frotas Instalados (n.º)		0
	Resultado	Emissões de GEE (ton. CO ₂ equivalente)		0
Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos no âmbito da operação (%)		0		

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	» -
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » As questões associadas à eficácia dos apoios no âmbito desta operação são, no que a recursos humanos e procedimentos diz respeito, partilhadas com o estudo de caso “Renovação da frota de veículos de transporte público urbanos coletivos de passageiros da CARRIS”. » O financiamento do PO SEUR assenta em renovação pura da frota de transportes públicos, mas posteriormente será necessário proceder à sua ampliação, para o que será importante conceber um instrumento de financiamento que não exija o abate dos veículos atuais.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento comunitário (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, seria mais ajustada.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Em concordância com a “Renovação da frota de veículos de transporte público urbanos coletivos de passageiros da CARRIS”, o recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização da operação. Sem o financiamento comunitário, não se procederia à instalação do módulo nos 195 veículos. » Na ausência de financiamento comunitário, a instalação do módulo nos 195 veículos concretizar-se-ia mais tarde, em simultâneo com a renovação da frota de veículos, não sendo possível precisar o momento em que esse processo se materializaria. » A disponibilidade de financiamento comunitário não alterou a prioridade da operação face a outros investimentos equacionados pela empresa.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário permitiu, inequivocamente, um processo mais rápido de concretização da operação e em maior escala da renovação da frota de veículos e, deste modo, da instalação do módulo nos 195 veículos. Ou seja, sem o apoio dos FEEI – e considerando a ausência de financiamento nacional para a concretização desta tipologia de investimento –, a instalação do módulo nos 195 veículos concretizar-se-ia mais tarde, observando-se um importante efeito de adicionalidade e de alavancagem financeira.
Síntese das participações nas sessões <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Área Metropolitana de Lisboa (1 participante) » Associação Sindical do Pessoal de Tráfego da Carris (1 participante) » Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (1 participante) » CARRIS (4 participantes) » Direcção-Geral de Energia e Geologia (2 participantes) » Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (1 participante) » ITS Portugal (1 participante) » LISBOA-E-NOVA AGÊNCIA DE ENERGIA E AMBIENTE DE LISBOA (1 participante)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » O financiamento comunitário disponibilizado pelo POSEUR é manifestamente insuficiente para as necessidades dos operadores de transporte público, devendo, por essa razão, ser reforçado, se possível ainda no atual período de programação comunitária e seguramente no próximo ciclo de financiamento (PT 2030).
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » Com a Instalação de módulo de Eficiência Energética e Gestão dos Dados de Condução em 195 veículos da frota da CARRIS, a rede e a oferta irão melhorar, o sistema de informação tenderá a ser mais fiável, a articulação será promovida, as interfaces facilitadas. O crescimento deverá ser superior às previsões, com mais utentes a usar transportes fora de horas de ponta e aos fins de semana. Será necessário apostar nos trabalhadores e nas suas qualificações (ecocondução, condições de trabalho, número de trabalhadores, salários, etc.). A CARRIS já era referência na formação há 20 anos: a condução tem influência na emissão de gases e no desgaste de veículos.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A comparticipação dos FEEI direcionada para estas tipologias de projeto deve ser mais elevada, considerando os seus objetivos.

Síntese das participações nas sessões <i>Focus Group</i>	
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » A promoção da atratividade e da qualidade do transporte público requer uma aposta forte em plataformas digitais, que “aglutinem” o serviço completo (para abdicar de viatura própria, a população necessita de dispor de soluções digitais e de serviços integrados de mobilidade, que terão inclusivamente de ir além da área metropolitana e do transporte público). Num contexto de viagens intermodais, em que CARRIS vai ser um dos operadores que tem de estar ligado a outros, a formação em competências digitais será fundamental para os motoristas do futuro. » Com o PART, a procura crescente pelo transporte público é visível, não apenas durante a semana, mas também ao fim de semana; os passes vieram ajudar na opção pelo serviço público, não obstante os constrangimentos de horários. Para mudar comportamentos, é necessário demonstrar que o transporte público é viável, para o que aumentar a oferta e alargar (progressivamente) os horários será essencial.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » -

U-BIKE PORTUGAL IPVC (Instituto Politécnico de Viana do Castelo)

ENQUADRAMENTO					
Localização	NUTS II	Norte			
	NUTS III	Alto Minho			
	Concelho	-			
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos			
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação			
	Domínio de Intervenção	Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)			
Beneficiário	Instituto Politécnico de Viana do Castelo				
CANDIDATURA					
Data Prevista de Início		01.09.2015	Custo Total Aprovado (€)	329.019,67	
Data Prevista de Conclusão		31.12.2019	Custo Total Executado (€)	217.390,05	
Data de Aprovação		01.08.2016	Apoio Aprovado (€)	279.666,72	
Estado da Candidatura		Em execução	Apoio Executado (€)	183.308,11	
Data a que reporta a informação da Ficha		31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável	
APRESENTAÇÃO SÍNTESE					
Caraterização	» A operação U-Bike IPVC, respondendo aos objetivos definidos pelo IMT e pelo POSEUR, procura promover a mobilidade sustentável em geral e a mobilidade suave em particular no contexto da comunidade académica. Paralelamente, e aproveitando a dispersão regional do IPVC, pretende também influenciar comportamentos nas comunidades envolventes para a mobilidade suave. A operação tem por base um diagnóstico prévio, que permitiu caraterizar os diferentes perfis de mobilidade da população académica.				
Objetivos (principal e específicos)	» Contribuir para os desafios e metas nacionais em matéria de mobilidade sustentável e ao nível local				
	» Aumentar o número de alunos e de colaboradores que utilizam a bicicleta nas deslocações de e para o campus académico, em detrimento de veículos motorizados				
	» Reforçar comportamentos amigos do ambiente junto da população académica				
	» Promover a mobilidade suave				
	» Disseminar boas práticas de mobilidade nas comunidades envolventes				
Indicadores contratualizados (2019)	Indicador			Meta	
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)			9,77
		Bicicletas adquiridas para uso público (n.º, 2018)			200
		Economias de energia geradas pela utilização do modo ciclável (tep)			3,22
		Extensão de km percorridos pela população aderente ao modo ciclável (km)			132.632
		Campanhas e ações de sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)			2
		Produtos de comunicação, sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)			26
		População abrangida pelas Campanhas/Ações de Sensibilização e Promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)			4.648
	Resultado	Grau de adesão da população alvo à utilização do modo ciclável (%)			35,56
		Poupança de energia primária obtida pela transferência modal do transporte individual motorizado para o modo ciclável (%)			26,63
		Grau de adesão do público-alvo das ações relacionadas com a temática de promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (%)			100

Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Diminuição anual estimada das emissões de GEE (ton CO ₂ equivalente)	0
		Economias de energia geradas pela utilização do modo ciclável (tep)	0
		Bicicletas adquiridas para uso público (n.º)	200
		Extensão de km percorridos pela população aderente ao modo ciclável (km)	0
		Campanhas e ações de sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	1
		Produtos de comunicação, sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	9
		População abrangida pelas Campanhas/Ações de Sensibilização e Promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	0
	Resultado	Poupança de energia primária obtida pela transferência modal do transporte individual motorizado para o modo ciclável (%)	0
		Grau de adesão da população alvo à utilização do modo ciclável (%)	0
		Grau de adesão do público-alvo das ações relacionadas com a temática de promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (%)	0

Síntese da entrevista ao promotor

Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Observaram-se alguns constrangimentos no decurso da implementação da operação (BIRA). » Um primeiro constrangimento esteve associado a questões processuais no que se refere ao procedimento concursal (o primeiro procedimento não foi finalizado por questões formais). » Um segundo constrangimento, mais impactante para a concretização da BIRA, relacionou-se com a empresa fornecedora dos equipamentos, devido ao incumprimento do definido contratualmente com a entrega das bicicletas, em virtude da maioria não se encontrar em condições sequer de poder circular e, posteriormente, com a respetiva manutenção, que nunca foi assegurada como definido em sede de Caderno de Encargos. » Presentemente, apenas cerca de 80 bicicletas estão operacionais de um total de 200 que foram adquiridas.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » Não tendo sido estabelecida qualquer tipo de parceria com outros atores nem tido sido solicitado apoio a qualquer entidade, a preparação de candidatura foi assegurada internamente na sua totalidade, beneficiando, também, da interação com outros Institutos Politécnicos e Universidades que apresentaram candidatura ao mesmo AAC, no âmbito do projeto U-Bike Portugal, de âmbito nacional. Ou seja, observou-se um efeito de economia de escala que resultou dos contatos informais entre os promotores dos projetos ao AAC, considerando os aspetos comuns existentes no processo de preparação da candidatura. » Considerando a atual fase de realização da operação, não será possível alcançar as metas contratualizadas no prazo previsto. Apenas com o prolongamento do prazo de concretização para 31 de dezembro de 2020, as metas contratualizadas poderão eventualmente ser atingidas. Um dos principais indicadores de realização da BIRA (extensão de quilómetros percorridos pela população aderente ao modo ciclável), com meta prevista de 132.632 km a 31 de dezembro de 2019, tinha um cumprimento estimado, na mesma data, de 10% a 15%. » Esta situação decorre, antes demais, dos problemas anteriormente sinalizados com o não cumprimento contratual por parte da empresa fornecedora dos equipamentos, que resultou numa situação em que o universo de bicicletas adquiridas nunca esteve totalmente operacional, condicionando, desde logo, o alcance dos indicadores de resultado definidos. » Um dos outros aspetos condicionadores do alcance dos resultados previstos encontra-se associado às metodologias de cálculo dos quilómetros, que não são – nem nunca foram – claras, resultando em “perdas” de quilómetros percorridos, por ausência de ferramentas de contagem. » Procurando potenciar a execução da operação – num contexto de constrangimentos relevantes, sobretudo relacionados com o incumprimento do definido contratualmente ao nível da manutenção das bicicletas –, têm sido implementados mecanismos de acompanhamento não previstos, designadamente a contratação de uma empresa do concelho que efetua a manutenção das bicicletas. Os custos associados a este processo de manutenção (não previstos em sede de candidatura) estão a ser totalmente assegurados pelo IPVC, mas os procedimentos e rotinas são insuficientes face às necessidades, por insuficiência financeira e, por vezes, por inexistência de peças específicas de substituição.

Síntese da entrevista ao promotor	
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos de mobilidade sustentável, seria mais ajustada.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização da operação. Sem o financiamento comunitário, o investimento não teria sido realizado. » A disponibilidade de financiamento no contexto do projeto U-Bike foi essencial para a prioridade dos investimentos realizados face a outros projetos pensados para o IPVC, pois esta não poderia ser uma área temática a priorizar pelo Instituto, por não corresponder ao seu âmbito de atuação e por incapacidade financeira considerando as significativas responsabilidades que apresenta numa situação orçamental de insuficiência para essas responsabilidades. » Prevê-se que, embora os resultados alcançados até ao momento não sejam significativos, a operação possa gerar importantes mudanças comportamentais em toda a comunidade escolar, em particular nos estudantes. Observa-se uma procura superior à oferta disponibilizada no âmbito do BIRA, o que resulta sobretudo dos constrangimentos identificados anteriormente e, como resultado desses constrangimentos, alguns alunos adquiriram bicicletas próprias, estimulados pela operação.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Foi a disponibilidade de financiamento comunitário que permitiu a concretização da operação. Sem o financiamento, nunca se realizaria.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Associação Empresarial de Viana do Castelo (1 participante) » Câmara Municipal de Viana do Castelo (1 participante) » Estudante de Viana do Castelo Utilizador (1 participante) » Instituto Politécnico de Viana do Castelo (2 participantes) » Instituto Português do Desporto e Juventude - Repartição pública regional de Viana do Castelo (1 participante) » Polícia de Segurança Pública – Comando de Viana do Castelo (1 participante)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » -
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » -
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » O financiamento comunitário – considerado reduzido ao nível da taxa de apoio – e as restrições ou falta de elegibilidade a algumas componentes associadas à implementação da operação são condicionadoras e inibidoras de uma execução mais célere do investimento.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Globalmente, a BIRA não está a alcançar os objetivos a que se propôs. O ponto de situação dos indicadores contratualizados evidencia essa situação. » A sua relevância para os movimentos pendulares no seio da comunidade académica é, deste modo, bastante reduzida, o que se deve, sobretudo, aos constrangimentos associados à disponibilidade de bicicletas (apenas cerca de 80 estão operacionais, de um total de 200 previstas) e ao processo de manutenção das mesmas. Assinala-se uma maior utilização da BIRA por elementos da comunidade académica na Escola de Desporto e Lazer de Melgaço, estabelecimento de ensino onde a rede de transportes públicos é mais reduzida e menos eficiente, obrigando, por essa razão, alguns alunos, por vezes mais carenciados, a procurar alternativas. » Para além dos resultados contratualizados com o POSEUR, assinala-se um efeito não esperado gerado pela operação: um relevante impacto social para um número reduzido de estudantes – 4 a 5 – que utilizam a BIRA como o único meio de deslocação nas suas rotinas diárias, extravasando o objetivo do investimento, ao nível do aumento do número de alunos e de colaboradores a utilizar a bicicleta nas deslocações de e para o campus académico. Para estes estudantes, a BIRA é o único meio de deslocação que dispõem, por não ter custos associados e o mesmo é utilizado não apenas nos movimentos pendulares casa – IPVC, mas também nas suas deslocações por motivos de lazer e por razões sociais, bem como nas suas rotinas diárias de compras, etc...
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilização de bicicletas elétricas e convencionais é (e deverá continuar a ser) uma prioridade para a redução das emissões de GEE e, sobretudo, para incrementar a mobilidade sustentável, constituindo os FEEI um veículo fundamental neste processo.

Síntese das participações na sessão *Focus Group*

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">» Contudo, os investimentos com apoio comunitário nesta dimensão devem ser pensados e programados nos espaços urbanos onde fazem sentido e não aplicados, como aconteceu com o projeto U-BIKE, de forma indiscriminada, em quase todas as cidades com institutos politécnicos. |
|--|--|

Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Norte	
	NUTS III	Alto Minho	
	Concelho	Viana do Castelo	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional Regional do Norte	
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	
	Domínio de Intervenção	Ciclovias e vias pedonais	
Beneficiário	Município de Viana do Castelo		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	14.02.2017	Custo Total Aprovado (€)	987.109,99
Data Prevista de Conclusão	31.10.2018	Custo Total Executado (€)	965.046,13
Data de Aprovação	18.08.2016	Apoio Aprovado (€)	839.043,49
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	820.289,18
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	» A operação é constituída por duas ações direcionadas para melhorar a mobilidade em modos suaves, contribuindo para o efeito de continuidade das redes existentes, promovendo a sua interligação e configurando as ligações entre zonas residenciais e o centro urbano. Prevê, igualmente, a concretização de medidas para o aumento da segurança de circulação de pessoas e velocípedes.		
Objetivos (principal e específicos)	» Promover uma mobilidade urbana ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional Objetivos específicos identificados no PEDU de Viana do Castelo: » Promover o crescimento da mobilidade intraurbana » Impulsionar a atratividade da Cidade às escalas regional, da Euro região e internacional Objetivos específicos identificados no PAMUS Alto Minho 2020: » Promover o crescimento da mobilidade intraurbana » Melhorar a eficiência e a eficácia do transporte de pessoas e bens » Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes » Garantir um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo » Reduzir o impacte negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis » Reduzir a poluição atmosférica, do ruído, das emissões de GEE e do consumo de energia		
Indicadores contratualizados (2017)	Indicador		Meta
	Realização	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)	2,6
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)	2,6

Síntese da entrevista ao promotor	
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » Não são sinalizados constrangimentos específicos associados à concretização da operação. » Releve-se, contudo, o atraso na implementação do PEDU de Viana do Castelo, que decorreu dos problemas associados ao início da implementação do PT2020.
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » A preparação de candidatura foi assegurada internamente na sua totalidade. » A operação encontra-se finalizada, tendo sido alcançada a meta contratualizada, contribuindo, como expectável, para a concretização dos objetivos específicos identificados no PEDU de Viana do Castelo e no PAMUS Alto Minho 2020.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A forma de financiamento (subvenção não reembolsável) foi a mais adequada para concretizar a operação.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » O recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização da operação. Sem o financiamento comunitário, a concretização do PEDU de Viana do Castelo e, deste modo, a operação realizada, não se executariam no horizonte temporal definido.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » Foi a disponibilidade de financiamento comunitário que permitiu a concretização da operação. Sem o financiamento, provavelmente não se realizaria.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Associação Empresarial de Viana do Castelo (1 participante) » Câmara Municipal de Viana do Castelo (1 participante) » Estudante de Viana do Castelo Utilizador (1 participante) » Instituto Politécnico de Viana do Castelo (2 participantes) » Instituto Português do Desporto e Juventude - Repartição pública regional de Viana do Castelo (1 participante) » Polícia de Segurança Pública – Comando de Viana do Castelo (1 participante)
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> » -
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> » -
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » A comparticipação dos FEEI direcionada para estas tipologias de projeto deve ser mais elevada, considerando os seus objetivos. » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados nesta tipologia: as vias apoiadas apresentam especificidades técnicas e realidades de execução relevantes, existindo naturalmente situações extremas ou atípicas, a que se associam, também, variações dos custos de obra relacionados com a evolução dos preços de mercado (tendência de aumento, nos últimos anos), considerando os diferentes momentos de lançamento do concurso ou mesmo o território onde os investimentos são realizados, dimensão que deve igualmente ser considerada; v. no que se refere ao respetivo indicador de resultado, para além dos argumentos apresentados, também a ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo resultou na utilização de formas diferenciadas de determinar o indicador.
Impacto	<ul style="list-style-type: none"> » Não é sinalizada uma relação de benefício gerado pelas duas ações destinadas a melhorar a mobilidade em modos suaves para o projeto BIRA, ou seja, os utilizadores da BIRA não são circulam nas vias intervencionadas. As vias intervencionadas apresentam uma utilização de meios de deslocação de mobilidade suave (designadamente de bicicletas) muito reduzido, sendo sobretudo usadas para a circulação pedonal. » Neste contexto, a ampliação da rede de ciclovias e a melhoria das condições para a circulação ciclável em Viana do Castelo, designadamente entre o campus académico e o centro histórico, é fundamental para alcançar os objetivos propostos pela BIRA, mas também os objetivos inscritos no PEDU de Viana do Castelo e no PAMUS Alto Minho 2020.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » -

Criação de uma rede de ciclovias na cidade da Ribeira Grande

ENQUADRAMENTO			
Localização	NUTS II	Região Autónoma dos Açores	
	NUTS III	Região Autónoma dos Açores	
	Concelho	Ribeira Grande	
Enquadramento Temático	PO	Programa Operacional Regional dos Açores	
	PI	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	
	Domínio de Intervenção	Ciclovias e vias pedonais	
Beneficiário	Câmara Municipal da Ribeira Grande		
CANDIDATURA			
Data Prevista de Início	27.10.2017	Custo Total Aprovado (€)	436.353,62
Data Prevista de Conclusão	31.07.2019	Custo Total Executado (€)	29.500,00
Data de Aprovação	05.03.2018	Apoio Aprovado (€)	370.900,58
Estado da Candidatura	Aprovada	Apoio Executado (€)	25.075,00
Data a que reporta a informação da Ficha	31.05.2019	Forma de apoio	Subvenção não reembolsável
APRESENTAÇÃO SÍNTESE			
Caraterização	<p>» A presente operação enquadra-se no conjunto de ações que a Câmara Municipal de Ribeira Grande tem vindo a desenvolver no sentido de promover a mobilidade em modos suaves designadamente pelo aumento e melhoria dos espaços pedonais. Trata-se de uma rede pensada e desenhada para servir maioritariamente viagens de caráter pendular (casa/trabalho ou casa/escola), procurando, desse modo, conciliar as condições de segurança para os ciclistas com a proximidade necessária com locais de destino das viagens. Nessa perspetiva, o conceito e o desenho da rede de ciclovias proposto irá servir as freguesias que se localizam em torno do centro urbano de Ribeira Grande, que são as mais populosas (com exceção de Rabo de Peixe) e com maior mobilidade nas deslocações casa-trabalho para distâncias que não excedem os 2 Km. Também se promove a ligação entre o centro da cidade e o Parque Industrial, a sul, por ser um importante espaço de concentração de empresas e emprego. Acresce que a rede de ciclovias proposta está implantada numa zona plana ou com declives suaves (como o caso do troço de acesso ao Parque Industrial) onde os percursos em bicicleta se realizam de forma fácil e segura.</p> <p>» Trata-se de uma rede com uma extensão global de 14.422 m constituída por 3 tipos de ciclovias que diferem entre si pelo nível de segregação em relação à circulação rodoviária: (i) ciclovias separadas da faixa de circulação dos veículos motorizados, numa extensão de 5.282 m; (ii) ciclovias partilhadas com a circulação de veículos motorizados, com um total de 8.778 m; e, (iii) ciclovias partilhadas com os peões em zonas pedonais, numa extensão 362 m.</p> <p>» Os corredores que integram a rede de ciclovias foram definidos de modo a promover a ligação entre os bairros habitacionais e as principais polaridades urbanas, tais como os equipamentos coletivos, as vias comerciais no centro histórico e o parque industrial.</p>		
Objetivos (principal e específicos)	<p>» Criar condições para que a bicicleta progressivamente se afirme como uma alternativa ao automóvel, sobretudo nas deslocações de curta distância da população residente, ou seja, em deslocações de menos de 4 Km, contribuindo, deste modo, para elevar a qualidade urbana e ambiental da cidade e melhorar a qualidade de vida da sua população e utilizadores.</p> <p>» Reduzir as emissões de carbono e beneficiar a qualidade do ar, através da diminuição da circulação de veículos automóveis e, por esta via, da utilização de combustíveis fósseis.</p> <p>» Reduzir a poluição sonora associada ao tráfego automóvel.</p> <p>» Melhorar a qualidade urbana da cidade da Ribeira Grande, substituindo parte dos automóveis em circulação por bicicletas e, assim, descongestionando e reduzindo o tráfego automóvel, libertando espaço público e valorizando a imagem geral da cidade.</p> <p>» Contribuir para um maior dinamismo urbano e apropriação dos espaços públicos, e incrementar o conforto e segurança pedonal e ciclável.</p> <p>» Incrementar a qualidade de vida da população residente, contribuindo para a diminuição do tempo gasto em deslocação e do custo que lhes está associado.</p> <p>» Estimular a adoção de estilos de vida ativos e saudáveis.</p> <p>» Promover a intermodalidade, afigurando-se a bicicleta como um meio de transporte complementar aos transportes públicos</p>		

Indicadores contratualizados (2020)	Indicador		Meta
	Realização	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m)	14.422
		Parques de estacionamento instalados (n.º)	
		Proporção de residentes que se deslocam de bicicleta para o trabalho (%)	
		Sistemas de <i>bike-sharing</i> instalados (n.º)	
	Resultado	Repartição modal nas deslocações pendulares	
População abrangida pela rede ciclável na área de abrangência de 500 metros (n.º)			
Execução dos indicadores contratualizados (31.05.2019)	Indicador		Execução
	Realização	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (m)	0
		Parques de estacionamento instalados (n.º)	
		Proporção de residentes que se deslocam de bicicleta para o trabalho (%)	
		Sistemas de <i>bike-sharing</i> instalados (n.º)	
	Resultado	Repartição modal nas deslocações pendulares	
População abrangida pela rede ciclável na área de abrangência de 500 metros (n.º)			
Síntese da entrevista ao promotor			
Relevância	» A entidade tem-se confrontado com diversos problemas ou constrangimentos no decurso da implementação da operação. A operação previa a aquisição de 10 bicicletas elétricas e o custo associado foi inicialmente subdimensionado (colocaram um preço base demasiado baixo, para esta componente, e no Concurso aberto não apareceram interessados/candidatos). Ou seja, existe um problema com os montantes previstos para a aquisição (os custos são elevados e desincentivadores), pelo que a opção foi retirar essa componente do Concurso, cingindo-o apenas à construção da ciclovia.		
Eficácia	» No início do período de programação, registou-se um processo de distribuição de verbas do PO Açores pelos Municípios (“Plafonamento, por Município”), sendo que ao Município da Ribeira Grande (3º maior da RAA), lhe foram destinados 15 milhões euros. Destes, sabia-se que uma % dessa verba seria para alocar aos modos suaves, às redes cicláveis. Este processo é considerado positivo, dada a importância da previsibilidade dos apoios (o Município fica a conhecer os montantes afetos e as áreas temáticas para onde teria de canalizar o investimento). » Importância da existência de dois instrumentos de planeamento a montante. O Plano Integrado de Mobilidade Sustentável, exercício aprofundado, que permitiu identificar prioridades e intervenções estruturantes para a Ilha. O Plano Estratégico do Município (2014) que enquadrava as prioridades e intervenções que deveriam concretizar no âmbito do PO regional. » O Município, contratou apoio especializado na fase de preparação de candidatura. Contrataram empresas de consultoria externas por não possuírem recursos internos capacitados para as especificidades em causa. Apenas através do recurso a estas empresas, com maior <i>know how</i> , é que foi possível desenvolver a candidatura. » Não obstante o significativo atraso na execução, a entidade considera viável o alcance das metas contratualizadas, no prazo previsto. Apesar de apenas estarem na fase de aprovação dos projetos de execução, esperam que o concurso esteja pronto e seja lançado no final de 2019. No 1º trimestre de 2020, deverão lançar a empreitada (o prazo da empreitada será de 6 meses), pelo que deverá estar concluído durante o ano de 2020. » A entidade avalia como boa a relação institucional com a estrutura de gestão do PO, sendo que a responsabilidade técnica foi transferida para a empresa de consultoria. Não obstante, parece evidente e reconhecem o bom acompanhamento técnico da AG (dúvidas resolvidas internamente; estreita articulação com a AG no acompanhamento da operação; as aprovações têm sido relativamente rápidas).		
Eficiência	» A forma de financiamento é a mais adequada para concretizar intervenções da esfera municipal.		
Impacto	» Independentemente do financiamento, outros aspetos facilitaram a concretização da operação e contribuirão para os resultados a gerar. Nos últimos anos, as requalificações/as novas vias rodoviárias já preveem uma futura instalação de ciclovia, ou seja, está prevista nos diversos orçamentos definidos e nos projetos de urbanização, esta dimensão.		

Síntese da entrevista ao promotor	
	<ul style="list-style-type: none"> » Efetivamente, a disponibilidade de financiamento alterou a prioridade dos investimentos realizados (face a outros investimentos/operações). Esta não seria uma área temática a priorizar pelo Município. A operação, se não fosse este enquadramento/financiamento disponível, não seria prioritária. Seria concretizada, mas teria de ser efetuada de forma faseada, com um maior espaçamento no tempo. » A operação irá gerar importantes mudanças nos comportamentos. O Município é muito jovem (principal público-alvo). Dos 32 mil residentes, metade tem menos de 30 anos, sendo que a comunidade educativa, possui 5.000 alunos, pelo que se conjectura que a maior utilização do modo ciclável, o efeito de contágio que irá gerar noutras franjas etárias, contribuirá para importantes ganhos a prazo. » O impacto da operação no consumo de energia será relevante. Segundo dados de 2011, o transporte individual, representa 52% das viagens, o transporte coletivo cerca de 18,6%, as deslocações a pé cerca de 28% e a bicicleta apenas 0,1%. As metas para 2028, que são consideradas perfeitamente atingíveis, passam por reduzir o transporte individual para 45%, aumentar para 24,6%, o uso de transporte coletivo e a quota do modo ciclável para 1,1%. Nas deslocações casa/escola, perspetiva-se uma passagem de 0% para 1%, em 2028. » Releve-se que com o surgimento de uma grande unidade hoteleira, foi necessário redefinir o percurso da ciclovia para que passasse junto à mesma. O desenvolvimento da atividade turística, nomeadamente pela procura e interesse que pode gerar nos turistas/visitantes, é que pode ser relevante para mudar comportamentos, para garantir uma maior utilização de modos cicláveis (norte americanos, franceses, espanhóis, que irão frequentar estas unidades priorizam nos seus locais de origem este tipo de deslocações). É neste enquadramento, que a rede ciclável prevista passa junto às principais unidades hoteleiras e terminará onde se se inicia uma intervenção regional similar (continuidade da rede para poente/Rabo de Peixe), que permitirá estender o percurso para outros territórios. » Para além dos resultados contratualizados com o PO financiador, existem diversos efeitos não esperados que estão a ser gerados pela operação, nomeadamente associados à valorização das propriedades/imobiliário. Muitos proprietários, estão a investir na reabilitação do seu edificado, dada a atratividade que lhe será conferida pela ciclovia e pela qualificação do espaço público que lhe estará associada. » Neste quadro, é de relevar também a complementaridade/sinergias com outros projetos, que contribuem para essa realidade. No Plano Integrado de Regeneração Urbana, algumas intervenções estão/foram pensadas de forma integrada, articulada para robustecer os resultados da operação (melhorar a atratividade e gosto pela fruição em modos suaves), nomeadamente a requalificação do centro urbano, a requalificação da frente de mar, as melhorias no espaço público.
Valor Acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> » A disponibilidade de financiamento comunitário foi importante para a realização da operação. Contudo, embora não sendo assumida como prioritária, seria concretizada de forma faseada (mais espaçada no tempo). Ou seja, apesar da entidade possuir capacidade financeira para a concretização deste investimento, a prazo, os FEEL foram determinantes para acelerar a sua execução e a assunção desta prioridade nas políticas públicas locais, pelo que se verificou um importante efeito de adicionalidade.
Síntese das participações na sessão <i>Focus Group</i>	
Entidades representadas	<ul style="list-style-type: none"> » Camara Municipal da Ribeira Grande (6 participantes) » Governo Regional dos Açores – Direção Regional dos Transportes e da Mobilidade (1 participante) » Junta de Freguesia de Santa Bárbara (1 participante)
Relevância	» -
Eficácia	» -
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> » Importância de um instrumento de planeamento a montante, para definir objetivos e prioridades. A elaboração do PMUS foi muito importante, porque permite enquadrar as candidaturas e integrá-las numa abordagem integrada de desenvolvimento. As intervenções preconizadas foram desenhadas e priorizadas após um extenso diagnóstico e a auscultação dos atores relevantes. » Importância de operações complementares, de modo a reforçar os impactes e mudar comportamentos. Releva que está em construção uma ciclovia regional, sendo que um dos troços será entre Santa Bárbara e Ribeira Seca, que estabelecerá a ligação com a operação em presença. Ou seja, existe uma virtuosa articulação /continuidade das prioridades regionais com as intervenções locais (com a operação apoiada). » É importante e decisivo pensar o sistema de mobilidade/acessibilidade como um todo, de forma integrada, facilitando a complementaridade de modos. » A mudança comportamental e a maior procura pelos modos cicláveis, no futuro, passa pelo reforço das dimensões da sensibilização e comunicação. Aponta-se para a necessidade de efetuar campanhas de sensibilização junto da comunidade escolar (a executar/apoiar através dos fundos). Este é um investimento

	<p>e o caminho certo para garantir uma mudança comportamental, devendo ser feito de forma gradual, implicando sobretudo um longo processo de pedagogia/educação.</p> <p>» Necessidade de uma sensibilização mais incisiva/de maior profundidade junto dos jovens. Por exemplo, alocar bicicletas, junto às escolas, que permitam e estimulem os jovens a ir almoçar a casa (criando hábitos de uso nas suas tarefas quotidianas).</p> <p>» Também em termos de ordenamento do território e de política urbana, esta dimensão tem de ser priorizada. Deverá haver continuidade das opções que têm vindo a ser assumidas e estimuladas. Por exemplo, nas novas urbanizações a criar (até Santana) existe a obrigatoriedade de efetuar o troço de ciclovia, que as sirva. Ou seja, nos novos projetos imobiliários estão a prever/devem continuar a prever a necessidade de reservar espaços para acomodar as ciclovias, de modo a garantir a expansão da rede.</p>
Impacto	» -
Valor Acrescentado	» -

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

Anexo 8. **EVIDÊNCIAS DA TEORIA DE MUDANÇA**

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

8. EVIDÊNCIAS DA TEORIA DE MUDANÇA

Quadro 44. Evidências da TdM (Realização)

Ativ.	Sub-ativ.	Realizações	Indicadores de realização				
			Designação	PO	Meta 2023	31.05.2019 Exec.	31.05.2019 Aprov.
A1	A1.1	Projetos piloto para a produção de energias renováveis a partir de tecnologias pouco testadas e/ou disseminadas	1. Projetos associados à produção de energia a partir de fontes renováveis (n.º)	PO SEUR PO Açores	- -	- -	8 1
		Capacidade suplementar de produção de energia renovável	2. Capacidade suplementar de produção de energia renovável (Mw)	PO SEUR PO Açores	56 25	0 0	33 7
			3. Soluções tecnológicas estudadas nos estudos e prospeções (n.º)	PO SEUR	-	15	26
	A1.2	Projetos visando a distribuição de energia renovável	4. Projetos associados ao transporte de energia de origem renovável (n.º)	PO SEUR	-	-	1
		Promoção de ligação das fontes de produção de energia renovável à rede elétrica nacional	5. Potência máxima associada à infraestrutura elétrica de transporte criada	PO SEUR	-	-	25
			6. Tensão de serviço associada à infraestrutura elétrica de transporte criada (kV)	PO SEUR	-	-	-
			7. Extensão da infraestrutura elétrica de transporte (Km)	PO SEUR	-	-	17
	A1.3	Projetos piloto visando o armazenamento de energia renovável	8. Projetos associados ao armazenamento de energia a origem renovável (n.º)	PO SEUR PO Açores	- -		1 1
		Capacidade suplementar de armazenamento de energia proveniente de fontes com origem renovável	9. Capacidade suplementar de armazenamento de energia proveniente de fontes com origem renovável (Mw)	PO SEUR PO Açores	- -	-	30,0 6,5
A2	A2.1	Projetos que promovem a eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas empresas	10. Projetos associados à eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas empresas (n.º)	-	-	-	-
		Empresas com consumo de energia melhorado	11. Empresas que recebem apoio (n.º)	PO Norte	70	0	0
				PO Centro	-	-	-
				PO Lisboa	53	0	0
				PO Alentejo	12	0	0
				PO Algarve	48	0	0
				PO Açores	12	0	0
				PO Madeira	26	0	0
			12. Empresas com consumo de energia melhorado (n.º)	PO Norte	70	0	0
				PO Centro	21	0	0
				PO Lisboa	53	0	0
				PO Alentejo	12	0	0
				PO Algarve	48	0	0
				PO Açores	12	0	0
				PO Madeira	26	0	0

Ativ.	Sub-ativ.	Realizações	Indicadores de realização				
			Designação	PO	Meta 2023	31.05.2019 Exec.	31.05.2019 Aprov.
	A2.2	Renovações ou conversões de frotas de veículos de transporte de mercadorias, por energias mais limpas	13. Indicador Inquérito - “Renovações ou conversões de frotas de veículos de transporte de mercadorias apoiadas”	-	-	-	-
A3	A3.1	Projetos que promovem a eficiência energética nas infraestruturas públicas	14. Projetos de eficiência energética nas infraestruturas públicas (n.º)	PO SEUR	-	-	149
				PO Norte	-	-	41
				PO Centro	-	-	1
				PO Lisboa	-	-	1
			15. Projetos de utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas (n.º)	PO Alentejo	-	-	20
				PO Algarve	-	-	5
				PO Açores	-	-	3
				PO Madeira	-	-	-
		Aumento do número de edifícios da Administração Pública com consumo de energia melhorado	16. Edifícios da Administração Central apoiados com consumo de energia melhorado (n.º)	PO SEUR	-	1	148
			17. Edifícios da Administração Local apoiados com consumo de energia melhorado (n.º)	-	-	-	-
			18. Área útil dos edifícios apoiados (m²)	PO SEUR	-	8 338,74	2 179 414,45
			19. Área de isolamento térmico aplicado na envolvente opaca dos edifícios apoiados (m²)	PO SEUR	-	9 430,64	612 636,65
			20. Área de janelas eficientes instaladas nos edifícios apoiados (m²)	PO SEUR	-	1 100,13	53 186,01
			21. Diminuição da potência instalada em iluminação, interior e exterior nos edifícios apoiados (kW)	PO SEUR	-	674,62	28 703,16
			22. Campanhas e ações de sensibilização e promoção da eficiência energética em Edifícios da Administração Pública (n.º)	PO SEUR	-	0	1
			23. Produtos de comunicação no âmbito de campanhas de sensibilização e promoção da eficiência energética em Edifícios da Administração Pública (n.º)	PO SEUR	-	2	10
			24. Entidades envolvidas nas campanhas de sensibilização e ações de informação (n.º)	PO SEUR	-	33	155
	A3.2	Instalação de painéis solares térmicos	25. Projetos de utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas (n.º)	PO SEUR	-	2	64
			26. Área dos painéis solares térmicos instalados para produção de água quente sanitária (AQS) nos edifícios apoiados (Administração Central e Local/Regional)	PO SEUR	-	43,84	12 625,77

Ativ.	Sub-ativ.	Realizações	Indicadores de realização				
			Designação	PO	Meta 2023	31.05.2019 Exec.	31.05.2019 Aprov.
	A3.3	Substituição de luminárias de iluminação pública – tecnologias LED iluminação pública (AL)	27. Potência instalada dos sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes renováveis nos edifícios apoiados (Administração Central e Local/Regional)	PO SEUR	-	236,79	18 973,11
			28. Luminárias de iluminação pública substituídas (tecnologia LED) (inquérito)	PO Norte	-	-	6 583 578
				PO Centro	-	-	1 619 075
				PO Lisboa	-	-	6 120
				PO Alentejo	-	-	2 249 066
				PO Algarve	-	-	2 886
				PO Açores	-	-	350
				PO Madeira	-	-	0
A4	A4.1	Projetos que promovem a eficiência energética e a utilização de energias renováveis no setor habitacional (social ou particular)	29. Projetos de eficiência energética em habitação social (n.º) 30. Projetos de utilização de energias renováveis em habitação social (n.º)	PO Norte	-	-	50
				PO Centro	-	-	9
				PO Lisboa	-	-	5
				PO Alentejo	-	-	2
				PO Algarve	-	-	0
				PO Açores	-	-	0
				PO Madeira	-	-	3
			31. Projetos de eficiência energética em habitação particular (n.º) 32. Projetos de utilização de energias renováveis em habitação particular (n.º)	PO SEUR	-	-	49
				PO Açores	-	-	0
				PO Madeira	-	-	3
	A4.2	Aumento do número de agregados familiares com consumo de energia melhorado (famílias)	33. Agregados familiares com consumo de energia melhorado (n.º)	PO SEUR	3 200	0	124
				PO Norte	5 800	272	6 004
				PO Centro	2 107	0	673
				PO Lisboa	3 760	n.d.	n.d.
				PO Alentejo	-	-	-
				PO Algarve	-	-	-
				PO Açores	-	-	-
				PO Madeira	300	0	28
			34. População abrangida pelas Campanhas/Ações de Sensibilização e Promoção da eficiência energética em Edifícios de Habitação Particular (n.º)	PO SEUR	-	-	7 707 000
			35. Campanhas e ações de sensibilização e promoção da eficiência energética em Edifícios de Habitação Particular (n.º)	PO SEUR	-	-	1
			36. Produtos de comunicação no âmbito de campanhas de sensibilização e promoção da eficiência energética em Edifícios de Habitação Particular (n.º)	PO SEUR	-	-	14
A5	A5.1	Projetos que permitam desenvolver sistemas de distribuição inteligente, enquanto mecanismo privilegiado para uma gestão eficiente da rede elétrica	-	-	-	-	-

Ativ.	Sub-ativ.	Realizações	Indicadores de realização				
			Designação	PO	Meta 2023	31.05.2019 Exec.	31.05.2019 Aprov.
		Utilizadores adicionais de energia ligados a redes inteligentes					
A6	A6.1	Projetos que promovem a eficiência e a diversificação energética nos transportes	37. Projetos de eficiência e a diversificação energética nos transportes (n.º)	PO SEUR	-	-	47
		Aumento do número de veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas	38. Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (Tep)	PO SEUR PO Madeira	8 000 412	107 0	2 275 0
			39. Veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas (n.º)	PO SEUR	-	67	709
			40. Passageiros/km transportados por ano nos sistemas de mobilidade urbana apoiados (n.º)	PO SEUR	-	-	-
			41. Postos de abastecimento de fontes de energia mais limpas para frotas de transportes públicos (n.º)	-	-	7	86
			42. Veículos com Sistema de Gestão de Frotas Instalados (n.º)	-	-	60	646
			43. Embarcações de transporte público movidas a fontes de energia mais limpas (n.º)	-	-	-	-
	A6.2	Modernização e alargamento/expansão dos sistemas de mobilidade urbana (reconstrução ou melhoria de linhas)	44. Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes (Tep)	PO SEUR	-	-	8 443
			45. Linhas reconstruídas ou melhoradas referentes à modernização dos sistemas de mobilidade urbana intervencionados (km)	PO SEUR	-	-	2,50
			46. Novas linhas referentes ao alargamento/expansão dos sistemas de mobilidade urbana intervencionados (km)	PO SEUR	-	-	5,60
			47. Vias dedicadas aos sistemas de mobilidade rodoviária elétrica intervencionados (km)	PO SEUR	-	-	-
			48. Passageiros.km transportados por ano nos sistemas de mobilidade urbana apoiados (n.º)	PO SEUR	-	-	111 878 933
			49. Interfaces modais e estações construídas ou remodeladas nos sistemas de mobilidade urbana (n.º)	PO Norte	-	7	196
	A6.3	Projetos que promovem a mobilidade elétrica	50. Projetos de mobilidade elétrica apoiados (n.º)	PO SEUR PO Açores	- -	- -	2 2
		Atualização dos pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	51. Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica atualizados (n.º)	PO SEUR	-	414	1 076

Ativ.	Sub-ativ.	Realizações	Indicadores de realização				
			Designação	PO	Meta 2023	31.05.2019 Exec.	31.05.2019 Aprov.
		Redução do tempo médio de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica	52. Tempo médio de carregamento nos pontos da rede de mobilidade elétrica criados ou atualizados (minutos)	PO SEUR	-	0	195
		Aumento da cobertura nacional da rede de mobilidade elétrica	53. Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	PO SEUR	1 480	506	1 480
				PO Açores	-	0	16
				PO Madeira	-	0	11
	A6.4	Projetos que promovem a mobilidade suave	54. Projetos de mobilidade suave apoiados (n.º)	PO SEUR	-	-	2
				PO Norte	-	-	225
				PO Centro	-	-	29
				PO Lisboa	-	-	67
				PO Alentejo	78	32	52
				PO Algarve	-	-	1
				PO Açores	-	-	4
				PO Madeira	-	-	3
			55. Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (n.º)	PO Norte	7	0	7
				PO Centro	8	0	8
				PO Lisboa	-	-	1
				PO Alentejo	5	5	5
				PO Algarve	3	3	3
				PO Açores	-	-	2
				PO Madeira	-	-	2
		Maior economia de energia gerada pela utilização do modo ciclável	56. Economias de energia geradas pela utilização do modo ciclável (Tep)	PO SEUR	-	1,86	131,08
			57. Extensão de kms percorridos pela população aderente ao modo ciclável (Km)	PO SEUR	-	33 023	1 791 906
			58. Campanhas e ações de sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	PO SEUR	-	138	342
			59. Produtos de comunicação, sensibilização e promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	PO SEUR	-	152	263
			60. População abrangida pelas Campanhas/Ações de Sensibilização e Promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (n.º)	PO SEUR	-	48 416	58 376
		Aumento do número de bicicletas de uso público	61. Bicicletas adquiridas para uso público (n.º)	PO SEUR	-	1 515	2 474
		Aumento da extensão de vias dedicadas às mobilidades suaves	62. Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (Km)	PO Norte	-	66,50	341,24
				PO Centro	-	0,00	0,00
				PO Lisboa	-	30,21	201,39
				PO Alentejo	-	0,00	1,81
				PO Algarve	-	0,00	0,00
				PO Açores	-	0,00	30,73
				PO Madeira	-	0,00	2,87

Quadro 45. Evidências da TdM (Resultados)

Ativ.	Sub-ativ.	Resultados	Indicadores de resultado			
			Designação	PO	Meta 2023	Ponto de situação
A1	A1.1	Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas	1. Grau de capacidade de implementação das soluções tecnológicas decorrentes das prospeções, avaliações e estudos (%)	PO SEUR	-	54
			2. Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional (MW)	PO SEUR	940	791,7
			3. Contribuição das energias renováveis produzidas através de tecnologias pouco disseminadas para o aumento da capacidade de produção de energia renovável (%)	PO SEUR	-	2,76
			4. Diminuição das emissões de GEE (Ton CO ₂ equiv)	PO SEUR PO Açores	32 430 30 030	18 509 0
			5. Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	PO SEUR	35,00	35,00
			6. Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	PO Açores	50,00	39,20
	A1.2	Aumento da capacidade de transporte de energia renovável	7. Indicador inquérito/entrevista - “aumento da capacidade de transporte de energia renovável”	-	-	-
	A1.3	Incremento na capacidade de armazenagem da energia produzida pelo sistema produtor	8. Incremento na capacidade de armazenagem da energia produzida pelo sistema produtor	PO SEUR	-	n.d.
				PO Açores	-	n.d.
A2	A2.1	Redução do consumo de energia primária nas empresas (tep/M€)	9. Redução do consumo de energia primária nas empresas	PO Norte	5,52	0
				PO Centro	-1,89	0
				PO Lisboa	2,98	0
				PO Alentejo	22	0
				PO Algarve	4,36	0
				PO Açores	5,19	0
				PO Madeira	3,2	0
	A2.2	Incremento da utilização de energias menos poluentes nas empresas de transporte de mercadorias, no processo de renovação/reconversão das frotas	10. Incremento da utilização de energias menos poluentes nas empresas de transporte de mercadorias	-	-	-
A3	A3.1	- Redução dos consumos de energia primária nos edifícios da administração central - Redução dos consumos de energia primária nos edifícios da administração regional e local	11. Consumo de energia primária nos edifícios da administração central (tep)	PO SEUR	198 196	200 734
			12. Consumos de energia primária nos edifícios da administração regional e local (tep)	PO Norte	120 233	172 885
				PO Centro	109 746	153 559
				PO Lisboa	101 335	21
				PO Alentejo	37 963	51 887
				PO Algarve	22 258	0
				PO Açores	16 170	0
				PO Madeira	20 312	26 990
			13. Grau de adesão do público-alvo das ações relacionadas com a temática de promoção da eficiência energética em Edifícios da Administração Pública (% - média)	PO SEUR	-	98,70

Ativ.	Sub-ativ.	Resultados	Indicadores de resultado			
			Designação	PO	Meta 2023	Ponto de situação
			14. Diminuição anual das emissões de Gases com Efeito de Estufa (Toneladas de CO ₂ equivalente)	PO SEUR	66 864	72 297
				PO Norte	28 500	26 563
				PO Centro	10 463	363
				PO Lisboa	5 911	n.d.
				PO Alentejo	17 323	0
				PO Algarve	1 514	389
				PO Açores	1 563	11
				PO Madeira	3 345	20
	A3.2 A3.3	- Redução dos consumos de energia primária na administração central - Redução dos consumos de energia primária na administração regional e local	15. Consumos de energia primária na administração central (tep) 16. Consumos de energia primária na administração regional e local (tep)	PO SEUR	198 196	200 734
				PO Norte	120 233	172 885
				PO Centro	109 746	153 559
				PO Lisboa	101 335	101 679
				PO Alentejo	37 963	51 887
				PO Algarve	22 258	0
				PO Açores	16 170	0
				PO Madeira	20 312	26 990
A4	A4.1 A4.2	- Aumento dos fogos de habitação social com classificação energética melhorada - Redução dos consumos de energia primária na habitação (particulares)	17. Fogos de habitação social com classificação energética melhorada (%) 18. Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)	PO Norte	4,00	7,20
				PO Centro	5,00	21,16
				PO Lisboa	3,30	3,52
				PO Alentejo	-	-
				PO Algarve	-	-
				PO Açores	-	-
				PO Madeira	11,00	0,16
				PO SEUR	3 620 396	4 185 824
PO Açores	-	-				
PO Madeira	-	-				
A4.2		19. Grau de adesão do público-alvo das ações relacionadas com a temática de promoção da eficiência energética em Edifícios de Habitação Particular (%) 20. Diminuição das emissões de GEE	PO SEUR	-	90,0	
			-	-	-	
A5	A5.1	Aumento da taxa de penetração de sistemas de contagem	-	-	-	-
A6	A6.1	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	21. Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos (%)	PO SEUR	1,4	0,97
			22. Redução das emissões de GEE (Ton CO ₂)	PO SEUR	-	8 979
	A6.2	- Aumento do contributo da poupança de energia primária nos sistemas de mobilidade urbana para as poupanças do setor dos transportes - Redução das emissões de GEE	23. Poupança de energia primária nos sistemas de mobilidade urbana para as poupanças do setor dos transportes (%)	PO SEUR	-	12,5
			24. Redução das emissões de GEE (Ton CO ₂)	PO SEUR	-	30 218
	A6.3	- Aumento dos veículos elétricos em circulação em todo o território nacional	25. Veículos elétricos (n.º)	PO SEUR	33 663	12 590

Ativ.	Sub-ativ.	Resultados	Indicadores de resultado			
			Designação	PO	Meta 2023	Ponto de situação
		- Aumento de utilizações mensais dos pontos de carregamento de veículos elétricos	26. Número adicional de utilizações mensais dos pontos de carregamento (n.º)	PO SEUR PO Madeira	- -	12,7 400
	A6.4	- Maior adesão da população à utilização do modo ciclável - Aumento da poupança de energia primária obtida pela transferência modal de transporte individual motorizado para o modo ciclável - Aumento das distâncias percorridas pela população em modo ciclável - Redução das emissões de GEE	27. Grau de adesão da população alvo à utilização do modo ciclável (% - média)	PO SEUR	-	10,75
			28. Poupança de energia primária obtida pela transferência modal do transporte individual motorizado para o modo ciclável (% - média)	PO SEUR	-	8,31
			29. Grau de adesão do público-alvo das ações relacionadas com a temática de promoção da mobilidade sustentável e energeticamente eficiente (% - média)	PO SEUR	-	35,2
			30. Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton CO ₂)	PO Norte	4 960 000	6 029 603
				PO Centro	3 494 862	2 180 237
				PO Lisboa	3 848 100	3 806 840
				PO Alentejo	1 210 129	377 309
				PO Algarve	577 691	0
				PO Madeira	-	-

Chave de Leitura:

A1	Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis/Diversificação das fontes de energias renováveis endógenas, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, para reduzir a dependência energética
A1.1	Produção de energia a partir de fontes renováveis e respetiva integração na rede (POSEUR/PORA/PI 4.1)
A1.2	Transporte de energia de origem renovável (ligação da fonte produtora à rede (POSEUR/PI 4.1)
A1.3	Armazenamento de energia de origem renovável (POSEUR/PORA/PI 4.1)
A2	Apoio à eficiência energética nos processos produtivos
A2.1	Eficiência energética nos processos produtivos e no setor dos serviços (POR/PI 4.2)
A2.2	Utilização de energias menos poluentes nas empresas de transporte de mercadorias (POR/PI 4.2)
A3	Apoio à eficiência energética no edificado, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis
A3.1	Eficiência energética no edificado público, da Administração Central (POSEUR/PI 4.3) e da Administração Local e Regional (POR/PI 4.3)
A3.2	Produção e utilização de energias renováveis para autoconsumo no edificado e infraestruturas públicas, da Administração Central (POSEUR/PI 4.3) e da Administração Local e Regional (POR/PI 4.3)
A3.3	Iluminação pública mais eficiente (administração local) (POR/PI 4.3)
A4	Apoio à eficiência energética na habitação
A4.1	Eficiência energética na habitação particular (POSEUR/PI 4.3) e na habitação social (POR/PI 4.3)
A4.2	Produção e utilização de energia a partir de fontes de energia renovável para autoconsumo, na habitação particular (POSEUR/PI 4.3) e na habitação social (POR/PI 4.3)
A5	Promoção de sistemas de distribuição inteligentes
A5.1	Distribuição inteligente de energia elétrica (POSEUR/PI 4.4) *(Prioridade de investimento e objetivo específico suprimidos na reprogramação de julho de 2018)
A6	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação
A6.1	Eficiência energética e racionalização dos consumos nos transportes públicos coletivos de passageiros (POSEUR/PI 4.5)
A6.2	Transferência modal (POSEUR/PI 4.5)
A6.3	Utilização de transportes ecológicos e da mobilidade elétrica (POSEUR/POA/PI 4.5)
A6.4	Mobilidade suave e promoção de um ambiente urbano com baixa emissão de carbono (POSEUR e POR/PI 4.5)

Quadro 46. Evidências da TdM (Impactos)

Impactos	Verificação Empírica (Evidências Específicas)	
Maior incorporação de energias renováveis no mix energético nacional	Sistema de indicadores para a avaliação e monitorização do Portugal 2020	
	1. Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica, no Continente, em 2018 (%)	50,8
	2. Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica, na RAM, em 2018 (%)	26,6
	3. Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica, na RAA, em 2018 (%)	40,5
	4. Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional, em Portugal, em 2018 (Mw)	859,9
	Sistema de indicadores de resultado dos PO	
	5. Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica, na RAM (%)	35
	6. Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica, na RAA (%)	50
	7. Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional (Mw)	940
Diminuição da intensidade carbónica da economia	Sistema de indicadores para a avaliação e monitorização do Portugal 2020	
	8. Consumo de energia primária na habitação (particulares), em Portugal, em 2017 (tep)	4.185.824
	9. Consumo de energia primária nas empresas, em Portugal, em 2017 (tep/€ (milhões)	816,7
	10. Passageiros transportados pelas empresas de transporte rodoviário de passageiros (serviço internacional), no Continente, em 2018 (milhares)	614,3
	11. Veículos rodoviários motorizados, ligeiros de passageiros (n.º), em Portugal, 2018	6.576.883
	12. Veículos rodoviários motorizado, ligeiros de passageiros – elétrico puro (n.º), em Portugal, 2018	10.580
	13. Veículos rodoviários motorizados, ligeiros de passageiros – elétrico híbrido plug-in (n.º), em Portugal, 2018	9.699
	Sistema de indicadores de resultado dos PO	
	14. Consumo de energia primária nos edifícios da administração central (tep)	198.196
	15. Consumo de energia primária nos edifícios da administração regional e local (tep)	307.784
	16. Consumo de energia primária na habitação (particulares) (tep)	3.620.396
	17. Fogos de habitação social com classificação energética melhorada (%)	34,3
Redução das emissões nacionais de GEE	18. Consumo de energia primária nas empresas (tep)	809,1
	19. Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos (%)	4,4
	20. Veículos elétricos (n.º)	34.757
	21. Emissão estimada dos GEE (ton/CO2)	14.090.782

Nota: A trajetória evolutiva (2014-2020) destes indicadores, bem como um conjunto de indicadores complementares encontram-se representadas graficamente em capítulo específico do presente Volume de Anexos (3.1)
 Fonte: CEDRU/EY-AM&A (2020)

58. Os quadros seguintes sistematizam a informação recolhida para o processo de verificação empírica (evidências específicas) da Cadeia de Impactos proposta no quadro lógico da abordagem preconizada para o OT4, por pressuposto e por risco, organizado por instrumento de recolha de informação.

Quadro 47. Evidências da TdM: das Atividades para as Realizações – pressupostos

Pressuposto	At_Rea_PG_1 - As condições de elegibilidade e formas de apoio garantem a mobilização dos potenciais beneficiários
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » No que concerne às formas de apoio, a generalidade das entidades está, naturalmente, mais confortável com o financiamento não reembolsável, inclusivamente porque se revela mais apetecível e favorável para o beneficiário. Algumas entidades assinalam as fragilidades associadas ao financiamento reembolsável, como sejam o prazo de reembolso, a insegurança quanto à capacidade de efetivamente proceder ao reembolso a longo prazo, a longevidade do período de reembolso de poupanças, etc., que acabam por gerar alguma incerteza no financiamento. » Do processo de auscultação conduzido parece resultar que as entidades com escala e com maior capacidade organizativa conseguem responder melhor ao desafio do apoio reembolsável e reconhecer os ganhos relevantes. Outras entidades, pelo contrário, menos capacitadas financeiramente ou envolvidas em intervenções de menor escala e com resultados mais modestos, manifestam uma clara apetência pelo subsídio não reembolsável. » No caso da PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, a principal condicionante em termos de elegibilidades deriva do facto de não ser possível apoiar projetos de inovação, nem de tecnologias maduras, pelo que a margem de atuação é muito estreita e, logo, a procura acabou por se revelar diminuta. A ausência de uma orientação clara da parte da Tutela acabou também por ditar o desfasamento no arranque desta tipologia. » No caso da PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação, registaram-se algumas alterações significativas (positivas) dos AAC ao longo do tempo, quer na forma dos apoios, quer nas condições de elegibilidade. A forma de apoio era reembolsável apenas com a exceção das auditorias e diagnósticos, que se revestiam de natureza não reembolsável; por outro lado, em termos e condições de elegibilidade, era obrigatória a subida de dois níveis na classe energética. Estes fatores restritivos, juntamente com a falta de clareza na definição da forma dos desembolsos, foram determinantes na procura limitada desta PI na generalidade dos PO. » A conclusão que ressalta da auscultação é que a dimensão da eficiência energética constituía, de facto, uma necessidade sentida nas várias regiões, mas não com uma dimensão financeira tão significativa, nem nas condições em que foi imposta (houve uma reação muito negativa à questão do reembolso). Os promotores argumentavam que o mercado oferecia condições melhores do que as oferecidas pelos PO do PT2020. As alterações entretanto introduzidas – designadamente a substituição da obrigatoriedade de subida de dois níveis da classe energética pela redução em 30% dos consumos, alteração da forma dos apoios, com a possibilidade de apoio não reembolsável com a taxa máxima até 50% e a possibilidade de seleção entre as formas de apoio reembolsável ou não reembolsável, com exceção dos investimentos em iluminação pública – tornaram o AAC bastante mais apelativo e potenciou o volume de candidaturas. » Algumas entidades assinalaram, porém, que a condição de acesso da redução de 30% no consumo de energia primária no investimento candidatado continua a relevar-se demasiado ambiciosa e, amiúde, inexequível, pelo que se sugere a sua substituição por uma meta mais realista. Por outro lado, a antiguidade dos edifícios e/ou as condições estruturais dos equipamentos e edifícios existentes, dificultam, se não inviabilizam, o alcance de majorações na generalidade dos projetos, o que se reflete no nível de esforço exigido às entidades promotoras que optam pelo regime de subvenção não reembolsável. Tratando-se de um significativo constrangimento, poderá ser ponderado o aumento da taxa base dos apoios não reembolsáveis. » Outro fator que contribui para a menor procura por parte dos municípios prende-se com a limitação imposta aos investimentos em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis, limitada a 30 % do montante de investimento total elegível da candidatura, não considerando o montante de investimento em produção de energia em fontes de energia renováveis. Finalmente, o facto de, em sede de análise de candidaturas, algumas das medidas identificadas pelos peritos qualificados como sendo essenciais - quer para a melhoria do desempenho energético-ambiental de um dado edifício/equipamento, quer para o cumprimento da “imposição” de redução de 30% no consumo de energia primária no investimento candidatado - serem consideradas como não elegíveis, diminui, ainda mais, a atratividade deste instrumento de apoio 	

financeiro. Tal facto faz com que, ao contrário do que seria desejável, os municípios optem, quase em exclusivo, por investimentos de eficiência energética dirigidos aos sistemas de iluminação pública.

- » No caso da habitação social, as condições constantes dos AAC parecem não dinamizar a procura ao nível do desejado. Muito embora os apoios sejam de natureza não reembolsável, os investimentos elegíveis acabam por ser muito reduzidos face às necessidades de intervenção mais globais destas habitações, o que levou à desistência por parte dos promotores, em virtude do diferencial entre o investimento total e o investimento elegível, pelo facto de uma parte significativa dos valores das obras não serem elegíveis. O estado de degradação de alguns edifícios faz com que as questões de eficiência energética acabem por não ser prioritárias. Foi, por conseguinte, sugerida uma maior abertura na elegibilidade dos custos, nomeadamente os custos relativos a obras conexas à intervenção que visa a eficiência energética, bem como a revisão do tipo de investimentos elegíveis (e.g., os painéis solares parecem não constituir a melhor opção neste tipo de intervenções).
- » Ainda sob a PI 4.3, importa assinalar o caso específico da elegibilidade das IPSS: desde o início que houve procura por parte das IPSS para a eficiência energética, sendo que só com a aprovação da reprogramação de 2018 foi possível incluir estas entidades como beneficiárias da PI 4.3 - Administração Local, com condições de apoio similares. O maior constrangimento passava pela necessidade de posse do edifício a intervir, que amiúde era pertença do município. Na opinião de algumas entidades auscultadas, as IPSS deveriam ter condições semelhantes à habitação social, cuja forma de apoio é não reembolsável; deveriam também ser elegíveis IPSS na área da deficiência, saúde mental e casas de acolhimento de crianças e jovens, o que atualmente é inviável por orientação comunitária, sob o argumento que a melhoria das suas instalações e condições físicas tende a fomentar a institucionalização.
- » No que se refere especificamente à PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação, as formas de apoio (não reembolsável), as taxas (máximo de 85%) e as condições de elegibilidade (apelativas) têm gerado uma forte dinâmica de procura por parte dos potenciais beneficiários. Neste caso, os AAC têm respondido, de forma geral, às dinâmicas de procura e os projetos têm-se revelado de muito interesse e pertinência. De assinalar, porém, o caso específico das intervenções nos transportes, cuja renovação de frotas requer capacidade financeira por parte dos promotores (FEEI financiam apenas o diferencial de custos), o que nem sempre será viável para empresas de menor dimensão, de âmbito regional (foi criada a possibilidade de abertura às autarquias).
- » Relativamente à mobilidade urbana sustentável, visando um alargamento do apoio a investimentos que contribuam para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a diminuição da intensidade energética, algumas entidades assinalaram que as elegibilidades deveriam ser mais abrangentes, propondo designadamente: i. a promoção de lugares de estacionamento exclusivos a automóveis elétricos com sistemas de carregamento associados, uma vez que o abastecimento parece ser um dos maiores problemas com que os utilizadores de veículos elétricos se deparam; ii. a renovação das frotas municipais pela aquisição de veículos de baixas emissões, como medida de aceleração da apropriação de energias de tração alternativas e ambientalmente mais favoráveis; iii. a implementação de projetos de criação de unidades móveis multisserviços, com recurso a veículos de baixas emissões, a serem promovidas pelos municípios e/ou suas associações, para promover a diminuição da pegada carbónica dos cidadãos nos territórios de baixa densidade.
- » Por último, tendo em vista a aceleração dos níveis de aprovação e de execução, ajustando a oferta às reais necessidades do território, poderia proceder-se à abertura de AAC noutras TO, igualmente orientadas para a promoção da eficiência energética, como por exemplo: i. Dinamização de campanhas de sensibilização e de promoção da eficiência energética, a serem levadas a cabo pelas agências de energia, de âmbito municipal e/ou regional; ii. elaboração de planos municipais ou intermunicipais de ação, bem como a promoção e implementação de atividades piloto aí previstas, sempre no domínio da transição dos territórios para uma nova economia, baseada na energia sustentável e em formas de produção mais localizadas e circulares; iii. apoio da difusão de informação e criação de perceção social, nomeadamente através da realização de ações de capacitação, de sensibilização e de envolvimento social, a serem promovidas pelos municípios e/ou suas associações (incluindo as agências de energia/ associações participadas maioritariamente por municípios).

SI PO

- » A consulta aos SI PO para analisar a procura verificada no âmbito dos AAC é desenvolvida no contexto da resposta à QA2 do RFP.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários considera adequadas as tipologias de operação mobilizadas; 56% o prazo máximo de realização da operação; 67% as despesas consideradas elegíveis para apoio e a periodicidade de abertura de concursos; 78% a previsibilidade de abertura de concursos; 67% as condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações; e 78% as taxas de comparticipação pelos fundos comunitários.
- » A totalidade dos beneficiários (9) considerou os subsídios a fundo perdido “muito eficazes”, enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da produção e distribuição de fontes de energia renovável. Quanto às demais formas de apoio público, avaliaram os instrumentos financeiros como “eficazes” (44%); quanto aos subsídios reembolsáveis, registou-se uma divisão de opiniões (44% avaliou como “pouco eficaz” e 44% considerou como “eficazes”). Houve ainda um beneficiário que indicou o apoio na compra de equipamentos como uma forma de apoio público muito eficaz de promoção de operações neste domínio.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 85% considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 73% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 68% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 92% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 81% as condições de elegibilidade das operações; 71% a previsibilidade de abertura de concursos; 75% a periodicidade de abertura de concursos; e 75% o prazo para apresentação de candidaturas.
- » Quanto à eficácia das diferentes formas de apoio, 78% avaliou os subsídios a fundo perdido como “muito eficazes”, enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações nesta temática. No que trata ao subsídio reembolsável, 49% considera-as como “eficazes”, enquanto que os instrumentos financeiros acolhem uma maior divisão de opiniões, com ligeira superioridade dos que os avaliam como “eficazes” (32%), enquanto que 38% os considera pouco eficazes. Nesta tipologia de operação, três beneficiários apontaram ainda outras três formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações, todas com avaliação favorável, designadamente, o apoio técnico (“totalmente eficaz”), as poupanças poderem ser utilizadas pelo município em futuros investimentos de eficiência energética e a subvenção não reembolsável com taxa de comparticipação, ambas classificadas de “eficazes”. Não obstante este padrão dominante, no que trata ao subsídio reembolsável, nalgumas regiões do país, as avaliações negativas são particularmente expressivas, nomeadamente, no Centro (4% “pouco eficaz” e 6% “nada eficaz”) e Algarve (43% “pouco eficaz” e 14% “nada eficaz”). Quanto ao instrumento financeiro, as avaliações mais negativas são encontradas na Região Alentejo (51% “pouco eficaz” e 5% “nada eficaz”) e Algarve (43% “pouco eficaz” e 14% “nada eficaz”).
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 84% considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 64% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 80% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 91% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 75% as condições de elegibilidade das operações; 73% a previsibilidade de abertura de concursos; 75% a periodicidade de abertura de concursos e 72% o prazo para apresentação de candidaturas. No que respeita ao prazo para apresentação de candidaturas, importará notar que, no Norte, Centro e Lisboa, a proporção de beneficiários com uma avaliação “pouco adequado” foi bastante significativa, designadamente, 27%, 22% e 50%, respetivamente.
- » Quanto à eficácia das diferentes formas de apoio, 66% avaliou como “muito eficaz” o subsídio a fundo perdido, enquanto que as demais formas de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover as suas operações foram avaliadas primordialmente como “pouco eficazes” (43% no caso dos subsídios reembolsáveis e no que trata aos instrumentos financeiros). Não obstante, no que respeita ao subsídio reembolsável e aos instrumentos financeiros, encontram-se, no Norte, Centro e Lisboa, avaliações de “eficaz” (para o subsídio reembolsável: 35% no Norte, 39% no Centro e 25% em Lisboa; para o instrumento financeiro: 15% no Norte, 26% no Centro, 50% em Lisboa e 100% na Região Alentejo).
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 56% considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 71% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 88% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 71% as condições de elegibilidade das operações; 53% a previsibilidade de abertura de concursos; 41% a periodicidade de abertura de concursos; e 77% o prazo para apresentação de candidaturas. De notar que apenas foram consideradas “desadequadas” as despesas consideradas elegíveis para apoio por 53%.

- » No que trata à eficácia das diferentes formas de apoio, 85% avaliou como “muito eficaz” os subsídios a fundo perdido, enquanto os instrumentos financeiros foram considerados “pouco eficazes” por 35% e o subsídio reembolsável foi avaliado primordialmente de forma negativa por 44% (6% avaliou-o como “nada eficaz” e 38% como “pouco eficaz”). De notar que, no entanto, o subsídio reembolsável na Região de Lisboa acumulou primordialmente avaliações positivas (40% “muito eficazes” e 20% “eficazes”).
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 89% considera “adequado” o prazo máximo de realização da operação; 81% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 85% as taxas de financiamento de participação pelos fundos comunitários; 94% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 87% as condições de elegibilidade das operações; 72% a previsibilidade de abertura de concursos; 78% a periodicidade de abertura de concursos; e 75% o prazo para apresentação de candidaturas.
- » Por fim, quanto à eficácia das diferentes formas de apoio, 81% avaliou como “muito eficaz” os subsídios a fundo perdido enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações no domínio da mobilidade urbana sustentável. Pelo contrário, o subsídio reembolsável e o instrumento financeiro acolheram avaliações menos favoráveis, tendo sido consideradas como “pouco eficazes” por 48% e por 45%. Nesta tipologia de operação foi ainda indicada uma quarta forma de apoio público - o apoio técnico - avaliada como muito eficaz (100%, correspondente a 1 beneficiário).

Pressuposto	At_Rea_PG_2 - A calendarização e a periodicidade de lançamentos dos AAC permitem captar elevada procura qualificada, mostrando-se flexíveis para responder às dinâmicas de procura
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As entidades auscultadas – quer as intervenientes na gestão e implementação dos apoios, quer as entidades promotoras – assinalaram a complexidade técnica e a especificidade dos AAC lançados e dos processos de instrução de candidaturas, que se conjuga com prazos para a respetiva submissão demasiado curtos. Os processos de certificação energética são, por seu turno, também extensos e complexos.
- » As entidades envolvidas na gestão e implementação dos apoios reconhecem os ganhos em termos de eficácia decorrentes da calendarização e lançamento dos AAC em paralelo/simultâneo nas várias regiões. Importa, contudo, reconhecer também que as especificidades regionais, bem como as características, necessidades e expectativas dos potenciais beneficiários, podem requerer *timings* diferenciados na preparação e no lançamento dos avisos de abertura de concurso.
- » Por outro lado, a generalidade das AG dos PO considera que as condições dos AAC lançados são demasiado rígidas e restritivas, não correspondendo às dinâmicas de procura específicas dos diversos territórios e podendo, por tal facto, não mobilizar beneficiários que potencialmente poderiam contribuir para o alcance dos objetivos específicos visados pelas intervenções. Como referido na resposta ao pressuposto geral “At_Rea_PG_1 - As condições de elegibilidade e formas de apoio garantem a mobilização dos potenciais beneficiários”, a adesão da procura às várias tipologias de intervenção foi diferenciada e evoluiu ao longo do tempo, em linha com as alterações nas condições e elegibilidades dos apoios.
- » A possibilidade do cumprimento dos promotores e das operações dos critérios de admissibilidade definidos nos AAC é percecionada de forma diferenciada entre as AG dos vários PO: existem AG que consideram que, de um modo geral, os candidatos preparam adequadamente os processos de candidatura e que a aplicação dos critérios constantes do AAC continua a garantir a elegibilidade das candidaturas que estão mais alinhadas com os objetivos e as metas, ao passo que outras AG consideram que os critérios de admissibilidade são, em regra, muito fechados e restritivos e algumas especificações técnicas são difíceis de avaliar, pelo que não haverá garantia de captar a procura desejada.
- » Neste contexto, as entidades auscultadas apelaram, por conseguinte, a um maior espaçamento temporal no lançamento de AAC, à revisão e adaptação das respetivas condições e/ou à simplificação dos processos de candidatura.
- » Uma referência adicional presente em grande parte das auscultações realizadas refere-se à necessidade e oportunidade de definir, divulgar e cumprir os planos de abertura de concursos anuais, promovendo, em paralelo, uma maior regularidade na sua publicação e atualização. A preparação e divulgação de planos anuais de concursos, bem como o seu cumprimento, é fundamental para uma correta gestão das expectativas por parte dos promotores e para uma melhor previsão da procura potencial por parte da gestão dos PO, facilitando

a afetação dos recursos técnicos e financeiros necessários para efetuar os necessários procedimentos nos prazos previstos.

- » No futuro período de programação é, assim, fundamental atender às especificidades regionais, que têm contrastes muito significativos ao nível da ocupação humana do território, por esta via obstando a um tratamento homogéneo nas condições apresentadas (a título de exemplo: nem sempre a construção de ciclovias será o mais indicado em municípios do interior, pelo que não fará sentido impor este tipo de intervenção, sem ponderar alternativas).

Recolha documental

- » Foram identificados, recolhidos e analisados os AAC lançados, bem como a respetiva calendarização, no sentido de perceber se o lançamento efetivo dos AAC correspondeu ao previsto. Os resultados da análise constam da resposta à QA2 no RFP.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 67% dos beneficiários considera adequada a periodicidade de abertura de concursos e 78% a previsibilidade de abertura de concursos. De notar que 67% teve conhecimento do plano de avisos de abertura de concurso, mas não teve impacto na(s) candidatura(s). Cerca de 63% dos beneficiários consideraram que os AAC são suficientemente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 71% dos beneficiários considera adequada a previsibilidade de abertura de concursos e 75% a periodicidade de abertura de concursos. Cerca de 58% dos beneficiários teve conhecimento do plano de AAC, mas não teve impacto na(s) candidatura(s). Houve ainda 43% dos beneficiários a considerarem que os AAC são parcialmente flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 73% dos beneficiários considera adequada a previsibilidade de abertura de concursos e a periodicidade de abertura de concursos. Constatou-se que 61% dos beneficiários teve conhecimento do plano de AAC, mas não teve impacto na(s) candidatura(s). Cerca de 55% dos beneficiários consideraram que os AAC não são flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 53% dos beneficiários considera adequada a previsibilidade de abertura de concursos e 41% a periodicidade de abertura de concursos. Cerca de 53% dos beneficiários teve conhecimento do plano de AAC, mas não teve impacto na(s) candidatura(s). Cerca de 79% dos beneficiários consideraram que os AAC não são flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere.
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 72% dos beneficiários considera adequada a previsibilidade de abertura de concursos e 78% a periodicidade de abertura de concursos. Apurou-se ainda que 55% teve conhecimento do plano de AAC, mas não teve impacto na(s) candidatura(s). Por fim, 54% consideraram que os AAC são flexíveis para acolher as suas necessidades de investimento e as do território em que se insere.

Pressuposto	At_Rea_PG_3 - A divulgação dos apoios é eficaz
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A principal conclusão a retirar do processo de auscultação conduzido prende-se com o facto de, por ser uma área de intervenção nova para a generalidade dos PO, a operacionalização dos apoios ter efetivamente exigido um esforço acrescido, quer em termos de capacitação das estruturas técnicas, quer na articulação requerida entre as várias entidades responsáveis pela sua implementação, quer ainda no que concerne à comunicação e proximidade aos potenciais beneficiários.
- » A auscultação conduzida permitiu concluir por um processo de comunicação e divulgação adequado e eficaz, muito embora não tenha conseguido mobilizar, nalgumas tipologias, todos os potenciais beneficiários que seria desejável. Para além da devida publicação dos AAC nos locais habituais (Balcão 2020 e sites do PO financiadores), foram realizadas várias sessões promovidas pelas entidades gestoras, que contaram com

entidades da área da consultoria como agentes disseminadores das oportunidades suscitadas pelos apoios disponibilizados junto de empresas, IPSS e mesmo municípios. Foram ainda organizados vários *workshops* com empresas para apoio específico na preparação de candidaturas, atendendo às necessidades específicas deste tipo de beneficiários.

- » No caso do IFRRU2020, foi desenvolvida uma vasta divulgação por todos os municípios do país (no terreno), por via de sessões públicas de apresentação do instrumento financeiro, sessões de esclarecimento por parte da banca, publicação de anúncios na imprensa, etc. Ao abrigo do protocolo de colaboração entre a ANMP e a estrutura de gestão do IFRRU2020, foram ainda designados pontos focais nos vários municípios, o que proporcionou uma proximidade acrescida aos potenciais beneficiários.
- » As entidades responsáveis pela gestão e implementação dos apoios têm procurado, por conseguinte, reduzir as assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares para dinamizar a procura pelo IFRRU2020, bem como da Administração Pública para dinamizar a procura pelos subsídios reembolsáveis para a eficiência energética. Têm também sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento e a capacitação base dos beneficiários.

Recolha documental

- » Foram identificadas as iniciativas de divulgação dos apoios levadas a cabo pelas várias entidades responsáveis pela sua gestão. Os resultados da análise constam da resposta à QA2 no RFP.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios destinados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos através do *website* do(s) PO, 44% através de sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) PO, 22% através de publicações e material de divulgação do PT2020 e 11% através de *newsletters* do PT2020 e/ou do(s) PO, de redes sociais do PT2020 e de meios de comunicação social / anúncios (imprensa ou *web*) / campanhas de informação. Constatou-se, assim, que os beneficiários tomam conhecimento, de formas diversas, das ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do PT2020 e/ou por outros meios.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 72% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos através do *website* do(s) PO, 21% das sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) PO, 34% através de publicações e material de divulgação do PT2020, 16% de *newsletters* do PT2020 e/ou do(s) PO, 7% de redes sociais do PT2020, 7% de meios de comunicação social/anúncios (imprensa ou *web*) / campanhas de informação, 2% de associações empresariais, 18% de empresas de consultoria e 2% amigos/familiares/contactos pessoais. Deste modo, atestou-se que os respondentes conhecem as ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do PT2020 e/ou por outros meios. Quanto à evolução do QREN para o PT2020, cerca de 51% dos respondentes indicaram que foi idêntica a divulgação dos instrumentos de apoio e dos AAC.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 86% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios destinados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos através do *website* do(s) PO, 41% de *websites* dos Organismos Intermédios, 30% em sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) PO, 30% de publicações e material de divulgação do PT2020, 20% de *newsletters* do PT2020 e/ou do(s) PO, 14% das redes sociais do PT2020, 11% de meios de comunicação social/anúncios (imprensa ou *web*)/campanhas de informação, 2% de associações empresariais, 14% de empresas de consultoria, 4% de amigos/familiares/contactos pessoais. Verifica-se, assim, que os respondentes conhecem as ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do PT2020 e/ou por outros meios. Quanto à evolução do QREN para o PT2020, 57% indicou que a divulgação dos instrumentos de apoio e dos AAC melhorou.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 44% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos através do *website* do(s) PO, 9% através de *websites* dos Organismos Intermédios, 35% através de sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) PO, 18% através de publicações e material de divulgação do PT2020, 15% através de *newsletters* do PT2020 e/ou do(s) PO, 6% através de meios de comunicação social/anúncios (imprensa ou *web*)/campanhas de informação, 21% através de associações empresariais, 35% através de empresas de consultoria e 3% através de

amigos/familiares/contactos pessoais. Verifica-se, assim, que os respondentes conhecem as ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do PT2020 e/ou por outros meios. Quanto à evolução do QREN para o PT2020, 50% de respondentes indicaram que melhorou a divulgação dos instrumentos de apoio e dos AAC.

- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 81% dos beneficiários tomaram conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética e/ou às energias renováveis e/ou à mobilidade urbana através de *website* do(s) PO, 39% de sessões públicas promovidas pelo PT2020 e pelo(s) PO, 38% de publicações e material de divulgação do PT2020, 29% de *websites* dos Organismos Intermédios e 22% de *newsletters* do PT2020 e/ou do(s) PO. De forma menos expressiva, 6% através de meios de comunicação social/anúncios (imprensa ou *web*)/campanhas de informação e 4% de redes sociais do PT2020. Verifica-se, assim, que os beneficiários conhecem as ações de divulgação promovidas pelas entidades envolvidas na governação do PT2020 e/ou por outros meios. Quanto à evolução do QREN para o PT2020, 45% indicaram que foi idêntica a divulgação dos instrumentos de apoio e dos AAC.

Pressuposto	At_Rea_PG_4 - Elevada capacitação dos atores-chave (recursos humanos especializados) responsáveis pela programação e pela implementação dos instrumentos e das operações
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Relativamente à capacitação dos atores chave (recursos humanos especializados) responsáveis pela programação e pela implementação dos instrumentos e das operações, o processo de auscultação permitiu concluir pela necessidade de reforço da capacitação das AG dos PO numa área de apoio público recente, em que o histórico de intervenção é limitado. Foi, pelas entidades auscultadas, transmitida a existência de dificuldades na resposta atempada, em resultado da limitação de recursos e/ou respetiva capacidade técnica requerida, em particular nos PO Regionais. A AG do POSEUR tem desempenhado um papel fundamental na articulação e validação das opções a tomar nas várias tipologias de intervenção.
- » Para além das reconhecidas debilidades nas competências das estruturas e equipas técnicas, a sua composição é alterada com grande regularidade. O processo de aprendizagem inicial, numa área de intervenção nova, foi bastante exigente, implicando, por vezes, a contratação de novos técnicos. As mudanças e a instabilidade das equipas são brutalmente penalizadoras para a concretização e eficiência da gestão e do acompanhamento das operações.
- » Por seu turno, também as CIM, tiveram que promover a respetiva capacitação, o que também atrasou o processo. O acompanhamento das ações de capacitação tem sido próximo, promovendo a razoabilidade e harmonização de critérios entre as várias CIM. A intervenção e capacitação crescente das CIM tem potenciado uma maior procura.
- » A articulação com as entidades responsáveis pela implementação da política pública tem-se revelado fundamental. Enquanto parceiro-chave nas intervenções, que acompanhe e preste apoio técnico, a DGEG tem tido uma intervenção muito relevante e enriquecedora na vertente de análise de candidaturas, a qual é, sempre que pertinente, complementada pela ADENE. De assinalar, porém, que apenas com a AG do POSEUR existe um protocolo que enquadra o apoio da DGEG, sendo que, nos restantes PO, aquele(s) organismo(s) intervém(êm) sempre que solicitado(s), mas sem enquadramento e mandato formal. A intervenção daquelas entidades no processo de análise de candidaturas deveria ser formalizado e, tanto quanto possível, simplificado e agilizado.
- » Importará, de igual modo, reforçar a capacitação das estruturas técnicas destas entidades públicas em matéria de aplicação de FEEL para a execução da política pública, cuja escala de intervenção tem vindo - e tenderá a ser - crescente. Será muito importante reforçar a sua apetência e capacidade para trabalhar/pensar/definir/acompanhar, de forma proativa, prioridades e tipologias de intervenção a financiar por FEEL, potenciando apoios que não seriam disponibilizados de outro modo.
- » Outras áreas onde foi necessário investir em termos de formação e capacitação das equipas técnicas foram a contratação pública e os Auxílios de Estado, em particular nas estruturas que não revelavam experiência e conhecimento prévio nestas temáticas.
- » No que respeita a formação ministrada para as novas tipologias de investimento, esta revelou-se muito limitada, mas é reconhecido o apoio da DGEG ao POSEUR nesta matéria. No que se refere às tipologias de investimento das PI 4.5 e 4.3, foram definidas algumas linhas orientadoras, de forma a harmonizar as análises a efetuar pelas

estruturas técnicas dos PO Regionais. Perante as dificuldades sentidas pelas estruturas das AG até à data, em particular no que à PI 4.3 diz respeito, a generalidade das entidades auscultadas considerou ser necessário reforçar a articulação interinstitucional, de forma a tornar mais coordenado, ágil e expedito o apoio dos FEEI neste domínio.

- » Na auscultação dos atores chave foi ainda reconhecido o esforço das entidades envolvidas na implementação dos apoios no sentido de agilizar e simplificar os processos de candidatura (que continuam a ser vistos como morosos e complexos), desmaterializando as candidaturas e disponibilizando formulários e instruções para o seu preenchimento, bem como folhas de cálculo acessórias. Poderá existir ainda possibilidade de melhoria, tirando partido da interoperabilidade entre sistemas de informação. Um exemplo neste sentido será o alinhamento havido entre o IFFRU2020, a entidade de certificação/banca e a base de dados da ADENE, em que o trabalho prévio de articulação entre estas entidades permitiu a interoperabilidade com o sistema que disponibiliza cadastros, índices energéticos, medidas de melhoria e poupanças expectáveis, retirando a sensação de risco e reforçando a segurança nas operações (os indicadores requeridos pelo IFRRU2020 são retirados do sistema de forma automática).
- » A generalidade das AG dos PO reconhece, assim, que a capacitação técnica é um aspeto fundamental para o futuro, tendo por base a curva de aprendizagem até à data, para que as estruturas sejam formadas e capacitadas para responder sob múltiplas dimensões. É também reconhecido que deveria existir um modelo mais eficiente e eficaz para promover e garantir a formação e capacitação das entidades de apoio técnico nos PO, num setor em que a evolução das prioridades é contínua e não é fácil acompanhar o seu desenvolvimento.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 56% dos beneficiários considera que a clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura foi positiva. Quanto ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, consideraram que foi positivo: i. 44% dos beneficiários no que trata ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento, à reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização; ii. 33% no que diz respeito à verificação e controlo no local do investimento; iii. e 22% quanto ao cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões). No entanto, 33% dos beneficiários consideraram negativa a documentação a apresentar nos pedidos de pagamento. Quanto à forma como se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões), 89% dos beneficiários possuíam recursos técnicos com competências necessárias, 44% dos beneficiários contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa), 11% dos beneficiários contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa), 11% contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões) e ainda 11% frequentaram ações de formação específicas.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 87% dos beneficiários considera que a clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura foi positiva. Quanto ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, consideraram que foi positivo no que refere à totalidade dos aspetos analisados, nomeadamente: i. 59% no que trata ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento; ii. 55% para a documentação a apresentar nos pedidos de pagamento; iii. 53% no que respeita a reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização; iv. 35% no que trata a verificação e controlo no local do investimento; e v) 44% relativamente ao cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões). Quanto à forma como se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões), 42% dos beneficiários possuíam recursos técnicos com competências, 66% contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa), 26% contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa), 3% contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões) e 10% frequentaram ações de formação específicas.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 88% dos beneficiários considera que a clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura foi positiva. Quanto ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, consideraram que foi positivo no que refere à totalidade dos aspetos analisados, nomeadamente: i. 64% no que trata ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento; ii. 57% para a documentação a apresentar nos pedidos de pagamento; iii. 70% no que respeita a reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização; iv. 39% no que trata a verificação e

controlo no local do investimento; e v. 38% relativamente ao cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões). Quanto à forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões), 42% dos beneficiários possuíam recursos técnicos com competências necessárias, 53% contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa), 32% contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa), 2% contrataram recursos humanos para os quadros da entidade, com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões) e 7% frequentaram ações de formação específicas.

- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 76% dos beneficiários considera que a clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura foi positiva. No que respeita ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, consideraram que foi positivo no que refere à totalidade dos aspetos analisados, nomeadamente: i. 79% no que trata ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento; ii. 56% para a documentação a apresentar nos pedidos de pagamento; iii. 74% no que respeita a reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização; iv. 38% no que trata a verificação e controlo no local do investimento; e v. 53% relativamente ao cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões). Relativamente à forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões), 59% dos beneficiários possuíam recursos técnicos com competências necessárias, 59% contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa), 15% contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa) e 12% frequentaram ações de formação específicas.
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 92% dos beneficiários considera que a clareza das informações prestadas pela AG na fase de candidatura foi positiva. No que concerne ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, consideraram que foi positivo no que refere à totalidade dos aspetos analisados, nomeadamente: i. 80% no que trata ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento; ii. 74% para a documentação a apresentar nos pedidos de pagamento; iii. 78% no que respeita a reformulação da(s) operação(ões), incluindo recalendarização; iv. 62% no que trata a verificação e controlo no local do investimento; e v. 56% relativamente ao cálculo dos indicadores de resultados da(s) operação(ões). Relativamente à forma se capacitaram para as exigências na fase de planeamento da candidatura e na fase de implementação da(s) operação(ões), 77% dos beneficiários possuíam recursos técnicos com competências necessárias, 31% contrataram equipa(s) com competências específicas para planear a candidatura (consultoria externa), 17% contrataram equipa(s) com competências específicas para implementar a(s) operação(ões) (consultoria externa), 2% contrataram recursos humanos para os quadros da entidade com competências específicas para planear a candidatura e implementar a operação(ões) e 6% frequentaram ações de formação específicas.

Pressuposto	At_Rea_PG_5 - As TO estão alinhadas com os OE e com as necessidades das entidades promotoras
--------------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Várias das dimensões-chave a integrar no OT 4, dos OE e das TO a apoiar resultam sobretudo de opções nacionais, estabelecidas pelo Estado, que geraram grande discussão e debate com a CE. Determinadas prioridades concertadas neste processo de negociação não foram posteriormente possíveis de operacionalizar ou as prioridades dos potenciais beneficiários foram reajustadas, retirando-lhe relevância e pertinência (*pe. contadores inteligentes*).
- » Em termos genéricos, o processo de estruturação do OT 4 (PI, OE e TO) foi discutido e trabalhado pelos atores relevantes (DGEG, ADENE), em estreita articulação com as Secretarias de Estado responsáveis. Não obstante, deve assinalar-se a reduzida participação e auscultação das entidades gestoras na fase de programação. As AG dos PO não foram envolvidas na programação. Esse papel ficou reservado, em grande medida, à Tutela, que teve a responsabilidade da condução da política pública e que, nesse contexto, conhecia melhor o que se pretendia concretizar para cumprir os objetivos e metas das diversas políticas públicas e os compromissos assumidos internacionalmente. Também, por exemplo, no caso do Algarve, não houve grande interação na fase de programação com os municípios, atores centrais para este processo e para a execução das TO delineadas.

- » No processo de programação, procurou-se estabelecer o alinhamento com os instrumentos de política pública e planeamento setorial relevantes (PNAER e PNAEE). O potencial de procura foi estimado primordialmente através de colaboração com a DGEG, mas num quadro de reduzida flexibilidade da regulamentação comunitária.
- » A articulação com as entidades promotoras apenas foi desenvolvida, na maioria dos casos, na fase de implementação do Programa. Contudo, a auscultação dos atores relevantes e o maior conhecimento sobre as necessidades e o potencial de procura ocorreu regionalmente com intensidades diferentes. Na Madeira, a auscultação da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM) e da sociedade civil foi efetuada através de várias reuniões e contributos escritos. No âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2020 (Compromisso Madeira@2020), o Instituto de Desenvolvimento Regional realizou várias reuniões com as entidades públicas, bem como foram pedidos contributos a essas mesmas entidades. No âmbito da elaboração dos Planos de Ação para a Energia Sustentável da Madeira e do Porto Santo, tratando-se de uma área mais específica, a AREAM procedeu igualmente a uma auscultação prévia. Ainda no âmbito da preparação do Madeira 14-20 foi efetuada nova consulta aos organismos do GR e para além dos contributos para definição de OE foram identificadas as intenções de investimento mais relevantes. No caso dos Açores, esta auscultação foi feita com o apoio principal de duas entidades: Direção Regional de Energia e Empresa de Energia dos Açores, mas também a Associação de Municípios, as Associações Comerciais e as Associações Industriais foram ouvidas e apresentaram contributos para a definição de OE e TO. No caso do Algarve, desenvolveu-se uma reflexão de âmbito regional, com a auscultação de vários interlocutores, através de *workshops* e documentos escritos.
- » Uma das principais críticas ao processo de programação prende-se com o facto de a versão final dos Programas não ter considerado as especificidades regionais. As tipologias de apoio são comuns a todas as regiões (em grande medida, em muitos domínios, não houve negociação, houve imposição por parte da CE). A programação e a operacionalização foram “impostas” (pela CE e, em parte, pela AD&C). Todo o processo assentou numa lógica *top-down*, com reduzido envolvimento e capacidade de influência dos atores locais e/ou regionais.
- » Independentemente da importância que os PEDUS assumiram, os instrumentos de planeamento deveriam ser realizados antes do arranque da programação, a montante da programação, para poderem dar suporte e promover um melhor alinhamento com a arquitetura das PI (OE e, sobretudo, TO). Por outro lado, o exercício de planeamento é decisivo em regiões onde os montantes financeiros disponíveis são reduzidos, conferindo uma maior importância à definição de prioridades.
- » A dimensão da eficiência energética era uma necessidade sentida em muitas regiões (Centro, Norte, Algarve, ...), estando alinhada com as preocupações e prioridades dos atores-chave, mas teve uma dimensão financeira demasiado elevada e condições de apoio desadequadas.
- » Na maioria das regiões, nos PO regionais, existem TO que eventualmente poderão ficar a descoberto ou não serem operacionalizadas através de AAC específicos (gestão de tráfego, bilhética integrada, sistemas integrados de informação...), seja pela dificuldade e falta de capacitação dos atores, seja pela reduzida importância que lhe é conferida pelos potenciais beneficiários.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 77% dos beneficiários considera adequada a TO disponibilizada face às suas necessidades. Para alguns beneficiários, foi importante a amplitude das TO e das condições de elegibilidade propiciadas pela programação.
- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), os beneficiários assinalaram que as AG dos PO tiveram a preocupação de auscultar os potenciais beneficiários das TO, tendo solicitado na fase de implementação do PO os investimentos que consideravam estruturantes. Esse trabalho permitiu uma melhor estruturação dos AAC. Por outro lado, a variedade de concursos lançados permitiu a adequabilidade de adaptação das necessidades das instituições. Para muitos dos beneficiários, as áreas de investimento relevantes (diversidade de tipologias previstas) estavam cobertas pelas TO. Foi possível enquadrar as medidas que foram tecnicamente propostas para melhorar a eficiência energética dos edifícios, embora em muitos casos seja referida que as TO previstas não dão cobertura a todas as necessidades de intervenção.
- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), alguns beneficiários assinalaram o facto das TO integram as áreas temáticas definidas como prioritários pelos municípios e contempladas nos PAICD (embora não deem cobertura a todas as necessidades). Algumas tipologias de ações são consideradas como não

elegíveis, quando, na prática constituem-se como essenciais nas intervenções por forma a obter os níveis de eficiência energética pretendida.

- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), alguns beneficiários, assinalam a existência de um desajuste das TO face às necessidades específicas dos territórios de baixa densidade.
- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), os beneficiários considera importante o facto das AG terem efetuado uma auscultação aos potenciais beneficiários das tipologias de investimento, o que permitiu uma melhor adequação dos investimentos. Para alguns beneficiários, as TO estão articuladas com as intervenções previstas nos PEDUS (adequam-se à estratégia, às prioridades, aos interesses dos beneficiários, às necessidades dos territórios). Os instrumentos de apoio permitem apresentar projetos alinhados com as prioridades identificadas nos PAMUS. Grande abrangência nas TO, o que permite cobrir as necessidades identificadas.

Pressuposto

At_Rea_PG_6 - Os processos de seleção permitem hierarquizar e discriminar a procura qualificada de forma coerente com os objetivos das PI

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » O processo de auscultação dos atores envolvidos na gestão do PT2020 permite concluir que, em geral, a hierarquização das candidaturas com base nos critérios de avaliação de mérito aprovados pelos Comités de Acompanhamento dos PO e publicados nos AAC não coloca problemas de maior e que aqueles se têm revelado globalmente adequados, permitindo alguma flexibilidade na sua densificação e aplicação.
- » Os critérios de seleção permitem, assim, pontuar as operações de forma a proceder à sua hierarquização, de acordo com os objetivos e resultados esperados na corresponde PI. Não foram identificados critérios de seleção aplicados que se tenham revelado claramente mais difíceis de cumprir (por parte dos promotores) ou de analisar (por parte da gestão). Alguns exemplos permitem, contudo, identificar situações diferenciadas nas várias tipologias.
- » No caso dos avisos da Administração Local/IPSS, a aplicação dos critérios foi facilitada com a ferramenta de cálculo, que permite aferir os rácios entre o investimento e a redução de consumo TEP, quantificar a redução das emissões de CO₂, bem como a redução da energia primária, ou seja, permite quantificar valores que constam da fórmula de avaliação.
- » Por seu lado, no caso da PI 4.5 – PAMUS, são sentidas algumas dificuldades na aplicação dos critérios de seleção, nomeadamente, na quantificação dos valores para a aferição de “A – Contributo das ações previstas na operação para as metas fixadas nos indicadores de resultado”, avaliado através do potencial de redução de gases com efeito de estufa evidenciado pela operação, bem como de “C1 – Racionalidade económica das ações objeto de apoio”, avaliado através do rácio entre o investimento e a redução de consumo (TEP) decorrente da implementação da operação.
- » Outro exemplo que poderá ilustrar uma menor adequação dos critérios prende-se com a dissociação existente ao nível das operações de eficiência energética com o processo de reabilitação urbana. Sem a intervenção de reabilitação, não há, por vezes, suporte para a intervenção de eficiência energética, tendo os projetos dificuldade em cumprir os períodos de retorno financeiro do projeto.

Recolha documental

- » No âmbito da recolha e análise dos AAC, foram identificados os critérios de seleção adotados para a análise e seleção das candidaturas nas várias TO. Os resultados da análise constam da resposta à QA2 no RFP.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários considera adequadas as tipologias de operação mobilizadas; 56% o prazo máximo de realização da operação; 67% as despesas consideradas elegíveis para apoio e a periodicidade de abertura de concursos; 78% a previsibilidade de abertura de concursos; 67% as condições de elegibilidade das entidades promotoras e das operações; e 78% as taxas de comparticipação pelos fundos comunitários. Quanto à clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas, 78% dos beneficiários considera-os positivos.

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 85% dos beneficiários considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 73% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 68% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 92% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 81% as condições de elegibilidade das operações; 71% a previsibilidade de abertura de concursos; 75% a periodicidade de abertura de concursos; e 75% o prazo para apresentação de candidaturas. Em relação à clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas, 87% dos beneficiários considera-os positivos.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 84% dos beneficiários considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 64% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 80% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 91% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 75% as condições de elegibilidade das operações; 73% a previsibilidade de abertura de concursos; 75% a periodicidade de abertura de concursos; e 72% o prazo para apresentação de candidaturas. No que trata ao prazo para apresentação de candidaturas, importará notar que, no Norte, Centro e Lisboa, a proporção de respondentes com uma avaliação “pouco adequado” foi bastante significativa, designadamente, 27%, 22% e 50%, respetivamente. Relativamente à clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas, 80% dos beneficiários considera-os positivos.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 56% dos beneficiários considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 71% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 88% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 71% as condições de elegibilidade das operações; 53% a previsibilidade de abertura de concursos; 41% a periodicidade de abertura de concursos; e 77% o prazo para apresentação de candidaturas. De notar que apenas foram consideradas desadequadas as despesas consideradas elegíveis para apoio por 53%. No que trata à clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas, 82% dos beneficiários considera-os positivos.
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 89% dos beneficiários considera adequado o prazo máximo de realização da operação; 81% as despesas consideradas elegíveis para apoio; 85% as taxas de financiamento de comparticipação pelos fundos comunitários; 94% as condições de elegibilidade das entidades promotoras; 87% as condições de elegibilidade das operações; 72% a previsibilidade de abertura de concursos; 78% a periodicidade de abertura de concursos; e 75% o prazo para apresentação de candidaturas. Por fim, quanto à clareza e objetividade dos critérios de seleção das candidaturas, 86% dos beneficiários considera-os positivos.

Pressuposto	At_Rea_PG_7 - A reprogramação responde adequadamente às alterações de contexto, às dificuldades de implementação de alguns OE e TO
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A reprogramação, desenhada no primeiro semestre de 2018, permitiu, sobretudo, clarificar quais as tipologias de operação que não iriam ser implementadas e dar resposta a uma grande parte dos constrangimentos identificados até à data. Contudo, embora se tenham dado passos positivos no processo de reprogramação, possibilitando uma melhor adequação e resposta às dificuldades de implementação de alguns OE e TO, é opinião dos atores entrevistados que os ajustamentos realizados ainda são insuficientes, não respondendo integralmente às especificidades regionais e às necessidades e expectativas dos promotores.
- » Assumindo que a reprogramação foi fundamental para fazer um acerto entre as necessidades e as possibilidades de financiamento, consideram que o mesmo foi insuficiente e não considerou as especificidades dos territórios (avaliam de forma positiva o impacto, mas de expressão reduzida ou residual).
- » A oferta continua a ser muito condicionada (não se estão a oferecer produtos atrativos), pela existência de muitas condicionantes do ponto de vista das imposições da CE (processuais e técnicas).
- » Apontam-se, sobretudo, como principais modificações (positivas): 1. a alteração dos requisitos exigíveis aos projetos de eficiência energética na habitação, permitindo a elegibilidade de projetos em que se verifique o aumento mínimo de 20% do desempenho energético dos edifícios (30% nos edifícios da administração central e local e 20% para a habitação), em alternativa ao aumento de pelo menos dois níveis no Certificado de Desempenho Energético (esta alteração para os 30% nem sempre foi benéfica, mas no IFRRU2020, mantiveram-se as duas possibilidades - dois níveis ou 20% de redução, o que não se observou na administração central e local); 2. a alteração de formas de financiamento em algumas PI, como resultado da supressão do Instrumento Financeiro específico para a Eficiência Energética (IFE 2020); 3. a equiparação das IPSS (entidades privadas sem fins lucrativos com finalidade social) às infraestruturas públicas, ao invés de equiparadas a empresas, tendo em

vista o seu objetivo público, sendo-lhes aplicáveis as respetivas formas de apoio e taxas de cofinanciamento (a revisão do tipo de beneficiários elegíveis levou à passagem das IPSS da PI 4.2 para a PI 4.3); 4. a adoção de formas de apoio mais atrativas para as empresas, que as possam encorajar a realizar intervenções mais profundas em matéria de eficiência energética (dada a dificuldade de implementação do Instrumento Financeiro - PI 4.2 - procedeu-se a um ajustamento financeiro entre formas de financiamento, gerando que todos os apoios passassem a ser promovidos através de subvenções reembolsáveis, exceto os relativos às auditorias energéticas que continuaram a ser financiadas por subvenções não reembolsáveis); 5. a supressão da tipologia de operação, no âmbito da Administração Pública, que enquadrava o apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos (na fase inicial foi dado ênfase ao apoio às Empresas de Serviços Energéticos (ESE) enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Pública, dimensão abandonada, na fase de reprogramação, tendo sido suprimida a Tipologia de Operação que enquadrava, no âmbito do POSEUR/Administração Central e dos POR/administração Local, o apoio à realização de contratos de gestão de eficiência energética em edifícios e equipamentos públicos - modelo ESCO, que se encontrava previsto através de IF - nunca criado); 6. algumas alterações nos textos dos PO que passaram a permitir uma utilização mais simplificada de custo padrão, na PI 4.3; 7. foi suprimida a condição do VAL (as intervenções na AP não geram receita, mas sim poupança que financia os custos de investimento).

- » Procederam-se a ajustamentos regulamentares, mas não foram acompanhados pela flexibilidade e disponibilidade financeira (cativações). Por exemplo, no que respeita à Administração Central, o Ministério das Finanças (MF) não disponibilizou condições para que os projetos avançassem (restrições ao investimento) a que se juntam os constrangimentos associados a procedimentos de contratação pública, à morosidade associada à litigância, o que gerou/gera atrasos significativos na execução. Por outro lado, o MF possuía também dúvidas quanto ao facto de os financiamentos serem reembolsáveis, o que teria efeito na dívida pública (dependência total das autorizações do MF).
- » Para alguns atores-chave, por exemplo para os Municípios, a reprogramação contribuiu com alguns reforços, no entanto, mantêm-se limitações importantes que bloqueiam a execução. A título meramente indicativo refere-se, no caso da Eficiência Energética na Administração Local, o desajuste de alguns dos custos padrão e o facto de as poupanças serem consideradas receitas e, ao nível da mobilidade urbana sustentável, a não elegibilidade da aquisição de veículos de baixas emissões para renovação das frotas automóveis municipais.
- » Neste quadro, o processo de reprogramação permitiu colmatar algumas das debilidades e condicionantes à execução e à procura observada até essa data, mas podia ter ido mais longe (os impactos gerados são reduzidos), independentemente de se reconhecer que a intransigência da CE em negociar determinadas matérias e a regulamentação comunitária, terem sido dimensões limitadoras de outras opções/ajustamentos.
- » Não se observaram alterações significativas nas prioridades governamentais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação, que pudessem ser particularmente impactantes para a reprogramação. Contudo, a importância acrescida que a temática da Mobilidade Urbana Sustentável e da Eficiência Energética nos Transportes foi assumindo nos últimos anos e a necessidade de acelerar a redução das emissões de GEE (cumprimento das metas e compromissos de Portugal), gerou a necessidade de reforçar as verbas destinadas a estas dimensões e, no caso específico do POSEUR, levou à criação de uma nova tipologia de operação para incluir o financiamento de ações relativas à instalação, alargamento, expansão e modernização de sistemas de mobilidade urbana, nomeadamente sistemas de metro pesado e ligeiro de passageiros. O reforço de verbas nos PO regionais (PI 4.5) procurou, sobretudo, dar resposta aos elevados níveis de procura pelos Municípios. Por exemplo, no caso do PO Alentejo, a dotação inicial não permitia acolher todos os investimentos necessários e relevantes dos 32 Centros Urbanos Complementares do Alentejo, tendo-se proposto o seu reforço.
- » Releva ainda, uma alteração contextual substancial, do lado da procura potencial, ocorrida na PI 4.4 e que levou à sua supressão no exercício de reprogramação. No que respeita à promoção de sistemas de distribuição inteligentes, assumia-se que o apoio ao desenvolvimento de projetos-piloto, através do POSEUR, da instalação de sistemas e de redes inteligentes (distribuição inteligente de energia elétrica), enquanto mecanismo privilegiado para uma gestão eficiente da rede elétrica, permitiria incrementar o número de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes e, consequentemente, a taxa de penetração de sistemas de contagem. O objetivo seria dotar os consumidores da informação e ferramentas necessárias, tendo em vista a redução de custos. Na programação inicial, estava prevista a criação de um mecanismo de financiamento que garantia a recuperação (nunca inferior a 50% do apoio comunitário) para o instrumento financiador da totalidade das poupanças energéticas e de outros benefícios (do operador da rede de distribuição e dos consumidores finais).

Contudo, dado que os potenciais promotores não demonstraram interesse/motivação para aproveitar os apoios comunitários disponibilizados e os investimentos previstos estão a ser realizados pelos operadores, sem financiamento comunitário, esta PI e o OE foram suprimidos na reprogramação do POSEUR, aprovada em dezembro de 2018.

- » No futuro, é necessário discutir com a CE (incluindo DG Concorrência) as regras comunitárias em matéria de Auxílios de Estado, que terão de ser revistas. As restrições são muito significativas, condicionando os resultados. Nas PI 4.1, 4.2 e 4.5 a oferta está muito condicionada, existem muitas limitações (como os Auxílios de Estado). Para se impulsionar estas dimensões as regras de Auxílios de Estado terão de ser alteradas (o facto do apoio se cingir ao diferencial é um condicionalismo muito importante).

Quadro 48. Evidências da TdM: das Atividades para as Realizações – riscos

Risco	At_Rea_RG_1 - Existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	

- » Em termos genéricos, não se manifestam sobreposições ou efeitos concorrenciais significativos entre instrumentos FEEI que possam ser impactantes na mobilização da procura. Não obstante, alguns atores-chave, como os Municípios, apontam para a existência de instrumentos relevantes que podem ser mais interessantes para a prossecução dos seus objetivos. O Plano de Promoção de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC); o Fundo de Eficiência Energética (FEE); o Fundo de Apoio à Inovação (FAI) e, ao nível da mobilidade elétrica, o Fundo Ambiental, são referenciados como alternativas interessantes, mais dirigidas, menos complexas, mais expeditas e mais atrativas.
- » Para a maioria dos atores auscultados, a oferta que existe é, sobretudo, complementar (genericamente existe uma tentativa de estabelecer complementaridades entre Programas/instrumentos). Não obstante, há a necessidade de estabelecer uma maior/melhor articulação entre os instrumentos existentes (por exemplo, entre o Fundo de Eficiência Energética (FEE) e o POSEUR e entre FEE e a Casa Eficiente, dado apoiarem áreas específicas conflituantes). Ou seja, atualmente a oferta dos instrumentos encontra-se alinhada e complementam-se (a generalidade das ofertas é complementar, existindo a preocupação em garantir essa complementaridade). No entanto, pontualmente, poderá existir algum foco de concorrência e sobreposição entre estes instrumentos (por exemplo, entre os FEEI e o Fundo de Eficiência Energética).
- » Contudo, para alguns entrevistados, não existe propriamente sobreposição entre os PO e o Fundo de Eficiência Energética (FEE), pois as escalas são diferentes (desejavelmente até se complementam). No FEE, existe verdadeiramente concorrência (avaliação por mérito e com montante global a concursos, o que implica hierarquização), o que permite que sejam selecionadas as melhores operações, mas sempre intervenções de pequena escala (máximo 80 mil euros; financiamento até 80%). Pela atuação em escalas diferentes, acabam por complementar-se (FEEI e FEE).
- » Não obstante não seja significativamente relevante a concorrência que estabelece com os FEEI, alguns entrevistados assinalam que o Fundo de Eficiência Energética (FEE) é mais atrativo para a procura, dado ter muito menos regras, não entrar nos limites da contratação pública, os processos associados serem mais ligeiros. Em termos genéricos, nestes casos, apontou-se para que promotores preferem o FEE ou o Fundo Ambiental, mesmo com taxas de financiamento inferiores. Embora a disparidade de dotação seja significativa, os promotores preferem processos e regras mais ligeiros (mesmo que os montantes a Concurso no FEE sejam muito limitados).
- » Muitas das entidades envolvidas na operacionalização de outros instrumentos estão também envolvidas nos FEEI, o que, à partida, ajuda a diminuir potenciais sobreposições. Embora não exista uma consulta formal com os PO do Portugal 2020, as entidades gestoras de outros instrumentos evitam sobreposições de financiamentos (procuram ter um posicionamento essencialmente complementar face aos FEEI). Por outro lado, os atores participaram em consultas para identificar áreas de intervenção e públicos alvo o que, à partida, também contribui para evitar sobreposições e efeitos concorrenciais.
- » No caso específico dos EEA Grants não existe efeito concorrencial, seja pelos montantes mais reduzidos, seja pelo papel complementar que os EEA Grants desempenham face ao financiamento comunitário. O tipo de

beneficiários (pela orientação dos programas apoiados por este instrumento) acaba também por extravasar o domínio ou procuras associadas ao OT4, não havendo impactes na procura quer dos EEA Grants, quer dos FEEI. Dos 95 M€ disponíveis, 13% estão alocados a interesses pré-definidos/projetos em áreas não concorrenciais. Nas áreas objeto de concurso, as entidades públicas são elegíveis a par com entidades privadas (concursos para autarquias ou projetos em que são parceiras), incluindo nesta dimensão da eficiência energética.

- » No que respeita ao Fundo de Eficiência Energética, a sua génese acaba por assumi-lo como uma dimensão complementar face aos FEEI. Por outro lado, a regulamentação do FEE não permite que sejam apoiados beneficiários que já estejam a beneficiar de qualquer outra forma de financiamento. Tradicionalmente, são recebidas candidaturas de menor complexidade e dimensão, que acabam por não concorrer com aquelas submetidas no âmbito dos FEEI. Assim, ainda que tal seja possível, não se identificam grandes hipóteses concorrenciais por parte do FEE com os FEEI, seja pelo volume financeiro que é mobilizado para cada aviso, seja pela tipologia de beneficiários que tradicionalmente se candidatam ao FEE. Neste contexto, a procura que se tem registado no FEE não aparenta ser afetada pelos FEEI, não sendo igualmente expectável que os FEEI tenham menor procura devido à existência do FEE. O FEE será mais complementar do que concorrencial, também em virtude da diferença de escala. É possível que existam algumas coincidências na calendarização dos AAC. Ainda assim, no caso do FEE, o calendário é homologado pela Secretaria de Estado da Energia, pelo que é expectável que haja uma articulação ao nível político que vise minimizar sobreposições ou efeitos concorrenciais. Por outro lado, foram também publicados AAC direcionados para os sectores da agricultura e pescas (a descoberto nos FEEI), já que foi detetada alguma dificuldade dos beneficiários deste sector em concorrerem a outros programas de financiamento, dado que no caso do FEE a exigência burocrática e os prazos para decisão são relativamente mais simples e rápidos (não só neste sector, mas em todos os AAC).
- » Relativamente ao Fundo de Apoio à Inovação (FAI), que visa, no essencial, prosseguir os objetivos governamentais na área das energias renováveis e da eficiência energética e, como tal, tem como principal preocupação o alcance das metas definidas pelo Governo, também não se manifestam sobreposições. Embora não haja uma articulação direta com as AG dos FEEI (apenas ocorre via Tutela), os vários instrumentos tentam não se sobrepor em termos de elegibilidades e financiamentos. Não são imediatamente detetáveis, *a priori*, sobreposições entre os financiamentos disponíveis que, no essencial, se complementam (embora o FAI procure ser o único financiador de um projeto).
- » Existe alguma concorrência entre instrumentos FEEI, por exemplo, no caso dos Sistemas de Incentivos para as empresas. Por um lado, nestes AAC não se manifestam problemas, com os Auxílios de Estado, tornando este mecanismo de investimento mais interessante do que recorrer à EE no âmbito da OT4. Por outro lado, os promotores preferem avançar num projeto integrado, onde a EE é apenas uma componente do processo (mas que é majorada). Nesta dimensão, este é um problema “interno” FEEI. Nos Açores, no caso do SI às empresas, são apresentados/financiados projetos integrados, onde todas as componentes/dimensões estão incluídas, recebendo posteriormente um “bónus” (majorações), por terem componentes de Eficiência Energética. Neste contexto, a generalidade das empresas dos Açores prefere candidatar as suas operações ao SI e não procurar apoios na PI 4.2 do PO Açores.
- » São apontados alguns exemplos da existência de apoios públicos, conflituantes e concorrenciais com os apoios FEEI. O PROENERGIA, instrumento do Governo Regional dos Açores, limita a procura pelos apoios disponibilizados pelo PO Açores. Este Programa, possui limites muito menores (4.000 euros), baixos níveis de irregularidades, baixo custo de participação, submissão acessível e muito prática. A falha de mercado fundamental à data da programação, a falta de informação, não existe no que respeita a este Programa. É uma boa experiência, sobretudo, pela sua longa duração, pelo facto de os AAC estarem abertos durante um longo prazo, os potenciais promotores já saberem que existe, saberem os apoios que recebem, conhecerem as entidades que os “comercializam”. A utilização pode ser efetuada pelo intermediário e pelo beneficiário final (o que é uma boa prática, reduz os custos de participação; permite direcionar o Programa para o fornecedor/intermediário).
- » Assinalam-se áreas do Fundo Ambiental que poderão ser financiáveis via FEEI, sem constrangimentos. Sugere-se que no futuro o Fundo Ambiental possa funcionar como “viveiro” de projetos (experimentação, de pequena escala), que depois poderiam ganhar escala e disseminar-se através dos apoios FEEI.

Recolha documental: síntese de evidências recolhidas

- » O PROENERGIA - Sistema de incentivos à produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis, procura estimular a produção e o armazenamento de energia elétrica e calorífica, essencialmente destinada ao

autoconsumo, por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das IPSS. São suscetíveis de apoio projetos que envolvam: 1) Investimentos em sistemas de apoio à produção de energia elétrica (Recurso hídrico; Recurso solar; Recurso eólico); 2) Investimentos em sistemas de apoio ao armazenamento de energia elétrica; 3) Investimentos em sistemas de produção de energia calorífica (Recuperadores de calor; Salamandras); 4) Investimentos em sistemas de apoio à produção de águas quentes (Bomba de calor; Sistema solar térmico; Sistemas com recurso a biomassa). O incentivo reveste a forma de subsídio não reembolsável.

- » Alguns AAC, lançados através de fundos e instrumentos de apoio fora do P2020, são potencialmente conflitantes com áreas de apoio e públicos-alvo dos PO. Por exemplo, através do Fundo de Eficiência Energética (FEE), foi lançado o «Aviso 21 – Administração Pública Eficiente 2016», que previa a possibilidade de financiamento de candidaturas para a implementação de medidas que promovessem a eficiência energética e, consequentemente, a redução do consumo de energia do edificado da Administração Pública, contribuindo desta forma para a redução da despesa pública. Neste Aviso, foram apoiados investimentos que visassem a implementação de soluções de melhoria do desempenho energético (substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes) ou da implementação de dispositivos de controlo que permitissem otimizar as condições de uso e consumo de energia, que no seu conjunto apresentassem um período de retorno simples inferior a 8 anos. O financiamento atribuído, sob forma de subsídio não reembolsável, foi de 80% das despesas totais elegíveis, até ao limite máximo de €80.000.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (produção e distribuição de fontes de energia renováveis), a totalidade dos beneficiários não conhece outros instrumentos que financiem estas dimensões.
- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 84% dos beneficiários não conhece outros instrumentos que financiem esta dimensão tipológica. No entanto, 16% respondeu afirmativamente, destacando o Fundo de Eficiência Energética, o Fundo Ambiental, o IFRRU2020, os EEA GRANTS, a EDP, os Contratos ESCO, o URBACT, entre outros. Em geral, os beneficiários optaram por apresentar candidatura aos FEEI (PT2020), por se apresentarem mais vantajosos, quer por serem mais abrangentes e integrados, quer em termos financeiros (maior dotação orçamental e uma maior taxa de comparticipação), quer por serem menos impactantes em termos práticos (menor componente burocrática associada e maior facilidade na operacionalização e rapidez na implementação do projeto). Contudo, respostas de natureza distinta foram também assinaladas, nomeadamente não ser permitida a simultaneidade de candidaturas ou a ausência de enquadramento para dimensões relevantes. Apenas 15% dos beneficiários optaram por candidatar a outros instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4, nomeadamente, ao Fundo de Eficiência Energética (Aviso 21 – Administração Pública Eficiente), por exemplo, uma biblioteca municipal, um pavilhão municipal e sistemas de iluminação. As razões que o motivaram prenderam-se essencialmente com o facto de nesse momento de decisão não existirem concursos abertos no âmbito do POSEUR e/ou PO regionais ou pela dotação financeira prevista pelo POSEUR e/ou PO regionais não o permitir. Em termos regionais importa salientar que as Regiões de Lisboa e do Algarve apresentam uma proporção de beneficiários particularmente superior às demais regiões, no que respeita ao conhecimento de outros instrumentos que financiam esta tipologia (24% e 29% respetivamente). Não obstante, na Região do Algarve os beneficiários optaram por não candidatar a esses instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4 (o que também se verificou no Alentejo e na RAA).
- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 79% dos beneficiários não conhece outros instrumentos que financiem esta dimensão tipológica (na RAM nenhum beneficiário afirmou ter conhecimento de outros instrumentos). Os outros instrumentos identificados são o Fundo de Eficiência Energética, o Fundo Ambiental, o IFRRU2020 e os que constavam do Portal da Habitação. Os beneficiários optaram por apresentar candidatura aos FEEI (PT2020), dadas as maiores vantagens associadas, nomeadamente em termos financeiros (processo de reembolso associado, maiores dotações e existência de um plano de investimento) e pela maior celeridade processual associada. Identificaram-se ainda respostas de natureza distinta, como a maximização das hipóteses de financiamento no âmbito dos PEDU (PAICD). Apenas 17% dos beneficiários optaram por candidatar a outros instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4, situação apenas verificada na Região Norte e que consistiu na reabilitação parcial do Bairro do Sobreiro, na Maia (alguns blocos), e na reabilitação de um outro bairro com vista ao arrendamento.
- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), apenas um beneficiário (Região Norte) afirmou conhecer outros instrumentos que financiam esta dimensão. O instrumento de financiamento em causa é o

Fundo Ambiental, no entanto, o beneficiário optou por apresentar candidatura aos FEEI (PT2020) pela maior dotação orçamental associada.

- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), apenas 18% dos beneficiários afirmaram conhecer outros instrumentos que financiam esta dimensão tipológica. Os instrumentos indicados pelos beneficiários foram o Fundo Ambiental, o FEE (Aviso 21 – Administração Pública Eficiente 2016), que previa a possibilidade de financiamento de candidaturas para a implementação de medidas que promovessem a eficiência energética), o H2020, o INTERREG e o URBACT. Entre as razões que levaram os beneficiários a optar por apresentar Candidatura aos FEEI (PT2020) em detrimento destes instrumentos encontram-se as vantagens financeiras associadas (maior volume financeiro e apoio não reembolsável), a menor burocracia processual e pelo enquadramento em diferentes instrumentos desenvolvidos no âmbito do PT2020 (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS)). Apenas 13% dos beneficiários optaram por candidatar a outros instrumentos ações que poderiam ser financiadas pelo OT4, designadamente ao FEE (Aviso 21), pela complementaridade das operações ou face às especificidades das intervenções (não enquadráveis nos AAC dos FEEI). Apenas na RAA, não se processaram candidaturas a outros instrumentos pelos beneficiários inquiridos.

Risco	At_Rea_RG_2 - Alterações do contexto (institucional, regulamentar, económico e/ou social), com reflexos na mobilização e na execução dos projetos aprovados
-------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » O Acordo de Parceria e a programação dos PO regionais e do POSEUR, foi efetuada num contexto particularmente adverso para Portugal. O país, entre 2011 e 2014, esteve sob resgate financeiro, tendo o Plano de Ajustamento Económico e Financeiro assumido como objetivo a correção dos desequilíbrios orçamentais e externos da economia portuguesa. Acresce que a implementação do Programa de Ajustamento, gerou uma situação económica e social com reflexos negativos nas condições de vida, no rendimento da população portuguesa e na capacidade de investimento e endividamento dos potenciais beneficiários do OT4. Este contexto, acabou para marcar os primeiros anos de execução, condicionado o interesse e a mobilização de diversos públicos-alvo (procura) ou gerando importantes condicionalismos na disponibilidade financeira e de endividamento dos atores-chave.
- » Perante o atual contexto de recuperação económica e dinamização social, é possível acelerar os investimentos e, conseqüentemente, a execução das PI e OE associados ao OT4.

Recolha documental: síntese de evidências recolhidas

- » A economia portuguesa tem evoluído de forma muito positiva, registando nos últimos anos crescimentos do PIB muito significativos (em 2017 atingiu a taxa de crescimento mais elevada desde o ano 2000 - 2,7%). Após a acentuada crise económico-financeira, este período de crescimento concorre para a melhoria das condições de investimento, para o aumento dos rendimentos e da empregabilidade, gerando alterações contextuais relevantes na dimensão económica e social.
- » A dinâmica de crescimento, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, tem sido resultado quer da dinamização da procura interna (crescimento do consumo, sobretudo, privado), quer do fomento do investimento (crescimento de 8,4% em 2018, o maior verificado desde 1998). Este progresso macroeconómico tem sido acompanhado por uma evolução positiva das finanças públicas (o défice das Administrações Públicas era de 2% do PIB, em 2016). Este quadro geral, marcado por alterações contextuais relevantes (económicas e sociais), pode e deve contribuir para estimular a procura e promover uma aceleração da execução dos projetos.
- » O progressivo envelhecimento da população portuguesa e a necessidade de encontrar respostas cada vez mais qualificadas e diversificadas para as suas necessidades e para os problemas de exclusão social, conferem às IPSS um papel determinante na sociedade, sendo fundamentais todos os apoios que possam ser canalizados para a sua qualificação e sustentabilidade. Em parte, a qualidade das respostas e serviços prestados por estas entidades é resultado da qualidade e do desempenho dos equipamentos. Em termos energéticos, o desempenho do setor particular de solidariedade social (dos seus estabelecimentos), está diretamente relacionado com a qualidade de construção, o nível de isolamento e o tipo e uso dos equipamentos e sistemas elétricos (iluminação, aquecimento). Genericamente dotados de insuficientes condições de conforto térmico (instalações e equipamentos energeticamente pouco eficientes), geram consumos energéticos muito elevados,

que podem evoluir, por vezes, para situações problemáticas de sustentabilidade das próprias instituições. Neste quadro, a intervenção energética no edificado/equipamentos das IPSS é fundamental para um melhor desempenho e redução de custos financeiros e ambientais, garantindo também um ambiente saudável e confortável das respostas sociais prestadas aos cidadãos que se encontram em situação vulnerável (razão pela qual recorrem às instalações das IPSS). Assim, de modo a garantir a mobilização destas entidades (procura) era fundamental melhorar as condições de acesso e as formas de financiamento (conferindo-lhe enquadramento na PI 4.3 e não na PI 4.2), conforme veio a ocorrer no processo de reprogramação.

- » Foi inicialmente equacionada a utilização de um instrumento financeiro específico para a Energia (IFE) que abrangia a promoção da eficiência energética nas empresas, na habitação particular e na Administração Central e Local (através das Empresas de Serviços Energéticos). Considerando o exercício de Avaliação *ex ante* realizado, as falhas de mercado identificadas e a programação financeira dos PO, na construção do IF assumia particular relevância a dotação prevista para a habitação particular. Contudo, em 2018, a implementação do IF com estas características ficou condicionada pela decisão de enquadramento do apoio a esta política pública, através do recurso ao Banco Europeu de Investimentos (BEI), visando o financiamento dos investimentos de eficiência energética na habitação particular. A iniciativa “Casa Eficiente 2020”, que configura um IF (apoio do BEI e da banca comercial; financiamento total previsto de 200 M€), tem como objetivo conceder empréstimos em condições favoráveis a intervenções destinadas a promover a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, respondendo à falha de mercado identificada e potencial procura. Neste quadro, com este novo enquadramento, a procura potencial para o Objetivo Específico “Eficiência Energética na habitação particular”, deixou de fazer sentido no âmbito de um IF para a Energia (circunscrevendo-se a apoios via IFFRU2020).
- » Relativamente à promoção da eficiência energética pelas ESE (PI 4.3), verificou-se que não existe apetência (atual) das entidades da Administração Pública (Central/ Local) para a celebração de contratos de desempenho energético através do Modelo ESCO. Acresce que a opção pelas subvenções reembolsáveis, no quadro de condições definidas (período de carência de 2 anos, prazo máximo de reembolso até 35 anos e sem incidência de encargos financeiros), se assume como uma opção mais favorável para estas entidades do que o recurso às ESE (prazos de reembolso mais curtos e incidência de juros nos encargos financeiros). Neste quadro (inclusive num contexto em que passou também a estar previsto o apoio através de subvenções não reembolsáveis), retirou-se pertinência e justificação para a utilização do modelo ESCO.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Os beneficiários da tipologia A (produção e distribuição de fontes de energia renováveis), consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado pela situação económica do país. A alteração do ambiente macroeconómico, nos últimos anos, concorre para uma maior capacidade de mobilização dos promotores e de execução das operações.
- » Os beneficiários da tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), nos aspetos avaliados como condicionadores destacam-se a situação económica do país (42%, dos beneficiários apontam esta condicionante) e a capacidade económica e financeira interna/própria (49%). Diferindo desta análise global podem sinalizar-se os casos da Região do Algarve (57% dos beneficiários a considerar que a situação económica do país “potenciou” as suas operações) e a RAM, onde relativamente à capacidade económica e financeira interna/própria a totalidade dos beneficiários considera este aspeto como potenciador do arranque e/ou desenvolvimento das suas operações.
- » Para os beneficiários da tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), nos aspetos que condicionaram destaca-se a situação económica do país (45% dos beneficiários considera que “condicionou”), embora na Região de Lisboa prevaleça uma opinião distinta (50% dos beneficiários considera que “potenciou” e apenas 25% afirmou que “condicionou”). A capacidade económica e financeira interna/própria afirma-se também como um aspeto condicionador (46%). Neste aspeto emerge, uma vez mais, uma opinião distinta na Região de Lisboa, com 75% dos beneficiários a indicarem que “potenciou”.
- » Na perspetiva dos beneficiários da tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi, primordialmente, condicionado pela situação económica do país, pela capacidade económica e financeira interna/própria. A alteração do ambiente macroeconómico, nos últimos anos, concorre para uma maior capacidade de mobilização dos promotores e de execução das operações.
- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), os beneficiários são unânimes em considerarem que os aspetos económicos condicionaram o arranque e/ou o desenvolvimento das operações aprovadas, designadamente, a

situação económica do país (48%) e a capacidade económica e financeira interna/própria (49%). A principal condicionante do arranque da(s) operação(ões) aprovada(s), a capacidade económica e financeira interna/própria, foi particularmente relevante nas Regiões Autónomas (67% na RAM e 63% na RAA) e, em menor proporção, nas Regiões Norte e de Lisboa (nas quais 56% e 53% dos beneficiários referiram que “condicionou” ou “condicionou fortemente”). A alteração do ambiente macroeconómico, nos últimos anos, concorre para uma maior capacidade de mobilização dos promotores e de execução das operações.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » No âmbito dos estudos de caso desenvolvidos, foram sinalizados diversos problemas ou constrangimentos no decurso da implementação das operações e fatores que, pelo contrário, contribuíram de forma positiva para a sua execução, apontando-se algumas alterações de contexto ocorridas.
- » Como constrangimentos impactantes aponta-se sobretudo a dificuldade em estabilizar os requisitos elegíveis (pe. ao longo do processo de candidatura de uma operação, existiram seis atualizações do Anexo 5, devendo assegurar-se, no futuro, a sua estabilização atempada e um menor grau de especificidade).
- » Foram apontadas algumas limitações na tipologia EE na Administração Central (educação), que merecem reflexão futura, nomeadamente a ocorrência de alterações estratégicas institucionais geradoras de constrangimentos nas medidas implementadas.

Risco

At_Rea_RG_3 - Alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » O Acordo de Parceria e a arquitetura dos PO que estruturam o PT2020 foram desenhados para estar alinhados com as políticas comunitárias, nomeadamente com a Estratégia Europa 2020. Não havendo alterações nos compromissos e metas internacionais assumidas pelo Estado português nessa Estratégia, o Plano Nacional de Reformas (2018) continuou a garantir e fomentar o alinhamento do PT2020 com a Estratégia Europa 2020.
- » A constituição de um novo Governo, após o ato eleitoral de 2015, e a tomada de posse de novos atores locais (após as eleições autárquicas de 2017) não gerando alterações significativas nos referenciais estratégicos (as prioridades governamentais e municipais, não se alteraram de forma expressiva), resultaram em perspetivas políticas distintas e na priorização de determinadas dimensões ou reforço da sua importância no quadro do PT2020.
- » No processo de reprogramação, reforçou-se, por exemplo, a dimensão da mobilidade urbana sustentável. As alterações promovidas no POSEUR para promover esta dimensão, procurando prosseguir um maior alinhamento com o desenho desta política pública setorial (mobilidade urbana), levou à criação de novas elegibilidades, nomeadamente no apoio às grandes infraestruturas de mobilidade sustentável.
- » Deve assinalar-se que embora desenvolvidos posteriormente, genericamente, os Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) regionais/sub-regionais estavam alinhados com a arquitetura programática dos PO, nomeadamente quanto aos objetivos e prioridades estratégicas a prosseguir (permitindo enquadrar as ações previstas nas elegibilidades constantes nos FEEL). Contudo, a ausência de abordagens analíticas e propositivas para algumas dimensões estruturantes da mobilidade urbana, nas grandes metrópoles nacionais (rede de metro), geraram a necessidade de rever esses instrumentos (PAMUS), de modo a criar um referencial enquadrador e justificativo da necessidade de avançar com estes investimentos de grande dimensão (associados à expansão das redes de metro de Lisboa e Porto), definidos pelo novo Governo em funções.

Risco

At_Rea_RG_4 - Insuficiente nível de capacitação dos promotores para estruturar adequadamente candidaturas para tipologias de projetos em novas áreas de intervenção onde conhecimentos técnicos específicos têm de ser mobilizados

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Na operacionalização de novas áreas de intervenção dos apoios, importa aferir se as entidades estão devidamente capacitadas para a instrução das candidaturas, no que concerne a recursos humanos

especializados que permitam responder de forma adequada e atempada às exigências associadas à preparação das candidaturas e, em particular, a grandes projetos, ou se, pelo contrário, recorrem a *outsourcing* para o efeito.

- » Da auscultação das AG dos PO resulta evidente a perceção de impreparação da generalidade dos promotores de projetos aprovados, em particular no que concerne a insuficiências na vertente de conhecimento técnico (na parte administrativa, em regra, estão bem preparados). Este facto constitui um constrangimento na estruturação de candidaturas. Nos apoios à eficiência energética, em particular, alguns promotores não estão capacitados tecnicamente para a instrução das candidaturas, pelo que têm recorrido a técnicos externos/peritos qualificados. A deteção de incongruências nos certificados energéticos gera pedidos de esclarecimento por parte da DGEG, o que pode levar ao envio dos certificados para validação técnica da ADENE, implicando atrasos significativos na aprovação das candidaturas ou até mesmo a não elegibilidades das mesmas.
- » Os testemunhos recolhidos junto das entidades promotoras auscultadas apontam, por seu turno, para experiências e necessidades diversas, mas, no seu conjunto, indiciam uma preparação crescente e cada vez mais sólida por parte das estruturas técnicas internas dos respondentes dos apoios.
- » Uma das entidades auscultadas aloca recursos próprios para preparar as candidaturas na íntegra, mobilizando e alocando para o efeito pessoal técnico e dirigente para dar resposta às solicitações decorrentes dos concursos. Depois de um período inicial, mais exigente, de familiarização com as exigências e requisitos próprios da instrução das candidaturas, a sua preparação decorre atualmente de forma regular. Embora reconhecendo que é um processo trabalhoso e exigente em termos de recursos, os requisitos exigidos para a submissão das candidaturas parecem ser adequados e necessários, estando a entidade totalmente capacitada do ponto de vista técnico para preparar a candidatura internamente.
- » Foi também recolhido o testemunho de outra entidade, que pela primeira vez submeteu uma candidatura ao POSEUR. Tendo em conta a complexidade formal que um grande projeto acarreta, recorreram para o efeito a *outsourcing* para a construção do modelo financeiro, enquanto a equipa interna se ajustava às exigências de eficiência no processo e os serviços jurídicos eram mobilizados. A capacitação das estruturas internas tem, assim, evoluído favoravelmente em resultado do crescente envolvimento nos processos de tramitação associados à aprovação de grandes projetos, para o que a disponibilidade e apoio da AG do POSEUR se tem revelado fundamental.
- » Do processo de auscultação resultou também o testemunho de uma terceira entidade que tem vindo a beneficiar do apoio do JASPERS (*Joint Assistance to Support Projects in European Regions*) num outro projeto. Neste contexto, de proximidade institucional com o Banco Europeu de Investimento (BEI) tem resultado um grande conhecimento dos princípios que a Comissão Europeia valoriza nas candidaturas e nos projetos. Tal garante maior robustez à candidatura, graças à visão estratégica e objetividade que a colaboração com o JASPERS acaba por proporcionar. Esta entidade esteve por detrás do desenvolvimento de vários modelos de candidaturas de programas relacionados com as alterações climáticas, o que também se reflete numa análise de custo-benefício mais rigorosa e orientada para os parâmetros dos concursos. Foram, assim, assinalados os benefícios da experiência e *know how* do JASPERS, estando a entidade capacitada para desenvolver os estudos prévios e de preparação necessários às candidaturas aos FEEI.
- » A este propósito, da auscultação de entidades resultou a sugestão de, tendo em vista a simplificação e agilização do processo de instrução de grandes projetos, poderia ser ponderado um processo de candidatura faseado, à semelhança do que sucede com os projetos de interesse comum europeus. Nestes, há uma fase de pré-qualificação, em que os Estados-membros são convidados a apresentar projetos, que são avaliados sob determinados critérios (efeitos transfronteiriços, emissões de carbono, etc.), sendo seguidamente efetuada a seriação de projetos. Caso o projeto seja pré-qualificado, pode-se submeter a candidatura em duas fases: i) apoio a estudos (candidatura simplificada); e ii) apoio financeiro para obras (mais formal e mais complexa).

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), quando questionados se tinham existido casos em que não tinham conseguido concretizar operações e as razões subjacentes, 50% dos respondentes (em número de 2) afirmaram que não concretizaram a operação por limitações financeiras, pelo que não conseguiriam assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s) e 50% dos respondentes por outras razões, designadamente, processos em tribunal.

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 56% (5) afirmaram que não concretizaram a operação por limitações financeiras, pelo que não conseguiriam assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s) e 44% por outra razão.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 50% (em número de 5) afirmou que não concretizaram a operação por limitações financeiras, pelo que não conseguiriam assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s), 10% por limitações de conhecimento técnico e não investiriam na preparação de investimentos nesta dimensão, sem um retorno financeiro significativo (importante redução do custo de investimento) e 40% dos respondentes por outra razão.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 100% (8) afirmaram que não concretizaram a operação por limitações financeiras, pelo que não conseguiriam assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s).
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 100% (8) afirmaram que não concretizaram a operação por limitações financeiras, pelo que não conseguiriam assegurar os montantes necessários ao(s) investimento(s).

Quadro 49. Evidências da TdM: das Realizações para os Resultados – pressupostos

Risco	Real_Res_PG_1 - Operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » A reprogramação de 2018 permitiu proceder à revisão da dotação financeira e dos indicadores de realização e de resultado dos vários PO financiadores, ajustando-os às novas expectativas das AG, tendo em conta os problemas registados no arranque das várias tipologias e os valores contratados até à data. A reprogramação contribuiu, por esta via, para uma maior segurança quanto à fiabilidade e credibilidade das metas a alcançar. » As evidências recolhidas junto das AG indicam alguma confiança relativamente à possibilidade de alcance das metas previstas, inclusive pelo trabalho prévio de preparação e definição das mesmas (não são valores aleatórios, mas antes apurados de forma sólida e fundamentada). No caso específico da eficiência energética, tendo em conta que, na génese do processo de candidatura, residiu um trabalho de levantamento de informação por entidades externas ao promotor, através da realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas, a expectativa de alcance das metas e objetivos contratualizados surge reforçada. » As AG assinalam também, porém, que a grande maioria das operações se encontram ainda em fase de implementação, pelo que resulta prematuro afirmar se os resultados contratualizados se afiguram, ou não, alcançáveis. Referem, em particular, o caso dos indicadores de resultado, que estão sujeitos a uma validação externa no contexto da avaliação <i>ex post</i>, pelo que os dados reportados até à data não podem ser assumidos como validados. Importa ainda assinalar o caso de indicadores cuja metodologia/fórmula de cálculo não está ainda estabilizada e que obedecerá a diretrizes nacionais, como seja a emissão de CO₂ nas operações relativas a mobilidade sustentável, relativamente aos quais será inviável, nesta fase, proceder a qualquer estimativa quanto aos resultados a alcançar. » De entre os fatores que têm dificultado ou poderão comprometer os ritmos de execução das operações de forma mais significativa, foram salientados: i. no caso das entidades públicas, a morosidade e complexidade associada a alguns procedimentos de contratação pública e, em particular, a possibilidade de ocorrência de situações de litigância (impugnação de concursos com efeitos suspensivos), que constitui a maior ameaça para a execução dos projetos; ii. também no caso das entidades públicas, as questões relacionadas com a cabimentação orçamental/cativações, pelo impacto que as operações poderiam gerar ao nível da dívida pública, bem como as dificuldades técnicas a nível interno; iii. no caso das intervenções em infraestruturas, as dificuldades internas de várias empresas nacionais que se candidatam aos concursos, resultado da perda de quadros qualificados para o estrangeiro, que se reflete numa menor qualidade dos projetos e constante necessidade de reajustes aos cronogramas das obras; iv. os <i>timings</i> que medeiam entre a encomenda feita pelo promotor e a entrega dos materiais/equipamentos pelo fornecedor, bem como eventuais imprevistos que possam surgir no decorrer das obras (incluindo a oposição de comunidades afetadas pelos projetos); v. nos projetos no setor dos transportes, a eventual intervenção do Tribunal de Contas, a possibilidade de serem detetados achados arqueológicos nos locais a intervir ou a ocorrência de dificuldades com os processos de expropriações (estes riscos estão previstos na análise de risco feita no âmbito dos projetos); vi. o ritmo de lançamento dos AAC e as respetivas condições de elegibilidade, em particular, a não consideração de 	

especificidades regionais, que conduz, no limite, à ausência de diferenciação regional no que concerne a metas a atingir (e.g. 20% de redução de emissões de carbono para todas as regiões); vii. o significativo hiato temporal entre as fases de submissão e aprovação das candidaturas; viii. a diminuição das estruturas técnicas dos PO, cujo ritmo de renovação não tem sido célere, a par da consequente necessidade de formação e capacitação dos novos técnicos, poderá impactar no ritmo de aprovação e no acompanhamento regular das operações.

- » A taxa de quebra ao nível financeiro (entre 15% e 25%, consoante as tipologias) impactará também certamente na realização física. Concretizando-se a parte financeira, os indicadores físicos serão certamente alcançados. A este propósito, serão esperadas quebras de execução significativas, em projetos de média/grande dimensão e sucesso em projetos de menor dimensão (POR). Os resultados exigidos ao POSEUR levou a que este privilegiasse projetos de maior dimensão. A eventual existência de problemas com a concretização das operações, sobretudo nos grandes projetos, poderá requerer a ponderação de alternativas para que as verbas definidas no contexto da reprogramação possam ser aplicadas. A dimensão processual é complexa e morosa e pode colocar em causa o cumprimento dos objetivos e das metas até 31 de dezembro de 2023.
- » Neste sentido, a AG do POSEUR irá verificar, no 1.º semestre de 2020, as condições de execução dos projetos com as entidades beneficiárias e, caso sejam observados atrasos significativos e irrecuperáveis ao longo do ano de 2020, que venham a comprometer o alcance dos objetivos e das metas, procurar-se-ão alternativas para a alocação das verbas remanescentes. Uma das áreas com maior procura é a eficiência energética nos transportes públicos, mas as orientações comunitárias impõem um limite ao financiamento a aplicar pelo PO nesta área. Importa, nesta fase, incluir compromissos e penalizações nos contratos, de modo a acompanhar e monitorizar devidamente os projetos. Caso os projetos não sejam executados no contexto do PT2020, há que ponderar uma fase de transição para o próximo período de programação.
- » Foi, por último, assinalado por algumas entidades a desejabilidade de se promover um mecanismo e um nível de envolvimento das AG com os promotores que garanta o cumprimento dos objetivos ao longo do tempo, e não apenas nos momentos de arranque e de conclusão das intervenções.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), os beneficiários consideram que o arranque da(s) operação(ões) aprovada(s) foi primordialmente condicionado pelos prazos de decisão das candidaturas (56%), pelos prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento (56%) e pelos prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação), opinião revelada por 56% dos beneficiários (44% afirmou que condicionou e 11% que condicionou fortemente). A capacidade económica e financeira própria/interna foi indicada por 33% dos beneficiários. A avaliação mais favorável realizada pelos beneficiários de aspetos que potenciaram o arranque e/ou o desenvolvimento das operações (“potenciou” e “potenciou fortemente”) verificou-se quanto ao acesso a financiamento externo, opinião demonstrada por 67% dos beneficiários (44% e 23% dos respondentes, respetivamente).
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 36% dos beneficiários consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente potenciado pela capacidade de mobilização de parceiros, pela legislação/regulamentação aplicável (36% dos beneficiários), pelos prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento (42%), pelos prazos de abertura de concursos (46% dos beneficiários) e pelo acesso a financiamento (alheio), assinalado por 29% dos beneficiários, ainda que 29% tenha indicado que o mesmo condicionou esse acesso. Outros fatores foram apontados antes como tendo condicionado, nomeadamente, a capacidade económica e financeira interna/própria (40% dos beneficiários) e a disponibilidade de recursos humanos qualificados (44% dos beneficiários).
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 46% dos beneficiários consideram que o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente potenciado pelos prazos de abertura de concursos e pelos prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento (41% respetivamente), pela disponibilidade de recursos humanos qualificados (38% dos beneficiários), pelo acesso a financiamento alheio (38%), pela legislação/regulamentação aplicável (32%) e pela capacidade de mobilização de parceiros (2%). Relativamente à capacidade económica e financeira interna/própria, 46% dos beneficiários considera que este aspeto condicionou o arranque e/ou o desenvolvimento das operações.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), o arranque e/ou o desenvolvimento das operações foi primordialmente condicionado na perspetiva dos respondentes pela capacidade económica e

financeira interna/própria, pelos prazos de abertura de concursos (50%, sendo que 47% dos beneficiários a indicar que condicionou e 3% que condicionou fortemente) e pela legislação/regulamentação aplicável (53% dos beneficiários a indicar que condicionou e 9% que condicionou fortemente). Concomitantemente, os beneficiários consideram que alguns aspetos potenciaram ou potenciaram fortemente o arranque da(s) operação(ões) aprovada(s), nomeadamente, a capacidade de mobilização de parceiros (47% dos beneficiários) e os prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação) (41%).

- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), os beneficiários são unânimes em considerar que os aspetos económicos condicionaram o arranque e/ou o desenvolvimento das operações aprovadas, designadamente, a capacidade económica e financeira interna/própria (49%, sendo que 35% considera que condicionou e 15% que condicionou fortemente). Há, no entanto, uma prevalência dos aspetos classificados como potenciadores, é o caso do acesso a financiamento alheio (37% dos beneficiários), da qualidade dos equipamentos disponíveis (45%), da disponibilidade de recursos humanos qualificados (57%), dos prazos de pagamento das participações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento (54%), dos prazos de contratualização (entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação) (51%) e da elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadramentos de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS) (56%). Na presente tipologia de operação foi ainda apontado outro aspeto, o “montante máximo de investimento por território”, com uma única resposta negativa.
- » A principal condicionante do arranque da(s) operação(ões) aprovada(s), a capacidade económica e financeira interna/própria, foi particularmente relevante nas Regiões Autónomas (67% na RAM e 63% na RAA), no Norte e em Lisboa, nas quais 56% e 53% dos beneficiários referiram que condicionou ou condicionou fortemente.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » As perspetivas de alcance dos objetivos e metas contratualizados no âmbito dos estudos de casos afiguram-se bastante favoráveis, quer na vertente financeira, quer na vertente física: a grande maioria dos promotores auscultados manifestam confiança na capacidade de execução dos projetos de acordo com o previsto, verificando-se apenas nalguns casos um desfasamento temporal, com a necessidade de recalendarização das operações.
- » Pontualmente, nalgumas tipologias de intervenção foi referenciada a probabilidade de não se atingirem as metas definidas para indicadores específicos (e.g. redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social, em linha com o especificado na correspondente ficha de estudo de caso). Ao invés, foram também assinaladas situações pontuais em que as metas contratualizadas deverão ser superadas (e.g. Rede Mobi.E).
- » De entre os principais problemas ou constrangimentos com que se têm confrontado no decurso da implementação da operação, destacam-se: i. o desconhecimento e in experiência de algumas entidades no que concerne ao recurso e aplicação de financiamentos FEEI (nos casos em que foi a primeira vez que recorreram a este financiamento); ii. a burocracia e os trâmites processuais administrativos associados ao processo, que são complexos e lentos, com impacto direto nos prazos de execução; iii. os procedimentos concursais, que envolvem normalmente recursos significativos, bem como a ocorrência de situações de concursos vazios; iv. no caso do IFRRU2020, a impossibilidade de fazer a contratação de serviços de forma isolada (não sob a forma de empreitada), o faseamento na distribuição das verbas (só se avança com 10% para o início da obra e, para se libertarem novas tranches, são necessárias vistorias) e o valor limitado do adiantamento; foi ainda referida incapacidade de esclarecimento por parte da entidade bancária das dúvidas que se levantaram ao longo do processo de análise e avaliação da candidatura, bem como o valor elevado das comissões e demais gastos associados.
- » Como forma de superação destes constrangimentos, foi sugerido: i. agilizar os procedimentos financiados pelos PO junto do Tribunal de Contas, de modo a não criar atrasos que coloquem em causa a aplicação dos financiamentos e que, em última instância, possa fazer com que as verbas tenham que ser devolvidas; ii. não criar processos disruptivos em termos de procedimentos e rotinas na transição entre períodos de financiamento comunitário; iii. reforçar a formação e capacitação das entidades bancárias no respeitante às condições de operacionalização dos IF.

Pressuposto	Real_Res_PG_2 - As diferentes formas de apoio permitem a otimização de recursos
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Uma primeira leitura da adequação da alocação dos recursos financeiros pelas diferentes formas de apoio, tendo em consideração os objetivos e as metas a prosseguir com o OT4, permite verificar que, globalmente, o OT4 apresentou uma dotação financeira inicial desajustada, superior às necessidades, considerando as condicionantes definidas, o que aconteceu por imposição da CE. Com a programação, foram primeiro definidas as alocações financeiras e só posteriormente as condicionantes. Esta situação traduziu-se, na finalização dos trabalhos de programação global, num desajuste para a procura potencial, não pela orçamentação excessiva face ao potencial interesse por parte dos promotores de operações nos domínios apoiados no OT4 ou por ausência de instrumentos de política pública, mas pelas condicionantes impostas para a sua concretização.
- » Neste contexto de desajustamento, a alocação dos recursos financeiros definidos pelas diferentes formas de apoio não foi a adequada, como se veio a verificar posteriormente pela ausência de procura. Por um lado, considera-se, desde logo, que as formas de apoio apresentaram diversas fragilidades para otimizar os recursos financeiros disponíveis para concretizar as tipologias apoiadas no âmbito do OT4, em particular no que se refere aos IF e aos subsídios reembolsáveis, pouco atrativos para investimentos em eficiência energética. O que, deste modo, releva o sobredimensionamento financeiro apresentado nestas formas de apoio.
- » Uma segunda leitura permite observar algumas especificidades temáticas e/ou territoriais que devem ser salientadas. No setor dos transportes e da mobilidade, verificou-se uma alocação mais adequada e eficaz – considerando a sua forma de apoio e a potencial procura –, designadamente em relação aos transportes públicos e à promoção da mobilidade elétrica. No entanto, assinala-se que estas dimensões da PI 4.5 tiveram um âmbito territorial limitado ao continente e RAA, não abrangendo a RAM. Para operações equivalentes, o POR Madeira não conseguiu ter o mesmo desempenho por inadequação das condicionantes face à realidade regional e aos instrumentos de planeamento existentes. A RAM dispunha do Plano Integrado Estratégico de Transportes da RAM (PIETRAM), que a COM considerava adequado para os transportes públicos, mas este plano foi desconsiderado pelas autoridades nacionais, que impuseram a elaboração de PAMUS, quando o âmbito regional do PIETRAM era mais adequado para as necessidades da região. Também em relação à promoção da mobilidade elétrica existiram obstáculos que impediram o aproveitamento de fundos para ampliar a rede de postos de carregamento.
- » Considera-se fundamental um novo exercício de reprogramação, que permita a revisão das formas de apoio e da alocação dos recursos financeiros pelas diferentes formas de apoio, sob pena de comprometer o quadro financeiro global definido para o OT4, com níveis de compromisso e de execução ainda reduzidos.
- » Numa segunda dimensão de análise, considera-se, de um modo geral, que as formas de financiamento preconizadas na programação não eram as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários potenciais.
- » No que se refere especificamente aos IF previstos, considera-se que as formas de financiamento preconizadas na programação são pouco adequadas para as empresas, atendendo à pequena dimensão da maioria dos promotores, entre outras particularidades. Com efeito, quando as formas de apoio (IF) se aproximam das disponibilizadas pelo mercado, não existe grande vantagem ou apetência dos promotores para recorrerem aos FEEI, tidos como mais exigentes e burocráticos do ponto de vista processual e administrativo (análise que pode ser igualmente observada no mercado dirigido para a habitação particular). Este contexto não foi considerado pela COM. Paralelamente, existe alguma dispersão das empresas pelos vários mecanismos de financiamento comunitário, sendo notória uma menor procura quando as linhas de financiamento estão muito direcionadas para uma dimensão específica, como é o caso da eficiência energética. Nestas situações, as empresas acabam por tentar aceder a este tipo de apoio, enquadrando projetos de outras tipologias nas orientações associadas à eficiência energética. Os IF são considerados igualmente desadequados para as empresas pela ação das instituições bancárias que os deviam promover. É notório um menor investimento por parte dos bancos que disponibilizam estes apoios na sua divulgação e dinamização, o que também condiciona o acesso por parte das empresas. Os operadores financeiros não dão o destaque suficiente a linhas específicas e a intervenção das agências bancárias acaba por não ser efetiva no que às empresas se refere. A reprogramação permitiu minorar alguns dos constrangimentos sinalizados, compatibilizando com os SI, mas continuam ainda a ser globalmente desadequadas.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), a totalidade dos beneficiários (9) considera a subvenção não reembolsável muito eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações nesta tipologia. Quanto às demais formas de apoio, avaliam os IF como eficazes (67%, sendo que 44% os considera eficazes e 23% muito eficazes) e os subsídios reembolsáveis como ineficazes (56%, sendo que 11% os considera nada eficazes e 45% pouco eficazes).
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 96% dos beneficiários considera a subvenção não reembolsável eficaz enquanto forma de apoio público no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações nesta tipologia, sendo que 78% o avalia como muito eficaz e 18% como eficaz. Quanto a subvenção reembolsável 57% considera-o eficaz (7% muito eficaz e 50% eficaz). Quanto aos IF, prevalece uma opinião desfavorável para 50% dos beneficiários (38% pouco eficaz e 12% nada eficaz). Não obstante este padrão dominante, em algumas regiões do país as avaliações negativas são particularmente expressivas no que se refere ao subsídio reembolsável, nomeadamente no Centro (54%) e Algarve (57%), que o classifica como ineficaz.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 95% dos beneficiários considera eficaz o subsídio não reembolsável, sendo que 66% considera-o muito eficaz e 29% como eficaz. A subvenção reembolsável é considerada ineficaz por 66% dos beneficiários (43% pouco eficaz e 16% nada eficaz). Os IF são ineficazes para 52% (43% pouco eficaz e 9% nada eficaz). Não obstante, a Região de Lisboa assume um comportamento diferenciador, com 50% dos beneficiários a considerarem-no eficaz.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 92% dos beneficiários considera eficaz a subvenção não reembolsável (85% muito eficaz e 6% eficaz). A subvenção reembolsável é considerada ineficaz por 44% (38% pouco eficaz e 6% nada eficaz). Os IF são considerados ineficazes por 53% (35% pouco eficaz e 18% nada eficaz). De notar que, na Região de Lisboa, a subvenção reembolsável apresenta uma avaliação positiva (60%, sendo que 40% muito eficazes e 20% eficazes).
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 98% dos beneficiários considera eficaz a subvenção não reembolsável (82% muito eficaz e 16% eficaz). A subvenção reembolsável é considerada ineficaz por 58% (10% pouco eficaz e 48% nada eficaz). Os IF são ineficazes para 55% dos beneficiários (46% pouco eficaz e 9% nada eficaz).

SI PT2020: síntese de evidências recolhidas

- » POSEUR – Produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Diminuição anual estimada das emissões de GEE: 32.430 ton CO₂ equivalente / 131 M€ (Subvenção não reembolsável): Montante médio de FEEI/ton CO₂ equivalente: 4.039,36€/ton CO₂ equivalente
- » PO Açores – Produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Diminuição anual estimada das emissões de GEE: 30.030 ton CO₂ equivalente / 30 M€ (Subvenção não reembolsável): Montante médio de FEEI/ton CO₂ equivalente: 999,00€/ton CO₂ equivalente
- » POSEUR – Eficiência energética na habitação particular - Diminuição anual estimada das emissões de GEE: 66.864 ton CO₂ equivalente / 40 M€ (Instrumento Financeiro): Montante médio de FEEI/ton CO₂ equivalente: 598,23€/ton CO₂ equivalente
- » POSEUR – Eficiência energética nos transportes públicos - Diminuição anual estimada das emissões de GEE: 25.000 ton CO₂ equivalente / 375 M€ (Subvenção não reembolsável): Montante médio de FEEI/ton CO₂ equivalente: 15.000€/ton CO₂ equivalente

Benchmarking: síntese de evidências recolhidas

- » England Operational Programme 2014 to 2020 - Produção e distribuição de fontes de energia renováveis - Diminuição anual estimada das emissões de GEE: 75.490 ton CO₂ equivalente / 273.730.058 € (Subvenção não reembolsável): Montante médio de FEEI/ton CO₂ equivalente: 3.626,04€/ton CO₂ equivalente

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os beneficiários de subvenção não reembolsável consideram que a forma de financiamento foi a mais adequada para concretizar a operação, ainda que uma comparticipação dos FEEI mais elevada, considerando os seus objetivos, fosse mais ajustada. Alguns beneficiários assinalam que, para além da forma, se a alocação dos recursos financeiros fosse mais reduzida (apoio percentual menor), não avançariam com a candidatura, por incapacidade financeira para garantir uma maior contrapartida.
- » Os beneficiários de subsídio reembolsável consideram que a forma de financiamento não foi a mais adequada para concretizar a operação, a qual deveria ser subsídio não reembolsável, especialmente considerando o importante contributo em matéria de eficiência energética que proporcionam.
- » Argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários observados: i. no âmbito dos indicadores da PI 4.1, as especificidades das duas operações analisadas, sobretudo associadas à “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta”, de elevada complexidade sem precedentes ao nível de operações apoiadas por fundos comunitários na RAM e dificilmente comparável com qualquer outro investimento no contexto nacional, já realizado ou a realizar no curto prazo; ii. no âmbito dos indicadores da PI 4.3 associados ao edificado (administração pública central e habitação social), referem-se dificuldades associadas aos cálculos dos indicadores de redução do consumo de energia, quer de realização, quer de resultado, o que resulta principalmente da ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo (o que levou à adoção de diferentes ferramentas ou práticas de estimativa, quer pelas estruturas internas das entidades – genericamente pouco experientes em matéria de eficiência energética – que apresentaram a candidatura, quer também, em alguns casos, dos consultores contratados para apoiar na preparação das candidaturas; iii. no âmbito do indicador da PI 4.3 associado à iluminação pública, foi referida a possibilidade do referencial de partida ser distinto, ou seja, as diferentes luminárias substituídas (ainda que maioritariamente de Vapor de Mercúrio ou Vapor de Sódio Alta Pressão) por luminárias mais eficientes de tecnologia LED geram naturalmente diferentes poupanças, maiores ou menores consoante as características das luminárias substituídas, podendo, por esse motivo, justificar – pelo menos parcialmente – as disparidades observadas nos custos unitários; iv. no âmbito do indicador de realização da PI 4.5 associado às operações na área da mobilidade sustentável, as vias apoiadas apresentam especificidades técnicas e realidades de execução relevantes, existindo naturalmente situações extremas ou atípicas, a que se associam, também, variações dos custos de obra relacionados com a evolução dos preços de mercado (tendência de aumento, nos últimos anos), considerando os diferentes momentos de lançamento do concurso ou mesmo o território onde os investimentos são realizados, dimensão que deve igualmente ser considerada; v. no que se refere ao respetivo indicador de resultado, para além dos argumentos apresentados, também a ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo resultou na utilização de formas diferenciadas de determinar o indicador; vi. no âmbito do indicador de realização da PI 4.5 associado às operações de diversificação energética, incluindo a promoção das fontes de energia renováveis, no setor dos transportes públicos coletivos de passageiros, os veículos de transporte público movidos a fontes de energia mais limpas apresentam igualmente características diferentes, destacando-se os vários tipos de energia mais limpa que utilizam (novos veículos), que resultam em diferenças na aquisição dos custos unitários, entre outras particularidades em matéria de equipamento que possam apresentar.

Pressuposto	Real_Res_PG_3 – O acompanhamento dos projetos potencia a respetiva execução
--------------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Das entrevistas conduzidas é possível concluir que, não obstante as iniciativas de acompanhamento desenvolvidas pelas entidades da gestão dos apoios, a vertente de acompanhamento dos projetos poderá – e deverá – ser um domínio de intervenção primordial nesta fase final de implementação dos financiamentos do PT2020. As entidades Intermunicipais, em particular, têm vindo a desempenhar adequadamente as competências que lhes foram atribuídas nesta matéria, nalguns casos recorrendo ao apoio de assessorias técnicas.
- » As iniciativas desenvolvidas até à data visam o reforço da vertente de acompanhamento preventivo, a par do acompanhamento de proximidade, com a monitorização da concretização das operações. A disponibilização de orientações técnicas de gestão, o acompanhamento na área da contratação pública, a prevenção de fraude e de conflitos de interesse que possam conduzir a correções financeiras, a articulação de intervenções entre PI de forma a garantir a sua interligação e a continuidade no futuro são exemplos de iniciativas desenvolvidas pela

generalidade das AG e/ou dos OI. Estes emitem alertas de execução e procedem a verificações no local, mas nem sempre o apoio no local é possível em face da limitação de recursos.

- » Não obstante as ações desenvolvidas, parece subsistir a necessidade de, por um lado, desenvolver o conhecimento técnico e promover a capacitação das AG sobre a temática e, por outro, reforçar o envolvimento da DGEG na gestão dos apoios, a qual é fundamental em todo o processo. Importa, assim, rever o apoio a prestar por esta Direção Geral no futuro, de modo a formalizar e tornar mais robusto o seu envolvimento na gestão dos FEEL.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 33% dos beneficiários assinalaram um grau de satisfação positivo com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, no que se refere ao acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto. Verificou-se que 56% dos beneficiários não implementaram qualquer mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões), face a apenas 33% de beneficiários que o fizeram. Entre aqueles que o fizeram, destacaram-se os mecanismos de acompanhamento interno e externo permanente, a implementação de uma contratação do tipo "chave-na-mão" com garantias de *performance* e desempenho e uma rigorosa fiscalização da construção e verificação das garantias e ainda a opção por mecanismos e uma equipa de controlo interna.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 56% dos beneficiários assinalaram um grau de satisfação positivo com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, no que se refere ao acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto. Verificou-se que 34% dos beneficiários não implementaram qualquer mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões), face a 28% de beneficiários que o fizeram (39% não sabem/não respondem). Entre aqueles que o fizeram, destacaram-se os mecanismos de criação de unidades de acompanhamento, monitorização e fiscalização, internas ou externas, tendo-se assinalado uma vasta diversidade de mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões), nas diversas regiões. Lisboa, Algarve e RAM destacam-se, no entanto, por deterem proporções superiores de respondentes a indicarem que implementaram mecanismos.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 59% dos beneficiários assinalaram um grau de satisfação positivo com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, no que se refere ao acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto. Verificou-se que 38% dos beneficiários não implementaram qualquer mecanismo de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões), face a 21% de beneficiários que o fizeram (41% não sabem/não respondem). Entre aqueles que o fizeram, destacaram-se as equipas de acompanhamento e de fiscalização.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 50% dos beneficiários assinalaram um grau de satisfação positivo com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, no que se refere ao acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto. De notar que 50% dos beneficiários implementaram mecanismos de acompanhamento para garantir a boa execução da(s) operação(ões), face a 17% de beneficiários que não o fizeram (33% não sabem/não respondem). Entre aqueles que o fizeram, destacaram-se como mecanismos de acompanhamento, a criação de entidades externas de acompanhamento e de implementação, foram elaborados instrumentos de avaliação e acompanhamento da execução financeira dos indicadores físicos de realização e criados indicadores.
- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 69% dos beneficiários assinalaram um grau de satisfação positivo com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador, no que se refere ao acompanhamento preventivo das operações, no sentido de auxiliar em eventuais dificuldades de execução do projeto.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os promotores das operações objeto de estudo de caso referem que as AG dos PO financiadores têm, em regra, procedido a um acompanhamento regular das operações, têm revelado compreensão para com a questão dos prazos e estão sempre disponíveis para os apoiar, dentro do papel de entidade financiadora.
- » Os promotores manifestam-se satisfeitos com a relação, interação e articulação institucional com as estruturas técnicas dos PO, mas reiteram o facto de a tramitação ser demasiado burocrática e complexa: o processo é

muito pesado em termos procedimentais e o volume de informação solicitada é elevado em várias fases. Foi pontualmente relatada, por alguns promotores, a dificuldade em contactar as estruturas técnicas dos PO, o facto de estas nem sempre conseguirem dar resposta ao solicitado ou de o prazo de resposta ser, por vezes, demasiado extenso, desta forma (de)limitando as possibilidades de se desenvolver um acompanhamento expedito e eficaz das operações.

Quadro 50. Evidências da TdM: dos Resultados para os Impactos – pressupostos

Pressuposto	Res_Imp_PG_1 - Verifica-se um efeito de adicionalidade dos apoios
Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Na tipologia A (produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários não teria desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário. Entre os que responderam afirmativamente, cerca de 22% dos beneficiários teria desenvolvido as operações, mas com alterações (maior faseamento/prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados), enquanto que 11% dos beneficiários executaria as operações sem alterações, mas recorrendo as outras fontes de financiamento. » Dos beneficiários da tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 77% não teria desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário, face aos 23% que responderam afirmativamente. Entre estes últimos, cerca de 501% dos beneficiários avançaria com a operação com alterações (maior faseamento/prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados) e 25% também avançaria para a sua execução com alterações (menor dimensão financeira). Dos beneficiários que responderam afirmativamente, mas sem alterações, 26% responderam que recorreriam apenas a financiamento próprio e 13% a outras fontes de financiamento. » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 75% dos beneficiários não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário (25% responderam afirmativamente). Entre os que responderam afirmativamente, mas que efetuariam alterações face ao candidatado, cerca de 64% indicaram um maior faseamento/prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados e 29% reduziriam a dimensão financeira do investimento. Entre os beneficiários que avançariam com a operação, sem alterações, cerca de 29% indicou o recurso a outras fontes de financiamento ou apenas a financiamento próprio. » Dos beneficiários da tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), 77% não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário, face aos 23% que responderam afirmativamente. Releve-se que a totalidade dos beneficiários da Região do Algarve e da RAM afirmaram que avançariam com as operações mesmo sem o apoio comunitário. Entre os que responderam afirmativamente, mas que teriam de efetuar alterações nas operações, cerca de 75% indicaram a necessidade de um maior faseamento/prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados. Entre os que avançariam e não teriam necessidade de efetuar alterações ao planeado, 25% indicou o recurso a outras fontes de financiamento ou apenas a financiamento próprio, para concretizar as operações. » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), 76% dos beneficiários não teriam desenvolvido as operações caso não tivessem obtido apoio financeiro comunitário (24% responderam afirmativamente). Destaque para as Regiões de Lisboa e do Algarve onde a maioria dos beneficiários respondeu afirmativamente (53% e 100%, respetivamente). Entre os que responderam afirmativamente, que avançariam com as operações 66% apontaram para a necessidade de efetuar alterações (maior faseamento/prazo mais alargado na realização dos investimentos planeados) e 20% para a necessidade de reduzir a dimensão financeira da operação. Dos beneficiários que avançariam mesmo sem apoio comunitário responderam afirmativamente (e sem modificar a operação), 15% indicaram que recorreriam a outras fontes de financiamento e 20% apenas a financiamento próprio. 	
Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » O recurso aos FEEL foi fundamental para a concretização das operações. Sem o financiamento comunitário, não teria sido possível proceder à maioria das operações no horizonte temporal proposto. Na ausência de financiamento comunitário, a maioria das operações concretizar-se-ia muito provavelmente mais tarde, mas não sendo possível precisar, na maioria dos casos, o momento em que esse processo se materializaria (a médio/longo prazo). Por exemplo, para muitos Municípios, se não fosse este enquadramento/financiamento 	

disponível, a construção de ciclovias não seria prioritária. Seriam concretizadas, mas teriam de ser efetuadas de forma faseada, com um maior espaçamento no tempo.

- » Foi a disponibilidade de financiamento comunitário, nos moldes propostos, que permitiu a concretização da maioria das operações. Genericamente, sem o financiamento, e face aos montantes em causa, caso não existissem estas possibilidades nunca se realizariam algumas das operações (pelo menos num horizonte temporal de curto prazo). Ou seja, sem o apoio dos FEEI, as entidades não teriam capacidade financeira para a concretização dos investimentos, pelo que se verificou um importante efeito de adicionalidade. Noutros casos, apesar das entidades possuírem capacidade financeira para a concretização destes investimentos, a prazo, os FEEI foram determinantes para acelerar a sua execução e a assunção desta prioridade nas políticas públicas locais, pelo que se verificou também um importante efeito de adicionalidade.
- » Independentemente do financiamento, existem outros aspetos que poderiam ter impedido a concretização das operações, relevando: i. necessidade de múltiplas competências para a preparação das candidaturas (em fundos comunitários; financeiras/burocracia - contratação pública - e em energia/eficiência energética), ii. titularidade dos contratos de eletricidade podem impedir candidaturas (pe. nas infraestruturas públicas); iii. os ganhos de poupança “apenas” são conseguidos em estabelecimento que nunca tenham sido intervencionados (a realidade de partida condiciona o nível de poupanças a atingir); iv. em muitos casos, na Administração Pública, as estruturas não estão preparadas, não possuem rotinas agilizadas para estes processos (níveis hierárquicos muito estanques, não permitem agilizar procedimentos/decisões); v. dificuldade em estabilizar e cumprir os requisitos elegíveis (ao longo do processo, existiram inúmeras atualizações de referenciais programáticos - Anexos), devendo assegurar-se, no futuro, a sua estabilização atempada e um menor grau de especificidade; vi. impossibilidade de avançar apenas com uma dimensão (produção ou eficiência energética), o que pode condicionar a disponibilidade e vontade de avançar (a exigência/obrigatoriedade não deve existir, mas deve ser garantida essa possibilidade).
- » Em diversos casos, sem o apoio dos FEEI – e considerando a ausência de financiamento nacional para a concretização de determinadas tipologias de investimento em larga escala –, não existe capacidade financeira para a concretização destes investimentos pelos beneficiários (sobretudo públicos – administração central) que são encarados como secundários, num contexto de prioridades associadas ao seu objeto e de recursos financeiros escassos.
- » Em alguns casos, o *payback* era muito significativo (quase duas dezenas de ano) e com o apoio comunitário reduziu-se para menos de metade, o que torna enquadráveis as operações na capacidade de investimento das entidades, ou seja, garante viabilidade económico-financeira às operações.
- » Foram vários os aspetos que facilitaram a concretização das operações, relevando: i. o apoio muito significativo das CCDD (total disponibilidade, prestação adequada e atempada de informação); ii. o apoio de outros atores (Municípios, Agências de Energia), dado muitos beneficiários não possuírem recursos especializados em candidaturas/eficiência energética.

Pressuposto	Res_Imp_PG_2 - Os resultados estão a repercutir-se de forma relevante em termos de impactos no consumo energético
-------------	--

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), quando questionados sobre os resultados que esperam alcançar no final da implementação, nomeadamente sobre o impacto estimado da operação na redução de consumo de energia primária, cerca de 65% dos beneficiários considera que será elevado.
- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), quando questionados sobre os resultados que esperam alcançar no final da implementação, nomeadamente sobre o impacto estimado na redução de consumo de energia primária, cerca de 39% dos beneficiários considera que será relativamente mediano.
- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), cerca de 44% dos beneficiários considera que serão elevados os resultados que esperam alcançar no final da implementação, nomeadamente ao nível do impacto estimado (redução de consumo de energia primária).

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Do EC do Mercado Municipal de Loulé, conclui-se que o impacto da operação no consumo de energia é significativo: poupança de 10 mil euros/ano (em 8 anos o investimento estará recuperado), devendo ser assegurada a total autossuficiência do equipamento. Releve-se a informação transmitida no FG, que existe uma maior sensibilidade, uma maior consciencialização para a poupança, não se manifestando comportamentos abusivos pelos ganhos/poupanças geradas pela operação (pe. mais eletrodomésticos, ...)
- » Do EC MOBI.E conclui-se que o impacto da operação no consumo de energia, tem sido bastante significativo. Desde 2010, registou-se uma poupança de 11.500 toneladas de CO₂ (das quais cerca de 8.500 só em 2018/2019). Quer o número de veículos, quer o consumo de energia da rede, têm vindo a duplicar todos os anos desde 2014.
- » No EC de EE na habitação social, apontam-se situações distintas. O impacto da operação no consumo de energia será nulo ou limitado, pois os moradores não utilizavam aquecimento devido ao custo elevado da energia e continuam a não utilizar (situações graves de pobreza energética). O caso do aquecimento das águas sanitárias é diferente, uma vez que o impacto na poupança tem sido real.
- » Nos EC relativos à EE na Administração Pública Central, EE nos Transportes Públicos e Mobilidade Sustentável, não foi possível recolher informações sobre os impactos. A ausência dos promotores nos workshops regionais impossibilitou a recolha das informações em falta, nessas sessões, conforme previsto em sede de Relatório Intermédio.

Pressuposto	Res_Imp_PG_3 - Os beneficiários estão mais sensibilizados e conseguem perceber os ganhos/resultados, gerando progressivamente mudanças comportamentais sustentáveis a prazo
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Para maioria dos entrevistados, a mudança comportamental acaba por ser induzida essencialmente pela ótica da diminuição do custo energético que, em alguns casos, é bastante significativo. Assim, a mudança comportamental, positiva e progressivamente mais ampliada, está principalmente associada à redução do custo.
- » Por outro lado, a mudança em curso está igualmente muito associada a um efeito de contágio. A divulgação e consequente maior conhecimento de maiores poupanças reais de energia em algumas operações concorre para que outros atores queiram desenvolver operações similares, replicando-as com o intuito de obter os mesmos ganhos.
- » Aparentemente, são sobretudo os beneficiários privados que manifestam maior sensibilidade para esta questão e que compreendem melhor esses ganhos (impacto direto nos custos operacionais). Contudo, também os municípios se encontram sensibilizados e têm noção que, da transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, advêm mais-valias, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista energético-ambiental, para os respetivos territórios – motivo pelo qual têm vindo a investir nestes domínios. Efetivamente tem-se assistido a um incremento da proatividade das autarquias locais (municípios e suas associações) na implementação de medidas/soluções que se enquadram e, consequentemente, concorrem para o cumprimento dos objetivos e metas associadas, por exemplo, ao Compromisso para o Crescimento Verde, à Missão: dinamizar a economia circular, ao Roteiro para a neutralidade carbónica e ao Plano Nacional Energia Clima (PNEC2030).
- » A existência de uma maior sensibilização na maioria dos beneficiários, que conseguem perceber os ganhos/resultados, e sua perceção (positiva) sobre o impacte real nas suas entidades, está a gerar mudanças comportamentais, que se afiguram sustentáveis a prazo.
- » Não foram apontadas situações de beneficiários-chave manifestamente pouco sensibilizados e mobilizados, para estas dimensões de política (e para a importância de assegurar uma redução do consumo energético). Contudo, foram apontadas situações no âmbito da Administração Central, que carecem de ser corrigidas/melhoradas, nomeadamente ao nível da sensibilização dos dirigentes superiores. A vontade dos gestores de energia por vezes bloqueia nos decisores superiores da AC (não se querem/não se podem comprometer). A prioridade pode não ser essa, mas é necessário que esteja nas prioridades. Estes decisores

podem não assumir as prioridades da EE, por questões de rotatividade ou outras, mas é necessário promover a sua sensibilidade para estas questões (podem também ocorrer nas autarquias, mas o compromisso é maior).

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Os beneficiários da tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), quanto à avaliação que efetuam ao grau de sensibilização relativamente à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético na atividade da entidade, conclui-se, de forma positiva, que estão a ser promovidas mudanças no comportamento da entidade de forma a potenciar a redução dos consumos. Assim, 90% dos beneficiários indicou que estão a desenvolver ações de sensibilização dos colaboradores e/ou dos utentes/utilizadores, sendo que 19% dos beneficiários apontaram para a promoção interna de medidas que premeiem estes comportamentos.
- » Os beneficiários da tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), quanto à avaliação que efetuam ao grau de sensibilização relativamente à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético na atividade da entidade, verificou-se que genericamente estão a ser promovidas mudanças no comportamento da entidade de forma a potenciar a redução dos consumos. Deste modo, 89% dos beneficiários indicaram que estão a desenvolver ações de sensibilização dos colaboradores e/ou dos utentes/utilizadores, ao passo que 14% dos beneficiários apontaram para a promoção de medidas que premeiem estes comportamentos.
- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), os beneficiários estão a desenvolver medidas para promover mudanças comportamentais, no que respeita à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético. A totalidade dos beneficiários inquiridos indicou que desenvolve ações de sensibilização para os colaboradores e/ou para os utilizadores.
- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), também se conclui por um elevado grau de sensibilização relativamente à necessidade de promover uma maior redução do consumo energético na atividade da entidade (registam-se mudanças no comportamento da entidade de forma a potenciar a redução dos consumos). Assim, 91% dos beneficiários indicaram que desenvolvem ações de sensibilização para os colaboradores e/ou para os utentes/utilizadores. Cerca de 12% dos beneficiários afirmaram que promovem medidas que premeiem estes comportamentos.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Apontam-se para mudanças comportamentais relevantes suscitadas pelas operações. Genericamente manifestam-se comportamentos positivos nos utilizadores das infraestruturas públicas intervencionadas, nomeadamente maiores preocupações com a redução do consumo, com o apagar das luzes. Dando o exemplo, observando na prática e percebendo os ganhos conseguem-se mudar comportamentos (não é suficiente apenas efetuar campanhas). Os utentes, utilizadores, sentem eles próprios o conforto térmico, a luminosidade, é fundamental para o sucesso e para garantir um impacto relevante. Por exemplo, muitos elementos da comunidade educativa no caso da intervenção no IPC (funcionários, alunos, professores, ...) passaram a comprar/installar também luminárias LED nas suas habitações, quando se aperceberam e tomaram conhecimento dos ganhos efetivos obtidos com a intervenção apoiada.
- » Pela sua relevância importa sinalizar as evidências recolhidas no âmbito do EC MOBI.E. Para credibilizar o sistema e promover a conversão para veículos elétricos, é necessário que todos os postos estejam em funcionamento. A existência de postos de carregamento que não funcionam tem descredibilizado o sistema e tem gerado inúmeras reclamações por parte dos municípios. Cerca de metade das avarias resultam da má utilização ou uso indevido por parte dos colaboradores, pelo que será necessário apostar mais na formação. Assim, atualmente, o processo de credibilização e sensibilização, para que as outras entidades identifiquem e reconheçam a importância das iniciativas a desenvolver associadas à expansão e atualização dos postos de carregamento elétrico, tem assumido um peso crescente na atividade da MOBI.E. Ao nível da estratégia de comunicação, deverão ser desenvolvidas ações de sensibilização e comunicação com maior escala, o que não foi possível e cujos resultados não teriam sido viáveis até à data, em face dos atrasos e perante os problemas que existiam (não teria sido eficaz fazer campanhas de sensibilização nas condições até aqui existentes). Importa passar a mensagem para um conjunto mais alargado de pessoas, procurando superar algum descontentamento geral que se tem feito sentir sobre a temática. Assim, estão previstas várias sessões/ações de informação e sensibilização da população no 1º semestre de 2020, informando sobre a disponibilidade da

infraestrutura e as vantagens da mobilidade elétrica. Estão também previstas iniciativas de informação para entidades públicas sobre o desenvolvimento de procedimentos, o processo e a facilitação de autorizações.

Pressuposto	Res_Imp_PG_4 - Foram concebidos e estão a ser operacionalizados os instrumentos/mecanismos de financiamento (incluindo incentivos financeiros, regulamentares)
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A maioria dos entrevistados afirma que existe um conjunto de instrumentos/mecanismos de financiamento que concorrem, complementam e apoiam os resultados da política pública energética financiada pelo OT4, sendo o FEE, o PPEC e o Fundo Ambiental disso exemplos. Contudo, apesar de concebidos, não estão a ser operacionalizados da forma mais eficaz. Ou seja, do ponto de vista conceptual, as coisas foram bem pensadas e estruturadas, mas não estão a ser concretizadas com a eficácia desejada.
- » Não existe um conhecimento dos atores sobre os incentivos fiscais e regulamentares que permita concluir que os objetivos subjacentes são ou não complementares, permitindo apoiar (ou não) dimensões a descoberto pelos FEEI. Contudo, no caso da Indústria, sinalizaram-se algumas situações.
- » No setor da indústria, o principal instrumento utilizado para promover a eficiência energética é o programa SGCIE, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2008 no âmbito da ENE. O programa apresenta um carácter vinculativo para instalações CIE, e um carácter voluntário para instalações que tenham consumos inferiores a 500 tep/ano e para instalações que participam no CELE. As instalações CIE são obrigadas ao registo no formulário da ADENE. Assim, têm a responsabilidade de realizar uma auditoria energética posteriormente, e consequentemente elaborar um plano de racionalização de energia (PREn). Após a entrega do PREn, o plano terá de ser aprovado pela ADENE, tornando-se em Acordo de racionalização dos consumos de energia (ARCE). Durante a vigência do ARCE, os operadores têm de submeter relatórios de execução e progresso (REP) bianuais, nos quais devem manter o registo atualizado dos objetivos alcançados, dos desvios em relação às metas definidas inicialmente, e respetivas justificações. Os PREn são compostos por medidas identificadas nas auditorias energéticas que as instalações se comprometem a implementar, apresentando a quantificação dos efeitos das medidas nos indicadores energéticos. Sendo os PREn baseados nas auditorias energéticas, estes devem incluir nos primeiros três anos a implementação de todas as medidas identificadas. Nestes planos são estabelecidas metas relativamente a indicadores energéticos, nomeadamente intensidade energética (IE), consumo específico de energia (CEE) e intensidade carbónica (IC).
- » No segundo semestre de 2018 foi lançada a Linha de crédito destinada a promover especificamente a eficiência energética na indústria e no setor do turismo, servindo de financiamento a investimentos relacionados com reutilização de energia entre as fases de produção e na gestão energética de equipamento.
- » Assinalam-se operações apoiadas pelo POSEUR, como o projeto “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta”, que, em articulação com a recente aprovação do Regulamento da Rede de Transporte e de Distribuição de Energia Elétrica (Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2019/M) e o Decreto-Lei n.º 162/2019, veio criar condições técnicas e administrativas para a promoção efetiva da produção descentralizada de energia elétrica a partir de fontes renováveis para autoconsumo e injeção na rede elétrica, contribuindo para reduzir o consumo de energia primária de origem fóssil e as emissões de CO₂. A conjugação de uma infraestrutura de armazenamento de energia de origem renovável e a alteração do quadro legislativo potenciam a geração de resultados além dos esperados.

Recolha documental: síntese de evidências recolhidas

- » O surgimento do Fundo de Eficiência Energética (FEE) está associado à necessidade de apoiar algumas ações do PNAEE – Plano Nacional de Apoio à Eficiência Energética, sendo que para tal são desenvolvidos e publicados AAC específicos por setor (<http://www.pnaee.pt/avisos-fee>). O PNAE foi lançado em 2008 e o FEE começou a ser operacionalizado em 2010. Note-se que a dotação financeira do fundo é relativamente reduzida, na ordem dos 15 milhões de €. Até ao momento, foram publicados 24 AAC, o que representa uma dotação de pouco mais de 600 mil €/aviso. Neste enquadramento, considera-se que a própria estrutura do FEE tem um papel essencialmente complementar face aos FEEI. Neste âmbito, são apoiadas todas as TO que se destinam a beneficiar os sectores do PNAEE, onde se inclui a administração central e local, a indústria, os serviços, transportes e também os privados (habitação). Os projetos a apoiar têm a seguinte tipologia: cariz

predominantemente tecnológico nas áreas dos transportes, residencial e serviços, indústria e sector público e cariz transversal em matéria de eficiência energética nas áreas dos comportamentos, fiscalidade e incentivos e financiamentos.

- » O Fundo de Apoio à Inovação (FAI) foi criado e instituído junto da Agência para a Energia (ADENE) pelo Despacho n.º 32 276-A/2008, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou igualmente o seu Regulamento de Gestão, posteriormente alterado pelo Despacho n.º 13 415/2010, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 19 de agosto de 2010, com uma dotação inicial correspondente à soma das contribuições prestadas pelas entidades adjudicatárias da Fase A (ENEOP – Eólicas de Portugal) e da Fase B (Ventinveste) do concurso público internacional denominado «concurso para atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público e pontos de receção associados para energia elétrica produzida em centrais eólicas», lançado nos termos do aviso publicado no Diário da República, 2.ª série, de 28 julho de 2005. O FAI apoia projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico, projetos de demonstração tecnológica nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética e projetos de investimento em eficiência energética, estimulando parcerias entre empresas portuguesas e o sistema científico e tecnológico nacional. São suscetíveis de apoio: i. Projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico de carácter inovador, envolvendo empresas e instituições do sistema científico e tecnológico nacional, individualmente ou em consórcio; ii. Projetos em regime de demonstração tecnológica de conceito, envolvendo empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, individualmente ou em consórcio, proprietárias de patentes e projetos em regime pré-comercial; iii. Projetos de investimento que visem o aumento da eficiência energética; iv. Estudos técnicos ou científicos que suportem de forma efetiva o conhecimento das entidades públicas e privadas na área da eficiência energética ou das energias renováveis; v. Projetos de sensibilização comportamental desde que comprovadamente mensuráveis por metodologia idónea.
- » O FAI é financiado em exclusivo por fundos nacionais, o financiamento médio por projeto situa-se entre 500 mil e 1 milhão de euros (com limite de financiamento a 2 M€/ano), abrangendo desde projetos piloto a projetos de dimensão comercial. Os AAC lançados são direcionados para determinadas áreas temáticas, definidas a nível governamental (geotermia, mapeamento de recursos geotérmicos, redes de calor, economia circular, aproveitamento de resíduos para aproveitamento de biocombustíveis para transportes (em avaliação), ...). Visam preferencialmente apoiar tecnologias disruptivas. O FAI tem ainda a possibilidade de participar em Fundos de Capital de Risco (Portugal Ventures), bem como em projetos de grande envergadura (como o *Windfloat*, EDP/REN). Tendo origem em fundos privados, o FAI não se renova, pelo que está a ser ponderado o recurso a fontes de financiamento alternativas.
- » Em cumprimento dos compromissos assumidos no sentido da revisão dos mecanismos de incentivo à eficiência energética, o Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, veio estabelecer que o processo de valorização e seleção das medidas de promoção da eficiência no consumo de energia, ao abrigo de planos de promoção da eficiência no consumo previstos no Regulamento Tarifário, devia ser objeto de coordenação com os restantes instrumentos de política energética. Assim, a Portaria n.º 26/2013, de 24 de janeiro, estabeleceu as regras sobre os critérios e procedimentos a adotar no âmbito do PPEC, à luz de critérios de política energética, nomeadamente relacionados com outros mecanismos e instrumentos de política energética. A ERSE adaptou a regulamentação do PPEC, após consulta ao Conselho Tarifário, através da Diretiva n.º 5/2013, de 22 de março.
- » Com base no Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica para 2017-2018, os impactes e benefícios das medidas aprovadas foi bastante significativo. O valor das poupanças de energia elétrica acumuladas, resultantes da implementação das medidas do PPEC 2017-2018, foi de 1 289 GWh (ou cerca de 477 mil ton/CO₂). Os efeitos benéficos das medidas implementadas estimam-se que permanecerão até ao ano 2038. Foi no segmento da indústria que o valor acumulado do consumo evitado foi superior, totalizando, até ao fim da vida útil da medida com maior longevidade, 578 GWh (evitará a emissão de cerca de 214 mil toneladas de CO₂). No segmento dos serviços, a implementação das medidas aprovadas permite atingir um consumo evitado acumulado de 459 GWh (170 mil toneladas de CO₂). No segmento residencial o valor de consumo evitado acumulado é inferior (252 GWh, evitando-se a emissão de cerca de 93 mil toneladas de CO₂). Com base nestes valores, pode concluir-se que a operacionalização de mecanismos adicionais de financiamento/regulamentação potencia os resultados da política, conduzindo a que possam ser maiores os impactos em termos de reduções de consumo e de GEE e, consequentemente, as metas e objetivos assumidos por Portugal possam ser atingidos.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 89% dos beneficiários indicou que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários.
- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 69% dos beneficiários indicou que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários, face a apenas 7% que afirmou tê-lo procurado fazer. O tipo de sinergias e complementaridades que foram estabelecidas passaram essencialmente pelo desenvolvimento de medidas de eficiência energética complementares às da operação financiada ou pelo desenvolvimento de obras necessárias e que tornaram possível a realização da parte correspondente à eficiência energética, de forma a garantir ou mesmo potenciar os resultados a alcançar com a operação.
- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 52% dos beneficiários indicou que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários, face a apenas 13% que afirmou tê-lo procurado fazer. O tipo de sinergias e complementaridades que foram estabelecidas consistiram no desenvolvimento de estratégias, no desenvolvimento de medidas complementares ou no desenvolvimento de operações de reabilitação do espaço público que permitiam assim uma abordagem holística dos territórios.
- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), 68% dos beneficiários indicou que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários, face a apenas 15% afirmou tê-lo procurado fazer. O tipo de sinergias e complementaridades que foram estabelecidas consistiram em estudos de avaliação de resultados, na realização de reuniões de partilha de experiências e boas práticas ou no desenvolvimento de operações que concorrem para aumentar o grau de redução do consumo a gerar.
- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), 52% dos beneficiários indicou que não procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros financiamentos nacionais e/ou comunitários, face a apenas 19% afirmou tê-lo procurado fazer. No que trata às sinergias e complementaridades que foram estabelecidas identificou-se uma vasta panóplia, desde a realização de ações de sensibilização, à aquisição de veículos elétricos, à reabilitação e regeneração do espaço público, à promoção do aumento da mobilidade acessível, entre outros.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Apontam-se poucas situações em que os beneficiários estão a recorrer a outro tipo de incentivos (nomeadamente fiscais, regulamentares) para complementar os resultados das suas operações. No caso do EC Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta, afirmou-se que para além do financiamento dos FEEI, a EEM recorreu a outro tipo de incentivos para complementar os resultados da operação, designadamente do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (SIFIDE), que já possibilitou um apoio de crédito fiscal em cerca de meio milhão de euros. No caso do EC MOBI.E. apontou-se que através da conjugação de instrumentos, foi possível a aposta de vários Governos na atribuição de incentivos à aquisição de veículos, quer através de apoio direto à aquisição, quer através da atribuição de benefícios fiscais. Portugal é atualmente um dos países que oferece mais benefícios neste domínio (e.g. dedução do IVA às empresas).

Pressuposto	Res_Imp_PG_5 - Está a promover-se uma combinação de instrumentos abordando os diferentes grupos-alvo e visando diferentes fatores comportamentais
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Existe a preocupação dos diversos instrumentos em dirigir os apoios para os mesmos grupos-alvo e visando os mesmos fatores comportamentais preconizados nos FEEL, manifestando-se a preocupação em complementar e, pontualmente, apoiar dimensões a descoberto pelos FEEL.
- » A génese do FEE acaba por assumir uma dimensão complementar face aos FEEL. Por outro lado, a regulamentação do FEE não permite que sejam apoiados beneficiários que já estejam a beneficiar de qualquer outra forma de financiamento. Tradicionalmente, são recebidas candidaturas de menor complexidade e dimensão, que acabam por não concorrer com aquelas submetidas no âmbito dos FEEL. O FEE apoia TO que se destinam a beneficiar os sectores do PNAEE, que são também os que são apoiados pelos FEEL, onde se inclui a administração central e local, a indústria, os serviços, transportes e também os privados (habitação). Contudo, apoia igualmente ações de cariz transversal em matéria de eficiência energética nas áreas dos comportamentos, fiscalidade e incentivos e financiamentos, que concorrerão para robustecer o impacto dos FEEL em diversos grupos-alvo e fatores comportamentais.
- » O FAI visa, no essencial, prosseguir os objetivos governamentais na área das energias renováveis e da eficiência energética e, como tal, tem como principal preocupação o alcance das metas definidas pelo Governo. Os beneficiários são empresas, agrupamentos de empresas, entidades públicas, associações, laboratórios, empresas em cooperação com universidades, Laboratórios Colaborativos (CoLab). Neste quadro, alguns destes beneficiários são igualmente atores-chave no âmbito dos FEEL.
- » Muitas das entidades envolvidas na operacionalização dos EEA Grants estão também envolvidas nos FEEL, o que, à partida, ajuda a direcionar os apoios. Este mecanismo (EEA Grants) procura acompanhar as tendências da Estratégia Europeia, com algumas limitações, principalmente devido ao mais reduzido envelope financeiro. As áreas programáticas dos EEA Grants são distintas das do PT2020. Manifesta-se um posicionamento essencialmente complementar do EEA Grants face aos FEEL.
- » Os Municípios procuram complementar intervenções, de escala diferente, através do recurso a vários apoios/mecanismos, de forma a estimular e potenciar mudanças comportamentais.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários não procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo. No que trata às razões pelas quais a entidade não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outra operação, 57% dos beneficiários apontou as seguintes causas: i. por desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer; ii. por falta de interesse em explorar essa possibilidade; iii. por desconhecimento de outras entidades promotoras, iv. por desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais; v. por desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários; vi. os prazos para preparação das candidaturas serem demasiado curtos.
- » Dos beneficiários da tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 46% não procurou estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (face a 5% dos beneficiários que afirmou ter estabelecido). No que trata às razões pelas quais a entidade não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outra(s) operações, 50% dos beneficiários referiu o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer.
- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 24% dos beneficiários não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (face a 18% dos beneficiários que afirmou ter procurado). No que trata às razões pelas quais a entidade não procurou estabelecer articulações,

sinergias ou complementaridade da operação com outra, 54% dos beneficiários referiu o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer.

- » Dos beneficiários da tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), 59% não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (face a 12% dos beneficiários que procurou). Quanto ao tipo de sinergias e complementaridades estabelecidas constatou-se, por exemplo, o desenvolvimento de uma plataforma digital para a gestão do projeto U-Bike, a promoção da articulação entre entidades e ainda o desenvolvimento de intervenções complementares. No que trata às razões pelas quais as entidades não procuraram estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outras, quatro aspetos assumiram particular notoriedade, nomeadamente: i. o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer (indicado por 60% dos beneficiários); ii. os AAC e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram (indicado por 60%); iii. o desconhecimento de outras entidades promotoras (indicado também por 60% dos beneficiários); iv. o desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais (indicado por 55% dos beneficiários) e, vi. o desconhecimento de outros instrumentos ou fundos comunitários (assinalado por 55% dos beneficiários).
- » Na tipologia E (mobilidade urbana sustentável), 29% dos beneficiários não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade da sua operação com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (face a 26% dos beneficiários que afirmou ter procurado). Verificou-se o estabelecimento de sinergias e complementaridades em matérias de diversa ordem, mas que passaram essencialmente pelo desenvolvimento de ações (materiais ou imateriais) que visavam complementar as operações e assim potenciar os resultados obtidos, reveladores da importância de adoção de abordagens integradas. Por exemplo, a qualificação de zonas contíguas, desenvolvimento de outras ações de reabilitação, mas também o estabelecimento de articulações entre atores. No que trata às razões pelas quais a entidade não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outras, 47% dos beneficiários destacaram os prazos para a preparação das candidaturas demasiado curtos.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Foram apontados no âmbito dos EC, diversas situações em que as operações estabelecem sinergias ou complementaridades com outras operações, concorrendo para potenciar os resultados a alcançar.
- » No EC da Rede Ciclável da Ribeira Grande, sinalizou-se que no Plano Integrado de Regeneração Urbana, algumas intervenções estão/foram pensadas de forma integrada, articulada para robustecer os resultados da operação (melhorar a atratividade e gosto pela fruição em modos suaves), nomeadamente a requalificação do centro urbano, a requalificação da frente de mar, as melhorias no espaço público. Apontou-se também para a importância de operações complementares, de modo a reforçar os impactes e mudar comportamentos. Releva que está em construção uma ciclovias regional, sendo que um dos troços será entre Santa Bárbara e Ribeira Seca, que estabelecerá a ligação com a operação em causa. Ou seja, existe uma virtuosa articulação /continuidade das prioridades regionais com as intervenções locais (com a operação apoiada).
- » No EC do Mercado Municipal de Loulé, para além dos resultados que contratualizou com o PO financiador, a operação gerou sinergias com outros projetos e/ou atores. Por um lado, houve capacidade de antecipar respostas a novas necessidades, que previsivelmente poderiam surgir no futuro, nomeadamente com a criação da praça de restauração (4 restaurantes, todos com equipamentos elétricos), no espaço central do mercado. O mercado não necessitava à data de candidatura do dimensionamento projetado, mas os painéis fotovoltaicos foram colocados/dimensionados já para acomodar este investimento futuro (dar resposta ao projeto que estaria a ser projetado).
- » No EC da melhoria da EE no IPC, apontou-se que, com a operação, complementarmente, foram realizadas outras intervenções importantes, que contribuíram para melhorar o estado das infraestruturas e melhorar e qualificar as condições de funcionamento da entidade. Releva a realocação de equipamentos AVAC e adaptação de condutas de extração; a limpeza de radiadores e substituição de torneiras termostáticas; a instalação de chaminés de exaustão conforme requisitos legais; a gestão de resíduos.

Pressuposto	Res_Imp_RG_1 - Alterações sucessivas nas prioridades e políticas públicas, que enquadram os financiamentos, inviabilizam maiores resultados
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Não se manifestaram propriamente alterações nas políticas públicas, o que ocorreu foi um desfasamento na sua execução (apenas recentemente foram lançados AAC para as empresas; para a Administração Local apenas em 2017, ...) e o ajustamento de alguns mecanismos de financiamento com o processo de reprogramação. A reprogramação abriu novas perspectivas, com um significativo esforço de abertura de AAC a novas tipologias e dar acolhimento a Grandes Projetos (um na PI 4.1 e os restantes nas PI 4.5).
- » A reprogramação, desenhada no primeiro semestre de 2018, permitiu clarificar quais as tipologias de intervenção que não iriam ser implementadas (o que não se iria concretizar) e dar resposta a uma grande parte dos constrangimentos identificados até à data. Como existia uma elevada verba disponível que não podia ser aplicada, com a reprogramação, decidiu-se pelo reforço de verbas para tipologias que não eram anteriormente apoiadas, designadamente no setor dos transportes, para potenciar a redução de GEE.
- » Na PI 4.1 as prioridades nunca estabilizaram ao longo do período de programação (não existiam perspectivas de procura). As empresas juntaram-se/constituíram-se para operacionalizar ideias, mas apenas em maio de 2019 se estabilizou um AAC (a aguardar instruções do setor), com regras/obrigações impostas, de ligação à rede elétrica. Na PI 4.3, as dimensões da EE não são uma prioridade para as entidades beneficiárias.
- » Não se processaram alterações significativas nas prioridades e políticas públicas que impedissem processos de continuidade e o robustecimento de resultados, muito pelo contrário. Com a reprogramação, de 2018, foram reforçadas dimensões de política, já presentes, concorrendo para alcançar maiores resultados, nomeadamente no que concerne à redução das emissões de GEE.

Pressuposto	Res_Imp_RG_2 - Comportamento de <i>free-riding</i> (os agentes recebem fundos públicos para realizar ações que teriam sido implementadas na ausência desses fundos)
-------------	--

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 78% dos beneficiários afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário. Entre os que a concretizariam, mesmo que desprovidos desse apoio, 22% fá-lo-ia com alterações, com um prazo mais alargado e 11% iriam realizá-las sem alterações, mas recorrendo a outras fontes de financiamento.
- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 77% dos beneficiários afirmou que não teria desenvolvido a operação caso não tivesse obtido o apoio financeiro comunitário (valores mais reduzidos no Centro e em Lisboa, com 69% e 68%, respetivamente). Entre os que a concretizariam, independentemente de receberem ou não apoio financeiro comunitário, 51% introduziria alterações para um prazo mais alargado e 25% para reduzir a sua dimensão financeira. Entre os beneficiários que realizariam a operação desprovidos de apoio e sem alterações no investimento, 13% recorreriam a outras fontes de financiamento e 26% apenas a financiamento próprio.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 75% dos beneficiários afirmou que não teria desenvolvido a operação sem apoio financeiro comunitário. Entre os que a concretizariam, independentemente de receberem ou não apoio financeiro comunitário, 64% introduziria alterações para um prazo mais alargado e 28% alterações em termos de menor dimensão financeira. Entre os que realizariam a operação sem apoio financeiro comunitário, 14% indicaram que o fariam sem alterações, mas com recurso a outras fontes de financiamento e/ou recorrendo apenas a financiamento próprio.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 77% dos beneficiários afirmou que não teria desenvolvido a operação sem o apoio financeiro comunitário. Entre os que a concretizariam, independentemente de receberem ou não apoio financeiro comunitário, a maioria indicou que efetuariam, no entanto, algumas alterações (75% para um prazo mais alargado). Entre os que realizariam a operação sem apoio financeiro comunitário sem alterações, 13% indicou que, no entanto, recorreriam a outras fontes de financiamento e/ou apenas a financiamento próprio.

- » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), 76% dos beneficiários não teria desenvolvido a operação sem apoio financeiro comunitário (valor mais reduzido em Lisboa, com 47%). Para os que a sua concretização não se encontrava exclusivamente vinculada à obtenção deste apoio, a maioria teria efetuado alterações, com 66% a referir mudanças para um prazo mais alargado e 20% para uma redução da dimensão financeira. Os beneficiários que realizariam a operação sem apoio financeiro comunitário e sem alterações fá-lo-iam apenas com recursos a financiamento próprio (20%) e a outras fontes de financiamento (15%).

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » O recurso aos FEEI foi fundamental para a concretização das operações. Em todos os investimentos que constituíram Estudos de Caso, não teria sido possível concretizar as operações no momento e no horizonte temporal proposto sem o financiamento comunitário. Na ausência de financiamento comunitário, a maioria das operações que constituíram Estudos de Caso (11 de 15) concretizar-se-ia muito provavelmente mais tarde, não sendo possível precisar o momento em que esse processo se materializaria. As restantes (4) não seriam executadas.
- » Contudo, nas operações em que tal fosse possível, registar-se-iam alterações em algumas rubricas de investimento, designadamente das que concorrem para a eficiência energética e/ou para a redução da emissão de GEE, que seriam minimizadas, pois é o apoio dos FEEI no contexto do OT4 que torna racional – sobretudo do ponto de vista financeiro – a concretização dessas rubricas, situações sinalizadas em vários Estudos de Caso (Projeto de Eficiência Energética no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Sistema de Iluminação Pública para Melhoria da Eficiência Energética no Município de Almeirim, Instalação de Equipamentos para a Eficiência Energética do Mercado Municipal de Loulé ou U-BIKE PORTUGAL IPVC).

Pressuposto

Res_Imp_RG_3 - *Rebound effect* (poupança canalizada para consumo adicional de energia) (PI 4.3)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » São sinalizadas ou esperadas situações de *rebound effect* (poupança canalizada para consumo, adicional de energia), em alguns setores. Por exemplo, apontaram-se situações na Administração Pública, designadamente nas Câmaras Municipais, principalmente na iluminação pública. Antes das operações, desligavam-se luzes ou acendiam-se mais tarde e/ou apagavam-se mais cedo. Com estes investimentos, em alguns casos passaram a estar mais tempo acesas (com a operação a poupança é canalizada para consumo adicional de energia).
- » De igual modo, nas escolas, hospitais e edifícios públicos, apontam-se situações com a mesma lógica (ar condicionado ou aquecimento mais tempo ligado, como resultado da poupança; ou liga-se o aquecimento em outubro quando antes era em novembro ou dezembro). Na prática, parte do montante poupado é canalizado para estas situações, permitindo um aumento do conforto (existe uma real poupança de energia, mas também um aumento do conforto). Neste quadro, alguns entrevistados apontam para que o *rebound effect* é real e transversal, com exceção das empresas, sobretudo daquelas em que a energia constitui uma despesa significativa no seu orçamento (apenas as empresas querem efetivamente poupar e canalizar todo o esforço para a poupança). Assim, melhorar o conforto térmico pode gerar maior consumo, mas os ganhos de qualidade de vida não devem ser quantificados.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 40% dos beneficiários consideram que será elevada a possibilidade da poupança financeira alcançada ser canalizada para consumo adicional de energia.
- » Dos beneficiários da tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 20% consideram que será elevada a possibilidade da poupança financeira alcançada ser canalizada para consumo adicional de energia (apenas 4% dos beneficiários considerou muito reduzida essa possibilidade).

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » No EC de EE das infraestruturas públicas (IPC), assinala-se que não se estão a observar situações de *rebound-effect* apesar de haver mais atividades, mais investimento, mais bolseiros nos edifícios, nos últimos anos. Ou

seja, apesar do aumento de carga /pessoas a trabalhar em permanência nos edifícios, que poderia gerar aumentos de consumo, até ao momento não se verificaram situações de *rebound-effect*.

- » O mesmo acontece no caso do EC de iluminação pública (Almeirim). Não se prevê que ocorram situações de *rebound effect*, dado que os fundos poupados serão canalizados para outros fins, enquadrados nas atribuições e competências do Município.
- » No caso do EC de EE no Mercado Municipal de Loulé, procuraram-se acautelar possíveis situações de *rebound effects*. Os concessionários ao sentirem que, com a operação, a eletricidade seria mais barata (tendencialmente gratuita), pensaram que podiam colocar outros equipamentos (que existiria uma maior predisposição para facilitismos ou despreocupação com o consumo energético). Isso colocou, inicialmente, uma pressão sobre a equipa de gestão do mercado, difícil de gerir (gerando alguma permissividade). Contudo, com a entrada em funcionamento de um sistema interno de controlo de consumos, com o qual estão comprometidos e que os obriga a que não possam exceder o histórico, essa situação deixa de ser possível. Acresce que por saberem que estão a ser monitorizados e que têm de cumprir critérios de tangibilidade no consumo energético (na avaliação de desempenho) gera que não haja maior consumo e uma maior preocupação com a sua redução.

Pressuposto	Res_Imp_RG_4 - Variações significativas nos ciclos económicos com impacto direto e relevante nos ciclos de consumo (gerando maiores ou menores consumos energéticos)
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Para maioria dos entrevistados, o comportamento do consumo energético é tangente ao contexto económico que se observa no país. Os potenciais consumidores, nomeadamente privados (habitação particular, indústria), em momentos de crise, sentem necessidade de reduzir os custos energéticos, face ao peso que representa nos custos operacionais/quotidianos. Pelo contrário, em momentos de recuperação económica, de expansão da produção ou de incremento do rendimento familiar, a tendência passa por um aumento do consumo energético.
- » Assim, no período de crise económico-financeira (2009-2013), registou-se uma forte contração do consumo energético (no setor residencial e na indústria), sendo que após a sua superação, já no âmbito do atual período de programação, parece evidente que a recuperação económica gerou um aumento do consumo energético nesses setores. Ou seja, existe uma correlação positiva entre os ciclos da atividade económica e os consumos e gastos com energia. Entre 2009 e 2013 ocorreu uma redução do consumo de eletricidade, gás natural e gasóleo, ao passo que entre 2014 e 2015 o consumo aumentou. Assim, devem ser promovidos investimentos em eficiência energética e economia circular que permitam “desligar” o consumo de recursos energéticos da evolução da atividade económica. O objetivo final será o de dissociar o consumo de energia do ciclo económico.
- » Contudo, alguns atores afirmaram que no âmbito empresarial, não é possível confirmar ou infirmar esta situação. Existem evidências que quando as empresas realizam investimento ao nível da eficiência energética, os resultados são integrados nas suas práticas e estendem-se no tempo (as empresas não voltam atrás). Isto é, quando investem em eficiência, não é exetável que num período de retoma voltem às práticas ou aos hábitos do período pré-crise.
- » Por outro lado, num quadro de maior sensibilização e perceção dos beneficiários sobre a importância de uma maior eficiência energética e de reduzir os consumos energéticos, não é evidente que o potencial aumento do consumo associado à recuperação económica possa vir a condicionar os resultados e metas da política pública nestas dimensões.
- » Tendo presente a evolução do consumo de energia final por setor de atividade, verifica-se que se registaram taxas de crescimento médias anuais negativas no período 2007-2017, nos transportes (-1,2%), na indústria (-2,4%), no doméstico (-2,2%) e nos serviços (-1,5%). Contudo o “efeito da crise económico-financeira”, apenas se observou com maior acuidade no setor indústria, onde entre 2009 e 2013, essa redução do consumo de energia foi bastante expressiva.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 75% dos beneficiários considerou não ter existido uma redução do consumo energético na sua entidade, no período de crise económico-financeira do

país (2009-2013), com o consumo a manter-se, face a apenas 25% dos beneficiários que indicaram ter existido uma redução. Quanto ao impacto estimado constatou-se que para os beneficiários que afirmaram ter existido uma contração do consumo energético não se promoveu uma redução muito significativa (para metade destes beneficiários foi inferior a 10%). Cerca de 7% dos beneficiários indicou que foi inferior a 5% a redução do consumo, 43% dos beneficiários indicou que a redução se situou entre os 5%-10%, 31% dos beneficiários indicou que a redução se situou entre os 11%-20%, 10% dos beneficiários indicou que a redução se situou entre os 21%-30%, com apenas 9% dos beneficiários a indicarem ter sido superior a $\geq 31\%$.

- » Na tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 82% dos beneficiários considerou não ter existido uma redução do consumo energético na sua entidade, no período de crise económico-financeira do país (2009-2013), com o consumo a manter-se, face a apenas 18% dos beneficiários que indicaram ter existido uma redução. A redução observada apenas foi referenciada pelos beneficiários do Norte (27% dos beneficiários) e do Centro (13% dos beneficiários). Quanto ao impacto estimado constatou-se que não se promoveu uma redução muito significativa no consumo energético das habitações, uma vez que 60% das habitações registou uma redução inferior a 10% (designadamente, 10% das habitações tiveram uma redução até 1%, 10% das habitações tiveram uma redução até 2%, 10% das habitações tiveram uma redução até 5% e 30% das habitações tiveram uma redução até 10%). No entanto, importa notar que 20% das habitações tiveram uma redução até 20%, sendo que nas restantes, 10% das habitações tiveram uma redução até 15% e 10% das habitações tiveram uma redução até 19%.

Recolha documental: síntese de evidências recolhidas

- » Em situação de crise, no caso das empresas, parece evidente uma diminuição dos consumos. Em momentos de recuperação, o consumo aumenta. Entre 2009 e 2013 ocorreu uma redução do consumo de eletricidade, gás natural e gasóleo, ao passo que entre 2014 e 2015 o consumo aumentou. Entre 2016 e 2017, houve uma redução (de 1,1% para 0,6%) do peso do custo da energia elétrica nos fornecimentos e serviços de terceiros (FSE) e uma tendência de estabilização dos custos associados ao gás e combustíveis.
- » O preço do gás natural pago pela indústria em Portugal é dos mais elevados da Europa, não obstante a redução das tarifas de acesso à rede e o peso dos custos com eletricidade está situado na primeira metade com maior custo na Europa. Por outro lado, o gasóleo tinha, em 2018, o valor mais elevado antes de impostos e o 9.º mais elevado após impostos. Tudo isto reflete o peso relevante que os gastos energéticos têm no funcionamento das empresas, o que, nalguns casos, condiciona a sua atividade diária (no inquérito realizado em 2019, pela AEP, cerca de 49% das empresas auscultadas consideraram como muito importante o custo com a energia).
- » A maioria das entidades da administração pública, pela natureza dos serviços prestados são pouco sensíveis aos ciclos económicos. Em contexto de crise, não tiveram uma preocupação acrescida em reduzir a fatura energética, continuando a desenvolver as suas atividades e a prestar os serviços necessários às populações (conforme se conclui pela evolução dos consumos energéticos, entre 2013 e 2018). A evolução dos custos energéticos não é, neste contexto, relevante no setor da Administração Pública.

Quadro 51. Evidências da TdM: Das Atividades para as Realizações - pressupostos específicos

Pressuposto	At_Rea_PE_1 - Os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras de procura (PI 4.3 - habitação particular)
-------------	---

Recolha documental e SI IFRRU2020: síntese de evidências recolhidas

- » Os IF direcionados para a habitação particular no contexto do OT4 são o Empréstimo ou Equivalente, compostos por fundos públicos e, pelo menos em 50%, por fundos do Banco).
- » Os IF direcionados para a habitação particular apresentaram períodos de maturidade mais longa (até 20 anos), períodos de carência mais elevados (até 4 anos) e taxas de juro abaixo das praticadas no mercado para investimentos da mesma natureza, mesmo num contexto em que as condições genéricas de empréstimo no

mercado tradicional, designadamente ao nível das taxas de juro, são historicamente favoráveis, mais favoráveis face às existentes quando os IF foram pensados e desenhados, entre 2014 e 2016.

- » A cobertura do financiamento pôde ir até 100% do valor do investimento e os custos inerentes ao financiamento, tais como comissões de análise, de avaliação e de gestão do financiamento, revelaram-se inferiores – em algumas situações, como nas comissões bancárias no montante do IF, são até inexistentes – aos valores praticados pelas entidades bancárias para operações similares sem o apoio comunitário.
- » O processo de candidatura para acesso aos IF direcionados para a habitação particular foi uniformizado pelas três entidades bancárias selecionadas através de concurso público (Banco Santander Totta; Banco Português de Investimento; Banco Comercial Português) para a sua aplicação no contexto do PT2020.

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As condições de financiamento do IF direcionados para a habitação particular são vantajosas face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional, ainda que essas vantagens registem diferentes níveis de intensidade ao longo do período de apoio comunitário. As candidaturas analisadas em 2017 e aprovadas em 2018 apresentaram condições globalmente mais atrativas comparativamente às disponibilizadas pelo mercado tradicional; as candidaturas analisadas em 2018 e aprovadas em 2019 registaram, globalmente, condições menos atrativas.
- » Deste modo, as condições de financiamento do IF direcionados para a habitação particular permitem mitigar algumas falhas de mercado inibidoras da procura, designadamente em matéria de dificuldade de acesso ao crédito, permitindo, em algumas situações, a concessão de empréstimos a destinatários que não poderiam aceder aos mesmos por falta de garantia. Ainda que, do ponto de vista da comparabilidade das condições disponibilizadas pelos IF face às disponibilizadas pelo mercado convencional sejam sinalizadas vantagens genéricas nas duas tipologias de instrumento, é no domínio das garantias que são mais evidentes os benefícios ao nível da mitigação de falhas de mercado inibidoras da procura.
- » Os IF foram pensados e desenhados entre 2014 e 2016, num período em que as condições existentes no mercado tradicional eram mais favoráveis às observadas nos anos seguintes, quando foram abertos os AAC para acesso a estes instrumentos. Ainda assim, as condições de financiamento continuam a ser vantajosas face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional. Contudo, considerando as circunstâncias atuais, historicamente favoráveis, de acesso ao financiamento, os IF direcionados para a habitação particular tornar-se-ão, a manter as suas condições atuais, menos relevantes. Num contexto em que sejam observadas alterações no mercado tradicional de acesso ao crédito, sobretudo no que se refere às taxas de juro (mais elevadas), os IF poderão novamente assumir uma importância muito significativa.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os IF que valorizam a componente energética constituem um bom estímulo para concretização de investimentos direcionados para a habitação particular no capítulo da reabilitação urbana e da eficiência energética, pois são tradicionalmente uma vertente pouco valorizada em processos de recuperação e de reabilitação do edificado.
- » Ainda que as condições de financiamento conseguidas com os IF tenham sido mais interessantes comparativamente às disponibilizadas no mercado tradicional, assinala-se as dificuldades observadas ao nível do desconhecimento dos produtos nos balcões das entidades bancárias e o elevado custo da certificação energética, constituindo estas duas situações uma dificuldade acrescida ao desenvolvimento das operações.

Pressuposto	At_Rea_PE_2 - A redução de assimetrias de informação ou outras falhas de mercado relacionadas com a imperfeição da racionalidade dos agentes (p.e. por via de campanhas de informação, certificados energéticos) é suficiente para ultrapassar a potencial dificuldade de mobilizar formas de apoio mais alavancadas e eficientes do ponto de vista dos recursos públicos (IF e modalidades reembolsáveis) (PI 4.3)
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » No caso concreto dos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular, verificou-se uma ampla divulgação através das estruturas de gestão dos PO, do IFRRU2020, das entidades bancárias selecionadas através de concurso público com a responsabilidade da sua implementação e de entidades com responsabilidades na definição e acompanhamento das políticas de habitação, relevando-se a ADENE. Essa divulgação foi concretizada através de vários mecanismos, designadamente dos respetivos *Webside* e páginas de redes sociais, em particular do *Facebook*, de sessões públicas de apresentação dos apoios comunitários, de publicações e material de divulgação do PT2020 e de campanhas na comunicação social, sobretudo em jornais e em revistas.
- » Foram realizadas em todas as regiões do país – incluindo Açores e Madeira – um total de cerca de 200 sessões públicas de apresentação dos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular.
- » Neste processo de divulgação e de informação, deve relevar-se a participação dos Municípios, quer na organização de sessões de divulgação específicas que se realizaram nas Câmaras Municipais, quer na sua promoção, que em bastantes situações concretizou-se através de um contato direto a potenciais destinatários, que já haviam apresentado nas estruturas das respetivas Câmaras Municipais processos de reabilitação urbana, ainda que por vezes não apresentassem investimentos direcionados para a eficiência energética ou onde esses investimentos fossem residuais no processo de reabilitação.
- » Através das sessões de informação e de divulgação, vários potenciais destinatários tomaram a decisão de se candidatarem aos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular, procedendo, em algumas situações, a alterações em projetos urbanísticos de modo a incorporar, de acordo com as condições de elegibilidade dos AAC, as dimensões associadas à eficiência energética.
- » Ao nível das campanhas de informação e divulgação realizadas através da comunicação social, destaque-se a campanha “Certificar é Valorizar”, de âmbito nacional, promovida pela ADENE, em 2018, que pretendeu sensibilizar os portugueses para a certificação energética dos edifícios. A campanha, cuja eficácia foi avaliada como muito positiva pela ADENE através de estudos de mercado, foi importante para a valorização da eficiência energética no edificado e, deste modo, também para a perceção da existência e da relevância dos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular.
- » Também no que se refere aos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular, assinala-se a importância que as empresas de consultoria especializadas tiveram na sua divulgação, através de contatos diretos com os potenciais destinatários.
- » A redução de assimetrias de informação relativamente aos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a habitação particular foi igualmente proporcionada através da realização de parcerias e de protocolos com várias entidades públicas e privadas (sobretudo representativas de vários setores), bem como da formação de cerca de 700 peritos para o apoio à preparação das candidaturas, que constituíram também um importante veículo de comunicação dos apoios.
- » No que se refere aos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a administração pública (central e local), a divulgação foi desenvolvida principalmente através das estruturas de gestão dos PO. Essa divulgação foi concretizada de várias formas, destacando-se os respetivos *Websites*, publicações e material de divulgação do PT2020, sessões públicas promovidas no âmbito do PT2020 e campanhas na comunicação social.
- » Também no que se refere aos apoios comunitários destinados à eficiência energética direcionados para a administração pública, assinala-se a importância que as empresas de consultoria especializadas tiveram na sua divulgação, através de contatos diretos com os potenciais destinatários.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 72% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética a que se candidatou e das condições que regulam o acesso aos mesmos através dos *Websites* dos PO. Entre os restantes meios de divulgação, destacaram-se ainda sessões públicas promovidas no âmbito do PT2020 e pelos PO, assinalada por 34% dos beneficiários e as publicações e material de divulgação do PT2020, indicada por 30%. São igualmente ainda referidos os *Websites* dos Organismos Intermédios (22%) e o contato por parte de empresas de consultoria especializadas (18%).
- » A relevância dos *Websites* dos PO é transversal a todas as regiões do país, com expressão mais significativa atingindo na RAA e na RAM, com a totalidade dos beneficiários a terem tomado conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética a que se candidataram por este meio. Lisboa regista a importância mais reduzida, ainda que referida por 59%.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 86% dos beneficiários tomou conhecimento dos apoios a que se candidatou e das condições que regulam o respetivo acesso através dos *Websites* dos PO. A notoriedade dos meios tecnológicos é também confirmada com a relevância dos *Websites* dos Organismos Intermédios, a constituírem-se como o segundo meio de disseminação mais referido (41%). As sessões públicas promovidas no âmbito do PT2020 e pelos PO e as publicações e material de divulgação do PT2020 ocupam a terceira e quarta posição em termos de relevância, tendo sido indicados por cerca de 30%. A relevância dos *Websites* dos PO na tipologia C é verificada em todas as regiões, sendo o valor mais reduzido em Lisboa (75%).

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Vários destinatários de operações de eficiência energética na administração pública central tiveram conhecimento dos AAC pelas campanhas de informação dos apoios comunitários destinados à eficiência energética.
- » Os destinatários de IF direcionados para a habitação particular tiveram conhecimento dos apoios destinados à eficiência energética através de contatos diretos realizados pelas autarquias municipais, designadamente a informar da realização de sessões de divulgação e de informação específicas que se realizariam nas Câmaras Municipais dos concelhos onde estão a concretizar as operações.
- » Nessas campanhas de informação, estiveram presentes responsáveis do IFRRU2020 e das entidades bancárias selecionadas através de concurso público com a responsabilidade da sua implementação. Em ambas as situações, a divulgação e posterior participação nestas sessões de informação e de esclarecimento foram determinantes para a apresentação das candidaturas.

Pressuposto

At_Rea_PE_3 - Cumprimento célere e eficaz dos condicionalismos *ex ante* e da regulamentação comunitária (PI 4.3)**Recolha documental: síntese de evidências recolhidas**

- » Definidas sete condicionalidades *ex ante* de carácter geral associadas aos aspetos horizontais da execução dos programas e 30 condicionalidades *ex ante* temáticas, que estabeleceram condições setoriais específicas para as PI. Nas situações em que se observou o seu incumprimento no momento da adoção dos programas, foram estabelecidos planos de ação nos PO que deveriam ser concluídos até ao final de 2016.
- » Eficiência energética (PI 4.3): condicionalidade *ex ante* CEA 4.1 - Realizaram-se ações para promover melhorias eficazes em termos de custos da eficiência energética na utilização final e investimentos rentáveis na eficiência energética aquando da construção ou renovação de edifícios. O seu cumprimento no momento da adoção dos programas era parcial, designadamente no que se refere a dois critérios: i. medidas destinadas a garantir os requisitos mínimos relacionados com o desempenho energético dos edifícios, coerentes com o artigo 3.º, o artigo 4.º e o artigo 5.º da Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho; ii. medidas necessárias para estabelecer um sistema de certificação do desempenho energético dos edifícios em consonância com o artigo 11.º da Diretiva 2010/31/UE. Para outros dois critérios, verificou-se o seu cumprimento, designadamente: i. medidas para assegurar um planeamento estratégico da eficiência energética, em consonância com o artigo 3.º da Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (cumprido através da RCM 20/2013, de 10 de abril, que estabelece o PNAEE, bem como de legislação específica na RAM e; ii. medidas em consonância

com o artigo 13.º da Diretiva 2006/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos, destinadas a garantir que – na medida em que tal seja tecnicamente viável, financeiramente razoável e proporcional à potencial poupança de energia – sejam fornecidos aos clientes finais contadores individuais, através da RCM 20/2013, de 10 de abril, que estabelece o PNAER e de outra legislação acessória, bem como de legislação específica na RAM.

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » No final de 2016, todas as condicionalidades temáticas presentes encontravam-se cumpridas por parte do EM, estando apenas pendente a validação por parte da COM da CEA 6.1., o que se veio a concretizar em maio de 2017.
- » No âmbito dos PO que financiam o OT4, a CEA que condicionou efetivamente e atrasou a abertura de AAC e o início da elegibilidade das operações e das despesas a cofinanciar, foi a 4.1., relativa ao desempenho energético dos edifícios, cuja decisão favorável só foi proferida em 5 de julho de 2016.
- » A CE não se revelou flexível no que se refere aos pressupostos definidos para o cumprimento de dois do total de quatro critérios que, aquando da elaboração dos PO, não estavam cumpridos, apesar de um processo de negociação exaustivo.
- » O não cumprimento célere e eficaz dos condicionalismos *ex ante* e da regulamentação comunitária associada condicionou bastante – e ainda está a condicionar – a execução dos investimentos em eficiência energética para a habitação e nos edifícios públicos.

Pressuposto	At_Rea_PE_4 - As condições de elegibilidade e forma/intensidade do apoio são adequadas face ao potencial de poupança, tendo em conta a tipologia de edificado e o padrão de consumo energético (PI 4.3)
-------------	--

Recolha de dados: síntese de evidências recolhidas

- » O potencial de poupança de energia nos edifícios residenciais é de 60%, tomando por base as medidas de melhoria constantes dos certificados energéticos emitidos para 1,7 milhões de frações, em Portugal. Nos setores do comércio e dos serviços, esse potencial é de apenas 20% (Energia em Números, edição 2019). Neste contexto, ganham relevância os investimentos direcionados para a habitação particular no capítulo da reabilitação urbana e da eficiência energética, financiados através de IF, mas também para a habitação social, financiados através de subsídio reembolsável e não reembolsável, comparativamente a outras tipologias de edificado.
- » Existem cerca de seis milhões de frações habitacionais em Portugal, correspondendo cerca de 69% a residências habituais.
- » O setor residencial representa 17% do total de energia final consumida em Portugal, num contexto de aumento do consumo *per capita* no último decénio.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Nas operações para a eficiência energética nas infraestruturas públicas e na habitação social, as condições de elegibilidade e a forma e intensidade do apoio definidas não são totalmente adequadas ao potencial de poupança.
- » O potencial de poupança poderia ser alavancado com condições de elegibilidade mais adequadas aos objetivos das operações: i. inclusão das intervenções estruturais de suporte, atualmente não apoiadas, às soluções técnicas implementadas, pois a sua exclusão condiciona os seus resultados e o seu contributo para o definido no OT4 e nas metas dos instrumentos de política; ii. revisão dos parâmetros associados aos custos-padrão, excessivamente detalhados e parametrizados, dificultando um racional na escolha dos materiais mais adequados para as intervenções, até porque exclui opções que são consideradas mais vantajosas do ponto de vista da sua eficácia ao nível da eficiência energética e do custo financeiro, considerando a evolução tecnológica muito rápida neste domínio, que não é manifestamente acompanhada na definição desses custos-padrão; iii. alteração do exercício de demonstração da geração de benefícios financeiros líquidos positivos (eficiência energética nas infraestruturas públicas).

Pressuposto	At_Rea_PE_5 - Existem instrumentos de planeamento enquadradores à escala subregional e local (PDCT; PEDU) (PI 4.3 e PI 4.5)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » A existência de instrumentos enquadradores de natureza territorial (PDCT e PEDU) permite enquadrar e garantir o apoio às intervenções a realizar por alguns grupos-alvo específicos, nomeadamente no caso dos Municípios. De acordo com as entidades auscultadas, a integração das operações nos referidos instrumentos enquadradores conferiu uma relevância e premência à sua implementação, que não teria sido conseguida em caso de inexistência dos mesmos. A aplicação de tais instrumentos facilitou, de um modo geral, a execução expedita das operações, uma vez que proporcionou um enquadramento e orientações fundamentais para a respetiva implementação. » Embora reconhecendo a relevância da definição de políticas e planos estratégicos, na opinião de algumas entidades auscultadas, registaram-se alguns constrangimentos associados, que dificultaram a execução das operações, de entre os quais se destacam os mapeamentos, que criaram condicionalismos despropositados. Não obstante, o planeamento foi assumido pelos atores locais, que vão procurando resolver e ultrapassar os problemas associados ao processo de implementação no terreno. » No domínio específico da mobilidade sustentável, os PEDU conjugam três PI do PT2020: i. a PI 4.5, dirigida à promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação; ii. a PI 6.5, que visa a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído; e a PI 9.8, destinada à concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. » A experiência recolhida junto das entidades auscultadas relata uma apetência da Administração Local para investimentos enquadráveis na PI 6.5, pelo que o equilíbrio entre as três PI não tem sido fácil de realizar. Embora reconhecendo que a dotação financeira da PI 4.5 possa ser excessiva, as operações vão sendo aprovadas e implementadas. Para concorrerem para o objetivo de redução das emissões de carbono, fará sentido que os projetos sejam primordialmente desenvolvidos em áreas urbanas (de maior e de menor dimensão), tendo por base estudos de mercado relevantes e as necessidades das populações, num contexto de mudança de atitudes e mentalidades que importa reforçar. 	
Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), para 40% dos beneficiários a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadradores de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT) potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s), sendo que 16% dos beneficiários considerou que condicionou e 44% não sabe/não responde. » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), para 41% dos beneficiários a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadradores de suporte à(s) candidatura(s) (PDCT) potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s), sendo que 14% dos beneficiários considerou que condicionou e 45% não sabe/não responde. » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), para 27% dos beneficiários a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadradores de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS) potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s), sendo que 24% dos beneficiários considerou que condicionou e 50% não sabe/não responde. » Na tipologia E (Mobilidade urbana sustentável), para 56% dos beneficiários a elaboração e aprovação de instrumentos de política enquadradores de suporte à(s) candidatura(s) (PAMUS/MUS) potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s), sendo que 19% dos beneficiários considerou que condicionou e 24% não sabe/não responde. 	

Pressuposto	At_Rea_PE_6 - Estão disponíveis os IF dirigidos à reabilitação e revitalização urbana e para a energia (IFRRU2020 e IFE2020) (PI 4.2 PI e 4.3)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Para além das vantagens associadas à reutilização de fundos a longo prazo – que se assume particularmente importante em situações de escassez de recursos públicos – o recurso a IF proporciona e facilita a mobilização de investimentos públicos e privados adicionais para fazer face a falhas de mercado ou situações de insuficiência de investimento. Os IF promovem, assim, a combinação de múltiplas fontes de financiamento no apoio a um projeto específico. » O IF para a Eficiência Energética (IFE2020) e o IF dirigido à reabilitação e revitalização urbana (IFRRU2020) estavam previstos e enquadrados no POSEUR e nos PO Regionais do PT2020. Os dois IF previstos nas PI abrangidas pelo presente exercício de avaliação revelam, contudo, níveis de implementação e de sucesso distintos. » O IFE2020, dirigido à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, não chegou a ser implementado, em resultado de uma conjugação de fatores, de entre os quais se destaca o lançamento do IF Casa Eficiente2020, financiado conjuntamente pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e por fundos nacionais, cuja operacionalização se revelou mais expedita. » Efetivamente, o processo de conceção e operacionalização do IFE2020 arrancou tardiamente e revelou-se bastante complexo, desenvolvendo-se de forma pouco articulada entre as partes que tinham responsabilidades nesta matéria. O nível de capacitação e o <i>know-how</i> evidenciado pelas estruturas técnicas dos PO revelaram-se também como condicionantes no processo de implementação do IFE2020. » Outros fatores que levaram à não operacionalização deste IF prendem-se com o facto de as condições de financiamento apresentadas não serem verdadeiramente atrativas, de o processo de submissão de candidaturas ser percecionado como mais complexo (do que o praticado na banca) e de as empresas terem manifestado uma reduzida receptividade ao mesmo (as empresas preferem por submeter os investimentos em eficiência energética em projetos integrados dos Sistemas de Incentivos do PT2020). Foi ainda assinalada a reduzida dimensão e a insuficiente maturidade de alguns projetos, o que terá inviabilizado que as perspetivas de investimento fossem efetivamente concretizadas. Tais fatores acabaram por se revelar determinantes na decisão de não avançar com o IFE2020. » Por seu turno, o IFRRU2020, dirigido à reabilitação e revitalização urbanas, foi operacionalizado e tem evidenciado um sucesso assinalável na sua implementação, sendo inclusivamente considerado um caso de sucesso ao nível europeu. O IFRRU2020 procurou dar continuidade e melhorar a prestação e o financiamento disponibilizado pelo JESSICA, prevendo o seu alargamento à habitação, promovendo a competição entre bancos e conjugando as dimensões da reabilitação urbana e da eficiência energética. » O IFRRU2020 tem suscitado o interesse de entidades privadas e, em particular, de promotores de projetos imobiliários, correspondendo às expectativas dos agentes. O IFRRU2020 será, porém, mais direcionado para entidades que já dispõem de experiência ao nível da reabilitação urbana. » Um fator de sucesso do IFRRU2020 prende-se com o facto de, ao impor alterações aos projetos para maximização da eficiência energética, ter permitido que os projetos tivessem maior enfoque nos objetivos dos PO que visam a redução das emissões de carbono. A Estrutura de Gestão do IFRRU2020 acompanha, de forma bastante próxima e construtiva, todas as operações financiadas (contratações e reembolsos), o que constitui, de igual modo, uma mais valia na sua implementação. » A dinâmica de divulgação do IFRRU2020, constituiu, em paralelo, um fator positivo na implementação do IF, principalmente no caso de promotores imobiliários, no âmbito de uma elevada dinâmica do sector imobiliário. A abrangência territorial das intervenções financiadas (presentes em cerca de 60 municípios do país) tende a refletir tal sucesso e contribui para o fomento da convergência e da coesão territoriais. » Existem, contudo, algumas intenções de investimento no âmbito do IFRRU2020 que acabam por não avançar, devido: i) à complexidade e morosidade do processo; ii) à existência de alternativas de financiamento das próprias instituições bancárias mais ágeis, mesmo com um preçário mais elevado; iii) à limitação geográfica do IF (intraurbana, em ARU); iv) a restrições ao valor máximo do investimento; v) a falta de garantias reais; vi) à necessidade de as garantias IFRRU2020 serem seniores; vii) a maiores dificuldades de concretização em projetos 	

de menor dimensão ou menos estruturados; viii) à dificuldade em justificar algumas exigências a promotores sem experiência no sector.

- » Neste contexto, o processo de instrução e a preparação do dossier da candidatura continuam a ser apontados como um dos fatores menos positivos, continuando a evidenciar alguma complexidade e a requerer apoio e clarificação por parte das entidades gestoras. A complexidade processual e documental foi, assim, um dos aspetos mais negativos assinalados no processo de auscultação conduzido.

Recolha documental

- » A resposta à QA2 constante do RFP teve também por base a recolha da documentação associada à disponibilização do IF dirigido à reabilitação e revitalização urbana, designadamente a disponibilizada no respetivo website e incluída nos relatórios de execução anuais dos PO.

Pressuposto	At_Rea_PE_7 - Estão criadas estratégias de baixo teor de carbono para as zonas urbanas (PAMUS), sustentadas no aumento da utilização dos transportes públicos de passageiros, na utilização de transportes ecológicos e na mobilidade sustentável (PI 4.5)
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A definição de Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), ao nível de NUTS III, promove a implementação de estratégias de baixo teor de carbono para o território abrangido, nomeadamente nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e as medidas de adaptação mais relevantes. Os PAMUS valorizam os modos de transporte “suaves” e a transferência modal do transporte individual, para o transporte público coletivo.
- » As entidades auscultadas relevam a importância da existência das estratégias de baixo teor de carbono para as zonas urbanas, para garantir uma maior integração de ações e pensar o sistema na sua globalidade, permitindo delinear as redes de forma integrada e mais racional. Reconhecem, contudo, que nem todos os municípios elaboraram PAMUS/MUS, o que inviabilizou o facto de poderem beneficiar de apoios no âmbito dos AAC abertos, logo limitando o âmbito de intervenção dos apoios disponibilizados.
- » Foi também salientada a importância de desenvolver PAMUS que envolvam a ligação entre centros urbanos “âncora”, centrados em deslocações pendulares, o que implicará uma escala e detalhes significativos, bem como uma articulação forte entre as equipas responsáveis pelos vários planos.
- » Assinalou-se, no domínio da mobilidade urbana sustentável, que o leque de elegibilidades previstas para os investimentos que contribuam para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a diminuição da intensidade energética poderia ser alargado, uma vez que: i. o cofinanciamento da infraestrutura e do material circulante (as bicicletas) se processa atualmente em PO distintos, o que acaba por tornar mais complexas e espartilhadas as intervenções; ii. a disponibilização de lugares de estacionamento exclusivos a automóveis elétricos com sistemas de carregamento associados nem sempre se afigura como prioridade; iii. é muito importante considerar sistemas que assegurem uma melhor gestão e informação ao público relativamente a horários e a tempos de espera reais dos transportes rodoviários; iv. é fundamental renovar as frotas municipais por via da aquisição de veículos de baixas emissões; v. importa promover projetos de criação de unidades móveis multisserviços, de baixas emissões, como forma de reduzir a pegada carbónica nos territórios de baixa densidade.
- » Por último, foi também assinalada a necessidade de revisão dos critérios de delimitação dos investimentos nos domínios da Mobilidade Urbana Sustentável, de modo a abrangerem, de igual modo, os investimentos de modernização de redes e infraestruturas integradas na estratégia e quadro de investimentos aprovados nos PEDU/ PAMUS, que contribuam para a prossecução do OT4 ao nível da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da diminuição da intensidade energética, mas simultaneamente possibilitem uma intervenção mais integrada, multidimensional, nomeadamente investimentos na modernização de redes e infraestruturas nos domínios da drenagem das águas residuais, drenagem de águas pluviais, distribuição de água, distribuição de gás, infraestruturas elétricas e infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjuntos de edifícios.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Da auscultação das entidades promotoras dos estudos de caso, nomeadamente no caso da “Mobilidade Urbana Sustentável de Viana do Castelo” resulta evidente que o desenvolvimento das operações enquadradas nos PAMUS só será possível por via do estabelecimento de parcerias com múltiplas entidades, de entre as quais se destaca a entidade coordenadora do U-BIKE, em estreita articulação e em parceria com os municípios envolvidos.
- » A prossecução dos objetivos e metas previstos será tanto mais facilitada quanto mais ancorada estiver em instrumentos de planeamento enquadramentos a montante, como sejam planos estratégicos municipais, planos específicos para a mobilidade urbana sustentável ou planos integrados de regeneração urbana. A existência de tais planos permite a conceção das intervenções de forma integrada e articulada, robustecendo os resultados e promovendo a atratividade e o gosto pelo transporte e pela fruição em modos suaves.

Pressuposto

At_Rea_PE_8 - Foram criadas condições programáticas e de governação no PT2020 que permitem lançar AAC de forma articulada entre PO (PI 4.5)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que define o modelo de governação do PT2020, estabelece, no seu artigo 10.º as competências da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) PT2020, de entre as quais se destaca a constante da alínea “o) Aprovar o plano de abertura de candidaturas a que se refere o n.º 5 do artigo 19.º” do mesmo diploma, o qual atribui às AG a elaboração e a divulgação do plano anual de abertura de candidaturas. A CIC PT2020 comporta comissões especializadas para tratamento, sempre articulado, mas necessariamente diverso, dos diferentes domínios temáticos do Portugal 2020.
- » Por seu turno, o regulamento interno da CIC PT2020, aprovado pela Deliberação n.º 27/2019, de 13 de dezembro, estipula que compete às comissões especializadas da CIC PT2020 “aprovar o plano de abertura de candidaturas do respetivo domínio temático, a que se refere o n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na atual redação, incluindo a decisão sobre a adequação dos termos dos respetivos avisos às prioridades definidas” (alínea c) do Artigo 2.º). Estão, assim, criadas as condições programáticas e de governação no Portugal2020 que permitem lançar AAC de forma articulada entre PO, por esta via promovendo a eficácia das operações e a eficiência da gestão.
- » A conceção e preparação de AAC para a operacionalização de novas tipologias de intervenção, em particular na fase inicial do período de programação requer, inevitavelmente, uma articulação e um esforço acrescidos entre as partes envolvidas. No decurso da implementação do PT2020, a necessidade de articulação vai decrescendo progressivamente, mas continua a ser premente em avisos de abertura de maior complexidade técnica e/ou mais exigentes em termos de condições de elegibilidade dos apoios.
- » No contexto das suas competências de coordenação técnica geral do PT2020, a AD&C tem vindo a promover a articulação entre as AG financiadoras das PI abrangidas pela presente avaliação, no sentido de coordenar as várias iniciativas e garantir a coerência global das intervenções dos PO nos vários territórios. Sob a coordenação global da AD&C e com o apoio da AG do PO SEUR, tem sido promovida a harmonização global dos termos dos AAC, sempre que possível e pertinente. O lançamento dos AAC deverá, contudo, respeitar as especificidades dos vários territórios, o que poderá dificultar ou mesmo inviabilizar o seu lançamento de forma articulada.
- » As AG dos PO Regionais reconhecem o papel e o apoio prestado pela AG do POSEUR na operacionalização de tipologias similares, conjugando e transmitindo o conhecimento técnico, e a experiência da DGEG na preparação e divulgação de AAC que acabam por ser tecnicamente complexos.
- » No contexto do lançamento dos AAC por parte dos vários PO, uma das tipologias de intervenção que se revelaram mais exigentes em termos de preparação e divulgação dos apoios terá sido a eficiência energética nas infraestruturas públicas, em particular na AP Regional e Local. Antecedendo o lançamento dos primeiros AAC neste domínio, foram realizadas diversas reuniões tendo em vista a articulação com as CIM, no sentido de transmitir as orientações das AD&C sobre os objetivos a alcançar e as condições dos apoios a conceder. Uma questão específica que requereu atenção e comunicação acrescidas com os potenciais beneficiários foi o entendimento quanto à forma e o valor do reembolso no caso dos apoios reembolsáveis, posteriormente estabilizado.

Quadro 52. Evidências da TdM: Das Atividades para as Realizações – riscos específicos

Risco	At_Rea_RE_1 - Existência de fatores inibidores (requisitos exigidos inviabilizam projetos com elevado potencial) (PI 4.1)
Recolha documental: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » A diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável (PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis), apoiada pelo POSEUR para o continente e RAM e pelo PO Açores para a RAA, foi dirigida para as entidades públicas agentes no mercado da energia, para os estudos; produtores em regime especial e para a Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A.; e entidades públicas ou equiparadas (no caso da RAM). » Foram abertos cinco concursos ao longo do atual período de programação, dois dos quais constituindo convites dirigidos (POSEUR-01-2015-30, para a Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A, para a construção da barragem da Calheta e a realização dos projetos de execução das diversas componentes do investimento de Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta e AÇORES-01-2019-07, para a Empresa de Eletricidade dos Açores, SA, para apresentar um projeto de investimento na ilha Terceira, relativo à construção de sistemas de armazenagem de energia elétrica da última geração, conjugados com estratégias de controlo inteligentes nos sistemas electroprodutores). » Nos restantes AAC, observou-se uma procura reduzida (sete operações no POSEUR-01-2016-36, dirigido para a prospeção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de armazenagem de energia, seis das quais foram aprovadas; cinco operações no POSEUR-01-2016-60 para projetos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede, das quais apenas uma foi aprovada; e duas operações no POSEUR-01-2019-13, para projetos-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável, excluindo sistemas de Armazenagem Energética por bombagem de Água, e respeitando um TRL igual ou superior a oito). 	
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Os requisitos exigidos nos AAC que constituíram convites dirigidos ou direcionados para a prospeção, identificação e estudo das condições necessárias ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis e de armazenagem de energia ou ainda para projetos-piloto de armazenamento de energia, nomeadamente de origem renovável, não são sinalizados como apresentando fatores inibidores relevantes que pudessem inviabilizar a apresentação de candidaturas. » O AAC direcionado para os projetos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede tinha condições de elegibilidade que dificultaram a apresentação de candidaturas, tendo sido apenas submetidas cinco, das quais quatro não foram aprovadas. » As condições de elegibilidade pouco interessantes para os potenciais beneficiários, inibindo a apresentação de candidaturas, relacionam-se, principalmente, pelas exigências para a ligação à rede de distribuição de energia elétrica, e de enquadramento dos apoios no Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), entre outras especificidades técnicas. » Deve assinalar-se a exclusão dos PO (com a exceção do PO Açores) de projetos enquadráveis nesta tipologia com elevado potencial, mas de tecnologias maduras e amplamente disseminadas, que poderiam ter concorrido para a diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável e, assim, contribuir igualmente para alcançar as metas da EE2020 e os objetivos definidos nos instrumentos de política pública nacional. A exclusão dos projetos com estas características do financiamento comunitário no contexto dos PO refletiu-se na reduzida procura observada nos concursos abertos. 	
Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Globalmente, beneficiários consideram que os instrumentos de apoio são predominantemente adequados ou muito adequados às necessidades das entidades na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), quer no que se refere às condições de elegibilidade das entidades promotoras, quer das operações 	

(67%, correspondente a 6 entidades). Contudo, uma leitura das respostas das entidades que apresentaram candidatura ao AAC POSEUR-01-2016-60, para projetos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede, permite verificar que 40% consideram-nos desadequados ou muito desadequados. Estas entidades consideram existir um enquadramento excessivamente restritivo no que se refere a projetos de inovação ou incorporando tecnologias maduras, dimensões que poderiam ser mais interessantes apoiar e ampliar a procura nesta tipologia de investimento.

- » A mesma tendência observa-se ao nível dos critérios de seleção das candidaturas: 56% dos beneficiários avaliam os como positivos ou muito positivos à operação e quanto ao prazo máximo de realização da operação; 78% considera adequadas as despesas elegíveis para apoio, as taxas de comparticipação pelos fundos comunitários e a periodicidade de abertura de concursos, efetuando também uma apreciação adequada da previsibilidade de AAC e do prazo para a apresentação de candidaturas.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » A complexidade do projeto, sem precedentes ao nível de operações apoiadas por fundos comunitários na RAM, teve alguns fatores inibidores que, não comprometendo a decisão de avançar com a candidatura, tiveram – e ainda estão a ter – reflexos no decurso da sua implementação.
- » Um primeiro fator inibidor – o mais impactante – esteve associado à preparação de vários procedimentos concursais, muito específicos, com algumas fases morosas. A necessidade de visto do Tribunal de Contas nesses procedimentos resultou no atraso da sua concretização em perto de 12 meses.
- » Um segundo fator inibidor esteve associado ao escrupuloso cumprimento da dimensão ambiental associada à operação, resultando em dificuldades e atrasos na sua concretização.

Risco

At_Rea_RE_2 - Desadequação dos procedimentos de instrução e de verificação administrativa das candidaturas, inibidores de procura (PI 4.1 e 4.5)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Os projetos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede (PI 4.1) tem trâmites processuais complexos do ponto de vista administrativo para a instrução da candidatura, dificultando, no contexto do AAC POSEUR-01-2016-60, a mobilização dos potenciais beneficiários. Ou seja, para além das condições de elegibilidade e das formas de apoio pouco atrativas, os potenciais problemas associados aos procedimentos de instrução das candidaturas são sinalizados enquanto inibidores da procura.
- » Na PI 4.1, a aplicação dos custos padrão constantes no AAC POSEUR-01-2016-60 constituíram igualmente um fator que condicionou a procura, pela dificuldade do seu cumprimento e/ou da dificuldade de comprovar o seu cumprimento.
- » Na PI 4.5, nas operações direcionadas para a eficiência energética nos transportes públicos, a generalidade das entidades encontra-se capacitada responder aos desafios lançados nos AAC, nas suas múltiplas dimensões, do ponto de vista administrativo e do cumprimento, quando aplicável, das especificidades associadas aos Grandes Projetos e cumprimento de Auxílios de Estado.
- » Assinala-se uma morosidade inicialmente não prevista nos prazos de contratualização, entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação, atrasando o arranque de algumas operações. Essa morosidade está associada quer à necessidade de apresentação de elementos adicionais solicitados pelas AG dos PO financiadores – por ausência desses elementos, responsabilidade das entidades que candidataram as operações aprovadas ou por nova solicitação, não prevista, responsabilidade das AG dos PO financiadores –, quer a respostas tardias por parte das AG dos PO financiadores, sem explicações concretas, pelo menos claras ou perceptíveis por parte de alguns beneficiários.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), a maioria dos beneficiários (quatro em cinco entidades) com operações aprovadas considera que o seu arranque foi condicionado ou fortemente

condicionado pelos procedimentos de instrução e verificação administrativa das candidaturas, designadamente nos parâmetros analisados (prazos de decisão das candidaturas, prazos de contratualização - entre a aprovação e a assinatura do contrato/termo de aceitação e prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento iniciais). Quanto ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere ao processo de instrução de candidatura (preenchimento, submissão e documentação apresentar), a maioria dos beneficiários (sete em nove entidades - 78%) classifica-o como positivo ou muito positivo.

- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), o arranque da(s) operação(ões) aprovada(s) foi primordialmente condicionado ou fortemente condicionado pelos prazos de abertura de concursos para 50% das entidades beneficiárias. Quanto ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que se refere ao processo de instrução de candidatura (preenchimento, submissão e documentação apresentar), a maioria dos beneficiários (82%) classifica-o como positivo ou muito positivo.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os procedimentos de instrução e de verificação administrativa das candidaturas tiveram alguma complexidade associada, considerando a especificidade e também complexidade de algumas das ações a concretizar em várias operações a candidatar.
- » Não foram sinalizados requisitos particularmente exigentes ou potencialmente inibidores de mobilização para avançar com a candidatura.

Risco	At_Rea_RE_3 - Falta de cultura sobre "apoios reembolsáveis", condicionadora de uma reação mais célere dos beneficiários e inibidora de uma execução mais célere das realizações (PI/OE onde são mobilizáveis apoios reembolsáveis)
-------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Por razões associadas à política de apoio comunitário ao longo dos vários períodos de financiamento em Portugal, de domínio de subvenções não reembolsáveis, os beneficiários – sobretudo as entidades públicas, da Administração Central e Local – têm preferência por esta tipologia de apoio, existindo, claramente, uma falta de cultura sobre subsídios reembolsáveis.
- » Registam-se, contudo, leituras não totalmente concordantes ao nível das operações de eficiência energética no edificado entre as entidades da administração central – mais disponíveis ao financiamento por subvenção reembolsável, em virtude de não possuírem capacidade financeira para garantir a respetiva contrapartida, quando os AAC são de 50% como subsídio não reembolsável – e as entidades da administração local – com menor disponibilidade. No financiamento de operações de iluminação pública, as entidades da administração local, em virtude da elevada percentagem de coparticipação, possibilitando reduções de consumo imediatas e planos de pagamento articulados interessantes face aos ganhos alcançados em matéria de consumo, revelam preferência pelo financiamento por subvenção reembolsável.
- » Neste contexto, esta falta de cultura condiciona uma reação mais célere dos beneficiários e é inibidora de uma execução mais rápida das operações – pois o reembolso do subsídio, considerando os constrangimentos financeiros que apresentam (ao nível do edificado), tende para um planeamento temporal necessariamente mais alargado – face a um contexto de subvenção não reembolsável –, mas também diminui a procura potencial ao nível nacional (em todas as regiões) e não alavanca os resultados e os impactos que poderiam ser alcançados, diminuindo o alcance e o contributo, desta forma, para as metas definidas nos instrumentos de política no curto prazo.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 46% dos beneficiários considera os “apoios reembolsáveis” (subsídio reembolsável e IF) ineficazes no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações com financiamento comunitário (8% considera “nada eficaz” e 34% “pouco eficaz” a subvenção reembolsável e 12% considera “nada eficaz” e 38% “pouco eficaz” os IF). As regiões com uma leitura de eficácia menos favorável dos “apoios reembolsáveis” são o Centro (61%) e o Algarve (59%). Para alguns beneficiários, nos investimentos apoiados de iluminação pública, tratando-se de financiamento reembolsável,

ao que se associam as exigências ao nível do retorno do investimento elegível, exclui ou, pelo menos, limita, o número de projetos apresentados e o alcance que poderia ser alcançado com estes instrumentos de financiamento. A opção por financiamento reembolsável não é motivadora para as entidades da administração pública local, dados os constrangimentos financeiros que apresentam. Os beneficiários que promovem operações com esta tipologia de apoio referem as potenciais dificuldades associadas aos efeitos que irão ter na liquidez de tesouraria durante o período do reembolso, mesmo considerada a poupança energética esperada em termos de resultados com a execução das operações.

- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 45% dos beneficiários considera os “apoios reembolsáveis” (subsídio reembolsável e IF) ineficazes no que se refere ao interesse que suscitam para promover operações com financiamento comunitário (16% considera “nada eficaz” e 43% “pouco eficaz” a subvenção reembolsável e 9% considera “nada eficaz” e 43% “pouco eficaz” os IF). As regiões com uma leitura de eficácia mais favorável dos “apoios reembolsáveis” (classificando-os como eficazes ou muito eficazes) são Lisboa (75%) e o Norte (65%).
- » Os beneficiários que apresentaram candidaturas a subsídio reembolsável para a eficiência energética nas infraestruturas públicas consideram existir uma falta de cultura sobre “apoios reembolsáveis”, condicionando uma reação mais célere da sua parte aos AAC (43%) e condicionando uma execução mais célere das operações (33%). Ou seja, apenas 24% considera não existir uma falta de cultura sobre esta tipologia de apoios. Uma leitura das respostas por região permite verificar que Lisboa (55%) e o Norte (47%) destacam-se como as que consideram que esta falta de cultura condiciona uma reação mais célere da sua parte aos AAC e o Alentejo (43%) como a que considera que esta falta de cultura condiciona uma execução mais célere das operações.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » A forma de financiamento não foi a mais adequada para concretizar as operações. Para se potenciar os resultados desta tipologia de operações, especialmente considerando o paradigma ambiental, a forma de financiamento deveria ser subsídio não reembolsável, por via FEDER. Na impossibilidade de o financiamento ser totalmente concretizado através de subsídio não reembolsável, pelo menos uma parte do investimento deveria ter sido enquadrada nesta forma de apoio.
- » A opção por financiamento reembolsável não é motivadora para as entidades da administração pública ao nível do edificado, dados os constrangimentos financeiros que apresentam. É igualmente inibidora de uma execução mais célere das operações, pois o reembolso do subsídio, considerando os constrangimentos financeiros que apresentam, tende para um planeamento temporal necessariamente mais alargado.
- » Contudo, no que se refere ao financiamento de operações de iluminação pública, a elevada percentagem de coparticipação possibilita reduções de consumo imediatas e planos de pagamento articulados interessantes face aos ganhos alcançados em matéria de consumo.

Risco	At_Rea_RE_4 - Discrepância entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado sentidas pelos beneficiários (PI 4.3)
-------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Em princípio, as soluções dos certificados energéticos devem corresponder às necessidades de intervenção no edificado. Os certificados energéticos são baseados numa auditoria e, por essa razão, as soluções encontram-se fundamentadas. Existindo alterações de contexto, poder-se-á revelar necessário proceder à revisão dos estudos para fazer face às novas necessidades.
- » Existindo discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado, não se considera que sejam relevantes ao ponto de potenciar, pelo menos em escala, o aumento de desistências de avançar com uma candidatura ou até mesmo, depois da mesma aprovada, não se avançar com a operação.
- » Contudo, dever-se-á ponderar, nas situações em que um perito não tenha identificado determinada medida, a inclusão da intervenção na mesma (certificados são válidos por 10 anos).
- » A montante das eventuais discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado, sinaliza-se, no caso da RAA, o número reduzido de peritos (ou a sua

ausência em algumas ilhas; custos acrescidos na sua contratação), com reflexos ao nível da preparação das candidaturas e/ou na própria decisão de avançar para a apresentação de candidaturas/operações.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 90% dos beneficiários afirmaram não terem experienciado discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção nas infraestruturas públicas. Para os 10% que afirmaram terem sentido esse desfasamento, os principais motivos estão associados às necessidades práticas se revelarem superiores ao enquadramento alvo do programa, condicionando a realização de algumas ações necessárias no edificado. Como exemplos, assinala-se a atualização de sistemas antigos de climatização de manutenção elevada; as intervenções ao nível das fachadas e janelas; as intervenções em piscinas municipais; a remodelação de circuitos de águas quentes; a discrepância no tipo de materiais a substituir, considerando-se que os certificados energéticos apresentavam soluções técnicas pouco ambiciosas, propondo alterações reduzidas. Em Lisboa e na RAA, identificou-se, no entanto, uma relevância mais elevada de beneficiários que identificaram essas discrepâncias (21% e 22%, correspondentes a 7 e a 2 beneficiários).
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 86% dos beneficiários afirmaram não terem experienciado discrepâncias entre as soluções técnicas prescritas nos certificados energéticos e as necessidades de intervenção no edificado ao nível das habitações sociais. Para os 14% que manifestaram a opinião contrária, tal ficou a dever-se aos certificados energéticos não contemplarem, de forma exaustiva, o conjunto de medidas de reforço do desempenho energético dos edifícios, tendo esse desfasamento se verificado, por exemplo, nas intervenções em telhados, nos painéis solares fotovoltaicos, bem como na iluminação de escadas, entre outros aspetos.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » As necessidades técnicas para a concretização das operações e as soluções definidas pelos certificados energéticos obrigatórios não apresentam discrepâncias significativas entre si, ainda que sejam sinalizadas algumas situações que não permitiram concretizar todas as ações inicialmente previstas, tanto ao nível das operações de eficiência energética nas infraestruturas públicas (ao nível das fachadas e janelas e tipos de materiais que puderam ser utilizados), como da eficiência energética nas habitações sociais (nos painéis solares fotovoltaicos e da iluminação de escadas).

Risco	At_Rea_RE_5 - Necessidade de intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) às soluções técnicas reduzem a racionalidade económica da operação (PI 4.3)
-------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas nas tipologias de eficiência energética nas infraestruturas públicas e de eficiência energética nas habitações deviam ser apoiadas, pois são fundamentais para alavancar o alcance dos resultados em matéria de eficiência energética – indo de encontro às metas definidas nos instrumentos de política pública –, e incrementar grandemente a procura por parte das entidades da administração pública. Considera-se que, em algumas circunstâncias, a inexistência de apoio resultou na desistência de apresentação de candidaturas, sobretudo na habitação social.
- » Não sendo apoiadas, reduzem a racionalidade económica das operações e, em algumas circunstâncias, podem mesmo pôr em causa a sua concretização, em contexto de candidatura, mas também em contexto pós-aprovação, com necessidade de revisão de custos não previstos (não apoiados) para os quais, por essa razão, não existe disponibilidade financeira.
- » Observa-se a necessidade de um apoio técnico especializado para estudar soluções coletivas, abrangendo vários promotores públicos, para mobilizar ações. Seria importante definir tipologias de operação comuns a várias instalações/edificado com base numa avaliação conjunta que permitisse aplicar as soluções com maiores resultados e impactos energéticos, como, por exemplo: i. operação integrada para melhorar a eficiência da iluminação nos edifícios da administração pública (equipamentos de serviços, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, estabelecimentos desportivos); ii. operação para promover o aquecimento eficiente da água com fontes renováveis (solar, biomassa, bombas de calor) em estabelecimentos de ensino,

estabelecimentos de saúde, estabelecimentos desportivos; iii. Produção de eletricidade com energia solar para autoconsumo.

- » Considera-se, também, nas situações que existe a necessidade de um processo de reabilitação total do edifício, que deveriam ser financiadas as intervenções de construção civil (recuperação de fachadas, equipamento técnico, ...) imprescindíveis às soluções técnicas a adotar direcionadas para a eficiência energética.
- » Nas operações de eficiência energética para a habitação social, a eficiência energética não corresponde ao *driver* da intervenção, as quais visam sobretudo o conforto térmico e acústico, a prevenção de riscos de saúde, Importa pensar o apoio a estas operações de forma as tornar mais atrativas, suportando os investimentos estruturais de suporte.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 89% dos beneficiários consideram que a racionalidade económica das operações não foi posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas. Para os restantes 11%, a racionalidade económica das operações foi posta em causa devido, sobretudo, à necessidade de superação das fragilidades de base que a construção do edificado, em geral antigo, apresentava, para que pudessem ser acomodadas as intervenções de eficiência energéticas previstas. Algumas evidências dessa situação foram, por exemplo, a necessidade de intervir ao nível da substituição e reforço da cobertura do edificado (telhado), de modo a permitir a instalação de painéis solares; a remoção de coberturas de fibrocimento (amianto), entre toda uma vasta necessidade de realização de obras essenciais com vista à instalação do equipamento de eficiência energética previsto. Muito embora nas várias regiões prevaleça um consenso de que a racionalidade económica das operações não foi posta em causa, a Região de Lisboa apresenta o valor mais reduzido, de 73%.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 82% dos beneficiários consideram que a racionalidade económica das operações não foi posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas. Para os restantes 18%, a racionalidade económica das operações foi posta em causa devido, sobretudo, à necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas, tais como a reformulação da rede elétrica das habitações (não elegível); alterações significativas em todo o revestimento e renovação da própria cobertura dos edifícios, com vista à incorporação de isolamento térmico nas coberturas; trabalhos complementares nas fachadas dos edifícios, tais como a reparação de fissuras e estabilização estrutural de alvenarias; a renovação dos sistemas de drenagem de águas pluviais; as pinturas interiores nas orlas dos vãos com substituição de diferentes materiais de revestimento existentes; a substituição de elementos de fachada (toponímia, identificação dos edifícios) e pinturas de elementos metálicos complementares (guardas e elementos de proteção, por exemplo); intervenções que antecedem a renovação de caixilharias e de revestimentos de paredes com isolamento. A RAM (50%) e a Região Centro (43%) observaram o registo mais elevado de beneficiários a considerarem que a racionalidade económica foi posta em causa pela necessidade de proceder a outras intervenções estruturais de suporte às soluções técnicas apontadas.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Foram desenvolvidas intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) às soluções técnicas para concretizar as operações. Ainda que a racionalidade económica das operações não tenha sido posta em causa pela necessidade de se proceder a estas intervenções estruturais – caso contrário, não teriam concretizado as operações –, considera-se que condicionam os seus resultados e o seu contributo para o definido no OT4 e nas metas dos instrumentos de política, retirando-lhes dimensão financeira.
- » As intervenções estruturais de suporte (não apoiadas) concretizaram-se ao nível da substituição e reforço da cobertura do edificado (telhado), de modo a permitir a instalação de painéis solares; na remoção de coberturas de fibrocimento (amianto) – infraestruturas públicas e na reformulação da rede elétrica das habitações e alterações no revestimento e renovação da própria cobertura dos edifícios, com vista à incorporação de isolamento térmico nas coberturas.

Risco	At_Rea_RE_6 - Incapacidade de os atores valorizarem adequadamente ganhos futuros (PI 4.3)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Na opinião da maioria das entidades auscultadas, os beneficiários revelam uma sensibilização e uma consciencialização crescentes para as questões da sustentabilidade e da eficiência energética: o facto de terem de melhorar o desempenho, bem como de terem de passar um certificado energético, gera uma maior consciencialização e sensibilização para a temática. » Em geral, os atores conseguem perceber os ganhos/resultados futuros das operações apoiadas, como seja a redução dos custos com a energia. Contudo, por vezes tal percepção só surge numa fase mais avançada da concretização da operação e não por ocasião da candidatura ou na fase inicial da sua implementação. » Esta consciencialização tende ainda a gerar, também de uma forma progressiva, mudanças comportamentais sustentáveis a prazo, bem como oportunidades de mercado para futuras intervenções. » Um exemplo ilustrativo da valorização crescente por parte dos atores são as intervenções relacionadas com iluminação pública, que tendem a ser particularmente bem-recebidas pela população, seja pela dimensão associada à eficiência energética e à melhoria da situação ambiental, seja pela percepção de que os novos LED são mais eficientes e têm maior luminosidade. Estas intervenções são também entendidas como estímulos para particulares adotarem comportamentos similares, mais responsáveis, assim como para investirem neste tipo de tecnologias. 	
Risco	At_Rea_RE_7 - O custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/ análises energéticas como condicionante da procura (PI 4.3)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » A generalidade das entidades auscultadas reconhece que as auditorias, os estudos e/ou as análises energéticas são fundamentais para o melhor conhecimento do “estado da arte” e das instalações a candidatar a financiamento, bem como dos benefícios expectáveis, para que sejam tomadas as opções mais adequadas. O diagnóstico prévio permite potencializar o investimento a efetuar ou inclusivamente dar a indicação que não será necessário apostar no financiamento comunitário. Por vezes, permite ainda identificar outras medidas que, não sendo financiáveis, serão importantes na intervenção a realizar. » Como referido nas evidências recolhidas relativas ao risco geral Res_Imp_RG_4, os custos energéticos podem ser atenuados com a realização de auditorias às instalações. Algumas auditorias identificaram a possibilidade de reduzir entre 20 e 25% os consumos energéticos. Por este motivo, reforça-se a importância do financiamento de auditorias, sempre que requeridas e que serviriam de base ao investimento a realizar, através da comparticipação ou adiantamento, com respetivo acerto no pedido de pagamento do saldo final do projeto. » O impacto do custo com auditorias, estudos e/ou análises energéticas enquanto fator condicionante ou limitativo da procura é, porém, percebido de forma diferenciada pelas entidades auscultadas, o que estará certamente também associado à dimensão do investimento a realizar. Neste domínio, assinalam-se testemunhos divergentes: i. algumas entidades consideram que o custo inicial é, na maioria dos casos, mínimo ou bastante reduzido face ao investimento, não constituindo um fator limitativo da procura e tornando o processo mais eficaz e eficiente, o que estará também associado à dimensão financeira dos projetos (nos projetos de menor dimensão financeira, os custos poderão revelar-se significativos); ii. no caso da habitação social, o custo é significativo, a respetiva orçamentação tem um peso importante e é difícil de assegurar (uma renda de um fogo na ordem dos 60€ por ano não é suficiente para suportar o custo da auditoria, que ronda os 200€); neste caso, a possibilidade de cofinanciamento do custo com auditorias teria certamente ajudado, inclusivamente pelo impacto em termos de cativações (menores, se estiver em causa financiamentos FEEL); iii. no caso dos promotores empresariais, os custos associados às avaliações prévias podem, efetivamente, constituir um entrave à procura, na medida em que são muito elevados e não são elegíveis; podem inclusivamente revelar-se impeditivos para a generalidade das PME (despesas limitadas a 5%, não reembolsáveis); a serem exigidos, deveriam ser também cofinanciados, com taxas iguais ou superiores a 70% ou mediante consideração de prémio final; por outro lado, os referenciais da “pegada ecológica” são pouco claros e incipientes, não sendo muitas vezes claro para as empresas em que medida em que irão efetivamente 	

beneficiar de intervenções em matéria de eficiência energética; iv. no caso dos investimentos de cariz municipal, os custos não têm condicionado/limitado a procura; apesar de as auditorias energéticas obrigatórias por lei não serem elegíveis, os custos associados às que não são obrigatórias por lei são consideradas despesas elegíveis, sendo que o seu financiamento assume a natureza de subvenção não reembolsável, beneficiando da taxa de apoio prevista no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento SEUR, pelo que tal não resulta num impedimento à preparação/instrução das candidaturas; o mesmo racional será válido para os estudos e/ou análises energéticas aos sistemas de iluminação pública, semafórica e decorativa, também não obrigatórios por lei e, portanto, passíveis de cofinanciamento.

- » O cofinanciamento integral dos custos associados a estas ações, em todas as tipologias de intervenção teria certamente um efeito positivo na mobilização da procura.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), para 71% dos beneficiários o custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, não condicionou a sua decisão de avançar com a operação, nem contribuiu para atrasar essa decisão, face a 29% que demonstraram uma opinião contrária. A RAA assume uma certa singularidade, ao registar a mais elevada proporção de beneficiários (78%) que indicaram que o custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), para 75% dos beneficiários o custo (inicial) de realização de auditorias/estudos/análises energéticas, a assegurar pela entidade, não condicionou a sua decisão de avançar com a operação, nem contribuiu para atrasar essa decisão, enquanto 25% respondeu afirmativamente. A RAM e o Alentejo foram as únicas regiões do país sem registo de beneficiários a considerarem que tal condicionou a sua decisão de avançar com a operação ou contribuiu para atrasar essa decisão.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os promotores das operações objeto de estudo de caso consideraram elevado o custo inicial de realização prévia de auditorias, estudos e/ou análises energéticas. Contudo, tais custos não condicionaram a submissão das candidaturas, uma vez que foram cobertos por capitais próprios. Em caso de inexistência destes, poderão, de facto, constituir uma condicionante.
- » Alguns promotores sugeriram a revisão do processo no futuro, tendo em vista a sua simplificação e a redução destes custos. Foi inclusivamente sugerida a eliminação deste requisito na fase de candidatura.

Risco	At_Rea_RE_8 - A implementação tardia dos instrumentos de planeamento enquadadores à escala regional, subregional e local como condicionante do alcance dos objetivos (PI 4.3 e PI 4.5) (entidade promotora: administração local)
-------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Como referido na análise do pressuposto “At_Rea_PE_5 - Existem instrumentos de planeamento enquadadores à escala subregional e local (PDCT; PEDU) (PI 4.3 e PI 4.5)”, a existência de instrumentos enquadadores de natureza territorial (PDCT e PEDU) permite enquadrar e garantir o apoio às intervenções a realizar por alguns grupos-alvo específicos. A sua relevância é tanto maior - mesmo decisiva - em PO e PI que acolhem uma dotação financeira limitada, pois define prioridades na intervenção e enquadra a elegibilidade das operações.
- » De forma a maximizar o seu potencial e impacto, tais instrumentos deverão ser concebidos a montante da programação, ou seja, antecedendo o início da implementação efetiva dos PO. A experiência veiculada pelas entidades auscultadas evidencia, porém, um significativo desfasamento/atraso na elaboração e aprovação dos instrumentos de planeamento enquadadores e respetivos planos de ação, quer PDCT, quer PEDU, o que, desde logo, condiciona o arranque e a regular execução das operações, bem como as possibilidades de alcance dos objetivos e metas, quer das operações, quer dos PO. A este facto não será alheia a ocorrência de situações de sobreposição dos diversos instrumentos de gestão territorial (PDCT, PEDU, DLBC, CLDS, etc.), que confluem amiúde para territórios e atores comuns, o que acaba por afetar a respetiva implementação.

- » Ademais, observaram-se alguns constrangimentos associados, que criaram dificuldades à execução das operações, de entre os quais se destacam os mapeamentos, que criaram condicionalismos despropositados. Não obstante, o planeamento foi assumido pelos atores locais, que vão procurando resolver e ultrapassar os problemas associados ao processo.
- » De salientar, porém, que algumas TO poderão não vir a ser operacionalizadas, pois o nível de capacitação das estruturas técnicas (do PO ou do promotor) poderá não ser suficiente para viabilizar as operações. É o caso, por exemplo, no caso da mobilidade, da gestão de tráfego, bilhética integrada, sistemas integrados de informação, etc. Seria importante que todos os municípios desenvolvessem os respetivos PAMUS/MUS, de forma que todos possam beneficiar dos apoios no âmbito dos AAC abertos.

Risco	At_Rea_RE_9 - Dificuldade de mobilizar ou ausência/reduzido número de atores relevantes em alguns territórios (ESE, agências locais e regionais de energia, técnicos certificados) (PI 4.3)
--------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As entidades auscultadas reconhecem que a mobilização de atores relevantes - como ESE, agências locais e regionais de energia, técnicos certificados - é determinante na concessão de apoio à eficiência energética e na prossecução dos objetivos de política pública neste domínio.
- » As evidências recolhidas no contexto das entrevistas realizadas apontam para a existência de capacidade ao nível global, em termos de dimensão ou volume, mas poderão efetivamente registar-se alguns constrangimentos na sua mobilização, por diversas razões.
- » Relativamente à dimensão do mercado das ESE, este é facilmente ajustável e articulável. Portugal está bem estabelecido na área da engenharia, a qual consegue dar resposta sempre que é requerido e em linha com os necessários requisitos. O mercado responde muito rapidamente às oportunidades, criando empresas e articulando com as entidades pertinentes.
- » Por seu turno, as agências locais e regionais de energia são o “braço direito” das autarquias, sobretudo no interior. Algumas CIM desenvolveram e disponibilizam também estas competências, por via de técnicos qualificados nestas áreas. Neste ponto, importa ter em conta a realidade das regiões, articulando atempadamente, para que aquelas entidades e agentes tenham um papel e um envolvimento mais precoce, pró-ativo e próximo dos beneficiários.
- » As agências locais e regionais de energia são bastante diferentes entre os vários territórios, mas, de um modo geral, têm sido importantes para a concretização das operações, por via do apoio que prestam às autarquias. Será desejável que, no futuro, o seu envolvimento venha a ser reforçado, designadamente na fase de acompanhamento das operações.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), considerando os 153 beneficiários que responderam terem recorrido a empresa(s) prestadora(s) de serviços de energia no âmbito do desenvolvimento do projeto: i. 71% indicaram que foi relativamente fácil encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi adequado; ii. 7% indicaram que foi relativamente fácil encontrar, mas o apoio técnico especializado foi insatisfatório; iii. 10% indicaram que foi difícil encontrar, mas o apoio técnico disponibilizado foi adequado; iv. 1% indicou que foi difícil encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi insatisfatório (1% indicaram ainda outra situação e 11% não sabe/não responde).
- » Neste contexto, o Centro diverge das restantes regiões nacionais por apresentar uma proporção bastante significativa de beneficiários a indicarem que foi difícil encontrar, mas que o apoio técnico disponibilizado foi adequado (76%), bem como a indicarem que foi difícil de encontrar e o apoio técnico disponibilizado foi insatisfatório.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » No âmbito dos estudos de caso desenvolvidos sob a PI 4.3, foi assinalado o recurso, por várias entidades, a agências regionais de energia, quer na fase de preparação de candidaturas, quer na fase de operacionalização

das operações. Alguns promotores consideram as agências como atores chave no processo, em virtude do conhecimento técnico de que dispõem e pela capacitação das entidades nas fases de execução, fiscalização e monitorização.

- » O auxílio prestado no esclarecimento de dúvidas técnicas foi reconhecido como fundamental ao longo do processo, considerando-se muito positiva e profícua a relação estabelecida entre os promotores e as agências na fase de preparação das candidaturas e na implementação das operações. Foi referido como tendo sido um processo de aprendizagem para todos os intervenientes, que terá certamente impactos positivos a prazo.

Risco	At_Rea_RE_10 - Reduzida recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF (PI 4.3)
--------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As evidências recolhidas junto das entidades auscultadas revelaram-se divergentes quanto ao nível de recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF, quer em relação ao IFRRU2020, quer em relação ao IFE2020.
- » Algumas entidades consideram que a recetividade da banca foi efetiva, valorizando designadamente os instrumentos promotores da partilha de risco. O IFRRU 2020, em particular, permitiu à banca voltar e envolver-se num setor de onde estava arredada há longo tempo, assim aumentando a sua oferta e alcançando novos potenciais clientes. A recetividade e mobilização foi manifesta na divulgação efetuada ao nível nacional, em que a banca participou nas várias sessões de apresentação e esclarecimento junto dos municípios.
- » Outras entidades indicaram que o lançamento de uma iniciativa junto do BEI e de outras entidades nacionais no sentido de criar um IF na habitação (Casa Eficiente2020) se revelou como um processo mais rápido e mais simples, que inviabilizou o IF na habitação com o apoio dos FEEI. As condições não se revelaram verdadeiramente atrativas para a banca e esta terá acabado, argumentam, por não se empenhar no lançamento do IF (os projetos tinham uma dimensão que não justificava).
- » Por outro lado, foi também manifestada alguma indefinição quanto aos destinatários do IFE2020, bem como desconhecimento relativamente ao envolvimento do BEI no processo, o que não terá favorecido o lançamento do IF. A possibilidade de lançamento de um IF para a eficiência nas empresas acabou por colidir com a preferência para estas submeterem os seus projetos, de forma integrada, aos Sistemas de Incentivos do PT2020.
- » O processo de preparação e submissão da candidatura aos IF financiados por FEEI é percecionado como demasiado complexo e burocrático, comparativamente com o financiamento direto da banca para o mesmo efeito. Deveria haver um regime simplificado para operações mais simples e de menor dimensão (dificuldade de aplicar estruturas idênticas ao *projet finance*, pela dimensão das operações e também pelo volume de trabalho que implicam na sua preparação, dadas as exigências técnicas específicas complexas e a burocracia).

Recolha documental

- » O grau de alavancagem que o IFRRU2020 (cerca de 12 vezes, ou seja, uma dotação de 100 milhões de euros consegue financiar intervenções num total de 1.200 M€) constitui a face mais evidente do sucesso do IF, traduzindo as condições mais favoráveis que apresenta relativamente à oferta de mercado (maturidade mais longa, períodos de carência mais longos, taxas de juro de cerca de metade do valor de mercado, etc.).

Quadro 53. Evidências da TdM: Das Realizações para os Resultados – pressupostos específicos

Pressuposto	Real_Res_PE_1 - Capacidade de implementar as soluções tecnológicas definidas e a sua ligação à rede (PI 4.1)
--------------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » De um modo geral, existe um número reduzido de atores em Portugal devidamente capacitados do ponto de vista técnico para implementar estas tecnologias, por serem ainda pouco desenvolvidas e com reduzida maturidade em matéria de resultados.

- » A injeção da energia produzida na rede elétrica tem associados um conjunto de constrangimentos potenciais, sobretudo no que se refere às dificuldades na obtenção do título de reserva de capacidade da rede.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis) e no que se refere às candidaturas apresentadas para a realização de projetos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, com tecnologias testadas e pouco disseminadas no território nacional e respetiva integração na rede – no âmbito do AAC POSEUR-01-2016-60 –, a totalidade das entidades (5) afirmou estar devidamente capacitada para implementar esta tipologia de projetos.

Pressuposto

Real_Res_PE_2 - As operações apoiadas no mesmo território são implementadas de forma articulada, gerando maiores resultados (PI 4.3 e PI 4.5)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Existem evidências da implementação articulada de operações no mesmo território que estão a gerar maiores resultados que os esperados. Por exemplo, no caso de algumas entidades de ensino superior (UTAD, IP Beja, ...) houve a preocupação de articular com os respetivos municípios a construção de ciclovias (através do PO Regionais), de modo a que as bicicletas partilhadas que candidataram pudessem ser utilizadas. Há uma implementação articulada e, em muitos casos, são os próprios promotores que pressionam as autarquias locais para criarem as condições, as infraestruturas necessárias.
- » Os Municípios têm a preocupação que as operações apoiadas num mesmo território sejam implementadas de forma articulada, gerando maiores resultados. As intervenções promovidas ao nível dos sistemas de iluminação pública são exemplos evidentes dessa articulação. Num passado recente e, nalguns casos, ainda à data, foram/estão a ser implementadas, em simultâneo, intervenções apoiadas pelo PPEC, pelos PO regionais e por privados (por exemplo: EDP distribuição e/ou ESE). De igual modo, progressivamente regista-se uma maior preocupação de integração de projetos, pelos Municípios (requalificação do espaço público/mobilidade)
- » Acresce o papel das CIM. Por exemplo, verifica-se que ao nível da CIMLT, quase todos os municípios (senão todos) apresentaram candidaturas no âmbito da iluminação pública, em estreita articulação, partilha de conhecimento e experiências, o que pode potenciar a melhoria dos resultados.
- » Não existem evidências de terem sido criadas condições programáticas e de governação no PT2020 que permitem lançar AAC de forma articulada entre PO.

Processo de inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (eficiência energética nas infraestruturas públicas), 46% dos beneficiários não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo. Aqueles que o fizeram foi essencialmente de modo a gerar sinergias que permitissem intervenções mais abrangentes ou que considerassem intervenções não elegíveis (por exemplo, com o programa Beneficiação de Equipamentos Municipais). Quanto às razões que constituíram principais barreiras ao estabelecimento de algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade destacaram-se o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer (50% dos beneficiários) e o desconhecimento de outras entidades promotoras (5%). A Região Norte destaca-se por ter sido aquela com maior proporção de beneficiários que procurou estabelecer este tipo de sinergia (8% dos beneficiários; cerca de metade dos beneficiários que o fizeram ao nível nacional).
- » Dos beneficiários da tipologia C (eficiência energética nas habitações sociais), 24% não procuraram e 18% procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo. Foram estabelecidas complementaridades ao nível da reabilitação física dos edifícios e do espaço público e ao nível de intervenções de âmbito imaterial com vista à melhoria do ambiente social. Tratou-se de articulações essencialmente promovidas por municípios, nomeadamente operações no âmbito dos PEDU, PAICD, PARU, PAMUS e ainda com a PI 9.8. Constituíram principais barreiras ao estabelecimento de algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade, o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer (54% dos beneficiários) e o desconhecimento de outras entidades promotoras (62%).

- » Na tipologia D (eficiência energética nos transportes públicos), 59% dos beneficiários não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (apenas 12% procuraram). Aqueles que o fizeram foi essencialmente com operações financiadas ao abrigo do PAMUS. O tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas foram, por exemplo, o desenvolvimento de uma plataforma digital para a gestão do projeto U-Bike, interações entre entidades de forma a definir especificações técnicas adequadas, bem como aspetos complementares associados, e a utilização das vias cicláveis e identificação e colocação dos pontos de amarração. Constituíram principais barreiras ao estabelecimento de algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade o desconhecimento dessa possibilidade e de como o fazer (60% dos beneficiários), o desconhecimento de outras entidades promotoras (60% dos beneficiários), o desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais (55% dos beneficiários) e comunitários (55% dos beneficiários) e os AAC e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram (60% dos beneficiários).
- » Dos beneficiários da tipologia E (mobilidade urbana sustentável), 29% não procuraram estabelecer qualquer tipo de articulação, sinergia e complementaridade com outra(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do PT2020 que incidam no mesmo território-alvo (26% procuraram). A Região de Lisboa difere das demais por ser a única à escala nacional em que uma maior proporção de beneficiários (41%) procurou estabelecer essas sinergias. Quanto às razões que levaram os beneficiários a não procurar estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outras operações destacam-se, sobretudo, os prazos para preparação das candidaturas demasiado curtos referido por 47% dos beneficiários.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » No EC da Rede Ciclável da Ribeira Grande, sinalizou-se que no Plano Integrado de Regeneração Urbana, algumas intervenções estão/foram pensadas de forma integrada, articulada para robustecer os resultados da operação (melhorar a atratividade e gosto pela fruição em modos suaves), nomeadamente a requalificação do centro urbano, a requalificação da frente de mar, as melhorias no espaço público. Assinalou-se a importância de operações complementares, de modo a reforçar os impactos e mudar comportamentos. Releva que está em construção uma ciclovia regional, sendo que um dos troços será entre Santa Bárbara e Ribeira Seca, que estabelecerá a ligação com a operação em presença. Ou seja, existe uma virtuosa articulação /continuidade das prioridades regionais com as intervenções locais (com a operação apoiada).

Pressuposto	Real_Res_PE_3 - As condições de acesso e de elegibilidade permitiram garantir uma maior racionalidade do investimento e gerar operações com benefícios líquidos positivos (PI 4.3)
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As condições de acesso e de elegibilidade são sobretudo uma questão de garante e de enquadramento e não necessariamente uma questão de racionalidade do investimento.
- » As condições de acesso e de elegibilidade estabelecidas têm vindo a condicionar negativamente o reforço das operações para a promoção da eficiência energética, nomeadamente no que se refere, entre outras dimensões – como os custos padrão, o modelo de financiamento, as tipologias de operação elegíveis ou os limiares mínimos de poupanças estabelecidos – à necessidade de gerarem benefícios financeiros líquidos positivos, pois ainda que se compreenda o seu propósito, o exercício de demonstração é complexo.
- » As condições de acesso e de elegibilidade dos AAC no âmbito da PI 4.3 antes da reprogramação apresentaram uma eficácia limitada em garantir a obtenção de benefícios líquidos positivos, pois baseiam-se apenas numa análise inicial. Os contratos de desempenho energético com empresas de serviços energéticos (ESE) oferecem melhores garantias de racionalidade dos investimentos e de obtenção de benefícios líquidos positivos, pois existe uma partilha do risco com a ESE, que é responsável pelo estudo inicial, implementação e operação durante o prazo do contrato.
- » Não é garantida a obtenção de benefícios líquidos positivos com as operações apoiadas, mesmo que cumprindo as condições de acesso e de elegibilidade previstas nos AAC lançados antes da reprogramação, pois após a sua execução, as poupanças líquidas geradas poderão não exceder o valor atualizado do custo de investimento, por incumprimento das estimativas em sede de candidatura.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), o contributo estimado das operações em termos de benefícios líquidos positivos (VAL positivo) é médio (30%), elevado (37%) ou muito elevado (8%). Para alguns beneficiários, a necessidade de VAL positivo limitou a intervenção em várias dimensões.

SI PT2020: síntese de evidências recolhidas

- » POSEUR - operações aprovadas (31.05.2019): Redução do consumo de energia primária nos edifícios da administração central (Tep) = 200.734; Despesa elegível aprovada = 143.193.507€; Montante médio de despesa elegível aprovada por unidade de energia poupada (estimativa) = 713,34€/Tep
- » PO Norte - operações aprovadas (31.05.2019): Redução do consumo de energia primária nos edifícios da administração regional e local (Tep) = 172.885; Despesa elegível aprovada = 5.222.256€; Montante médio de despesa elegível aprovada por unidade de energia poupada (estimativa) = 30,21€/Tep
- » PO Alentejo - operações aprovadas (31.05.2019): Redução do consumo de energia primária nos edifícios da administração regional e local (Tep) = 51.887; Despesa elegível aprovada = 6.304.061€; Montante médio de despesa elegível aprovada por unidade de energia poupada (estimativa) = 121,50€/Tep

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Os contratos de desempenho energético com empresas de serviços energéticos (ESE) poderiam oferecer melhores garantias de racionalidade dos investimentos e de obtenção de benefícios líquidos positivos, em virtude da partilha do risco com a ESE. A obtenção de benefícios líquidos positivos revela-se, no quadro das condições de acesso e de elegibilidade, de grande complexidade.
- » O facto de serem poupanças obtidas e não estimadas foi um desafio (é difícil garantir dinâmica interna nas instituições nestes processos).

Pressuposto

Real_Res_PE_4 - Maior propensão para a aquisição e utilização de veículos elétricos em função da maior cobertura geográfica e dos menores tempos de carregamento (PI 4.5)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » O processo de implementação do modelo de Mobilidade Elétrica em Portugal, apenas foi retomada em 2014, através de uma alteração legislativa. A rede estava no terreno, mas ao abandono e faltava uma entidade que liderasse o processo. Nesse quadro, a estratégia de credibilização e reconversão da rede, passava pela: 1. Atualização dos postos; 2. Expansão da rede (definida e preparada, em 2016).
- » A cobertura geográfica e os tempos de carregamento de veículos elétricos condicionam a procura pelo transporte elétrico (assumem-se como um dos fatores determinantes enquanto inibidores para a aquisição e utilização desse transporte). Não obstante, o maior constrangimento é o custo e a duração das baterias.
- » No caso da RAA, existe um novo sistema de incentivos para a aquisição de veículos elétricos, cumulativo aos apoios disponibilizados pelo Fundo Ambiental (nacional). Existem 19 postos de carregamento rápidos. Neste contexto, todas as ilhas já possuem pelo menos 1 posto de carregamento (inseridos na rede MOBI.E) com contratos com as Câmaras Municipais (posto normal). É muito importante, e estão atualmente a efetuar, um levantamento de edifícios públicos com potencial para a instalação dos postos de carregamento. A administração pública está sensibilizada e está a efetuar a substituição das frotas por veículos elétricos. Foi lançado o Aviso “E-Bus”, pelo PO Açores, para adquirirem/substituírem frotas privadas. Em 2018 não houve condições; em 2019 também poucos aderiram (apenas um candidato, a C. M. de Angra do Heroísmo). A principal razão apontada prende-se com o facto de que apenas participava 85% do diferencial (estão a optar por adquirir em 2ª ou 3ª mão, que é menos oneroso). Esta aposta, a procura por este tipo de AAC, poderá passar pelas Câmaras Municipais, se desenvolverem circuitos municipais. O principal problema identificado, prende-se com o período de concessão não estar articulado com o Aviso (daqui a 2 anos não sabem quais as condições que vão propor nas renovações das concessões, levando a que não arrisquem). Neste quadro, o desafio, passaria

por manter os AAC abertos durante um período alargado e mais convergentes (em simultâneo com as renovações de concessões), caso contrário dificilmente existirá procura.

- » Em 2019, foram adquiridos 22.322 carros elétricos, híbridos elétricos e plug-in (quota de 8,5%, segundo informações da ACAP – Associação Automóvel de Portugal). Em 2018, foram adquiridos em Portugal 7.096 veículos 100% elétricos, 5.798 *plug-in* e 9.428 híbridos elétricos (ligeiros de passageiros).

Estudo de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » O projeto MOBI.E + atual (bi), consiste na atualização tecnológica da Rede pública de carregamento de veículos elétricos, MOBI.E, por forma a munir o território, em particular as zonas urbanas, de uma infraestrutura que permita gerar condições de acessibilidade aos atuais e futuros utilizadores de veículos elétricos, quanto há disponibilidade de pontos de carregamento elétricos e, assim, gerar a perceção de um maior conforto e segurança no uso deste tipo de veículos. Passados cerca de cinco anos desde a instalação dos carregadores normais do piloto MOBI.E, existiu a necessidade de proceder à atualização tecnológica dos equipamentos. Esta necessidade decorre, por um lado, da estabilização das normas que, entretanto, se verificou e, por outro lado, da evolução tecnológica verificada nos veículos elétricos e nos sistemas da gestão da mobilidade, que hoje obriga a uma maior capacidade de interação dos equipamentos de carregamento com outros equipamentos e sistemas. O projeto de investimento Rede MOBI.E + atual (bi) visa a intervenção apenas nos postos da rede do projeto Piloto. Este abrange 25 municípios, 404 postos de carregamento normal, com 1076 pontos de ligação à rede de energia para a mobilidade elétrica.
- » O P2 Rede + MOBI.E (bii.) visa adquirir cerca de 202 postos de carregamento para instalação em municípios que, atualmente, não têm qualquer posto de carregamento e ligação dos mesmos à Rede MOBI.E, cada um com dois pontos de ligação à rede e investir em equipamentos de maior potência que comportem os aumentos da procura esperados para os próximos anos.
- » Neste quadro, estas duas operações procuram assegurar que a cobertura geográfica e os tempos de carregamento não sejam condicionantes à procura pelo transporte elétrico (inibidores para a aquisição e utilização).
- » A inexistência de uma rede de carregamento com cobertura nacional levou algumas entidades a implementar uma rede de carregamento própria, sem a qual a sua frota de veículos elétricos não poderia circular. A conjugação dos postos de carregamento próprios (privados) com os da MOBI.E pode garantir abrangência nacional e ser suficientes para as necessidades da frota.
- » Para credibilizar o sistema e promover a conversão para veículos elétricos, é necessário que todos os postos estejam em funcionamento: haver postos de carregamento que não funcionam tem descredibilizado o sistema e tem gerado inúmeras reclamações por parte dos munícipes. Cerca de metade das avarias resultam da má utilização ou uso indevido por parte dos colaboradores, pelo que será necessário apostar mais na formação.
- » Os tempos de carregamento são cruciais e muito importantes em viagens de longa distância; deve haver um *trade-off* entre tempos de carregamento, podendo optar-se pelo carregamento rápido para deslocações no interior das cidades e pelo carregamento lento no final do dia (mais indicado em zonas residenciais).
- » É necessária a expansão da rede rápida, mas importa decidir sobre a sua localização: a existência de postos na via pública não é o ideal, uma vez que servem de lugar de estacionamento. Uma opção será operacionalizar postos de carregamento com 20 pontos concentrados/coletivos.

Pressuposto	Real_Res_PE_5 - Os custos de aquisição de veículos elétricos são proporcionalmente decrescentes face aos veículos convencionais (PI 4.5)
-------------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Os veículos elétricos têm vindo a assumir-se como uma aposta tanto pelos grandes fabricantes que têm priorizado nos seus orçamentos o desenvolvimento desta tecnologia, mas também pelos consumidores que investem na aquisição destes veículos (com custos ainda muito elevados) cada vez mais conscientes de que é uma escolha acertada tanto do ponto de vista financeiro como ambiental.
- » Diversos estudos comparativos realizados (de viabilidade económico-financeira), permitem concluir que não obstante o custo inicial (de aquisição) de um veículo elétrico seja bastante superior ao de um veículo

convencional, ao fim de 5 anos a poupança gerada é suficiente para cobrir a diferença de preço na aquisição. Ou seja, apesar do seu custo de aquisição elevado, os carros elétricos apresentam já vantagens incontornáveis e a curto prazo o investimento inicial ainda que alto é compensado.

- » Assinalam-se também como muito relevante o facto custo de utilização ser menor, quer em termos de custo por quilómetro (um terço ou menos quando comparado com veículo de combustão, dado o custo da eletricidade face ao diesel ou gasolina), quer em termos de custos de manutenção (não necessitam de mudanças de óleos regulares; manutenção mais barata e mais espaçada).

Estudo de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Através da conjugação de instrumentos, foi possível a aposta de vários Governos na atribuição de incentivos à aquisição de veículos, quer através de apoio direto à aquisição, quer através da atribuição de benefícios fiscais. Portugal é atualmente um dos países que oferece mais benefícios neste domínio (e.g. dedução do IVA às empresas). No OE2020 está prevista uma redução do preço da energia para empresas e o apoio via Fundo Ambiental (apoia postos de carregamento privados e a aquisição de veículos e postos de abastecimento públicos). Este conjunto de instrumentos tem sido fundamental para sustentar e robustecer a trajetória de evolução dos custos de aquisição dos veículos elétricos, face aos convencionais.
- » É expectável que entidades públicas, como Câmaras Municipais, venham a converter a sua frota, de forma progressiva, para veículos com mobilidade elétrica. Contudo, a mobilidade elétrica não dará resposta a todas as situações, como por exemplo nos transportes pesados, em que será aplicável outro combustível (como o hidrogénio, por exemplo).
- » Faz sentido que, no futuro, se continue a financiar a expansão da rede com o apoio de fundos comunitários, na medida em que não existe ainda uma dimensão/ um volume de veículos que permita viabilizar a montagem de uma rede de concessionários privados. Ou seja, a rentabilidade de mercado ainda não é suficiente para justificar um investimento tão avultado e rentabilizar a infraestrutura base (uma grande parte da infraestrutura será viável comercialmente, mas outra parte não). O investimento privado poderá intervir nalgumas áreas sem apoio, mas a rede deverá sempre antecipar-se aos veículos. A criação da rede terá também um efeito de convergência e redistribuição a nível nacional (não se aplica apenas no litoral).

Pressuposto

Real_Res_PE_6 - Os IF proporcionam a alavancagem financeira dos incentivos comunitários (PI 4.3 - habitação particular)

Recolha documental: síntese de evidências recolhidas

- » Os IF direcionados para a habitação particular no contexto do OT4 são o Empréstimo ou Equivalente, compostos por fundos públicos e, pelo menos em 50%, por fundos do Banco. Os IF direcionados para a habitação particular apresentaram períodos de maturidade mais longa (até 20 anos), períodos de carência mais elevados (até 4 anos) e taxas de juro abaixo das praticadas no mercado para investimentos da mesma natureza. A cobertura do financiamento pôde ir até 100% do valor do investimento e os custos inerentes ao financiamento, tais como comissões de análise, de avaliação e de gestão do financiamento, revelaram-se inferiores aos valores praticados pelas entidades bancárias para operações similares sem o apoio comunitário.
- » O processo de acesso a ambos os IF foi uniformizado pelas três entidades bancárias selecionadas através de concurso público (Banco Santander Totta; Banco Português de Investimento; Banco Comercial Português).

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As condições vantajosas face às existentes no mercado convencional permitiram a alavancagem financeira dos incentivos comunitários por parte dos IF, ainda que os níveis previstos para os IF ao nível da habitação particular (Empréstimo ou Equivalente e Garantias ou Equivalente) na Avaliação *Ex Ante* dos Instrumentos Financeiros de Programas do PT2020: Lote 3 - Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos não possam ser rigorosamente aferidos.
- » Referência aos 212 projetos contratados (fevereiro 2020) IFRRU: Período médio de empréstimo: 179 meses (cerca de 15 anos); período médio de carência: 23 meses; taxa de juro média – *spread*: 1,10 %/taxa: 1,00%

(valores globais, já incluindo a ponderação entre *spreads* BEI, CEB e Banco); cobertura de financiamento média do valor do investimento: 75%

Pressuposto	Real_Res_PE_7 - O Estado continua a subsidiar a aquisição familiar dos passes intermodais, contribuindo para uma elevada procura pelos transportes coletivos (PI 4.5)
-------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As perspetivas são de continuidade de determinadas opções de política nacional/regional, nomeadamente a subsidiação da aquisição familiar de passes intermodais, sobretudo nas áreas metropolitanas, contribuindo para uma redução significativa dos custos familiares com os transportes (com impacto direto na procura). Existe garantia que até 2021 o orçamento de Estado continuará a priorizar este financiamento e existe um comprometimento dos Municípios, sobretudo das duas áreas metropolitanas, assumirem como prioritária esta dimensão da mobilidade, fazendo esforços acrescidos em termos de disponibilização de montantes financeiros próprios.
- » Este é um setor (transporte coletivo) com grande dinamismo, a tendência europeia é para um aumento significativo da procura. O setor não se consegue adaptar tão rapidamente como o desejável (é preciso antecipar e avançar com uma política consistente e duradoura), daí a importância de criar instrumentos capazes de alterar comportamentos, como a subsidiação de passes intermodais. Não há outra forma de ganhar esta batalha da redução de emissões (por exemplo, + 2/3 da população da AMP não utilizava o TC; entre novembro de 2018 e novembro de 2019 a procura pelo metro do Porto aumentou 18% (+70 milhões de validações), e este acréscimo é altamente tributável/ foi induzido pela subsidiação estatal).
- » Com o arranque do PART (programa de apoio à redução tarifária), as empresas de transportes tiveram de reforçar o serviço para acomodar o aumento de procura. Os efeitos foram sobretudo sentidos na Grande Lisboa, sobretudo à hora de ponta, com um aumento de passageiros até 20%. Segundo dados da ATM, nos primeiros seis meses, o programa PART beneficiou sobretudo as duas maiores aglomerações metropolitanas portuguesas (aumento de passageiros de 8% na Grande Lisboa e de 7% no Grande Porto). Em 2019, o programa PART contou com um orçamento global de 117,5 milhões de euros: 104 milhões do Orçamento do Estado, 13,5 milhões de euros financiados pelos Municípios. A Grande Lisboa ficou com 81 milhões de euros; o Grande Porto, com 18,5 milhões. Em 2020, o programa PART vai contar com um orçamento total de 142,7 milhões de euros. O envelope financeiro inscrito no Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020) será de 129,7 milhões de euros, mas os municípios terão de aumentar o contributo (a comparticipação das autarquias sobe de 2,5% para 10%).
- » Após as mudanças tarifárias (PART), na Linha de Cascais, tem-se registado um crescimento de 20 a 25% no número de passageiros. Uma vez que não existe um histórico suficiente para analisar a nova realidade, e a entrada de novas regras (passe família), não permite ainda perceber de que forma irá evoluir esta trajetória. No metro de Lisboa, o aumento de procura foi de 9%, mantendo a receita (perda de 0,1% desde a entrada em vigor da medida).
- » De modo a garantir a coesão do território e pela questão ambiental (não é possível continuar a ter cidades sem um mínimo de qualidade do ar) esta é uma dimensão de política pública que deve ser priorizada. Existe uma maior sensibilização dos Municípios (estão consciencializados) que esta área é decisiva, que exigirá recursos financeiros próprios (deverão assumir parte do esforço financeiro necessário).

Estudo de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » O aumento de procura gerado pelo programa PART (de apoio à redução tarifária) levou à subida da oferta, o que agravou os custos de operação (caso não haja uma subida do financiamento público para os passes sociais, pode estar comprometido o serviço, dado os operadores de TC considerarem que não estão a ser compensados pelo aumento de despesas). Contudo, parece existir um comprometimento dos municípios de aumentar o financiamento para as transportadoras, garantindo a manutenção do Programa.
- » Considerando o aumento já observado e esperado da procura que resulta da subsidiação na aquisição de passes intermodais (PART), as empresas de transporte coletivo de passageiros necessitarão de ampliar a oferta de modo a conseguir adaptar-se e garantir a qualidade do serviço, sendo que a ampliação da oferta deve processar-

se com a aquisição de veículos rodoviários “limpos”, com recurso aos apoios comunitários, dada a ausência de outras possibilidades de financiamento (nacionais).

- » Observa-se um relevante impacto social que resulta do PART: possibilitou que a população inativa, designadamente pensionistas, pudessem aceder ao transporte público de passageiros, devido à redução de custos, utilizando-o como um meio de lazer (assegurando igualmente uma relevante procura fora das horas de ponta). Este impacto também deve ser equacionado e considerado para que o Estado e os Municípios continuem a subsidiar os passes intermodais.

Quadro 54. Evidências da TdM: Das Realizações para os Resultados – riscos específicos

Risco	Real_Res_RE_1 - Existência de riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas (PI 4.1)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Num contexto de (r)evolução tecnológica, o <i>software</i>, os sistemas e todo um conjunto de ferramentas tecnológicas integram ampla e profundamente a vida das sociedades contemporâneas. Contudo, a incorporação rápida e constante de tecnologias emergentes e pouco disseminadas inclui riscos, os quais desde logo constituem barreiras à sua disseminação. » A auscultação da DGEG e das entidades congéneres das Regiões Autónomas confirmou a existência de riscos tecnológicos e de mercado que, no essencial, são inerentes à aplicação das novas tecnologias. Nas Regiões Autónomas, tais riscos são acrescidos, em virtude do custo mais elevado das soluções e da mais reduzida dimensão do mercado, que inviabiliza a ocorrência de economias de escala. » A principal indicação que resulta do processo de auscultação é a preferência pela implementação do modelo ESCO, para fazer face à menor capacitação dos pequenos promotores privados e dos promotores públicos. O modelo financeiro destes contratos tem por base um investimento inicial realizado por uma ESE, cuja remuneração corresponderá à diferença entre a poupança garantida e a poupança efetivamente verificada. O modelo ESCO afigura-se, por conseguinte, como essencial para o apoio à eficiência energética no Portugal 2030. 	
Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), na análise dos principais riscos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis, 56% dos respondentes (correspondente a 5) indicaram os riscos tecnológicos e de mercado associados a tecnologias emergentes e pouco disseminadas. 	
Risco	Real_Res_RE_2 - Manutenção de um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)
Entrevistas: síntese de evidências recolhidas	
<ul style="list-style-type: none"> » Num quadro de promoção da eficiência energética assume-se absolutamente crucial a minimização do desfasamento entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de soluções de armazenamento. » O equilíbrio entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de armazenamento constitui um dos principais desafios associados à produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis. Este equilíbrio coloca-se com particular acuidade nas Regiões Autónomas onde, em face da sua natureza insular, a capacidade de armazenamento se afigura fundamental para aumentar a produção de energia a partir de fontes renováveis. O armazenamento surge também como forma de colmatar situações de disrupção na produção das centrais térmicas, de forma a garantir o fornecimento de energia de forma contínua. » O AAC lançado em 30 de março de 2016 (POSEUR-01-2016-36) estipulava que “<i>independentemente do grau de maturidade e possibilidade de expansão das diversas tecnologias de produção de energia renovável, os projetos a apoiar devem assegurar a sua integração na rede, contribuindo para os resultados a alcançar ao nível do</i> 	

PNAER. Por outro lado, a intermitência associada às fontes de energia renovável tem impacto no funcionamento do sistema electroprodutor, importando considerar e testar novas soluções que colmatem este efeito no domínio do armazenamento de energia”.

- » As entidades auscultadas no âmbito da presente avaliação salientaram a importância dos projetos apoiados pelo POSEUR neste domínio, através de investimentos em infraestruturas de armazenamento de energia, designadamente baterias, que são fundamentais para atenuar o desfasamento entre a produção e o armazenamento e, em consequência, permitir um aumento da quota de energia elétrica de fontes renováveis.
- » Não obstante, é reconhecido por todas as entidades auscultadas que persistem situações de desfasamento significativo entre a produção e a capacidade de armazenamento, pelo que os aproveitamentos hidroelétricos com soluções de armazenamento deverão continuar a ser uma prioridade na diversificação das fontes de abastecimento energético. A aposta em soluções de armazenamento e, em particular, a produção de baterias afigura-se, assim, essencial para reforçar a capacidade de receção da energia proveniente de fontes renováveis intermitentes no sistema elétrico e, por esta via, mitigar os efeitos dos atuais desequilíbrios. O contributo dos FEEI será essencial neste desígnio, quer no atual, quer no próximo período de programação comunitária.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 56% dos respondentes (correspondente a 5) indicaram o desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento como um dos principais riscos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » A Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM), entidade promotora do estudo de caso em questão, corroborou a importância e premência de a Região dispor de soluções de armazenamento de energia que, para além da produção elétrica, também poderão ser relevantes para efeitos de armazenamento de água para consumo humano e irrigação. A ilha da Madeira necessitará de, pelo menos, mais um projeto desta dimensão na presente década, o que apenas será possível caso exista financiamento comunitário disponível para o efeito.

Risco	Real_Res_RE_3 - Existência de constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo (PI 4.1)
-------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A validação do presente risco específico está intimamente relacionada com o referido no âmbito da validação do risco *Real_Res_RE_2 - Manutenção de um desfasamento significativo entre a capacidade de produção do sistema electroprodutor e a capacidade de resposta de armazenamento (PI 4.1)*.
- » À gestão da rede elétrica nacional compete conjugar a produção, o transporte, a distribuição e o armazenamento de energia gerada a partir de múltiplas fontes, designadamente as renováveis (sol, vento, água, ondas, geotermia e biomassa), procurando fazer corresponder os ciclos de produção aos ciclos de consumo.
- » Em caso de excesso de energia em rede, nos períodos de menor procura, pode-se aproveitar ou armazenar a energia produzida em baterias, para descarregamento e utilização posterior. Será, assim, possível uma gestão mais eficiente da geração de energia, disponibilizando, nas horas de maior procura, a energia anteriormente produzida e, entretanto, armazenada. Só será possível aplicar este regime com o auxílio das redes energéticas inteligentes para efeitos de corte das instalações e da própria gestão da disponibilidade.
- » Também neste caso, a gestão da rede elétrica é particularmente exigente nas Regiões Autónomas. Em caso de inexistência de capacidade de armazenamento, numa rede elétrica insular de pequena dimensão, sem ligação a outras redes elétricas, existe uma limitação à penetração das renováveis na produção de eletricidade durante a noite, nas horas de menor procura, pois a capacidade de produção é superior às necessidades e, logo, há energia renovável rejeitada.
- » As evidências recolhidas junto das entidades auscultadas apontam a existência de constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de

consumo, bem como a necessidade de realização de investimentos em soluções diversas (como parques eólicos, sistemas híbridos fotovoltaico-solar, geotermia), revelando-se a questão do armazenamento fulcral em qualquer das soluções, para que seja viável uma gestão eficiente da oferta e da procura de energia.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 33% dos respondentes indicaram constrangimentos resultantes das diferentes dimensões da gestão da rede elétrica e da sua relação com os ciclos de produção e os ciclos de consumo como um dos principais riscos associados à produção e distribuição de fontes de energia renováveis.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Em paralelo com os objetivos previstos na candidatura, o projeto do POSEUR em curso na ilha da Madeira relativo à ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta reforça também o potencial da energia fotovoltaica, o que não estava inicialmente previsto.
- » A operação terá um forte impacto na diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável na Madeira, conjugando um conjunto diversificado de intervenções nos domínios da produção, distribuição e armazenamento. Pretende, assim, contribuir para o necessário equilíbrio entre os ciclos de produção e de consumo de energia elétrica na Região.
- » Na RAM, poderá ainda ser ponderado o investimento em empreendimentos de fins múltiplos, o aproveitamento da energia das ondas (*onshore* e *offshore*, do fotovoltaico flutuante e eólica flutuante), bem como o fotovoltaico de microprodução, associado à eficiência energética, investimentos estes que podem ser concretizados na Região.

Risco

Real_Res_RE_4 - Não são implementadas todas as medidas previstas nas auditorias energéticas, reduzindo os resultados gerados pelas operações (PI 4.3)

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » As auditorias, estudos e análises energéticas são fundamentais para o melhor conhecimento do estado da arte e das instalações objeto de financiamento, de forma a serem assumidas as opções mais adequadas. Como referido nas evidências recolhidas relativas ao Res_Imp_RG_4, os custos energéticos podem ser atenuados com a realização de auditorias às instalações, tendo algumas auditorias identificado a possibilidade de reduzir entre 20 e 25% os consumos energéticos. Para que tais reduções se tornem efetivas, importa garantir que as medidas identificadas nas auditorias energéticas sejam implementadas, de forma a potenciar os resultados previstos para as operações.
- » Da auscultação de entidades resulta que, dependendo da medida em causa, poderá efetivamente observar-se um comprometimento dos resultados das operações, caso não sejam adotadas as medidas previstas nas auditorias energéticas. Adicionalmente, nalguns casos, parece registar-se uma desarticulação ou não correspondência entre as medidas que constam nos certificados/auditorias e as medidas que serão alvo de apoio, o que poderá resultar na inadequação deste às medidas que seriam reconhecidamente necessárias para promover a eficiência energética, a gestão inteligente da energia e a utilização das energias renováveis e, logo, comprometer os resultados esperados das operações.
- » Importa, assim, promover uma maior articulação entre as auditorias e as tipologias/metad da programação, fazendo com que os indicadores desta estejam mais alinhados com os indicadores/medidas que constam nos certificados/auditorias e, assim, potenciar os resultados gerados pelas operações financiadas.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » A implementação das medidas previstas nas auditorias energéticas parece não constituir um problema de maior no contexto dos estudos de caso conduzidos. As entidades promotoras não revelaram inação ou dificuldades na adoção das medidas preconizadas.

Risco	Real_Res_RE_5 - Falta de capacidade de resposta (recursos qualificados insuficientes) das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas (PI 4.3)
--------------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » A dotação global e segura de recursos humanos qualificados por parte das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas constitui-se como um fator crucial na sua capacidade de resposta aos beneficiários e às flutuações por parte da procura.
- » As entidades auscultadas consideram que as entidades que realizam as certificações/auditorias energéticas estão capacitadas para fazer face às necessidades da procura, pelo que não há indicação de dificuldades neste domínio. Reconhecem que o conhecimento técnico da comunidade de engenheiros envolvidos nas auditorias energéticas é relevante e suficiente para dar respostas à generalidade dos desafios subjacentes. No entanto, consideram igualmente importante o reforço de capacitação para dar resposta aos desafios futuros.
- » Foi, porém, também relatado que têm sido recentemente detetadas algumas incongruências nos certificados energéticos, que levam a pedidos de esclarecimento por parte da DGEG e, inclusivamente, ao envio dos certificados para validação técnica da ADENE, o que implica atrasos significativos na aprovação das candidaturas ou até à não elegibilidades das mesmas. Foi também assinalado que a DGEG levantou algumas questões relativamente à certificação energética, o que pode estar relacionado com uma menor capacidade dos técnicos que as realizaram. Foram também referenciadas demoras na avaliação de alguns certificados, que podem ter resultado na perda de candidaturas. Os atrasos na fase de aprovação, poderá implicar a necessidade de submeter uma nova candidatura, o que acarreta custos que alguns promotores não estarão dispostos a voltar a suportar.
- » As entidades auscultadas consideram ainda que deverá acautelar-se a eventual incompatibilidade de interesses entre a vertente comercial e a exigência técnica da certificação. Neste sentido, as agências de energia (ou mesmo a ADENE) poderiam fazer esse trabalho de acompanhamento dos projetos a longo prazo; neste caso, os recursos destas entidades teriam de ser ajustados às responsabilidades adicionais.
- » Foi ainda referido a morosidade de alguns processos de realização de auditorias energéticas, incluindo a decisão de recorrer a especialistas auditores, a consulta ao mercado, a contratação, o levantamento dos consumos de energia e o estudo de soluções. Nalgumas regiões (e.g. Regiões Autónomas), o mercado de empresas e técnicos que pode efetuar estes serviços de auditoria energética é relativamente pequeno, o que acaba também por constituir uma restrição e limitar a procura.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia B (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), 49% dos beneficiários considera que a capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s), indicando, assim, um entendimento positivo quanto à dotação dos recursos qualificados existentes nestas entidades. Não obstante, 28% dos beneficiários demonstrou uma opinião diferente, considerando que a dotação dos recursos qualificados condicionou a capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas. Importa ainda salientar que 30% dos beneficiários não sabe ou não responde.
- » Na tipologia C (Eficiência energética nas habitações sociais), 38% dos beneficiários teve um entendimento positivo da capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas, considerando que esta potenciou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s). Não obstante, 29% dos beneficiários demonstraram uma opinião diferente, indicando que a dotação dos recursos qualificados condicionou a capacidade de resposta das entidades com responsabilidades pelas auditorias energéticas. De notar que 34% dos beneficiários não sabe/não responde.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Em geral, os promotores dos estudos de caso realizados consideram que a certificação energética não constitui problema de maior, não condicionando as operações. Ao invés, a falta de formação dos técnicos é uma realidade

na fase de pré-certificação. Importa rever o processo e as exigências em fase de candidatura, tendo em vista a simplificação e a redução de custos.

Risco	Real_Res_RE_6 - A redução de custos associada aos passes intermodais, sobretudo metropolitanos, gera maior procura, com impacte nas poupanças de energia primária nas frotas de transportes públicos (PI 4.5)
-------	--

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Como referido no âmbito da aferição do pressuposto específico “*Real_Res_PE_7 - O Estado continua a subsidiar a aquisição familiar dos passes intermodais, contribuindo para uma elevada procura pelos transportes coletivos (PI 4.5)*”, após as mudanças tarifárias induzidas pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) tem-se registado efetivamente um crescimento significativo no número de passageiros nos transportes públicos. Não existe ainda, contudo, um histórico suficiente que permita analisar a nova realidade e a entrada de novas regras (passe família) não permite ainda perceber como se processará a evolução futura.
- » No seguimento do aumento já observado e esperado da procura que resulta da subsidiação na aquisição de passes intermodais, as empresas de transporte coletivo de passageiros necessitarão de ampliar a oferta de modo a conseguir adaptar-se e garantir a qualidade do serviço. O reforço da oferta deverá, contudo, desenvolver-se na base e beneficiar da inovação tecnológica que se tem registado nos últimos tempos e, assim, beneficiar dos ganhos significativos na descarbonização que decorrem do recurso a veículos elétricos (ou a gás natural).

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » O inquérito da tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos) não permite retirar evidências quantificadas sobre este risco específico, mas apenas algumas referências qualitativas dos respondentes, com uma ampla variedade de opiniões. Não será, assim, possível recolher evidências generalizadas das opiniões veiculadas através do inquérito.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » A adaptação da entidade promotora do estudo de caso analisado (CARRIS) à procura acrescida resultante do PART beneficiou com a contratação – em tempo oportuno – de 200 novos motoristas e guarda-freios, bem como com a aquisição novos autocarros “limpos”. Neste sentido, a CARRIS prevê aumentar, até ao final do corrente ano, a oferta em cerca de 2 milhões de km, para além dos 33 milhões de km de que dispõem atualmente.
- » Um incremento futuro, sustentado, da procura irá requerer uma melhoria da oferta, um sistema de informação fiável, articulação acrescida e interfaces facilitadas. É expectável que o crescimento venha a ser superior às previsões, com aumento de utentes a usar transportes fora de horas de ponta e aos fins de semana.
- » O correspondente aumento da oferta deverá também ser colmatado na base de veículos elétricos, em linha com a estratégia ambiental 2030 que a empresa delineou e o plano para atingir a emissão zero de carbono até 2040. Por outro lado, o estilo de condução dos motoristas tem também influência na emissão de gases e de desgaste de veículos, pelo que será essencial prosseguir a política de formação contínua de motoristas (em que a CARRIS tem sido uma referência), incluindo ao nível das competências digitais e ecocondução.
- » Em face destas tendências, o aumento esperado na procura gerado pelo PART poderá não gerar um efeito significativo ao nível do consumo de energia primária na frota de transportes da CARRIS.

Risco	Real_Res_RE_7 - Desadequação dos procedimentos de instrução e verificação administrativa das despesas, geradores de atraso na implementação (PI 4.1 e 4.5)
-------	---

Entrevistas: síntese de evidências recolhidas

- » Algumas entidades auscultadas no âmbito da presente avaliação assinalaram a ocorrência de alguns problemas na submissão e reembolso da despesa, designadamente o facto de, na fase de análise dos pedidos de

pagamento, serem amiúde recusadas despesas que, de alguma forma, possam não cumprir com as respetivas condições de elegibilidade. Muito embora possam efetivamente não corresponder ao formalmente requerido, tal facto poderá ter resultado de uma situação inadvertida ou não deliberada, que poderia ser ponderada e eventualmente tomada em consideração na validação da despesa.

- » As entidades auscultadas apelam, por conseguinte, para que a verificação da despesa e as situações de não elegibilidade que vão surgindo possam ser abordadas de forma “pedagógica”, em particular nas situações em que claramente não houve intenção deliberada de escapar ao formalismo ou aos imperativos legais. O apelo vai, assim, no sentido de as entidades responsáveis pela gestão dos apoios canalizarem o foco da sua intervenção para a execução de bons projetos e para o alcance dos respetivos resultados. De assinalar, porém, que muitos dos procedimentos adotados resultam das exigências e requisitos impostos pela “pista de auditoria”, exigida pela Inspeção Geral de Finanças.
- » É também argumentado, por outro lado, que a análise das alegações contrárias/contestações às decisões dos PO é muito demorada, o que acaba por ter impacto na execução financeira (e eventualmente física) das operações.
- » Na submissão e análise de despesas, foi ainda assinalada a sobrecarga administrativa e morosidade associadas à verificação da despesa e dos procedimentos subjacentes, em particular quando envolve procedimentos de contratação pública que acabam por impactar nos prazos previstos para a implementação dos projetos.

Processo de Inquirição: síntese de evidências recolhidas

- » Na tipologia A (Produção e distribuição de fontes de energia renováveis), 56% dos respondentes considerou que os prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento condicionaram o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s) (sendo que 11% indicou que condicionou fortemente e 44% afirmou que apenas condicionou), face a 33% dos respondentes (em número de 3) que manifestaram uma opinião contrária, assinalando que este aspeto potenciou esse arranque e/ou desenvolvimento. No que trata ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que concerne ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento, muito embora um segmento bastante relevante dos respondentes tenha respondido não sabe/não responde (44%, correspondente a 4 respondentes), igual proporção assinalou um grau de satisfação positivo (44% dos respondentes, sendo que entre estes prevaleceu aqueles que indicaram um grau de satisfação positivo, 33%, com 11% a indicarem muito positivo). Apenas um único beneficiário efetuou uma leitura negativa, assinalando que o grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador era muito negativo (11%). Relativamente ao grau de satisfação no que se refere à documentação a apresentar nos pedidos de pagamento, 33% dos respondentes considerou-a negativo (3 respondentes, sendo que 11% indicou muito negativo e 22% negativo). De notar que 44% dos respondentes (em número de 4) assinalou não sabe/não responde.
- » Na tipologia D (Eficiência energética nos transportes públicos), 41% dos beneficiários assinalaram que os prazos de pagamento das comparticipações comunitárias solicitadas nos pedidos de pagamento potenciaram esse arranque e/ou desenvolvimento (sendo que 29% indicou que potenciou e 12% indicou que potenciou fortemente). Ainda que 21% dos beneficiários tenha efetuado a leitura contrária, designadamente, que este aspeto condicionou o arranque e/ou o desenvolvimento da(s) operação(ões) aprovada(s) (15% considera que condicionou e 6% considera que condicionou fortemente), importa notar a relevância da proporção de respondentes que não sabe/não responde. Relativamente ao grau de satisfação com a interação com as estruturas de apoio do PO financiador no que concerne ao preenchimento e submissão dos pedidos de pagamento, 79% dos beneficiários indicaram que foi positivo, sendo que destes, 50% indicou que foi positivo e 29% dos beneficiários que foi muito positivo. Os restantes 21% de beneficiários não sabe/não responde. Importa salientar que esta avaliação se apresenta comum aos beneficiários de todas as regiões do país. Já em matéria de documentação a apresentar nos pedidos de pagamento, embora continue a prevalecer entre os beneficiários uma leitura positiva (56%), com 6% destes a indicarem um grau de satisfação muito positiva e 50% positiva, há um segmento importante de beneficiários (27%) que se apresentou insatisfeito/grau de satisfação negativo. Por fim, houve 18% de beneficiários a indicar não sabe/não responde.

Estudos de Caso: síntese de evidências recolhidas

- » Muito embora a maioria das entidades auscultadas reconheçam o acompanhamento próximo por parte das AG financiadoras, algumas entidades manifestaram dificuldades com os processos burocráticos e administrativos

associados à validação de despesa, a que por vezes se torna difícil corresponder, por falta de conhecimento e capacitação interna das respetivas estruturas técnicas.



Cofinanciado por:



Título do estudo:

Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)

Promotor:

Secretaria Geral do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Adjudicatário:

Consórcio CEDRU / EY – Augusto Mateus & Associados

Equipa:

Coordenação:

Heitor Gomes
Luís Carvalho
Sandra Primitivo

Consultores:

João Telha
Bernardo Augusto
Pedro Santos
Pedro Mota
Dalila Farinha
Gonçalo Caetano
Vânia Rosa

Steering Committee:

Sérgio Barroso
Paulo Madruga

Painel de Peritos:

Faustino Gomes
Júlia Seixas
Hermano Rodrigues

Fase:

Fase 4. Validação e Eventual Reformulação das Conclusões e Recomendações

Documento:

Relatório Final

Designação do arquivo:

OT4_Relatorio_Final_(Anexos)_24nov2020.pdf